HISTORIA DE PORTUGAL

HISTORIA
DE PORTUGAL

NOS

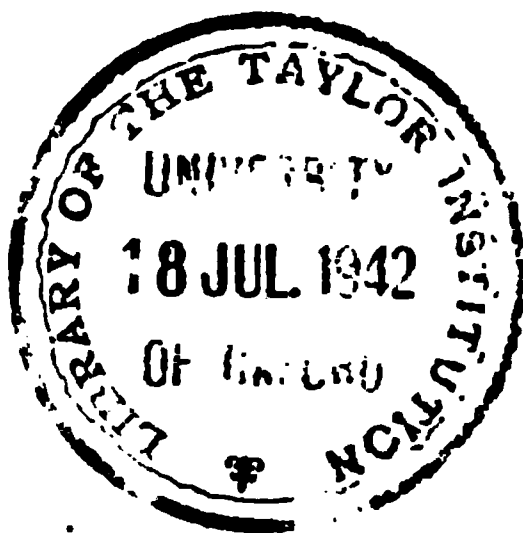
SECULOS XVII E XVIII

POR

LUIZ AUGUSTO REBELLO DA SILVA

Socio effectivo da academia real das sciencias

TOMO I

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
MDCCCLX

INTRODUCÇÃO

PARTE I

ADVERTENCIA

A epocha, que intentámos descrever, abraça um dos mais importantes e curiosos periodos da historia patria.

Acordando de sessenta annos de sujeição, Portugal provou em um só dia, que o esmorecimento de 1580, e a forçada obediencia ao dominio estrangeiro, não significavam a morte dos antigos brios, nem a abdicação da idéa, sempre viva, da sua nacionalidade.

Oppondo ás armas castelhanas a resistencia decidida e firme, a que os seus successores deveram a corôa, e o paiz a independencia, D. João IV fundou a dynastia que hoje reina.

Á ousadia do arrojo heroico correspondeu o soffrimento nas adversidades, a constancia nos trabalhos, e a fé na victoria de uma causa, que por vezes esteve a ponto de succumbir. O reino, quando a espada se embainhou, e elle

pôde respirar tranquillo no seio da paz conquistada pelo braço de seus filhos, se não reassumiu posição igual á que perdêra, obteve-a pelo menos digna de uma nação, que para se libertar e defender não contára os inimigos, nem os sacrificios.

Narrar os successos e as suas causas; contemplar á luz da verdade os homens e os acontecimentos; completar a interpretação dos factos com a pintura das instituições, dos costumes, e da cultura intellectual; e por ultimo, acompanhar a monarchia, ainda não convalescida das guerras e dissenções politicas, e assistir com ella ao reinado de D. João V, e depois no governo de el-rei D. José, ás lutas e reformas do marquez de Pombal, eis em resumo o amplo quadro, que a historia portugueza deve proporcionar nos seculos XVII e XVIII aos que, não prezando unicamente noticias de cercos e batalhas, quizerem indagar o sentido e as rasões dos factos.

Obra tão extensa e ardua exigia outras mãos e um pincel primoroso. Tentando-a, não nos cegou, todavia, o orgulho, nem nos illudiram vaidosas esperanças. Entendemos, que mesmo imperfeita, como ha de saír, e faltando-lhe os rasgos, e os grandes toques, com que os mestres infundem vida e côr nas epochas, que reconstruem, não deixaria o livro, por isso, de se recommendar pela utilidade das lições, que o passado nos repete a cada hora, pelos exemplos dos erros praticados, e das suas consequencias, e pela intima e proxima relação de successos, cujo estudo e conhecimento a nenhum outro tempo aproveitará mais, do que ao nosso.

A historia dos reinados mais visinhos dos nossos dias

está ainda por escrever. Sobram os auxilios, mas para se collegirem, e depois de coordenados se applicarem á execução de um plano mais regular, do que os opusculos, relações dispersas, e apontamentos, que tanto avultam desde 1640, a abundancia mesmo é um embaraço grave e quasi um precipicio.

Acresce, que alem dos elementos, que ministram as livrarias e cartorios do reino, tanto publicos como particulares, outra fonte não menos copiosa de informações carece de ser consultada fóra d'elle. Sem os preciosos subsidios dos archivos de França, de Hespanha, e da Gran-Bretanha, a significação de muitos actos nunca poderá ser elucidada, nem vista pelo verdadeiro aspecto.

As confidencias dos embaixadores, os avisos dos agentes estrangeiros, e frequentes vezes as memorias pedidas aos diplomatas pelas suas côrtes, offerecem a unica chave, que nos ha de devassar os segredos dos gabinetes, esclarecendo a physionomia politica dos povos, e retratando do vivo, e com as feições naturaes, os soberanos, os ministros, as diversas classes, e o grau de civilisação, que attingiram.

Para com mais seguros passos entrarmos no exame do assumpto, que propriamente constitue esta obra, era indispensavel averiguar de perto as origens do largo periodo decorrido desde 1640 até ao reinado da senhora D. Maria I.

Se antes de começarmos a historia da restauração, variada e dramatica nos episodios, não avaliassemos as causas, que, apressando a nossa decadencia no seculo XVI, coadjuvaram a invasão castelhana e a união das duas co-

rôas, e não expozessemos depois as repugnancias quasi geraes do paiz, as saudades da independencia, as magoas pela declinação visivel, e finalmente os erros, a oppressão e os abusos da dominação hespanhola, o desenho, truncado e incompleto, apenas representaria uma scena confusa, desligada, e para muitos inintelligivel.

Entre uma acanhada introducção, que só avivasse de leve poucos factos capitaes, deixando obscuros os motivos das cousas e o perfil dos caracteres, e um trabalho concebido em mais latas proporções, que não omittisse nenhum dos lineamentos essenciaes do instructivo painel, que abrangem os ultimos annos de D. Sebastião, o governo do cardeal rei, e a occupação dos Filippes, preferimos o segundo methodo, até porque só elle podia habilitar-nos a corresponder á obrigação imposta pela portaria de 15 de outubro de 1858 no preceito, que dictou, ordenando «que a obra fosse precedida de uma introducção, «na qual se referissem os successos, que prepararam a «intrusão dos soberanos hespanhoes, e as causas, que de«ram em resultado a restauração da independencia de «Portugal.»

Com este proposito dividimos a introducção em duas partes.

Na primeira esboçámos rapidamente os acontecimentos, que mais de perto influiram para o progressivo desfallecimento do paiz, e explicámos por elles a derrota de Alcacer. Não separando os effeitos das causas procurámos determinar tambem no reinado do cardeal D. Henrique as ultimas e fataes consequencias das illusões guerreiras do desditoso mancebo, pintando no curto e agitado go-

verno do seu successor a luta dos pretensores, a corôa de D. Manuel jogada aos dados pelas facções, a cubiça e a venalidade campeando impunes e altivas, e o desalento, as discordias, e a apathia abrindo as fronteiras aos terços castelhanos, que já se adiantavam.

Na segunda, mais triste ainda, colhem-se os venenosos fructos semeados.

Filippe II, quasi sem combater, apodera-se do throno. Os que lh'o venderam, e os que lh'o deixaram usurpar, ajoelham aos seus pés. Nas côrtes de Thomar o duque de Bragança serve como condestavel o principe estrangeiro, e o arcebispo D. fr. Bartholomeu dos Martyres defere-lhe o juramento. O prior do Crato, fugido e proscripto, expia longe das grandezas os erros da ambição impaciente.

Victorioso pelas armas nos Açores e em Lisboa o rei catholico redobra de severidade, e de dia para dia torna mais pesado o jugo sobre os novos subditos. Sabe que o seu dominio é detestado, e teme-se da desesperação como de um exercito. As violações dos privilegios outorgados assignalam nos derradeiros tempos o seu poder.

Menos prudentes, o filho e o nèto não disfarçam as intenções. A mascara, por transparente, nem já os encobre. O conde de Olivares, em Madrid, declara abertamente o pensamento de reduzir Portugal á condição de provincia hespanhola.

A rapida decadencia da monarchia de Filippe II é acompanhada pela nossa, e o reino vê-se condemnado por uma cega e falsa politica a ser enfraquecido e desmembrado.

As injustiças irritam e exaltam o animos. Os tributos esgotam e cansam o soffrimento. As possessões ultramarinas, desguarnecidas, cedem aos assaltos dos hollandezes, e da Inglaterra.

Lisboa, coberta de luto, olha com melancolia para a formosa bahia do Tejo, deserta de navios, deplora os repetidos naufragios das armadas, chora a pobreza dos moradores, e aponta confrangida para a ruina do seu imperio maritimo. A metropole do commercio da Asia inspira mais compaixão, do que inveja, ás nações que antes a cortejavam como emulas.

Este é o espectaculo, que se desdobra na sombria tela, em que figuram os sessenta annos de infortunios, e de humilhações, que alcançou entre nós o regimen imposto pelas victorias de duque de Alva.

Não nos deslumbram as glorias dos descobrimentos e das conquistas, nem as prosperidades, que realçaram o esplendor ao sceptro de el-rei D. Manuel. Embora, como portuguezes, o coração nos pulse alvoroçado, quando recordâmos com Vasco da Gama o poema dos mares, e com os Almeidas e Albuquerques a epopeia da India, o amor da patria, e a admiração das proezas, que immortalisam a robusta geração de navegadores e capitães, educados na escola de D. João II, não nos sobresaltam a ponto de esquecermos os escolhos, que ameaçaram Portugal, desde què, perdendo de vista Ceuta e Arzilla, temerario e desamparado, se atreveu longe das suas costas a travar com os regulos da Asia a luta, de que o imperio romano saíu triumphante, mas gangrenado até ás medulas, e depois da qual tambem nós, corrompidos como elle, não sou-

bemos escapar á lenta peçonha da preversão do caracter e dos costumes, devorados pela sede do oiro, e amollecidos pelas delicias luxuosas do oriente.

Não pertencemos á escola, que abraça o fatalismo como solução final dos problemas historicos.

Não contemplâmos com igual indifferença as virtudes e os crimes, a traição e a lealdade, a infamia e os rasgos de dedicação. A rehabilitação das doutrinas, que o livro de Machiavel inoculou na politica dos estados, e que serviram de norma aos principes italianos, e a par d'elles aos soberanos hespanhoes e francezes no XVI seculo, nunca sairá da nossa penna. Para nós a maxima corrosiva, de que os fins justificam os meios, por violentos, perfidos, e atrozes, que sejam, equivale á negação da providencia divina, e da consciencia humana.

Não louvaremos, por isso, a dissimulação, a crueza, e o desprezo de todos os principios, invocando as leis de uma supposta e indeclinavel necessidade dos progressos sociaes. Tendo de julgar pelos seus actos D. Sebastião, o cardeal rei, e Filippe II, a luz dos documentos é que nos serviu de guia, e taes, como se nos gravaram no espirito, passaram para o quadro da historia as suas imagens, e as dos que tomaram parte com elles nos acontecimentos, que descrevemos.

Nem lhes lisonjeámos os defeitos, nem lhes exagerámos tambem as culpas. Desejámos retratar com imparcialidade as feições, que nos offereceram, e se por lapso em alguns, ou em todos, as physionomias ficaram mortas, ou frias, impute-se a falta á impericia do pincel, e não a preconceitos filhos de qualquer systema, porque a nenhum

seguimos exclusivamente, sacrificando-lhe a verdadeira intuição dos factos, ou a sua apreciação sincera.

Desde o reinado de D. Henrique tecemos a narração principalmente soccorridos pelo valioso subsidio, que nos prestaram as *Correspondencias de Filippe II com diversas pessoas, e em especial com D. Christovão de Moura*, publicadas pelos srs. D. Miguel Salvá e D. Pedro Sanz de Baranda, no tomo VI da sua collecção de *Documentos ineditos para a historia de Hespanha.*

Estas correspondencias começam em 29 de dezembro de 1578 por uma carta de D. Filippe ao seu confidente D. Christovão, e terminam em 24 de agosto de 1579, por um despacho do rei catholico ao duque de Ossuna.

A carta do monarcha hespanhol, escripta ao duque e a Moura em 25 de fevereiro de 1580, depois da morte do cardeal, parece pertencer a outra collecção, e não á que se reuniu n'este volume, a qual, segundo affirmam os editores, foi copiada de um masso de papeis descoberto nos archivos do antigo conselho d'estado de Madrid, e mostra haver sido encadernada, porém, não se encontrando já senão incompleta e formada de folhas soltas.

O valor de taes documentos para esclarecimento de um periodo, no qual, como assevera o sr. Alexandre Herculano, a luz é tão pouca e as trevas são tão espessas, não precisa de ser encarecido.

O fio das tenebrosas negociações, enredadas por D. Christovão, e pelos diversos agentes portuguezes e castelhanos que Filippe II encarregava de lhe recrutarem partidarios, leva-nos ao seio das intimas confidencias do monarcha mais dissimulado e cauteloso do seu tempo, e facilita-nos ao

mesmo passo o conhecimento de muitos segredos d'esta epocha desventurada.

Pintados por Moura, que a todas as horas os estava observando, e que de momento para momento tomava o pulso á venalidade de uns, ás hesitações e receios de outros, ao orgulho pueril d'estes, á ambição e incapacidade d'aquelles, os vultos do cardeal, do prior do Crato, do duque de Bragança, dos ministros e validos da côrte sacerdotal, dos agentes dos pretensores, e dos fidalgos e plebeus, que representaram algum papel no triste drama, resaltam e resáem feridos por toques firmes, para quasi tornarem a viver animados das mesmas paixões, nobres, ou vis, que os dominaram, quando actores na scena politica.

Outra collecção ainda inedita, e pelo menos tão importante, a que se denomina do *Governo de Hespanha*, conservada na bibliotheca real da Ajuda, offerece-nos igualmente no tomo I uma serie de cartas e avisos de differentes emissarios votados ao serviço do filho de Carlos V.

Esta serie, que se abre por uma carta datada de outubro de 1578, e comprehende algumas outras respectivas ao anno de 1579, bastante interessantes, como são as de D. João da Silva ácerca das propostas do prior do Crato, é para nós de grande apreço desde que as correspondencias se amiudaram em 1580 entre o soberano hespanhol e os seus partidarios.

Não menos indispensaveis se tornaram no mesmo sentido os manuscriptos da bibliotheca real de Paris, apontados pelo fallecido visconde de Santarem nos tomos III e IV (parte I) do *Quadro Elementar*, porque, alem de encer-

rarem informações, que não podem ser suppridas por nenhumas outras, como são os despachos de mr. Debain, embaixador de Henrique III junto á santa sé (desde 20 de julho de 1579 até 16 de junho de 1580), e as relações diplomaticas de D. Antonio com a França, antes e depois de vencido e de proscripto, apparecem nos seis volumes das negociações de mr. de Saint Goard, embaixador francez em Madrid, por copia, ou por extracto, correspondencias de D. Christovão de Moura, de Molina, e de Rodrigo Vasques, preciosas, tanto pelo texto, como pelas datas, as quaes de algum modo vêem preencher o intervallo, que medeia desde 24 de agosto de 1579, em que finda a collecção de Salvá, até ao 1.º de fevereiro de 1580, em que principiam as cartas do rei catholico, de D. Christovão, de Ossuna, e de outros personagens conspicuos nos tramas d'este periodo, collegidas no tomo IV das *Embaixadas de Filippe II*, manuscripto da bibliotheca de Madrid, de que a nossa academia possue uma copia, provavelmente mandada tirar depois da visita de monsenhor Ferreira Gordo aos archivos e livrarias do reino visinho.

A par da grande luz, que derramam sobre a parte mais secreta da epocha estes documentos, lavrados ao correr da penna, e destinados a serem só vistos pelo rei, ou pelos cumplices e accessores da união projectada, tivemos ainda a ventura de descobrir entre a escolhida collecção de manuscriptos da academia real das sciencias de Lisboa um codice $^{19}/_{14}$, de letra moderna, mas evidentemente escripto por homem, que assistiu de perto aos successos, porque a abundancia e veracidade das noticias o denunciam como contemporaneo de cardeal D. Henrique, e muito

chegado á fonte aonde podia beber as mais exactas informações [1].

Apesar de titulo inculcar o codice como composto por um secretario do primeiro ministro de D. Henrique, lendo-o com reflexão, vê-se logo que a phrase e as reflexões accusam mão affeita a traçar sem hesitação o desenho dos caracteres, e a não ficar suspensa diante da explicação dos problemas politicos.

Parece-nos, por isso, mais provavel, que esta memoria, assás extensa, fosse obra de algum agente diplomatico do rei de França, ou de Catharina de Medicis, não nos atrevendo a attribui-la ao proprio bispo de Comminges, por nos faltarem as bases precisas para fundarmos a comparação entre o modo de exprimir do embaixador da rainha viuva e o estylo do escripto, de que se trata.

Mencionaremos ainda outro manuscripto, tambem da academia, porque não poucas vezes recorremos ás suas narrações avulsas, algumas d'ellas curiosissimas.

É o codice $^{28}/_{19}$ intitulado: *Memorias historicas pertencentes ao cardeal rei D. Henrique.* Ousâmos assegurar, que elle mostra ter sido escripto por pessoa iniciada no segredo dos acontecimentos, e segundo se deprehende, pouco inclinada aos designios de Castella e aos louvores do rei sacerdote.

Este livro em muitos pontos subministra valiosos escla-

[1] O titulo d'este codice é o seguinte:—*Memoire de tous ce qui s'est passé de plus secret sous le regne du roy Henry, dans lequel on voit toutes les intentions que ce monarque a eue pandant le tems qu'il a été sur le trone de Portugal, fait par un secretaire du premier ministre de ce prince.* 1580.

recimentos, e em geral reveste as scenas, que pinta, de certa animação, córando-as de um ar de ingenuidade na idéa e nas palavras, que lhes aviva bastante o interesse.

Não insistiremos, designando todos os auctores consultados, porque de ordinario os citámos, invocando o seu nome, em notas referidas ao texto.

Em tão complicado assumpto rarissimas vezes nos desviámos da companhia das auctoridades, que mais seguras reputámos.

Commettendo apesar d'isso empreza tão superior ás forças, e conhecendo que era facil tropeçar e caír a cada passo, não duvidâmos confessar, que omissões e erros é de crer que se encontrem repetidas vezes nas paginas, que damos á estampa, e a critica, longe de nos offender, apontando-os, muito nos poderá auxiliar.

As advertencias sisudas e benevolas, nascidas do amor das letras, só as engeita, ou as não agradece, quem por louca vangloria imagina erguer um monumento em cada linha, e lavrar um primor em cada phrase.

INTRODUCÇÃO

PARTE I

CAPITULO I

SEGUNDA JORNADA DE AFRICA EM 1578

Caracter e educação de D. Sebastião. Rivalidades da côrte na sua minoridade. Poder e elevação de Martim Gonçalves da Camara. Sua quéda. Christovão de Tavora e Pedro da Alcaçova Carneiro. Planos e esperanças de D. Sebastião. Filippe II. Politica e interesses de Castella. Muley Hammed e Muley Abd-el-Melek. Final determinação de el-rei. Disposições para a guerra. Opiniões ácerca d'ella. Lisboa antes de partir a armada. Saída de D. Sebastião. Erros militares. Derrota de Alcacer. Morte de el-rei.

Dos reis de Portugal nenhum foi mais desejado, nem tão querido, como D. Sebastião desde a infancia.

Nascido em 1554, dezoito dias depois da morte de seu pae, logo abriu os olhos entre prantos. O luto da orphandade cobriu-lhe o berço.

De toda a numerosa descendencia de el-rei D. Manuel, ficou para esteio da dynastia, e como unico penhor da independencia do reino, uma creança, que recebeu os primeiros sorrisos maternos atravessados pelas maguas da viuvez [1]!

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. II, pag. 5 a 10.

D. João III, de nove filhos que tivera da sua união com D. Catharina de Austria, acabava de fechar os olhos ao ultimo [1].

O principe D. João, na flor da juventude e no meio das illusões do amor e da felicidade, descêra ao tumulo, deixando inconsolavel a moça e formosa esposa castelhana, e cortados de sobresalto e tristeza os vassallos, que vendo imminente o dominio hespanhol, tudo receiavam, se Deus não abençoasse a casa reinante com o successor por que suspiravam [2].

A fortuna compadecida não quiz que o desditoso rei assistisse á completa extincção da sua raça. A certeza de que lhe sobrevivia em seu neto o herdeiro, que perdêra, suavisou a sua dor; e tres annos depois, quando expirou, ainda pôde lisonjear-se de que um estrangeiro não viria assentar-se no throno do mestre de Aviz.

Mimoso desde a tenra puericia, e confiado aos desvelos da rainha viuva, D. Sebastião, desde que principiou para elle a amanhecer a luz da rasão, só encontrou branduras, afagos e adulações. Rei quasi no berço, sua avó D. Catharina, o cardeal infante seu tio, os mestres, e todos os cortezãos, mais cuidavam em lhe captivar a amisade, do que em o constranger para lhe encaminhar o animo.

Com outra educação, conhecendo melhor os homens e as cousas, e servindo-lhe de modelo os trabalhos dos principes que souberam reinar, o neto de D. João III legaria de certo a boa memoria de um monarcha digno do sceptro

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. II, pag. 5 a 10. — Francisco de Andrada — *Chronica de el-rei D. João III*, cap. CVIII, part. IV, ediç. de 1613.

[2] Francisco de Andrada — *Chronica de D. João III*, part. IV, cap. CVIII.

pelo esforço dos commettimentos, e pela execução firme e perseverante dos designios.

Os infortunios, que encerraram o seu governo, procederam sobretudo das falsas noções bebidas com o leite da infancia. Tudo o que se lhe figurava maravilhoso, ou fóra do commum, attrahindo-lhe a vontade, facilmente o arrebatava. Vivendo mais comsigo e com os devaneios da imaginação, do que no mundo, cujo ruido o importunava, o seu aspecto tomou a côr melancolica da indole. Na puberdade mostrava-se mais grave do que permittiam os annos, e de uma taciturnidade pouco usual.

Achando pesada e molesta a vida da côrte, fugia a miudo para as solidões dos bosques e coutadas, aonde podia entreter-se com os seus pensamentos. O veneziano Tiepolo attribue as singularidades do rei a certo acanhamento e timidez nos actos publicos; mas se profundasse os segredos do seu caracter concentrado e pouco communicativo, formaria juizo mais seguro [1].

Em 1572, quando o embaixador de Veneza foi recebido em Almeirim, el-rei contava apenas dezoito annos, e tornava-se notavel pela similhança da physionomia com o typo da casa de Austria. Brantôme, que o víra de perto, assevera que D. Sebastião devia passar por um dos principes mais esbeltos da christandade, parecendo-se tanto com sua mãe, que podia dizer-se o fiel retrato da sua belleza [2].

O esboço traçado por fr. Bernardo da Cruz concorda

[1] Officio do embaixador veneziano Tiepolo ao seu governo sobre as cousas de Portugal, em 1572.—Bibliotheca real de Paris—Casa dos Mss., cod. 9:951, citado no tom. III do *Quadro Elementar das Relações Politicas.*

[2] Brantôme. Tom. II, pag. 345 (Collec. do *Pantheon Littéraire*), citado no tom. III do *Quadro Elementar*.

com o que affirmaram os dois escriptores, que acabavam de contemplar a figura do filho do principe D. João.

O nosso chronista, descrevendo o monarcha como um mancebo de estatura regular, membros proporcionados e robustos, semblante e corpo alvos, cabello loiro e rosto severo, com o beiço inferior um tanto derrubado, pouco discrepa dos estrangeiros no seu desenho, e confirma igualmente a asserção de Tiepolo. Eram na realidade as feições caracteristicas da familia de Carlos V, e vê-se que Brantôme não exagerou, louvando a presença do rei, e acrescentando que a sua gentileza fazia lembrar a formosura da princeza D. Joanna, sua mãe [1].

As qualidades moraes correspondiam.

Os defeitos, causa de todas as suas desgraças, derivaram-se da má educação, e dos impulsos generosos de um espirito, que não cabia na sua epocha, e que se enganou com ella; porém que expiou ao menos no campo de batalha, como soldado, a triste illusão de suppor, que o tempo de D. João III podia repetir os dias gloriosos do seculo de D. João I e de Affonso V.

O erro foi ainda menos seu, que do cardeal D. Henrique, e do padre Luiz Gonçalves.

Acreditando que Deus o tinha predestinado para suspender a visivel decadencia da monarchia, e levar o facho da fé catholica ao seio das trevas mais espessas, D. Sebastião imaginou fundar um novo imperio quasi ás portas do seu reino, coroando-se vencedor em Marrocos, depois de prostrar o islamismo aos seus pés [2].

Os que o rodeiavam, em vez de logo no começo corre-

[1] Tiepolo (embaixada a Portugal em 1572).—Bibliotheca real de París—Mss., cod. 9:951.

[2] Manuscripto da bibliotheca real, publicado no jornal o *Bibliophilo*, dos mezes de julho e agosto de 1849.

girem esta perigosa aberração, estimularam-a, lisonjeando as inclinações guerreiras do impetuoso mancebo com o quadro das prosperidades de D. João II, e do esplendor do reinado de D. Manuel, e avivando a cada instante a imagem heroica dos vultos dos grandes capitães, que na Asia e na Africa tinham arvorado os estandartes de Portugal sobre os muros e torres das praças inimigas.

Com tendencias similhantes, não reprimidas, mas animadas, o monarcha na flor da mocidade parecia mais um dos antigos monges-cavalleiros, só dominado pela paixão das armas, e pelo ardor de uma devoção ascetica, do que o principe, ao qual o throno, entre viçosas esperanças, promettia um longo periodo de venturas. O orgulho da realeza, e o imperio de uma vontade, que não se dobrava, desviaram-o do caminho natural, tornando-o absoluto e inflexivel nas resoluções, insoffrido contra os bons conselhos, e incapaz de escutar a rasão para lhe ceder.

Estas imperfeições eram devidas á creação quasi monastica, que recebêra; e a principal culpa com motivo devia recaír sobre o infante D. Henrique, sacerdote sujeito a pueris caprichos, e sempre dominado pelos que sabiam adular-lhe a vaidade inquieta e melindrosa. Outro mais perspicaz, no seu logar, conhecendo que a fogosa indole do rei moço se voltava com impaciencia para as emprezas arriscadas e os lances aventurosos, saberia conter dentro de prudentes limites o honroso ardor, que uma educação apropriada podia regrar sem o extinguir, não admittindo por modo algum que os mestres, em nome de obscuras ambições de claustro, pervertessem os instinctos do principe, deixando-os degenerar em cegueira, e quasi até em loucura.

D. Aleixo de Menezes, homem experiente e consummado, oppondo-se á escolha de Luiz Gonçalves para pre-

ceptor, e depois para confessor do rei, não occultou á rainha e ao cardeal as apprehensões, que a sua penetração lhe suscitava. Ninguem melhor do que elle tivera occasião de apreciar o caracter do principe; e se fosse escutada a sua voz, evitar-se-íam provavelmente muitos males, que se deploraram depois. Em todo o caso o futuro deu-lhe rasão; e os inconvenientes apontados realisaram-se todos no curto e infeliz reinado do filho do principe D. João [1].

A instrucção do principe resentiu-se do defeito capital, que D. Aleixo, seu aio, tinha prevenido.

O padre Luiz Gonçalves, aproveitando-se da posição, que a imprudencia do cardeal e da rainha lhe confiára, depressa os fez arrepender da sua leviana condescendencia.

Senhor do coração e da consciencia do monarcha, foi attrahindo a pouco e pouco para o lado d'elle a Martim Gonçalves da Camara, introduzindo-o nas suas affeições mais intimas, e quando julgou a occasião opportuna, arrojando a mascara, firmou o seu valimento sobre as ruinas da auctoridade do infante, ao qual devia o cargo, e de D. Catharina de Austria, que o inquisidor geral imaginava supplantar, e que por fim acompanhou na quéda.

Justo castigo de uma ambição, que tudo abraçava no desejo de dominar, sem capacidade para prevalecer pelos dotes do espirito, ou pelas prendas do caracter!

O amor, talvez excessivo, do proprio descanso, e o esquecimento dos antigos brios, que levaram D. João III, depois de longas hesitações, a desamparar as praças de Africa, preço de tanto sangue e de largos annos de esforços heroicos, tinham excitado a murmuração dos nobres e a estranheza do povo. Queixavam-se todos de que se lar-

[1] D. Manuel de Menezes — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I, cap. CXIII.

passem de leve aos infieis, com visivel quebra do ascendente das nossas armas, os muros gloriosos que tinham visto os nobres feitos de Affonso V, e as proezas dos fronteiros de D. João II e de el-rei D. Manuel.

De certo convinha desviar o neto dos exemplos de debilidade, que n'esta parte obscureciam a reputação de Portugal; mas a verdadeira virtude foge dos extremos, e uma cousa era inculcar-lhe com discernimento a necessidade de não adormecer, captivo da inercia da côrte, e entregue a occupações inferiores ao seu estado, e outra exaltar-lhe com louvores exagerados o ardor dos commettimentos militares, persuadindo-o a preferir o exercicio guerreiro e as emprezas arriscadas aos cuidados pacificos e mais uteis de uma vigilante e esclarecida administração.

N'este ponto, infelizmente, as inclinações do mancebo, se careciam de alguma regra, era sem duvida a de serem reprimidas, e não estimuladas.

Desde a infancia tinha manifestado qualidades, que dirigidas com acerto fariam d'elle um dos soberanos mais distinctos pela resolução e firmeza da vontade, pelo odio á corrupção e ao repouso, e pela natural propensão que o impellia a amar e promover as cousas grandes e honrosas, affrontando os trabalhos, e desprezando os perigos.

Por desgraça, os homens que haviam de desenvolver tão raras prendas, e sobre todos o confessor Luiz Gonçalves, transformaram-as em defeitos.

Em logar de moderar a vocação do principe, encaminhando-a, o mestre, para mais seguramente se apoderar do seu animo, abusou dos escrupulos de uma consciencia timida e da altivez de uma indole impetuosa, pintando-lhe a guerra contra os infieis como o primeiro dever de um rei catholico, e a sujeição ás advertencias dos parentes e

ás opiniões dos ministros, quasi como tutela indigna dos altos pensamentos e do officio de monarcha.

O fim para que estes principios se incutiam parece transparente.

A companhia de Jesus, aindaque proxima dos dias de humildade da sua fundação, já aspirava a representar no governo do mundo o papel que, tornando-a alvo da inveja universal, lhe apressou a quéda. Fiel ás maximas do instituto, Luiz Gonçalves seguia-o com paixão por todos as veredas, mesmo pelas mais tortuosas, comtantoque podesse concorrer para a sua elevação.

Arruinar a preponderancia da rainha, á qual nem o cardeal, nem a sociedade nunca perdoaram as suspeitas, que principiára a conceber de ambos, devia ser o primeiro cuidado.

A viuva de D. João III, costumada a influir nos negocios, e fortalecida pelo decidido apoio de Castella e da casa de Austria, embora se mostrasse indifferente ás grandezas e desgostosa do supremo poder, deixava perceber claramente, que só constrangida se recolheria ao silencio e ao socego da vida domestica.

Por outro lado, o infante, estreitamente ligado com a companhia, depois de a ter detestado e perseguido, não se tinha associado aos enredos machinados contra a regencia de D. Catharina, e depois continuados no intuito de lhe alienar o affecto do rei, seu neto, senão com a esperança de a substituir em tudo, illudindo-se com os protestos dos emulos, que fingiam obedecer-lhe e alargar-lhe o caminho, quando só trabalhavam para si.

Afastada a princeza castelhana da ternura e dos conselhos do principe, tocou a sua vez ao cardeal; e é justo confessar que a exclusão custou pouco aos seus perfidos alliados.

O irmão de el-rei D. Manuel não contava muitos amigos até no seio da familia real.

Durante o governo de D. João III os desejos impacientes de mandar, e a devoção hypocrita e intolerante manifestada nas occasiões, em que podia patentear os instinctos naturaes, acharam alimento nas perseguições intentadas em nome do santo officio contra os judeus e as heresias.

O inquisidor geral, accumulando as dignidades e as rendas ecclesiasticas, recreava-se com o espectaculo dos tratos, das agonias, e da ruina das victimas (algumas bem illustres na sciencia), que os seus agentes sepultavam nos carceres, invocando a pureza da fé e a lei de um Deus de paz e de caridade.

Estes ocios occupados em martyrisar a consciencia e o corpo dos que dissentiam das suas opiniões religiosas, ajudavam-o a supportar com paciencia as repugnancias mal disfarçadas do monarcha e do seu valido, o conde da Castanheira, a superioridade reconhecida do infante D. Luiz, e o ascendente da rainha.

A morte de D. João III e a regencia de D. Catharina despertaram-o, cheio de odio e de ciume, contra ella e contra os que não tinham lembrado o seu nome, ou antes contra os que o haviam esquecido de proposito [1].

A sua alliança com os homens mais notaveis, que então dirigiam a companhia de Jesus em Portugal, não teve outro objecto.

Leão Henriques, Miguel de Torres e Luiz Gonçalves, unidos entre si, deram as mãos para cada um d'elles no logar que occupava, embora os interesses dos principes fossem

[1] Vidè sobre estes acontecimentos, resumidos rapidamente aqui, a *Chronica de el-rei D. Sebastião* por D. Manuel de Menezes, part. I, cap. XLVII, CII e CIII; e Barbosa, *Memorias de D. Sebastião*, tom. III, liv. I, II e III.

oppostos, ou diversos, se entenderem como zelosos defensores da supremacia politica do instituto, sacrificando sem escrupulo as outras obrigações a esta, reputada como primeira e essencial.

Miguel de Torres, talvez o menos habil de todos tres, achava-se ao lado de D. Catharina de Austria, na qualidade de confessor.

Leão Henriques, junto do cardeal infante, mais parecia um ministro e um confidente, do que o sacerdote encarregado de lhe guiar a consciencia no caminho da perfeição.

Finalmente, o padre Luiz Gonçalves, mestre e director espiritual de D. Sebastião, tinha o cuidado de apartar, como perigosos, os que podiam offusca-lo pelo merecimento, abrindo só entrada áquelles, que pediam a sua benevolencia como chave do favor de el-rei, e que por isso mesmo patenteavam desde logo a condição servil.

Cercado dos partidarios do confessor, cuja voz era sempre echo das secretas instrucções, que recebiam, o neto de D. João III amoldou-se desde a infancia a ouvi-lo como oraculo, e a desconfiar dos individuos, que Luiz Gonçalves lhe não inculcava como zelosos catholicos e conselheiros habilitados.

A devoção do mancebo degenerou em fanatismo, obscurecendo-lhe o juizo.

Confundindo a necessidade da justa defeza do paiz com o odio implacavel contra as seitas e as crenças religiosas dissidentes, quasi que tocou as raias da demencia na idade, em que a reflexão costuma moderar os impetos juvenis.

Quando o mestre e seu irmão quizeram acudir ao mal, era tarde. D. Sebastião escutou-os sem se convencer, e proseguiu nos seus intentos.

Com os olhos fitos nas praias africanas, e o coração en-

durecido contra as supplicas e as lagrimas dos parentes e vassallos, duas vezes atravessou o estreito, uma para se recolher sem gloria, mas não desenganado da temeridade, outra, mais fatal, para deixar caír a corôa do elmo de cavalleiro aos pés de Filippe II de Hespanha, venturoso herdeiro de um throno unicamente devido ás aventuras de um principe, que repellia os conselhos como reprehensões [1].

O desejo de adquirir fama, nobre e fecundo quando temperado pela consideração das circumstancias, em D. Sebastião converteu-se quasi n'um delirio febril. A cega confiança, que lhe perturbava as faculdades, não o deixava reflectir um só instante; e na idéa de que todos se oppunham ás suas imaginarias victorias, a phantasia exaltada representava-lhe facil e rapida a conquista de toda a Africa, e possivel a conversão dos infieis á lei de Christo!

O que uma vez a ousadia natural lhe figurava como pensamento proprio de um elevado espirito, nunca se lhe desvanecia; e a resistencia, ou a contradicção, por mais auctorisadas, serviam apenas para o confirmarem no primeiro intento. Quem não o applaudia nos planos, tratando de covarde a contemplação das difficuldades, decaia do seu agrado, e passava por acanhado, frouxo e importuno.

Composta na maxima parte de mancebos levianos e aduladores, a côrte ria-se da prudencia. Os homens graves eram escarnecidos e supplantados pelos lisonjeiros, que prosperavam, annunciando os grandes e formosos feitos, promettidos pela providencia ao novo reinado.

Buscando os religiosos, que saíam do claustro para as salas do paço com os interesses e paixões do habito e da corporação, o rei habituou-se a ver quasi tudo pelos olhos

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, ediç. de 1837, cap. III.

d'elles. Afastando-se do mundo, que é a escola dos principes, imitou os monges e os frades, negando-se por calculo a todos os affectos suaves, e apagando quasi como criminosas as risonhas imagens, que despontam na vida com os primeiros sorrisos da juventude, e que só os gelos da velhice desterram, gravando em seu logar a nodoa de uma eterna saudade.

A intelligencia e a prompta percepção madrugaram n'elle; mas as promessas da infancia e dos primeiros annos só incompletamente se realisaram.

Os louvores exagerados, os applausos e a submissão dos que se prostravam diante de cada prova do seu engenho, para o incensarem, perverteram na origem o talento e a instrucção do principe, persuadindo-lhe que nascêra predestinado para comprehender tudo sem trabalho, e até para dar lições aos mestres.

Em vez de se aperfeiçoar com o uso quotidiano e o estudo reflectido dos bons auctores, demorou-se menos do que devia em os meditar, prezando sobre todos os livros e exemplos mais adequados á sua indole altiva e imperiosa, e á verdura dos seus projectos de governo e de conquista, não medindo o alcance das cousas, e não attendendo a differença das epochas e das sociedades [1].

O seu espirito, pelo que deixou escripto, vê-se que offerecia por vezes grandes rasgos de lucidez, mas toldados por frequentes eclipses, que o obscureciam.

As suas leituras resentiam-se da falta de methodo. O des-

[1] Vidè Diogo Barbosa Machado—*Memorias de D. Sebastião*, tom. IV. Os dois documentos do punho do infeliz mancebo, transcriptos pelo historiador, parece-nos que hão de corroborar o que asseverâmos. Um é a resposta a Filippe II sobre a empreza de Africa; o outro é a relação da primeira jornada ás terras dos infieis.

alinho das phrases e das idéas apparece em cada trecho, e attesta a precipitação das concepções.

Desde a puericia o cego fervor das armas, que o perdeu, revelou-se com enthusiasmo.

Nos templos, ajoelhado diante dos altares, ou nos seus aposentos, recolhido em meditações continuas, só cogitava em emprezas militares, pedindo ao senhor das victorias a benção, que exaltára os maiores guerreiros, e propondo-se para seu capitão.

Os exercicios devotos completavam este aspecto da physionomia do monarcha.

Luiz Gonçalves, incapaz de prever as consequencias do errado systema de educação, que adoptára, animava as excessivas demonstrações de piedade, com que o mancebo sonhava inclinar o céu em favor dos seus devaneios.

Por convencimento, e tambem no intuito de formar um rei inteiramente dedicado aos interesses religiosos, de que a companhia de Jesus se declarava estrenua defensora, o confessor tarde e já sem remedio conheceu, que tudo o que excede o zêlo rasoavel se transforma em fanatismo, chamma sombria e invencivel mesmo nos humildes, porém mais fatal e fecunda ainda em desastres nos que a Providencia collocou em logar eminente, commettendo-lhes o espinhoso cargo de reger os povos [1].

Muito mais sincero nas crenças, do que seu avô D. Sebastião, precipitou-se por confundir os deveres religiosos com as obrigações de soberano.

Pouco advertido, cerrou de proposito os olhos aos exemplos dos antecessores, suppondo-se mais sabio talvez do que elles, e não se lembrando, de que recebêra illesas

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, ediç. de 1837, cap. III.

as prerogativas da corôa, para manter e não deixar invadir a integridade do poder real.

As concessões, que a curia romana soube extorquir de Portugal no pontificado de Pio V, provam, que a influencia da sociedade de Jesus se tinha apoderado dos conselhos do principe, e que os agentes principaes, para conservarem o predominio adquirido, não hesitavam em tirar vangloria publica do abatimento do throno, prostrando o monarcha aos pés dos legados do papa, e o que era peior talvez, não defendendo das pretensões do poder espiritual os direitos e immunidades do governo temporal.

Em todos estes actos, reprovados pelos ministros experientes e pelos jurisconsultos consummados, coube a maior, senão a maxima parte, ao cardeal D. Henrique.

Instrumento passivo nas mãos da companhia, a troco de puras distincções honorificas e de titulos lisonjeiros, com que os curiaes souberam afagar-lhe a vaidade, subscreveu com submissão a todos os sacrificios impostos pela influencia omnipotente dos religiosos, que na realidade eram na côrte os verdadeiros e poderosos representantes dos interesses e da politica de Roma [1].

D. Sebastião desde a mais tenra mocidade manifestou logo as inclinações, que se tornaram com o tempo a feição predominante do seu caracter.

Á medida que se adiantava em idade, os devaneios da adolescencia convertiam-se em planos immutaveis, que a natural obstinação e os delirios da phantasia lhe pintavam como lances dignos de um grande rei, e para os quaes tudo lhe faltava menos a vontade tenaz, com que proseguiu

[1] Vidè Barbosa Machado—*Memorias de D. Sebastião*, part. I, tom. I, liv. II.—D. Manuel de Menezes—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I.—Balthasar Telles— *Chronica da companhia de Jesus*, tom. II.

n'elles até os chegar a consummar, por desgraça sua e da nação.

As causas provaveis d'esta infeliz preoccupação, que resistia a todos os conselhos, e até á evidencia, já as apontámos.

Era a emulação irreflectida de se igualar com os principes, que mais elevaram a reputação das nossas armas, illuminando com o esplendor do nome portuguez as regiões da Asia e da Africa.

Era o vehemente desejo de exceder nos brios pessoaes os capitães mais nomeados de D. Manuel e D. João III, que tinham tornado respeitado e temido em todo o mundo o sceptro de um pequeno reino.

Eram finalmente as paixões da sua juventude impaciente, que buscava anciosamente a fama nos mais atrevidos commettimentos, delineando novas epopéas, das quaes em imaginação se figurava já o heroe, sem possuir a capacidade, chave dos grandes triumphos, nem suspender a decadencia da monarchia.

Um livro da vida de Carlos V, que nunca lhe saía das mãos, narrando as lutas do imperador com os turcos, e outras obras da mesma natureza, acabaram de lhe transtornar as idéas, inflammando cada dia mais o seu ardor.

Os rasgos de valor e as victorias do oriente, ultimo raio de gloria, com que a nossa grandeza se despedia no occaso, abrazaram-o na impaciencia de não ficar inerte, emquanto os seus vassallos se coroavam de louros.

Unindo á demasiada confiança em si uma viva fé nos auxilios da Providencia, nada menos se propunha, do que cingir a espada de conquistador, dilatando a religião e os seus dominios, e alçando as quinas victoriosas sobre as torres de Marrocos!

As distancias, as fadigas e as despezas, os mares que tinha de atravessar, os trabalhos a que expunha o reino des-

fallecido, os perigos que o esperavam, e a incerteza do exito em expedições tão arriscadas, nada o podia deter.

Para elle os mais provados obstaculos não passavam de pretextos futeis, inventados pelo terror de conselheiros acanhados, e incapazes de attingirem a elevação dos seus designios; e desprezava-os com a presumpção de um homem, que se dizia fadado pelo céu para mudar com a sua presença a face dos imperios [1].

Dominado por estas illusões, a cegueira voluntaria, que o obcecava, cobriu-lhe sempre de nuvens a verdade. O seu maior prazer era discursar sobre as artes da guerra e da navegação, que apenas conhecia pelos livros. Quando os annos lh'o permittiram, empregou o tempo, de que podia dispor, ainda com detrimento da administração do paiz, em se aperfeiçoar nos exercicios mais proprios para robustecer o corpo, desenvolver as forças, e apurar a destreza.

O seu animo orgulhoso até n'estas recreações se revelava. Nas justas e torneios, em que entrava com os mancebos da sua idade, se algum competia com elle no garbo, ou no primor, soffria-o tão mal, que só a custo occultava o resentimento [2].

O embaixador veneziano Tiepolo, descrevendo a côrte e a pessoa de D. Sebastião, nota a paixão que el-rei mostrava pela caça.

O principe, segundo elle affirma, occupava quasi todos os seus dias nas coutadas de Almeirim, acompanhado unicamente de quatro, ou de seis cavalleiros, e de vinte monteiros de pé.

[1] D. Manuel de Menezes — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I. — Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*.

[2] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. III.

N'esta epocha, assim como depois, o neto de D. João III vestia-se com grande simplicidade, procurava os perigos só pelo prazer de os affrontar, e zombava dos que, tremendo pela sua conservação, lhe aconselhavam mais prudencia e moderação.

De verão em Salvaterra e Almeirim, de inverno nas brenhas de Cintra, pondo de parte os cuidados do governo, e confiando cegamente dos ministros o despacho dos negocios, não descansava um momento das corridas e monterias, expondo-se de proposito aos frios, ás calmas e ás injurias das estações [1].

Nunca apparecia com mais risonho semblante, do que nas occasiões em que, desprezadas as delicias que os cortezãos mimosos procuravam então por moda, se offerecia por gosto a todos os generos de asperezas.

Insensivel ás fadigas, que os outros supportavam com trabalho, e não contente com as ousadias, que em terra inquietavam os que o seguiam, saía frequentes vezes nas gallés a desafiar a braveza do mar em dias de temporal.

Ahi, immovel á pôpa, contemplava sem empallidecer, e como se fôra simples espectador, o magestoso espectaculo da tormenta. As ondas em serras combatiam, bramindo, os costados do navio; os rôlos das vagas espumantes entravam pelas estancias, em que os companheiros, prostrados, temiam a morte a cada instante; e no meio da furia dos elementos, tão seguro como se estivesse nas salas do seu paço, o rei, cruzava os braços, vendo passar tranquillo a ira de Deus pela face das aguas. Nem uma só vez se lhe notou a mais leve differença no rosto [2]!

[1] Tiepolo. Embaixada a Portugal em 1572. Biblioth. real de Paris.—Casa de Mss., cod. 9:951.

[2] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. III.

D. João de Vargas, cavalleiro hespanhol, que fez parte do exercito com que D. Sebastião invadiu a Africa, na curiosa narração que nos deixou da sua vida, confirma este retrato pintado do natural pelos chronistas.

O desejo do monarcha era tentar os riscos e as aventuras, buscando de proposito o logar mais exposto. Por isso, dizia d'elle um satyrico da epocha, que presumia tanto de si e tão pouco dos mouros, que suppunha a guerra de Africa quasi o mesmo, do que uma corrida de javalis na coutada de Pancas [1].

Recolhendo-se das caçadas, ou das temeridades navaes, o seu refrigerio em Almeirim consistia em visitar o mosteiro fundado por seu avô. As horas voavam-lhe sem as sentir, deleitado na humilde conversação dos frades. Em Lisboa, para se distrahir, chamava a miudo o jesuita Simão Gomes, denominado o sapateiro, e demorava-se a ouvi-lo horas inteiras, concedendo-lhe cadeira rasa ao seu lado. O que mais nos deve admirar, porém, é que o obscuro padre fosse convocado por ordem de el-rei para ir ao conselho de estado, e que lhe approvassem algumas vezes o voto [2]!

Lourenço Pires de Tavora, cortezão discreto e observador, escrevendo á princeza D. Joanna, mãe de D. Sebastião, quando este contava apenas dezeseis annos, referia que o rei, querendo apurar-se nos jogos corporaes, se exercitava nos torneios, e que não tendo com quem aprender, por si mesmo o fazia, sobresaíndo pelo vigor e arte, a ponto de soffrer tres e quatro horas o peso da arma-

[1] Manuscripto da bibliotheca da Ajuda, publicado no jornal o *Bibliophilo*, pelo sr. Rodrigo José de Lima Felner.—Mez de julho de 1859.

[2] Tiepolo.—Relatorio da embaixada a Portugal.—Balthasar Telles —*Chronica da companhia de Jesus*, tom. II, part. II, liv. V.

dura, correndo lanças, sem ficar demasiadamente fatigado.

A ufania do principe eram estes dotes adquiridos pela sua perseverança.

Austero e concentrado, vivendo mais comsigo do que no mundo, só as armas o convidavam. Insensivel ao amor, a mais gentil formosura para elle, era menos do que uma bella estatua.

Furtando-se nas brenhas e aldeias aos carinhos da rainha viuva e á affeição dos subditos, o seu coração fugia das ternas inclinações, como se receiasse abrir-se na aurora da vida. Estranho a tudo o que não fossem pensamentos de guerra, se por instantes se desviasse d'elles, deixando penetrar um raio de luz suave que lhe illuminasse a existencia, julgar-se-ía talvez criminoso.

Os cortezãos, desejosos de que a severidade de costumes de el-rei se abrandasse, chegaram a suppor que a belleza e a graça de D. Joanna de Castro, filha do conde da Feira, e dama de D. Catharina de Austria, tinham obrado o prodigio de o captivar; mas illudiram-se. D. Joanna era tão honesta como formosa, e o principe sabendo as fabulas que se enredavam na côrte a este respeito, apressou-se a desmenti-las. O embaixador de Castella, D. João da Silva, ouviu da sua bôca a negação formal dos amores que lhe attribuiam, e acreditou-a [1].

Outro ministro hespanhol, da intima confiança de Filippe II, e por elle encarregado de negociar o casamento proposto com Margarida de Valois, D. Fernando Carrillo, informando o seu monarcha ácerca do estado das cousas em Portugal, descreveu D. Sebastião, pintando-o como

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, cap. VIII. — Balthasar Telles — *Chronica da companhia de Jesus*, part. II, liv. IV, cap. XLVII.

soberano audaz, melindroso em pontos de brio, caprichoso e absoluto na vontade.

«Para o congraçar com sua avó a rainha viuva, e com seu tio o cardeal D. Henrique, exclama o embaixador, não vejo senão a mão de Deus, porque dos homens nada se póde esperar.»

Observando que alguns imputavam a indifferença de el-rei pelas damas a defeito physico, Carrillo declara falsas similhantes vozes, acrescentando que a verdadeira rasão era o excessivo pudor e virtude do mancebo, que tocaria o extremo de se prender por um voto de castidade se Luiz Gonçalves o não atalhasse [1].

Lourenço Pires de Tavora, nas suas confidencias á viuva do principe D. João, depois de louvar a boa disposição do rei e as prendas do seu entendimento, encarecendo a sua destreza e perfeição nos exercicios corporaes, conclue que só o magoava não poder deixar de dizer que lhe notava «o não lhe parecerem tão bem as damas como elle lhe parecia a ellas»; comtudo desculpa-o com a consideração, de que a causa da sua frieza devia imputar-se mais a demasiada virtude, do que a força de doutrina [2].

Mas é mais provavel que o receio de se amollecer no regaço de qualquer paixão amorosa concorresse tanto, como os exaltados escrupulos de consciencia, para a desgraçada indifferença que, representando-lhe como perigosas as ligações ternas, o afastou sempre de todos os consorcios lembrados e desfeitos, uns por culpa do rei de Castella e das circumstancias, outros pela formal recusa do mancebo.

[1] Salvá — *Collecção de documentos ineditos*, tom. XXVIII. — Cartas de D. Fernando Carrillo a Filippe II em 1569.

[2] D. Manuel de Menezes — *Chronica de D. Sebastião*, part. I, cap. XXXI.

Para elle as lutas, em que se adestrava com a esperança de passar a verdadeiros recontros, eram o seu unico e exclusivo prazer. Por esta rasão procurava com mais gosto as coutadas de Salvaterra e Almeirim, do que as salas da côrte, d'onde a presença dos ministros, e o despacho dos negocios o repelliam, assim como as importunas advertencias dos parentes e conselheiros de maior auctoridade.

Esta fatal e decidida inclinação tornou-se tão imperiosa com os annos, que nem diante da morte soube conter-se!

O que succedeu em Alcobaça e no mosteiro da Batalha pinta o caracter do monarcha, e as idéas confusas que formava do officio de reinar. Abertas á sua vista e por ordem sua as sepultúras, em que descansavam, entre os de outros reis, os restos de Affonso III e de el-rei D. Pedro, D. Sebastião soltou-se em censuras contra o filho de Affonso IV, e em louvores ao conde de Bolonha, um porque só se fizera celebre amando mulheres, e o outro porque unira por conquista o Algarve a Portugal.

A scena theatral não passou desapercebida, e os principes, que já tinham respondido perante a justiça de Deus e o juizo da historia, mesmo no claustro acharam uma voz, que estranhou severamente a accusação e o modo d'ella, lembrando que se os mortos assim affrontados no sepulchro não tinham deixado exemplos de conquistar os reinos alheios, podiam ensinar a conservar o proprio!

A allusão feriu, mas não emendou o neto de D. João III.

Pouco depois repetia-se o mesmo espectaculo diante dos tumulos do mosteiro da Batalha, e o corpo de D. João II, levantado e posto de pé com a espada em punho, era saudado com admiração pelo descendente de D. Manuel, que de certo mais applaudia as cavallarias de Africa e as

proezas de Toro, do que a vontade firme, com que emmudecêra as resistencias da nobreza conjurada.

Este foi o venenoso fructo da falsa educação, dada pelos preceptores do rei, e consentida pelo cardeal infante.

Pondo a idéa no desejado valimento, não socegaram emquanto não converteram em defeitos as grandes qualidades, de que o rei era dotado. Pervertendo-lhe a indole generosa, uns e outros talvez cuidavam trabalhar para si; mas Deus puniu-os fazendo caír sobre todos elles, desfeito em pó, o edificio de suas esperanças.

Abusaram da confiança leviana, que lhes entregára com a educação do mancebo o fio dos futuros destinos de Portugal. Saudado no berço pelas acclamações dos subditos, como penhor da independencia da nação, o monarcha tinha nascido para ser um dos principes mais queridos e venturosos. Inculcaram-lhe como virtudes os excessos e extremos d'ellas; e illudido pelos impetos juvenis e pelas falsas noções das cousas, o desditoso rei trocou o caminho verdadeiro pelo arriscado declive, que o levou ao precipicio.

A devoção transformou-se em fanatismo; o desejo de se exaltar com gloria converteu-se no louco ardor de conquistas impossiveis; e o timbre da realeza gravou-se na caprichosa cegueira de satisfazer a todo o custo a vontade absoluta!

Quem não o applaudisse tornava-se-lhe suspeito, e quem o contrariasse era logo reputado mau vassallo. D. Luiz de Athayde e D. João Mascarenhas, um com os louros ainda viçosos da victoria de Goa, o outro com as palmas ainda verdes do cerco de Diu, ficaram mal olhados por opporem a rasão ás sonhadas facilidades da empreza, que os lisonjeiros apregoavam.

Nos conselhos não admittia contradicção; exigia obediencia. Nas relações domesticas, e até na presença dos perigos, ria-se da experiencia como de cousa velha e in-

util, tratando a prudencia de medrosa e pueril. Só escutava o orgulho, funesta origem dos immensos revezes, que encerraram a sua curta e tão infeliz carreira.

Filippe II de Castella, que o conhecia bem desde certa epocha, mais pareceu contar com esta obcecação e com as desditas, que a castigaram, para unir debaixo do mesmo sceptro as duas corôas, do que se confiou nas allianças pedidas e nos propositos contradictorios de um mancebo, que nas vistas de Guadalupe sempre se mostrou rebelde á persuasão, deslumbrado pela vaidade de planos impraticaveis.

O maior culpado dos erros e desvarios do rei moço, foi seu tio o infante, e depois d'elle os cumplices, que o ajudaram a mudar-lhe o caracter e a intelligencia. Tanto elle como o confessor e seu irmão, imaginaram affeiçoa-lo para instrumento docil da sua elevação, e com este sentido criminoso perverteram-lhe o coração para que não guardasse de humano senão o fanatismo, e a sede das conquistas! E quando a semente venenosa produziu fructos, queixaram-se, porque o monarcha assim formado, sem uso dos homens, sem conhecimento das obrigações do seu estado, e costumado a mandar e a ver obedecer, se endurecia nos insensatos designios, que lhe tinham inspirado, ou que não souberam pelo menos reprimir desde a infancia!

Suppunham talvez doma-lo e encadea-lo para sempre? Temerario proposito! Apenas soou a hora, D. Sebastião desprendeu-se dos mentores, como se tinha separado pelo voto d'elles da ternura da rainha, que o adorava.

Todos se enganaram n'este funesto jogo; mas quem perdeu tudo foi o paiz. A esse a catastrophe custou o sangue mais puro, a perda das derradeiras illusões, a inquietação e os alvoroços da luta civil e da invasão estrangeira, e por

corôa de males a dominação detestada de Castella, rasgados com escarneo os titulos de tantos seculos, e apagada em poucos dias a carta de liberdade, escripta em Aljubarrota com a ponta da lança do mestre de Aviz!

A rivalidade e a desunião entre a rainha viuva e o cardeal infante, dataram do dia da morte quasi repentina de D. João III, se não começaram antes, o que é provavel[1].

Apenas o monarcha fechou os olhos, apresentaram-se no conselho uns apontamentos sem assignatura, escriptos pelo secretario Pedro da Alcaçova Carneiro, e o chanceller mór Gaspar de Carvalho attestou por juramento, que encerravam as resoluções de el-rei ácerca do modo por que havia de governar-se o reino depois da sua falta. Estes apontamentos conferiam a regencia a D. Catharina de Austria, emquanto o principe D. Sebastião não completasse vinte annos, idade em que devia assumir o poder soberano.

Com a ambição, que o devorava, não parece que o inquisidor geral D. Henrique visse de boa mente a plenitude da auctoridade real conferida a sua cunhada, por mais prudente e apta que se julgasse, excluindo-o a elle, filho de el-rei D. Manuel, revestido da purpura romana, e pelos annos e dignidades mais proprio, do que uma senhora idosa e sujeita ás fraquezas do seu sexo.

É de crer que, vingativo e suspeitoso como era o cardeal, não perdoasse a declaração ao chanceller, e sobretudo que registasse com o odio implacavel, que promettia a sua indole, o escripto attribuido a seu irmão, e lavrado por Pedro da Alcaçova, papel que de certo ignorou até lhe ser de-

[1] D. João III caíu fulminado de uma apoplexia nos paços da Ribeira a 11 de junho de 1557, tão attribulado e mortal que nem tempo teve para firmar as ultimas vontades.

clarado, para o desherdar das elevadas funcções a que aspirava.

O infante, já o notámos, tinha poucos amigos até no seio da familia real, e no caso de se oppor ás disposições politicas do soberano fallecido, invocando direitos contestaveis, não podia appellar para os auxilios de um partido numeroso e decidido, que sustentasse as suas pretensões em detrimento da irmã de Carlos V, protegida pela poderosa influencia de Castella, amada em geral pelas suas virtudes, que afiançavam um governo suave, e que por isso mesmo era mais respeitada e bemquista da nobreza e do braço popular [1].

Não se atrevendo a contrariar o voto de D. João III por ser o voto quasi universal, D. Henrique julgou prudente dissimular e submetter-se; mas a dor da offensa nunca se apagou do seu coração, e em todas as occasiões, que se lhe offereceram (e não foram poucas infelizmente!) não poupou á rainha dissabores e resistencias, nem as mais severas demonstrações de desagrado ao secretario Pedro da Alcaçova, que sempre as supportou com o animo viril de quem só se admiraria de um rasgo de generosidade em principe tão pequeno nas affeições como na má vontade.

Os que viam melhor então as cousas, previram desde logo as difficuldades, que esperavam o novo governo. O reinado de um monarcha de tres annos começava debaixo dos auspicios falliveis de uma regencia em minoridade tenra, e de uma administração interiormente dividida pela emulação e má vontade do parente mais proximo do soberano.

Deve comtudo confessar-se, que a rainha empregou todos os meios para satisfazer a ambição impaciente do cardeal. No acto de assumir o poder supremo declarou-o seu

[1] Vidè Barbosa—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. I.—D. Manuel de Menezes—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I.—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de elrei D. Sebastião*, cap. VI.

adjunto, prevalecendo-se dos desejos que, segundo ella affirmava, el-rei lhe manifestára anteriormente [1].

Como era de suppor, a memoria de Pedro da Alcaçova despertou-se tão viva para a confirmação d'esta eleição, como fôra prompta em trazer á luz as ultimas vontades de D. João III ácerca da regencia. As decisões de D. Catharina receberam n'esta parte, como sempre, o testemunho irrefragavel das suas recordações opportunas. Os fidalgos que assistiam ao conselho, ouvindo a rainha e o secretario, annuiram facilmente a reconhecer o infante como coadjutor do governo do reino, sem indagarem com muito escrupulo se na realidade D. João III se lembrára, ou não, do infante, propondo-o para um cargo, que nem as faculdades, nem o caracter lhe deixavam comprehender.

A rainha, convidando o cardeal para a coadjuvar, quiz evitar os enredos e as discordias, que havia de promover fóra do governo, usando das armas, que lhe proporcionava o cargo de inquisidor geral, o seu nascimento, e a intima alliança com os socios da companhia de Jesus, que tinha favorecido pouco, ou antes, que tinha perseguido em vida de seu irmão.

Na reunião do conselho, convocado em Almeirim no anno de 1540 para resolver se os quatro padres, que então frequentavam o paço, deviam saír para as missões da India; e depois, em 1544, quando occorreram accusações movidas contra o instituto por numerosos inimigos, o filho de el-rei D. Manuel tomou o negocio entre mãos, abrindo ouvidos faceis ás calumnias mais claras [2].

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. IV. — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. I. — D. Manuel de Menezes — *Chronica d'elrei D. Sebastião*, part. I.

[2] Balthasar Telles — *Chronica da companhia de Jesus*, liv. I, cap. X e XXXIV.

A inquirição, que mandou tirar de Simão Rodrigues e de seus companheiros, absolveu os jesuitas, que acharam ao mesmo tempo o segredo de applacarem a indisposição, que o infante acabava de revelar contra elles; mas a sociedade de certo não esqueceu, que nos dias de amargura e de tribulação, que ameaçaram em Portugal a sua existencia, quando fôra obrigada a lutar com a universidade de Coimbra, que lhe disputava as aulas e o ensino, e com os emulos das outras ordens religiosas, que do alto do pulpito e do confessionario combatiam os seus progressos, o principe lhe mostrára rosto contrario, não poupando diligencias para a desterrar da côrte e do paiz.

Simão Rodrigues e os primeiros padres deveram a victoria memoravel alcançada n'aquelle conflicto á protecção declarada de D. Catharina de Austria, animada pelas exhortações do duque de Gandia Francisco de Borja, que despíra as galas do paço para se amortalhar na roupeta de Santo Ignacio, e aos esforços do infante D. Luiz, que os admirava não só como imitadores dos apostolos, mas como vivos exemplos de abnegação e pobreza, offerecidos a todos os trabalhos e sacrificios, e soltos do mundo e das maiores esperanças para só buscarem a Deus, confundindo a soberba do seculo com o espectaculo da sua penitencia e mortificações [1].

O conde da Castanheira, D. Antonio de Athaide, valído de D. João III, os fidalgos da casa de Mascarenhas, tão extensa e ramificada, Lourenço Pires de Tavora, pelo nome e pela auctoridade pessoa muito estimada, e finalmente o proprio neto de D. João II, o duque de Aveiro, eram os defensores que a companhia no principio olhava como mais firmes e zelosos.

[1] Balthasar Telles — *Chronica da companhia de Jesus*, liv. I, cap. X.

A suprema ingratidão com que se houve depois com a rainha viuva e com o cardeal, provaram ao mundo, que as apprehensões do imperador Carlos V e os receios de Melchior Cano [1], do arcebispo de Toledo, do bispo de Paris, e até do seu proprio geral Francisco de Borja, e de tantos homens graves e virtuosos, não eram infundados.

Introduzindo-se com humildade apparente, ostentando-se austera e desprezadora de honras e interesses mundanos, a sociedade pouco se demorou em mudar de procedimento, patenteando as verdadeiras feições, das quaes o orgulho e a ambição sempre foram as principaes.

Os estados do reino em 1562 já denunciavam a sua desconfiança motivada, retratando o novo instituto muito differente do que se mostrára no começo, e estranhando a sua cubiça, que ardendo em desejos de adquirir, julgava bons todos os meios para augmentar o que possuia.

Desenganados pela experiencia, os concelhos representaram em côrtes, que os socios da companhia deviam ser obrigados a viver de esmolas, não se lhes consentindo mais propriedades, e tomando-se-lhes até as rendas que disfructavam. Por fim os procuradores dos povos encerravam as suas observações, reprehendendo com aspereza a maneira artificiosa por que os padres, no meio de fingidas ostentações de abnegação, e com o pretexto de ensinarem latim de

[1] Melchior Cano era bispo das Canarias e um dos mais sabios theologos do seu seculo. Os seus receios estão representados na carta ao confessor de Carlos V em 1548, transcripta na *Historia da companhia de Jesus*, por Orlandino, liv. VIII.

O arcebispo de Toledo era D. João Martins Saliceo, depois cardeal, que prohibiu o confessionario na sua diocese aos jesuitas; e o bispo de Paris, Eustaquio Bellai, na censura que fez do instituto em 1554, não se mostrou menos severo.

A carta de S. Francisco de Borja, a que se allude no texto, é a do mez de abril de 1560.

graça em Lisboa, se tinham insinuado no interior do paço e das familias para se enriquecerem de repente, contando em poucos annos mais de dezeseis mil cruzados de seu, e indicando que a sua avidez, longe de se saciar, cada dia procurava maiores vantagens [1].

Estes eram os confidentes secretos e os alliados decididos, em que o infante depositava maior confiança, para ir demolindo a pouco e pouco a auctoridade e o conceito politico da rainha regente, lisonjeando-se de que, a princeza castelhana sendo obrigada por desgostos e contrariedades a resignar o poder, só elle podia ser chamado para a substituir, não só no governo, mas ao lado do rei, ao qual o cardeal esperava amoldar a indole tenra, para o inclinar a seu favor, e o desviar gradualmente do amor e respeito de sua avó, cuja competencia e capacidade assustavam o ambicioso prelado.

Leão Henriques, da companhia de Jesus, e seu confessor, não ignorava seguramente nenhum dos segredos do inquisidor geral, exercendo sobre o seu animo acanhado, frouxo e melancolico, o poderoso ascendente, que os caracteres energicos de ordinario assumem sobre os fracos. Todas as paixões de Leão Henriques, homem sincero na devoção e na austeridade da vida, se resumiam em uma só, unica e exclusiva, na sua immensa dedicação ao instituto, que abraçára, e que por todos os modos queria ver engrandecido, preponderante e exaltado. D'esta origem procediam tanto as virtudes como os erros e defeitos, que a historia imparcial deve apontar no juizo dos seus actos. A cumplicidade do confessor de D. Henrique nas dissenções, que produziram a desunião, e depois uma ruptura publica entre a rainha e o infante, é tão visivel e palpavel, que fôra impossivel

[1] Côrtes de 1562 em D. Manuel de Menezes — *Chronica d'el-rei D. Sebastião*, part. I, cap. CIII.

nega-la. Com um conselheiro menos preoccupado dos interesses religiosos e mais zeloso do bem do estado, do que das conveniencias da companhia de Jesus, nunca as cousas provavelmente chegariam ao grau que tocaram. O saber, as virtudes e a veneração dos annos asseguravam a Leão Henriques um nobre e grande papel na côrte [1].

A sua voz, correspondendo aos impulsos de um coração leal, ligando em vez de separar o infante com a regente, evitaria os males, que a discordia produziu entre os dois principes. A educação do rei sob a ternura vigilante de sua avó não seguiria o errado caminho, que por calculos e interesses lhe deram, ou deixaram tomar os que deviam dirigi-la.

As perigosas inclinações do mancebo, reveladas desde a puericia, não estimuladas, mas reprimidas, cederiam aos bons conselhos, conservando-se o cardeal e a rainha unidos e conformes; e a influencia e auctoridade, que por culpa sua perderam um depois do outro, cada dia se fortificariam mais.

Finalmente o successor de D. João III, entre os extremos de uma affeição sincera, encontraria a severidade temperada pela indulgencia, tão util para combater as illusões da vontade absoluta e do caracter impetuoso, causas principaes da sua ruina.

Se Leão Henriques tivesse aconselhado este systema, cooperando de boa fé para elle se executar, a familia real não daria ao paiz e á Europa o triste espectaculo das suas dissenções, e a companhia de Jesus maior triumpho ganharia formando um monarcha digno do throno, do que reinando

[1] Vidè sobre o caracter e pessoa de Leão Henriques o que diz Balthasar Telles na *Chronica da companhia de Jesus*, part. II, liv. V, cap. XXXIX, e liv. II, cap. XII.

em seu nome por alguns annos para succumbir no meio do odio geral aos esforços e clamores dos seus emulos, accusada com rasão de ter viciado as grandes qualidades do principe para perpetuar o seu valimento e predominio.

Mas por desgraça, as cousas seguiram diverso rumo; e não admira, que um grande desastre castigasse a soberba e a obcecação de uns, e o orgulho, a vaidade e a sede de poder dos outros.

D. João III falleceu, como se disse, em 11 de junho de 1557, e a sua viuva logo tomou as redeas do governo durante a minoridade de D. Sebastião. Apenas tinham decorrido dois annos incompletos, já a simulada harmonia que existira entre o cardeal e D. Catharina de Austria, era alterada por uma contestação de pequeno vulto na apparencia, porém de profunda significação nos resultados. Os horisontes principiaram a cobrir-se de nuvens, e os mais perspicazes conheceram facilmente, que o infante trabalhava por separar a rainha do governo, fundando a sua elevação sobre as ruinas da influencia, de que tentava despoja-la.

Serviu de pretexto e ao mesmo tempo de prova a escolha do mestre a quem havia de confiar-se a educação do rei, o qual entrava nos seis annos de sua idade. O conselho reuniu-se para considerar maduramente a condição e qualidades da pessoa, que deveria ser preferida para este melindroso officio.

A rainha e o cardeal davam á escolha a importancia que tinha, porém cada um olhava-a por diverso aspecto. Nenhum d'elles ignorava, que da lealdade do preceptor, e do acerto da sua nomeação dependia não só a sorte da monarchia, mas ainda o ascendente, que ambos desejavam conservar. O homem collocado em tão elevado cargo podia insensivelmente dobrar as inclinações do rei, e se-

nhor do seu coração, affeiçoa-lo áquelles por quem sentisse maior estima. Não pouparam por isso diligencias para que a eleição proposta se conformasse com os seus occultos designios, chamando para o lado de D. Sebastião um mestre, que não esquecesse a obrigação, e que recompensasse o serviço com boas palavras junto do monarcha.

Lutando interesses tão divergentes, por força as opiniões haviam de dividir-se, e não era facil concilia-las. O primeiro a votar foi o cardeal, e logo descobriu o alvo a que apontava, encarecendo o zêlo e as virtudes dos socios da companhia de Jesus, e inculcando-os como os unicos habilitados pela doutrina e santidade para realçarem as prendas da instrucção com os dotes solidos de uma educação religiosa e moral, mais preciosa ainda do que a sciencia puramente mundana.

Os fidalgos, que seguiam o partido do instituto, encostaram-se ao arbitrio do infante; mas D. Catharina, que na ostentação devota do cunhado viu mais do que elle desejára manifestar, percebendo os intuitos que o moviam, deu a entender que não lhe escapavam as rasões secretas do seu voto, e declarou-se contra, recommendando com ardor dois varões insignes, um da ordem de S. Domingos, fr. Luiz de Granada, e o outro de Santo Agostinho, fr. Luiz de Montoya, qualquer d'elles digno das funcções para que os lembrava pela sabedoria e excellencia da sua moral [1].

D. Henrique não estava preparado para similhante golpe. Os seus calculos caíam todos se a rainha conseguisse nomear um dos dois religiosos. Alem de lhe dever a escolha, a circumstancia de ser castelhano roubava-lhe todas as esperanças de o converter para a sua facção. Confiada na fidelidade de um compatriota, a regente podia apoderar-se do

[1] Barbosa—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. I, liv. I, cap. XV.

animo de seu neto, e educado no amor e veneração da princeza, não era de crer que elle em nenhum tempo lhe negasse a obediencia, ou deixasse prevalecer os emulos da viuva de D. João III, calcando aos pés, para os contentar, as leis da natureza.

Mas D. Catharina não mostrou o vigor necessario na sua resolução. Por um lado o seu confessor, o padre Miguel de Torres, jesuita, e por outro a camareira-mór D. Joanna de Sá, por tal fórma souberam illaquear-lhe e combater-lhe as repugnancias, que a decidiram a ceder, aceitando Luiz Gonçalves da Camara para preceptor de el-rei, movida pelos artificiosos louvores com que lhe exaltavam a nobreza do seu nascimento e a bondade dos seus sentimentos[1].

A rainha expiou depois dolorosamente a culpa d'este acto menos reflectido. A companhia de Jesus, triumphante, nunca esqueceu a opposição feita no conselho; e espertando habilmente a ambição e o ciume do cardeal, serviu-se d'elle para a desviar do governo, como se aproveitou do mestre e de seu irmão Martim Gonçalves para afastar tambem depois o infante, punido pelos proprios cumplices.

Os maus effeitos da condescendencia da rainha não se demoraram. Aconteceu o que ella tinha receiado, e não soube prevenir.

Collocado o padre Luiz Gonçalves junto de el-rei com a auctoridade de mestre, o trama começou logo a enredar-se, e o cardeal, estimulado pelos seus mentores, e valendo-se da parte, que tinha no poder, cuidou em a aproveitar para constituir um partido, a fim de enfraquecer o de sua cunhada, que os afeiçoados do infante em repetidas murmurações figuravam menos apta, do que na realidade era,

[1] Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. I, liv I, cap. XV.

para guiar o leme do estado, allegando contra ella o sexo, os annos, e até a qualidade de estrangeira.

D. Catharina, ou porque já estivesse apercebida, e saindo ao encontro dos adversarios quizesse desengana-los de que ainda não chegára a hora de vencerem, ou porque na verdade se achasse enfadada e desgostosa com o peso dos negocios, não oppoz á ambição impaciente do inquisidor geral a resistencia, que se esperava, antes adoptou subitamente a resolução de se demittir espontaneamente do governo, recolhendo-se ao silencio do claustro e á modestia da vida devota [1].

Na vespera de Natal do anno de 1560 a princeza castelhana chamou o cardeal, e invocando as vivas saudades do marido e o proposito de se apartar do mundo, depositou, ou fingiu depositar em suas mãos, o supremo poder, nomeando-o para lhe succeder na regencia como parente mais proximo do rei.

D. Henrique dias antes nada cubiçava tanto de certo como o exercicio, que voluntariamente se lhe conferia agora; mas tomado de repente estremeceu e hesitou. O seu caracter timido e desconfiado viu um perigo, ou uma cilada na facil abdicação, que a rainha lhe propunha.

Seguiu-se larga contestação entre ambos, em que a sinceridade não podia ser grande de parte a parte. O infante desculpava-se de aceitar o encargo, e a viuva de D. João III media a insistencia pelas repulsas d'elle, sorrindo-se talvez interiormente da pusillanimidade do homem, que não cessára de machinar com os seus cumplices uma completa mudança, e que no instante, em que lhe entregavam sem luta o que buscára á custa de prolongados esforços, recuava com receio.

[1] D. Manuel de Menezes — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I, cap. XLVII.

Por fim concordaram em que a renuncia se verificasse, se as côrtes, expressamente convocadas, a admittissem, ouvidas as rasões da princeza, cujos desejos (dizia ella) se reduziam a retirar-se para um mosteiro, onde descansasse.

Fiel ao seu plano, ou á sua deliberação, se foi sincera, D. Catharina, em 24 de dezembro, dirigiu uma carta aos estados, informando-os dos motivos apparentes da escusa, e igualmente dos que a aconselhavam a designar o cardeal para ser o seu successor na regencia.

Esta scena um pouco theatral, segundo suppomos, não passou de um ardil da irmã de Carlos V para mostrar ao infante, que o amor dos povos a não tinha desamparado, e que apesar de filho de el-rei D. Manuel, elle não podia contar com igual apoio. O exito não a desmentiu.

Sabida a decisão da rainha, respondeu o sentimento geral. Todos preferiam o seu governo, apesar de algumas faltas, ao de D. Henrique, que reputavam frouxo e de condição impropria para tão elevado cargo. Tanto as camaras, como a nobreza e o clero escreveram por esta occasião á viuva de D. João III, dissuadindo-a do intento com affectuosas expressões [1].

Entre os prelados, que mais instaram para que D. Catharina não cedesse o governo, sobresaíu o virtuoso arcebispo de Braga D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, ponderando o perigo de expor o reino a perturbações em tempos de desassocego e novidades.

Em outro periodo da sua carta, alludindo ao cardeal, por entre uns longes de elogio não disfarçava certas phrases, que haviam de soar pouco agradavelmente aos ouvidos do futuro rei de Portugal.

[1] D. Manuel de Menezes — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I, cap. XLVII.

O arcebispo pedia á rainha, que se compadecesse do infante, não lhe carregando sobre os hombros a pesada cruz do governo, porque já não era leve a que elle arrastava com tantos negocios ecclesiasticos a seu cargo, e com a coadjutoria na administração do paiz, acrescentando que temia, se a regencia recaísse n'elle, que cedo não tivessemos cardeal, nem governador [1]!

Persuadida pelas supplicas quasi unanimes dos estados, e triumphante com esta publica demonstração, D. Catharina desistiu da renuncia, declarando, que ainda continuaria por algum tempo, não querendo parecer ingrata, depois das finezas de vassallos tão leaes e dedicados.

Vendo este desenlace, talvez previsto desde o principio por sua cunhada, é natural que D. Henrique se arrependesse, mas tarde, da tibieza que revelára recusando o poder no momento, em que lh'o offereciam sem condições; e de certo não faltaria quem lhe descobrisse o laço, em que se deixára caír, proporcionando á regente em opportuna occasião um testemunho espontaneo da nação em favor da sua auctoridade.

A tregua, que succedeu a este ensaio das forças de cada um dos emulos, não foi longa.

Em menos de dois annos os amigos do infante, advertidos pela experiencia, por tal modo dispozeram as cousas, e applicaram-se a fortificar o seu partido com tal arte, que a rainha, desenganada, decidiu renunciar a regencia, afastando-se do tumulto da côrte, e d'esta vez a resolução foi decisiva e inabalavel.

Os estados do reino, chamados nos principios de outubro de 1562, e naturalmente apalpados pelos confidentes do cardeal, consentiram em confiar o governo e a tutoria

[1] D. Manuel de Menezes — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I, cap. XLVII.

do rei a D. Henrique; mas para os mover lutaram os seus amigos com grandes repugnancias [1].

As deliberações prolongaram-se, e D. Henrique, assumindo a direcção dos negocios, não ignorava, que alguns fidalgos suscitaram opposição ou duvidas á mudança promovida em seu favor.

Um dos cortezãos, que mais se distinguiu nos enredos, que prepararam a renuncia de D. Catharina de Austria, foi Lourenço Pires de Tavora. Desde a sua missão diplomatica em Roma travára estreitas ligações de amisade com os prelados da companhia de Jesus, e provavelmente por suggestões d'elles inclinou-se ao partido do infante.

Na qualidade de um dos trinta eleitos da nobreza o astuto ministro empenhou-se com ardor em vencer a resistencia de muitos senhores, que escutavam mais as insinuações do conde da Castanheira, do que a voz do cardeal [2].

Apesar d'isto as côrtes, nas clausulas que propozeram, não occultaram as apprehensões e as suspeitas, coarctando a auctoridade confiada a D. Henrique, e procurando sujeita-la ao voto deliberativo de conselheiros, que não podesse nomear, e que não lhe fosse licito attrahir por meio de seducções e recompensas.

Alludimos á petição (que não foi deferida) de se formar um conselho, composto de doze pessoas principaes eleitas pelos estados, e prohibidas durante o exercicio de aceitarem empregos, ou mercês da corôa [3].

Estas precauções, assim como os prudentes conselhos

[1] D. Manuel de Menezes — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I, cap. CII.

[2] Ibidem — *Chronica de elrei D. Sebastião*, part. I, cap. CV. — *Papel de Lourenço Pires ao cardeal regente.*

[3] Ibidem — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I, cap. CIII. — *Noticias das côrtes de 1562.*

com que Lourenço Pires esclareceu os primeiros passos do novo regente, pouco fructo produziram.

Apenas o cardeal se achou investido na posse do governo, começaram os desacertos.

O animo apoucado do principe carecia do vigor preciso para se mostrar superior ás influencias, que o dominavam. Em vez de mandar com auctoridade, recebia as inspirações de confidentes obscuros, deixando-se rebaixar ao papel humilde de pupillo dos interesses, que devia conter e desarmar.

Dir-se-ía que não appetecêra o logar a que subíra, senão para de mais alto dar em espectaculo a pobreza das faculdades e a debilidade do espirito. As esperanças fundadas na sua administração, se as havia, depressa esmoreceram; e não faltaram credulos de boa fé, que se arrependessem de o terem ajudado a supplantar a rainha viuva, sem comparação mais propria, do que elle, para tão espinhosas funcções, sobretudo n'uma epocha de minoridade.

Ao mesmo tempo principiavam a notar-se os maus symptomas do absoluto predominio, que Luiz Gonçalves da Camara tinha alcançado sobre o animo do seu discipulo.

Mestre imposto pelo infante e pelos amigos da sociedade de Jesus, entrou no paço como triumphador, arrastando por satellites para o coadjuvarem outros dois socios do instituto de Santo Ignacio, os padres Gaspar Mauricio e Amador Rebello, tambem apontados e protegidos por D. Henrique [1].

Para se entregar a taes preceptores sem defeza o espirito de principe tão novo, e desde a infancia tão inclinado a gran-

[1] D. Manuel de Menezes — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I, cap. CIII. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. III.

des emprezas, córadas pela sombria luz do fanatismo religioso, desprezaram-se os conselhos do ayo D. Aleixo de Menezes, varão encanecido nas armas e nos negocios, e muito estimado de Carlos V, que possuia a rara prenda de conhecer os homens.

Existindo ecclesiasticos de merecida reputação, e bispos dignos de se lhes commetter a instrucção do monarcha, desviaram-os de proposito para chamarem com fatal cegueira os padres da companhia, cuja ambição não assustava já só os povos, mas feria até a penetração do imperador e de Filippe II, seu filho, que sempre os olharam com desconfiança!

Como era de suppor, Luiz Gonçalves cuidou sobretudo de se apoderar completamente da vontade do monarcha, que apenas saía da infancia, incutindo-lhe as idéas e os preconceitos, que depois foram a causa dos seus infortunios, e separando-o da ternura de sua avó, e do respeito do cardeal, no começo cumplice, e com o tempo victima, da docilidade credula com que se tinha prestado a similhante plano de educação.

Com a vista sempre fita no futuro, e ardendo em vivos desejos de engrandecerem o instituto á sombra do valimento real, os mestres da companhia não se esqueceram de desarreigar do animo tenro do mancebo os sentimentos, que o sangue e o amor da familia fazem tão puros e suaves.

Procuraram tornar-lhe suspeitos os parentes mais proximos, e conseguiram a pouco e pouco desvia-lo da sua affeição.

Os ministros antigos e consummados, que estranhavam o modo por que viam educar o rei, e a funesta exaltação, que os lisonjeiros applaudiam como virtude filha do zêlo da propagação da fé, eram separados do seu lado e do seu

ouvido, como homens pesados pelos annos, e importunos pelo orgulho.

D. Henrique, illudido pela inepta ambição, que o deslumbrava, assistiu a tudo isto com o seu voto, imaginando, que todas estas machinas se apontavam unicamente contra o predominio de D. Catharina de Austria, de Pedro da Alcaçova, e dos velhos conselheiros, que haviam sobrevivido á quéda do conde da Castanheira; como se religiosos tão mundanos nos projectos, e dominados pela politica invasora da companhia, podessem tropeçar um só instante em escrupulos, ou suspender a prosecução dos seus designios detidos pela contemplação de uma alliança, de que já não careciam.

Cedo se desenganou, expiando as levianas rivalidades, que o oppozeram á regente, saindo do governo, e perdendo o ascendente, ao qual sacrificára tudo.

D. Sebastião, que o não amava, nem estimava, principiou a recebe-lo com desabrimento, e terminou fechando-lhe inteiramente a entrada da sua intimidade.

Persuadiram-lhe que as advertencias do infante e as da rainha tendiam a reduzi-lo quasi á servidão de uma tutela, indigna de um caracter viril, e da magestade do throno [1].

A regencia de D. Henrique durou seis annos, e no fim todos suspiravam pela hora de a verem terminada.

É provavel, que os parciaes de D. Catharina de Austria, cada vez mais offendida, exaltassem o desgosto publico; mas tambem é certo que a gerencia do cardeal realisou os receios, que as côrtes e as pessoas circumspectas manifestaram, cedendo á triste necessidade de o nomear.

[1] Vidè Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, e D. Manuel de Menezes — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, part. I. — Fr. Bernardo da Cruz tambem deixa perceber uns longes, de que descobrira os fios d'esta conspiração.

No intervallo, occupado pela administração do inquisidor geral, a rivalidade entre elle e sua cunhada cresceu e envenenou-se.

Apesar de mais recolhida e de menos applicada aos negocios, a irmã de Carlos V nunca os perdia de vista, acompanhando-os com a sua presença e com a sua voz, quando as circumstancias a convidavam.

A elevação de Luiz Gonçalves ao logar de confessor do rei, com a significação hostil, que o facto sobretudo apresentava, bastaria para a despertar de quaesquer illusões, se advertida, e não ignorando os enredos empregados para lhe alienar o amor e a obediencia do neto, primeiro em beneficio do infante, e depois em proveito do mestre e da companhia de Jesus, ella podesse descuidar-se de corresponder á inimisade dos adversarios, embaraçando-os, e suscitando-lhes obstaculos.

A resolução de declarar a maioridade aos quatorze annos, dando por findo o governo temporario, parece ter sido uma especie de golpe de estado, a que não foi talvez estranha a influencia da princeza castelhana [1].

Se a iniciativa não foi sua, tudo inculca pelo menos que não se oppoz, antes approvou. Esperava de certo reassumir ao lado do joven monarcha o logar, que tantos annos conservára nos conselhos de seu esposo; e fortificada com o apoio de Hespanha, e com as sympathias de um partido numeroso dentro do reino, julgou que não lhe seria difficil offuscar o cardeal, cuja vaidosa incapacidade todos tinham apreciado, trazendo o confessor á sua devoção, e com elle os adherentes mais activos de D. Henrique, ou supplantando-os, caso resistissem, por meio dos artificios que a larga experiencia dos homens e da côrte lhe ensinavam.

[1] Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião,* tom. II, liv. I, e tom. III, cap. I.

Por outro lado um passo tão importante não podia arriscar-se sem o accordo e a cooperação de Luiz Gonçalves; mas a annuencia d'este não custa a conceber. Apartado o infante do poder, ficava elle mais desassombrado de contemplações, e com as mãos mais livres para dirigir em sentido opportuno as inclinações do alumno, que por muito tempo não seria rei, senão de nome.

O que mais admira em todo este lance, jogado por tão oppostas vontades, é o procedimento de D. Henrique. A sua inquieta ambição teria vacillado, ou a prisão e o peso dos negocios seriam taes, que lhe vergassem o espirito, cansado de lutar com difficuldades, que não sabia desatar?

O segredo de tão subita conversão em homem dominado pélo orgulho de mandar e destituido das qualidades precisas para ennobrecer o governo, nunca passou dos que tomaram parte nos successos, e só nos é licito rastrear obscuramente um, ou outro ponto, seguindo os apagados vestigios, que nos deixaram.

O que melhor concorda com o caracter de inquisidor geral é que os seus alliados, conhecendo a sua fraqueza, o seduzissem com promessas capciosas, encarecendo-lhe a abdicação voluntaria da regencia, antes de D. Sebastião perfazer os vinte annos, como um rasgo magnanimo, de que o principe guardaria grata e viva memoria, e que não poderia deixar de agradecer, lançando-se nos braços do cardeal para este o encaminhar nas primeiras incertezas. Representada assim a renuncia com tão risonhas cores, e tentado o infante pela vaidade, que era a feição proeminente da sua indole, explica-se que visse na maioridade, não o termo, mas a quasi perpetuidade do poder.

Nos vôos lisonjeiros d'estas esperanças, suppoz de certo, que o reinado que ía antecipar, seria exclusivamente seu, e que para possuir sem contestação a realidade do favor e da

auctoridade, devia affectar a abnegação de se despedir a tempo das funcções, que exercia.

Se foi este o calculo, confessemos que não era inhabil. Infelizmente para D. Henrique, os que o aconselhavam, longe de o coadjuvárem, trahiram-o. O sacrificio ficou inutil, e dentro em pouco a experiencia desenganou o filho de D. Manuel, de que os confidentes, que mettia mais no seio como amigos, zombavam da sua credulidade, unindo á perfidia a irrisão [1].

Entretanto, quaesquer que fossem os pensamentos e os secretos planos dos que mais concorreram para a mudança, o resultado provou depois, que se tinham illudido todos. Nem a rainha, nem o infante conheciam o caracter de D. Sebastião. O unico senhor do coração e dos segredos do rei era o confessor, e por isso foi tambem o unico que acertou.

Proclamada a maioridade, e confiadas na apparencia as rédeas do estado ás mãos inexperientes do monarcha, o absoluto ascendente de Luiz Gonçalves revelou-se abertamente. A sua estrella empallideceu a luz de todas as outras influencias; a sua voz foi obedecida, e só os que protegia, ou recommendava achavam no soberano favor e boa sombra.

Este facto, que, segundo parece, devia congraçar a rainha com o infante para minarem unidos o valimento, que destruia as pretensões de ambos, ainda os separou mais. As antigas dissidencias aggravaram-se, e os padres Leão Henriques e Miguel de Torres, confessores dos dois principes, estreitamente ligados entre si e com o mestre Luiz Gonçalves, longe de pacificarem os resentimentos, parecia entenderem-se para os excitar.

A preponderancia, que o gabinete hespanhol conquis-

[1] Vidè os escriptores citados nas paginas antecedentes. Se não declaram, alguns deixam ao menos perceber o mesmo juizo, que nós formâmos dos acontecimentos.

tára sobre o nosso desde os tempos de D. João III e do infante D. Luiz, e que tanto Carlos V, como D. Filippe II, tinham procurado dilatar, serviu de pretexto aos adversarios de D. Catharina para a indisporem com o rei, pintando-a como inteiramente dedicada á casa de Austria, e resolvida a não poupar esforços para que o reinado de D. Sebastião se não apartasse da especie de sujeição aos interesses da côrte de Madrid, que por tantas vezes fôra reprehendida no governo de seu esposo.

Não era preciso mais para as suspeitas penetrarem no animo do mancebo. Olhando a princeza como castelhana, e não como segunda mãe pelos extremos, recatou d'ella segredos de estado com offensiva precaução, fugindo de attender o seu voto e as suas advertencias, e olhando-as como outras tantas ciladas suggeridas pela influencia estrangeira, que detestava.

Afastada por esta maneira a rainha da participação directa na gerencia dos negocios, e mal contemplado o cardeal nas diligencias, que repetia, querendo ser o primeiro junto do soberano, e não reparando que só conseguia tornar-se importuno e quasi odioso, pelas instancias e mais que tudo pelo modo por que tratava o rei, o predominio de Luiz Gonçalves augmentou rapidamente e sem contradicção.

Unido com Martim Gonçalves da Camara, seu irmão, que soubera fazer aceito, e cujo ascendente pouco cedia ao seu, dominaram ambos por tal fórma o animo de D. Sebastião, que só os ouvia a elles e aos que os auxiliavam, suffocando a emulação e a inveja com demonstrações tão asperas, que depois até a verdade emmudeceu, temendo ser punida como crime.

Martim Gonçalves, honrado com os empregos de escrivão da puridade, de vedor da fazenda, e de conselheiro de estado, era a alma do governo, o dispensador das mercês,

e o executor dos designios dos que o collocaram em posição tão eminente para ser o instrumento docil de suas pretensões.

No meio, porém, dos triumphos obtidos, a viuva de D. João III, mesmo retirada, perturbava a serenidade do valimento, que os irmãos queriam perpetuar. Desejando firmar ainda mais a base do absoluto dominio, que a mocidade impetuosa do monarcha lhes entregava, aproveitaram-se de todos os recursos, até dos que a rasão e a moral condemnavam, para cada vez separarem mais o principe do affecto de sua avó, e para desenganarem a irmã de Carlos V, saciada de dissabores e desacatos, de que todas as tentativas para recuperar o amor e a confiança do neto sairiam frustradas, porque os encontraria sempre a elles entre o coração do monarcha e as suas queixas.

Conhecendo, que na ambição do confessor e na dos seus parciaes existia a verdadeira causa das repugnancias de D. Sebastião, D. Catharina recorreu a Filippe II e á princeza D. Joanna, mãe do principe, descrevendo-lhes o estado das cousas, e invocando o seu apoio.

O rei de Castella, que de certo observava sem grande pezar os desvarios do sobrinho, embora os lastimasse publicamente, não demorou a intervenção [1]. O duque de Feria foi mandado a Portugal com a missão especial de applacar as discordias, que desuniam a familia real; porém nada conseguiu. O favor de Luiz Gonçalves assentava em alicerces muito solidos para se abalar ao primeiro sôpro contrario.

Em presença do resultado, que devia prever, a rainha não soube, ou por calculo não quiz reprimir a magua. Repellida e aggravada, annunciou a resolução de voltar para Hespanha; e Filippe II, não menos resentido do mau exito,

[1] Vidè Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião,* part. III, liv. II.

ordenou ao embaixador castelhano D. João de Borja, que obtivesse licença de el-rei, e apressasse a partida da princeza.

Apenas soou a noticia o reino fez causa commum com D. Catharina. Os odios contra os validos e contra a companhia exacerbaram-se, e os que tinham aconselhado a D. Sebastião o procedimento aspero e ingrato, que feria o coração de sua avó, assustados com o alvoroço geral, renegaram a sua obra.

As pessoas principaes, e entre ellas o bispo de Silves, Jeronymo Osorio, escreveram á viuva de D. João III, persuadindo-lhe que mudasse de proposito, e que antes de escutar a justa paixão attendesse aos inconvenientes da sua ausencia, e ao remorso de deixar o soberano inteiramente entregue ao arbitrio dos conselheiros, que lhe lisonjeavam os appetites [1].

O senado de Lisboa, em termos vigorosos, declarou em nome dos povos, que a saída da rainha seria uma calamidade publica, estranhando, como reprehensivel, que o governo a não atalhasse, quando o clamor geral o advertia dos erros anteriores e da necessidade de os reparar.

Temendo as consequencias do descontentamento publico, que desde o throno dos reis até ao mais humilde subdito parecia fallar pela mesma bôca, o partido que dispunha cegamente, não só do poder, mas da vontade do principe, julgou prudente não se arriscar aos perigos de uma resistencia mais pertinaz, e decidiu-se a dar a tempo a satisfação exigida para não provocar explosões, que na sua furia de certo não poupariam os mais altos, e por isso mesmo os mais expostos [2].

[1] Vidè Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. II, cap. I.— *Carta do bispo de Silves á rainha D. Catharina*, datada de 7 de fevereiro de 1571.

[2] Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. II, cap. I.

D. Sebastião, insinuado pelos seus mentores, constrangeu-se, e veiu pessoalmente suavisar a dor, que tinha causado; mas D. Catharina não se illudiu com a submissão apparente dos validos, e querendo demonstrar o seu desagrado á sociedade de Jesus, despediu de confessor o padre Miguel de Torres, golpe que por força havia de ser sensivel aos discipulos de Santo Ignacio; que estavam longe de esperar similhante prova de resolução.

Mas a viuva de D. João III, profundamente offendida, não se limitou a este rasgo de severidade.

Aproveitando a coincidencia, recorreu tambem ao legado do papa, o cardeal Alexandrino, que saíra de Roma nos fins de junho de 1571 e se esperava em Lisboa por todo o mez de novembro [1].

O objecto ostensivo da sua missão era propor em nome de Pio V uma liga contra os turcos, na qual deviam tomar parte o imperador e os reis de França, de Polonia e de Portugal; mas parece provavel, que as instrucções secretas não fossem restrictas só ao assumpto, de que vinha encarregado.

Filippe II exercia grande ascendente pelas suas possessões de Italia sobre a curia romana, e julgâmos verosimil, que não se esquecesse n'esta occasião de o empregar em favor de sua tia e da influencia castelhana junto a D. Sebastião.

Em todo o caso os esforços do legado, se os empregou, não produziram mais effeito, do que as representações de D. João de Borja. Luiz Gonçalves e seu irmão saíram triumphantes, e o seu poder cada vez se firmou em mais solidos fundamentos.

D. Catharina invocou tambem ao mesmo tempo a virtude

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. II, cap. III.

e a amisade do geral da companhia de Jesus, que era então Francisco de Borja, duque de Gandia, confiada no seu respeito pela memoria do imperador, e na sua dedicação á familia real de Hespanha.

Depois de lhe expor os motivos, que a decidiam a ausentar-se de uma terra, aonde deixava com tanta saudade os ossos de seu esposo, a princeza, inflammada em ira contra o valído, accusava-o de mandar como director espiritual o que ensinava cômo mestre, e de ser a causa voluntaria dos erros e desvarios de el-rei [1].

Para o apartar do lado de seu neto lembrava um meio, que não desmentia as tradições politicas do governo de Carlos V. O geral podia chamar Luiz Gonçalves a Madrid, sob pretexto de se informar com elle ácerca do estado do paiz, e de accordo com o legado, prohibi-lo de voltar, ordenando-lhe que obrigasse seu irmão a demittir-se dos empregos, que occupava.

A rainha previa, que n'este plano o maior perigo havia de nascer da resistencia de D. Sebastião; mas notava, que obtida a ausencia do confessor, o desengano e os bons conselhos seriam mais escutados, e que por fim o principe acabaria por agradecer como serviço o que era de crer que estranhasse no primeiro impeto como offensa e quasi como violencia!

Ácerca da sociedade de Jesus, commedindo-se talvez por calculo, apenas reflectia ao geral, que a quéda de Luiz Gonçalves restituiria ao instituto o bom nome e o conceito offuscado, applacando os receios e as queixas, e desaffrontando o monarcha, unica esperança do reino, da coacção moral, que o cegava, impedindo-o de seguir os generosos impulsos de um coração bem formado.

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. III, cap. VI.

A respeito do infante D. Henrique a linguagem de Francisco Cano, secretario da rainha, ou antes a indignação da irmã de Carlos V, não soube reprimir-se tanto. D. Catharina advertia a Francisco de Borja, que na sua vinda a Portugal com o cardeal Alexandrino se acautelasse muito das informações capciosas e da affectada brandura do inquisidor geral, o qual se lhe devia tornar suspeito pela sua inimisade contra ella, e pela sede de poder que o devorava [1].

Por ultimo insistia, observando ao duque de Gandia, que se o mal não fosse cortado a proposito, prohibindo-se aos padres da companhia a vida de cortezãos, e a cubiça, que os levava a assenhorearem-se do ouvido do soberano para disporem do governo despoticamente, recaíria sobre o prelado com justiça toda a responsabilidade das desgraças, que se experimentavam, e de outras, ainda maiores, que se temiam.

Em diversas communicações a seu sobrinho o rei de Hespanha, a viuva de D. João III, movida pela ira, não poupava mais os adversarios, flagellando-os com recriminações pungentes.

Assegurava-lhe, que o mestre, por sua má indole, precipitava a D. Sebastião, alienando-lhe o amor dos subditos, e concluia, que tinha conseguido transformar um principe amigo da virtude em um mancebo indocil, arrebatado, e desprezador dos vinculos sagrados da natureza.

Estas, e outras considerações, que repetia nas suas correspondencias, provam que a rainha usava sem escrupulo das armas, de que podia valer-se; e não lhe faltaram adherentes, ornados de saber, que advogassem, como sua, a causa da esposa do monarcha fallecido, tornando arriscada

[1] Barbosa Machado—*Memorias de D. Sebastião*, part. III, liv. II, cap. III.

a posição do mestre e do bando, que o seguia, cujo unico apoio era o rei, e não menos odiosa a condição do cardeal D. Henrique, que apesar de descontente, ainda preferia a voz do partido opposto a D. Catharina.

Entre os mais venerados sobresaía o bispo do Algarve, Jeronymo Osorio [1].

Na carta dirigida em 1570 a Luiz Gonçalves, o prelado, ostentando-se desprendido dos sorrisos e favores da côrte, estranhava com inteireza as reformas e os rigores inuteis, com que Martim Gonçalves pretendia emendar o mau estado das cousas; e avivando o parallelo da pobreza e abnegação dos primeiros dias da sociedade de Jesus n'este reino com o espectaculo das riquezas adquiridas depois, e com a cubiça e a ambição, que todos os dias ía desenvolvendo, acrescentava, que taes abusos justificavam as murmurações geraes, e a accusação, de que o instituto queria assenhorear-se do animo do rei para absorver o governo, cousa escandalosa e funesta [2]!

Mas a censura mais cruel era a que se referia aos casamentos frustrados de D. Sebastião. O bispo de Silves dizia sem disfarce que toda a gente estava persuadida, de que a repugnancia do monarcha procedia das secretas insinuações do confessor, e de Martim Gonçalves, os quaes receiavam decaír da auctoridade se o mancebo se unisse a uma esposa, que lhe suavisasse a indole, domando-a pelo amor.

Jeronymo Osorio não attenuava, antes aggravava a culpa da recusa, mostrando que ella devia pesar principalmente sobre o mestre, assim como o descontentamento do reino, do pontifice, e das côrtes de França e de Castella, porque, sendo publico, que D. Sebastião vivia sujeito aos conselhos dos dois irmãos, a sua reluctancia seria facilmente destruida

[1] *Cartas ineditas* do bispo de Silves D. Jeronymo Osorio.
[2] Ibidem.

se elles devéras o tentassem, visto poderem mais do que os ministros antigos e do que os parentes proximos e extremosos do soberano [1].

Entretanto, nem prevaleceram as diligencias do gabinete hespanhol e do legado, nem as censuras do bispo de Silves e de outras pessoas de merecida reputação.

Emquanto a morte não separou o mestre do seu lado, o principe nunca deixou de o estimar, ouvindo-o. Depois honrou-lhe as cinzas com as lagrimas sinceras, que daria á perda de um pae. D. Catharina, excluida da direcção dos negocios, debalde procurou reconquistar a ternura do neto; e o infante D. Henrique, desamparado pelos seus alliados, teve de se apartar tambem, sepultando na opulenta abbadia de Alcobaça os pezares e os odios da sua nova e impotente rivalidade.

Luiz Gonçalves da Camara, que subíra a este grau de valimento, conseguindo supplantar a avó e o tio do monarcha, e os ministros mais conceituados, descendia de sangue illustre.

Por seu pae João Gonçalves da Camara Lobo, capitão da ilha da Madeira, pertencia a uma nobre e antiga familia, e por sua mãe D. Leonor de Vilhena entroncava-se na distincta casa dos Menezes, como neto do conde de Tarouca, prior do Crato e mordomo-mór dos reis D. João II e D. Manuel.

Laureado nos estudos de Parìs, aonde se ligou com Leão Henriques, seu condiscipulo, recolheu-se a Portugal, e passou a frequentar o curso de theologia na universidade de Coimbra. A reputação, que desde logo grangeou no seio da academia portugueza foi merecida. Versado na leitura dos auctores classicos, e applaudido como profundo erudito no conhecimento das linguas latina, grega e hebraica, real-

[1] *Cartas ineditas* do bispo de Silves D. Jeronymo Osorio.

çava as prendas do saber pela agudeza do engenho, tão facil em conceber como prudente em ponderar, e pela natural fluencia das palavras que sempre lhe acudia [1].

Individuos dotados de tão grandes qualidades eram os que a companhia de Jesus, ainda no começo, buscava então com maior empenho, para unir o lustre das grandes vocações á admiração excitada pela novidade dos exercicios adoptados nos seus collegios.

Pedro Fabro, que tratára de perto o mancebo em París, aproveitou em Portugal a entrada, e conversando-o soube attrahi-lo.

O resultado correspondeu. Dentro em pouco tinha a satisfação de convencer o futuro mestre de el-rei; e Luiz Gonçalves, vestindo a roupeta do instituto, buscava no silencio do claustro um abrigo contra as illusões do seculo [2].

A sua carreira como religioso foi rapida e proporcionada á capacidade.

Em 1547 já era reitor do collegio de Coimbra, e em 1550, voltando de sua missão á Barbaria, merecia ser proposto pelo famoso Simão Rodrigues, tão habil e perspicaz em conhecer os homens, para o cargo de mestre do principe, filho de D. João III.

Eleito assistente do segundo proposito geral voltando de Roma, aonde Ignacio de Loyola o admittiu á sua intimidade, por tal modo soube captar a benevolencia do monarcha, que sem a pedir alcançou a honra de el-rei o designar para seu confessor, emprego de que se escusou, allegando a pouca idade, a falta de experiencia, e uma repugnancia invencivel para os negocios. Foi preciso para ceder que

[1] Balthasar Telles — *Chronica da companhia de Jesus*, liv. II, cap. XXXIX.

[2] Ibidem — liv. VI, cap. XLVI.

Ignacio de Loyola, n'uma carta datada de Roma em agosto de 1552, o obrigasse pelo preceito da obediencia, tranquillisando-o ácerca das tentações do paço, e dos perigos da demasiada altura, de que receiava precipitar-se [1]!

N'aquella epocha era sincera ou calculada esta resistencia?

O segredo hoje não parece facil de penetrar; entretanto a memoria da voluntaria abstenção, que então provou, e a idéa do desprezo, com que repellia as ambições e as grandezas, deviam concorrer bastante para illudir a rainha D. Catharina na sua fatal escolha. De certo não o faria tão de leve, apesar de tódos os esforços e enredos, se lendo no futuro, podesse prever, que mudadas a fortuna e a condição, o mestre se converteria em seu inimigo irreconciliavel.

Se é exacta a pintura que o embaixador de Veneza nos deixou da figura e feições do padre Luiz Gonçalves, o confessor não tinha que agradecer a influencia á boa sombra e á sympathia da pessoa. Asseverando em 1572, que a sua auctoridade no reino era pelo menos igual á que Ruy Gomes exercia em Hespanha, Tiepolo descreve-o com pouco lisonjeiras cores.

O semblante do mestre (diz elle) não inculcava n'este tempo menos de cincoenta annos; e a sua presença de si já rustica e pouco agradavel, ainda se tornava mais repulsiva pela falta de um olho, que o desfigurava, e pelo defeito que lhe prendia a falla ás vezes.

O diplomata veneziano [2] elogia-o pela sciencia theolo-

[1] Balthasar Telles — *Chronica da companhia de Jesus*, liv. I, cap. XXXIX.

[2] Officio do embaixador veneziano Tiepolo ao seu governo sobre as cousas de Portugal, em 1572.—Bibliotheca real de Paris—Casa dos Mss., cod. 9:951, citado no tom. III do *Quadro Elementar*, tom. III, pag. 434 e 435 (nota).

gica, e pela austeridade da vida religiosa no centro das delicias da côrte; mas não escurece ao mesmo passo, que Luiz Gonçalves incorrêra no odio do paiz, e que tanto a rainha viuva, como o cardeal D. Henrique e o infante D. Duarte apressavam o dia, em que o casamento do monarcha, segundo esperavam, os havia de desaffrontar do jugo do confessor [1].

Apenas tomou as redeas do governo, declarada antes dos vinte annos a maioridade, D. Sebastião revelou na escolha dos ministros as mais intimas affeições.

A viuva de D. João III recommendava Pedro da Alcaçova Carneiro, como tão experiente, encanecido no trato dos negocios, e dotado de relevantes qualidades politicas, para o primeiro logar nos conselhos do novo reinado; mas o cardeal e os partidarios da companhia de Jesus, por inimisades antigas, e mais ainda talvez com o receio, de que a elevada capacidade do secretario e confidente da rainha os offuscasse, propozeram como homem indispensavel a D. Martinho Pereira, fidalgo já entrado em annos, filiado nos planos dos seus protectores, e de uma devoção tão exaltada, que para conservar illesa a castidade falleceu solteiro!

Miguel de Moura, depois secretario de el-rei, e discipulo de Pedro da Alcaçova, do qual sempre falla nas suas memorias com respeito e agradecimento, virtude rara em cortezãos, achou o segredo de não naufragar aonde se perderam os protectores da sua fortuna.

Caíu em graça ao infante D. Henrique, provavelmente porque o inquisidor geral desejava desassombrar-se da presença do futuro conde da Idanha, e atravessou sem perigo as mudanças muito frequentes d'esta epocha.

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. v.

D. Martinho Pereira, nomeado vedor da fazenda, e apontado como salvador nas criticas circumstancias, em que se encontrava o erario publico, empenhado e desfallecido de recursos, não tinha na realidade outro merecimento, alem do fanatismo, em que acompanhava o irmão de D. João III. Applaudindo as violencias praticadas contra as seitas e crenças diversas da sua, singularisava-se pela admiração, com que obedecia cegamente aos actos e palavras do cardeal, que por isso mesmo o lembrava para todos os cargos, exaltando-o como exemplar de honra e de virtude [1].

Miguel de Moura, alludindo a D. Martinho, lembra-se com gratidão, de que lhe deveu em 1568 muitos favores, e procura retribui-los, encarecendo as suas prendas de estadista; mas reconhece ao mesmo tempo, com rara ingenuidade, que *foram sempre escondidas, não se sabendo d'elle o muito, que depois mostrou nas cousas de que esteve encarregado* [2].

O outro ministro, e de certo o mais influente, foi Martim Gonçalves da Camara, sacerdote, doutor em theologia, e irmão do mestre.

A sociedade de Jesus, que já tinha voz preponderante no governo, designou-o como representante do seu partido ao lado do monarcha, e sem difficuldade obteve que se lhe confiasse o cargo eminente de escrivão da puridade, abolido depois que o bispo de Vizeu D. Miguel da Silva fugíra para Roma. A presidencia do desembargo do paço, a da mesa da consciencia, e a suprema jurisdicção nas cousas da justiça, completavam a sua repartição. D'este modo o infante D. Henrique pela escolha de D. Martinho Pereira, pessoa do seu seio, e feitura de suas mãos, e Luiz Gonçal-

[1] Vida do secretario de estado Miguel de Moura, escripta por elle mesmo.—Ediç. de 1840, pag. 115.

[2] Ibidem.

ves pela elevação de seu proprio irmão firmaram logo na entrada do novo reinado a sua alliança e valimento, mas com diverso exito; porque o ministro eleito pelo cardeal, sendo apenas um instrumento facil de quebrar, não podia combater, ou supplantar a importancia do collega, que de dia para dia dilatava o seu poder, senhor da vontade do principe pela intimidade de Luiz Gonçalves, e fortificado com o ascendente irresistivel da companhia, que n'este periodo reinava mais do que o soberano.

A rainha viuva, que o inquisidor geral, e o instituto olhavam como o obstaculo principal, que se oppunha á sua ambição, foi a unica desattendida e desprezada na formação do ministerio de seu neto, constituido com o proposito declarado de a magoar, separando dos negocios as pessoas, accusadas pela sua fidelidade de serem mais suas affeiçoadas.

Nenhum dos conselheiros inculcado por ella foi aceito; e as suas recommendações, se para alguma cousa serviam, era para os tornar suspeitos, ou mal vistos.

Pedro da Alcaçova, em vez de subir ao logar de primeiro ministro, para que a sua reputação o apontava, decaíu do agrado, e foi mandado saír da côrte, e convidado a renunciar por meio de composição o officio de secretario, conferido a Miguel de Moura, logoque o antigo confidente de D. João III, curvando habilmente a cabeça, se decidiu a ceder o passo aos adversarios, bem seguro de que cedo o vingaria a incapacidade d'elles [1].

As dissenções, assim principiadas entre a princeza castelhana, de uma parte, e o cardeal e a sociedade de Jesus da outra, aggravaram-se successivamente, segundo mostrámos, dando em resultado o golpe de estado de Almei-

[1] Vida do secretario de estado Miguel de Moura, escripta por elle mesmo, pag. 116.

rim no anno de 1579, pelo qual D. Sebastião rompeu com sua avó, e se apartou d'ella, retirando-lhe inteiramente esse resto de apparente confiança, que até ahi simulára para entreter as illusões da irmã de Carlos V.

D. Catharina recolheu-se ao palacio de Xabregas, e el-rei, que poucos mezes habitava na capital, aonde o importunavam as prisões do ceremonial e o despacho no conselho, residia longe d'ella, nos paços de Santos, ou nos da Alcaçova, evitando o mais que podia a vista e as queixas da rainha, que no amor e nos extremos fôra para elle uma segunda mãe.

Crescia entretanto a auctoridade de Martim Gonçalves. Só para elle tinha el-rei ouvidos. O povo, certo de que ninguem seria escutado, calava-se e obedecia.

A nobreza, impaciente e offendida, imputava-lhe todos os erros do soberano, e não cessava de exagerar os motivos rasoaveis, que alimentavam o descontentamento geral [1].

Entre as arguições que os emulos, e os inimigos dos validos repetiam, uma das que mais sensação causava pela sua côr de veracidade, era affirmar-se, que o cardeal e o escrivão da puridade, então ainda unidos, inspiravam ao rei o aborrecimento, que não occultava, contra a cidade de Lisboa [2].

Acrescentavam que o fim de Luiz Gonçalves e de seu irmão, afastando o principe de Lisboa para o trazerem distrahido por caçadas e monterias, era desvia-lo da intimidade da rainha e dos fidalgos mais graves, para o terem sempre assim debaixo dos olhos, pousando com elle

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. v.

[2] Jeronymo Osorio, bispo de Silves — *Cartas ineditas*. — Carta a Luiz Gonçalves da Camara, ediç. de Lisboa, anno de 1818.

de portas a dentro, e não deixando penetrar no seu coração nem um raio da luz da verdade [1].

Os effeitos d'este plano cada vez se tornaram mais sensiveis.

As ausencias repetidas do monarcha desgostavam a nobreza, que D. Manuel e D. João III por motivos politicos tinham chamado á côrte para melhor a afeiçoarem á obediencia, que o severo governo do filho de Affonso V fizera triumphar das resistencias oppostas por duas conjurações.

Offendidos da indifferença com que eram tratados pelo soberano e pelos validos, os fidalgos desampararam o paço, em que muitos tinham sido creados, e recolhiam-se aos solares das provincias, aonde esqueciam depressa em exercicios rudes e indignos do seu nascimento os primores e a polidez, devidos á fina educação, que os ultimos reis tanto se esmeravam em promover, querendo ornar a corôa com as prendas de cavalleiros tão distinctos pelas armas como pela cultura do espirito [2].

Os actos do governo, inspirados pelos mentores de D. Sebastião, excitavam, e em parte mereciam, as accusações, que os feriam! A regencia de D. Catharina de Austria, conhecendo os males produzidos pelos erros do reinado, a que succedia, não se atreveu, comtudo, a corta-los pela raiz, reservando para mãos mais vigorosas a applicação dos remedios heroicos, exigidos pelas circumstancias, remedios que deviam assustar um poder vacillante e temporario.

Entretanto, apesar de já se inclinar para o occaso, a gloria de nossas armas ainda brilhou na India com o esplendor das proezas de Cananor no tempo de Luiz de Mello, com as victorias de Damão, e pela derrota dos turcos em Behe-

[1] *Cartas ineditas* do bispo de Silves.—Carta ao confessor Luiz Gonçalves da Camara.

[2] Ibidem.

rem. D. Constantino de Bragança, e depois d'elle o conde de Redondo mostraram-se dignos de elevado emprego, que occuparam, honrando o nome com acções que tornaram o dominio portuguez temido e respeitado em uma epocha de minoridade e decadencia [1].

Por outro lado, a defeza de Mazagão em Africa, confundindo as esperanças dos infieis, convertêra em opprobrio e desalento d'elles, os esforços, que tentaram com orgulhosa ousadia. Sitiados por bandos numerosos, que alguns escriptores elevam a oitenta mil homens de peleja, os nossos cavalleiros, que as muralhas meio alluidas mal cobriam, e só respiravam das fadigas de um assalto no meio dos trances de outro, ostentando a antiga e admirada constancia repelliram os partidos, que lhes propunham, e preferiram a morte gloriosa dos fronteiros de D. João I e de Affonso V, ao aviltamento de capitulações affrontosas [2].

A administração do infante D. Henrique participou dos defeitos do seu caracter.

A divisa adoptada pelo cardeal era a maxima —*festina lente*—, e por tal modo se conformou com ella, que por vezes attingiu o heroismo da inercia, cruzando os braços e adormecendo nas horas do perigo, quando todos clamavam, e invocavam a direcção do chefe!

Na alma amortecida do principe, com a ambição, que o dominava, só ardia ainda o sombrio fanatismo dos primeiros annos da sua juventude. Para opprimir as consciencias o seu zêlo não carecia de estimulos; no mais a vontade incerta estremecia e hesitava para no fim, como sempre acontece ás intelligencias mediocres, vergadas ao peso da responsabilidade, seguir cegamente a opinião dos confidentes, que não duvidavam sacrificar a dignidade da

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião.*
[2] Ibidem.

corôa e os principios do governo aos seus interesses e engrandecimento.

Os negocios do estado, quasi resolvidos como conflictos fradescos, caíram debaixo da tutela dos prégadores, que povoavam a côrte servil e sacerdotal do regente, aonde tudo se decidia com os olhos no céu, com o nome de Deus na bôca, e com a cubiça e a hypocrisia no coração.

Os jesuitas, cujo ascendente era então absoluto e preponderante, assoberbavam as outras ordens religiosas, emmudecendo ao mesmo passo a virtuosa liberdade, com que os antigos ministros costumavam fallar aos reis. Ninguem se atrevia n'esta epocha infeliz a rasgar as ligaduras, apertadas sobre as feridas abertas e incuraveis, que desfalleciam a monarchia, receiando padecer pela verdade. Os conselheiros mais austeros, descontentes e desattendidos, retiravam-se a pouco e pouco para as suas terras, deplorando os abusos, para que debalde pediam emenda, e suspirando pelo termo de um governo, que se persistisse, promettia ainda maiores desgraças. Os que a indole docil, ou servil, amoldava a supportarem tudo, sem se envergonharem do papel de cumplices, ajudavam a sepultar as ultimas tradições dos reinados de D. Manuel e D. João III, calando os remorsos com a satisfação das recompensas, mas confessando em segredo a incapacidade e a corrupção, que viam exaltar, e que amaldiçoavam, acompanhando-as manietados ao seu carro de triumpho!

Na conta, que o infante offereceu a el-rei, na solemnidade da coroação, desenham-se perfeitamente as suas inclinações. Entregando o poder ao monarcha, o cardeal insistiu no proprio louvor, observando, que para aceitar a regencia tinha quasi arriscado a vida, sujeitando-se ao peso dos negocios em idade já adiantada, e com uma saude tão

debil e delicada[1]. É de crer que este ornamento rhetorico, figurado para avivar a sua devoção civica, fizesse sorrir mais de uma vez os cortezãos, que o escutavam, e por experiencia conheciam a ambição impaciente do principe.

Entre as providencias, que citou como principaes na sua gerencia de seis annos, o inquisidor geral apontava no governo ecclesiastico a aceitação pura e simples do concilio de Trento, a larga generosidade, com que auxiliára em Lisboa, Coimbra, Braga, Evora e Santarem a fundação, ou o engrandecimento dos collegios da companhia de Jesus, não se esquecendo de inculcar como serviço, se é possivel, ainda mais importante, as despezas consumidas nas casas e carceres do santo officio de Coimbra, que declara, com singular prazer, terem ficado muito bons, concluindo que alem d'isto dotára a inquisição do reino com o rendimento annual de 3:000$000 réis tirados do arcebispado de Lisboa e dos bispados de Evora e de Coimbra[2]!

Ácerca das conquistas o relatorio do regente appareceu mais conciso e modesto.

Por elle se adverte logo que a sua administração não alcançára n'aquellas remotas regiões nenhum triumpho assignalado, dos que as nações gravam na memoria, porque ficam na historia como brazão perpetuo de engrandecimento.

O cardeal expunha succintamente, que tinha nomeado um vice-rei para a India, e que provêra a praça de Tanger de capitão, depois de terminadas as novas fortificações,

[1] Mss. da academia real das sciencias de Lisboa — Memorias politicas do cardeal rei.

[2] Memorias politicas do cardeal rei — *Papel que deu a el-rei quando lhe entregou o governo.* — Mss. da academia real das sciencias de Lisboa.

e acrescentando que em Ceuta mandára igualmente acabar as obras militares principiadas no reinado de D. João III [1].

Alludindo á armada que apromptára a fim de punir os insultos dos francezes contra a ilha da Madeira, promettia ás nossas armas completo desaggravo, não se olvidando de notar o cuidado com que apressára os trabalhos de reparo e de construcção nas torres de S. Gião (S. Julião da Barra), de Setubal, e em todos os logares maritimos situados sobre as costas do Algarve.

Ácerca dos estimulos devidos á prosperidade interna do paiz, desfallecido pela necessidade de sustentar com o seu braço dominios tão distantes á custa de guerras dilatadas e incessantes, o principe applicou-se a encarecer a diligencia, com que se occupára de reformar as leis, que regiam as nossas relações commerciaes com a Mina e toda a costa de Guiné, aproveitando a occasião para observar, que tanto no temporal como no espiritual aquelle extenso trato de territorio exigia as providencias, que se tinha resolvido a publicar [2].

Em um artigo especial informava o soberano, de que se achava terminada a chronica de el-rei D. Manuel, por Damião de Goes, e depois ajuntava logo, que tinham sido enviados novos embaixadores a Roma [3].

Seria longo e mesmo ocioso insistir em muitos outros pontos, comprehendidos na conta official do infante, apre-

[1] Memorias politicas do cardeal rei—*Papel que o cardeal deu a el-rei quando lhe entregou o governo.*—Mss. da academia real das sciencias.

[2] Ibidem.—Mss. da academia real das sciencias. Codice *M* designado pelos numeros $\frac{22}{17}$.

[3] Ibidem.—Codice *M* numero $\frac{22}{17}$.—*Papel que o cardeal deu a el-rei quando lhe entregou o governo.*

sentada com solemne pompa na assembléa, que assistiu á ceremonia da coroação.

O inquisidor geral escolheu de proposito o momento para se recommendar á gratidão do monarcha, que por lisonja antes da epocha legal ajudava a investir na posse do mando; e commemorando os actos, que indicava, como sendo os mais notaveis do seu governo, mal encobria o intuito reservado de se inculcar em nome de tantos serviços para continuar, com outro titulo, mas com a mesma auctoridade, o papel que acabava de representar.

Foi esta de certo a esperança do infante, esperança, como já tocámos, talvez insinuada pelo confessor e seus adherentes, anciosos de verem antecipada a hora de se abrir o reinado do principe, que tinham educado, e de se libertarem da incommoda tutela do filho de D. Manuel, que muitas vezes eram obrigados a contemplar, receiando que a vaidade, facil de irritar, o desviasse do partido, que na apparencia o exaltava como chefe, porém que na realidade o não estimava, nem lhe obedecia.

O governo de D. Sebastião, nos primeiros tempos, foi apenas a continuação da menoridade com ministros diversos.

Luiz Gonçalves avivou o seu ascendente, saindo a pouco e pouco da sombra, em que se escondêra por calculo em parte, e tomando por fim abertamente a perigosa posição de confidente e conselheiro preponderante.

A rainha viuva, e Pedro de Alcaçova no principio, e depois o cardeal D. Henrique, e os seus partidarios, experimentaram dentro em pouco a desconfiança dos seus emulos, e os enredos com que os homens novos, aos quaes a sua imprudencia aplanára o caminho da privança, procuravam afasta-los da côrte e da amisade do soberano.

D. Aleixo de Menezes, que no emprego de aio do mo-

narcha tantas vezes tivera occasião de lhe estudar a indole, penetrando segredos, que a idade não consentia dissimular, não se enganou nem com o caracter dos validos, que o reinado do neto de D. João III ia collocar acima de todos, nem sobre as desastrosas consequencias de um governo inspirado exclusivamente pelos interesses apaixonados de uma corporação religiosa, guiàda pela ambição, que a esse tempo era asperamente reprehendida até por alguns prelados seus, que a censuravam de não se mostrar escrupulosa na escolha dos meios, dando de mais nos olhos com as suas riquezas, e sobretudo abusando da familiaridade que tomava nos palacios dos reis e dos grandes [1].

Os nossos escriptores pozeram na bôca de D. Aleixo de Menezes um discurso, que mais se nos figura composto ao sabor das opiniões dos que lh'o suppozeram, do que accommodado á realidade das cousas.

Segundo a versão dos historiadores o antigo conselheiro de D. João III, tocado de virtude prophetica, viu de longe os acontecimentos futuros, e quiz absolver-se da cumplicidade, lavando as mãos de toda a culpa. Antes de se despedir do paço, invocando os annos e o amor que provára ao principe desde a infancia, e desejando salvar o respeito e a auctoridade da pessoa, disse-lhe pela ultima vez a verdade.

Prevendo as alterações, que haviam de succeder, governando o confessor á sombra de um monarcha moço, de genio indomavel, e deslumbrado por idéas exaltadas de conquista, D. Aleixo, na falla que lhe attribuem, não poupou as allusões contra Luiz Gonçalves e os planos da companhia, deixando transparecer ao mesmo tempo as

[1] Vidè a carta de S. Francisco de Borja datada do mez de Abril de 1560.

suas desconfianças, depois justificadas pelas temeridades proprias do caracter d'el-rei [1].

Mas a previsão e a segurança, com que o aio apontou os perigos do novo reinado, saíram tão ajustadas com os successos, que ainda estavam para nascer, que suscitam a suspeita, de que as palavras, citadas como suas, fossem unicamente obra dos inimigos dos validos, pouco escrupulosos em as cobrir com este honrado nome, quando os factos já clamavam contra a ambição dos que rodeavam o rei, tornando-o instrumento docil de suas ambições.

Era um meio artificioso de se furtarem aos golpes dos contrarios, e de cunharem ao mesmo tempo com vigor as queixas, que todas as classes repetiam, apontando para o precipicio, aonde o desditoso mancebo corria a despenhar-se.

Em 1569, que julgâmos ser a verdadeira data do documento, de que se trata, D. Aleixo de Menezes já tinha fallecido, e do fundo do sepulchro o velho cavalleiro não podia desmentir os que invocavam o respeito de suas cãs para darem mais relevo ao descontentamento publico, symbolisando-o na austera eloquencia de um homem incapaz de trahir os seus deveres.

Seja o que for, o velho aio (se era elle) não hesitou em pôr o dedo sobre as feridas mais vivas, advertindo a D. Sebastião, de que deveria esperar, entrando no governo com tão pouca idade, que os aduladores lhe persuadissem que fugisse da companhia e dos conselhos da rainha e do cardeal. Não contente ainda com esta primeira verdade, que penetrava nos secretos pensamentos do confessor e de seu irmão, rasgando inteiramente o véu, notava ao soberano,

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, tom. III, cap. I.

que os lisonjeiros o haviam de desviar da intimidade de seu tio e de sua avó, suffocando a voz amiga do sangue, para assim se assenhorearem com mais segurança da sua vontade e inexperiencia [1].

Passando depois a encarar outro ponto não menos importante, com igual conhecimento do futuro, ponderava que seria provavel, que alguns cortezãos ambiciosos, tentando o coração do monarcha, com os olhos no proprio proveito, o excitassem a emprehender acções maiores, do que os poderes do seu reino, não medindo o risco, ou a difficuldade, e só inspirados pelo desejo de alcançarem o seu agrado. O aio acrescentava, que desde os tenros annos nunca temêra, que o animo do principe se pervertesse, certo da pureza dos seus costumes, porém que sempre receiára n'elle o excesso das qualidades e o extremo nas virtudes, concluindo, que não se deixasse sua alteza illaquear, nem convencer de leve com pretextos de consciencia e de religião, porque lhe affirmava, que as perturbações e trabalhos, que houvessem de affligir a monarchia, só por esta porta achariam entrada [2].

O velho conselheiro de D. Manuel e de D. João III, como experimentado no trato dos negocios, ou os que fallavam pela sua bôca, não omittiram outra consideração, tambem digna de ser lembrada.

Eram os inconvenientes, que deviam seguir-se da frequencia dos fidalgos moços, creados com o principe, antevendo que a sua demasiada communicação com um mancebo impetuoso e inimigo de contradições, atrás dos passatempos da juventude traria o valimento immerecido de alguns, e o abatimento e desprezo dos ministros formados

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, tom. III, cap. I.

[2] Ibidem.

no estudo da politica, e tão queridos sempre dos soberanos, que os sabiam conhecer e empregar[1].

Ao mesmo tempo D. Aleixo não se esqueceu de indigitar outro escolho, não menos perigoso, censurando, que os religiosos e os ecclesiasticos, distrahidos da observancia dos seus institutos, fossem chamados e ouvidos em deliberações, que só pertenciam ao governo temporal do estado.

«De ordinario, dizia elle, as cousas profanas dão-se mal tratadas por mãos sagradas, devendo saber-se que as pessoas ligadas por votos, ou pelas ordens, ao altar e ao culto, em qualquer das mercês que obtêem para as suas corporações, ou para a sua classe, recebem sempre muito mais do que o necessario para remunerar os serviços de ministros seculares; porque differentes são as exigencias de uma communidade, á qual o muito parece pouco, do que os desejos de um individuo, que se satisfazem com pequenos premios depois de largos annos de serviço.»[2]

Quem não vê retratada nas advertencias, attribuidas a D. Aleixo, a physionomia do rei, que principiava quasi ao saír da infancia a carreira, que havia de terminar, cortada em flor, sobre um campo de batalha, e que parecia ter herdado com o sangue de sua mãe e da casa de Austria alguns dos toques da fatal allucinação, que obscureceu a rasão de sua bisavó, Joanna a louca?

E nos traços, em apparencia fugitivos, com que eram desenhados em geral os perigos principaes, de que o novo reinado se devia afastar, conhecendo a historia da epocha, e os personagens, que representaram os primeiros papeis, quem não vê logo sobresaír por entre as sombras calculadas d'estas vagas allusões a figura do confessor,

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, tom. III, cap. I.

[2] Ibidem.

obreiro incansavel da preponderancia da sociedade, que o sentára ao lado do throno para se elevar a si? Quem não descobre, mais adiante, mas em futuro proximo, a Christovão de Tavora, Luiz da Silva, e todos os validos moços, que instruidos pela experiencia de D. Alvaro de Castro, e ajudados pela morte de Luiz Gonçalves, derrubaram o poder vacillante de Martim Gonçalves, apressando talvez com este passo, sem o quererem, a catastrophe, que os sepultou com o monarcha nas ruinas de uma derrota, a que poucos sobreviveram?

O discurso de D. Aleixo ainda memorava outros inconvenientes, prevenindo contra elles o soberano.

Observando, que para se extirparem abusos inveterados, e se abraçarem reformas, que de perto modificassem o modo de ser e os costumes de uma nação, era necessario proceder com grande tacto, tomando o pulso ás resistencias, e caminhando sempre allumiado pela prudencia, o aio aconselhava ao rei, que não ordenasse de leve mudanças nos trajos e nos usos, que ponderasse muito qualquer alteração na moeda, ou nas medidas e pesos estabelecidos, porque taes providencias, por justas e necessarias que parecessem, haviam de levantar o descontentamento dos interesses lesados no primeiro golpe, alem da profunda perturbação introduzida nas transacções economicas [1].

Se D. Aleixo pronunciou as palavras, que em seu nome correram, devemos confessar, que em 1568 via já tão claros como se estivessem passando por diante de seus olhos os actos, que assignalaram a administração do soberano, ou antes o governo dos validos.

Suscitando a execução da lei de 3 de julho de 1535,

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, tom. III, cap. I.

publicada por seu irmão D. João III contra os gastos demasiados, o cardeal na sua regencia, talvez inspirado pelos mesmos confidentes, que dominaram depois em nome de D. Sebastião, tinha decretado em 5 de junho de 1560 uma nova pragmatica, mais rigorosa que a antecedente, e sobretudo mais severa e vigilante quanto á fórma do processo e á applicação das penas[1].

Ambas ellas, porém, foram excedidas pela lei de 28 de abril de 1570, a qual, depois de ordenar, que ninguem despendesse mais, do que os seus rendimentos, e procurasse salvar algumas sobras para empregar em bens de raiz, ou *prata chã,* mandava que não se podesse comer á mesa, mais do que um assado e um cozido, ou um picado, e nenhum doce[2]!

Em todos os outros aspectos as reformas intentadas resentiam-se do mesmo espirito ascetico nos legisladores, e dos pensamentos guerreiros do monarcha.

Os ministros, filhos do instituto de Jesus, imaginaram de leve, que os costumes das nações corrompidas pelas delicias, e prosperidades se regeneram com preceitos legaes, fulminados contra os effeitos, e silenciosos ácerca das causas, que deixam subsistir; e o rei, não menos imprudente e illudido, cuidava, que para restaurar na sua epocha uma sociedade, similhante á que no seculo anterior tinha ajudado as emprezas de Affonso V e dos filhos de D. João I, bastava dictar a frugalidade e o comedimento

[1] Leis de 3 de junho de 1535, impressas por Affonso Lourenço, e de 5 de junho de 1560, sobre os vestidos de seda e feitios d'elles, e ácerca das pessoas que os podem trazer.

[2] Lei de 28 de abril de 1570. Diz o texto d'ella: «que pessoa alguma não possa comer á sua mesa mais que um assado, e um cosido, e um picado ou desfeito, ou arroz ou cuscuz, e nenhum doce como manjar branco, bollos de rodilha, ou outra cousa d'esta qualidade.»

nas despezas, como se esta forçada parcimonia produzisse o desinteresse, a abnegação e o fervoroso culto da honra, que fôra a devoção e a gloria dos cavalleiros mais louvados pelos seus brios!

Alem do erro economico o erro politico logo devia ferir a vista; e as consequencias depressa convenceram os reformadores. Foi mesmo o principe, em 1578, quem animou os maus exemplos, que no começo do seu governo desejára reprimir. O fausto, que os fidalgos ostentaram para o acompanharem na jornada de Africa, uns arruinando-se para sempre, e os outros empenhando-se para muito tempo, não equivalia á mais solemne e publica desobediencia, que podiam ter as ordens do soberano[1]?

Entretanto, as superfluidades dispendiosas eram elogiadas na côrte como rasgos de primor. De certo só a modestia espartana seria ahi escarnecida, e os agrados do rei premiando os mais zelosos, esqueciam inteiramente a austeridade quasi monastica das leis de Martim Gonçalves da Camara, as quaes, como succede sempre ás exagerações contrarias aos usos estabelecidos, nunca passaram provavelmente da estampa para a vida das classes, que tão de perto affectavam!

Apesar dos inconvenientes, desde logo declarados, e das providencias adoptadas na minoridade, e seguidas em mais ampla esphera depois de el-rei assumir a direcção dos negocios, o valimento de Luiz Gonçalves, e de sèu irmão continuava a empallidecer todos os astros da côrte, que não recebiam a luz do favor do confessor e de seus adherentes mais intimos.

Desconfiado de sua avó, que os mentores lhe pintavam como inteiramente dedicada a proteger em Portugal o pre-

[1] Sobre o luxo dos preparativos para a expedição de 1578, vidè os principaes historiadores.

dominio da casa de Austria, e pouco inclinado ao cardeal, que mal disfarçava já o odio, que substituira a amisade que antes o ligava aos validos, o rei moço cada dia se desviava mais dos ministros, que poderiam abrir-lhe os olhos, e que, talvez menos bem advertidos, perderam toda a influencia sobre o seu animo por de repente a quererem conquistar.

Entretanto, depois da primeira jornada de Africa, e da volta de D. Sebastião ao reino, occorreram acontecimentos, que prepararam a quéda do partido, que prevalecêra contra a irmã de Carlos V, rasgando novos e mais tristes horisontes diante da breve carreira, que o principe havia de percorrer com desastroso fim.

A furtiva saída do monarcha para Tanger mostrou aos emulos do mestre, que o seu poder sobre a vontade do alumno, só docil com elle, não era tão absoluto, como se julgára; e quando o principe se recolhia queixoso da tibieza, com que os ministros mais parecia contrariarem, do que ajudarem a sua empreza, não faltaram insinuações e enredos tecidos com habilidade para o seu descontentamento se aggravar ainda [1].

Por outro lado os amigos do cardeal infante, já unido a esse tempo com a viuva de D. João III, segundo suppomos, não cessavam de minar por todos os modos a influencia, que Martim Gonçalves, cego pelo orgulho, alardeava sobre o coração do soberano, com soberba mais intoleravel para os invejosos, do que a mesma realidade, que os offuscava.

Um acto, que só se explica pela mais completa obcecação, tinha acabado de alienar o resto das sympathias ao irmão do confessor.

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. II, cap. XXXIII.

A secreta rivalidade, que existia entre o inquisidor geral e o irmão do confessor, exacerbada pela luta de ambos, veiu a rebentar por uma fórma indecorosa, quando el-rei, para illudir os receios de parentes e vassallos, chamou de repente a nobreza, e passou com ella o estreito, embarcando-se em Cascaes, mais como um aventureiro, que buscava a fortuna, do que como um principe, que saía armado para castigar injurias, e sujeitar contrarios.

Nomeado regente na ausencia do soberano o cardeal D. Henrique partíra á pressa de Alcobaça, e chegando a Lisboa, tinha-se aposentado nas casas de D. Martinho de Castello Branco, aonde prestou juramento nas mãos do arcebispo D. Jorge de Almeida, sendo geralmente obedecido.

O valido, porém, ou porque a inimisade o aconselhasse mal, ou porque se resentisse de não ser elle o preferido para se lhe entregar o governo, não quiz dissimular, atrevendo-se a publicar o seu desgosto, e negando-se a exercer as funcções do officio de escrivão da puridade!

Para tornar mais pomposa a abstenção theatral, retirou-se como um potentado, que abdicasse, ao convento de S. Domingos de Bemfica, aonde se conservou até el-rei voltar [1].

Este desacato, que o feria ao mesmo tempo na soberba e na vaidade, de certo ainda pareceu maior, do que era, a D. Henrique, tanto pela ousadia de um simples clerigo conceber a audaciosa idéa de competir com elle, como pela segurança do presente e do futuro, que tão aggressivo passo inculcava, mostrando quem o adiantava, offendendo o sangue real, que se reputava superior a todo o castigo confiado na benevolencia do principe [2].

[1] Barbosa—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. II, cap. XXVII.—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. X.

[2] Ibidem.

É de suppor que D. Sebastião não levasse a bem similhante arrojo, estranhado por todos; e que Luiz Gonçalves, proximo do ouvido do seu pupillo, e não ignorando a má vontade dos infantes D. Henrique e D. Duarte, o odio da rainha viuva, e a aversão dos cavalleiros moços e de muitos fidalgos experimentados, reprovasse por temerarias as demonstrações a que seu irmão se arriscava contra o inquisidor geral, por indole vingativo, e já por tantas rasões decidido a empenhar os maiores esforços para supplantar os dois validos.

O mestre sabia que os descontentes de commum accordo espreitavam o menor ensejo de indisporem contra elle e os da sua facção, não só o animo do rei, mas o das classes preponderantes, e o do povo, que excitado por agentes zelosos amiudava os clamores, imputando as desgraças do paiz, e os erros do soberano, á administração dos irmãos.

A colligação de tantos inimigos era para assustar, e tudo inculca que, longe de o desprezar, o confessor previu o perigo, agourando mal da tempestade, que se formava. Pelo contrario, Martim Gonçalves, altivo e menos perspicaz, cada vez se confirmou mais nas idéas de resistencia, não aproveitando as occasiões favoraveis, que a fortuna lhe offereceu para saír do poder coberto de louvores, e até congraçado com os emulos.

Pelo menos é o que revela o comportamento diverso de ambos.

Emquanto o mestre, como homem advertido, se apartava do paço, buscando no collegio de Coimbra o silencio do claustro apenas D. Sebastião se decidiu a tentar a primeira jornada de Africa, Martim Gonçalves, em logar de lhe servir o exemplo de lição, firmou-se no proposito obstinado de sustentar por todo o preço a sua posição, e cego

com os deslumbramentos da altura a que subíra sem a capacidade necessaria para conservar sereno o juizo e a rasão, não hesitou em magoar o infante D. Henrique, recusando-se a exercitar o seu cargo, e alem d'isto repetiu sem discernimento contra pessoas importantes as mesmas, ou maiores provocações, desafiando os adversarios com a confiança verdadeira, ou affectada, que ostentava depositar na perpetuidade do seu valimento.

Similhante confiança todavia era mais do que temeraria.

Apesar de ausente do paço, e de restituido ao socego da vida contemplativa, Luiz Gonçalves conservou sempre até fallecer o seu poder sobre o coração do rei, arreigado por as longas affeições. D. Sebastião estimava o caracter inteiro do religioso, e apreciava o desinteresse do amigo, porque em tantos annos de cortezão sempre o víra abraçado á pobreza, que tinha professado [1].

A paixão do mestre era o immenso e exclusivo affecto, consagrado ao instituto, que o recebêra, e com o qual se esposára em idéas, instinctos e esperanças. Os erros commettidos no exercicio de um cargo tão delicado, foram inspirados por este sentimento absoluto; e a ambição, que lhe reprehendiam, e que, alem de ingrato para com os protectores, o tornou a causa involuntaria da perda do principe e da ruina da monarchia, nasceu da mesma origem [2].

Á voz dos prelados trocou por obediencia os dias pacificos de estudo e de meditação na cella do convento pelo bulicio e os cuidados do paço, a solidão querida pelos enredos da côrte, e a existencia tranquilla e modesta pela vida attribulada de mentor de um rei.

[1] Balthasar Telles — *Chronica da companhia de Jesus*, part. II, liv. IV, cap. L.

[2] Ibidem.

Collocado junto d'elle, se escutou e defendeu primeiro que tudo o predominio da companhia de Jesus, pede tambem a justiça, que se acrescente, que inaccessivel ás delicias e seducções, que a posição eminente lhe offerecia, deixou de repente os palacios e o mundo, e recolheu-se só remordido na consciencia pela tardia persuasão de não ter sabido conter a tempo a impetuosa mocidade do soberano, que deveria affeiçoar aos trabalhos proprios do officio de rei, não lhe convèrtendo os brios em defeitos.

Luiz Gonçalves falleceu em 1575, com cincoenta e sete annos de idade, e a noticia da sua falta causou a D. Sebastião igual dor á que sentiria se perdesse a ternura de um pae. Em parte o mestre merecia este testemunho de amisade.

N'uma carta, escripta ao rei na hora, em que desconfiava da vida, vemo-lo invocar o nome de Deus diante do tumulo, protestando com a eloquencia, que só a magua inspira, que a enfermidade, que o prostrára no leito da morte nascêra do profundo pezar de ver o principe tão longe dos vassallos, e exposto a tantos perigos, e concluindo por lhe pedir encarecidamente que voltasse para consolar o reino com a sua vista [1].

A advertencia por tardia não produziu effeito. O mancebo enxugou as lagrimas da saudade, e para se distrahir das tristezas, avivou ainda mais os preparativos, de que já não levantava mão, na idéa de segunda vez voltar a Africa.

Martim Gonçalves parecia-se com seu irmão na rigidez dos costumes, e não no desinteresse.

Ambicioso, queria o poder pelo poder, e não suspirava, como o confessor, pelas horas mais desafogadas, em que

[1] Balthasar Telles — *Chronica da companhia de Jesus*, part. II, liv. IV.

podesse enganar o espirito no deserto de uma granja, esquecido de tudo na contemplação de Deus e na leitura dos livros sagrados [1].

Para elle o peso dos negocios era um prazer, e não um martyrio. O seu valimento, que a principio se fundára na influencia do mestre, e na auctoridade dos seus conselhos, crescêra e tomára vulto com o tempo, graças á obsequiosa docilidade, com que se amoldava ás inclinações do soberano, que de bom grado permittia, que se governasse despoticamente em seu nome, comtantoque na apparencia todas as ordens parecessem dictadas pela sua vontade absoluta [2].

Por este caminho soube insinuar-se de modo, que desde os infantes e a rainha viuva até aos mais antigos e estimados fidalgos, todos se viram constrangidos a curvar-se diante d'elle, ou a perderem o agrado do rei, que em qualquer conflicto tomava sempre o partido do confessor e do escrivão da puridade, estranhando como proprias as offensas, que recebiam, e fazendo arrepender com severidade os que pretendiam diminuir o conceito, em que os tinha.

Em 1572 a rainha D. Catharina, conhecendo que o ascendente de Martim Gonçalves constituia um obstaculo, que não podia desviar-se com estrepito, e ainda indisposta com o cardeal D. Henrique, já queixoso da frieza com que era tratado na côrte, tentou por meios indirectos separar o mestre e o escrivão da puridade do lado do principe, certa de que depois de ausentes ambos, o animo de

[1] Balthasar Telles — *Chronica da companhia de Jesus*, part. II, liv. VI.—Luiz Gonçalves costumava atravessar o Tejo, e recolher-se muitas vezes por alguns dias na granja de Valle do Rosal, situada no meio da charneca de Caparica. Era ahi que procurava esquecer-se da côrte, despindo a alma do contacto do mundo.

[2] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. II, cap. XXXIII.

D. Sebastião mais facilmente se voltaria para ella, do que para o infante, cuja opposição o importunava [1].

Filippe II, sempre inclinado a auxiliar os planos da princeza castelhana, annuiu promptamente a coadjuva-la, expedindo ao seu embaixador em Roma as instrucções convenientes para se obter do summo pontifice o chamamento de Luiz Gonçalves á capital do orbe catholico sob pretexto de votar na eleição do novo geral.

Ao mesmo tempo a esposa de D. João III encarregava agentes discretos de apalparem com promessas os parentes de Martim Gonçalves, assegurando-os de que seria remunerado com a mitra de Coimbra, uma das mais rendosas, o sacrificio exigido do irmão do confessor, se acaso se afastasse voluntariamente do ouvido do monarcha.

Assim formada, a conspiração palaciana tinha grandes probabilidades a seu favor.

O mestre não podia offerecer resistencia ás ordens do papa, que de certo seriam corroboradas com o preceito dos prelados, se hesitasse em as cumprir; e seu irmão, advertido de que o odio dos emulos lhe não perdoaria, emquanto o encontrasse no seu elevado, mas precario emprego, reflectia com prudencia d'esta vez, que um bispado, preferido a tempo, seria melhor desterro, do que a solidão, que esperava, depois de precipitado por uma quéda repentina [2].

O cardeal D. Henrique, de proposito, ou por leviandade, destruiu tudo.

Quando Martim Gonçalves, persuadido pelo duque de Cadaval, entrava para pedir a el-rei a mitra vaga, achou que o infante acabava de a obter para D. Manuel de Menezes, bispo de Lamego [3]!

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. II, cap. XXXIII.
[2] Ibidem.
[3] Ibidem.

Entretanto, nem elle, nem a rainha se deram por vencidos apesar de frustrada a primeira tentativa; e pouco depois, o valido, estimulado pelo mau exito, não duvidou vingar-se, insinuando que aceitaria a nomeação para o cargo de inquisidor geral, se o infante o quizesse renunciar.

Ferido pessoalmente, D. Henrique talvez adivinhasse d'onde partia o golpe, que parece muito seguro para não ser apontado por D. Catharina de Austria. O filho de D. Manuel, embora não podesse com o peso de todos os empregos, que accumulava, não queria ceder nenhum, e consultado sobre a renuncia escusou-se, allegando que o logar, que se lembrava, seria pequeno premio para os grandes serviços do escrivão da puridade. El-rei estava prevenido, porém, e esperando a repulsa, acudiu com uma resposta, que emmudeceu o cardeal. Pediu-lhe que resignasse em Martim Gonçalves o arcebispado de Lisboa.

Em presença d'esta rogativa, que o caracter do monarcha, se fosse contrariado, depressa podia converter em ordem, D. Henrique não achou desculpa, e dissimulando com fingida submissão, saíu do paço para se mandar queixar occultamente a Filippe II, supplicando-o que lhe poupasse o desdoiro de se ver despojado por um vassallo, que só a privança tornava tão ousado.

O monarcha hespanhol não carecia de ser excitado contra os validos de D. Sebastião. Detestava-os como adversarios, que sempre tinha encontrado vigilantes contra os abusos da sua influencia, que antes d'elles prevalecia sem resistencia, affeita a olhar a nossa côrte como instrumento docil.

Dominado por estes sentimentos não se demorou em escrever para Roma, impedindo que fosse aceita a renuncia, que o infante enviou com calculada duplicidade, para mostrar que não se esquecia da promessa.

Segundo se deprehende dos factos o mestre ignorou, ou não protegeu as pretenções do irmão, talvez prevendo o mau resultado d'ellas; e quando, rompendo-se o sigillo, D. Sebastião e Martim Gonçalves, souberam que tinham sido illudidos pelo cardeal, continuou a comportar-se como se o negocio não tocasse de perto a um seu parente intimo.

As consequencias da artificiosa simulação não foram tão agradaveis para o inquisidor geral como elle talvez cuidára, confiado em que o segredo não seria revelado.

O rei, offendido no orgulho, ainda tornou mais aspero o desagrado, com que o tratava, e por meio de desfeitas publicas desgostou o infante por tal fórma, que o obrigou a não frequentar o paço, aonde era mal visto, e a amiudar as visitas á opulenta abbadia de Alcobaça, devoto asylo aonde costumava convalescer da fadiga dos negocios, e da magua dos revezes.

N'este estado continuaram as discordias na côrte, sem que a predilecção do monarcha pelo irmão do mestre padecesse a menor quebra.

Em 1574 a primeira jornada de Africa, e a ausencia precipitada de el-rei, chamaram de novo o cardeal á regencia. Já unido então com a rainha, o ambicioso prelado entendeu que a fortuna lhe proporcionava esta occasião talvez unica para apressar a ruina do confessor e do escrivão da puridade, crendo, que a distancia enfraqueceria o affecto do principe, e que os obstaculos suscitados de proposito contra a prosecução da empreza completariam o bom exito do trama, tecido pelos inimigos irreconciliaveis do jesuita e de seu irmão.

Com a volta do soberano os clamores de todas as classes, que por uma só bôca accusavam o mestre e Martim Gonçalves como auctores de todas as desgraças, tomaram tanto corpo, ajudados, como é de presumir, pe-

los esforços dos agentes de Castella, que de certo a segunda conjuração, propalada nas ruas e nas praças, e tendo por actores o povo, o clero e a nóbreza, saíria victoriosa, se a amisade de D. Sebastião tivesse raizes menos fundas, ou se a gravidade da molestia, que accommetteu a Luiz Gonçalves por esse tempo, não tornasse ainda mais sagrada para o rei a ternura, que lhe consagrava [1].

A morte do confessor estimulou os emulos de seu irmão, mudando o aspecto das cousas, que circumstancias anteriores já tinham modificado.

Martim Gonçalves, que perdêra no mestre a columna mais solida do seu predominio, em vez de se accommodar á nova posição, que os acontecimentos lhe creavam, cada dia se comportava com maior altivez, e diriam todos, observando-o, que ainda reputava o seu imperio mais firme, do que no tempo, em que o confessor o assegurava da quêda, cortando os artificios empregados para introduzir outros validos.

A jornada de Tanger, alem d'isto, destruíra para sempre o ardil victorioso, de que se tinham valido os dois irmãos para arreigar o seu ascendente. Acompanhando o rei por toda a parte, achavam sempre modo de desviarem cuidadosamente do seu lado aos que podiam fazer-lhes sombra.

Em 1574 D. Sebastião appareceu pela primeira vez no meio dos vassallos sem o escrivão da puridade, que mais parecia tutor, do que ministro; e sem o saber quebrou por suas mãos o jugo de uma privança, que nunca deixára até ali approximar do seu ouvido senão os amigos e os lisonjeiros.

Recuperando a liberdade, e principiando a ver pelos seus

[1] Sobre as queixas, que moveu a primeira jornada de D. Sebastião, vidè Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. II, cap. XXVII.

olhos, o rei moço, no meio da côrte guerreira que o seguia, encontrou-se com os fidalgos, que nunca tratára de perto, e conversando-os, julgou-os muito differentes do que lh'os pintára o ciume dos seus mentores.

A quotidiana frequencia com tantos homens, para elle novos, e que todos desejavam captivar-lhe a vontade, produziu o effeito que Martim Gonçalves recêiava [1].

Na curta campanha emprehendida alem do estreito, entre os cavalleiros, que o principe distinguiu, sobresaíram D. Alvaro de Castro, filho de D. João de Castro, tão elogiado pelo glorioso feito de Diu como pela probidade do caracter, e Christovão de Tavora, de uma temeridade heroica nos arrojos militares, distincto pelo sangue illustre, e pelas obras dos antepassados, e devorado da viva impaciencia de assignalar o nome da sua familia, ganhando pelas armas novos brasões.

Depois d'estes D. Sebastião admittiu tambem com menor intimidade a Luiz da Silva, mancebo cubiçoso de grande fama, mas dotado pela fortuna com menos favor com a prendas, que justificam a rapida elevação [2].

O chefe natural da alliança, que os tres juraram entre si contra os validos antigos, foi D. Alvaro por ser o mais pratico no rodeio dos negocios. Disfarçando o odío, ou antes a rivalidade, o filho de D. João de Castro, sem se arriscar a lances irreflectidos, que lhe roubassem a confiança do soberano, soube tocar todos os pontos sensiveis do caracter orgulhoso do mancebo, não lhe dizendo, mas deixando-lhe adivinhar por meio de finas insinuações, que aos olhos dos subditos o monarcha passava por ser o pupillo obediente do escrivão da puridade, representando o

[1] Vidè Brito—*Memorias* citadas em Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* cap. XV.

[2] Ibidem.

papel de uma creança tutelada e incapaz de ouvir qualquer conselho, ou de tomar por si uma decisão [1].

Como se cooperasse com elles para a propria ruina, Martim Gonçalves, emquanto os emulos aproveitavam assim a sua ausencia, recolhia-se a um convento, e entregava o leme dos negocios ao cardeal e aos seus partidarios.

D'este modo se íam dispondo as cousas de longe para o successo, que o maior numero desejava, porém que não se acreditou senão depois de verificado [2].

Nos annos decorridos desde 1574 até 1576 os enredos enlearam-se, e cresceram pelos esforços dos fidalgos moços, assumindo tal importancia, por fim, que D. Sebastião, abalado, ou meio convencido, já não parecia esperar senão por um pretexto, para precipitar dos degraus do throno, em que se assentava quasi com elle, o valido imprudente.

Ao mesmo tempo, emquanto este decaía insensivelmente do seu conceito, o agrado do monarcha manifestava-se em favor de D. Alvaro, de Christovão de Tavora e de Luiz da Silva, de um modo tão claro, que se o irmão do confessor fosse mais acautelado, e estivesse menos endurecido nos erros, que lhe promoveram a quéda, poderia prevenir-se, evitando com uma resolução sisuda os perigos, que o ameaçavam.

Em 1573 D. Alvaro de Castro entrou no governo, nomeado vedor da fazenda, cargo que o approximava da pessoa do soberano, assegurando-lhe decisiva influencia sobre os conselhos intimos; e Christovão de Tavora, dois annos depois, em 1575, era elevado ao emprego honorifico de estribeiro mór.

[1] Vidè Brito —*Memorias contemporaneas* citadas em Bayão —*Portugal cuidadoso e lastimado,* cap. xv.

[2] Hieronimo Franchi Conestagio—*União de Portugal,* liv. I. —Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião,* cap. xxxv.

Luiz da Silva, só mais tarde, em 1578, alcançou tambem o ser designado para um dos logares de vedor da fazenda, depois da morte de D. Alvaro [1].

Estes despachos, feitos sem que o escrivão da puridade os recommendasse, e fóra do estreito circulo dos seus parciaes, não deixavam subsistir a menor duvida ácerca da nova direcção, que tomavam as inclinações do principe. Moço e guerreiro, como era natural, procurava rodear-se de mancebos e de cavalleiros.

Entretanto D. Alvaro, amadurecido pela experiencia, não se apressava, medindo os passos, e calculando os golpes. A sua ambição, dominada pelo conhecimento da indole do rei e do estado das cousas, não se adiantava senão com a certeza de pisar terreno seguro.

Tentando a luta contra o ministro omnipotente, luta de que tantos se tinham saído vencidos, buscou a coadjuvação de todas as pessoas, que pelo seu nascimento e posição lhe podiam assegurar os auxilios de uma alliança proficua.

Postoque os escriptores o não digam abertamente, tudo indica, que D. Catharina de Austria e o cardeal D. Henrique não foram estranhos aos projectos dos que se empenhavam contra Martim Gonçalves, que ambos detestavam.

O pacto, celebrado n'esta epocha entre os fidalgos inimigos do valido e o famoso Pedro da Alcaçova Carneiro, desterrado da côrte e demittido dos seus cargos, abona esta conjectura, sobretudo em referencia á rainha viuva.

O antigo secretario e confidente de D. João III e de sua esposa, perseguido pelos odios do infante, supportára os revezes com animo varonil. Não revelando impaciencia pue-

[1] Vidè *Historia genealogica da casa real*, na relação dos empregos no reinado de D. Sebastião.

ril, nem saudades do poder, continuou, como antes, a encostar-se á protecção da irmã de Carlos V, cuja confiança nunca perdêra, e que soube merecer pela sua provada fidelidade.

É de suppor que o habil ministro, senhor dos segredos mais intimos do reinado do avô de D. Sebastião, formasse com o bispo do Algarve e outros conselheiros encanecidos, o nucleo principal do partido da princeza castelhana, e que esta os consultasse antes de tomar qualquer deliberação, especialmente depois que o confessor e o escrivão da puridade, arrancando a mascara, a offenderam publicamente nas mais ternas affeições e nos pontos delicados do orgulho e da ambição.

Lourenço Pires de Tavora, fallecido em 1573, não assistiu á quéda de Martim Gonçalves; mas nos ultimos tempos pareceu um pouco inclinado ao partido de D. Catharina, servindo sempre a companhia de Jesus, que até ao ultimo suspiro o reputou sempre um dos seus decididos protectores, e não se indispondo com o cardeal D. Henrique, cuja incapacidade ninguem conhecia melhor.

Existindo estas relações (e tudo o inculca) entre a rainha e Pedro da Alcaçova, o plano adoptado por D. Alvaro e por Christovão de Tavora de associarem o secretario á sua empreza, honrando n'elle ao mesmo tempo o homem consummado na politica, e o confidente de uma princeza, que as injustiças dos validos tornavam ainda mais crédora da estima publica, explica-se facilmente provando que os fidalgos moços, carecendo de se fortificarem por uma alliança, que os habilitasse para substituirem no governo a Martim Gonçalves, e preferindo approximarem-se do partido da viuva de D. João III, entenderam com rasão, que restituido Pedro da Alcaçova á graça de el-rei, confirmariam o seu predominio, com a cooperação dos adherentes

de D. Catharina, e mais ainda com o valioso subsidio, que lhes promettia a experiencia dos negocios e o grande engenho do ministro decaido [1].

N'este sentido começou D. Alvaro com a sua destreza usual a encarecer nas conversações com el-rei o talento e as prendas do secretario, apontando-o como o unico homem capaz de restabelecer a prosperidade da nação, enfraquecida pelos erros e negligencias, que todos deploravam, e ajuntando com artificiosa adulação, que só elle por meio de uma vigorosa administração conseguiria crear os meios, de que o principe carecia para renovar os seus projectos guerreiros.

No paço os agentes da rainha, que eram muitos, acompanhavam de iguaes louvores o nome de Pedro da Alcaçova, não perdendo nenhuma occasião propicia de o exaltarem na presença de D. Sebastião.

Para maior firmeza da lealdade do accordo uniram-se os vinculos de sangue aos vinculos politicos pela alliança das familias. Christovão de Tavora casou uma irmã com Luiz da Silva, e outra com Luiz da Alcaçova, filho primogenito do secretario; e só depois de assim preparados para todas as eventualidades, de seguros do apoio da rainha, e talvez de certos da coadjuvação de Filippe II de Hespanha, é que principiaram a amiudar os combates, fallando a el-rei com mais desembaraço contra o privado [2].

Este, todavia, ou fiado na amisade do soberano, ou adormecido por tantos annos de valimento, não mostrava commover-se com as tentativas, que de certo não podia ignorar, parecendo tratar os emulos com o altivo desdem de

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, cap. XV. — Conestagio — *União de Portugal*, liv. I.

[2] Conestagio — *União de Portugal*, liv. I. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XXXV.

um homem, que não os julgasse dignos de levantar o braço sobre elles.

Faltam as informações para decidirmos se era verdadeira, ou affectada esta isenção, que parece singular. Talvez, notando a entrada, que tinham os dois fidalgos moços e D. Alvaro com el-rei, suppozesse arriscado dirigir contra elles as mesmas armas, com que em melhores tempos debellára outros ambiciosos.

O que não se explica, porém, é o erro voluntario, commettido logo depois, de não acompanhar o monarcha na viagem ao Algarve, que deixou partir no meio dos seus inimigos mais audaciosos, quando devia contar pelo exemplo de Tanger, que elles aproveitariam a opportunidade para renovarem não só as queixas, mas até as calumnias, que de toda a parte se levantavam contra a sua administração!

De feito esta jornada foi fatal a Martim Gonçalves. D. Alvaro, julgando o momento apropriado, no cabo de S. Vicente rasgou de todo o véu, declarando em termos energicos a D. Sebastião, que o confessor e seu irmão, pouco instruidos em assumptos politicos, e ainda menos experimentados em cousas de fazenda, tinham arruinado o reino com as leis sobre cambios e moedas, as quaes, se não fossem revogadas com brevidade, impediriam a execução dos heroicos intentos do principe pelo estado de pobreza a que tudo se achava reduzido.

Para maior prova das suas asserções o destro cortezão não se esqueceu de avivar o modo, por que os negocios corriam antes das ultimas innovações, attribuindo a culpa da visivel decadencia, não ás causas remotas, que eram as verdadeiras, mas, como lhe convinha, ao mau regimen do escrivão da puridade e dos seus confidentes [1].

[1] Conestagio—*União de Portugal,* liv. I.

O discurso de D. Alvaro deixou o rei pensativo e perplexo.

Ouvindo-o sem mostras de enfado, calou comsigo a resposta; mas os fidalgos, que se temiam da sua indecisão, para apressar o desenlace recorreram á habilidade de um agente subalterno, João de Castilho, por indole gracejador, e solto de palavras.

Este advertido do que havia de praticar entrou com uma petição, e meio em ar de riso descarregou o golpe decisivo, exclamando: «que podia sua alteza ainda despachar aquelle papel, porque emquanto não voltasse a Lisboa era rei de Portugal!»

O effeito do motejo proferido a proposito excedeu as esperanças dos que o empregavam.

Offendido de ver assim publicada a occulta abdicação do exercicio do seu poder, D. Sebastião, que era cioso das prerogativas da corôa, logo d'ali converteu em má vontade a confiança, que depositava em Martim Gonçalves.

Resolvendo emmudecer as murmurações, e provando que não consentiria nunca a soberba, que se notava, recolheu-se ao seu aposento, não encobrindo tanto o desgosto, porém, que o não lessem claramente no seu rosto os que espreitavam o resultado do ultimo ardil [1].

Apesar de tudo isto, voltando a Lisboa, o principe não cumpriu logo o seu proposito, talvez detido pelos laços de respeito, que o prendiam desde a infancia; e foi preciso um abuso do poder absoluto, que o escrivão da puridade se arrogava, para o despertar, offerecendo-lhe motivo justificado para despedir o seu ministro.

D. Maria de Noronha, viuva de um dos irmãos de Mar-

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* cap. XV.

tim Gonçalves, enlevada em um homem de condição inferior á sua, deu-lhe a maior prova de amor, esposando-o em segundas nupcias. Resentiu-se o valido como de uma affronta pessoal, e costumado a satisfazer os caprichos, vingou o orgulho ferido, ferindo em nome da justiça real a desgraçada senhora. Ordenou, que a manietassem com algemas, e que depois de conduzida pela cidade, exposta á vergonha, sobre uma mula, a sepultassem em um dos carceres da torre de Belem [1].

O estrondo e os alaridos, com que se fez a diligencia, e a brutal aspereza, com que a levaram pelas ruas, foram tão crueis, que D. Maria imaginou que a arrastavam ao cadafalso, e apenas se viu defronte da porta de Santo Antonio, precipitou-se da cavalgadura para se valer do asylo do templo; mas caíu com tal descompostura, por trazer as mãos atadas, que todos os parentes o estranharam como notavel affronta.

Sabendo-o, a rainha doeu-se igualmente muito da injuria publica, feita a uma dama de qualidade, e sem demora foi queixar-se a el-rei, seguida dos fidalgos, que os vinculos do sangue uniam de perto á ultrajada senhora.

As vozes de tantas pessoas nobres, clamando ao soberano que acabasse de conhecer as violencias que o ministro empregava, decidiram D. Sebastião; e quando o valido, confiado no antigo ascendente, ousou apparecer-lhe, pôde perceber logo pelas sombras, de que se carregou o semblante do principe, que a sua quéda estava resolvida.

El-rei voltou-lhe as costas, sem fallar, e da sua camara mandou-lhe perguntar com que auctoridade determinára similhante prisão.

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, cap. XV.

Martim Gonçalves viu que tinha expirado o seu imperio, e saiu do paço para não tornar a entrar n'elle.

Esta resolução, apesar de subita, e de não esperada pelos que penetravam pouco nos segredos da côrte, trouxe comsigo alterações previstas.

Em 7 de maio de 1576 o governo foi modificado, ou recomposto, como se diria hoje. Entraram de novo com a nomeação de vedores da fazenda, Manuel Quaresma Barreto, D. Francisco de Portugal, e Pedro da Alcaçova Carneiro. D. Alvaro de Castro continuou no exercicio do mesmo cargo, que lhe fôra conferido em 23 de outubro de 1573, segundo notámos [1].

A ruina do orgulhoso ecclesiastico, por tantos annos dispensador omnipotente das graças e do agrado do soberano, foi applaudida pelos cortezãos e pelo povo.

A sua administração desagradava a todos, e exceptuando a companhia de Jesus, que perdia n'elle o principal apoio, não deixou saudades, senão aos poucos parciaes, que o seu favor sustentava.

O cardeal D. Henrique é de suppor que não visse com bons olhos a mudança, que chamava outra vez aos conselhos do rei a Pedro da Alcaçova Carneiro.

Se a ruina de Martim Gonçalves consolava as feridas mais recentes do seu amor proprio magoado, a victoria do homem, que detestava pela memoria de antigas offensas, causando-lhe desconfiança, havia de certo moderar muito o seu regosijo.

No meio da luta de tantos interesses divergentes, quem aproveitou desde logo com a quéda do escrivão da puridade, foi D. Alvaro de Castro, que o substituiu. Elevado á suprema direcção dos negocios, o filho de D. João de

[1] Vidè *Historia genealogica da casa real.*—Relação dos empregos no tempo de el-rei D. Sebastião.

Castro pouco tempo se gosou dos sorrisos da fortuna. No anno de 1577 a morte arrebatou-o no meio de seus projectos, sem lhe conceder o espaço necessario para realisar as esperanças, que muitos fundavam na probidade do seu caracter, e na prudencia de suas resoluções. D. Sebastião sentiu como verdadeiro amigo esta perda. Fiel á religião do tumulo a saudade não se apagava do seu coração com os punhados de terra, lançados sobre as cinzas dos que amava.

Faltam as bases para assentarmos juizo imparcial ácerca do papel, que D. Alvaro viria a representar.

Os que repetiam as murmurações dos seus adversarios, imputaram depois ao ascendente, que soube conquistar, e conservou até ao ultimo suspiro sobre o animo do monarcha, as desgraças, que em 1578 precipitaram o principe e a nação, accusando-o de ter lisonjeado os pensamentos guerreiros do principe em vez de os combater.

Os seus affeiçoados, pelo contrario, sustentavam, que se vivesse e continuasse a ser ouvido, acharia o modo de distrahir o rei da segunda e infeliz jornada, que terminou com tragico desfecho as suas temeridades, divertindo-lhe o espirito para outros cuidados, e assegurando por meio de um casamento decoroso a corôa na cabeça da dynastia portugueza [1].

O que se deprehende claramente de tão encontradas opiniões, é que a perda do ministro que D. Sebastião respeitava pela idade e experiencia, concorreu para o tornar mais absoluto nos designios, porque nenhum dos fidalgos e conselheiros, que admittia, tinha o vigor de caracter, ou a influencia precisa para se oppor á sua vontade.

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, cap. XVI.

ou para conseguir que desistisse das idéas, em que se empenhava.

Christovão de Tavora, que antes da morte de D. Alvaro era o segundo nas affeições do principe, e que passou a ser o primeiro desde que elle cerrou os olhos, não estava no caso de levantar a voz como o poderia fazer o filho de D. João de Castro, ao qual uma longa carreira publica dava o direito de não curvar a cabeça como simples cortezão.

Introduzido com el-rei por D. Alvaro, amigo antigo de Lourenço Pires e da casa de Caparica, era o companheiro quasi certo do soberano nas caçadas, nos recreios e nas viagens; mas todos os favores, que lhe dispensava, não davam ao mancebo a auctoridade necessaria para domar uma indole rebelde á persuasão, e facil em converter a benevolencia em desagrado apenas era contrariada.

Deve-se, entretanto, á memoria de Christovão de Tavora a justiça de reconhecer, que não abusou da amisade do principe. Se não assumiu o predominio indispensavel para salvar o monarcha e o paiz dos desastres, que os castigaram, ao menos, como valido, desculpou a elevação pela sua affabililidade e pela brandura com que acudia aos infortunios As honras não o deslumbraram; e acabando como soldado uma vida curta em annos, e apesar d'isso nada obscura, de quem sempre se tinha lembrado menos na dispensação das graças, fôra de si e dos que lhe pertenciam [1].

Em todo o caso as esperanças, que a ruina da privança de Martim Gonçalves tinha despertado, depressa se desvaneceram. Este successo, tão desejado, em vez de produzir os effeitos, que promettia aos credulos, parece haver convertido em deliberação assentada os planos até então oc-

[1] Historia dos varões illustres da casa da Tavora, citada em Bayão, cap. XVI.

cultos e incoherentes do mancebo. Impaciente de medir as armas com os infieis, e de alargar por conquista os seus dominios, impoz silencio ao voto dos que o contrariaram, e ameaçou com os rigores de uma injusta severidade os que estranhavam o intento, avivando as difficuldades.

Desenganado de que os recursos, de que podia dispor no reino, eram escassos para a grandeza da aventura, que meditava, escolheu a Pedro da Alcaçova para lhe confiar a missão mais arriscada, que podia haver para o seu valimento nascente, mas ao mesmo tempo a que abonava melhor o conceito que formára da sua capacidade.

Despachando-o com o titulo de embaixador junto á côrte de Filippe II, aonde assistia com o mesmo caracter o meirinho mór D. Duarte de Castello Branco, encarregou-o de representar com vehemencia a necessidade de se prover sem demora á defeza dos interesses religiosos, e das praças de Hespanha e de Portugal ameaçadas pelo poder do rei de Fez Muley-Abd-el-Melek, ao qual a fortuna nas recentes lutas civis mostrára estar disposta a conceder todos os triumphos, que podiam assignalar o começo do seu reinado como epocha memoravel [1].

Nomeando Pedro da Alcaçova, e fazendo-o confidente dos seus planos, D. Sebastião esperava remover as repugnancias da Hespanha, e dava por segura a sua entrada victoriosa até ao coração de Marrocos, rompendo pelas portas sempre patentes de Tanger, aonde tremulavam as quinas arvoradas por Affonso V.

Querendo facilitar a missão incumbida ao antigo ministro de D. João III, el-rei auctorisou-o a pedir em casa-

[1] Barbosa—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. II.—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XXXV.

mento a infanta Isabel Clara Eugenia, filha mais velha de Filippe II, estreitando por este modo os vinculos de parentesco entre as duas monarchias, tornadas quasi irmãs por antigas allianças.

Pedro da Alcaçova, avisado pelos desenganos, que recebêra, calou as suas opiniões como cortezão, e obedeceu ás ordens do soberano sem as discutir [1].

Chegando, porém, a Madrid, o que talvez receiava, aconteceu.

Por maiores, que fossem os seus dotes, e a estimação, que fazia d'elles a côrte castelhana, os interesses da politica hespanhola oppunham-se, e a influencia e discrição do nosso embaixador, que empregou sinceras diligencias para disfarçar as difficuldades do assumpto, e para obter uma resposta favoravel, naufragaram contra a dissimulação imperturbavel do herdeiro de Carlos V.

Escusando-se de resolver desde logo as propostas de Portugal, Filippe II designou o duque de Alva para conferir com Pedro da Alcaçova, ordenando-lhe em segredo (ao que parece) que dilatasse a discussão, e fugindo de acceder ás conclusões, que o ministro de D. Sebastião tanto desejava adiantar [2].

A negociação, posta n'estes termos, correspondeu aos designios do rei de Castella; e o secretario de D. João III, não vendo a Hespanha inclinada a embarcar os soldados e os thesouros em uma empreza condemnada como temeridade pelo juizo dos homens circumspectos, procurou ao menos esquivar-se á formal recusa que previa, e que seria

[1] Barbosa — *Memorias de elrei D. Sebastião,* part. IV, liv. I, cap. II.

[2] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião,* cap. XXXV. — Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião,* part. IV, liv. I, cap. II.

a morte do favor, que merecêra ao soberano, destruindo de uma vez todas as suas illusões.

N'este sentido, para não se recolher com o desdouro de tão grande revez, propoz um expediente, que teve a destreza de persuadir a D. Sebastião, e a habilidade de fazer aceitar a Filippe II.

Era ficar a questão suspensa até os dois monarchas se encontrarem e a resolverem pessoalmente como parentes e interessados em arredar os motivos de desgosto, que podessem diminuir a mutua affeição, que tanto importava conservar intacta.

Assim instado, e vendo-se constrangido a optar por um rompimento, ou pela annuencia ao alvitre que lhe propunham, Filippe II escolheu o menor dos dois males, dando o seu consentimento.

As vistas dos soberanos foram logo ajustadas, e apontou-se para ellas o santuario de Guadalupe, aprazando-se a festa do Natal como a epocha opportuna de se verificarem. Christovão de Moura foi enviado pela Hespanha a Lisboa como embaixador para assentar as condições, e el-rei, cheio de júbilo, revelou o grande contentamento, que sentia, no modo obsequioso por que recebeu o confidente de seu tio [1].

As rasões invocadas por D. Sebastião para córar a sua fogosa impaciencia, não eram de todo improprias dos cuidados de um principe vigilante.

Encobrindo as idéas de conquista, notava a necessidade de ser occupado sem demora o porto de Larache, d'onde os turcos, ensoberbecidos com as recentes victorias ganhas por Muley-Abd-el-Melek, seu alliado, assaltavam a navega-

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XXXV. — Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. II.

ção das duas potencias catholicas da peninsula, e crescendo em brios com a impunidade, podiam amiudar as aggressões, devastando as terras maritimas [1].

Mas para conter os esforços dos inimigos da fé, castigando-lhes a ousadia, não era necessario, que um rei, na flor da juventude, sem descendentes, e não conhecendo a guerra senão pelos livros, esgotasse as forças dos seus estados, sujeitando á fortuna inconstante de uma batalha a sorte e o futuro da monarchia.

Filippe II encontrou-se com o rei de Portugal no famoso mosteiro de Guadalupe em dezembro de 1576, e no meio dos festejos e pompas, com que foi solemnisado o encontro, debalde empenhou a auctoridade, que lhe asseguravam os annos e a sua reputação de prudente para o despersuadir de capitanear em pessoa a expedição para que requeria auxilio.

O duque de Alba, louvado como o primeiro capitão do seu tempo, não só insistiu sobre os inconvenientes da empreza, emprehendida nas vastas proporções, que o neto de D. João III concebêra, como se offereceu para passar o estreito, e enfrear o orgulho dos infiéis, tomando algumas praças fronteiras ao mar.

Tudo foi inutil. Julgando, que a inveja no rei de Castella, e que o desejo de lhe roubar a palma de um feito glorioso no duque, inspiravam os seus conselhos, o monarcha portuguez cada vez se obstinou mais no seu proposito, e não houve remedio senão satisfaze-lo, discutindo o assumpto, que motivára a reunião dos dois soberanos.

Pedro da Alcaçova e o duque de Alba, nomeados para representarem os soberanos nas conferencias, tornaram a

[1] Memoriaes de Pedro da Alcaçova a el-rei de Castella, em Barbosa, part. IV, liv. I, cap. II.

atar o fio interrompido das primeiras negociações, d'esta vez com o proposito de chegarem á conclusão.

O primeiro ponto do tratado, o casamento de el-rei com a infanta D. Isabel Clara, ficou logo approvado.

O duque, declarando, que seu amo desejava muito que sua filha mais velha fosse esposa de D. Sebastião, explicou o obstaculo, que o impedíra de acceder abertamente.

A princeza estava promettida ao imperador, e como as enfermidades do chefe da casa de Austria o tornavam inhabil para o matrimonio, Filippe II condescendia com a vontade de seu sobrinho, exigindo só, em virtude dos poucos annos da infanta, que a publicação da alliança se demorasse até a noiva completar a idade de consummar o consorcio [1].

Sobre o segundo ponto, que dizia respeito á guerra de Africa, as hesitações e as duvidas foram mais prolongadas.

Louvando o zêlo e o ardor de D. Sebastião, o monarcha hespanhol redarguia, que o perigo inculcado da presença dos turcos alem do estreito não lhe parecia tão imminente como se queria figurar. Alludindo ás discordias civis dos infieis, acrescentava, que tendo sido Muley-Abd-el-Melek elevado ao throno pelos esforços dos soldados do sultão, estes por certo não soffreriam de braços cruzados, que os christãos, unidos aos mouros dessidentes, derrubassem o seu protegido, devendo receiar-se que ao primeiro rebate uma poderosa armada saísse de Constantinopla para assolar os portos de Castella e de Portugal [2].

Comtudo como o animo do herdeiro de D. João III resistia á evidencia, e todos os argumentos eram vãos para o convencer, Filippe II, não o desejando descontentar,

[1] Barbosa—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. II.

[2] Ibidem.

viu-se obrigado a estipular um soccorro de cincoenta galés e cinco mil homens, pagos á sua custa, mas limitado por condições, que denunciavam a sua repugnancia, e a intenção reservada de não cumprir senão em parte as promessas, que n'este momento não podia negar ás instancias pessoaes do rei seu parente [1].

Este foi o resultado das celebradas vistas de Guadalupe, aonde se confirmou a ruina de Portugal.

O papel representado por Pedro da Alcaçova no accordo diplomatico serviu depois para lhe carregarem as culpas do desastre de Alcacer; e o cardeal D. Henrique, subindo ao throno, não se esqueceu de aggravar o odio publico, mandando processar os ministros e validos do principe, ao qual succedeu por ultima desgraça.

Entretanto, mesmo no meio da injustiça dos contemporaneos, não faltou quem advertisse, que o futuro conde da Idanha propozera a conferencia dos dois monarchas, talvez com a esperança reservada, de que a voz de Filippe II conseguisse desvanecer as fataes idéas de gloria e de conquista, que desvairavam o desditoso mancebo, costumado a satisfazer todos os caprichos [2].

Empenhar-se-ía o rei catholico, como se affirma, ou conhecendo a indole do sobrinho empregou apenas os esforços sufficientes para lhe estimular pela contradicção a altivez e as suspeitas, fortificando-o assim indirectamente no seu intento?

O caracter do soberano hespanhol auctorisa todas as illações. A insensibilidade de coração, a falta de escrupulos, e a ambição dissimulada, mas ardente, que eram as feições

[1] Barbosa—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I cap. VIII.

[2] Brito, Apparatos—Ferreiras, tom. XV, citados em Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. III, cap. XXIV.

mais notaveis da sua physionomia, nunca se detiveram diante das prisões moraes; e Jeronymo de Mendonça parece-nos pelo menos precipitado, quando desmente com tanto calor as asserções de Conestagio a este respeito[1].

O procedimento do rei cathólico, e o papel que representou nas negociações para o casamento de D. Sebastião, não abonam a sua boa fé, porque o exito correspondeu mais aos interesses de Castella, do que ás circumstancias e á necessidade visivel de Portugal.

Depois de repetir tantos esforços para que a nossa côrte rejeitasse a alliança com a casa de Valois, fazendo prevalecer o consorcio proposto com a archiduqueza Isabel, Filippe dissolveu de repente todas as combinações, tomou para si a esposa promettida ao rei de Portugal, e nem se dignou ouvi-lo, tratando-o com menos attenção do que se elle fosse menos do que seu pupillo!

Como se quizesse aggravar mais a offensa tornou a renovar a idéa do enlace com Margarida de Valois, que por sua intervenção fôra recusada; e quando o principe ferido no orgulho se escusou de acceder, prevaleceu-se do pretexto, que se nos figura suscitado de proposito, para se despedir da missão, que não só aceitára, mas pedira, cobrindo com apparencias de artificiosa frieza o que havia de equivóco e de insolito no seu comportamento.

Estes actos incoherentes e precipitados, estes reviramentos repentinos e quasi frivolos, por singulares e inexplicaveis apenas poderiam suppor-se sinceros em um monarcha leviano, porém não concordam de modo algum com o caracter de um politico sagaz, pausado nas deliberações, e tão senhor dos segredos e da indole dos outros principes.

[1] Jeronymo de Mendonça — *Jornada de Africa*, cap. I. — Conestagio — *União de Portugal*, liv. I.

O herdeiro de Carlos V não ignorava seguramente a conhecida repugnancia do sobrinho para o matrimonio, nem era tão mal informado pelos seus agentes, que não previsse a reluctancia, que o mancebo havia de oppor á alliança franceza, que seu tio recommendava, depois de ter aconselhado o contrario com instancia.

Não attribuimos ao rei catholico a presciencia do futuro; seria absurdo. Por mais ousados e distantes, que a sua ambição soltasse os vôos nas inquietas vigilias em que o remorso e a cubiça do poder se combatiam, Filippe não podia ver de tão longe o cadaver do infeliz monarcha sobre as areias de Africa, nem adivinhar, que o sceptro de D. Manuel passaria das mãos de um cardeal moribundo para as suas; mas por outro lado, quem se atreveria a limitar o espaço á esperança em uma alma tão insaciavel, ou a medir os sombrios abysmos de um coração, que a piedade e a consciencia nunca allumiaram?

O pensamento da casa de Austria foi sempre a união dos dois reinos. Carlos V, como veremos, quando nos ultimos annos da sua vida se mostrava mais desapegado do mundo, cujas vaidades o cansavam tanto, dizia elle, como o peso dos negocios, ainda assim mesmo dirigia do seio do seu retiro de Yuste uma tentativa para assegurar a seu neto o principe D. Carlos a posse dos estados, que a tenra infancia de D. Sebastião podia deixar orphãos de um momento para outro.

Depois da pouco venturosa entrada de Affonso V em Castella para sustentar os direitos de D. Joanna, sua sobrinha, Isabel a catholica e D. João II entenderam, que o modo opportuno de terminar a rivalidade, que os desunia, era o matrimonio da princeza Isabel, primogenita dos reis de Castella, com D. Affonso, unico herdeiro do monarcha portuguez.

Por meio d'este enlace cortavam-se de parte a parte pela raiz todos os receios, e Isabel ficava segura, de que ás pretenções da excellente senhora, com que D. João assustava a tranquillidade dos seus reinos, nunca mais se renovariam, deixando-lhe o caminho aberto para a gloriosa facção da conquista de Granada.

O rei de Portugal, não menos politico, por outros motivos tambem accedeu promptamente com os olhos no futuro á alliança proposta.

A princeza castelhana, que aceitava para esposa de seu filho, estava em todo o viço da juventude, e entre ella e a corôa apenas se interpùnha o principe D. João, nascido em 1479 [1].

Quem sabe se a sua ambição antecipou os successos, e se elle se lisonjeou de ainda poder ver assentado no throno de Fernando e Isabel o mancebo, que estremecia como pae, e que era alem d'isso o unico obstaculo, que separava do poder real os descendentes de seu tio, o infante D. Fernando?

Se taes sonhos se não desfizessem em fumos, a idéa de Affonso V verificava-se, e em mais ampla escala. Portugal, unido por vinculos pacificos a Castella e ao Aragão, constituiria um só imperio, debaixo do sceptro do neto do vencedor de Arzilla, e em vez de lutas e de sangue, este grande triumpho, sem custar lagrimas, nem sacrificios, seria applaudido por ambas as nações entre jubilos e acclamações!

A fortuna com uma ironia cruel, animando tão grandiosas esperanças, não permittiu que nenhùma d'ellas se convertesse em realidade.

A prematura e subita morte do principe D. Affonso,

[1] Vidè D. Modesto Lafuente — *Historia general de Hespaña*, tom. x, part. II, liv. IV, cap. XII, e as auctoridades, em que funda a sua narração.

poucos mezes depois do consorcio, trocou em luto as galas ainda recentes dos ultimos festejos; e punido por onde peccára, D. João II em algumas horas viu destruido todo o edificio que levantára, sendo obrigado a cerrar os olhos ao seu herdeiro, e para maior castigo a deixar a corôa ao duque de Beja, venturoso executor dos seus vastos planos. A providência como de proposito pareceu reservar a D. Manuel a ditosa prosecução dos grandes feitos laboriosamente preparados pela firmeza e prudencia do neto de D. Duarte.

Vasco da Gama, dobrando o cabo das tormentas, começou o esplendor de um reinado, que viu aos seus pés os regulos da India.

Depois das segundas nupcias da princeza viuva do filho de D. João II com D. Manuel seguiu-se logo a morte do herdeiro dos reis catholicos, passando a rica herança de seus paes para a nova rainha de Portugal [1].

Mas as prosperidades, que assim correspondiam a todos os desejos, que D. Manuel podia formar, depressa se interromperam.

Chegou a fortuna a afiançar-lhe a posse das Hespanhas, dos reinos de Napoles e de Sicilia e das Americas; porém tudo se desvaneceu como uma sombra, e em vez das opulencias da immensa monarchia, de que se víra quasi senhor, o desconsolado rei, ferido no coração, teve de chorar a sua viuvez sobre o tumulo da esposa e do filho, uma perdida no mesmo dia em que lhe dava este penhor de paz, o outro fallecido ainda no primeiro leite da infancia [2].

[1] O casamento de D. Manuel com Isabel de Castella verificou-se em setembro de 1497, e a morte do principe D. João, herdeiro dos reis catholicos, teve logar em Salamanca em outubro do mesmo anno.

[2] D. Modesto Lafuente—*Historia general de Hespaña*, tom. x, part. II, liv. IV, cap. XII.

A falta do principe D. Miguel, herdeiro de tantos estados, foi um golpe doloroso, não só para os soberanos, que o choraram como reis e como homens, mas para o futuro engrandecimento da peninsula.

O que Affonso V tentára em vão, o que D. João II tinha apenas antevisto como possivel, a providencia por um instante pareceu deposita-lo nas mãos, que abriram á Europa a estrada maritima do oriente.

A unidade politica, tão ardentemente desejada dos reis catholicos, não se obteve no seu tempo, nem no de seu neto.

A occasião, unica e propicia, de fundir em um só todo os reinos de Castella, Portugal e Aragão, sem guerras e aversões, e respeitada a independencia e o orgulho dos povos, bastou o sôpro da morte sobre um berço real para a destruir. Quiz Deus, que as mãos se trocassem, e que não fosse o herdeiro de D. Manuel, mas o successor de Carlos V, quem realisasse muitos annos depois, porém maculado de sangue, um acontecimento, que, pacificamente occorrido, congraçaria as reluctancias, fazendo uma só familia e uma só monarchia dos dois reinos mais poderosos da peninsula [1].

A união havia de verificar-se, mas pelas armas, e a preço da humilhação de Portugal!

Filippe II, que percebia a differença, nunca se illudiu com as apparencias, e tratando como conquistados os seus novos dominios, só se enganou, suppondo que uma nação occupada pela força podia com o tempo tornar-se uma nação convencida!

A revolução de 1640 foi a resposta da nacionalidade

[1] D. Modesto Lafuente—*Historia general de Hespaña*, tom. x, part. II, liv. IV, cap. XII.—Damião de Goes—*Chronica de el-rei D. Manuel*, part. I, cap. XXIV, XXVI, XXIX, XXXII, XXXIV e XLVI.

opprimida ás victorias do duque de Alba e ás promessas trahidas das côrtes de Thomar.

Mas o pensamento de união sobreviveu aos reis catholicos, e apesar do ruido incessante da sua existencia activa e inquieta, Carlos V nunca o perdeu de vista. Por meio de casamentos estreitaram-se cada vez mais os vinculos de amisade e de parentesco entre as duas casas reinantes.

A princeza D. Isabel, irmã de D. João III, tão singular pela formosura, como pela altivez do animo, esposou o imperador, satisfazendo o mais querido dos seus votos; e D. Catharina de Austria, irmã do rival de Francisco I, veiu sentar-se no throno de Portugal, firmando pelo seu ascendente a influencia castelhana, que entrou com ella nos conselhos do paiz.

As tres mulheres de D. Manuel foram todas hespanholas; e de parte a parte as duas familias procuraram sempre por estes enlaces apagar a distancia, que as separava, e ao mesmo tempo approximar insensivelmente as duas nações pela maior intimidade das relações.

Similhante politica cedo, ou tarde havia de produzir os seus effeitos.

O chefe da casa de Austria, abdicando, e recolhendo-se ao mosteiro de Yuste, nem se retirou inteiramente da scena, aonde desempenhára tão grande papel, nem abriu mão dos negocios, que de perto interessavam mais o engrandecimento da sua dynastia.

Os documentos desmentem os erros divulgados ácerca da supposta demencia do principe, e da imaginaria e ascetica abstenção, que lhe attribuem.

Os motivos, que o decidiram a deixar ao seu herdeiro a representação externa da realeza, foram dictados por elevadas rasões, todas filhas da clara percepção das difficuldades, que offerecia a politica da Europa, e do conheci-

mento da desigualdade das suas forças physicas comparadas com o peso das obrigações de um governo, que abraçava tantos estados diversos.

Com a lucidez usual do seu espirito, o imperador, avisado pelas enfermidades e pelos revezes, advertiu, que sendo novos os homens e as cousas, convinha collocar no throno de Hespanha um rei tambem novo, que soubesse prender os agrados da fortuna, a qual lhe começava já a voltar o rosto.

Mas, consummada a abdicação, quem julgasse, que o vencedor de Pavia distrahia os ocios da sua voluntaria reclusão com os exercicios pueris, que escriptores mal informados nos apontam, repetiria o engano, que tanto concorreu para tornar infiel e inexacta a descripção do ultimo periodo da vida de um dos principes mais eminentes do seculo XVI, tão fecundo em homens notaveis e em capitães illustres, como em rasgos de corrupção e de immoralidade.

Pelo contrario, do seio do seu asylo religioso a mão do pae de Filippe II continuava a dirigir com firmeza o fio dos negocios mais importantes. A sua voz era escutada com veneração; e a sua vontade obedecida como lei pelos membros da familia, que o admiravam.

Allegando, que em 1497 el-rei D. Manuel e sua esposa D. Isabel tinham sido reconhecidos por herdeiros presumptivos do throno de Castella e Aragão, Carlos V quiz assegurar a seu neto o principe D. Carlos a corôa de Portugal, no caso de se extinguir em D. Sebastião a varonia da casa real.

Apenas recebeu em 1557 (5 de julho) a noticia da morte repentina de D. João III, encarregou logo a D. Fradique Henriques o cuidado de apalpar o terreno por meio de uma insinuação indirecta; mas julgando, que o negocio exigia maior diligencia, valeu-se do respeito e auctoridade do pa-

dre Francisco de Borja, e confiou-lhe a missão de se entender com a regente de Portugal, informando-o dos resultados, e servindo-se na sua correspondencia de nomes suppostos, que disfarçassem os dois reinos e as pessoas importantes envolvidas na questão.

O duque de Gandia Francisco de Borja adoptou o nome de *Pedro Sanches;* o imperador. o de *Micer Agustino;* á rainha D. Catharina deu-se o de *Catalina Diaz;* a D. Sebastião o de *Sebastião Diaz,* e a Filippe II o de *Sant'Iago de Madrid.* Finalmente Portugal chamava-se *Perpiñan,* e Castella *Milan.*

Borja aceitou o encargo, e fazendo a jornada a pé, encostado ao bastão de peregrino, affrontou os calores da estação, expondo-se por tal modo, que chegado a Evora adoeceu gravemente.

Ainda convalescente foi conduzido n'uma liteira ao paço de Xabregas, aonde pousava a rainha D. Catharina, e no maior segredo descobriu-lhe o fim da viagem, e os designios do imperador.

A rainha viuva, como todas as princezas da familia de Carlos V, não tinha outra vontade, que não fosse a de seu irmão; e a resposta, que deu, não podia deixar por isso de concordar com a disposição constante do seu espirito.

Longe de repellir a idéa, approvou-a, e prometteu coadjuvar o plano do imperador, concorrendo para elle ser executado sem demora.

Usando do supposto nome de *Pedro Sanches* na carta a seu amo, Borja dizia, que se desse por muito satisfeito, porque *Catalina Diaz* estava disposta a obedecer a *Micer Agustino* como se fosse o proprio *Sant'Iago de Madrid* [1].

[1] Cartas do padre Francisco de Borja ao imperador, datadas de 6 e 12 de outubro de 1547. Vidè mr. Mignet—*Charles Quint*

A negociação proseguiu occultamente, resolvendo-se por fim, que o infante D. Carlos por uma lei pragmatica seria reconhecido herdeiro da corôa de Portugal na falta de D. Sebastião, e que no caso de este chegar á juventude casaria com uma neta do imperador, filha da rainha de Bohemia, rejeitando-se a alliança com uma princeza da casa de França, já lèmbrada pelo partido opposto á influencia de Castella [1].

Os acontecimentos, porém, superiores aos calculos mais fundados, frustraram todas as combinações.

Em 1558, a 21 de setembro, o imperador encerrou a sua carreira, não commovendo menos o mundo com o espectaculo da serenidade religiosa, com que se abraçou resignado com a morte, do que o espantára com as grandes acções da sua vida.

A pragmatica não se publicou, naturalmente porque o ciúme da independencia portugueza, cada dia mais vivo, advertiu a regente dos perigos e da inutilidade da tentativa; e porque o cardeal D. Henrique, succedendo no governo a sua cunhada, embora tivesse sido ouvido sobre a proposta de Carlos V (o que ignorâmos), pelo seu caracter timido e indeciso era o ultimo homem apto para arrostar com os obstaculos, que precisava debellar, para elle prevalecer.

son abdication, son séjour, et sa mort au monastère de Yuste, cap. VI, 3[me] edition. Paris.

Nas *Memórias de el-rei D. Sebastião,* Barbosa, mal informado, altera o verdadeiro sentido dos factos, tecendo a D. Catharina de Austria o immerecido elogio de a suppor pouco inclinada a annuir aos projectos de seu irmão. O positivo testemunho de Borja e de Carlos V prova que só o contrario é que era exacto.

[1] Cartas de Carlos V a Filippe II de 31 de março e de 7 de abril de 1558, na obra composta pelo archivista geral do reino da Belgica, mr. Gachard, e intitulada—*Retraite et mort de Charles Quint au monastère de Yuste,* vol. II, pag. 368, 369 e 370.

Entretanto Filippe II não se esqueceu do plano concebido por seu pae. Oppondo-se ao casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois, e fazendo-o rejeitar, obedecia ás instrucções e ao pensamento do imperador.

O resto deu-lh'o a temeridade do principe portuguez; mas se este expirou como soldado e sem descendencia, o monarcha hespanhol não póde eximir-se de grande culpa no fatal successo.

Para desviar o rei moço do amor suave de uma esposa, que talvez lhe domasse a indole, não concorreu menos a offensa feita por Castella ao seu orgulho, tomando-lhe o tio a mulher, que já olhava como sua, do que a natural antipathia aos laços, que receiava como prisões do seu valor e impetuosidade.

Por um lado a desventura do paiz, e pelo outro a politica pessoal e exclusiva de Filippe II, produziram este triste resultado!

O espirito penetrante e sombrio do monarcha hespanhol de certo não podia prever antecipadamente a catastrophe, que sepultou nos campos de Alcacer o principe e a monarchia, mas as imprudencias e ousadias do neto de D. João III, quasi todos os dias exposto á sorte do primeiro lance desgraçado, haviam de fazer meditar por força um soberano, pela sua posição tão interessado em aproveitar qualquer incidente casual, que os acontecimentos proporcionassem.

Faltando repentinamente D. Sebastião sem herdeiros, a corôa passava para a cabeça do infante D. Henrique, fraco de espirito, acanhado, vingativo, incapaz de decisões energicas, e facil de intimidar; e Filippe não era principe que desprezasse similhantes eventualidades, nem se deve crer sem provas que trabalhasse de boa fé para as afastar.

O titulo de senhor de todas as Hespanhas e das Indias lisonjeava-lhe o orgulho, e favorecia-lhe os commettimentos.

Portugal unido a Castella assegurava-lhe o sceptro dos mares com tão dilatado imperio, que o seu esplendor, mesmo no retiro de Yuste, deslumbrou a vista de Carlos V.

Se as idéas do imperador se não realisaram nos seus dias, o filho não era um caracter frivolo, ou descuidado, para tratar de leve similhante empreza, sobretudo, conhecendo, que realisada ella, o seu throno se levantaria entre os mais poderosos da Europa.

Observando o caminho, que seguiam as cousas, e sabendo por experiencia, que a temeridade do sobrinho zombava das melhores rasões, o fundador do Escurial talvez antevisse nos ultimos mezes como possivel, ao menos para o seu herdeiro, a posse do bello reino, que seu pae cubiçára como complemento necessario de seus vastos estados.

Salvando as apparencias com as recusas e os conselhos desviava de si a responsabilidade immediata e o odio das desgraças, que todos previam; mas demorando por meio de artificiosas dilações o casamento de D. Sebastião, e deixando-o arriscar quasi desajudado e precipitadamente em nenhuma das hypotheses podia perder.

Morto elle, herdava o reino. Victorioso e senhor de Larache e das praças africanas, situadas sobre o mar, conseguia sem trabalho, nem sacrificio proprio, o socego e a segurança das costas de Hespanha, tão extensas e ameaçadas [1].

Estas são as reflexões, que nos levam a não julgarmos sinceras, nem desinteressadas as diligencias empregadas pelo rei catholico para decidir o casamento do sobrinho, e depois as que ostentou para o desviar da jornada, que ía emprehender. Sem filhos, D. Sebastião demorava, mas não destruia as esperanças de Castella, porque a sua car-

[1] Vidè Jeronymo de Mendonça — *Jornada de Africa*, cap. I — e Jeronymo Franchi Conestagio — *União de Portugal*, liv. I.

reira podia terminar, como acabou, mais cedo do que promettiam os annos, cortada pelas fadigas, ou por algum dos atrevidos rasgos, com que desafiava os perigos a todas as horas; e Filippe II não nos parece tão escrupuloso, que se empenhasse com prejuizo seu em destruir as probabilidades favoraveis, que a fortuna lhe offerecia, ou que voltasse as costas á perspectiva de uma corôa, como a que o acaso podia lançar-lhe aos pés, sómente para satisfazer a consciencia. Nas suas mãos uma nodoa de sangue mais pouco se havia de divisar, depois que as tingíra no patibulo dos condes de Egmont e de Horn, e no assassinio juridico do barão de Montegny!

A primeira jornada de Africa, longe de desenganar o rei, estimulou-lhe ainda mais os brios. Se alguem, illudido pelas apparencias, chegou a acreditar que despedindo-se de Tanger, elle desistíra do primeiro proposito, depressa se convenceu do contrario.

Vendo a guerra pelos seus olhos, e arremeçando o cavallo contra os infieis no meio dos cavalleiros, que o cercavam, imaginou de certo, que a fortuna, sempre docil, lhe afiançaria facil entrada e rapidos progressos, quando voltasse mais apercebido para renovar a facção começada.

Antes de se apartar das praias africanas, aonde pouco depois havia de encontrar a morte, e cuja conquista fôra o sonho da sua existencia intima desde a infancia, o mancebo jurou comsigo mesmo realisar todas as esperanças, com que a illusão o deslumbrava.

O que então o obrigou a ceder depois de leves recontros foi o convencimento, de que os meios de que dispunha não correspondiam aos desejos e á certeza de que para triumphar e assignalar a invasão por grandes victorias, carecia de empenhar maiores esforços, do que permittia n'aquella hora o apuro das circumstancias.

O bispo de Silves, sem o querer, tinha lançado no animo do principe o germen da futura catastrophe [1].

Escrevendo-lhe para o dissuadir da primeira tentativa, e encarecendo-lhe os obstaculos com rasões evidentes, o prelado de certo com louvavel intenção deixou caír da penna algumas phrases, referidas ao porvir, que o monarcha gravou na lembrança, e que mais tarde oppoz como argumento irresistivel, rindo-se da prudencia e da experimentada sisudeza dos que avisados pelo conhecimento exacto das cousas lhe advertiam os perigos da aventura, em que pereceu.

De todas as reflexões, que encerrava a carta de Jeronymo Osorio, a paixão do rei sómente conservou de memoria as palavras, que pareciam vaticinar-lhe a posse do imperio de Africa para momento mais propicio [2].

Em um dos periodos do escripto notavel, que lhe dirigiu, notava o bispo, que seria grave erro esgotar as forças da monarchia sem proveito, porque depois, se Deus nos offerecesse a occasião, Portugal desfallecido por lutas sem resultado, não acharia em si os recursos necessarios para a gloriosa obra, que o soberano meditava.

Aconselhando, que nunca se levantasse de todo a mão das armas n'aquellas partes regadas por tanto sangue generoso, e acrescentando que devia haver menos damascos e mais cossoletes, menos perfumes e mais lanças, o prelado censurava os vicios proprios da decadencia, e por meio d'esta severa reprehensão procurava convencer o principe a occupar-se da reforma dos abusos e dos costumes, antes de se arriscar em lances temerarios para que o reino não se achava preparado.

[1] Carta de Jeronymo Osorio, bispo de Silves, em Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. II.

[2] Ibidem, part. III, liv. II, cap. XXVIII, pag. 617 e 618.

Ao mesmo tempo, insistindo em que a pobreza dos fidalgos devida aos gastos luxuosos os impedia de seguirem o monarcha, como deviam, ou os havia de constranger a arruinarem-se, empenhando as rendas e as casas, apontava uma causa sabida e innegavel, cujo remedio immediato era impossivel, e que, attendida, serviria por longos annos de estorvo á prosecução de projectos, que não estranhava, que pelo contrario applaudia em idéa, mas que reputava antecipados, e por isso mesmo mais sujeitos a revezes, do que proporcionados ao que a rasão e a experiencia podiam prometter [1].

Estas observações concordavam em parte com as do monarcha, e como ostensivamente só dilatavam para epocha mais adequada a execução dos planos, não os reprovando, D. Sebastião não as levou a mal, e recolhendo-se de Tanger por entre os temporaes, reservou para melhor tempo a continuação da luta, empregando os ocios em juntar dinheiro, disciplinar e augmentar as tropas, e por todos os modos estimular o espirito guerreiro dos vassallos.

O bispo Osorio apontava como apropriado ensejo para uma nova expedição aquelle em que os mouros, dilacerados pelas dissenções internas, mal podessem respirar de fraqueza.

Acreditaria, que abertas as portas á conquista pela luta civil, seria facil a um capitão resoluto o assenhorear-se das praças importantes sem grande resistencia, ou cego pelo ardor religioso, como o rei, veria talvez n'elle o homem predestinado para consummar o pensamento glorioso que D. João I, conquistando Ceuta, legára á sua geração [2]?

[1] Osorio — Carta a D. Sebastião, em Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. II, cap. XXVIII, pag. 617.

[2] Ibidem, part. III, liv. II, cap. XXVIII, pag. 616 e 617.

Se foi esta a sua illusão, e se não julgava ainda remotas as probabilidades do facto para sem receio as indicar, os acontecimentos depressa se encarregaram de lhe mostrar que é sempre arrojo fundar no futuro a certeza dos calculos humanos.

Á quietação temporaria succedeu dentro em pouco a discordia no imperio africano; a ambição ateiou a guerra entre competidores implacaveis; e o neto de D. Catharina de Austria na impaciencia que o abrasava entendeu que tinha soado a hora de passar o estreito, e de atirar a luva ao feliz vencedor, que acabava de supplantar os emulos apoderando-se de uma corôa, para que a fortuna parecia convida-lo, não se cansando de o vingar dos infortunios passados com o favor constante dado aos seus commettimentos.

No meio dos designios, e dos aprestos, que D. Sebastião não cessava de apressar, ainda lhe veiu exaltar a phantasia um successo pouco esperado. Arzilla, a joia mais preciosa, que Affonso V engastára no seu elmo de cavalleiro, Arzilla, que D. João III tinha desamparado com tão grande quebra no esplendor das armas portuguezas, de repente estendeu de novo os braços ao descendente do seu primeiro conquistador, e voluntaria captiva tornou a arvorar nas suas ameias as quinas abatidas com tanto desdoiro [1].

O modo por que se recuperou a praça, e as esperanças que a sua entrega espontanea veiu alimentar no animo guerreiro do principe, que nunca apartára a vista dos muros das cidades africanas, por tal fórma se ligam á historia das dissenções politicas dos reinos de Fez e de Marrocos, que em grande parte fórma uma das causas efficientes da

[1] Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XII, pag. 107.

jornada de 1578, que deixar de os expor, aindaque resumidamente, seria o mesmo que romper o fio da narração, deixando na obscuridade a feição principal do quadro n'este periodo.

No principio do seculo XVI reinava em Fez Mohammed-el-Oatar, da familia dos Merinis, e em Marrocos Muley Naçar Bugentuf, ambos inquietados por continuas sublevações, e senhores de menores territorios do que inculcava o seu titulo de monarchas.

Foi esta a epocha, que escolheu el-rei D. Manuel, tão habil e afortunado em aproveitar as occasiões para dilatar as suas conquistas. Occupando por seus capitães muitas villas e logares, firmou ao mesmo tempo tracto e amisade com os mouros poderosos, que se reconheceram seus vassallos [1].

No meio d'estes successos prosperos para Portugal, é que em uma das provincias africanas, a de Drah, começou a sobresaír Mohammed-ben-Hamed, que se denominava Scherif, ou descendente do propheta.

Compondo o gesto e a vida com exterioridades austeras, o seu nome soou depressa com louvor na bôca dos povos visinhos, que o admiravam como santo, não reparando, que n'elle a devoção, como succede muitas vezes, apenas servia de mascara a um ambicioso [2].

Ardendo em desejos de se elevar acima da mediania da sua condição, poz os olhos no espectaculo das discordias civis, que retalhavam o imperio dos ben-Mirini, e conce-

[1] *Noticia historica do imperio de Marrocos*, por Ferd. Hoefer, na collecção intitulada — *L'Univers pittoresque* — Afrique, tom. III, pag. 352 e 353. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XIV, pag. 56 a 62.

[2] Hoefer — *L'Empire de Maroc*, tom. III, pag. 353. — Jeronymo de Mendonça — *Jornada de Africa*, cap. I.

beu desde logo o designio de converter em proveito da sua familia as perturbações, que o agitavam.

O Scherif tinha dois filhos, Mohammed e Hamed. Querendo-os dispor para o papel, que lhes destinava, mandou-os fazer a peregrinação de Meka, e iniciou-os nos seus planos. Á volta os dois irmãos tornaram-se tão notaveis pela severidade dos costumes e pela reputação litteraria, que o rei de Fez apreciou os grandes dotes de ambos, e admittiu-os á sua intimidade. Crescendo o seu valimento, alcançaram sem difficuldade do illudido soberano, que os encarregasse da reforma do governo no reino de Sus, confinante da provincia de Drah, aonde dentro em pouco recrutaram numeroso partido, lisonjeando o animo inconstante do povo, e attrahindo os subditos á sua bandeira, os mais doceis por meio de favores, e os outros pela violencia ou pelo terror das intimidações [1].

Quando se julgaram com forças sufficientes para a empreza, alvo de seus occultos projectos, despindo as apparencias de humildade e submissão, não hesitaram em adiantar o ultimo passo, e estreitamente ligados em interesses e idéas deram o signal da rebellião.

A fortuna sorriu-lhes, e sem grande trabalho, ajudados pela apathia do monarcha, e pelo conceito que elle proprio concorrêra para lhes grangear, cedo uniram aos estados usurpados de Sus os de Drah e de Tafilet, repellindo com braço victorioso os que lhe resistiam, e recompensando os que tomavam a sua voz como filhos da mesma terra e admiradores dos seus triumphos.

Esta rapida facção, tão feliz no exito como atrevida no

[1] Hoefer—*L'Empire de Maroc*, tom. III, pag. 353.—Nicol. Clenardi—*Peregrinationum ac de rebus mahometicis epistolæ elegantissimæ*—Lovanii. 1561, in 12.°—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XIV e XV.

pensamento, cortou de temor os regulos, que disputavam entre si os membros do vasto imperio africano.

Os scherifes, com a espada alta, já não escondiam a ambição, ameaçando de igual sorte os povos mais visinhos, e preparando-se para submetterem ao mesmo sceptro toda a Barberia.

Marrocos e Tlemecen caíram em seu poder; e o sultão de Fez, despojado das joias mais ricas da sua corôa, depois de experimentar successivas derrotas, acabou perdendo o throno, vencido por Mohammed, que esposou sua filha ao passo que o forçava a elle expirar no exilio, obscuro e humilhado [1].

Os historiadores assignalam como primeira epocha d'esta sublevação venturosa o anno de 1510, e como data da exaltação definitiva da nova dynastia o anno de 1550.

Foi no decurso d'estes acontecimentos, que teve logar a embaixada de Lourenço Pires de Tavora em 25 de maio de 1541, depois do cerco da cidade de Safim, a qual, soccorrida a tempo, com difficuldade escapou á sorte, que as armas dos Scherifes fizeram padecer á nossa fortaleza do cabo de Gué, levantada sobre o oceano atlantico, e com tanto cuidado defendida por el-rei D. Manuel, que a reputára com motivo como o freio mais apertado, que podia pôr aos mouros de Sus e Tarudante [2].

D. João III, que a esse tempo já resolvêra desamparar algumas das praças, conquistadas pelos seus antecessores, desejava disfarçar este acto de fraqueza com um feito illustre, não ignorando que elle seria olhado com estranheza pe-

[1] Hoefer — *L'Empire de Maroc,* tom. III, pag. 153. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião,* cap. XIV e XV.

[2] Fr. Luiz de Sousa — *Annaes de D. João III,* part. II, cap. X, pag. 326.

los cavalleiros de D. João II e de seu pae. O falso pretexto, que invocou, era que, cedendo muros e torres inuteis ficaria com os pulsos mais livres para abater o orgulho dos dois regulos mahometanos, que ensoberbecidos com a boa sombra que lhes tinham mostrado as batalhas, não cessavam de inquietar os nossos dominios n'aquellas partes, procurando consolidar o seu poder, não só pelo esplendor das victorias alcançadas sobre os reis que íam despojando, mas, e era o que mais devia lisonjear o fanatismo dos seus parciaes, pelos triumphos obtidos contra os christãos inimigos da sua fé e invasores dos territorios sujeitos á obediencia dos sectarios do propheta.

A missão incumbida a Lourenço Pires não parecia facil; e se concordava por uma parte com os interesses, que o apuro das circumstancias creára na Africa, por outra feria de rosto o sentimento religioso, mais forte e preponderante ainda, se é possivel, que a ambição e o ardor de vingança.

Propondo ao rei de Fez uma alliança offensiva com vantajosas condições, no intuito de que o mouro unido aos guerreiros de Portugal ajudasse a subjugar, ou pelo menos a reprimir a insolencia dos Scherifes, o filho de D. Manuel esquecia, que o odio mais profundo, que existe, o odio de raça e de crenças, havia de suffocar todos os outros aggravos no coração ulcerado do monarcha mahometano, já a esse tempo espoliado dos principaes estados [1].

Entre a paixão, que o movia a não desprezar nenhum dos meios opportunos de se lavar das offensas recebidas,

[1] *Annaes de D. João III*, cap. x.—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. xvi.—*Historia dos varões illustres do appellido de Tavora* —Titulo de Lourenço Pires de Tavora.—*Embaixada enviada por D. João III a Muley Hamed rei de Fez*, pag. 26 a 43.

desviando de si a derradeira ruina, que o ameaçava, e entre o receio de tudo sacrificar em um só lanço, abraçandose na desgraça com os christãos, e alienando assim as ultimas sympathias dos seus subditos, o mouro, como prudente, preferiu o menor perigo, e salvou-se da deshonra, escusando-se com destreza de aceitar a vingança, que lhe promettiam os capitães de Portugal [1].

Lourenço Pires debalde lhe offereceu em troca dos refens, que pedia para firmeza da liga, a entrega das cidades de Safim e Azamor, que D. João III secretamente o auctorisára a ceder-lhe; o rei de Fez não as aceitou, e recorrendo a delongas, e sustentando exigencias incompativeis, conseguiu desenganar por fim o embaixador, de que nunca ousaria ennegrecer o seu nome, e humilhar os restos do seu poder, combatendo ao lado dos inimigos da sua seita, contra os filhos do propheta.

Necessidade politica, ou nobreza de alma, similhante rasgo, digno de elogio em um barbaro, pouco lhe aproveitou. Annos depois, curvando a cabeça aos rigores da fortuna, descia do throno, e encaminhava-se para o desterro, que talvez evitasse, annuindo ao pacto proposto [2].

Mas as prosperidades não são menos insidiosas em muitas occasiões, do que os desastres. A elevação desuniu os Scherifes, que a ambição tornára duas vezes irmãos pela conformidade das intenções e das esperanças.

Muley Hamed Scheik, achando que o logar eminente de vice-rei de Sus era pequeno galardão para a sua gloria, e deslumbrado pela idéa de realçar elle só, apoderando-se do premio de tão grande luta e de tão constantes progressos, tendo assignalado seu nome com as proezas da tomada do

[1] *Historia dos varões illustres do appellido de Tavora*, pag. 23 a 46.

[2] Hoefer — *L'Empire de Maroc*, tom. III, pag. 152.

cabo de Gué, apontou a lança contra o Scherif, e depois de porfiadas guerras, que fôra ocioso referir extensamente, derrotado em duas batalhas, acabou debaixo do cutello do algoz, depois de implorar a piedade do irmão, e de lhe pagar a clemencia com outras rebelliões tentadas no momento, em que o via quasi reduzido á ultima extremidade pela invasão dos turcos, que chegaram a occupar a cidade de Fez [1].

Muley Mohammed, senhor absoluto de todos os estados, com que a guerra tinha recompensado os seus esforços, e desassombrado com a morte do Scheik de um emulo invejoso e inquieto, assentou a sua residencia em Marrocos, confiando o governo de Fez a Abd-Allah, seu herdeiro, o qual em 1556 subiu ao throno, e logo depois manchou as mãos no sangue innocente de irmãos e sobrinhos, chamados para o seu lado com o perfido intento de mais a salvo os ferir.

Entretanto, como soberano, a sua administração não foi obscura, nem inepta, como parecia prometter a crueldade, que lhe serviu de exordio, inspirada pelo ciume do poder.

O imperio desmembrado e desfallecido por tão repetidas discordias, depois de tantas vezes jogado e perdido nos lances aventurosos das batalhas, principiou a respirar dos maiores infortunios com o regimen severo do Scherif, e acabou de convalescer no reinado do filho, que não se mostrou menos vigoroso e resoluto em desarmar as resistencias, e em reprimir as ambições, edificando sobre bases solidas a unidade monarchica, preço de tanto sangue, e fructo de tão prolongadas dissenções [2].

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XVI e XX.

[2] Hoefer — *L'Empire de Maroc*, tom. III, pag. 353.

Em 1572 Abd-Allah fechou os olhos, e o sceptro caíu das suas mãos nas de Muley Mohammed, seu primogenito, appellidado o negro, por ter nascido dos amores de seu pae com uma escrava africana de baixa condição, e por isso mais desprezado, que aborrecido ainda, pelos Scheiks orgulhosos, que povoavam a côrte guerreira dos Schérifes.

Mas Abd-Allah, não hesitando em fundar no assassinio dos mais proximos parentes a tranquillidade do seu poder, e imaginando talvez que o crime afiançaria a perpetuidade d'elle na sua descendencia, commetteu um erro vulgar e proprio dos ambiciosos sem consciencia, nem escrupulos. Sacrificando tantas victimas deixou escapar só uma; mas essa justamente era a que Deus reservára para instrumento do castigo, punindo o filho, pela ferocidade do pae [1].

Abd-el-Mumim, e Muley Abd-el-Melek, denominado el-Moluk, irmãos de Abd-Allah, vendo no destino dos outros o aviso do que os esperava, fugiram de Fez, aonde com falsas ostentações de honra foram guardados como refens, acolhendo-se a Tlemecen, d'onde Abd-el-Melek passou a Argel, e d'ahi a Constantinopla. Mas as suspeitas dos Scherifes não os pouparam mesmo no exilio.

Abd-el-Mumim caíu ferido pelo punhal assalariado de um sicario, e para evitar igual sorte Abd-el-Melek teve de se resignar a servir como soldado nas armadas turcas, adulando os validos, que o capricho do sultão exaltava em um dia e precipitava no outro.

Ensinado quasi desde a adolescencia na austera escola da adversidade antes de mandar aprendeu a obedecer. Filho das suas obras, na conversação dos homens mais polidos de Constantinopla aproveitou tudo o que um grande

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, cap. XXII e XXIII.

espirito, como o seu, podia colher de mestres, que na arte da guerra e nas prendas de uma cultura mais adiantada eram os primeiros entre os infieis.

Discorrendo com os exercitos por diversas partes, e frequentando os individuos mais instruidos de todas as nações, que visitava, nunca perdia a occasião de se assignalar como guerreiro, e ao mesmo tempo de aperfeiçoar o engenho com os exemplos dos modelos dignos de imitação [1].

Destro em todos os exercicios militares, como soldado merecia no louvor de todos a reputação de um dos mais habeis e esforçados, unindo á pratica das armas os conhecimentos e a serenidade propria de um distincto capitão. Poucos aceitariam com elle um encontro pessoal, e nas pelejas o vigor do braço e a gentileza dos feitos sempre a par, grangearam-lhe a admiração e o elogio até dos mais afamados.

Alem d'isto não se envergonhava de entrar no estudo especial de tudo o que pertencia á sua profissão. Ninguem como elle sabia fabricar espingardas e bombardas, carrega-las, e assesta-las de modo, que produzissem o melhor effeito.

Seguro de si, e não desconfiando nunca da fortuna, mesmo no seio dos revezes empregou os ocios, que lhe concediam as fadigas do campo, em se dispor para representar o papel de principe, quando fosse chamado a desempenha-lo.

Dotado de agudeza e facil comprehensão familiarisou-se sem custo com a lingua latina, com a italiana, com a franceza e com a hespanhola, lendo e decorando os livros mais bem escriptos n'ellas [2].

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XXIII, pag. 97 a 103.

[2] Ibidem.

Na poesia compunha com promptidão versos amenos e correctos nos idiomas, que fallava; e em musica poucos se atreviam a disputar-lhe a corôa na viola, no laúde, e nos instrumentos usados na Europa.

Affavel, bemquisto, e honrador, inclinava-se aos homens cuja conversação o instruia, ou deleitava, e por isso foi accusado pelos fanaticos da sua seita de estimar os christãos em mais do que devia.

Uma grande macula empanava comtudo o brilho de tão nobres qualidades. Muley Moluk aos costumes sensuaes e obscenos, a que talvez o habituasse a vida guerreira, em que gastou não menos de dezoito annos, unia o triste vicio da embriaguez, afogando com frequencia a rasão em bebidas alcoolicas, e expondo-se durante o delirio do embrutecimento a ordenar violencias e excessos, que depois era o primeiro a deplorar amargamente[1].

No desterro em que andava, cobrindo os espiritos reaes com a fortuna de soldado, muitas vezes volvia com saudade os olhos para a terra do seu berço, e se lhe avivava no seio o odio profundo, que o sangue dos seus e as perseguições mais íam azedando de anno para anno contra Abd-Allah e os da sua raça.

Pelo seu valor cedo conquistou a amisade de Ali-Schiali, intimo privado do sultão, e desde então começou a ver as suas esperanças com mais alegres olhos. A morte do Scherif veiu reanima-las. Muley Hamed, a quem Abd-Allah, carregado de annos e de venturas, deixára a corôa, não era homem que podesse com o peso do vasto imperio, que herdára, e logo nos primeiros passos denunciou a fraqueza natural da sua indole.

Bastardo, filho de escrava preta, e por isso pouco aceito

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XXIII, pag. 101 e 102.

dos nobres e do povo, que lhe não perdoavam a baixeza do nascimento, sobre o desprezo provocou a aversão pela crueldade do seu governo. Cuidando que podia assegurar o sceptro por meio do terror offereceu a um emulo ousado como Muley-Abd-el-Melek toda a vantagem que davam os numerosos inimigos, concitados em poucos mezes contra o seu imperio [1].

Ali-Schiali, movido pelas instancias que Muley Moluk reiterava a cada instante, e pelas grossas peitas com que tentou a sua cubiça, obteve finalmente a promessa de se conceder soccorro; e o sultão, ouvindo as supplicas de Abd-el-Melek e a voz dos pachás, que se declararam em seu favor, conveiu em o ajudar a subir ao throno, pondo-lhe por condição, que ficaria seu tributario, pagando annualmente o censo de cento e cincoenta mil cruzados, e sendo cunhadas as moedas, que batesse, com as armas da Porta Ottomana em signal de vassallagem. Alem d'isto o principe mouro obrigou-se tambem a abrir ás armadas turcas os portos de Larache e das costas da Barberia, com a idéa de proporcionar maior segurança aos assaltos dos infieis contra as terras de Castella e Portugal.

Estimulado com a boa sombra, que a feliz negociação promettia aos seus planos Muley Moluk veiu a Argel, aonde o bey o recebeu com os braços abertos, e se mostrou disposto a executar sem demora as ordens de Constantinopla. Cinco mil janizaros e alguns canhões formavam o grosso do exercito, que invadiu as fronteiras; e logo no primeiro encontro a sete leguas de Fez, a fortuna, quando parecia deferir no primeiro impeto a palma aos soldados do Scherif, voltou-lhes subito para sempre as costas, assignalando os campos de Ourrochusa como o ter-

[1] Hoefer — *L'Empire de Maroc*, tom. III, pag. 153.

mo das prosperidades concedidas ao herdeiro de Abd-Allah [1].

No momento, em que as tropas do bey e de Abd-el-Melek, quasi destroçadas em uma peleja nocturna, buscavam o amparo das trincheiras, esperando o dia talvez para se renderem, a pusillanimidade de Muley Hamed entregou-lhes o triumpho.

Informado de que alguns dos seus alcaides tinham passado para as fileiras contrarias, julgou-se trahido, e cheio de espanto fugiu á redea solta com mil cavalleiros, lançando pregão de derrota na mesma occasião, em que as acclamações dos seus defensores saudavam o proximo desastre dos turcos!

Esta covardia indignou os mouros. A cidade de Fez submetteu-se sem resistencia a Muley Moluk. O reino de Sus obedeceu-lhe; e dentro em pouco o afortunado principe pôde lisonjear-se de que Marrocos, aonde se refugiára Muley Hamed, abraçaria o exemplo.

Uma nova batalha acabou de decidir a contenda. N'este dia o premio offerecido ao vencedor era nada menos do que o imperio de Barberia, e o Scherif deixou para sempre no campo a corôa e o poder [2].

Acossado de perto por Muley Ahmed, irmão de Abd-el-Melek, buscou o abrigo dos sitios mais invios da terra, d'onde, frustrados os ultimos esforços, veiu lançar-se nos braços dos christãos, implorando a piedade dos capitães de Filippe II, batendo debalde ás portas da fortaleza castelhana do Peñon de los Velez.

Foi depois da repulsa, que repelliu ali as suas supplicas,

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XXIV, XXV e XXVI.

[2] Hoefer — *L'Empire de Maroc*, pag. 153. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XXXII e XXXIII.

que o desditoso principe ergueu as mãos com humildade, pedindo a D. Sebastião o remedio da sua ruina a esse tempo já consummada.

Enviando-lhe, como emissario a D. Antonio da Cunha, que fôra seu captivo, propunha que o ajudasse a reconquistar os estados, de que Abd-el-Melek o desappossára, e offerecia em compensação reconhecer-se tributario de Portugal, e depois de restituido cooperar com os nossos cavalleiros para os turcos serem expulsos dos territorios de Barberia [1].

Estas condições, em que se pintava a desesperação do vencido, encheram de ufania o nosso monarcha; e a entrega de Arzilla por Abd-el-Kerin, alcaide de Alcacer, de Larache, e de outros logares importantes, não concorreu menos para lhe exaltar o orgulho, como já observámos.

Abd-el-Kerin, fiel na adversidade ao Scherif, como o tinha sido na ventura, desprezára as seducções e as promessas de Muley Moluk, preferindo o infortunio honroso aos favores devidos á traição. Vendo perdida a causa de Hamed resolveu introduzir os portuguezes em Larache, abrindo assim aquelle caminho aos pensamentos guerreiros de D. Sebastião, talvez com o proposito de o inclinar por este modo com mais facilidade a soccorrer o Scherif, ao qual não restava outra esperança, senão o auxilio de nossas armas.

A offerta da entrega de Larache não se aproveitou por motivos, que ignorâmos, e Abd-el-Kerin viu-se constrangido a entrar occultamente em Arzilla, d'onde avisou o capitão de Tanger, D. Duarte de Menezes, promettendo entregar-lhe a praça [1].

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XXXIV.

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVI.

O nosso fronteiro, apenas a carta lhe foi enviada, apparelhou cinco navios, embarcou a gente necessaria, e no dia e hora aprasados appareceu diante de Arzilla. Tudo correu como se afiançára, e os portuguezes guarneceram outra vez aquellas muralhas, que o seu rei olhava ha tanto tempo como a accusação mais cruel, que podia fazer-se aos brios da monarchia.

Sabendo a noticia de tão pacifica victoria, o principe manifestou o seu jubilo publicamente, recompensou generosamente a Cid-Hazus, que viera participa-la, e prometteu a Abd-el-Kerin as maiores recompensas na epocha, muito proxima, em que determinava de passar em pessoa para receber de suas mãos as chaves de Larache [1].

Mas, como era de crer, este successo, longe de asserenar, espertou ainda mais no seu animo a impaciencia, que o desassocegava.

As discordias suscitadas entre Muley Abd-el-Melek e Muley Hamed, dividindo os infieis, representaram-se-lhe um aviso da providencia e um convite da fortuna, que fôra quasi loucura deixar de aproveitar; e escutando as propostas, que o Scherif lhe mandava por D. Antonio da Cunha, imaginou de leve que a alliança com os infieis lhe mettia nas mãos a conquista de Africa, auxiliada pela deserção dos partidarios do soberano decaído.

Arrebatado pelas mais exaltadas esperanças D. Sebastião designou a praça de Tanger para se encontrar com o Scherif, assegurando-lhe que pouco se demoraria em atravessar o estreito decidido a restitui-lo ao throno, de que Muley Abd-el-Melek o tinha derrubado.

Tanta generosidade assustou o mouro; e as noticias re-

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XII. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLII, pag. 177 e 178.

cebidas de Portugal não concorreram pouco para lhe aggravarem os receios.

Dissimulando, comtudo, as suspeitas, Hamed agradeceu os offerecimentos, mas lembrou ao mesmo tempo, que o seu triumpho seria tão certo pelo menos se el-rei em vez da jornada em pessoa, que meditava, se limitasse a soccorre-lo com quatro mil soldados, capitaneados por um general habil e feliz [1].

A insinuação do mouro foi desprezada; e o monarcha descontente, e attribuindo talvez o conselho a desconfiança, ou a inveja, replicou que já era tarde para se dispensar da jornada, ajuntando que ninguem primeiro do que elle havia de pizar a terra africana [2].

Apesar da resolução, que o principe manifestava, repellindo as advertencias como offensas, não faltou quem se arriscasse a caír no seu desagrado, dizendo a verdade sem disfarce; mas a contradicção, longe de o persuadir, irritava-o; e cada vez o confirmava mais no seu proposito. Calando o desgosto causado pelo parecer unanime e contrario dos seus conselheiros, accusava-os de timidez, louvando as proprias temeridades como rasgos de valor, dignos dos feitos que tinham illustrado o nome portuguez em outras epochas.

Para oppor aos que o contrariavam outros pareceres favoraveis consultou Abd-el-Kerin e alguns mouros principaes, fugidos da patria. Como é de suppor, desterrados e sequiosos de vingança, todos elles pintaram a empreza como facil e a victoria como segura; porém Cid Muça, mais austero, sendo tambem ouvido, julgou que o dever o obrigava a não illudir a confiança do rei, e fallou

[1] Barbosa Machado—*Memorias de D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVI.

[2] Ibidem.

como homem que se estimava, e que antepunha a voz da consciencia aos sorrisos e ás mercês da côrte [1].

Alludindo á posição humilde a que a fortuna o reduzíra, e observando que todas as suas esperanças se fundavam na quéda de Muley Abd-el-Melek, expoz com firmeza que as informações, que tinham sido dadas de Africa não eram exactas, tanto em referencia ao poder dos partidarios do Scherif, como em relação á facilidade e rapidez da conquista.

Se a guerra projectada levava só em vista (acrescentou) soccorrer o principe desthronado, sete ou oito mil soldados, commandados por um bom capitão, bastavam para vencer, desvanecendo-se ao mesmo tempo as apprehensões, já divulgadas, de que as frotas e os exercitos, que se apparelhavam com o monarcha por general, occultavam o secreto intento de illudir os credulos com a sombra de uma alliança desinteressada para depois da victoria se impor ás populações o jugo christão.

Se pelo contrario as ambições, que se inculcavam eram verdadeiras, e se el-rei pretendia na realidade assenhorear-se de Marrocos e de Fez, n'esse caso encontraria aberta resistencia em quasi todos os mouros, tibieza e repugnancia até nos mais zelosos defensores de Muley Hamed.

A presença do soberano, dando corpo á voz dos amigos de Abd-el-Melek, justificaria os clamores dos que asseveravam, que o premio ajustado em paga do auxilio concedido ao Scherif equivalia á servidão do imperio marroquino.

Que os odios com esta idéa haviam de recrudescer, e a luta tornar-se geral. A Africa, armada e de pé como um só homem, ajudada pelo clima, pelos obstaculos naturaes,

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVII, pag. 149 a 157.

e pelo ardor da independencia e da fé religiosa, opporia ás armas de Portugal uma resistencia longa e invencivel, porque n'aquella terra tudo pelejava contra o invasor [1].

Este desengano, filho da lealdade de um caracter generoso, não abalou o convencimento do monarcha. O que Cid Muça colheu da sua sinceridade foi ver-se calumniado e desattendido. D. Sebastião nunca lhe perdoou a lisura d'este voto, e quando algum dos ministros queria prevalecer-se d'elle para estranhar a expedição, costumava exclamar com enfado: «que os mouros fallavam como christãos, e os christãos peior que mouros!» [2]

No conselho convocado para manifestar aos prelados e aos grandes do reino a decisão, que tomára, o principe mostrou a mesma altivez. Os homens mais prudentes debalde tentaram declinar ao menos a precipitação da empreza; o rei com severo gesto obrigou-os a emmudecer, declarando-lhes que não os convidára para discutir, mas para os informar da sua vontade, não admittindo contestação [3].

O monarcha principiou expondo os motivos, que o moviam a emprehender a guerra, favorecendo a causa de Muley Hamed; e mais inflammado ajuntou depois, que Portugal não podia negar-se a erguer o throno prostrado do Scherif, se não quizesse ver os turcos senhores dos portos africanos, e cada dia mais poderosos contra as terras maritimas das Hespanhas.

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVII, pag. 149 a 157.

[2] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. II, cap. IX.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, cap. XVII.

[3] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVII.

Respondendo aos que arguiam a jornada de temeraria, notou que se os reis seus antecessores se houvessem contentado com os limites de suas apertadas fronteiras nunca teriam alcançado os dilatados senhorios, que eram a gloria do seu governo.

Concluindo, sustentou, que se a monarchia se não empenhasse agora n'esta luta perderia a estimação, ganha por antigos feitos, acrescendo, que alem das vantagens do exercicio guerreiro, tão necessario para endurecer os soldados nas fadigas militares, havia ainda a attender á circumstancia de acharmos alliados logo ao desembarcar. Que os partidarios de Muley Hamed esperavam do outro lado do estreito com anciedade o momento de desertarem das bandeiras de Abd-el-Melek, que seguiam constrangidos, e que até mesmo na occasião de se ferir a peleja, muitos haviam de abrir-nos os braços, voltando as lanças contra as fileiras de que fugissem [1].

O discurso do principe, apesar de meditado de antemão, a ninguem persuadiu.

Os conselheiros de mais auctoridade não emmudeceram como elle cuidára diante dos argumentos, que propoz, nem se acovardaram com o tom preceptivo, em que o recitou.

Antepondo as obrigações de ministros leaes ao ephemero valimento, que tiraria de um voto lisonjeiro, não faltou quem representasse, com annuencia de todos, que mais do que leviandade seria arriscar-se o reino e a pessoa do monarcha só para tomar parte em um pleito, que nos era estranho, e de que não resultaria proveito senão para os inimigos.

Insistindo houve ainda quem ponderasse com vigor,

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVII.

que fôra quasi um crime applaudir o plano, quando a voz de imperiosos deveres mandavam advertir o soberano do sobresalto, em que havia de ficar o paiz, vendo-o correr aventuras improprias de um rei, e tão ruinosas nas apuradas circumstancias do estado, que morto elle, se veria orphão do seu principe, sujeito ás discordias e dissenções civis de uma successão litigiosa, e privado do mais seguro penhor da independencia.

Encarando os obstaculos, que n'aquella epocha prohibiam commettimentos de similhante natureza, os mais resolutos passaram depois a descrever a critica situação do reino, exhausto de recursos, despovoado com os estragos da peste, desfallecido por impostos com que não podia, e sobretudo incerto e attribulado com o susto e a inquietação, que empreza tão desproporcionada causava a todos.

Se a monarchia mal supportava o peso das proprias cousas, como poderia ainda tomar sobre si o encargo das alheias? [1]

As objecções promettiam continuar, mas D. Sebastião atalhou-as com a impetuosidade usual, repetindo que não convocára o conselho para deliberar sobre se passaria, ou não o mar, porque a resolução estava tomada, e não consentia duvidas; mas só para o ouvir ácerca do modo opportuno de levantar as tropas, e de dispor os preparativos indispensaveis.

Esta aspera resposta, avivada pela severidade do semblante, consternou os que ainda se lisonjeavam de valerem alguma cousa no seu conceito.

Vendo-o tão absoluto na vontade, e tão cego contra a rasão, deram a causa por perdida, e lavando as mãos da

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVII.

culpa, separaram-se, depois de se aprasar nova conferencia para a discussão, que el-rei determinára [1].

Na fatal cegueira, que o dominava, D. Sebastião não cedia nem ás supplicas, nem á evidencia das mais sisudas reflexões.

Em fevereiro de 1578 a rainha viuva expirou cortada de magua, e antevendo já do leito da morte a ruina do neto, que ás reflexões, com que procurára dissuadi-lo, respondia só com o silencio, em que se retratava a obstinação de uma idéa inabalavel [2].

O cardeal D. Henrique igualmente aggravou o seu resentimento, representando-lhe os perigos que ía buscar sem utilidade, quando era tão facil fazer a guerra por meio de seus capitães, ajudando-a do Algarve com soccorros de soldados e munições.

Mas os prantos da avó enfraquecida pela enfermidade, e os conselhos do infante, importunavam o principe sem o abalarem.

Desenganado de que todos os esforços, que empregasse, seriam vãos, e offendido do desagrado com que as suas advertencias eram recebidas, D. Henrique deixou a côrte, e recolheu-se ao arcebispado de Evora; mas antes de se retirar quiz mostrar a sua influencia e auctoridade.

Por suggestões suas, Fernão de Pina Marrecos e os vereadores de Lisboa foram ao paço em nome do povo, e com a liberdade de bons vassallos e o amor de subditos extremosos, pintaram com vivas cores o que todos sentiam ácerca da empreza, em que viam empenhadas as forças do reino

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVII.

[2] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLVII, pag. 194 e 195.

com pouca certeza do exito, e grande probabilidade de risco [1].

Escutou-os el-rei com aspecto carregado, e reprimindo a custo os impetos da ira. Quando acabaram, e elle deu largas á colera represada, foi tal o espanto que as suas palavras ameaçadoras infundiram no coração dos vereadores, que Fernão de Pina não teve poder em si para occultar, que arriscára aquelle passo, obedecendo ás insinuações do cardeal. Desde então ficou ainda mais publica e irreconciliavel a opposição que existia entre D. Henrique e o monarcha [2].

O rei de Castella, Filippe II, sincera ou artificiosamente, tambem apparentou empenhar-se no mesmo sentido, que o cardeal, e os conselheiros.

O duque de Medina Cœli, embaixador nomeado para a visita de pezames pela morte de D. Catharina de Austria, trazia ordem para em nome de seu amo lembrar a D. Sebastião a imprudencia, que seria expor o reino e a pessoa, sem herdeiros, em guerras distantes e incertas, sobretudo estando em vesperas de se esposar com a infanta, sua filha [3].

Alem d'este motivo o duque allegou ainda outro não menos concludente.

Os turcos, pretexto invocado por D. Sebastião para corar o seu ardor guerreiro, tinham-se retirado, segundo constava, das terras sujeitas a Abd-el-Melek, e este, longe de cumprir as condições impostas pelo sultão, o que mais anciava era ver-se desassombrado da onerosa protecção das tropas ottomanas.

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLVII, pag. 194 e 195.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem, pag. 196 e 197.

A estas rasões, que não admittiam resposta, o mancebo não deu outra, que não fosse a ordem de apressar os armamentos; e da segunda embaixada do conde de Andrada, filho do conde de Lemos, encarregado de renovar as instancias feitas pelo duque de Medina Cœli, não resultou melhor exito, que da primeira.

Cerrando os olhos á evidencia, e os ouvidos aos avisos, que de toda a parte o advertiam, o principe cegou-se a ponto de duvidar do valor dos capitães mais distinctos, perguntando em Hespanha ao duque de Alba se sabia a côr que tinha o medo, e consultando os medicos por causa de D. João Mascarenhas, a fim de decidirem se a idade faria acovardar os brios!

Para não faltar nada, e nem sequer lhe restar a mais leve sombra de desculpa, Moley Moluk, que não aprendêra a guerra só nos livros, e que podia reputar-se o primeiro general dos africanos, cansado de lutas e fadigas, quebrou pelo orgulho proprio, e mandou pedir a paz, assegurando a el-rei que se o receio dos turcos o excitava a emprehender a invasão, que socegasse, porque não os consentiria nos seus estados; e que se a guerra tinha por fim desapressar as fortalezas de Portugal das correrias dos mouros, que talavam os campos até aos muros, com oppressão dos moradores, que elle, como prova do seu empenho de viver tranquillo e em boa visinhança, não hesitaria em conceder os territorios e os campos, que fossem necessarios para searas e pastos, alargando as antigas demarcações, e assegurando-as de todos os prejuizos e rebates [1].

Esta proposta, tão prudente e honrosa, foi communicada por André Corso ao capitão de Tanger D. Duarte

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLVIII, pag. 198 a 200.

de Menezes para a elevar ao conhecimento do monarcha. D. Duarte n'este lance mais cortesão, do que fronteiro, ou porque imaginasse que o temor lhe lançava aos pés o vencedor de Muley Hamed, ou porque desejasse adular o soberano, ouviu o recado com soberba, e redarguiu, como se coroado de triumphos batesse já ás portas de Fez, ou de Marrocos, que para se fallar de paz devia Abd-el-Melek entregar as terras e praças, que lhe indicou, tratando um rei pacifico na posse do throno como poderia tratar o Scherif derrotado e sem asylo.

Muley Moluk, pasmado de tanta arrogancia, cortou os vôos á altivez do capitão de Tanger, replicando friamente, que sobre um ladrilho podre de Africa daria duas batalhas a D. Sebastião de Portugal; e ao mesmo tempo dirigiu-se a Filippe II, declarando-lhe o que tinha proposto, e queixoso da recusa, que repellíra as suas tentativas, pedindo-lhe que persuadisse a seu sobrinho, que não o perturbasse com uma guerra injusta e fundada em motivos frivolos. Por fim acrescentava, que não só não entregaria aos turcos nenhum logar do sertão, ou da costa, mas que se obrigava a expulsa-los de Barberia, e até a auxiliar as armas castelhanas para a conquista de Argel, se acaso a intentassem [1].

Prevalecendo-se d'estas promessas, como se jurasse na verdade d'ellas, o hespanhol tirou d'ahi pretexto para se negar ao cumprimento da palavra dada em Guadalupe, faltando com o soccorro promettido das cincoenta gallés e dos cinco mil homens, e deixando correr desamparado á sua destruição o desditoso principe, cuja herança talvez reputasse sua, desde que por uma especie de pacto secreto cruzava os braços, e deixava respirar Muley Moluk do re-

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLVIII, pag. 200 e 201.

ceio de ver unidos e armados contra elle os dois monarchas da peninsula [1].

Entretanto, cada vez mais obstinado na prosecução dos designios, que acabava de publicar no conselho, o neto de D. João III principiou a dar calor aos preparativos para a empreza.

Em vez de o suspenderem, ou de o atalharem, as difficuldades que encontrava parecia incitarem-o a desprezalas, e a adiantar os passos, que deviam encaminha-lo para as fataes praias, aonde a morte o aguardava com o desengano de suas loucas esperanças. A voz do castigo chamava de longe o rei e o povo para o tumulo, em que haviam de sepultar-se em uma só batalha a independencia, fructo de gloriosas lutas, e o esplendor de perto de um seculo de victorias e conquistas.

Todos os meios se empregaram para dotar a expedição, que a impaciencia do mancebo suspirava por ver já longe da bahia do Tejo, seguindo a derrota, que o destino lhe apontára para sua ruina.

Alem dos meios extraordinarios, creados para subsidiar uma guerra geralmente condemnada, o soberano e os confidentes, que por lisonja o acompanhavam no temerario empenho, não hesitaram na escolha dos alvitres fiscaes mais odiosos; e achando os recursos obtidos desproporcionados para a grandeza do feito, recorreram sem escrupulo aos expedientes onerosos, de que momentaneamente se podia colher algum proveito, olhando só a engrossarem os rendimentos publicos [2].

Declarou-se o trato do sal estanco publico; e como com-

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLVIII, pag. 201 e 202.

[2] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XIV.

plemento d'esta oppressão, os contratos lesivos, uns após outros, vieram revelar a todos no meio da commum anciedade e afflicção, que a usura campeava impune apesar das leis, enriquecida com as receitas mais seguras, desbaratadas a troco de antecipações, que só o desvario de homens cegos podia consentir [1].

As quantias assim arrancadas passavam logo das mãos dos cobradores e thesoureiros para as dos fornecedores, porque, em jornada, como a que se dispunha, com o mar de permeio, tudo se havia de levar do reino, desde a palha para os cavallos até á lenha para as cozinhas.

Zombando das severas pragmaticas, decretadas annos antes, as despezas do rei e dos fidalgos elevaram-se a tal ponto, que o paiz acabou de se arruinar.

Os nobres viram-se obrigados a empenhar as rendas e os morgados, emquanto deploravam a sorte, que os esperava; mas o desejo de adular o principe valia mais do que a rasão, e os mesmos que lastimavam tantos sacrificios inuteis, eram talvez os primeiros a suscitarem competencias, alistando-se e desfalcando o seu patrimonio [2].

Para acudir á falta de dinheiro, que os ministros velhos apontavam como o obstaculo principal, D. Sebastião dirigiu-se ao pontifice Gregorio XIII, e justificando o zêlo com que emprehendia esta guerra contra os inimigos da fé, impetrou, e obteve a bulla da cruzada, promptamente despachada, e commettida na sua execução, como commissario geral, a D. Affonso de Castello Branco, depois bispo do Algarve e de Coimbra; mas apesar de serem grandes as quantias, que produziu, os gastos absorviam depressa os

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLIV, pag. 182 a 185. — Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, cap. XIV.

[2] Ibidem.

maiores cabedaes, e el-rei pela segunda vez tornou a recorrer á munificencia do papa, pedindo-lhe a concessão, ainda mais importante, das terças das igrejas como subsidio ecclesiastico.

A curia romana condescendeu, e nomeou recebedor geral a D. João Affonso de Menezes, filho natural do arcebispo de Lisboa.

Entretanto á noticia da exacção, que o ameaçava nos seus bens, o clero, e sobretudo os prelados, sobresaltaram-se, e de toda a parte romperam clamores contra uma expedição, que principiava por empobrecer mais de metade do reino antes de largar as vélas.

Estava imminente a cobrança de um pesado imposto, e esta não era uma epocha, em que o sentimento religioso se realçasse pela viva chamma do enthusiasmo, offerecendo martyres voluntarios para tingirem de sangue as vestes sacerdotaes no campo da peleja. Nos dias de D. Sebastião as ordens religiosas e os ecclesiasticos, feridos nos interesses, não se viam despir para armar soldados contra os infieis com a resignação, que devia esperar-se do voto de pobreza de uns, e da virtuosa abnegação dos outros.

Queixaram-se, resistiram, e as suas vozes soaram tão alto por todo o paiz, que o monarcha teve de ceder, e de se contentar com a composição de cento e cincoenta mil cruzados, que lhe propozeram, repartida na proporção do rendimento dos beneficios [1].

Ainda não bastou, porém, tão rigoroso expediente; e incapaz de medir os passos, quando tratava de se approximar do fim a que tendia, el-rei, não reparando em alie-

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XIV.—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLIV, pag. 183 a 185.

nar o coração dos subditos, não perdoou a nenhuma classe, ferindo-as a todas, embora com diversos golpes.

O tributo geral de um por cento sobre o valor das propriedades avaliadas pelo fisco attrahiu aos cofres publicos copiosas receitas, logo sumidas na mesma voragem. Depois seguiu-se logo outro arbitrio, igualmente dictado pelo apuro das circumstancias, e quasi sempre inseparavel dos governos, que olham só para as necessidades momentaneas: foi mandar-se correr a moeda castelhana, prohibida antes, reputando-a em mais do que valia [1].

Os christãos novos, julgando a occasião propicia para se alliviarem do maior peso da perseguição, que os vexava, não a deixaram fugir, propondo um donativo de duzentos e quarenta mil cruzados sob condição de lhes não serem sequestrados os bens pelo santo officio por espaço de dez annos, mesmo depois de presos pelo tribunal da fé [2].

O inquisidor geral de Castella, não menos assustado que o de Portugal, oppoz ao indulto pedido todo o poder da sua eloquencia.

Na carta, escripta por elle a D. João da Silva, embaixador de Hespanha, contra a bulla de suspensão de castigo, alem das rasões theologicas, o prelado invocava tambem motivos menos elevados e mais mundanos, do que a conservação da pureza da fé, notando que não se confiscando os bens aos judeus portuguezes era de presumir que os de Castella se acoutassem no paiz, aonde se lhes permittia ao menos salvarem a fortuna das garras do fisco, e com piedosa commiseração lembrava, que da bolsa dos orphãos, viuvas, e donzellas da raça hebraica, sairia

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XIV.

[2] Ibidem.

por força a maior somma do donativo, cousa que na sua consciencia melindrosa elle reputava mais iniqua, sendo voluntaria, do que a feliz indigencia a que os sequestros reduziam de repente os contumazes, deixando familias inteiras expostas á miseria, depois do tribunal lhes roubar os chefes para os sepultar nos carceres, e muitas vezes para os arrastar ao tragico espectaculo das fogueiras [1].

As representações do inquisidor foram desattendidas. O monarcha precisava de meios para occorrer ás despezas, e pareceu melhor aos que o aconselhavam negociar com os christãos novos, do que ficarem menos cheios os cofres do estado, e mais povoadas as prisões do santo officio de Castella.

O que mais admira no meio das extorsões, que se ordenavam com tanta facilidade, é a servil obediencia dos magistrados e da nobreza. O povo, costumado a não ter voz

[1] Vidè a carta do inquisidor geral de Castella a D. Juan da Silva.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XIV, pag. 122 a 124.

O prelado diz, entre outras cousas: «Item se puede presumir que acudiran a essos reinos todos los confessos, que viven en otras provincias, por gozar de la seguridad de sus bienes, y haviendo muchos, que con tan dañosa licencia necessariamente haran mucho daño a los catholicos...» etc.

E n'outra parte observa: «De más desto dicho, los dineros que se huvieren de dar a Su Alteza por esta causa, se han de coger por via de tallon y contribuicion de todos los desta casta, y generacion, entre los quales necessariamente ha de aver muchos pupilos, y menores, viudas, doncellas, y guerfanos, que ni tienen culpa, ni la piensan tener; y nó es justo, que paguen los que nó deven por lo que con ajuda de Diós nó avran menester.»

Este zeloso inquisidor era o bispo de Cuenca, o qual se valeu da auctoridade de Filippe II, mas debalde, para suspender a resolução de seu sobrinho.

activa, desde que D. Manuel completou a obra da unidade monarchica, esboçada por Affonso V, e cimentada por D. João II com o sangue do duque de Bragança e do duque de Vizeu, só em casos muito extraordinarios conseguia elevar as suas queixas ao throno nos estados do reino, raras vezes convocados.

Reprovada por todos a expedição, que se preparava, e prophetisadas pelos mais prudentes as desgraças, que de feito puniram a temeridade do soberano, parece incrivel que não se unissem os que deviam pôr termo a estes delirios, e que por meio de uma resistencia moderada, mas viril, não impedissem D. Sebastião, moço e impetuoso, de arriscar com a corôa e a propria vida o socego, a fortuna e a independencia do paiz.

Pelo contrario, os mais severos foram os que se esmeraram em provar melhor a sua lealdade (diziam elles), seguindo o prestito militar, que assistiu ás exequias do rei e da monarchia.

Alem dos impostos e antecipações, o principe obcecado pela mesma idéa, não duvidou lançar pedidos sobre os povos sem ouvir as côrtes, collectou os mercadores de trato grosso, e exigiu emprestimos quasi forçados dos prelados e dos seculares abastados.

Ultimamente entre os alvitres, que os aduladores forjaram para agradarem, não esqueceu o de o persuadir que se arrematasse, a fim de o vender por sua conta, o trigo comprado no estrangeiro para supprimento das colheitas, assegurando que el-rei lucraria o que de ordinario ganhavam os negociantes, que faziam este contrato.

O jurisconsulto Pedro Barbosa, que já ensaiava n'este reinado as genuflexões, que o tornaram valido de Filippe II poucos annos depois, defendeu com sophismas este deshonroso e indecente modo de locupletar o erario regio;

mas combatido por Fernão de Pina Marrecos, homem grave, que não maculava o engenho e o saber, curvando-os aos caprichos do monarcha, passou pelo desgosto de ver o seu voto desprezado, ficando-lhe estampada sobre o nome a nodoa de uma opinião, que só elle talvez seria capaz de sustentar com argumentos dignos da devassidão do baixo imperio [1].

Os ministros, que presidiam na qualidade de védores da fazenda a todos os preparativos, eram Pedro da Alcaçova, D. Francisco de Portugal, e Manuel Quaresma, expedindo as ordens e regulando os pagamentos; e de certo, por maior que fosse a ostentação do seu zêlo, qualquer d'elles cederia boa parte do valimento para applicar aos melhoramentos publicos os thesouros destinados a uma invasão ruinosa, e que só promettia ser fecunda em sacrificiós e revezes [2].

D. Sebastião, apesar da impaciencia com que apressava todas as cousas, não se esquecia nunca das demoras e difficuldades, que, a seu ver, tinham mallogrado a primeira expedição; e para evitar que se repetissem, incumbiu a Sebastião da Costa, escrivão da fazenda, a missão de alistar na Allemanha tres mil soldados aguerridos.

Em Castella mandou tambem lançar bando, e levantar tropas com o consentimento de seu tio, recrutando tres mil homens, capitaneados por D. Alonso de Aguilar. Os sargentos mores d'este terço eram D. Luiz de Cordova, e o capitão Aldana.

Este recem-chegado de Africa, aonde o enviára Filippe II

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XIV, pag. 125 a 137. Os dois pareceres contrarios veem ahi transcriptos por extenso.

[2] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLIV, pag. 185.

para ver pelos seus olhos o estado do imperio, e os meios de defeza, que poderia oppor, era um soldado velho e instruido na escola militar do duque de Alba, que o estimava, e por isso pouco facil em se deixar cegar pelas illusões do enthusiasmo. Voltando não occultou a seu amo, nem ao rei de Portugal, que a empreza offerecia grave risco; mas na conferencia, que teve com o neto de D. Catharina de Austria, mais cortezão do que guerreiro, parece ter adoçado tanto a severidade do seu voto, modificando-o, que o monarcha desde logo lhe arrancou a promessa de o acompanhar, confiando da sua experiencia a direcção da luta, mas não a attendendo para se desviar de uma aventura, que o capitão castelhano condemnára depois de visitar as localidades, e de formar o seu juizo em presença dos obstaculos [1].

Alem dos terços estipendiados, o acaso offereceu a el-rei um alliado não menos util em Thomás Sternuile, feito marquez de Leuster pelo papa, o qual se dirigia á Irlanda com os soldados romanos, reunidos para tentar uma expedição catholica contra os protestantes inglezes. Aportando a Lisboa para refrescar a armada e pedir mais embarcações, foi detido por D. Sebastião, que a boa presença e disciplina de suas tropas moveu a offerecer-lhe propostas vantajosas.

Convidado a seguir o exercito de Portugal, e a tomar parte na conquista de Marrocos, o marquez accedeu, pondo só por condição que o pontifice approvaria a mudança; todavia, sem esperar a resposta da Santa Sé, que não consta se chegou depois, cedeu ás instancias, e talvez ás promessas do neto de D. Catharina de Austria, e fez-se de véla

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. IV, cap. XII, pag. 461.—Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLIV, pag. 186.

com a esquadra, para assistir ao triste desenlace das ousadas esperanças do monarcha [1].

Querendo completar as suas disposições o principe nomeou quatro coroneis para os terços, que mandou levantar no paiz. Diogo Lopes de Sequeira capitanéava o de Lisboa; D. Miguel de Noronha o de Santarem; Vasco da Silveira o do Alemtejo, e Francisco de Tavora o do Algarve. Para a Beira e Entre-Douro e Minho não designou chefes especiaes, ordenando que os soldados das duas provincias se repartissem pelos corpos existentes.

Os novos officiaes partiram a 20 de maio para as comarcas, levando a recommendação de não pouparem diligencias a fim de apurarem o maior numero possivel, correspondendo á confiança, que o soberano depositára n'elles.

Ao que parece, a actividade dos coroneis não foi tão solicita como pediam as circumstancias. Por soberba e vaidade, segundo afiançam testemunhos contemporaneos, adormeceram sobre o encargo, delegando em agentes venaes e violentos as funcções, que deviam exercer pessoalmente.

Succedeu então o que devia esperar-se de taes instrumentos. As terras foram taladas pela cubiça e tyrannia dos prepostos, que para mais ainda aggravarem o odio publico, não se envergonhavam de commetter os maiores excessos, alistando de proposito os innocentes, e vendendo depois as escusas a mil e quinhentos e a cinco cruzados por cabeça.

O resultado não enganou os que já o haviam previsto. A rede assim lançada varreu apenas as fezes da popula-

[1] Bibliotheca real da Ajuda — Manuscripto sobre a jornada de Africa, publicado pelo sr. R. Felner no jornal intitulado *o Bibliophilo*, no anno de 1849. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLV, pag. 186 e 187.

ção, e em logar de tres mil homens, que devia contar cada um dos terços, mal chegaram todos quatro reunidos a sommar nove mil homens, gente bisonha, arrastada por força, e inteiramente estranha ao uso das armas, e aos brios da guerra [1].

A nobreza tambem foi chamada, e participando-lhe o intento de passar o estreito pela segunda vez, el-rei invocou o valor e a lealdade de todos, escrevendo aos ausentes para os convidar. Acudiram muitos ao chamamento, ajuntando-se debaixo da bandeira de Christovão de Tavora, nomeado para os capitanear, perto de dois mil aventureiros, uns muito distinctos pelo sangue, outros cavalleiros aguerridos, e todos homens esforçados, que acabavam de servir com lustre nas guerras de Africa e da India.

Os allemães recrutados subiam a tres mil, mas tornaram-se desde logo pesados pelo numero de mulheres, que os acompanhavam. Alem d'estes o terço castelhano, composto de tres mil soldados, aguerridos e valorosos; e mais de quatrocentos fidalgos, com os creados e a gente levantada á sua custa, unidos aos cavalleiros de Tanger e de Arzilla, e aos do Scherif completavam o exercito, que reunido se elevou apenas a vinte e quatro mil homens, de que só entraram na batalha dezoito mil [2].

[1] Bibliotheca real da Ajuda—Manuscripto sobre a jornada de Africa no *Bibliophilo* de julho de 1849.

[2] Variam os auctores ácerca do numero das tropas com que D. Sebastião passou a Africa.

Fr. Bernardo da Cruz, *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLV, pag. 188 e 189, affirma que ellas não excediam de quatorze mil infantes, mil e quinhentos cavallos, acobertados e ligeiros, mil e quinhentos gastadores, mais a gente de serviço, que toda perfazia o numero de vinte e cinco mil soldados.

Jeronymo de Mendonça, *Jornada de Africa*, cap. III, pag. 19, calcula em dezesete mil homens todo o exercito, nove mil por-

Foi este o poder, desigual para a temeridade da empreza, com que el-rei saíu dos seus estados; e comparando-o com as expedições de Affonso V e de D. Manuel, desde logo se avaliará o grau de enfraquecimento e decadencia a que chegára a monarchia.

Mas no meio do alvoroço dos aprestos, do bulicio da população, e da entrada dos terços e esquadrões, que por terra e mar buscavam Lisboa, a tristeza dos que partiam,

tuguezes nos terços dos tres coroneis, tres mil tudescos, dois mil castelhanos, seiscentos italianos, mil e quinhentos aventureiros de Christovão de Tavora, afóra os homens illustres e os fidalgos, que seguiram a el-rei como voluntarios.

Conestagio, *União de Portugal,* liv. II, diz, que D. Sebastião levava apenas, quando levantou o campo para ir sobre Alcacer, oito mil portuguezes de infanteria, e mil e quinhentos de cavallo, tres mil allemães, mil castelhanos e seiscentos italianos, com doze peças de artilheria, ao todo quatorze mil e quinhentos homens.

Barbosa Machado, *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. VIII, dá-lhe nove mil portuguezes, quatro mil tudescos, tres mil castelhanos, seiscentos italianos, e mil aventureiros ás ordens de Christovão de Tavora.

Finalmente Bayão, *Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. V, cap. I, inclina-se a suppor, que o numero foi muito maior, do que geralmente se divulgou, e não duvida exagera-lo, fazendo subir a expedição a trinta mil homens de peleja, entre alistados, fidalgos, aventureiros, e gente de serviço.

No meio d'estas incertezas cingimo-nos ao calculo do manuscripto da bibliotheca real da Ajuda, publicado pelo nosso amigo e consocio o sr. Rodrigo Felner *(Bibliophilo* dos mezes de julho e agosto de 1849), com o titulo de *Carta a um abbade da Beira.* Ao estylo satyrico, em que está escripta esta curiosa noticia contemporanea, e á liberdade com que censura os homens e as cousas, vê-se unido o conhecimento dos factos e muita informação até dos casos mais secretos, ou dos menos divulgados. É uma pintura a largos traços, porém revestida de todos os caracteres de fiel e verdadeira.

e a magua dos que se despediam, eram tão visiveis que a ninguem deixariam duvidoso ácerca das apprehensões, que enchiam de receio os homens prudentes sobre o exito da jornada.

Na opinião dos avisados e experientes não havia proporção entre a luta, que ía travar-se, e as forças com que D. Sebastião se arrojava a arremessar a luva tão longe das suas fronteiras.

A presença dos turcos na Africa não ameaçava só a Hespanha e Portugal, por serem as mais expostas, ameaçava tambem as terras de todos os principes christãos; e por isso elles não reprovavam, antes applaudiam a occupação de Larache, porto de grande capacidade para as galés ottomanas, e situado em posição d'onde a cada hora podiam assaltar as costas maritimas da peninsula, repetindo quasi a salvo as invasões e os estragos.

Os ministros portuguezes e estrangeiros o que estranhavám sobretudo era a cega precipitação, com que él-rei emprehendia a guerra, insistindo em a capitanear, desacompanhado de officiaes habeis, e com tão poucos soldados affeitos aos trabalhos de cercos e pelejas [1].

N'este tempo, quasi apagadas as tradições guerreiras da severa escola de Affonso V e D. João II, aonde se tinham formado os grandes capitães de D. Manuel e D. João III, o exercicio militar a que os nossos mais se applicavam era ao das lutas navaes nos mares da India. N'aquellas remotas partes os combates de terra feriam-se menos vezes e menos renhidos, do que em Tanger e Ceuta; e as victorias, mais faceis de alcançar, porque se ganhavam sobre raças desmaiadas pela corrupção oriental, só custavam quasi sempre o sangue vertido no primeiro impeto.

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLVI, pag. 191 e 192.

Receiavam, por isso, os soldados praticos, que o esquecimento, ou o desprezo da disciplina antiga provocasse grandes revezes.

Fiando-se na furia desordenada do acommettimento, os terços bisonhos, e mesmo as tropas amestradas em diversa tactica, íam encontrar a resistencia tenaz dos arabes, que os remeços não espantavam, costumados a venderem cara a derrota. Não podendo soffrer no valor e nas armas a differença dos mouros, devia receiar-se que trocassem de repente a infamia pelo desalento, assignalando os campos de Africa com a triste memoria de merecidos desastres [1].

A falta de machinas e a ignorancia do modo de as usar, juntas á visivel antipathia, que o monarcha não encobria pelos homens encanecidos na guerra, escutando apenas os mancebos, como elle arrebatados e inexperientes, citavam-se tambem como circumstancias fataes, que haviam de influir por força no resultado. Infelizmente os successos depressa provaram, que só tinham rasão os que auguravam mal de uma empreza intentada por chefe leviano, e rodeado de tão verdes conselheiros [2].

Sabiam todos, que a indole do principe o inclinava aos feitos arriscados, e que os perigos o attrahiam, em vez de o convencerem da temeridade. Cioso da gloria dos seus capitães, julgar-se-ía humilhado se qualquer d'elles colhesse a palma, que imaginava destinada para si. Maltratando os ministros, que não viam n'elle o general fadado pela providencia para sujeitar Marrocos ao sceptro portuguez, acreditava, que a guerra se fazia só com as inspirações do enthusiasmo religioso, e que o numero dos

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLVI, pag. 191 e 192.

[2] Ibidem.

inimigos e as difficuldades mais temidas pelos prudentes se cortavam pela força do braço e com os fios da espada [1].

Filippe II, que, segundo expozemos já, seguia de perto os passos do sobrinho, e que parecia renovar de proposito as instancias para o dissuadir, com o intuito occulto de lhe suscitar suspeitas, endurecendo-o mais na sua resolução, ainda depois de enviar a Lisboa o capitão Aldana, tornou a repetir os conselhos e advertencias, talvez com a esperança de que fossem desprezados [2].

Mas, se eram sinceras as diligencias do rei catholico, não faltou quem apesar d'isso contestasse a boa fé d'ellas.

Assevera-se até, que vendo o sobrinho cada vez mais obstinado, apesar da usual dissimulação, não pôde conter-se, que não exclamasse: «Vaya en hora buena, que si venciere buen yerno tendremos, y si fuere vencido buen reynò nos vendrá.» [3]

Não julgâmos provada a asserção; mas quem tiver estudado de perto o caracter do filho de Carlos V, de certo acreditará, que pelo menos, no fundo do seu coração, devia existir a cruel esperança revelada nas palavras, que se lhe attribuem.

N'elle era tudo a ambição, e sabemos, que para a satisfazer nem os escrupulos, nem os remorsos o suspendiam.

Filippe II não ignorava nenhuma circumstancia. Informado minuciosamente de tudo o que occorria no reino visinho, não só pelos seus embaixadores, mas pelos portuguezes votados ao partido de Castella, póde dizer-se que assistia invisivel ás deliberações mais occultas.

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLVI, pag. 191 e 192.

[2] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. IV, cap. XII.

[3] Ibidem, pag. 146.

D. João da Silva, ministro hespanhol na côrte de D. Sebastião, penetrava facilmente os segredos do conselho e do gabinete, e na sua correspondencia não omittia um só dos esclarecimentos necessarios para allumiar o juizo de seu amo, pintando-lhe com verdade o estado dos animos e das cousas em Portugal.

Duas cartas suas escriptas em janeiro de 1578 proporcionam alguns traços importantes para a pintura da epocha nas proximidades da catastrophe.

D. Catharina de Austria jazia no leito, d'onde passou para o sepulchro; el-rei viera a Lisboa para visitar a princeza enferma: mas esta circumstancia e as maguadas supplicas da rainha, longe de o abalarem, parece que ainda o excitaram mais.

O embaixador acabou de se desenganar de que seriam baldados todos os esforços para o mover, quando, encarecendo-lhe a serenidade da estação e as delicias do campo, ouviu da sua bôca a resposta, de que teria vindo mesmo sem a doença da rainha, porque se avisinhava o tempo de partir [1].

Na conferencia, que teve com o ministro de seu tio, D. Sebastião, segundo o costume, procurou convence-lo, de que só elle podia acertar, notando que os que o aconselhavam a ceder da empreza viam mal a occasião, ou não sabiam apreciar o grande lance, que a fortuna offerecia a Portugal.

O duque de Alba tinha ponderado como habil general os perigos, que ameaçavam a temeraria aventura, a que o monarcha se expunha; e o mancebo, cada vez mais arrebatado, de que tratou largamente com D. João da Silva,

[1] Carta de João da Silva de 16 de janeiro de 1578, em Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. II, pag. 244 a 247.

foi de lhe provar, que o duque errára nas suas advertencias, pois a armada turca não teria tempo para se oppor; ao mesmo passo afiançava, que se não se apressasse os ottomanos occupariam os portos de Africa com as galés, e abrigados n'elles aguardariam o termo do inverno [1].

O neto de D. João III ousou invocar contra a experiencia do duque a do famoso almirante André Doria, então na côrte de seu tio, asseverando que só um homem, como elle, entenderia as suas rasões por ser o maior capitão do mar do seu tempo [2].

O ministro castelhano acrescentava, que transluzia nos discursos de el-rei a invencivel intenção de seguir por diante com o seu proposito; e que inventando mil obstaculos contra os inimigos, não achava senão facilidades para si. Descrevendo ao herdeiro de Carlos V as forças de que a essa hora se compunha a expedição, assegurava-lhe que as tropas portuguezas, alistadas para a jornada, pouco excederiam de oito ou dez mil homens, gente bisonha e constrangida, embora se alardeasse que eram doze mil, e alem d'estes tres mil italianos mais levantados em Florença, tambem soldados novos, cujos capitães nunca tinham visto o rosto ao inimigo, faltando general para governar o campo com saber e pratica da guerra.

Emquanto aos meios pecuniarios observava, que subiriam a seiscentos mil ducados, segundo constava, dinheiro de immediata cobrança, pertencendo mais de duzentos mil á contribuição dos christãos novos, cem mil á composição do clero, cem mil ao contrato com o chamado Revalasca,

[1] Carta de D. João da Silva de 16 de janeiro de 1578, em Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. II, pag. 244 a 247.

[2] Ibidem.

e os restantes cem mil aos adiantamentos sobre a pimenta[1].

D. João da Silva concluia pedindo a seu amo, que pozesse de parte as diligencias para impedir a partida do sobrinho, porque nenhuma persuasão seria capaz de o demover, e que antes empregasse toda a sua influencia e boa vontade em acudir aos erros e desatinos, que todos presenceavam, lastimando-os[2]!

Mas Filippe II não tentou com efficacia, ou não conseguiu, o que o seu embaixador lhe supplicava; e D. Sebastião, na crença de que a Hespanha não deixaria de o soccorrer, quando o visse empenhado na luta, declarou formal e positivamente, que mesmo sem ser ajudado por seu tio partiria na epocha, que destinára[3].

Poucos mezes decorreram sem que se convencesse de que a este respeito abraçára as mesmas illusões, que a tantos outros tinham transformado aos seus olhos as esperanças em realidades.

As galés de Castella não levantaram ferro; os velhos terços de Flandres e de Italia não marcharam contra os infieis; e do fundo do seu palacio monastico o rei catholico, occultamente ligado por um pacto de treguas, ou de paz, com Muley Abd-el-Melek, assistiu ao desenlace da tragedia, que terminou os dias de seu sobrinho, punindo-lhe o arrojo e a temeridade nos campos de Alcacer.

A desgraça quasi sempre é injusta, e na sua afflicção o povo, ameaçado na independencia, e lastimado da sua orphandade, accusou os validos e ministros do rei moço pelos

[1] Carta de D. João da Silva de 16 de janeiro de 1578, em Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. II, pag. 244 a 247.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem, pag. 248.

males, que tinham commettido o erro, não de provocar, mas de auctorisar com a servil obediencia de cortesãos. Nem Christovão de Tavora, por ser o seu maior confidente, nem Pedro da Alcaçova, por ser o seu ministro mais attendido, poderam nunca exercer sobre um animo tão altivo o predominio preciso para vencerem as suas resoluções.

Ambos temiam o mau exito, e desconfiavam de uma empreza tentada com tanta leviandade; mais ainda; dos conselheiros a quem D. Sebastião communicava os designios, nenhum de certo ignorava, que no desastre, que os mais perspicazes reputavam inevitavel, arriscava cada um d'elles, alem da segurança do rei e da monarchia, o proprio valimento e a continuação do seu poder.

Era, portanto, do interesse de todos o demorarem, quanto possivel, a execução de um plano, em que podiam perder tudo n'um só lance, sem lhes restar ao menos a esperança, de que saindo o monarcha triumphante, a victoria lhes assegurasse a posição, ou diminuisse os odios.

O antigo secretario de D. João III até não tinha hesitado em desapprovar o intento, expondo-se ás consequencias de pronunciar uma opinião desagradavel ao soberano, e capaz de lhe alienar para sempre a sua confiança.

Mas se a rainha viuva, se o cardeal inquisidor, se o mesmo Luiz Gonçalves e seu irmão, pessoas de tanto respeito e tão poderosas, nunca souberam vencer a obstinação do mancebo, como o fariam Christovão de Tavora, ou Luiz da Silva, moços como elle, e mais filhos do seu agrado, do que das obras e serviços, com que só as longas carreiras costumam auctorisar?

Pedro da Alcaçova, quando o rancor do infante D. Henrique, elevado ao throno, despediu sobre elle os raios de uma vingança, tanto mais implacavel, quanto fôra lenta e

accumulada a aversão, que a dictava, respondeu com documentos rasoaveis ás accusações inventadas para chamarem sobre elle o castigo de culpas, que a serem de alguem, eram geraes.

Achando-se D. Sebastião nos paços de Santos em outubro de 1577, no maior calor dos seus preparativos, o futuro conde da Idanha, na presença de Manuel Quaresma, de D. Francisco de Portugal, e de Miguel de Moura, reunidos em conselho, não duvidou apresentar um extenso memorial, composto com o fim manifesto de encarecer os obstaculos, que se oppunham aos fataes projectos, que serviam de incentivo ás diligencias do monarcha [1].

N'este papel, que honra a sua prudencia, sendo verdadeiro, como suppomos, declarava o védor da fazenda, que apesar das promessas de Filippe II lhe parecia pouco seguro o soccorro das cincoenta galés e dos cinco mil homens de Castella; e logo depois não se esquecia de ponderar, que os fornecimentos tirados da provincia de Andaluzia pouco tinham fundido pela estreiteza com que eram concedidos; finalmente não occultava que as tropas e munições ajustadas na Italia e na Allemanha, com o rebate da revolução de Flandres corriam grande risco de nunca chegarem, atalhadas pelas alterações politicas [2].

Foi effectivamente este o pretexto, de que se valeu o rei catholico, para faltar com o auxilio dos seus soldados, assim como se prevalecia do receio das armadas turcas para não apartar os navios das costas de Italia, figurando-as ameaçadas; mas para se apreciar a lealdade da escusa bastará notar, que pouco depois, na invasão de Por-

[1] Memorial de Pedro da Alcaçova, em Barbosa Machado —*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVIII, pag. 163 a 169.

[2] Ibidem.

tugal, o duque de Alba e o almirante de Castella capitanearam em muito maior numero os terços e as galés, que se não podiam mover sem desguarnecerem os estados do herdeiro de Carlos V, e que rompendo pelas fronteiras de Portugal abriram a ferro e fogo o caminho de Lisboa ao sombrio principe, que tantos actos condemnam pela sua dissimulação e crueldade.

Pedro da Alcaçova, não contente com demonstrar no memorial, a que nos referimos, a incerteza e a fraqueza dos soccorros, em que el-rei tanto parecia confiar, correndo a vista pelos recursos pecuniarios, de que o estado podia dispor para subsidiar as despezas da guerra, insistiu na asserção, de que todos elles apurados sommariam apenas setecentos mil cruzados, dos quaes cem mil se tinham já empregado nos fornecimentos comprados na Andaluzia, e maiores quantias ainda em viveres e outros gastos feitos no reino [1].

Só em trigos e biscoito, importados do estrangeiro, asseverava elle, que não se despenderia menos de duzentos e setenta mil.

O recrutamento dos soldados estrangeiros custára grossas sommas. Aos allemães tinham-se pago cento e cincoenta mil cruzados, e aos italianos outros cento e cincoenta mil [2].

O velho confidente de D. Catharina de Austria, allegando motivos plausiveis, addicionára a estes encargos, que subiam a oitocentos mil cruzados, o calculo da despeza, que havia a fazer em Larache, depois de tomado, com as obras de fortificação e com os presidios, apontando que o estado

[1] Memorial de Pedro da Alcaçova, em Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVIII, pag. 163 a 169.

[2] Ibidem.

ao mesmo tempo devia attender á partida do conde de Atouguia para a India com uma armada, que não importava em menos de cem mil cruzados, e insistia notando que para maior difficuldade era preciso lutar ao mesmo passo com a raridade dos metaes preciosos, e com a differença dos cambios contra Portugal [1].

O quadro da fazenda n'este periodo, como se vê, tinha pouco de lisonjeiro; e para o completar se observarmos que nenhum dos erros das administrações anteriores fôra reparado, e que os sacrificios annuaes exigidos pelo desequilibrio entre os rendimentos e as despezas, longe de diminuirem, tendiam a augmentar em cada dia, faremos idéa, se não exacta, pelo menos approximada, da situação decadente, e da ruina e confusão dos negocios n'este ramo tão importante da gerencia publica.

Encerrando o seu relatorio Pedro da Alcaçova concluia pedindo, que se desistisse da jornada contra Larache, e se voltasse todo o esforço de nossas armas para a expugnação da fortaleza do cabo de Gué, empreza que não requeria o desenvolvimento de forças, de que se carecia para intentar com resultado qualquer das projectadas facções [2].

As representações do secretario de D. João III tiveram a sorte das outras advertencias. El-rei escutou-o sem se offender, e de certo cuidou recompensa-lo perdoando-lhe a ousadia. Surdo á voz do ministro consummado, desprezou-a como havia desprezado os avisos de D. João Mascarenhas, de D. Luiz de Athaide, e de Martim Affonso de Sousa [3].

[1] Memorial de Pedro da Alcaçova, em Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVIII, pag. 163 a 169.

[2] Ibidem.

[3] D. João de Mascarenhas, estranhando a el-rei a sua resolu-

O primeiro em premio da lisura do seu voto foi posto de parte como velho e invalido; o segundo mereceu o glorioso desterro de ser pela segunda vez mandado governar a India no momento em que mais se precisava no reino da sua espada como capitão [1]; e o terceiro, menos commedido nas palavras, o que alcançou foi excitar contra si o resentimento de um principe, que reputava quasi seus inimigos a todos os que o contrariavam [2].

Do orçamento da receita de que Pedro da Alcaçova Carneiro acompanhou o seu memorial, deprehende-se, que o embaixador hespanhol D. João da Silva fallava com boa informação, quando computava em seiscentos mil ducados todos os recursos, que el-rei conseguíra ajuntar, a preço de exacções e vexames dignos de severas censuras.

O védor da fazenda affirmava, que da contribuição, ou donativo dos christãos novos não havia a esperar mais de

ção, exclamou: «Que pois sua alteza estava decidido a ir, que levasse a mortalha para enterrar o reino fóra de sagrado!» Como o principe offendido lhe redarguisse, que a idade lhe quebrava os brios, replicou: «Para servir el-rei tenho vinte e cinco annos, e oitenta para o aconselhar, dizendo a verdade.» Vidè Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XVIII, pag. 162.

[1] D. Luiz de Athaide, conde de Atouguia, foi nomeado para a India para não assistir á expedição, que reprovava, recusando o elevado cargo de general. Vidè Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XXI, pag. 187 e 188.

[2] Martim Affonso de Sousa, que fôra governador da India, ousou ainda mais. Entrando no paço, principiou a exprobrar o fatal intento do monarcha em sitio, d'onde elle o podia ouvir, dizendo: «Assim como se atam os loucos, cujos desatinos podem ser perigosos, porque não prenderão a este moço, que anda induzindo a maior damno para se perder a si e a nós todos?» A scena, que se seguiu entre elle e o principe foi das mais violentas. Vidè Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. IV, cap. XIII, pag. 463.

duzentos mil cruzados; do subsidio ecclesiastico outros duzentos mil; do contrato com os banqueiros Roth e Jung, pelos doze mil quintaes de pimenta, quasi outros duzentos mil cruzados; do serviço pago pela cidade quarenta mil; e da venda de juros e outros expedientes apenas cem mil [1].

Se os calculos dos dois variam sobre a importancia de algumas receitas, conformam-se comtudo no resultado geral, e deixam ver clara a imprudencia, com que o monarcha se abalançava a commetter um feito de grande vulto, desamparado de tropas aguerridas, e desajudado dos recursos necessarios para remir o primeiro revez, e até para aproveitar a victoria, se a fortuna lh'a concedesse.

Taes eram as disposições tomadas por um rei tão absoluto nas vontades, e fadado, segundo elle cria, para avivar o esplendor já esmorecido das proezas de D. João I e de Affonso V, saindo do seu reino mais seguro em si, do que na madura ponderação dos obstaculos, e menos preparado, do que orgulhoso e irreflectido, atrevendo-se com forças desproporcionadas a uma empreza, que os reis, que desejava imitar, certamente não intentariam, separando do seu lado os melhores capitães, desacatando as cãs dos conselheiros consummados, e fazendo preceder a sua partida das lagrimas e clamores do povo, que deixava exposto á orphandade, e arruinado com o peso dos sacrificios dolorosamente arrancados.

O poder com que passava o estreito para precipitar do throno a um soberano, que as victorias acabavam de firmar, não excedia de vinte e quatro mil homens, como já notámos, e d'estes apenas dezoito mil entraram na fatal batalha, que poz termo a tão desvairadas esperanças.

[1] Memorial de Pedro da Alcaçova, em Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XVIII.

A expedição de D. João I contra Ceuta, e a de Affonso V sobre Arzilla, mostram, comparadas com esta, o grau de enfraquecimento a que descêra a monarchia desde o reinado de D. João III; e assim mesmo das tropas, que acompanhavam o principe, quando muito doze ou quatorze mil homens seriam portuguezes, os mais d'elles descontentes e violentados.

A isto se reduziu o estrepito de tantos esforços, e o resultado de tão activas diligencias!

Não admira, pois, que desde o duque de Aveiro até ao mais humilde subdito, todos deplorassem o impeto louco e cego de uma aventura, que para ser feliz pedia outros soldados, e outros meios.

O aspecto de Lisboa poucos dias antes da armada se despedir do Tejo, acha-se retratado em um quadro debuxado com fidelidade por escriptores contemporaneos, e faz-nos recordar as sentidas queixas, que sólta o cantor dos *Lusiadas* contra a ambição dos poderosos pela bôca do velho, quando as naus de Vasco da Gama íam desfraldar as vélas para se engolpharem em mares ignorados, buscando a nova estrada do oriente [1].

A cidade parecia outra do que era.

A gente natural e estrangeira enchia as ruas de modo que não havia muitas vezes por onde romper; e por toda a parte não se ouviam a miudo senão os tambores e pifanos dos terços, que todos os dias saiam ao campo do exercicio, ou que d'elle se recolhiam aos quarteis [2].

O ruido, o alvoroço, e a accumulação de povo e de tropa

[1] Camões — *Lusiadas*, canto IV.

[2] *Relação da jornada de el-rei D. Sebastião e do apparato e armada e gente, que por seu mandado se fez para passar á Africa, no anno de* 1578. — Manuscripto da bibliotheca real, publicado no *Bibliophilo* de abril de 1849.

davam á capital uma physionomia nova e guerreira. Nas praças e logares mais frequentados cruzavam-se sem cessar os que se preparavam para a jornada de Africa; e pôdia tanto a lisonja, que os mais d'elles encobriam a tristeza e a saudade com taes mostras de regosijo e impaciencia, que se diria, que em vez de se aprømptarem para uma guerra distante e arriscada, partiam para assistir ás festas de um torneio.

A cada passo encontravam-se os tudescos alojados em Cascaes, ou os italianos desembarcados da pequena frota do papa, ou os castelhanos alistados em virtude do bando, que el-rei, auctorisado por seu tio, mandára apregoar em Hespanha.

D. Sebastião não descansava um só instante.

Umas vezes acudia ao campo a ver os esquadrões, que se exercitavam, correndo por entre as fileiras no meio do pó e do fumo da arcabusaria; outras apparecia nos caes até ás horas de sésta, presidindo á carregação dos galeões, sem chapéu, e tão occupado, que nem sentia o ardor do sol[1].

A reunião de tantos homens de diversas raças e costumes, produziu, como era de prever, frequentes rixas, chegando a ateiar-se graves discordias, transformando-se os tumultos em pelejas formaes.

Uma d'estas brigas renhidas travou-se entre os allemães e os portuguezes na praia da Boa Vista, e durou por muito tempo com bastantes feridos de parte a parte; outra feriu-se entre os portuguezes e os castelhanos no Rocio, á porta do hospital, ficando mortos quatro hespanhoes e maltratados mais de vinte.

[1] Manuscripto da Bibliotheca real—*Relação da jornada de D. Sebastião no anno de 1578.*—*Bibliophilo* de abril e maio de 1849.

Finalmente, depois de ter partido el-rei, e de publicado um bando seu, no qual ameaçava com a pena de morte summariamente a quem na côrte arrancasse da espada, accendeu-se a luta mais terrivel de todas, combatendo a gente do duque de Bragança com uma companhia de castelhanos, á porta do mar, junto ás casas de Affonso de Albuquerque [1].

Foram estes os exordios da nova cruzada. A anarchia armava os auxiliares da empreza uns contra os outros, e a cidade inquieta e perturbada colhia até dentro do seu recinto as cruentas primicias das temeridades do monarcha.

Antes de D. Sebastião passar para bordo não se viam nas ruas de Lisboa senão brocados, telas de oiro e prata, e tecidos de seda. Os veludos e damascos em pouco se reputavam, quando não eram realçados pelas rendilhas e espiguilhas, torchados, passamanes e alamares de oiro. As despezas feitas com os vestidos luxuosos e com as armas e ornatos arruinaram até as pessoas, que se diziam abastadas [2].

A pedraria empregada em tranças de chapéus cravejadas de rubis, diamantes e esmeraldas, em preciosos camapheus, e em medalhas e cadeias de dez e doze voltas; as couras borladas de oiro com botões do mesmo metal; os gibões e coletes sobre telilha de oiro com pespontos maravilhosos de córte pique; os capotes de damasco e de setim bandados com barras de veludo e torçaes, compunham um todo tão raro e lustroso, que se deslumbravam os olhos, contemplando-o.

Nos arreios dos cavallos admirava-se igual magnificencia.

[1] Manuscripto da bibliotheca real — *Relação da jornada de D. Sebastião no anno de 1578.* — *Bibliophilo* de abril e maio de 1849.

[2] Ibidem.

Todos os fidalgos levavam esporas de prata esmaltadas de oiro e azul, e os corseis cabeçadas, estribeiras lavradas de mil figuras, nominas, peitoraes, cilhas e cordões com borlas de oiro e torçaes. As mochilas com os jaezes e cobertas eram de veludo pelo menos, com muitas franjas de oiro e de prata, e os mandis de veludo. Os escudeiros e pagens, que acompanhavam os senhores, trajavam a libré de suas cores; os nobres mais opulentos vestiam os homens da sua casa com gibões e calças de seda [1].

O duque de Bragança, chegado á capital por fins de maio, trazia parte da sua gente de amarello guarnecido de encarnado, e a outra parte de vermelho fino com calças e gibões iguaes.

Mas não se reduziam unicamente aos fatos as despezas, com que se empenhavam os fidalgos, e se empobreciam os que por vaidade presumiam competir com elles.

Para attrahir as vistas do soberano todos queriam apresentar corpos de aço, nos quaes mandavam pintar os brasões em campos de diversas cores. A par d'isto peitos de prova de grande custo, couras e coletes de anta, couraças de laminas sobre veludo e setim com taxas de oiro e prata, saias de malha, rodelas tauxiadas, adargas, montantes e terçados, emfim todo o genero de armas offensivas e defensivas. As tendas de campanha de seda com grimpas doiradas e bandeiras, e os tendilhões para os homens e cavallos não eram menos opulentos, e compunham um quadro aprazivel no momento, em que el-rei se embarcou no terreiro do paço [2].

Foi a 14 de junho, que o desditoso principe saíu do

[1] Manuscripto da bibliotheca real—*Relação da jornada de D. Sebastião no anno de 1578.*—*Bibliophilo* de abril e maio de 1849.

[2] Ibidem.

palacio da Ribeira para ir á Sé de Lisboa benzer a bandeira real. Mal rompia a manhã começaram a concorrer os fidalgos, que o haviam de seguir, rivalisando uns com os outros em galas e riquezas. Se a materia dos vestidos não tinha preço, a obra, os feitios, e as invenções ainda a excediam nas pessoas do seu cortejo; e ainda eram para dar mais na vista. De dez em dez estavam os lacaios pegando nos cavallos dos senhores, todos ornados de differentes cores, com plumas nos chapéus, sendaes ao pescoço, e borlas de oiro e seda, compondo um espectaculo tão vistoso e recreativo, que os olhos não podiam apartar-se d'elle [1].

Com este fausto saíu D. Sebastião do paço até á Sé, aonde no fim da missa se benzeu a bandeira com grande solemnidade. Viam-se de um lado no estandarte real as armas reaes, e do outro um crucifixo com el-rei D. Sebastião tirado do natural.

Quando terminou a ceremonia o rei, de joelhos, com os olhos arrasados de lagrimas, demorou-se orando com fervor. Depois que se ergueu, entregou a bandeira a D. Luiz de Menezes, alferes-mór, que a levou sempre diante d'elle até ao caes da Rainha, aonde a côrte guerreira se embarcou.

O que mais fazia pasmar os que assistiram ás ultimas despedidas da armada, era notarem que aggregando-se á população de Lisboa tantos forasteiros, e tantos naturaes chegados das provincias do reino, não faltassem os mantimentos, nem subisse o custo d'elles, antes se observava, que nunca houvera pelo contrario maior abundancia, nem se venderam mais baratos [2]. Com as sedas, pannos e ar-

[1] Manuscripto da bibliotheca real—*Relação da jornada de D. Sebastião no anno de 1578.*—*Bibliophilo* de abril e maio de 1849.

[2] Ibidem.

mas, e com as cousas necessarias para a jornada, apesar das penas com que el-rei prohibíra que se lhes levantasse o valor, chegou o excesso ao ponto, que muitos cavalleiros para acudirem aos demasiados gastos, viram-se obrigados a malbaratarem por vis preços as herdades, quintas e casaes, emquanto outros empenharam por muitos annos as commendas e morgados, não faltando mesmo quem tivesse de vender quasi em leilão a prata, o oiro, e as preciosidades, que constituiam o recheio das casas abastadas [1].

Os officiaes mechanicos não levantavam mão do trabalho, e pagavam-se com grande usura, sobretudo os alfaiates, pintores, armeiros e doiradores. Nos principios de maio o arcebispo concedeu dispensa a todos os officiaes para trabalharem nos dias santificados, uma vez que se empregassem em cousas pertencentes á armada, ou ao seu apparelho. Assim mesmo, e a despeito de todos os esforços, muitos fidalgos só partiram depois de el-rei [2].

A pompa com que o principe e a nobreza se preparavam para uma aventura, que os expunha aos maiores perigos, nascia da falsa idéa, que então se formava do caracter dos inimigos sonhando-se com louca vaidade imaginarias facilidades em favor da empreza. Chegaram a illudir-se a ponto, que o monarcha, deslumbrado por esperanças temerarias levou na galé uma corôa de oiro cerrada, para no dia da sua entrada em Alcacer se proclamar imperador de Marrocos. Íam tambem vestidos e alabardas para a sua guarda de honra durante a ceremonia; e para nada faltar ao triumpho Fernão da Silva escrevêra e decorára o ser-

[1] Manuscripto da bibliotheca real — *Relação da jornada de D. Sebastião no anno de 1578.* — *Bibliophilo* de abril e maio de 1849.

[2] Ibidem.

mão, que havia de prégar, exaltando a victoria do alto do pulpito [1].

D. Sebastião antes de partir tentou por vezes a ambição do cardeal D. Henrique, offerecendo-lhe o governo do reino; mas o infante resentido e maguado escusou-se; e querendo naturalmente assignalar em publico a sua desapprovação, demittiu-se do cargo de inquisidor, e recolheu-se a Evora.

Conhecendo, que todas as instancias seriam inuteis, o principe nomeou o arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida, o védor da fazenda Pedro da Alcaçova Carneiro, Francisco de Sá, D. João Mascarenhas, e o secretario Miguel de Moura, incumbindo-os na sua ausencia do despacho dos negocios; mas limitando-lhes os poderes emquanto á execução das penas, ao provimento dos empregos, e á concessão das mercês.

Cortados assim os impedimentos, que suscitára a resistencia quasi passiva do cardeal, voltou o mancebo os cuidados para a jornada, que fôra sempre o verdadeiro incentivo de todas as suas acções, e por todos os modos tratou de apressar os ultimos preparativos, impaciente de transpor a distancia, que o separava das praias infieis.

[1] Manuscripto da bibliotheca real — *Carta a um abbade da Beira.* — *Bibliophilo* de julho e agosto de 1849.

As noticias d'este curioso papel, publicado pelo socio da academia o sr. Rodrigo José de Lima Felner, no *Bibliophilo*, redigido por elle e pelo sr. José Maria da Silva Leal, é uma especie de folhetim do seculo XVI traçado com rapidez e viveza de estylo, e precioso para a apreciação da epocha. Lendo-o assistimos dia por dia a todos os passos da fatal expedição de 1578, e vemos desapparecer quasi como um relampago a gloria de Portugal, segundo a phrase do erudito annotador do manuscripto, o sr. Felner. Havemos de recorrer ás suas informações na parte que elle abrange, e servir-nos até das cores, de que vestiu os factos.

O dia 25 de junho coroou finalmente os seus desejos. D. Sebastião deixou as aguas do Tejo no meio do trovejar da artilheria de bronze dos galeões e das naus venezianas. O povo apinhado nas praias viu partir com saudade os navios, que largaram com bandeiras nas gaveas entre musicas e acclamações.

Na vespera tinha el-rei descido até Oeiras, aonde embarcaram os soldados romanos e os tudescos. O espectaculo, que offerecia aquella multidão de vélas, que se despediam em numero de pouco menos de oitocentas, sendo mais de quinhentas embarcações de alto bordo, bem artilhadas, e sobresaíndo entre ellas os galeões reaes, as naus venezianas, e as urcas, que n'esse tempo se reputavam inexpugnaveis, era unico e admiravel, dizem testemunhos contemporaneos [1].

A armada saíu junta, dando de si guerreira mostra. Iam todos os navios empavezados, com varandas pintadas, e cortinas de seda. As caravellas levavam toldos e bandeiras de quadra.

Incansavel e cada vez mais alvoroçado, o soberano andava por entre as naus, no meio dos relampagos e do fumo da artilheria, que amiudava os tiros. Mal previa elle que estas festivas salvas eram as ultimas, que em sessenta annos haviam de resoar no Tejo, saudando o rei natural.

O desditoso principe despedia-se para não voltar, dei-

[1] Manuscripto da bibliotheca real — *Relação da jornada de el-rei D. Sebastião.* — *Bibliophilo* de abril e maio de 1849.

Os escriptores variam tambem ácerca do numero de navios de que se compunha a armada. Barbosa quer que fossem oitocentas vélas (part. IV, liv. II, cap. VIII).

Jeronymo de Mendonça allude a mil embarcações (*Jornada de Africa*, cap. III, pag. 20), e fr. Bernardo da Cruz assevera como Barbosa, que não eram menos de oitocentas.

xando atraz de si receios e cuidados, que dentro em pouco o luto da catastrophe converteu em lagrimas e gemidos.

Os erros militares, que tornaram desastroso o exito da empreza, começaram muito antes de ella se realisar.

Depois de intimar ao conselho a resolução de capitanear em pessoa a jornada de Africa, não soffrendo que a sua vontade absoluta fosse contrariada, o monarcha reuniu em volta de si os homens mais experimentados na sciencia da guerra, para os ouvir sobre o modo por que devia compor o exercito.

A pergunta, que lhes propoz, foi se havia de formar o grosso de suas forças, principalmente cavallaria ligeira, á similhança da que usavam os mouros, e da que sempre se conservou nas fronteiras das nossas praças de Barberia, ou se conviria mais fundar as esperanças de triumpho nos terços de infanteria, e nas linhas de mosqueteiros, preferindo o systema europeu, e oppondo aos rapidos corseis dos arabes os cavallos acobertados, que alguns com leviandade affirmavam que podiam repellir os tumultuosos assaltos dos inimigos com firmeza impenetravel.

Dividiram-se os pareceres.

Os capitães, que tinham aprendido na escola das lutas de Flandres e da Italia, mas que não conheciam por isso mesmo as particularidades das guerras africanas, sustentavam a vantagem de se adoptar o costume geralmente approvado, allegando que el-rei nunca reuniria tanta cavallaria ligeira, quanta precisava para obter sobre Abd-el-Melek a superioridade do numero, e da destreza; e que mesmo victorioso n'uma batalha perderia o fructo d'ella na conquista das fortalezas, que soldados cavalleiros seriam incapazes de escalar[1].

[1] Barbosa—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XXIV.

Citando o exemplo dos turcos, e da milicia dos janisaros, tiravam maior argumento ainda das lições, que offereciam os feitos de Gonçalo Fernandes de Cordova, o qual, diziam elles, na maxima parte devêra os seus triumphos á acertada reforma, com que na Italia substituíra os ginetes ligeiros da guerra de Granada pelas mangas de arcabuzeiros e de piques, e pela cavallaria pesada.

Illudidos com as apparencias, promettiam a victoria aos nossos se conseguissem affrontar as investidas dos mouros no primeiro impeto, oppondo-lhes fileiras bastante compactas para rechaçarem com o fogo dos mosquetes e com a ponta das lanças os assaltos inconstantes de inimigos tão promptos em acommetter, como faceis de se descoroçoarem [1].

Estas rasões não convenceram, porém, os fronteiros encanecidos nas lides de Ceuta e de Tanger, mais conhecedores por longa e trabalhosa experiencia do caracter dos africanos, e da natureza dos territorios para onde se transportava a luta.

Encarecendo a necessidade de se dar a preferencia á cavallaria ligeira, observavam, que em sitios abertos e de campinas aridas e extensas, como os que o exercito se propunha invadir, só ella poderia assegurar o exito, sobretudo, sendo esta a arma principal dos barbaros, que discorriam por toda a parte em velozes corseis para se apossarem dos caminhos e passagens, cortando mantimentos e soccorros, cansando com escaramuças e rebates as marchas da infanteria, e embaraçando-lhe todos os movimentos, sem comtudo incurtarem as distancias a ponto de se verem constrangidos a aceitar batalha [2].

[1] Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XXIV, pag. 207 a 216.

[2] Ibidem.

Não se limitando o exercito a expugnar Larache, Tetuão, ou outros logares fortes, mas levando os olhos na ousada idéa de se entranhar pelo sertão, insistiam com verdade, em que mais do que arrojo seria emprehender-se esta facção com soldados a pé, obrigados a supportarem as calmas de um clima abrasador sem agua, nem viveres, todas as noites forçados depois das fadigas da jornada ao trabalho e vigia da fortificação dos alojamentos, e o que peior era ainda, sujeitos a nunca despirem as armas, para acudirem a cada hora aos saltos e corridas dos infieis, que senhores do campo lhes não consentiriam o menor descanso, decepando assim a pouco e pouco os brios e as forças do exercito, e rendendo-o sem peleja pelo desalento e privações.

Replicando com igual acerto ás objecções dos que defendiam as vantagens da tactica europea; ponderavam, que a firmeza dos cossoletes e mosqueteiros, por maior que fosse, não desanimaria os mouros, nem os destroçaria. Não tinham elles na sua mão, graças á rapidez dos ginetes, o acercarem-se, e recuarem, sem receio de serem alcançados, ao passo que o grande numero e destreza de seus atiradores de cavallo lhes afiançava incontestavel superioridade sobre a milicia pesada, que não podia segui-los nas evoluções de retirada, nem aproveitar-se a tempo de um momento de fraqueza? [1]

Infelizmente a prudencia tinha desamparado os conselhos de D. Sebastião. Depois de ouvir todos os argumentos o monarcha, segundo o costume, optou pelo parecer que se compadecia mais com a sua indole; e determinando que o grosso das tropas constasse de infanteria, e que ninguem sem expressa licença passasse com cavallo,

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XXIV.

confiou a sorte da expedição a poucos ginetes indisciplinados, e sem uso do modo de pelejar dos arabes, provocando o desastroso revés, que puniu em Alcacer a verdura dos seus propositos [1].

Por desgraça os desacertos não pararam n'este, que já era essencial.

Ardendo em impaciencia el-rei levantou ferro sem aguardar todos os navios, que haviam de acompanha-lo, e que ainda se demoraram oito dias depois de elle saír.

Não attendendo a que o segredo e a rapida execução costumam ser os fiadores seguros das grandes emprezas, deteve-se em Lagos para embarcar o terço do Algarve, e depois em Cadiz, aonde, entre jogos de cannas e corridas de toiros, perdeu um tempo precioso, esperando que chegasse o corpo de Francisco de Tavora [2].

Não contente com tantas delongas, que deram tempo aos inimigos para se aperceberem, e aos espias para os informarem de tudo, partiu para Tanger, entrou á meia noite, mandou ancorar a frota a duas leguas de Arzilla, em Almodrava, e quando a occasião apertava, e todos os instantes chamavam por elle, entreteve-se em visitar o campo no meio dos moiros do Scherif, distrahindo-se com monterias e escaramuças, e adiantando-se pela terra inimiga a ponto de ser facil caír sem gloria n'uma cilada antes de romper a guerra, e mal acabára de pisar o solo africano [3].

Passados assim tres dias em Tanger embarcou-se para Arzilla, aonde chegou acompanhado do Scherif Muley

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XXIV.

[2] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira.*

[3] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LIII e LIV.

Hamed e dos alcaides, emquanto o filho d'este, Muley Scheik marchava por terra a tentar uma diversão, que por mal concebida não produziu effeito.

A maior parte do exercito saltou em terra por ordem do monarcha; mas a esse tempo já Abd-el-Melek estava senhor de todas as informações, que podia desejar, sabendo ao certo o numero de vélas, que levava a expedição, a qualidade das tropas, e a pouca experiencia dos capitães.

A praça de Arzilla era pequena para conter no seu recinto tantos soldados, e por isso tornou-se necessario aquartelar fóra dos muros a maior parte da gente. Levantou-se para isso um extenso arraial de duas mil tendas cobertas de sedas de diversas cores, o qual offerecia nas apparencias o vistoso espectaculo de uma cidade populosa.

D. Duarte de Menezes foi nomeado mestre de campo com a clausula de dar conta de todos os actos a el-rei, que assumiu de motu proprio a suprema direcção da guerra. O principe confirmou tambem nos cargos militares, em que já os investíra antes de partir, a todos os fidalgos, que lhe eram mais aceitos por se mostrarem sempre dispostos a inclinar a cabeça diante da sua impetuosidade, como se fosse diante da consummada sabedoria de um general encanecido [1].

Nos primeiros dias D. Sebastião conservou-se dentro de Arzilla; mas ancioso de acudir a todos os rebates passou para a sua barraca no arraial, d'onde saía com frequencia a correr os postos, que por louca ufania deixou de mandar fortificar com vallos e trincheiras, assegurando os aduladores, que nunca os mouros se haviam de atrever nem

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. IX.— Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda— *Carta a um abbade da Beira.*

a avistar o sitio, em que se desfraldavam os estandartes de Portugal!

A confiança, ou antes a cegueira, chegára ao extremo de todos viverem em terra inimiga e com as armas vestidas como se não tivessem saído de Lisboa. Os banquetes, os jogos, os remoques e os pontos de honra, segundo affirma um escriptor contemporaneo, repetiam-se todos os dias e a todas as horas com grave prejuizo da disciplina. De tudo se tratava menos do perigo quasi inevitavel, que de tão longe se viera buscar, e de tudo se fallava menos do modo por que se havia de saír d'elle sem desar [1].

No fim de doze dias consumidos inutilmente em esperar pelas bagagens, viu-se o exercito de repente assaltado nos seus alojamentos por um reconhecimento capitaneado por Muley Ahmed, irmão de Abd-el-Melek.

Deram rebate os mouros de Scherif, e logo nas costas d'elles saíu D. Duarte de Menezes com o adail e os cavalleiros de Tanger; porém o animo de el-rei, sempre insoffrido, não pôde supportar a idéa de não participar tambem do risco e dos louros da aventura.

Soltando as redeas ao corsel, seguido de setecentas lanças, correu sem ordem até descobrir o seu mestre de campo já a tres leguas de distancia de Arzilla, e enviando-lhe recados sobre recados mandou que esperasse por elle e que o adail travasse escaramuça com os arabes para os demorar.

Os cavalleiros de Muley Moluk, jogadas algumas lançadas e disparados alguns tiros, enxergando ao longe o grosso dos esquadrões, que os perseguiam, cederam o campo para não se exporem á derrota inevitavel, de que

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. IX. — Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira*.

os ameaçava um encontro com as tropas de D. Sebastião [1].

A carta que o monarcha escreveu aos governadores do reino [2], datada de 26 de julho, resume os successos occorridos desde que a armada fundeára em Cadiz, e por ella se vê que as illusões do principe cada dia eram mais vivas.

Descrevendo o brio com que os nossos tinham obrigado os mouros a voltar costas, acossando-os sem descanso até metade do caminho de Alcacer Kibir, quatro leguas e meia de Arzilla, o neto de D. João III não deixou escapar a occasião de se recommendar como guerreiro, notando que n'aquelle dia se andaram dez leguas, e que apesar da calma e do trabalho de tão larga jornada o exito justificára o esforço empregado em uma luta, que despida de encarecimentos, se reduzíra a uma corrida de algumas horas, perdendo n'ella os mouros poucos mortos, e dispersando-se quando o julgaram opportuno.

Ao passo, que as imaginadas prosperidades estimulavam o ardor do mancebo, a prudencia de Abd-el-Melek por outra parte vinha animar-lhe as esperanças. Chegou a persuadir-se de que bastaria a sua presença para varrer com a ponta da lança todos os inimigos, não se lembrando de que os mouros combatiam pela propria terra, pela independencia, e pela fé religiosa.

Sem se mostrar offendido do modo por que fôra desprezada a primeira carta escripta no anno antecedente, Muley Moluk não duvidou dirigir agora outra, que entregue a

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. IX.

[2] *Carta de D. Sebastião aos governadores do reino.*—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XI, pag. 306 a 321.

D. Sebastião no meio do seu acampamento e no maior fervor do alvoroço, serviu apenas para lhe exaltar o orgulho.

Advertido pelos infortunios, antes de desembainhar a espada, e de expor os fructos de tantas victorias ás incertezas de uma batalha, o primeiro capitão de Africa não hesitou em domar o amor proprio, offerecendo honrosos partidos a um rei, por desgraça incapaz de apreciar tanta grandeza de alma.

Depois de observar ao principe portuguez a injustiça com que invadia os seus estados, aceitando sem rasão a defeza do Scherif, que no cerco de Mazagão e outras facções militares tinha maculado as mãos no sangue dos christãos, Abd-el-Melek como homem amadurecido no trato dos negocios, abria ao ambicioso monarcha o caminho de uma negociação proveitosa para ambos [1].

Se Muley Hamed em premio do soccorro offerecia Larache e os logares maritimos com tres leguas de terra pelo sertão para segurança e abastecimento dos moradores, dizia elle, pouco lhe custavam hoje as promessas, porque não possuia um palmo dos terrenos, que empenhava; mas eu, acrescentava, que sou o senhor de tudo, estou disposto a conceder a Portugal grandes vantagens, e a firmar a preço d'ellas uma paz duravel:

Para evitar conflictos, cujo resultado só a presumpção mais leviana ousaria afiançar, Muley Moluk asseverava a D. Sebastião, que, exceptuando Marrocos e outras cidades importantes, estava prompto a ceder ao Scherif qualquer territorio, e a demarcar-lh'o, unicamente para que el-rei se recolhesse com gloria, deixando seguro e protegido o seu alliado [2].

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. X.

[2] Ibidem.

Esta mensagem, escripta em 22 de julho, não abalou as resoluções do principe.

Impaciente e precipitado, ardia em desejos de se medir em campo aberto com os mouros, e attribuindo na sua vaidade a receio, e talvez a covardia, as diligencias de Muley Moluk, mostrou com alvoroço a carta aos lisonjeiros que o cercavam, e negou-lhe a resposta, fundado no voto dos que asseveravam, que não devia escutar as falsas palavras de um infiel, que só buscava pretextos para dilações, por não se achar apercebido para resistir ao seu poder [1].

Os factos provaram depois, que Abd-el-Melek escrevia de boa fé, e que só queria obter a tranquilla posse do throno conquistado pelas suas armas.

Ao mesmo tempo convocou el-rei um conselho, menos para ouvir a sua opinião, do que para lhe intimar o novo projecto, que adoptára.

Allucinado pelo ardor de se avistar com o inimigo, poz de lado todas as ponderações, e engrandeceu o temerario proposito de não investir Larache com a armada e as tropas de desembarque, mas de a sitiar marchando pelo interior das terras na esperança de decidir a sorte da guerra em uma só peleja.

Os fidalgos, que prezavam mais a lealdade, do que o favor nascido da adulação, não inclinaram a cabeça em silencio, como el-rei esperava, antes separando-se dos lisonjeiros, combateram a fatal idéa de se trocar a victoria segura pelos perigos quasi certos de uma invasão concebida levianamente, e contrariada por todas as regras da sciencia militar [2].

[1] *Carta de Abd-el-Melek a D. Sebastião*, em 22 de julho de 1578.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. X, pag. 322 a 326.

[2] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV,

Tres pareceres se manifestaram na discussão, e todos defendidos com vigor.

O primeiro, mais apropriado ás circumstancias, foi o de Vasco da Silveira, cavalleiro antigo, que propoz simplesmente, que sem maior demora levantasse ferro a esquadra, e saísse a tomar Larache, empreza facil pelo terror dos mouros, que não resistiriam a um assalto. O segundo, procurando conciliar o voto do monarcha com o de Vasco da Silveira, lembrava o arbitrio de se marchar por terra, mas ao longo da costa, e sem perder a armada de vista. Finalmente Christovão de Tavora, segundo affirmam alguns, como intimo confidente de D. Sebastião, incumbiu-se de encarecer as vantagens do plano, que aconselhava o caminho de Alcacer-Kibir, expondo o exercito desalentado pelas fadigas a encontrar-se com os inimigos, no sitio que Abd-el-Melek julgasse opportuno para dar batalha [1].

O conde de Vimioso, com a liberdade de um vassallo incapaz de trahir a consciencia, declarou-se pelo voto de Vasco da Silveira, provando que entre accommetter Larache por mar, chegando em seis horas, e combatendo-a com as forças reunidas das vélas e das tropas, e emprehender por terra uma jornada de dias com largo rodeio por sertões inhospitos, não havia que hesitar, ou que escolher.

Acrescentou, que expugnada a praça, o que promettia ser obra de poucas horas, ganharia el-rei n'ella uma grande povoação para deixar os enfermos, a gente inutil, e todas as carriagens inuteis, e ao mesmo tempo domina-

liv. II, cap. XI.—Jeronymo de Mendonça—*Jornada de Africa*, cap. III.

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XI.—Obras manuscriptas de D. João de Castro—*Segundo apparecimento de el-rei D. Sebastião* — Manuscripto da bibliotheca nacional, vol. XX, cap. V, fol. 38.

ria um porto de grande auxilio para a entrada dos soccorros, e para servir de centro a todas as operações, que se resolvessem.

Refutando os pretextos invocados pelos que se inclinavam á marcha por Alcacer, observou, que mesmo quando Muley Moluk parecesse recuar diante das nossas armas, nem por isso cruzaria os braços, porque nos havia de acossar os esquadrões no caminho, disputando a passagem dos rios, assaltando-os de noite nos arraiaes, e durante a jornada cansando-os com investidas e ciladas. Longe de attribuir a receio a tactica de evitar batalhas decisivas notou que este era o alvitre que devia temer-se por ser o mais prudente, e provavel, sobretudo da parte de capitão de tanto nome, que sabia, que sem levantar a lança, podia alcançar talvez uma victoria tão barata para elle, quanto deshonrosa para nós [1].

O discurso do conde, apesar de concludente e judicioso, não convenceu o soberano. Alem de lhe transluzir no semblante e no gesto a impaciencia, com que o escutava, por duas vezes o interrompeu, convidando-o a concluir, e não sabendo responder-lhe, levantou a conferencia, e despediu os fidalgos.

Assim se decidiu o erro, que foi causa de tantos infortunios. Obcecado pelo orgulho, e negando-se a ceder á evidencia, D. Sebastião tratava sempre com desprezo os conselhos sisudos, não escutando senão os proprios appetites.

Cego e endurecido, corria direito ao precipicio, que tantas vozes amigas e sinceras lhe apontavam.

Larache, que se tornou famoso pela perdição do nosso exercito, no tempo em que el-rei passou á Africa, era um logar pequeno, pouco opulento nos edificios, e mal reparado pela fraqueza das muralhas. Os moradores não gosa-

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XI.

vam da fama de ricos, nem de esforçados; e muitos d'elles, sabendo que os ameaçava a espada dos portuguezes, sem verem mesmo o rosto aos nossos, tinham-se retirado da povoação, salvando o que podiam levar comsigo.

A cidade é sobre o oceano, em logar alto e montuoso, a quatro leguas de distancia de Arzilla. O rio Lucus, depois de cingir os muros de Alcacer-Kibir, vem desembocar perto d'ella, formando uma enseada com sufficiente capacidade para fundo das maiores galés. Proporcionando aos corsarios turcos e mouros um refugio, onde os seus navios podiam dormir seguros ao abrigo dos ventos e dos mares, ali se acolhiam apesar da bôca da barra ser estreita, e com todo o tempo invernavam zombando das tormentas.

Diante de Larache dilata-se a extensa campina chamada *Adarga*, cortada ao norte pelo rio Mucassin, o qual se confunde com o Lucus uma legua acima da cidade, dando o seu nome a ambos [1].

D'este porto, então mais favorecido pela natureza, do que protegido pelas fortificações, costumavam os infieis assaltar as terras maritimas da Andaluzia e do Algarve, semeando o terror por todos os logares, e enriquecendo com os seus despojos os ousados piratas, que infamavam aquellas costas. Se D. Sebastião, sem a capitanear em pessoa, enviasse uma expedição poderosa para se assenhorear da praça, de certo não encontraria senão louvores, e com pouco trabalho se faria temer. Larache, que as obras construidas depois tornaram quasi inexpugnavel, n'aquella epocha, tanto na villa, como no castello, não apresentava

[1] Vidè sobre Larache, Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XI. — Jeronymo de Mendonça, cap. III. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LVIII.

outra defeza, senão a que podia oppor o leve amparo de muros de taipas fracos e faceis de derrubar aos primeiros tiros de canhão [1].

Enlevados na formosura do sitio os arabes baptisaram-o com a mimosa denominação de horto das flores, na sua lingua—Al-Araich. A belleza da terra não escapára tambem aos romanos, como attestam ás ruinas de Lixus, levantada na margem direita do Lucus; e antigas tradições fabulosas asseguram, que os poeticos jardins das Hesperides tinham surgido entre os sorrisos da aurora do seio d'este solo privilegiado [2].

Entretanto Larache, segundo affirmam os escriptores, não podia vangloriar-se com verdade de ter uma remota fundação. Edificada nos principios do seculo XV, deveu a Muley-ben-Naçar as imperfeitas fortificações, que ainda existiam em 1578, e que os mouros, advertidos pelo perigo, só depois renovaram, erguendo novos padrastos sobranceiros á barra, e tornando inexpugnavel a cidade do lado do mar.

Foi a 29 de junho, que el-rei, cada vez mais firme no proposito de se encontrar em batalha com Abd-el-Melek, expediu as ultimas ordens, e se abalou com todo o seu poder pelo interior das terras, pondo o rosto em Alcacer-Kibir [3].

Com o pé no estribo e no segundo dia de marcha, recebeu uma carta do duque de Alba, em tudo digna da elevada reputação do grande capitão hespanhol.

Depois de lhe desejar as maiores prosperidades, o du-

[1] Fr. Bernardo da Cruz—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, cap. LVIII.

[2] Hoefer—*L'Empire du Maroc.—Univers Pittoresque*, tom. V.—Jakson.—*An account of the empire of Maroc*, pag. 34.

[3] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda—*Carta a um abbade da Beira.—Bibliophilo* de julho de 1849.

que occupava-se do assumpto com a auctoridade propria dos seus annos e sciencia militar, observando ao principe, que sendo a Africa um territorio de grandes planicies, levaria o exercito em si mesmo o maior inimigo, que podia temer em longas marchas, e por isso convinha que nunca se descuidasse na disciplina e vigilancia, reforçando a rectaguarda com gente pratica e destra, a vanguarda com tropas briosas e escolhidas, e o centro com mangas de arcabuzeiros soltos. A artilheria devia sempre assestar-se em logares fortes, d'onde ficasse bem collocada para jogar dessassombrada defendendo o arraial.

Acrescentou ainda outro conselho não menos importante, notando que seria indispensavel accommetter com denodo, e aguardar o impeto dos contrarios com esforço e firmeza.

D. Alvaro de Toledo terminava offerecendo ao desditoso mancebo um elmo, que pertencêra ao imperador Carlos V, seu avô [1].

Por infelicidade os avisos do primeiro general de Hespanha, e talvez do seu tempo, não foram mais attendidos do que o voto do conde de Vimioso e de Vasco da Silveira. A sorte estava lançada; a voz do castigo chamava por D. Sebastião.

Antes do exercito se mover, confirmou el-rei nos cargos para que os designára no reino a todos os officiaes, que tinha escolhido.

D. Duarte de Menezes, capitão de Tanger, mereceu, como dissemos, o elevado posto de mestre de campo; Alvaro Pires de Tavora substituiu a seu genro Christovão de Tavora no commando dos aventureiros, e D. Miguel de No-

[1] Carta do duque de Alba, datada de Madrid em 20 de junho de 1578.—D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de las Españas*, liv. XII, cap. VII, pag. 991.

ronha, Vasco da Silveira e Francisco de Tavora collocaram-se á frente dos seus terços.

A Pedro de Sequeira entregou-se o terço, que devia capitanear Diogo Lopes, seu parente, o qual adoecêra de repente em Arzilla, não sem suspeitas de se figurar mais enfermo, do que na realidade estava, querendo escapar na armada aos revezes, que a obstinação do monarcha fazia receiar aos mais avisados.

D. Alonso de Aguilar era o coronel do terço dos castelhanos, aonde serviam como sargentos o capitão Aldana e Luiz Fernandes de Cordova.

Martim de Borgonha mandava os tudescos, e Thomás Sternuile, marquez de Lenster, os italianos. A artilheria foi confiada ao bailio da ordem de S. João, Pero de Mesquita, homem velho e experimentado. Em logar de Manuel de Quadros, provedor das lesirias de Santarem, capitão dos gastadores, que ficou doente na cidade, nomeou-se Gonçalo Ribeiro Pinto. Exerciam os cargos de sargentos-móres o capitão Gama, que acabava de despir o habito de eremita para acompanhar a expedição, e fr. Estevão Pinheiro, frade carmelita.

A cavallaria não levava general, porque el-rei ía com ella. Os engenheiros do campo eram dois, um italiano, Filippe Terzi, e outro portuguez, Nicolau de Frias [1].

A disposição do exercito debaixo das ordens d'estes chefes correspondeu ao que podia esperar-se do animo e vontade de um soberano costumado a zombar da prudencia, apodando-a de covardia.

Calculando em cinco dias a jornada, ordenou que os viveres se distribuissem só para outros tantos; e sem attender ao clima, á estação ardente, e á fadiga do caminho, não

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XL.

hesitou em carregar cada soldado com nove arrateis de biscoito e mais de um almude de agua, alem do arcabuz, ou do pique, e do elmo, que juntos não pesariam menos de quarenta arrateis [1].

Aos quatro dias de marcha a calma apertou, e a fome e sede eram tão crueis, que cessaram os banquetes e folguedos, e principiaram as queixas e maldições.

O plano preferido consistia em demandar Larache, atravessando o sertão com os mantimentos, que se podessem conduzir, para diante da praça maritima se dar a mão á esquadra, e d'ella receber os soccorros e fornecimentos necessarios para o progresso das operações.

A ordem, com que o exercito saíu do acampamento de Arzilla, depois de dezoito dias perdidos inutilmente, foi a seguinte: rodava a artilheria na frente seguida de toda a infanteria, alternando-se os terços de modo, que formassem na vanguarda em um dia os que no antecedente tivessem composto a rectaguarda. A cavallaria desfilava pelos lados, dirigindo el-rei uma das alas, e o duque de Aveiro a outra, em que entrava o Scherif e os alcaides das fronteiras. Cada um dos terços de cavallo levava adiante de si dois tiros de campo, e atraz cerravam o campo as carriagens e transportes com uma guarda de ginetes [2].

Cumpriram-se desde logo os vaticinios dictados pela experiencia. Apenas se despediram as tropas dos alojamentos, começaram as investidas dos inimigos. Em toda a jornada os mouros montados nos seus ligeiros corseis, e aproveitando-se da menor opportunidade, caíam de subito sobre os esquadrões, a alancearem os soldados que o cansaço, ou

[1] Manuscripto da bibliotheca real — *Carta a um abbade da Beira.*

[2] Ibidem.—Fr. Bernardo da Cruz —*Chronica de el-rei D. Sebastião,* cap. LX.

a doença obrigava a deterem-se e assaltarem os que podiam colher separados, não deixando socegar ninguem com repetidos assaltos, e ameaçando por todas as partes o grosso da força. Entretanto, se o fructo que tiravam d'estas hostilidades não era grande, o sobresalto e a inquietação causados por estes amiudados rebates, unidos ao trabalho da marcha e ao peso das armas e dos viveres desfalleciam o vigor dos soldados, de fórma que poderia dizer-se dos menos robustos e affeitos á guerra, que mais estariam para martyres depois de similhante jornada, do que para terçarem a espada briosamente em uma peleja com os guerreiros de Muley Moluk [1].

No primeiro dia o exercito não conseguiu vencer maior distancia do que a de duas leguas; e ao quarto já escasseavam os mantimentos. Para os soldados se não abrazarem de sede foi necessario procurar um rio a sete leguas de Arzilla e a duas de Alcacer, em que todos se saciaram e proveram. O marquez de Lenster, vendo a passagem desempedida, desconfiou de tanta facilidade em um capitão como Abd-el-Melek, e advertiu a el-rei que se acautelasse; mas o principe attribuindo o aviso a receio, como costumava, riu-se da vigilancia como se ria de tudo o que não era arrojo e temeridade [2].

Os portuguezes tinham marchado sem primeiro conhecerem o poder dos mouros, e desprezando as informações casuaes, que lhes chegaram sobre os projectos de Muley Moluk. Cuidando, que só a vista das suas armas com um sôpro afugentaria o tropel dos barbaros, D. Sebastião não quiz ouvir senão os que o excitavam a pôr de lado as regras, apressando-se para o mais cedo possivel se ver a braços com o inimigo, que de longe vinha desafiar.

[1] Manuscripto da bibliotheca real — *Carta a um abbade da Beira.*

[2] Ibidem.

Pouco antes de partir de Arzilla, fr. Roque do Espirito Santo, da ordem da Trindade, varão respeitado pela idade e pela virtude, com Diogo da Palma, mercador rico empregado no resgate dos captivos, acabando de chegar a Tanger de uma visita ao interior do imperio, foram chamados ao campo para communicarem a el-rei o que tivessem observado pelos proprios olhos.

Recebeu-os o principe no começo com risonho aspecto, talvez na esperança de que lhe lisonjeassem o appetite, dando rasão á sua impetuosidade contra a reflectida resistencia dos que o aconselhavam; mas apenas, fieis á verdade, lhe descreveram o formidavel exercito, com que Muley Abd-el-Melek saíra de Marrocos para Alcacer, decidido a esperar o encontro dos christãos, e lhe significaram a força e qualidade das tropas, que o seguiam, desmentindo a louca vaidade em que estava, de que bastava a sua lança para abrir segura estrada até ás portas de Fez, foi tal a ira que o suffocou de repente, que, impondo silencio a ambos, com o rosto inflammado e a voz presa de furor, ordenou ao corregedor da côrte, Diogo da Fonseca, irmão de fr. Roque, e seu hospedeiro, que prendesse a Diogo da Palma, accusando-o de lançar pregão de falsas noticias no intuito de desanimar os nossos em beneficio dos infieis [1].

O ruido causado por esta injusta violencia pasmou a todos, e fez crear animo a alguns para representarem ao soberano, que punir como crime a sinceridade dos vassallos equivalia a pedir mais ainda do que o possivel, exigindo da obediencia a adulação, ou a mudez.

Cedeu o monarcha, aplacado o primeiro impeto, e revogou a ordem; porém o seu orgulho negava-se a admit-

[1] Barbosa Machado—*Memorias de D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XII.

tir o que por si mesma só a rasão já lhe deveria ter feito conceber.

Depois de tornar a ouvir o religioso e o mercador, e de os apertar por duas horas com perguntas e instantias, poz termo á conferencia, replicando unicamente, que dentro em poucos dias havia de pelejar com Abd-el-Melek [1].

Foi então que o barão de Alvito D. Rodrigo Lobo, admirado de obstinação tão estranha, fallando com fr. João da Silva, da ordem de S. Domingos, e irmão do bispo do Porto, exclamára, arrebatado pela magoa, segundo se diz: «Padre, por que não prenderemos este homem, que nos perde por seu gosto?» «É tarde!» respondeu o religioso, «já não ha remedio. Não o vedes cercado de validos e lisonjeiros, que o enganam, sem ninguem se atrever a expor-lhe a verdade, e sem elle a querer escutar?» «Pois se é tarde» concluiu o barão com tristeza, «rezemos pelo rei, pelo reino, e pelos vassallos.» [2]

Outros cavalleiros, não menos zelosos, reuniram-se na tenda de D. Martinho de Castello Branco, e assentaram que devia requerer-se a el-rei, que desistisse da fatal idéa de ir por terra a Larache, arriscando a propria vida, e a existencia, ou a liberdade dos subditos. Infelizmente ninguem ousou encarregar-se de tão perigosa missão, e quando as trombetas deram o signal, montaram todos a cavallo com a sujeição de vassallos, resignados a derramarem até á ultima gota de sangue em uma luta, a que nenhum contava sobreviver [3].

O proprio Christovão de Tavora, accusado depois do desastre de ser um dos mais ardentes em confirmar o rei no

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XII.

[2] Ibidem, pag. 354 e 355.

[3] Ibidem.

seu proposito, por viver tanto no seu seio, e ser tão intimo em todos os seus segredos, escrevia por esses mesmos dias ao secretario Miguel de Moura, que os encommendasse a Deus, porque se julgavam na ultima extremidade, e bem proximos da morte, visto el-rei não attender senão os conselhos, que mais concordavam com a sua resolução [1].

Emquanto o exercito de Portugal se adiantava lentamente, rendido pelas privações, cortado pelas fadigas, e a cada hora investido por nuvens de cavalleiros arabes, tão rapidos em se approximarem, como promptos em fugirem aos golpes dos esquadrões destacados para os reprimir, Muley Abd-el-Melek ordenava todas as cousas civis e militares do imperio como habil capitão e consummado politico.

Nenhum dos passos do seu emulo e de D. Sebastião lhe era desconhecido, sobretudo desde que os dois principes se tinham avistado em Tanger.

Seguro da neutralidade de Filippe II, e com ella desassombrado do temor, que lhe inspiravam os aguerridos terços de Italia e de Castella e a capacidade de um general tão experimentado como o duque de Alva, olhou com a maior attenção para o adversario, que via diante de si. Antes de levantar as bandeiras e de partir, confiou o governo das provincias a pessoas principaes, das que lhe eram mais aceitas, e mandou apressar os alistamentos, que já tinha ordenado.

A Muley Ahmed, seu irmão, homem de poucos brios e suspeito de pusillanimidade, mas que a occasião o obrigava a empregar, incumbiu as levas da gente de Fez e das terras visinhas; Achaioc, alcaide granadino, habil e activo, porém ambicioso, seu companheiro de armas no

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rey de las Españas*, liv. XII, cap. VI, pag. 989.

desterro de Constantinopla, foi enviado a Tetuão com dois mil arcabuzeiros para a suster na obediencia.

Conservando-se em Marrocos, emquanto os christãos perdiam o tempo em banquetes e apostas, animava d'ahi todos os preparativos, prevendo e atalhando os maiores perigos, sem se esquecer de desviar os suspeitos dos cargos importantes, e de formar o nucleo do exercito com as tropas mais aguerridas, que a Africa ainda tinha visto.

Reduan, renegado portuguez, e confidente dos seus planos, auxiliava-o com todo o ardor do odio e dos receios, sabendo que perdida a causa de Muley Moluk com ella perderia tudo, não podendo esperar senão a morte, ou o exilio [1].

A cavallaria, que juntou passava de quarenta mil homens, e a infanteria não desceria de quatorze mil, na maior parte soldados feitos, e recrutados em Sus, Drah, Fez, Mequinés e Marrocos [2].

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de las Españas*, liv, XII, cap. VI, pag. 989.—Fr. Bernardo da Cruz, *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LV.

[2] Sobre o numero e força do exercito mouro variam os auctores. D. Luiz Cabrera calcula-as em quarenta mil cavallos, mais de trinta mil infantes, quarenta peças de artilheria, e quasi mil espingardeiros de Hamed Latáva (liv. XII, cap. VI, pag. 989).

Fr. Bernardo da Cruz, contemporaneo dos successos, diz que uns davam a Muley Moluk trinta mil cavalleiros e seis mil infantes, e que outros augmentavam a infanteria e diminuiam a cavallaria; entretanto assegura que a gente paga eram quarenta e tres mil ginetes e quatorze mil soldados de pé, alem de muitos mouros mais, infantes e cavalleiros, que seguiam o exercito (cap. LV, pag. 225).

Jeronymo de Mendonça afiança que appareceram em campo no dia da batalha mais de oitenta mil inimigos de cavallo, e quarenta mil de pé (cap. IV, pag. 40).

Militavam tambem no seu campo, com o enthusiasmo proprio do fanatismo religioso, e do resentimento das offensas recebidas, os andaluzes com Dogah por seu capitão, os turcos convidados para esta campanha, e os azuagos, especie de amoucos, que pelo animo bellicoso se reputavam os melhores soldados.

Hamed Latava, renegado genovez, commandava um corpo de quinze mil escopeteiros de cavallo; e dos elches, ou renegados de todas as nações, era o chefe Chaali, aragocês.

Quarenta peças de artilheria, e a guarda real ás ordens de Ali Muza, completavam as forças, de que dispunha Muley Moluk, que devendo a corôa á sua espada, e admirado como um dos grandes capitães do tempo pelos turcos, ainda tão respeitados como guerreiros, não era homem que se deixasse vencer de leve, ou que dobrasse o joelho, a não ser moribundo e derrotado, diante de um monarcha moço e illudido, que via pela primeira vez a guerra, ou em presença do Scherif, tantas vezes prostrado pelo valor do seu braço em batalhas feridas, aonde se jogára a posse do imperio, e o destino dos dois principes [1].

Muley Ahmed e Achaioc, encarregados de vigiarem os movimentos da armada portugueza, não adormeceram. Apenas D. Sebastião chegou a Tanger expediram correios para Marrocos, e deram conta de tudo a Abd-el-Melek, informando-o, de que a frota dos christãos se compunha de tantos navios, que tinham infundido espanto nos mouros visinhos da costa, cobrindo o mar de vélas.

Barbosa affirma que as forças de Abd-el-Melek se compunham de quarenta e cinco mil homens de cavallaria e de quatorze mil infantes, alem da multidão tumultuaria (*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. X).

[1] Vidè-os auctores citados na antecedente nota.

As ordens que receberam não desmentiram a prudencia usual de Muley Moluk.

Ahmed com um corpo numeroso de ginetes collocou-se entre Arzilla e Larache, para espiar as operações dos inimigos, e disputar a marcha, quando se movessem.

Achaioc com quinhentos espingardeiros de cavallo acudiu a guarnecer Larache, para a segurar do primeiro assalto. Ao mesmo tempo Muley Moluk saía de Marrocos, entregando a sua defeza a Reduan, e tomava o caminho mais conveniente para se encontrar com o rei de Portugal em favoraveis posições.

Uma conjuração urdida secretamente pelos alcaides andaluzes Dogali e Achaioc, na idéa de dividirem entre si os reinos de Fez e de Marrocos abreviando a existencia do soberano, esteve a ponto de entregar a victoria sem combate ao Scherif e aos invasores.

Na occasião em que Abd-el-Melek vestia de novo as armas para defender a independencia e as crenças da patria commum, e em que menos devia esperar a traição que lhe abreviou os dias, arriscados com gloria em tantas pelejas, bebia a morte por mãos amigas, envenenado por Viachi, alcaide de Guali, no logar de Tremesenal, situado na estrada que seguia com os olhos em Alcacer [1].

Não foi tão rapido o effeito como desejavam os conjurados. A robusta compleição do principe enganou as esperanças dos assassinos; mas se o espirito até ao ultimo trance conservou todos os alentos, desde aquelle momento começou logo o corpo a sentir-se enfermo, quebradas as forças, e corrompidas as origens da vida.

Abd-el-Melek mesmo conheceu que as horas estavam contadas para elle, e assevera-se que poz o dedo nos ver-

[1] Jeronymo de Mendonça — *Jornada de Africa*, cap. IV. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LV.

dadeiros auctores do crime; mas dissimulou o castigo dos mais poderosos, temendo, se os advertisse, que unissem á infamia a traição de se levantarem, e de passarem para o lado de Muley Hamed.

Disfarçando pois os padecimentos, e calando comsigo a triste certeza do proximo fim, com o vigor proprio de uma grande alma, curou só de viver os dias necessarios para illustrar a morte por um grande triumpho.

Querendo frustrar os planos ambiciosos, que se urdiam, apenas chegou perto de Alcacer chamou ao seu campo Muley Ahmed, seu irmão, e confiou-lhe o posto importante de general da cavallaria, depois de o receber com salvas e pompas militares, dignas da sua jerarchia; mas conhecendo-o bem, e prevendo que havia de poder mais n'elle a covardia, do que o orgulho de possuir a grande herança, que lhe legava, advertiu-o com severidade, de que se voltasse costas ao inimigo seria asperamente castigado, servindo de exemplo a todos [1].

Marchava entretanto o exercito christão, e apesar do capitão Aldana, que veiu encontra-lo ao caminho, repetir ao monarcha os bons conselhos, invocando o nome e a auctoridade do duque de Alva para os confirmar, não produziram as suas diligencias o fructo, que se julgava que tiraria d'ellas.

Apesar das illusões se desvanecerem desde a primeira jornada, nem por isso D. Sebastião cedeu logo ás vozes da prudencia.

Ao segundo dia estava ainda o campo a duas leguas de Arzilla, tendo rodeado mais de tres para chegar ao sitio aonde as tropas se alojaram.

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de las Españas*, liv. XII, cap. VI.

Bastava este principio de experiencia para se avaliar o erro commettido.

A sede por uma parte, e a fome pelo outro, não podiam tardar, e juntas ao trabalho do caminho e ao ardor do sol, eram os inimigos crueis, que iam consumindo o exercito antes de cortado pela espada.

Reunido o conselho, e exposto o verdadeiro estado das cousas, concordaram todos em que se voltasse para Arzilla, sustentando que a retirada não offenderia o lustre da nossa gloria, provando pelo contrario, que se concedia á sciencia militar e á reflexão o logar que a temeridade não occupa senão para confundir os mais elaborados designios [1].

Escutando a opinião unanime dos fidalgos e cavalleiros, o principe não se atreveu a contraria-la; mas é provavel que secretamente procurasse illudi-la. Tinha-se decidido na conferencia, que para enganar os mouros, a cavallaria havia de coroar os outeiros, fazendo corpo de arraial, emquanto el-rei com a infanteria e as bagagens, furtando os movimentos á vista d'elles, se dirigiria sobre Arzilla, e d'ali daria aos ginetes o signal de se recolherem.

Esta resolução, que de certo não agradava muito ao neto de D. João III, porque mudava o seu plano, transportando para a expugnação de Larache o theatro da guerra, não alcançou o desejado exito.

Tomada á noite no campo de Almenára, infelizmente não produziu effeito. Quando Affonso Correia entrou em Arzilla com quatrocentos cavallos, portador das ordens do monarcha, já não encontrou a armada, e por acaso assistiu ao desembarque do capitão Aldana com quinhentos castelhanos, alistados para militarem na expedição portugueza.

[1] Barbosa—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIII.

O antigo soldado não podia acreditar, que D. Sebastião marchasse por terra, tendo certa a conquista por mar; depois de convencido, interrompendo os nossos fronteiros, exclamou: que a perdição era infallivel, e que não seria elle quem havia de acompanhar um exercito, que tantos erros encaminhavam para a ultima ruina.

Foram necessarios rogos e supplicas para o demover, e só perante a suspeita de fugir ao perigo é que se abrandou a sua ira, e que se decidiu a seguir descontente a Affonso Correia, que voltava ao arraial com a má noticia de ter partido a frota n'aquelle mesmo dia [1].

A chegada de Aldana ao campo não foi todavia inutil. Observando a pouca experiencia dos officiaes e das tropas, e a falta de mantimentos, empenhou-se em fazer observar a disciplina, aconselhando ao mesmo tempo, que se abreviasse a marcha, e com este intuito se enviasse escoltada a artilheria para Arzilla.

Na manhã de 2 de agosto o exercito dirigiu-se para Larache, costeando o rio, emquanto o Scherif, que ainda ignorava a mudança, marchava pela direita a entestar com a ponte, e descobria pelos seus exploradores um numeroso corpo de cavalleiros inimigos, meia legua adiante do logar, em que parou apenas os avistou.

Dado aviso ao mestre de campo D. Duarte e a el-rei, depois de curta conferencia com os capitães mais peritos, resolveu-se preferir a jornada por Alcacer, reputando-se um opprobrio quasi o furtar o rosto aos infieis, que apregoariam como victoria insigne qualquer manobra tendente a evitar o seu encontro [2].

1 Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIII.

2 Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXI.

Acampou D. Sebastião essa noite em um alto, fortificado por um lado com uma trincheira fraca por ser de areia, e do outro defendido pelo rio Huad-Machacim, que se julgou sufficiente para lhe servir de fosso. Reuniu-se logo o conselho, e discutiu-se o modo de continuar a jornada, divergindo as opiniões.

Queriam uns, que apoiando sobre a esquerda se occupasse a ponte, e que rodeado o rio Lucus onde não chegasse a maré, se buscasse Larache por terra passando por cima de Guildemes. Notavam que adoptado este arbitrio, e não se emprehendendo a ardua operação de vadear a ribeira em presença dos contrarios, se poderia descer pela margem do Huad-Machacim até á beira-mar, na bôca do Lucus, da outra parte da praça, que ía accommetter-se, e aonde a armada estava esperando com refrescos e munições [1].

Outros, por desgraça, por illudidos, ou por desejarem fallar ao sabor das paixões do monarcha, combateram o voto mais prudente, fundados em que virar costas aos mouros seria o mesmo do que paralysar o esforço dos soldados, que supporiam de leve que a expedição se retirava por medo, sendo possivel então aos barbaros desordena-los, principalmente vendo-se acossados pela retaguarda, e offerecendo a ponte lançada entre alcantis a facilidade de a salvo se renovarem os assaltos.

Acrescentaram ainda, que alem dos brios, que a volta havia de inspirar aos mouros, offuscando aos seus olhos a reputação das armas portuguezas, o caminho ao longo do rio apresentava perigos talvez superiores aos que promettia uma batalha, porque em territorio aspero e monta-

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIII. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXI.

nhoso, como aquelle, tudo devia receiar-se, e muito mais adiantando-se os christãos embaraçados com a artilheria e a carriagem, que só a grande custo rodaria por logares tão invios [1].

Finalmente o terceiro parecer, que differia pouco do primeiro, insistia na vantagem de se carregar sobre a direita, baixando ao longe do Huad-Machacim, e passando o Lucus a vau perto de Guildemes, aonde em outra epocha já o tinha atravessado D. Manuel Mascarenhas, quando saíra para saquear Hod [2].

El-rei não repelliu inteiramente esta idéa, e pareceu indeciso. Durante as trevas mandou o almocadem de Tanger, Pedro Vieira, e Guady, almocadem do Scherif, com o engenheiro João Nunes, e cincoenta cavallos, para examinarem se os canhões e a gente poderiam vadear o rio. A resposta foi que sim, mas com difficuldade. Convencido porém, de que lhe convinha optar pelo plano, que mais cedo o approximasse dos inimigos, o monarcha só tratou então de incutir a sua opinião a D. Duarte de Menezes, a D. Francisco Mascarenhas, a Christovão de Tavora, a Luiz da Silva, a D. Francisco de Portugal, e a Jorge da Silva, discorrendo sobre as difficuldades da passagem indicada, e apontando o perigo de ficar metade da gente impedida pelo lodo da maré, parte de um lado, e parte do outro, com o risco imminente das forças assim divididas serem promptamente desbaratadas sem haver modo de lhes acudir.

D. Duarte instou ainda, assegurando que em todo o caso se marchava sobre Larache, mas D. Sebastião ata-

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebàstião*, part. IV, liv. II, cap. XIII.—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXI.

[2] Ibidem.

lhou-o, dizendo, que era uma retirada, e que o duque de Alva a estranharia [1].

Por fim, decidiu-se que o exercito passasse em presença das tropas de Muley Moluk, que segundo se julgava não estaria pouco receioso, tanto por sentir declinar rapidamente a vida, como por temer que de um instante para o outro o desamparassem os amigos do Scherif, que eram numerosos [2].

Quando Abd-el-Melek entendeu pelos movimentos do arraial de el-rei, que os christãos iam vadear o rio, dando-lhe as costas, longe de lhes disputar a jornada, exclamou: *Larache não tem remedio;* e só depois de saber que as tropas de D. Sebastião se alojavam entre as duas ribeiras com a resolução de pelejar, é que recobrando maiores alentos, tomou como habil general as disposições, que exigiam as circumstancias, ordenando que os mouros transpozessem o rio Lucus para tambem offerecer batalha no outro dia [3].

Apenas um pouco socegado o bulicio do arraial, fortificado á pressa com as carretas e bagagens, que o cingiram para melhor resistir a qualquer assalto, el-rei convocou o conselho.

A falta de mantimentos era grande, e depois de marchas trabalhosas os soldados podiam queixar-se, encontrando na vespera do combate a fome em vez da abundancia.

O conde de Vimioso, o duque de Aveiro, e o bispo de Coimbra tentaram de novo abalar o animo do monarcha,

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião,* part. IV, liv. II, cap. XIII, pag. 370.

[2] Ibidem, part. IV, liv. II, cap. XIII.

[3] Ibidem, cap. XIV.—Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião,* cap. LXI.

procurando convence-lo. Conhecedores dos perigos sustentaram a vantagem de se demorar o exercito por alguns dias no sitio, em que se achava, e aonde todas as probabilidades da luta eram em seu favor pela superioridade das posições, ao passo que saíndo a affrontar em campo aberto o impeto do immenso poder de Abd-el-Melek tudo se arriscava, sendo facil encontrar a derrota em logar da victoria.

D. Duarte de Menezes, com a larga experiencia que tinha dos costumes guerreiros dos mouros, acrescentou, que se lh'o permittissem, acompanhado dos fidalgos que o quizessem ajudar, se obrigava elle a introduzir a confusão e o terror nos alojamentos dos infieis, acommettendo-os de noite, occasião em que sobresaltados pelo rebate subito quasi sem obstaculo seriam destruidos.

O Scherif, como tão interessado na prosperidade da empreza, enviou tambem um dos seus alcaides para supplicar ao principe, que se não movesse da posição, que occupava, porque ahi o iria buscar o triumpho em poucas horas, sabendo com certeza que Muley Moluk não resistiria mais de um, ou de dois dias á violencia do veneno, que lhe fôra propinado [1].

Estas rasões, evidentes como a luz do dia, não convenceram o soberano. Se por um instante mostrou vacillar, e deu signaes de admittir os bons avisos, não faltou quem lh'o estranhasse, clamando, que devia proseguir porque todos os contrarios se lhe lançariam aos pés.

Entre os temerarios, que assim incensavam com adulações os appetites do soberano, sobresaía o padre Fernão

[1] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIV, pag. 375. — Conestagio — *União de Portugal*, liv. II. — *Carta a um abbade da Beira* — *Bibliophilo* de agosto de 1849.

da Silva, porfiando em repetir que não se retardasse a peleja, e insistindo em que toda a demora se havia de converter em prejuizo dos christãos já mais enfraquecidos pela fome, do que o viriam a ser pelo ferro dos inimigos.

Jorge da Silva, não menos lisonjeiro, rematou esta scena de demeneia mandando pedir a el-rei por fina galanteria, que lhe fizesse mercê das orelhas de Muley Moluk para as comer com azeite e vinagre [1].

Era d'este modo que se discutiam as resoluções, e que se jogava aos dados a sorte da monarchia!

Os brados de ufania e os rompantes de nescia valentia emmudeciam a voz dos que toda a sua vida tinham visto e feito a guerra, vestindo mais vezes o arnez, do que os trajos de cortesãos.

N'esta noite, em que se acabou de decidir a ruina de Portugal entre risos e ditos picantes de validos e mancebos, fugiram para o campo portuguez Muley Naçar, irmão do Scherif, e tres renegados, um dos quaes muito conhecido pelo nome de alcaide Raposo, tirava o appellido de uma familia de solar distincto no Algarve.

Este, como homem que desejava remir a culpa da apostasia pelo vivo testemunho da futura lealdade, prostrado aos pés de D. Sebastião, rogou-lhe com encarecidas supplicas, que não arriscasse em um só lance toda a ventura de suas armas.

Mostrando-lhe, que para arrojo já era de mais o audacioso feito de buscar os contrarios, e de atravessar os desertos a fim de estender as conquistas pelo sertão, aonde não havia que avassallar, deixando nas costas armadas e immunes as cidades maritimas, concluiu, que a meia legua de distancia estava um exercito composto de multidões

[1] *Carta a um abbade da Beira*—Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda—*Bibliophilo* de agosto de 1849.

innumeraveis de barbaros de pé e de cavallo, armados e montados a seu uso, tão ferozes em ferir como promptos em se desalentar. Alem das turbas, que as nossas lanças varressem talvez de um impeto, havia muitos mil ginetes de mouros granadinos, de amoucos azuagos, e de renegados de Genova e de outras nações, contando não menos de vinte mil atiradores, tão certeiros nas pontarias como rapidos em levantar o galope dos corseis, esquivando-se em um momento ao encontro dos esquadrões pesados [1].

Não querendo omittir nenhuma noticia relevante, o alcaide Raposo notou ainda que não convinha esquecer, que os infieis se achavam providos de viveres, descansados de muitos dias, animados por continuos soccorros, e que seguros com o apoio da cidade de Alcacer, lutavam no proprio clima em que tinham nascido, quando contra os nossos militavam todas as circumstancias contrarias [2].

Referindo depois os planos de Abd-el-Melek, de cujo lado acabava de desertar, fez ver ao monarcha, que a primeira idéa do principe mouro, quando imaginára que Portugal e Castella se uniam contra elle, fôra comprar a paz, cedendo algumas das praças maritimas; mas que depois de saber, que a liga dos dois monarchas se não tinha realisado, mudára inteiramente de proposito, resolvido a decidir a sorte da guerra pelas armas, e não a confia-la de negociações e de tratados, que lhe diminuissem o conceito.

A primeira idéa de Muley Moluk, segundo revelou o alcaide, era oppor á impetuosidade portugueza o clima e a esterilidade do sertão, os mais terriveis inimigos que se

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIV, pag. 376 a 385.

[2] Ibidem.

podiam suscitar, matando-lhe o ardor com dilações calculadas, e evitando por todo o preço o rompimento decisivo de uma batalha, sobretudo, depois que lhe constára, que o exercito, separado da armada, se apartava do caminho ao longo das praias para se entranhar pelo interior das terras [1].

Com este intuito é que assentára o campo junto do Lucus, e não defendêra a passagem do Almohaçan, cobrindo a sua frente com as aguas do rio e parte das tropas, emquanto a outra parte, guardado o vau que lhe ficava nas costas, impediria qualquer movimento offensivo dos christãos, esperando que elles, sem viveres e desfallecidos pelas fadigas, vendo-se sitiados nos proprios arraiaes, se rendessem apertados pela necessidade com o seu principe sem arrancarem da espada, como acontecêra em Tanger aos infantes D. Fernando e D. Henrique [2].

Abd-el-Melek, como entendido, não só desejava poupar o sangue dos seus, como o dos inimigos, e sobretudo o do rei de Portugal, ao qual pelo contrario queria salvar a vida, na idéa de que a pessoa do monarcha, depois de captivo, lhe serviria de premio para resgatar as fortalezas occupadas pelos nossos, e receiando, que todo o reino, se o soberano succumbisse, se erguesse como um só homem para lhe vingar a morte, auxiliado pelas nações catholicas, e pela corôa de Castella [3].

Raposo proseguiu, ajuntando, que Abd-el-Melek não desistíra d'estas idéas, em que se conservára firme até á antevespera d'aquelle dia, senão depois que víra aggravar-se-lhe a enfermidade de hora para hora, e que

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIV, pag. 376 a 384.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

desenganado dos medicos se preparava para deixar a vida.

Não confiando no valor de Ahmed, seu irmão, e pouco seguro da lealdade dos alcaides, tão inconstantes como a fortuna, e tão faceis como ella em se voltarem para o sol nascente, resolvêra arriscar o throno de uma vez no duvidoso trance de uma batalha, porque vencedor a sua morte proxima não entregaria o imperio ao emulo que detestava, e vencido restar-lhe-ia ao menos a gloria de não sobreviver ao desastre, e de sepultar comsigo no campo a dor do infortunio, e o opprobrio da derrota [1].

O renegado passou depois a informar largamente el-rei do verdadeiro estado das forças inimigas, ponderando, que dos alcaides, uns eram creaturas de Muley Moluk, e tão seus affeiçoados, que dariam por elle o sangue; que outros, apesar de terem o coração com o Scherif, timidos, ou violentados, marchavam submissos debaixo das bandeiras do seu competidor feliz; e que não poucos, indifferentes, e quasi sem partido, haviam de inclinar-se para onde pendesse a ventura das armas, depois de travada a luta.

Sobre o valor e qualidade das tropas não foram tambem menos preciosos os esclarecimentos, que ministrou.

Fallando dos homens levantados em Sus e Marrocos, e da maior parte dos azuagos, que formavam o grosso das fileiras infieis, advertiu que muitos desejavam a restituição de Muley Hamed com tanto ardor, que não faltára quem acreditasse, que de entre elles saira o plano de envenenar a Muley Moluk. Ácerca da gente de Fez, mudavel por condição, mimosa e pouco guerreira, observou, que no conflicto o maior numero havia de seguir a corrente, assim como as turbas dos alarves, multidão anar-

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIV, pag. 376 a 384.

chica, incapaz de firmeza e disciplina, e só reunida pela cubiça para caír com as mãos no roubo como aves de rapina sobre os despojos dos vencidos, sem distincção de amigos[1].

Qualquer dos grandes corpos, em que se dividia o exercito, exceptuando os elches, e os partidarios de Abd-el-Melek (valentes, mas poucos em comparação dos outros), apenas se publicasse a noticia da sua morte, assegurava elle que, perdendo o chefe, se dispersariam ao acaso, ou que dilacerados em facções rasgariam o proprio seio nos combates civis, sendo então facilimo, privados do capitão que era a alma de todos, destrui-los aos primeiros golpes, desvanecendo-se como fumo o immenso poder, que áquella hora cobria as campinas e coroava os outeiros, e ameaçava de completa ruina o temerario, que imprudentemente lhe arremeçasse a luva[2].

Por ultimo o alcaide Raposo, julgando que tão intimas e interessantes confidencias persuadiriam a D. Sebastião, não hesitou em lhe aconselhar que refreasse a impaciencia, e aguardasse atraz dos parapeitos das suas trincheiras, que a fortuna, com a morte de Abd-el-Melek, lhe viesse depor aos pés os estandartes e as lanças do mais numeroso exercito, que tinha visto a Africa, inculcando ao mesmo tempo que a dilação de algumas horas de nenhum modo produziria os inconvenientes, que se apontavam; porque apenas Muley Moluk cerrasse os olhos tudo seria ruina, confusão e discordia no seu arraial, alcançando-se por meio de victoria pacifica o maior triumpho[3].

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião,* part. IV, liv. II, cap. XIV, pag. 376 a 384.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

Para acabar de convencer a el-rei, acrescentou o renegado, que podia como testemunha de vista affirmar-lhe que ainda de tarde tinha ajudado Abd-el-Melek, frio e quasi moribundo, a montar a cavallo para com mostras de vida emprestada conservar na obediencia os alcaides e a gente de guerra [1].

O principe escutou-o sem signaes de enfado e com grande curiosidade; mas as pessoas costumadas a lerem-lhe no semblante os sentimentos, com magua conheceram, que as advertencias e informações, que acabava de ouvir não tinham calado no seu animo.

Pelo contrario, imaginando que encontraria os mouros desanimados, e que a menor demora lhe roubaria a gloria de os desbaratar, despediu o alcaide Raposo sem lhe tirar a esperança de se inclinar ao seu voto, e cada vez mais impetuoso dispoz-se para no dia seguinte medir as armas com as do primeiro capitão de Africa, acreditando que a providencia lh'o entregava assim com as sombras da morte sobre o rosto para melhor assignalar os altos designios, de que no seu orgulhoso fanatismo se julgava executor predestinado.

Emquanto no alojamento dos christãos se discutiam oppostos pareceres, e o soberano, ardendo no fogo do mais vivo enthusiasmo, zombava dos receios, que a experiencia inspirava aos antigos fronteiros, Abd-el-Melek acampado desde 3 de agosto junto do vau do Lucus, subjugava a morte pelo esforço de um grande espirito, preenchendo todos os deveres de general, apesar da molestia que de instante para instante lhe quebrava as forças, avisando-o do proximo fim.

Ao mouro, que lhe trouxe a nova da marcha dos por-

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIV, pag. 376 a 384.

tuguezes, mandou pagar quinhentos escudos de alviçaras; e enviando um terço dos seus cavalleiros para reconhecer o exercito de D. Sebastião, tomou providencias promptas para o receber com a espada na mão sem ufania, nem temeridade [1].

Quando todos julgaram que os nossos retrocediam, instaram-o os alcaides para que não deixasse conquistar Larache sem levantar a lança; porém elle, revelando o seu pensamento, exclamou: *Pontes de prata lhe faria eu para que se retirasse!*

Avisado e senhor dos seus segredos, escondia a alegria, ou a tristeza com a mesma arte, com que dissimulava as agonias da enfermidade [2].

Sabendo, que o Scherif e el-rei se avisinhavam com o intento claro de passarem o rio, e que já não havia recuar, transluziu-lhe o jubilo na voz, e desafogando o temor, por tanto tempo encoberto, disse aos scheiks e cacizes, que o rodeavam: *Agora el-rei de Portugal póde contar-se perdido de todo* [3].

Seria para os estimular, e manter fieis, ou illudido ainda imaginava que a firmeza da vontade lhe prestaria alentos para resistir á doença até coroar com as palmas da victoria o sepulchro, que via aberto aos seus pés?

A chave do enigma sepultou-se com elle; mas até ao derradeiro suspiro, em que manifestou o ultimo rasgo de um ousado coração, os actos e as palavras revelaram sempre a constancia varonil do homem, que sabia prever os perigos, que aprendêra a lutar com a fortuna, e que não se admirava das prosperidades, nem dos revezes.

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIV.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

Apenas os dois exercitos se avistaram, Abd-el-Melek em umas andas, com as cortinas erguidas para ser visto, percorreu o arraial, animando os tibios, louvando os esforçados, e sustendo os indifferentes, ou os traidores, intimidados pelo respeito da sua presença.

Advertido de que muitos soldados haviam de aproveitar as trevas para desertarem para as fileiras do Scherif, mudou de repente os capitães, e querendo-os inflammar contra os christãos, mostrou uma supposta carta de D. Sebastião, na qual lhe attribuia, que só desejaria vencer para queimar vivos os renegados da Barberia [1].

As tropas de Muley Moluk não cobriam menos de quatro leguas, e ás diligencias e boa guarda, que empregou, é que deveu o não passar nenhum troço de arabes para os christãos, apesar de os chamarem as bandeiras de Muley Hamed, hasteadas na dianteira do campo; mas o trabalho de tantas ordens, e o desvelo com que fiscalisou a sua execução, roubando-lhe o socego da noite, por tal fórma lhe exacerbaram a doença, que amanheceu desfallecido, e sentindo que a vida se despediria ao menor bocejo.

Lutando com a extrema fraqueza ainda teve energia para adoptar as disposições necessarias, para que se não dissesse, se a sorte o trahisse, que mais tinha podido n'elle a dor da enfermidade, do que os brios e as obrigações de general [2].

Ao mesmo tempo D. Sebastião alvoroçado, deixava o descanso do seu leito guerreiro, e armando-se á pressa ainda á luz do crepusculo, mandava reunir os terços e os esquadrões, não soffrendo que os infieis imaginassem, que se negava nem por um momento ao encontro, que lhe offereciam.

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIV.

[2] Ibidem.

Vinha raiando a aurora, e os capitães e fidalgos acudiam á sua tenda para tentarem se ainda alguns conseguiam demove-lo do proposito de derramar inutilmente o sangue de tantos vassallos, arriscando a corôa e a pessoa [1].

O monarcha estava na sua tenda almoçando, e ao seu lado á mesa achava-se o conde da Vidigueira, entretendo-o com chistosos ditos e festivos agouros sobre o grande triumpho, que se esperava d'aquelle dia. Entre outras cousas caíu a conversação sobre destrezas de caçadores, e o astucioso cortezão soube por vezes despertar o riso do principe, comparando os mouros da vespera, envoltos nos albernozes, aos colhereiros, passaros brancos, desprezados como ralé dos falcões [2].

No meio dos gracejos tremeu de repente o madeiramento da barraca, como se estivesse a desabar, e correndo fóra alguns creados com sobresalto, viram um cavalleiro á estardiota, que fugindo-lhe de longe o ginete desenfreado se embaraçára nas cordas, de modo que por vezes caíra e se tornára a levantar sem o dono perder a sella.

El-rei, que tirava de tudo presagios ao sabor de suas opiniões, disse depois a um dos validos, que aquelle caso significava, que a batalha seria disputada, mas que por fim a venceria [3].

Não era, porém, esse o voto dos fidalgos familiarisados com a guerra; e alguns d'elles, preferindo o zêlo da verdade á adulação, não se escusaram de patentear o seu parecer, mesmo sem el-rei lh'o pedir.

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.

[2] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XII. —Barbosa Machado—*Memorias de el-rei de D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.

[3] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XII.

Até os que a principio tinham facilitado mais a empreza, assustados agora com o peso da responsabilidade, procuraram voltar atraz, observando ao monarcha, que o maior soccorro, que o nosso exercito procurava, adiantando-se pela terra dentro, era a deserção dos mouros; mas que não se realisando por serem poucos e de pequena valia os que haviam passado, todas as cousas tinham mudado de figura.

Ponderaram-lhe ainda que os viveres estavam consumidos, e que seria mais do que ousadia apresentar batalha com poder tão limitado á multidão innumeravel dos infieis, e concluiram aconselhando que as tropas se conservassem até á noite no sitio em que haviam acampado para acommetterem os inimigos se n'este intervallo engrossasse a deserção para o Scherif, ou se retirarem á sombra do escuro da noite no caso contrario, depois de escondida a artilheria, e de deixados os carros, que não podiam rodar por caminhos tão fragosos.

Acrescentavam que, seguindo-se este alvitre, a marcha se faria a salvo e sem desdouro, amparando-nos sempre com a serra, que ía findar no mar junto a Larache, aonde o exercito provido pela armada, e com as praias seguras, cercaria intrincheirado a fortaleza, e, conquistando-a, determinaria as outras operações segundo as circumstancias indicassem[1].

D. Sebastião ouviu-os calado e quasi com assombro. Parecia-lhe incrivel que os mesmos homens tão depressa trocassem as opiniões, convertendo as vanglorias da vespera no desalento, que respiravam agora os seus discursos.

A final rompeu o silencio, e exclamou, perguntando com

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.—Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XII.

a voz ainda repassada pela ira: se elles não eram os proprios, que ha pouco lhe pintavam tudo facil, affirmando que os mouros se não atreveriam a disputar ao rei de Portugal a sorte de uma batalha, cortados pelo temor, que lhes infundia o seu nome?

Augmentando-se-lhe a cholera, proseguiu, que a retirada, que inculcavam, seria n'aquella occasião uma verdadeira fugida na presença dos barbaros, que haviam de acossar por força os que assim se furtassem ao repto das armas, castigando-os da indecorosa covardia [1].

D'esta vez D. Sebastião allegava justos motivos, e os lisonjeiros, baixando os olhos diante da vista irritada do principe, confessaram tacitamente, que o tinham enganado para attrahir o seu agrado.

A maior parte emmudeceu, mas alguns mais resolutos ainda responderam, que não presumiam, que succedesse o que se estava observando, porque sempre tinham imaginado, que os infieis evitariam as incertezas de uma peleja campal, desertando grande numero d'elles para o Scherif, segundo este asseverava [2].

N'esta mesma extremidade ainda appareceram aduladores que bradassem com falso enthusiasmo: Ávante, senhor, ávante, que tudo é vosso; e Fernão da Silva, que já em Arzilla tinha sobresaído pela sua ufania, foi mais longe, dizendo, que aonde el-rei estava nem uma onça de ferro se devia perder, quanto mais a artilheria [3].

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. XII.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.

[2] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.—Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. XII.

[3] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. XII.

Outros por ultimo, compondo-se á imagem e similhança do soberano e dos validos, disfarçavam a tristeza e os receios, acompanhando de insensatos clamores o voto de se não virar as costas a uma victoria certa.

Muley Hamed, que melhor do que ninguem conhecia os perigos da luta, que ía travar-se com partido tão desigual, supplicou ao seu alliado, que não se movesse até ao dia seguinte, e que aguardasse os successos, afiançando-lhe que Abd-el-Melek peiorava, e que não chegaria á noite; mas as suas vozes não foram attendidas, insistindo el-rei, que não queria vencer inimigos mortos, e argumentando como os cortezãos com apuro da falta de mantimentos [1].

O Scherif, que n'este lance via um d'aquelles momentos, em que a fortuna como suspensa se deixa captivar de quem melhor a sabe merecer, ainda tornou a instar, que a escassez de viveres se remediaria, matando os bois da carriagem, que eram muitos, e que alem d'isso a fome não apertava tanto, que fosse indispensavel sacrificar-lhe tudo [2].

Mas as suas palavras, apesar de sisudas, não prevaleceram, e Hamed maguado do nenhum caso, que se fazia dos seus conselhos, retirou-se com o presentimento do grande desastre, que tão cedo puniu a confiança de um exercito sem chefe, e sem disciplina.

Querendo entretanto esgotar todos os recursos, rogou a Abd-el-Kerin e a seus irmãos, que persuadissem a D. Sebastião, que ao menos dilatasse a batalha só por aquelle dia. Obedeceram, mas com mau exito. O mancebo suspeitando, que os mouros por ciume lhe queriam ar-

1 Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.—Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XII.

2 Ibidem.

rancar das mãos a mais bella palma, perguntou com ironico sorriso ao alcaide do Scherif: «se o alojamento de Muley Moluk era melhor do que o seu?» «De certo» replicou Abd-el-Kerin, «porque tem de uma parte o rio, e nas costas a cidade de Alcacer.» «Pois se é melhor» redarguiu o principe, «quero-lh'o tomar.»

A isto ajuntou palavras violentas e descomedidas, queixando-se de tantas duvidas e reparos[1].

Apesar de assim repellido, Muley Hamed não desanimou. As affrontas eram nada para elle na presença da completa destruição de suas esperanças. Decaído do throno, e conhecendo que as amarguras e os desprezos são os companheiros ordinarios dos proscriptos e desventurados, resignava-se com os olhos no fim, que se propunha, e quasi que nem sentia a dor das injurias dos inimigos da sua lei, tornados seus protectores soberbos.

Curvando a cabeça á necessidade, e humilde como o seu destino, pediu de novo a Abd-el-Kerin, que se visse com el-rei, e que alcançasse d'elle como favor, que no caso de não querer demorar a peleja para o outro dia, mudasse ao menos a hora, e não rompesse a luta no crescimento do dia, porque a calma insupportavel n'aquelle clima, abrasando os soldados, lhes quebrantaria as forças, emquanto os mouros, filhos d'aquellas regiões, costumados aos ardores do sol africano, e combatendo pela maior parte a cavallo, levariam decidida melhoria sobre os nossos, que a pé e debaixo do peso das armaduras mal poderiam resistir a tantas desvantagens[2].

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xii.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. iv, liv. ii, cap. xv.

[2] Ibidem.

O Scherif pedia, pois, que embora se não aceitassem as suas advertencias, evitando o conflicto, este se espaçasse para a tarde, em que a viração refrescaria a calma, e em que os mouros, segundo costumavam, haviam de desamparar o campo, acrescendo, que no caso de derrota mais segura ficaria assim a retirada [1].

As rasões invocadas por Hamed pareceram tão acertadas, e os inconvenientes tão palpaveis, que até D. Sebastião se convenceu, concordando com o seu voto, tanto mais quanto os capitães observaram, que por maior que fosse a sua promptidão em formarem as tropas e as moverem, nunca poderiam acabar senão a horas, em que o fervor do sol ajudaria o impeto dos infieis, abrasando os nossos [2].

Mas a ruina estava decretada; e não faltou o instrumento, que havia de suscita-la.

O capitão Aldana, que pela sua experiencia deveria ser o ultimo a aconselhar temeridades, apenas soube que se deferia a batalha, correu, ferido de subita demencia, á tenda de el-rei, e em brados descompostos principiou a clamar, que tudo se perdia, não se combatendo logo!

Não foi preciso mais. O monarcha, que o não escutára, quando a prudencia fallava pela sua bôca, cedeu-lhe agora, que o via como leão embravecido, mordendo as mãos, descarregando punhadas no peito, e encarando com olhos chammejantes os que sustentavam parecer opposto ao seu [3].

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. I, cap. XV.—D. João de Castro—*Segundo apparecimento*, cap. VI, pag. 44.—Manuscripto da bibliotheca nacional.

[2] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XII.—D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de las Españas*, liv. XII, cap. VII.

[3] Ferrera—*Historia de Portugal e conquista de los Açores*,

Sem attender senão aos desejos em que ardia, D. Sebastião aproveitou o ensejo para dar o signal de levantar o campo, e ordenou ao castelhano que dispozesse tudo para se encontrar sem demora com o exercito de Abd-el-Melek [1].

Recebida por D. Duarte de Menezes a ordem de formar as tropas em batalha, começou a executa-la sem demora, dividindo a infanteria em tres batalhões iguaes, e mandando a artilheria na frente, acompanhada pelos gastadores, debaixo do commando geral do bailio de Lessa, Pedro de Mesquita.

Na testa do exercito adiantava-se o terço dos aventureiros, governado por Alvaro Pires de Tavora, irmão e tenente de Christovão de Tavora, que n'este dia não se quiz apartar do lado de el-rei.

Ornavam as suas fileiras, como voluntarios, muitos fidalgos distinctos, como eram o senhor de Villa Nova, D. Martinho de Castello Branco, D. Diogo, D. João, e D. Miguel de Menezes, todos da casa de Cantanhede, Bernardim Ribeiro Pacheco, D. Gonçalo Chacon, irmão do conde de Puebla, Manuel Rolim, e Miguel Telles de Moura.

Occupava o cargo de Alferes Francisco Ferreira Valdeviesso, e serviam os postos de sargentos mores Pedro Lopes e João Alvares de Azevedo [2].

Á esquerda dos aventureiros estava o terço dos italia-

liv. I, pag. 14.—Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XII.—Jeronymo de Mendonça—*Jornada de Africa*, cap. V, pag. 45.—Conestagio—*União de Portugal*, liv. II.

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.—Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XIV.

[2] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXII.

nos com o seu coronel o marquez de Lenster, assistido pelo capitão Hercules de Piza, e á direita, depois de uma manga de arcabuzeiros composta dos veteranos de Tanger, caminhava logo proximo o terço dos tudescos.

Na ala direita ía ainda formado em batalhão o aguerrido terço dos castelhanos, de dois mil e duzentos soldados, repartido em onze bandeiras, obedecendo a D. Alonso de Aguilar, como seu mestre de campo, e tendo por capitães D. Luiz de Cordova, D. Luiz de Godoy, e D. João de Avila.

Esta era a vanguarda, e póde affirmar-se, que a flor das tropas estrangeiras e portuguezas se achava ali reunida.

O centro, que seguia a vanguarda com pequeno intervallo, compunha-se do terço de Diogo Lopes de Sequeira, nas costas dos aventureiros, capitaneado por João Bezerra, e do terço de Vasco da Silveira na rectaguarda dos tudescos.

A Francisco de Tavora e D. Miguel de Noronha, que não tiveram tempo para constituir a ordem de batalha da rectaguarda, seguiam-se logo D. Miguel marchando atraz do terço de João Bezerra, e Francisco de Tavora atraz dos soldados castelhanos. Entre uns e outros medeava um espaço desguarnecido [1].

Os carros e carretas rodavam junto dos terços sobre a esquerda; a bagagem ía no meio, apoz as bandeiras de Vasco da Silveira; finalmente duas mangas de arcabuzeiros cobriam toda a rectaguarda.

A cavallaria tomou a fórma quadrada sobre vinte e cinco filas, cada uma de vinte e quatro homens. Na ala esquerda, ao lado dos hespanhoes, na vanguarda, via-se

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.—Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XIV.

el-rei, e atraz d'elle o duque de Barcellos com os cavalleiros da sua casa e os que o principe lhe mandára.

Na direita achava-se o duque de Aveiro com duzentos cavallos, na maior parte de parentes e amigos seus, guardando a rectaguarda aos tudescos e aventureiros.

Seguia-se-lhe D. Duarte de Menezes com a cavallaria de Tanger, em numero de mil e quinhentos soldados, e nas costas d'ella o Scherif com seiscentos mouros, duzentos e cincoenta de cavallo e menos de quatrocentos a pé. Por fóra das ultimas fileiras de ginetes ainda corriam linhas de arcabuzeiros, cingindo todo o corpo de batalha.

O resto do plano, que era cercar o exercito inteiramente com a carriagem, como se tinha assentado, não chegou a executar-se, porque a luta se travou mais cedo do que se cuidava [1].

Ordenado assim o campo, D. Sebastião depois de o correr e animar, foi collocar-se diante da bandeira real, que levava o alferes mór D. Luiz de Menezes. Junto d'elle andavam o conde de Vimioso, Luiz da Silva, e seu irmão o padre Fernão da Silva, D. João da Silva, embaixador de Castella, o conde da Vidigueira, e Luiz e Christovão da Alcaçova, filhos do védor Pedro da Alcaçova Carneiro, com outros fidalgos e cavalleiros.

O prior do Crato, D. Antonio, filho natural do infante D. Luiz, tomou logar perto do estandarte com D. Jaime, irmão do duque de Bragança, D. Pedro de Castello Branco, D. Garcia de Menezes, D. Alvaro de Castro, e mais senhores.

O prior, offendido pelo desagrado, que o monarcha lhe mostrára na sua contestação com o valido Christovão de Tavora, nem buscou um posto, em que se podesse crer

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xvi.

que de proposito procurava os olhos e os louvores do soberano, nem desejou tambem ficar tão distante, que depois lhe não fosse facil acudir a qualquer perigo, que o ameaçasse [1].

A disposição de espirito com que o nosso arraial se acercava dos mouros, apesar do pretexto religioso da luta, não era a que podia esperar-se e desejar-se de guerreiros inspirados pelo vivo enthusiasmo das crenças.

Antes de se despedir para sempre em Lagos das praias de Portugal, D. Sebastião tinha publicado a bulla da cruzada, impetrada do summo pontifice Gregorio XIII, com indulgencia plenaria para os fieis, que ajudassem a empreza por meio de esmolas, e com especial remissão para os que passassem o estreito ao lado do principe, dando o sangue em vez de oiro.

Nos dias que as tropas consumiram na jornada pelo interior não houve missa na tenda real, a despeito do costume, e de el-rei levar comsigo a sua capella, acompanhando-o os bispos de Coimbra e do Porto e o capellão mór com muitos clerigos e religiosos de todas as ordens, escolhidos para assistirem ao exercito como padres espirituaes.

Mas se o zêlo da fé e a devoção pareciam adormecidos até ás vesperas da batalha, n'essa noite, em que muitos presentiram o irremediavel estrago, que encerrou as loucas aventuras do monarcha, todos desejaram preparar-se para a morte com o viatico dos sacramentos, quasi desenganados da pouca esperança, que lhes restava de salvarem a vida temporal [2].

Os prégadores mais eloquentes, para esforçarem o coração dos que julgavam tibios, e estimularem os brios

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. XIII.
[2] Ibidem.

dos que o perigo proximo não desmaiava, repetiam pelo acampamento advertencias e exhortações accommodadas á occasião, pintando a guerra como santa e só emprehendida para maior glorificação da fé, e annunciando aos que succumbissem a beatitude dos martyres coroados de palmas.

Entre os mouros os cacizes *(fakhires)* prégavam tambem com igual vehemencia, proclamando a bemaventurança dos que morressem, pelejando em defeza do islam e da patria invadida, e ateiando no animo mudavel e feroz das tribus bereberes e kabylas o odio inextinguivel de seita e de raça, que os tornava implacaveis inimigos do nome christão [1].

Mas os exercicios espirituaes da ultima hora, e as vigilias devotas, com que o temor da perdição decepava no campo de el-rei a muitos dos que haviam de pôr depois as lanças mais rijo no peito dos infieis, não domavam a soberba, a ira, a vaidade e os costumes dissolutos, lepra incuravel, de que a maior parte se contaminára nas delicias da côrte, nos circos e devassidões da Andaluzia, e ainda, já tão perto do castigo, nos banquetes, jogos e licenciosa conversação do alojamento de Arzilla [2].

Na manhã do dia, que havia de cobrir de luto a monarchia, discorrendo Aldana com o sargento mór dos castelhanos, assentaram em que o numero de arcabuzeiros, que deviam ter as fileiras da ala esquerda fosse de dezesete; mas depois de D. Luiz de Cordova o ter ordenado assim, chegou o capitão hespanhol, e fez tirar seis soldados de cada uma na presença de Christovão de Tavora.

Seguiu-se um conflicto, em que Francisco Aldana, met-

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. XIII.

[2] Manuscriptos da bibliotheca real — *Carta a um abbade da Beira.* — *Bibliophilo.* de julho e agosto de 1849.

tendo a mão á espada ameaçou o cavalleiro castelhano, que reprimindo a colera, só respondeu, que se não estivesse diante de um fidalgo portuguez, o havia de lançar do cavallo abaixo pela descortezia igualmente feita a ambos.

Cresceram as vozes, e talvez as armas decidissem a contenda, sem embargo dos esforços de Christovão de Tavora, se el-rei não acudisse, perguntando pela causa do alvoroço.

O sargento mór encostou-se então ao bastão, e replicou, que ali mesmo se demittia do cargo. Em logar de o convencer, D. Sebastião disse-lhe com sombrio aspecto que tomasse outra vez o bastão se não queria perder a cabeça, ajuntando palavras lisonjeiras em favor de Aldana, e ameaças contra D. Luiz [1].

Por outra parte D. Alonso de Agüilar não estava menos descontente, porque el-rei persistíra em mandar suppliciar um mancebo estimado, por haver acutilado um boi, repellindo todas as supplicas. Por isso divisando o monarcha junto do seu terço, quando estava para romper a batalha, exclamou para os soldados: «Apertae com os mouros como leões para que sua magestade veja, que não mereceis o modo por que vos tratou!»

Estes incidentes e muitos outros que fôra extenso referir, provam que os odios ferviam no peito de nacionaes e estrangeiros, e que a severa disciplina, alma dos grandes feitos, não vencia n'aquelle desditoso exercito as paixões do principe, nem os impetos e ousadias dos subditos [2].

O que não se desmentiu até ao ultimo instante foi o nobre e heroico orgulho dos verdadeiros representantes

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xiii.
[2] Ibidem.

da fidalguia portugueza. Se muitos por mancebos ignoravam a sciencia, que na guerra é a mestra das victorias, ao menos souberam caír como soldados, cobrindo com o corpo o posto, que vivos defenderam até o braço pender desfallecido.

O duque de Barcellos, ainda na adolescencia, montou a cavallo, querendo combater ao lado de seu tio D. Jaime, e foi preciso para o socegar que el-rei por ordem expressa o mandasse recolher ao seu coche. Outros, e sobretudo os validos, expiaram com o seu valor as culpas da leviandade, mettendo-se como leões raivosos pelas fileiras dos arabes não querendo sobreviver á infelicidade d'este dia.

Mesmo no momento, em que parecia não haver mais nada a decidir senão enristar a lança, e arrancar da espada, ainda um homem se não pôde conter, que não advertisse o perigo, vendo abalar tão luzidos esquadrões e buscarem a ultima ruina.

Fr. Estevão do Carmo, de quem D. Sebastião se confiava, no instante em que o exercito formado para a batalha ía deixar o seguro arraial, d'onde a salvo desafiava a immensa multidão dos mouros, descendo a expor-se em rasa campina em risco de elles o cercarem e destruirem, valendo-se da sua entrada com o soberano, ainda instou para que erro tão fatal se não commettesse; porém o neto de D. João III repelliu o conselho, e obrigou-o a emmudecer, redarguindo: «que se desenganasse, porque não passára á Barberia para conquistar Larache, mas para se ver em peleja com Muley Moluk!» [1]

Mas se do lado de el-rei tudo eram desacertos e precipitações, da parte de Abd-el-Melek as ordens foram di-

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xiv.

ctadas com a prudencia e serenidade de um capitão consummado.

Escolhendo a posição militar, que julgou mais opportuna, correu-a com um lance de olhos seguro, e não desprezou nenhuma das circumstancias, que podiam ajuda-lo a vencer.

Assentado o seu campo em sitio fronteiro ao caminho que o exercito christão havia de seguir para se encontrar com elle, occupou uma pequena elevação, que se erguia no meio da planicie, e embuscou atraz d'ella um troço consideravel de suas tropas.

Apesar de pouco elevado, este accidente de terreno preenchia perfeitamente o fim, que Muley Moluk se propozera, escolhendo-o.

Alem de disfarçar á sombra d'elle as forças mais proximas das nossas, deixando sómente á vista as que ao longe se divisavam, olhando por cima da collina, e as dos flancos, que deviam romper por uma e outra ala em fórma de crescente, sabia que inutilisava assim quasi inteiramente os tiros dos canhões portuguezes, que disparados sem pontarias claras por força haviam de embaçar nos lombos do outeiro, sem offenderem o grosso dos esquadrões infieis abrigados com elle.

Não contente com esta primeira vantagem, ainda procurou outra maior, assestando na corôa do cabeço a sua artilheria, encoberta com ramadas dispostas por tal arte, que figuravam mouteiras nascidas na mesma terra [1].

Muley Abd-el-Melek, pelas rasões, que expozemos, desejava a batalha, mas não a esperava, custando-lhe a crer que os inimigos commettessem o erro de desamparar o

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xiv.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. iv, liv. ii, cap. xv.

posto, em que se achavam, com o fosso natural dos rios diante de si, e baixassem aos plainos para se metterem com tanta desigualdade nas pontas das lanças da multidão, que os aguardava.

Sentindo que o frio do sepulchro já começava a paralysar-lhe os membros, e tão proximo da hora suprema, em que o espirito está por instantes a desprender-se, talvez que a sua maior angustia fosse o receio da subversão, que havia de rebentar apenas elle cerrasse as palpebras, não ignorando, que a luta civil travada sobre o seu cadaver daria o rebate da perda do chefe ao Scherif e aos mouros, que o preferiam, muito mais numerosos no seu campo, do que no contrario [1].

O kaid Jossuf foi o que primeiro correu a trazer-lhe a noticia, de que D. Sebastião com todo o seu poder, marchava contra elle. A esta voz, que dispertava na sua alma a ultima esperança, que o podia ligar á vida, por um esforço heroico os brios de soldado afugentaram por momentos do seu rosto as sombras da morte, e quasi resuscitado o jubilo reanimou-lhe o semblante [2].

Chamando os alcaides, de quem se confiava, mandou que sem demora se levantasse o arraial, e que os mouros se preparassem para a peleja na ordem, que tinha sido apontada. Ao mesmo passo ordenou, que avisassem a Muley Ahmed, seu irmão, para se collocar á testa da vanguarda, e se não mover até elle chegar.

Advertiu a Gahia, um dos seus capitães, que não perdesse tempo, e com a gente para isso designada, enco-

[1] Vidè fr. Bernardo da Cruz, Barbosa, D. João de Castro, e os outros auctores citados.

[2] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. XIV. — Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião,* part. IV, liv. II, cap. XV.

brindo-se por entre o rio e a rectaguarda christã, caísse sôbre ella de golpe, óperando o movimento, que havia concebido na idéa de distrahir a attenção e as forças dos portuguezes [1].

Em obediencia áquella firme vontade, que zombava das proprias dores, Abraham Sufian, kaid de Alcacer Kibir, galopava á redea larga com a cavallaria, e rodeava por todos os lados os christãos, para os apertar em um cinto de lanças, e os consumir a pouco e pouco, refreando-lhes a conhecida impetuosidade do primeiro acommettimento, e não os deixando respirar, até que desmaiados e rendidos entregassem as armas, proclamando a fortuna do vencedor [2].

Apesar da prostração, em que se achava, conhecendo que a presença do principe nas occasiões extremas vale tanto como um poderoso exercito, Abd-el-Melek montou a cavallo, o que havia muitos dias não tentava, e saíu do seu pavilhão pelas nove horas da manhã, vestindo uma frigia de damasco escarlate com mangas de veludo verde recamadas, ao uso da Turquia, turbante na cabeça, e alfange cingido.

Trazia na mão uma ligeira maça de aço, e o seu corsel russo escuro vinha ornado de mochila de veludo verde, com uma borjoleta chamada pelos mouros carabá no arção da sella, no qual, á maneira dos cavalleiros do deserto, guardava ferraduras, cravos e martello [3].

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xiv.—D. João de Castro—*Segundo apparecimento*—Manuscripto da bibliotheca nacional, cap. vi.

[2] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xiv.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. iv, liv. ii, cap. xv.

[3] Ibidem.

Eram os mesmos trajos, segundo se affirmava, com que entrára em Africa e ganhára as batalhas, que lhe tinham firmado a corôa na cabeça.

Como symbolo da suprema dignidade levava diante de si alçado um pavilhão pequeno de brocado vermelho, rodeando-se de cincoenta officiaes turcos todos do seu serviço. A guarda ordinaria, composta de duzentos renegados, escopeteiros e alabardeiros, fechava o cortejo.

Antes de se afastar das tendas, Muley Moluk, sempre advertido, incumbiu a Hacem, renegado genovez, e um dos seus capitães estimados, a segurança do campo, que não quiz mandar levantar do sitio, em que fôra primeiro assentado, para não distrahir da peleja os cuidados dos seus, e para não embaraçar as manobras com a defeza das bagagens e pavilhões de tão grande alojamento [1].

Ao seu lado íam dois fanaticos marabutos, soltando a espaços gritos e exclamações para animarem os mouros, que respondiam com alaridos bellicosos. Foi assim, que elle correu todas as linhas do exercito já formado para combater. Recebido entre acclamações, por toda a parte, verificou pelos seus olhos a execução das ordens, que tinha expedido, e achando nos differentes corpos, alem do ardor guerreiro, a regularidade e a disciplina, em que fundava as melhores esperanças, tirou feliz presagio d'ellas para a luta, que estava a ponto de travar.

Era a primeira vez, que os mouros obedeciam a um general familiarisado com os segredos da guerra, e que a sua vontade esclarecida os obrigava a pelejarem com regularidade, auxiliando-se mutuamente, não pedindo a victoria á confusão tumultuosa de voluveis acommettimen-

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xiv.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. iv, liv. ii, cap. xv.

tos, em que mais facilmente encontravam a quéda do que o triumpho [1].

Na Barberia o nervo das forças alistadas para a defeza, ou para a aggressão, consistia nas tropas que venciam soldo na paz e na guerra, chamadas *al-magazeni*, e recrutadas em quatro classes distinctas, os elches ou renegados, os andaluzes, os azuagos, e os gazues, todos escopeteiros, e reciprocamente ciosos da fama e valentia uns dos outros.

Desprezando as invejas e inimizades, que inspiravam os elches, Muley Moluk reputava-os com rasão como os seus melhores soldados, servindo-se dos mais habeis para lhes entregar os postos e commandos arriscados, e guiando-se pelo parecer d'aquelles que tinha elevado na proporção dos merecimentos [2].

A isto se deveu ser a ordem da batalha determinada ao uso da Europa, e não ao modo africano, o que os christãos não esperavam, e o que foi uma das causas da sua ruina.

Pelo mesmo motivo ordenou Abd-el-Melek, que os gazues e andaluzes, de quem se não confiava muito nas armas, formassem a vanguarda, e que os renegados e azuagos, inimigos capitaes de ambos, marchassem logo nas costas d'elles para os forçarem a não virarem o rosto, se repellidos e desbaratados procurassem a salvação na fuga, segundo costumavam.

Seguiam-se a estas linhas de gente firme e deliberada, os bereberes e kabylas, montanhezes ferozes e indomitos, que o menor revez desalentava, mas que nenhum escru-

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. xv.

[2] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. xiv.—Barbosa Machado—*Memorias de D. Sebastião,* part. iv, liv. ii, cap. xv.

pulo de honra, ou de brio podia ligar ás bandeiras derrotadas [1].

No centro, em uma praça de quarenta passos quadrados, rodeado dos homens da sua guarda, e com as caudas de cavallo diante de si á moda turca, no meio de doze estandartes de varias cores, ía Muley Moluk, pallido, prostrado, mas revelando nos olhos a invencivel resolução do seu grande espirito. Os anafis, chapas, e outros instrumentos militares uniam-se ás vozes dos soldados em brava alegria, enchendo de estrepito e de ameaças guerreiras aquellas extensas varzeas.

Na outra parte do exercito, que vinha depois, viam-se differençadas por linhas razas as numerosas tribus arabes, que tinham acudido á convocação da guerra santa, e que inflammadas em odió contra os invasores, faziam resoar ao longe os seus clamores selvagens [2].

A fórma, em que esta immensa multidão se adiantava, era a semi-lunar, galopando em cada ponta do crescente dez mil cavalleiros arabes. Na frente da vanguarda outros mouros de cavallo em fileiras de quinze e de vinte manobravam em fórma de cadeia, cruzando as corridas, como nas fantasias, simulacros das verdadeiras lutas, e escolhidos para serem os primeiros, què embebessem o ferro nos terços catholicos [3].

Por fóra dos corpos assim ordenados o resto dos mouros desfilava á redea larga por ambas as alas diante da gente de pé, movendo-se á vontade, e sem posição regular. Entretanto, a despeito da confusão apparente, obede-

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. XIV. — Barbosa — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XV.

[2] Ibidem.

[3] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. XIV.

ciam todos ao pensamento do chefe; e por mais caprichosas e desordenadas que parecessem as suas evoluções, parecia claro, que tendiam a executar o plano geral, que era fechar em um circulo de lanças os esquadrões christãos formados em ordem quadrada [1].

Antes de se dar o ultimo signal, e de os dois exercitos arrancarem um contra o outro, tanto D. Sebastião, como Abd-el-Melek pronunciaram algumas palavras para estimularem o animo dos combatentes.

O principe christão, depois de encarecer a gloria d'aquelle dia, como se os louros da victoria enramassem as armas portuguezas ennobrecidas pela conquista, percorreu a cavallo todos os esquadrões, pintando-se-lhe no semblante o jubilo com que via emfim chegada a hora por que tanto suspirára [2].

Muley Moluk, ao qual a enfermidade de momento para momento quebrantava as forças, conhecendo que ellas se lhe negavam para o ultimo esforço, que era pelejar ao lado dos seus cavalleiros, chamou-os junto de si, e em phrases concisas e proprias de um caracter, em que a acção e a prudencia se combinavam com tanto vigor, lembrou-lhes, que pendia do seu braço e decisão n'aquelle instante a salvação da fé musulmana e a independencia da terra natal, magoando-se com elles, porque não podia ser seu companheiro no conflicto, que brevemente se havia de ferir [3].

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xiv.—D. João de Castro—*Segundo apparecimento.*—Manuscripto da bibliotheca nacional, cap. vi.

[2] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xvii.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. iv, liv. ii, cap. xvi.

[3] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xvii.

Vendo-o resignado com a sorte, que o esperava, e só occupado de vencer, para os libertar da sujeição do estrangeiro, os alcaides saíram da sua presença com os olhos banhados de lagrimas, e o coração animado dos mais nobres impulsos, e juraram trazer-lhe a victoria á cama.

O seu enthusiasmo communicou-se rapidamente ás tropas. Dentro em pouco o odio contra o Scherif cresceu e exacerbou-se a ponto, que se principiou a divulgar como voz geral que elle se fizera christão, e que o rei de Portugal, a quem vendêra a patria e a religião de seus paes, tinha prescripto aos seus soldados, que não perdoassem a vida a nenhum renegado.

Não foi preciso mais. Os mouros tirando a espada, atiraram a baînha para longe, julgando a batalha sem quartel [1].

Os dois exercitos achavam-se um defronte do outro, e a planicie era tão extensa, que se perdia por ella a vista.

Os mouros parecia esperarem firmes o encontro; e os christãos, adiantando-se, diminuiam rapidamente a distancia.

D. Sebastião, acompanhado de Christovão de Tavora, que n'este dia não deixou o seu lado, de Luiz da Silva, e de Jorge Tello, a quem tinha confiado o estandarte real, galopando para a vanguarda, seguido de mais alguns cavalleiros, e avistando d'ahi a multidão innumeravel dos infieis, contemplou-a sereno, e sem mostrar no rosto alteração [2].

—Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXV.

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XVII. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXV.

[2] Ibidem.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIV.

A este tempo os arabes de cavallo já começavam a apertar o cêrco em volta de nossas tropas, e os mais impacientes rompiam a peleja, mas de leve, com os terços de D. Miguel de Noronha e de Francisco de Tavora, na rectaguarda.

No instante, em que assim se feriam os primeiros golpes, o scheik Mustaphá, general das bombardas de Muley Moluk, deu de repente um estrepitoso rebate, disparando a artilheria contra os esquadrões catholicos [1].

O espectaculo guerreiro, que então offerecia o campo, e o ardor de decidir por uma grande victoria os destinos da luta, deslumbrou o rei moço e arrebatado, acabando de o desvairar.

Assumindo o commando no momento, em que tantas responsabilidades pesavam sobre elle, concentrou em suas mãos a suprema direcção, correndo as fileiras, e advertindo os capitães, para que nenhum accommettesse os inimigos sem expressa ordem sua. Os principaes a quem o recommendou com instancia, ameaçando-os com o maior desagrado se desobedecessem, foram D. Duarte de Menezes, e o duque de Aveiro. Logo depois, visitando os differentes corpos, desde o terço dos aventureiros até ás ultimas linhas dos soldados bisonhos, alistados no reino, repetiu a todos a fatal intimação, que se tornou depois uma das causas da derrota [2].

Caminhava-se com tão pouco acerto n'esta guerra, que só quando os nossos se approximaram da collina, em que a artilheria estava embuscada, ao accenderem-se as bôcas

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. xvii. —Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião,* cap. lxvi.

[2] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. xvii. —Jeronymo de Mendonça —*Jornada de Africa,* cap. vi.

de vinte e quatro canhões, é que os christãos conheceram a cilada, e sobresaltados, perderam mais do que a cega confiança, que os animava.

No meio do estrondo e do fumo dos tiros a nossa artilheria, que vinha ainda nas carretas, mal servida, e peior guardada, preparou-se para responder; mas na incerteza e confusão, que se apoderaram logo de todos, pouco effeito produziu.

Então o hespanhol Aldana, vendo hesitar e desordenar-se este punhado de homens no meio das ondas de innumeraveis inimigos, acudiu aonde estava o principe, e desconfiado do exito, exclamou sem occultar a sua perturbação, que não se demorasse ali, e com a melhor cavallaria procurasse pôr-se em salvo, acrescentando em voz baixa, que, segundo observava, nenhum dos que ficassem escaparia!

D. Sebastião, apesar da triste prophecia do velho capitão, não estremeceu, nem manifestou temor. General perplexo e indeciso, como cavalleiro media com olhos firmes a immensa multidão, que o rodeava, e na sua viva fé ainda esperava com exaltação que Deus obraria o milagre, concedendo-lhe a victoria.

Ouvindo as palavras do antigo soldado, voltou-se para elle com a serenidade, com que escutaria uma boa nova, e perguntou-lhe a rasão de tão grandes receios. A resposta, por mais incredulo que a desgraça o encontrasse, devia convence-lo, de que o orgulho foi sempre o peior dos conselheiros.

«Vede o nosso estado, redarguiu o castelhano; reparae no alvoroto e na confusão, que levantam os primeiros tiros. O que será d'este exercito, que se inquieta com as balas de alguns canhões, quando tiver sobre si as lanças e os mosquetes de tantos infieis? Recuando romperá as

linhas, e embaraçados uns com os outros até ás bagagens, cairão todos quasi sem defeza em poder dos barbaros. »[1]

Entretanto a bateria dos mouros continuava as descargas, e os pelouros certeiros principiavam a alcançar os mais proximos nos esquadrões catholicos. Para despertar o principe da irresolução, que parecia enleia-lo, foi preciso que Bernardim Ribeiro Pacheco bradasse da vanguarda, que se mandasse arremetter para não morrerem inutilmente, e que Jorge de Albuquerque Coelho repetisse com a mesma liberdade, que não quizessem que a artilheria acabasse de pôr tudo em desordem.

Acordando a estas vozes, e vendo abaixar os piques aos aventureiros, D. Sebastião decidiu-se finalmente, e declarou a batalha, mandando tocar a Ave Maria. O padre Alexandre de Matos, da companhia de Jesus, arvorou o crucifixo, e á sua vista a infanteria, prostrando-se, e os cavalleiros, inclinando-se reverentes, compozeram um quadro bellicoso, avivado ainda pelo trovejar dos canhões e pelo sibilar das balas, varrendo as fileiras, e derrubando homens e cavallos[2].

Mas a ordem de se não acommetter sem aviso de elrei paralysou os brios, cortando a unidade dos movimentos, e quebrando o vigor do esforço commum.

Emquanto alguns dos corpos mais visinhos do monarcha rompiam a peleja, o maior numero ardendo em ira e cheio de desesperação pedia que o deixassem combater, porque via fugir o momento de assegurar talvez o successo.

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xvii.—Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. iv, liv. ii, cap. xvi.

[2] Ibidem.

Se todos marchassem a um tempo com impulso combinado é possivel que o terror da primeira investida arrojasse os inimigos, e que rotos os arabes até ao centro das suas batalhas, e colhidos de subito pela noticia da perda de Abd-el-Melek, primeiro o susto, e depois o desalento, lhes tirassem das mãos a victoria, que desde o principio tinham reputado sua [1].

El-rei, dando o signal de arremetter, esqueceu o officio de capitão para só obedecer aos instinctos de cavalleiro.

Logo depois, o duque de Aveiro por uma parte, e D. Duarte de Menezes com o Scherif pela outra, imitaram o seu exemplo.

Militava com elles a mais valente cavallaria de Hespanha. Bem armada, apesar de pouca, e lutando diante do monarcha e dos maiores fidalgos, não ignorava que das suas lanças é que pendia n'esta hora a sorte e a gloria da peleja.

Foi tal o impeto da terrivel carga, que os esquadrões dos mouros, rotos e desordenados, alargavam diante dos nossos espaçosas ruas, alagadas de sangue, e alastradas de cadaveres.

Não podendo soffrer o encontro dos portuguezes, os arabes, atiradores de pé, refugiaram-se no meio dos de cavallo, augmentando a confusão.

Por todos os lados por onde os christãos abriam caminho, já se não viam senão tropeis de barbaros, dando as costas, cortados de terror [2].

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xvii. —Miguel Leitão de Andrada—*Miscellanea*, dialogo vii.

[2] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xviii. —Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. iv, liv. ii, cap. xvi.

No meio da multidão de andaluzes e azuagos, e das nuvens espessas de espingardeiros a pé e nos ginetes, lançados na frente em linhas tortuosas, agora travadas, logo partidas, ou dispersas, era formoso contemplar aquelle punhado de christãos, cobertos de luzentes armas, investindo como leões, rasgando as fileiras cerradas, e obrigando o maior numero, espantado com o peso dos seus golpes, a virar o rosto, e a salvar-se á redea larga.

Se este primeiro e victorioso acommettimento fosse acompanhado, e se todos os terços se abalassem com igual vigor, talvez que fosse diverso o resultado da batalha; mas ligados ao seu posto pelas ordens do principe, os mais aguerridos corpos assistiam impacientes e como simplices espectadores ás proezas dos que pelejavam [1].

No momento em que el-rei, o duque, e D. Duarte, cortavam em troços o cinto de ferro, que os estreitava, quando os barbaros já vacillavam diante da sua espada, o terço dos aventureiros, cansado de esperar pelo signal da luta, não attendendo a saber se era coadjuvado pelos tudescos, e pelos italianos e castelhanos, unidas as fileiras, feriu nos mouros com tão brava furia, que, arrancando-os do primeiro impulso nas pontas dos piques, os levou adiante de si por largo espaço, emquanto a arcabuzeria de Tanger, repartida em mangas pelas duas alas, apressava a derrota, semeando a morte nas confundidas linhas dos arabes [2].

Ás acclamações de victoria, com que uns annunciavam aos outros o feliz principio, respondiam os clamores dos

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. xvii. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião,* cap. lxvi.

[2] Miguel Leitão de Andrade — *Miscellanea,* dialogo vii. — Jeronymo de Mendonça — *Jornada de Africa,* cap. vi.

que recuavam assombrados com as gentilezas obradas pelas armas portuguezas.

Adiantando-se com tão boa nova de si, e com este ardor de esperança, os aventureiros chegaram quasi á collina, d'onde a artilheria dos infieis estreiára a batalha, e quasi sobre as peças estiveram a ponto de as conquistar, se uma voz de desalento lhes não refreasse repentinamente o arrojo.

O centro do exercito infiel, abrindo-se aos golpes da cavallaria de el-rei, e ao ferro das lanças dos soldados, deixou penetrar os aventureiros tanto adiante, que os seus arcabuzes alcançavam com os pelouros a liteira, em que Abd-el-Melek era transportado.

Reanimado pelo ruido do combate, pelos alaridos dos que se revolviam cheios de temor, e pelo alvoroço da peleja, travada a tão curta distancia que distinctamente se divisavam uns aos outros christãos e mouros, Muley Moluk, com heroico esforço, calando a dor e enganando a morte, montou a cavallo, e com o alfange em punho quiz ao menos antes de os cerrar para sempre, que os seus olhos vissem ainda n'este rasgo final a imagem da sua passada existencia. Mas o derradeiro sacrificio, superior ás forças, acabou de lh'as consumir. A voz gelou-se-lhe nos labios; o braço descaíu inerte; a espada escapou á mão frouxa e destendida, e a vida desprendeu-se n'este derradeiro e fugaz relampago com a alma indignada do rei, cujo berço fôra o campo de batalha, e cujo ultimo leito deviam ser os louros da victoria, ceifados tambem no mesmo campo aonde ganhára a corôa, e antes d'ella a gloria e o nome de capitão [1].

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXIX. — Jeronymo de Mendonça — *Jornada de Africa*, cap. VI.

Alguns dos christãos, que íam na vanguarda do terço, chegaram a descobrir o vulto de Abd-el-Melek no momento, em que desfallecido caía moribundo nos braços dos alcaides. Não faltou mesmo quem attribuisse a sua rapida quéda a um tiro casual, mas feliz, dos arcabuzeiros de Tanger, já a esta hora muito proximos do principe musulmano [1].

Seja o que for, é provavel que as cousas corressem muito mais prosperas, se aproveitado o lanço, todos os nossos, proclamando-se vencedores, e igualando os primeiros combatentes, apertassem com os arabes, que fugiam pela planicie diante da cavallaria e dos aventureiros.

A fortuna, porém, só mostrou sorrir-se para nos tornar o castigo mais aspero.

No meio da impetuosidade e do jubilo, com que os soldados catholicos, quasi certos da victoria, corriam sobre os infieis, desbaratando-os, a voz de Pero Lopes, que servia de capitão do terço, mudou em um instante o aspecto da batalha [2].

Parecendo-lhe que os seus se entranhavam de mais pelas fileiras contrarias, deteve-os mal advertido, quando devia estimula-los, e com o grito de retirar, lançado sem reflexão, converteu em revez o que já se ía declarando successo confirmado.

Outra voz, que nunca se soube de quem partíra, suspendia quasi ao mesmo tempo no meio do triumpho os ginetes de el-rei e do duque de Aveiro na occasião, em que pela outra parte entestavam tambem com a collina, em que

[1] Miguel Leitão de Andrada—*Miscellanea,* dialogo VII.—Bayão —*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. V, cap. XVII.

[2] Miguel Leitão de Andrada—*Miscellanea,* dialogo VII.—Jeronymo de Mendonça—*Jornada de Africa,* cap. VI.

os canhões dos mouros mal se defendiam dos assaltos da infanteria [1].

Foi aonde tudo começou a perder-se.

Com a ordem de retirar, dada fóra de proposito aos aventureiros por Pero Lopes, os mais adiantados estacaram, e os outros, applacado o impeto, lançaram a vista em redor de si, e conheceram que se achavam sós no meio dos infieis, porque até o proprio terço, a que pertenciam, os não seguíra todo.

Os mouros, segundo o uso, apenas poderam respirar, soccorridos pelas reservas dispostas por Abd-el-Melek, recobraram-se do terror, e tornando atraz com a ira de haverem despejado o campo a tão poucos inimigos, renovaram o combate, e em um momento alastraram de feridos e de mortos o terreno disputado pelas fileiras dos temerarios, que adiantando-se com juvenil intrepidez, não souberam retirar-se depois com a firmeza de soldados velhos [2].

O oscillar dos piques denunciou aos arabes a desordem que reinava nas fileiras dos portuguezes, e valendo-se dos escopeteiros, para se não arriscarem de perto, derrubavam a salvo linhas inteiras até acabarem de destruir o valoroso corpo, que a audacia tinha levado ao centro d'elles para succumbir, não sem louvor, com metade do triumpho quasi nas mãos.

O quadro, que a batalha apresentava n'esta parte, era para commover os mais endurecidos.

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. XVII. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXVI.

[2] Jeronymo de Mendonça — *Jornada de Africa*, cap. VI. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLVI.

Emquanto os mais ousados dos aventureiros se mettiam embravecidos por entre selvas de lanças, querendo morrer vingados, os outros, feridos dos tiros, caíam amaldiçoando a má fortuna, que os offerecia aos golpes dos contrarios, mais como victimas, do que como soldados.

Em sitios era já tanto o sangue, que dava pelo artelho; o chão estava coberto de cadaveres; homens e cavallos uns sobre outros; mortos por cima de vivos; christãos e mouros abraçados, chorando e expirando, uns prostrados sobre a artilheria, outros decepados debaixo dos corseis, e de todos os lados lagrimas, gritos de furia, lamentos e estrepito.

O sol de Africa allumiava com os seus esplendores o terrivel painel; e à sêde, ainda mais atroz do que a dor das feridas, e do que as maguas do desastre, exacerbava as maguas dos que agonisavam saudosos da patria, que viam submergida com elles no espantoso desastre [1].

N'esta hora malfadada, asseveram testemunhas contemporaneas, era a calma tanta, o pó e o fumo tão densos, e os clamores e a confusão tão geraes, que retratavam ao vivo os maiores horrores, que a imaginação podesse conceber.

Os mouros, reanimados e atrevidos com o numero, atroavam com alaridos a terra, que tremia sob o impetuoso galope de tantos mil cavallos. Em um instante vanguarda, centro, alas, e rectaguarda do exercito christão, tudo se achou envolvido, roto e baralhado, chegando o aperto dos inimigos a ser tão forte, que não dava logar nem para se alçar o braço.

Em menos de uma hora, quem abrisse os olhos depois

[1] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira* — *Bibliophilo* de agosto de 1849.

de os ter cerrado no começo da luta (porque a batalha não durou mais, e o que se prolongou foram os incidentes da derrota), veria os nossos cortados, as suas linhas confundidas, soldados e cavalleiros em magotes rodeados de barbaros, e dentro em pouco todos mortos, feridos ou captivos [1].

O monarcha remiu como guerreiro os erros do caracter e da inexperiencia, praticando feitos dignos da grande memoria, que deixou. Os maiores fidalgos eram desarmados e quasi levados de rastos como escravos por tropeis de alarves cubiçosos, que disputando entre si a presa, cobriam de escarneos e injurias os desditosos, que a sorte lhes entregára. Ao declinar da tarde já faltavam cordas para atar as mãos a fidalgos e a cavalleiros [2].

O revez caíu tão rapido como fôra antecipada a esperança.

Os terços dos tudescos, castelhanos e italianos, em cuja ouvada valentia se fundava o nervo principal do exercito, carregados de pesadas armas, e desordenados pela retirada dos aventureiros, em um instante viram as suas fileiras cruzadas pelos arabes, e eram consumidos a distancia pelas descargas dos escopeteiros; por fim pereceram quasi sem defeza ás mãos dos renegados, que ás ordens de Hamed Lataba não cessavam de os acommetter, ardendo em odio e em sede de vingança.

Por maior infelicidade, quando cavalleiros e infantes destroçados mais combatiam já para se salvarem, do que na idéa de restaurarem a batalha, ateou-se o fogo em um dos carros de polvora, e vóaram aos ares entre chammas, homens, carretas e arremessos com estrondosa violencia,

[1] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira — Bibliophilo* de agosto de 1849.

[2] Ibidem.

ferindo e esmagando depois na quéda a tudo o que encontravam[1].

Apenas a luta principiou a inclinar-se para o lado dos infieis, D. Sebastião, que percorria o campo ao acaso, esquecido da obrigação de rei e de capitão no ardor com que procurava os mais fortes esquadrões contrarios, manifestou desde logo o desejo de não sobreviver á perda de todas as suas esperanças.

Na segunda investida, em que obrou proezas admiradas por quantos o seguiam, o duque de Aveiro caíu trespassado no meio dos mouros, e D. Jaime de Bragança, D. João de Mendonça, e outros cavalleiros, succumbiam pouco depois do mesmo modo, vendendo caro o sangue derramado[2].

A este tempo já todos pelejavam só com a mente na desesperada empreza de defenderem el-rei, abrindo-lhe caminho para se recolher a Tanger, ou a Arzilla.

O prior do Crato, D. Antonio, filho do infante D. Luiz, despindo as armas retalhadas pelo alfange dos infieis ficou a pé ameaçado pelas turbas, que depois o captivaram. N'este estado ainda apontava ao monarcha um sitio menos guardado por onde fôra facil talvez romper, evitando a ultima ruina, que, perdido o mais, era então a sua morte[3].

No meio de trances tão crueis nunca el-rei se mostrou inferior ao que pedia a dignidade real e o invencivel esforço de um grande coração.

Se já tarde para o arrependimento conheceu a illusão dos seus devaneios, e recebeu o triste desengano das te-

[1] Baião—*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. xviii.

[2] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião,* cap. lxx.—Jeronymo de Mendonça—*Jornada de Africa,* cap. vi.

[3] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. xix.

meridades, expiou ao menos como soldado e martyr as faltas de soberano e de general.

Assistindo á immensa tragedia, que sepultou em tão curto espaço com a flor das tropas a sua corôa e a monarchia, nem um instante desmentiu a generosa indole, de que nascêra dotado, e que em melhores tempos faria d'elle um grande principe.

Escutando silencioso as supplicas dos que em tão apurado extremo lhe pediam que poupasse ao reino o luto e as amarguras da orphandade, e vagando seguido dos amigos mais fieis, de cada vez que se arrostava com os mouros, deixava profundamente gravado no seu estrago o sentimento, que o impellia [1].

Em uma d'estas lutas, a cada momento renovadas, em que desafiára a morte com a serenidade de quem só d'ella esperava o remedio, houvera de certo obtido o eterno socego no centro dos esquadrões musulmanos, se D. Francisco Mascarenhas, D. Francisco de Portugal, Bernardim de Tavora, Christovão de Moura, e outros cavalleiros que o acompanhavam, não rebatessem com as lanças os assaltos dos barbaros, que a victoria embravecia [2].

Mais adiante, rogando-lhe enternecido D. Francisco Mascarenhas, que se rendesse, e instando D. João de Portugal, que não lhes restava senão morrerem, o monarcha redarguiu inalteravel: «Morrer sim, mas de vagar.» [3]

Foi ahi mesmo que D. João recebeu na ultima refrega

[1] Fr. Bernardo da Cruz—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, cap. LXIV.

[2] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XVII.

[3] Ibidem.—Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XX.

a cutilada, que lhe cortou o beiço, e que Vasco da Silveira, cujos prudentes conselhos tinham sido desattendidos em Arzilla, adormeceu do derradeiro somno do soldadó, despedaçado de feridas, e procurando ainda cobrir com o cadaver o corpo do rei, que defendeu até se lhe esvair o sangue.

Em presença de tão afflictivo espectaculo, Christovão de Tavora, banhado em lagrimas, lançou-se aos pés de D. Sebastião, exclamando: «E agora, que remedio teremos, senhor?» «O do céu, se nossas obras o merecerem», replicou o principe com a mesma inteireza [1].

Apesar da sua resistencia, o valído, persistindo em o salvar a todo o custo, acenou com o lenço a um turco, que parecia nobre, e preferindo ver el-rei captivo a vê-lo morto, pediu-lhe quasi de joelhos a espada para a entregar aos vencedores; mas elle repellindo-o, e recusando com altivez, respondeu-lhe: «A liberdade real só ha de perder-se com a vida.» [2]

Foram as ultimas palavras. Ouvindo-as os cavalleiros arremetteram contra os infieis; D. Sebastião seguiu-os e desappareceu aos olhos de todos envolto na multidão, deixando, como affirma um escriptor, a posteridade duvidosa ácerca do seu verdadeiro fim [3].

O que tornou a derrota ainda mais completa foi a fatal resolução tomada em Lisboa, como notámos, de formar só de infanteria a principal força do exercito, e de oppor aos rapidos ginetes de Muley Moluk as pesadas

[1] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XVII. — Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XX.

[2] Barbosa Machado—*Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XVII.

[3] Ibidem.

fileiras dos terços estrangeiros, atraz dos quaes haviam de pelejar as tropas bisonhas recrutadas no reino, e compostas de homens constrangidos e arrancados á charrua e á lavoura [1].

Se bons esquadrões, exercitados na milicia apropriada ao systema de guerra, que se emprehendia, acompanhassem o monárcha n'este dia, roto o centro do exercito de Abd-el-Melek pelos aventureiros e pela cavallaria de el-rei e do duque de Aveiro, é provavel que a victoria fosse confirmada em todos os pontos, seguindo-se o alcance aos mouros, sobretudo se os diversos córpos acommettessem a um tempo.

D'esta maneira, roto o cerco que apertava os nossos por todos os lados, e assaltado o acompamento arabe no primeiro impulso, a immensa multidão dos infieis acharia no proprio numero o maior obstaculo para tornar a reunir-se e a restabelecer o combate.

Cortados e dispersos, o terror panico incutido pela investida triumphante dos christãos, a par da noticia da morte do seu chefe, daria azas para fugir aos que tudo reputaram perdido, quando viram sobre si as lanças dos portuguezes; e estes inebriados pelo ardor da peleja, e pelos clamores da victoria, ganhas as bandeiras de Muley Moluk, e hasteada a cabeça do principe musulmano como trophéu e penhor do vencimento, teriam varrido talvez como enxames endoudecidos os bandos de infieis, tão promptos em arremetter, quando o successo os convidava, como faceis de desanimar, se a espada dos fronteiros lhes retalhasse as costas [2].

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xvii.—Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. lxvi.

[2] Miguel Leitão de Andrada—*Miscellanea*, dialogo vii.

Infelizmente tudo saíu ao contrario.

A cavallaria, pouca, apesar de esforçada, por maior desgraça dividiu-se com os olhos na salvação do monarcha. Os soldados mais resolutos, prostrados na primeira aggressão, deixaram espaço ás reservas dos mouros para soccorrerem os que se retiravam destroçados, gastando com o fogo dos espingardeiros de cavallo as linhas da aguerrida infanteria castelhana e tudesca, cujo encontro seria de certo irresistivel em um campo, aonde os inimigos esperassem os seus golpes, mas que teve de succumbir inutil e quasi indefeza aos tiros, que a destruiram de longe, sem ao menos lhe concederem o triste prazer de acabar vingada.

Por cumulo de males, no momento em que a nossa cavallaria recuava, cedendo ás ondas dos contrarios, que de instante para instante recresciam; quando as fileiras dos velhos soldados de Castella, de Italia e de Allemanha se rompiam desordenadas pela retirada dos aventureiros, que vinham refugiar-se no seio d'ellas, acossados pelos renegados e pela flor dos mouros de Abd-el-Melek; quando já da rectaguarda ás alas, e d'estas ao centro, se não ouvia senão a mesma voz de desalento, e se não via senão estrago e confusão; finalmente, quando a derrota dos christãos começou a ser visivel e inevitavel, os bandos dos alarves, que do alto dos visinhos montes espreitavam o exito do combate para cevarem a cubiça nos vencidos, estimulados pelos brados ferozes dos infieis, proclamando a victoria desceram como torrente impetuosa sobre o campo, e em tropeis, similhantes a aves carniceiras, consummaram a ruina dos nossos, sobretudo a dos terços de Vasco da Silveira, de D. Miguel de Noronha, e de Diogo Lopes de Sequeira, que observando o modo, por que eram desbaratadas as tropas estrangeiras, facil-

mente se deixaram entrar, encobrindo-se com as carretas, e esquivando-se atraz das bagagens aos tiros e lançadas dos inimigos.

O terço de Francisco de Tavora, apesar de recrutado de gente bisonha como os outros, encerrava nas fileiras homens do Alemtejo e do Algarve, mais resolutos. Não se acovardando com o espectaculo do geral destroço, e fazendo rosto aos barbaros, soube castiga-los com tal denodo, reprimindo a ousadia dos que primeiro se approximaram, que disputado o terreno por largo espaço, só depois de opprimido pelo numero se rendeu [1].

O Scherif n'este dia resgatou a fraqueza, de que os emulos o accusavam.

Depois de lutar na frente dos seus trezentos cavalleiros como homem, que unicamente fiava da espada a ultima esperança, receiando caír vivo nas mãos dos contrarios, e vendo os terços christãos rodeados pelos mouros, que os desarmavam, os nossos soldados em magotes sem capitães nem ordem, detidos a cada passo e captivados, e tudo cheio de dor e desalento, deu costas á batalha, e foi-se recolhendo direito ao rio com a idéa de o passar a fim de buscar asylo nos muros de Tanger ou de Arzilla [2].

Cid Abd-el-Kerin, e Cid Amuz, que nunca o desampararam até ao ultimo suspiro, representaram-lhe o risco a que se expunha indo a corrente tão rapida, e precipitando-se ás aguas tão altas e furiosas; mas o desditoso principe, com a desesperação retratada no semblante, diz-se

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXVII.

[2] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XXI. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XLIX.

que os emmudeceu, redarguindo, que para achar occasião de morrer atravessaria ali, porque vencido tantas vezes já não tinha que esperar da vida.

De feito, mettendo o cavallo á ribeira, quasi ao tocar na margem opposta, afogou-se á vista dos alcaides, que fugiram d'aquelle sitio convencidos, de que Muley Hamed buscára no suicidio o termo de seus longos infortunios [1].

De D. Sebastião, com verdade, nunca se soube a maneira por que pereceu.

Uns, e é a versão castelhana, sustentam que alguem o vira caír e expirar, mas que o não affirmára por se reputar de grande desdouro ficar vivo um só cavalleiro no logar, em que o monarcha perdêra a existencia [2].

Outros, e são dos que se acharam na batalha, affirmam que ainda descobriram el-rei pelejando valorosamente; mas se houve quem o dissesse, nunca appareceu quem se atrevesse a confessar que o vira succumbir.

Alguns notaram, e de certo com fundamento, que nunca se pôde asseverar se o monarcha vadeára o rio, ou se afogára n'elle como o Scherif, ou se fôra morto antes, ou depois de o passar, porque ninguem tornou a vê-lo no ultimo desbarato, no momento, em que uma lança, talvez obscura, encerrou na flor da idade a carreira aventurosa do mancebo [3].

Os que, passados annos, apregoaram que elle escapára dos campos de Alcacer, e arrependido fizera voto de

[1] Vide Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXIX.

[2] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de las Españas*, liv. XII, cap. VIII.

[3] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. XXI.

humildade visitando encoberto a Palestina e diversos reinos, para darem á poetica lenda maior côr de verosimilhança, asseguraram que o neto de D. João III, depois de mudar por vezes de cavallo, e de fartar a espada no sangue dos mouros, tentára a derradeira entrada, embrenhando-se no mais cerrado dos esquadrões, e rompendo-os com admiravel valentia.

D'este lance em diante, que foi a corôa heroica de uma vida tão curta, e tão notavel pelos successos que a remataram, nunca mais houve quem dissesse que o víra saír ou captivar [1].

O cadaver, que certo escriptor nosso diz que fôra conduzido atravessado sobre um cavallo á tenda de Muley Hamed, e que alguns fidalgos reconheceram por ser o de el-rei D. Sebastião, achava-se tão desfigurado pela morte e pelos ultrajes, que seria difficil jurar com certeza, que fosse o do malfadado soberano [2].

Em todo o caso espessas trevas encobriram desde logo o tragico fim do rei de Portugal. No decorrer dos tempos, as esperanças dos mais impacientes contra o dominio hespanhol, appellando da oppressão estrangeira para os milagrosos auxilios de um poder maravilhoso, e dilatando a ardente crença da intervenção divina, invocavam nas horas de angustia, e para quebrarem os ferros, o nome d'aquelle mesmo, que tanto concorrêra para elles lhes ferirem os pulsos. A idéa, de que D. Sebastião sobrevivêra ao dia 4 de agosto, converteu-se quasi em fanatismo, e não faltaram victimas que assellassem com o sangue nos patibulos e nas lutas ci-

[1] D. João de Castro — *Segundo apparecimento.*— Manuscripto da bibliotheca nacional, tom. XX, cap. VI, pag. 49.

[2] Miguel Leitão de Andrada — *Miscellanea,* dialogo VII.

vis o testemunho, em muitos sincero, de que a corôa, caindo em Alcacer-Kibir do elmo do ultimo rei cavalleiro, não rolára aos pés de Filippe II vaga e coberta de luto [1].

Na mente d'esses crentes o filho do principe D. João, depois de expiar no exilio voluntario e nas austeridades da penitencia os erros da juventude, e as illusões do poder absoluto, regenerado e transformado, tornaria ainda a reinar, surgindo radioso e triumphante, como o anjo salvador, do meio da escuridão do captiveiro, e afugentando humilhados e vencidos os leões de Castella, cujas garras tinham empolgado o glorioso brazão das quinas, brazão ao qual Deus promettêra desde a fundação da monarchia que nunca ficaria sujeito de todo ao braço armado do estrangeiro! [1]

Este foi o desenlace das ousadas emprezas de um principe, que tantas bençãos e jubilos haviam saudado no berço.

Á batalha, que sepultou com elle a monarchia, não sobreviveu nenhum dos reis, que a pelejaram.

Abd-el-Melek expirou com o dedo sobre os labios, recommendando o silencio, vencedor de si e dos outros ainda depois da morte.

Muley Hamed encontrou nas aguas de uma torrente o descanso de uma existencia, que a desgraça rematou depois de tantos revezes, precipitando-o do fastigio das prosperidades.

D. Sebastião, condemnado a contemplar pelos proprios olhos o funesto resultado de suas temeridades, alcançou

[1] D. João de Castro — *Segundo apparecimento*.—Manuscripto da bibliotheca nacional, tom. x.

[2] Ibidem.

ao menos o ultimo leito do soldado, adormecendo, não sem gloria, n'esses campos immortalisados com o seu nome pela grandeza do desastre, e pela admiração de um valor raro.

Com elle expiraram nas areias de Africa os derradeiros alentos nobres da monarchia decadente. Ali foi a extrema convulsão da existencia cavalleirosa das epochas anteriores.

Os que salvaram os dias no captiveiro, mais infelizes do que os que tinham perecido, extinctas a fé e as crenças, apagadas a memoria e a consciencia do dever, olharam sem horror para o sepulchro, que lhes abriu a mão do estrangeiro, pesada de oiro e de corrupções, e, perdida a esperança em Deus e em si mesmos, deixaram-se caír dentro d'elle, julgando-se talvez ditosos ainda, por valerem o preço das promessas dos dominadores.

A maior culpa de D. Sebastião consistiu em confundir uma epocha corrompida com o seculo de D. João I, e de Affonso V, e os mercadores da India com os antigos fronteiros de Ceuta e de Arzilla.

As nações são como os individuos. Quando se atraiçoam a si proprias, e correm desvairadas e cegas atraz dos vicios, que as desfallecem, cedo ou tarde expiam os erros, decaíndo.

Quem de cima das ruinas da funesta batalha de Alcacer-Kibir lançasse a vista para os tempos, em que a meia idade portugueza resplandecia doirada pelas proezas do bastardo de Pedro I, e pelos grandes rasgos da gloriosa dynastia de Aviz, e comparasse d'ahi a robusta virilidade de então com a velhice antecipada, que tão depressa lhe succedeu no meio dos louvores da conquista do oriente, não poderia admirar-se, de que a immensa e repentina catastrophe de D. Sebastião fosse o ultimo e doloroso acto

do drama, que acabava de representar-se, assentando o luto e a orphandade junto ao lar, não só dos humildes, mas tambem dos poderosos.

Aquellas lagrimas principiavam o longo castigo, que só ao cabo de sessenta annos havia de terminar-se.

CAPITULO II

REINADO DO CARDEAL D. HENRIQUE

Lisboa depois da derrota de Alcacer. O infante D. Henrique assume o poder. Sua coroação. Embaixadas de Christovão de Moura e do duque de Ossuna. Exigencias e negociações secretas de Castella. Luta dos pretensores. Filippe II, o prior do Crato D. Antonio, o duque de Bragança. Receios e desconfianças do povo. Convocação das côrtes. Morte do cardeal rei. Estado da Europa. Os governadores do reino.

Emquanto nas areias de Africa o maior infortunio cobria de luto as armas e a monarchia portugueza, no reino e em Lisboa o povo suspenso estendia os olhos para alem do estreito, contando as horas, e esperando as primeiras noticias.

Como sempre acontece, quando as crenças não animam os grandes feitos, á medida que os dias íam correndo cresciam as apprehensões, e amiudavam-se os receios. As ultimas noticias não tinham concorrido para alentar os que temiam o exito da infeliz jornada.

Ao saír de Arzilla, preferindo a marcha por terra separado dos navios, ultimo refugio no caso de revez, D. Se-

bastião acabára de confirmar a fatal temeridade, que o perdeu, e que os prudentes tanto accusavam. Não era para espantar, por isso, que se tremesse pela sorte do soberano e do exercito, vendo-os desafiar cegamente os maiores perigos.

Os que haviam aprendido a guerra nos campos de batalha não occultavam a sua inquietação; e os temores, que sentiam, mais escutados, do que a voz dos credulos, vestiam de tristes côres até as palavras consoladoras, com que por enthusiasmo religioso alguns procuravam confortar-se a si e aos outros, assegurando que Deus não permittiria que os estandartes da cruz fossem pisados aos pés dos cavallos pelos mouros vencedores.

Entretanto a desconfiança era geral, e via-se no rosto do maior numero o desassocego em vez da esperança. Duraram pouco, porém, as duvidas e as incertezas.

Passando os mares com rapidez o desengano depressa revelou a cruel realidade, exacerbando os cuidados, que de momento para momento augmentavam com a anciedade publica.

Apenas a derrota se consummou, e antes mesmo de se esconder o sol que alumiára tamanho estrago, a dolorosa nova correu a Ceuta, que deixou consternada, e alargando as azas passou a Gibraltar, d'onde um correio a trouxe a Portugal, vaga e confusa ainda, mas sufficiente para rasgar o coração a todos.

As cartas enviadas aos governadores do reino referiam-se á fama divulgada, e annunciavam o desastre sem o particularisarem. Constava sómente que o exercito portuguez fôra desbaratado; não se dizia, nem se sabia mais nada [1].

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXVI. — Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V, cap. XXXIII.

O arcebispo de Lisboa, Pedro da Alcaçova, D. João Mascarenhas, e os seus collegas, querendo encobrir por algum tempo a noticia, recolheram o correio para não ser visto, nem perguntado.

Estes recatos foram perdidos. O segredo rompeu-se; e por toda a parte se divulgou a noticia, não como duvida, mas como facto confirmado.

Já antes da chegada do mensageiro corriam por Lisboa surdos rumores do successo, e não faltava quem os acreditasse e lhes concedesse os fóros de verdade [1].

Emquanto o povo alvoroçado com os primeiros longes de tão grande desgraça discorria pela cidade, fazendo receiar tumultos e violencias contra os que eram apontados como cumplices na partida de el-rei, os governadores do reino, magoados com a destruição do exercito, e cheios de confusão com a idéa da morte do principe, reuniam-se duas e mais vezes por dia em conselho, sem acabarem de se determinar sobre o que seria mais opportuno para o aperto das circumstancias [2].

Assentaram por fim em que devia ser convocado o cardeal D. Henrique, e enviaram a Alcobaça o doutor Jorge Serrão com os officios, participando-lhe a derrota, e pedindo-lhe com instancia, que partisse para Lisboa a fim de aquietar o povo, confortando-o com a sua presença [3].

D. Henrique achava-se na opulenta abbadia, retirado e

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXVI. — Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIX.

[2] Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. IV, liv. II, cap. XIX. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXVIII.

[3] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. V. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXVIII.

descontente, mas não inteiramente despido dos sentimentos de odio e de ambição, que sempre o dominaram.

Prevendo a catastrophe quasi como inevitavel, embora a principio não a suppozesse tão completa, é natural que estivesse preparado para tirar proveito d'ella, estimulando as iras contra os validos, que detestava.

Os seus panegyristas attribuiram-lhe mesmo uma vista prophetica do desastre, e quasi o deram por santo, porque revelára ao prior de Alcobaça a apparição do bispo de Coimbra, morto em Alcacer, e resuscitado para lhe vir dizer que para este mundo tudo estava perdido, mas que para o outro tudo se ganhára repousando como martyres no seio da gloria eterna os cavalleiros christãos [1].

Apesar da visão sobrenatural, e dos auxilios divinos, que ella nos levaria a reconhecer, se não fosse um embuste palpavel, inventado pela lisonja, o cardeal só no dia 13 de agosto recebeu as primeiras noticias, e sobre os avisos da capital e ainda com pouca informação, tratou logo de apressar a jornada para a côrte [2].

N'aquelle coração, sempre frio por indole, e agora ainda mais frio com os gelos da idade, a ruina do sobrinho e da flor da nobreza de Portugal não gravou de certo nodoa tão funda, que attenuasse os instinctos da unica paixão, a que obedeceu toda a sua vida, o amor do poder.

Adiantado no inverno dos annos, debilitado de corpo e de espirito, e com os pés dentro do tumulo, que os achaques da velhice lhe abriam de hora para hora, não oppoz

[1] Bayão — *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. v, cap. xxx. — Barbosa Machado — *Memorias de el-rei D. Sebastião*, part. iv, liv. ii, cap. xix.

[2] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. lxxviii. — Manuscripto da bibliotheca da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira* — *Bibliophilo* de agosto de 1849.

a mais leve reluctancia ás supplicas dos que o chamavam, e escutando a exhortação theologica de Jorge Serrão, dispoz-se para acudir sem demora ás tribulações do tempo, e á perturbação do Estado, pondo-se a caminho para Lisboa, aonde entrou a 16 de agosto, no meio dos prantos das mães, das esposas, e dos filhos dos fidalgos e cavalleiros, que já então se sabia terem perecido na derrota[1].

De feito, por maiores que fossem os esforços empregados pelos governadores, a má nova rebentára, e confirmada por outras mais individuadas, traspassára de dor a cidade e o reino.

O golpe era tão extenso e tão cruel, que a bem poucos deixára de alcançar. Á orphandade das familias respondia a orphandade do paiz, não menos dolorosa; e raro seria n'estes dias quem não tivesse que chorar sobre os infortunios proprios, e sobre o futuro que ameaçava a monarchia.

Não se ouviam em Lisboa senão gemidos, prantos e maguas. Os moradores no delirio da desesperação saíam ás portas das casas a perguntar pelos seus aos poucos, que salvos da morte e da escravidão, desembarcavam dos navios da armada, de que era capitão D. Diogo de Sousa, o qual acabava de chegar com o desengano, de que tudo ficára perdido[2].

A voz d'esses homens, que ainda traziam estampadas no rosto as sombras do immenso desastre, matou a duvidosa esperança, que alentava ainda a muitos, referindo, dos que pelejaram em Alcacer, que uns haviam caido no

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXVIII. — Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira* — *Bibliophilo* de agosto de 1849.

[2] Ibidem.

campo, e que os outros arrastavam os ferros do captiveiro, expostos ás injurias do vencedor.

Desde os paços do rei até aos palacios dos fidalgos e ás modestas habitações dos cidadãos, era igual o luto em todos. As viuvas lastimavam-se do seu desamparo regando de lagrimas as cabeças dos filhos; os paes choravam a morte dos filhos, unico esteio dos cansados annos; os irmãos lamentavam os irmãos, os amigos deploravam os amigos, e no meio d'este concerto de afflicções e de pezares ainda havia que sentir maior perda do que a de cada um, porque alem da pobreza e da orphandade via-se imminente a maior desdita nas dissenções, que a falta do soberano sem successão annunciava ao paiz[1].

Esta certeza era a que desatava nas praças os prantos do povo com tanta vehemencia, que encontrando-se uns aos outros, nem os mais intimos se conheciam, nem se communicavam senão fataes noticias os que se abraçavam, cortados de amargura. Não havia quem podesse consolar, porque todos padeciam, mais ou menos, da mesma pena.

No aspecto de Diogo de Sousa, que tinha desembarcado com semblante mais de defunto, do que de vivo, liam-se todos os infortunios, de que a desgraça o fizera mensageiro. No meio de um cortejo funebre, ora erguendo os olhos ao céu, ora baixando-os para a terra a fim de não ver os que o rodeavam, o capitão da armada atravessou silencioso, procurando esquivar-se ao espectaculo de tantas miserias, que não podia alliviar[2].

Na realidade d'esta vez a morte e a desventura bateram

[1] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. XXXIX. —Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião,* cap. LXXVIII.

[2] Bayão—*Portugal cuidadoso e lastimado,* liv. v, cap. XXXIX.

com igualdade a todas as portas. O dia 4 de agosto fôra assignalado não só em Portugal, mas até em Castella, e na Europa, pelo mais rigoroso castigo. As funestas areias de Alcacer tinham bebido o sangue mais nobre das Hespanhas.

A batalha não perdoára á maior nobreza, a nenhum estado e condição, nem a merecimentos e idades.

D. Jorge de Lencastre, duque de Aveiro, tão esclarecido pelo nascimento como pelo valor, cerrou os olhos no mesmo campo, em que perto d'elle os fecharam tambem para sempre D. Jaime, irmão do duque de Bragança, D. Affonso de Portugal, conde de Vimioso, e D. Manuel, seu filho, com os condes do Redondo e da Vidigueira, todos dignos do grande nome e da ousadia de seus maiores.

Entre os cadaveres, que juncavam a extensa campina os barbaros encontraram os de D. Rodrigo de Mello, primogenito do conde de Tentugal, de D. Affonso de Noronha, conde de Odemira, do barão de Alvito, e do regedor da justiça Lourenço da Silva.

Pedro da Alcaçova perdeu dois filhos; a casa dos Tavoras com a morte do principe teve de chorar a do valido D. Christovão, e a de Francisco de Tavora.

Manuel Quaresma, vêdor da fazenda, e seu filho exhalaram ali o ultimo suspiro defendendo o rei, e junto d'elles grande numero de cavalleiros.

O bispo do Porto Ayres da Silva, e o de Coimbra D. Manuel de Menezes, com o padre Mauricio da companhia de Jesus, confessor de D. Sebastião, avivaram as vestes prelaticias com as côres do martyrio [1].

Dos estrangeiros pereceram Francisco de Aldana e o co-

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXX. — D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II*, liv. XII, cap. VIII.

ronel dos castelhanos D. Alonso de Aguilar; Martim de Borgonha, coronel dos tudescos; D. Gonçalo Chaçon, irmão do conde de Puebla, todos notaveis pela estirpe e pela sua gentileza como cavalleiros.

A ultima voz de D. Alonso de Aguilar no meio da derrota dos hespanhoes fôra este grito heroico: «Não permitta Deus, que a casa de Aguilar recue um passo!»

Estes, e outros muitos, de quem todos com rasão lastimavam o fim, eram o objecto da admiração, da saudade, e dos prantos de parentes e amigos, que os choravam como victimas sacrificadas pela temeridade do monarcha ao desgraçado exito de uma empreza louca.

O infante D. Henrique aposentou-se no convento de S. Bento de Enxobregas, e logo no dia seguinte foi visitado pelos poucos fidalgos, que tinham ficado no reino. Expediu correios ao duque de Bragança, ao conde de Tentugal, e aos outros senhores, convidando-os para se reunirem em Lisboa, e de commum accordo se prover á conservação do Estado em epocha de tanto perigo.

Não havendo inteira certeza da morte de D. Sebastião, não se podia considerar o throno vago, e o cardeal, desejando apoderar-se das redeas do governo sem excitar murmurações, nem descontentamentos, nomeou uma junta composta do chanceller mór e dos doutores Paulo Affonso, Gaspar de Figueiredo, Jeronymo Pereira de Sá, Pedro Barbosa e Manuel de Quadros, desembargadores do paço, incumbindo-a de estudar e resolver o que ordenava o direito em circumstancias tão criticas com um reino sem monarcha, e com um sacerdote por successor [1].

Os jurisconsultos, na maior parte amigos e parciaes do

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXIX. — Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira — Bibliophilo* de agosto de 1849.

principe, não demoraram o parecer. Sustentando que D. Henrique podia succeder ao sobrinho apesar de cardeal e de arcebispo, deram um voto que só em Castella podia ser mal olhado; mas a facilidade de desatar a questão não se lhes apresentou igual, quando passaram ao exame do primeiro ponto.

Estava o throno vago, e devia reputar-se o reino orphão sem constar com evidencia a falta do ultimo soberano?

Era ardua e arriscada a resposta. A junta illudiu-a, porém, propondo que o cardeal, filho de D. Manuel, e tio de D. Sebastião, fosse proclamado curador, governador, e successor como a pessoa mais conjunta em parentesco na linha real.

Dada esta decisão em tudo conforme com os designios do infante, convocou este para os seus aposentos nas casas do duque de Bragança, a todos os senhores e fidalgos, que se achavam na côrte, aos vereadores, ao chanceller, e aos desembargadores do paço, assim como aos juizes da supplicação e do civel, aos da mesa da consciencia, e aos dos outros tribunaes, e na sua presença, depois de encarecer o severo castigo que Deus lhe mandava na idade em que o viam, obrigando-o a receber as honras e a herança de um principe, a que nunca esperára succeder, concluiu com o elogio do monarcha, que as esperanças mais pertinazes não queriam ainda suppor morto, asseverando uns que ficára captivo, e outros que conseguíra salvar-se [1].

A falla de D. Henrique foi ouvida em doloroso silencio pela assembléa.

Tinham todos que sentir a perda de algum dos seus, e pondo os olhos n'aquelle velho, mais proprio para acabar

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXIX. — *Chronica do cardeal rei D. Henrique*, publicada em 1840, cap. XVI.

no asylo do claustro os ultimos dias, do que para tomar sobre si os encargos do poder, avivaram-se-lhes as maguas e não poderam suster as lagrimas.

Leu-se e publicou-se o auto, em que foi jurado o cardeal por curador e successor do reino, emquanto não se verificasse a noticia da morte de D. Sebastião, e cheios de anciedade voltaram-se todos para Africa, esperando os ultimos avisos, que haviam de decidir completamente da sorte da monarchia.

A timidez de D. Henrique revelou-se nos primeiros passos depois de eleito.

Emquanto não chegou a Portugal a carta de Belchior do Amaral, affirmando a morte de el-rei, como testemunha de vista, por ser aquelle a quem Muley Hamed confiára o corpo para o sepultar, não se atreveu a mudar nenhum dos ministros, nem a vingar sobre alguns d'elles, confidentes de D. Sebastião, as injurias, que nunca podéra esquecer [1].

Dissimulado, mas implacavel, consumia os odios comsigo, aguardando a hora propicia de punir os que reputava auctores dos enredos, que lhe haviam alienado o amor e a confiança do principe fallecido.

Receiava antecipar-se, e preparar talvez um triumpho aos inimigos, se o soberano ainda existisse, e voltasse a Portugal; mas apenas soube com verdade, que D. Sebastião não sobrevivêra á derrota, reanimou-se, e sentindo viva no peito a antiga ambição, cuidou logo em declarar o throno vago.

Feitas as solemnidades do estylo, depois da quebra dos

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXIX e LXXX. O cardeal foi declarado curador do reino a 24 de agosto de 1578. A 27 teve logar a quebra dos escudos no meio dos prantos e maguas do povo.

escudos e das exequias publicas, deu as ordens necessarias para ser proclamado rei [1].

Em memoria de ter sido sagrado na igreja do Hospital de Todos os Santos para a primeira prelacia do arcebispado de Braga, quiz que o mesmo templo o visse no meio das pompas aceitar o sceptro, e firmar a corôa na cabeça.

No dia 29 de agosto, D. Henrique, saíndo das casas do duque de Bragança, e tendo dito missa no seu oratorio, montou a cavallo em trajos cardinalicios, e dirigiu-se ao Rocio acompanhado pela nobreza.

Caminhava adiante o duque de Bragança com o estoque levantado como condestavel, e D. João Tello levava a bandeira real enrolada na haste. Nove reis de armas com seis porteiros de cavallo entre atabales e trombetas precediam o prestito; seguiam-se os fidalgos, a camara e o povo a pé. Os condes da Sortelha e da Castanheira íam ás redeas da mula do novo monarcha, um de cada lado, e adiante via-se o conde de Portalegre com suas insignias na qualidade de mordomo mór.

Ás portas da igreja foi recebido el-rei pelo arcebispo de Lisboa e pelo cabido, assistidos por D. André de Noronha, bispo de Portalegre, por D. Jeronymo Osorio, do Algarve, e por outros prelados, ornados de habitos pontificaes. O ceremonial correu segundo o antigo costume, e o cardeal, ajoelhando, jurou sobre o missal nas mãos do arcebispo D. Jorge sustentar e defender as liberdades e privilegios concedidos ao reino pelos seus antecessores, juramento que esqueceu depois, quando, com as sombras da morte no rosto, approvou o secreto pacto, que entregava a monarchia á ambição de Filippe II [2].

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXX. — *Chronica do cardeal rei*, cap. XVIII.

[2] Ibidem.

A acclamação fez-se no meio de um concurso melancholico, e foi correspondida pelo povo com mais frieza, do que jubilo. Os apuros, a que o desastre de Alcacer expunha Portugal, pediam um soberano ainda no vigor da idade, e com a deliberação propria para lutar com as difficuldades, e não um sacerdote, enleiado de escrupulos pueris, desconfiado, debil de forças e de intelligencia, e incapaz de conter e reprimir as revoluções, que estavam imminentes.

Apenas terminou esta representação por tantos motivos triste, recolheu-se o cardeal á sua camara, e encerrado com os confidentes, abriu o seu reinado por algumas nomeações, que a parcialidade lhe dictava, mas que a opinião censurou em parte, por serem mais filhas do capricho, do que inspiradas pela justiça.

Aos premios, com que remunerou os que se lhe tinham sempre mostrado fieis, juntou demonstrações de severidade contra os que não imaginando que em annos tão adiantados elle houvesse de succeder a um rei mancebo, provocaram os seus resentimentos, não o attendendo, ou contrariando-o, durante as suas dissenções com a viuva de D. João III, e depois com os validos de D. Sebastião.

Ao passo, que honrava a Francisco de Sá, fidalgo velho que lhe soubera captivar a estima, com a dignidade de seu camareiro mór, e a Henrique Henriques de Miranda, ainda mancebo, com o officio de estribeiro mór e uma commenda, castigava como ingratos a Manuel de Quadros e ao esmoler D. Affonso, privando-os dos cargos, e ordenando-lhes que saíssem da côrte e se retirassem ás suas igrejas [1].

[1] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira.* — *Bibliophilo* de agosto de 1849. — Fr. Bernardo

Um escriptor, que apesar de algumas inexactidões parece bem informado, deixou-nos o retrato do cardeal n'esta epocha desenhado com vivas cores[1].

Henrique era de pequena estatura, magro e miudo de feições; e notava-se-lhe na physionomia muitos ares de similhança com el-rei D. Manuel[2].

O seu engenho foi mediocre, mas deveu ao estudo do latim certa cultura, e com o tempo algumas noções das sciencias. Nunca desluziu o conceito de casto, e se o accusaram de avareza, cumpre acrescentar, que a censura mais recaía sobre o pouco que dava, do que sobre o que recusava, pois raras vezes negou um favor; porém tão mesquinhas saíam as suas mercês, que fôra melhor não as conceder[3].

Em toda a sua vida o dominou a ambição do poder ecclesiastico e do governo temporal.

O seu zêlo pela religião degenerou em fanatismo, e os rigores praticados em nome do tribunal da fé, que presidia, provam, que as violencias e até as fraudes não lhe repugnavam, comtantoque podesse valer-se d'ellas contra os christãos novos e os hereges, que espoliava e perseguia sem piedade[4].

Bispo, cardeal, regente do reino, inquisidor geral, legado apostolico, cubiçou e possuiu todas as dignidades sem nunca saciar os desejos, até que por corôa de todas

da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXXI.—*Chronica do cardeal rei D. Henrique*, cap. XVIII.

1 Jeronymo Conestagio—*União de Portugal á corôa de Castella*, liv. IV.

2 *Historia genealogica da casa real*, tôm. III, liv. IV.

3 Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda—*Carta a um abbade da Beira*.—Conestagio—*União de Portugal*, liv. IV.

4 Herculano—*Tentativa historica sobre a origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, tom. I e II, *passim*.

empunhou o sceptro, levantado nos infelizes campos de Alcacer [1].

Nos cargos a que subíra, a elevação serviu só para fazer ver de mais alto a sua incapacidade, deixando-se dirigir pelos accessores, que o rodeiavam, e que especulando com a sua vaidade, decidiam, segundo lhes aprazia, os negocios importantes.

As opiniões e os preconceitos imprimiam-se na sua alma de um modo indelevel, conservando viva a memoria das offensas, e abusando da justiça e da auctoridade real para se desaggravar [2].

Os homens do seu tempo, que o não estimavam, e que, mais ou menos, todos se queixam da sua indole, asseveravam, que se possuia as virtudes de padre, as obscureceu com os defeitos de principe.

Amado de poucos e temido de muitos, ninguem lhe chorou a morte; e o povo, que no principio do reinado se inclinára para elle na esperança, de que remediaria os males causados pelo governo anterior, e nomeando successor portuguez o libertaria da oppressão castelhana, vendo-se trahido e enganado devia amaldiçoar a sua memoria [3].

Elevado ao throno na idade em que devia olhar mais

1 Vidè a carta particular de mr. de la Motte Fénélon, embaixador de França na côrte de Londres, á rainha Catharina de Medicis, datada de 28 de dezembro de 1568. Assevera que o papa ia expedir um breve ordenando a D. Henrique, que se occupasse dos negocios espirituaes, deixando os temporaes aos seculares. —*Correspondance diplomatique de la Motte Fénélon*, tom. I e II, Paris.

2 Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda—*Carta a um abbade da Beira*.

3 Manuscripto da bibliotheca da academia real das sciencias —*Memorias politicas do cardeal rei D. Henrique*.

para o sepulchro, do que para as grandezas da terra, o seu coração, devorado pelos rancores senis e estranho a todos os sentimentos de magnanimidade, denunciou logo, ao contrario de Luiz XII, que o rei de Portugal só existia para vingar as injurias do cardeal D. Henrique.

Entretanto, apesar da desconfiança que incutiam a todos as feições conhecidas do seu caracter, os primeiros actos de D. Henrique, longe de o indisporem com os subditos, grangearam-lhe louvores.

Procurando insinuar-se na affeição popular, começou pela revogação das leis, que mais offendiam os interesses de classes numerosas, ostentando-se inflexivel e severo em castigar os que tinham concorrido para ellas se adoptarem.

Uma das principaes, talvez a mais odiosa, era a que se publicára em 1577, ordenando, que do sal produzido no reino se comprasse a terça parte para a fazenda real pelo preço taxado em cada anno, vendendo-se para o consummo do paiz por conta do estado, em estanco publico, por intervenção da mesa e casa d'este novo contrato, expressamente creada para o administrar [1].

Os vexames a que servia de pretexto o monopolio decretado com os olhos no augmento dos rendimentos, nas vesperas da segunda jornada de Africa, exacerbaram as iras contra os ministros de D. Sebastião, accusados de lhe suggerirem este e outros alvitres espoliadores para melhor conquistarem o seu agrado.

Chefe do partido opposto, ao qual o desastre viera auctorisar as queixas, o cardeal, não sem habilidade, quiz estreiar o seu governo com a desejada abolição de um vexame, condemnado por todas as rasões.

[1] Alvará de 6 de dezembro de 1576, publicado na chancellaria mór a 24 de julho de 1577.—Real archivo, liv. I de leis.

O alvará de 1 de septembro de 1578 causou por isso geral satisfação. Não contente ainda com este beneficio, e obedecendo a alguma aversão occulta, ou animado por instinctos de justiça, el-rei mandou recolher preso á sua cella a fr. Francisco Foreiro, indigitado como inventor da oppressão. Para completar o melhoramento determinou que se restituissem aos cofres dos orphãos as sommas tiradas d'elles, e aos mosteiros pobres o subsidio arrancado como contribuição de guerra em virtude da concordata do clero com o ultimo soberano [1].

Ao mesmo tempo enviava a Marrocos D. Rodrigo de Menezes, e quatro padres da ordem da Trindade, acompanhados de outros religiosos munidos de dinheiro e de lettras de credito, encarregando-os de entenderem com a maior diligencia no resgate dos captivos [2].

Estas disposições opportunas foram porém desde logo attenuadas por outras, que attestavam, que o novo monarcha se não despíra de todos os defeitos e paixões do infante.

Invocando as maguas, que padecêra com o engano de seu sobrinho, e prevalecendo-se da desesperação e das murmurações contra os validos, de que o sobrinho se confiava, deu com hypocrisia aos odios particulares a côr do sentimento publico, e sempre dissimulado vingou-se dos emulos, ferindo-os com a vara de soberano.

O primeiro contra quem alçou o braço, com doblez e falsas apparencias de processo, foi Pedro da Alcaçova Carneiro.

Datava de longe, como se disse em outra parte, a aver-

[1] Alvará de 1 de setembro de 1578.—*Real archivo*, liv. I de leis de 1576 a 1612.

[2] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda—*Carta a um abbade da Beira*.

são, que lhe votára, e colhendo o antigo secretario desfavorecido e sem protectores, resolveu faze-lo arrepender do triumpho alcançado na occasião, em que unido aos fidalgos moços substituíra a Martim Gonçalves da Camara, supplantando a D. Henrique, que perdêra por sua causa o resto de influencia, que ainda conservava, quando D. Sebastião se lançou nos braços de D. Alvaro de Castro e de Christovão de Tavorá.

Não se atrevendo a proceder como principe offendido, mas generoso, encobriu-se com exterioridades calculadas, e calcando a evangelica mansidão, que tantas vezes invocava, prendeu em sua casa o futuro conde da Idanha, e pelo corregedor da côrte Ruy de Matos enviou-lhe uns capitulos de accusação, elaborados com artificio, intimando-o para que respondesse e se livrasse da culpa com toda a brevidade [1].

Os apontamentos, apesar de extensos, reduziam-se a imputar ao ministro as desgraças dos ultimos annos do reinado do neto de D. João III, suppondo-o umas vezes auctor, e outras cumplice na fatal resolução da jornada de Africa, attribuindo-lhe os arbitrios fiscaes inventados a fim de se crearem recursos para subsidiar a guerra, e lançando-lhe sobre a consciencia a nodoa de se haver dobrado por lisonja e com a mente nas mercês, com que se locupletára, aos actos mais violentos da administração [2].

Acompanhava este acto de vindicta a suspensão do cargo de védor.

Pedro da Alcaçova não se mostrou sobresaltado.

[1] Manuscripto da bibliotheca real — *Carta a um abbade da Beira.*

[2] *Historia Sebastica* — Apontamentos dados a Pedro da Alcaçova, liv. II, cap. XXXVIII.

Esperava provavelmente o golpe, e na sua replica, concisa, mas concludente, fez ver que a calumnia e a má vontade, e não o amor da justiça, tinham aconselhado os seus perseguidores.

A cada um dos capitulos oppoz uma resposta verosimil, e provando que aonde elle fosse condemnado o deviam ser todos os fidalgos, prelados e theologos do reino, avivou as mais claras allusões ao cardeal, dando a entender, que longe de se arrogar a cadeira de juiz, lhe cumpria tambem representar o papel de réu, visto não haver impedido a tempo, como principe e como parente, o que agora queria punir como culpa de um só vassallo [1].

Contra Luiz da Silva fulminou-se igual accusação, apenas chegou a noticia de estar resgatado e de volver ao reino.

Em 15 de janeiro de 1579 o mesmo corregedor da côrte foi incumbido de lhe intimar uns apontamentos similhantes em parte aos que se forjaram no conselho secreto do rei para excluir a Pedro da Alcaçova dos empregos que exercia.

A maior culpa de Luiz da Silva era o seu valimento com o monarcha fallecido.

Assacar-lhe os infortunios recentes, e a responsabilidade das idéas e das acções de um soberano tão absoluto nas vontades como D. Sebastião, equivalia a commetter de sangue frio uma grande iniquidade.

Luiz da Silva redarguiu com vigor e isenção.

Trazia ainda frescas as cicatrizes das feridas, e vivos os signaes dos ferros do captiveiro. Assignalára com as armas tintas de sangue a sua dedicação ao principe, e quando se recolhia á terra natal, cortado de trabalhos e dissabores,

[1] Resposta de Pedro da Alcaçova de 6 de outubro de 1578, na *Historia Sebastica*, liv. II, cap. XXXVIII.

devia estranhar que a sua recompensa fosse hospedarem-o com uma prisão em sua casa, e a suspensão do cargo de vêdor [1].

A Pedro da Alcaçova, coberto de luto pela perda de dois filhos, mortos na batalha, pediam-lhe contas porque não valêra mais com el-rei do que Filippe II, D. Catharina de Austria, e D. Henrique.

A Luiz da Silva castigavam-o, porque não se oppozera a leis dictadas para as despezas da expedição, e não impedíra o principe mais altivo e senhor dos seus propositos de a intentar!

Na defeza o valido moço não poupou o cardeal. «Arguem-me, dizia elle, porque não lembrei a el-rei que participasse a sua resolução aos prelados, aos grandes e ás cidades do reino? Pequeno erro fôra, pois quando D. Sebastião o fez, a maior parte lhe beijou a mão, e vossa alteza (o infante) offereceu-lhe para a guerra dez mil cruzados!» [2]

Estas mesquinhas vinganças ensaiadas com certa astucia não produziram o effeito, que D. Henrique esperava.

A principio o povo, nos paroxismos da dor, soltava-se contra os ministros, e cego e ameaçador exigia em altos brados o seu castigo; mas acalmada a primeira desesperação, e sabidas melhor as cousas, os odios cederam, e foram-se desvanecendo até a verdade apparecer clara.

Percebeu-se que o unico, o grande culpado, fôra D. Sebastião, e que se alguem, como cumplice, devia ser chamado a juizo, era o cardeal e eram os mestres, que viciando-lhe a educação por motivos de interesse pessoal, tinham transtornado as nobres inclinações, de que elle nascêra dotado.

[1] *Historia Sebastica*, liv. II, cap. XXXVIII.
[2] Ibidem.

Quando Luiz da Silva voltou estas idéas já principiavam a tomar corpo, e em vez de approvar a malevolencia do rei decrepito em lhe cobrir de espinhos o caminho da patria, não faltou quem se compadecesse, e rasgasse o véu de falso patriotismo, com que D. Henrique procurava excitar as furias populares contra os que o não tinham seguido antecedentemente nos seus enredos e enfados.

Na idade provecta, em que os brios e as paixões ardentes da mocidade esmorecem com as forças, o cardeal só conservava viva a sombria chamma do fanatismo, que desde os annos juvenis fôra sempre o rasgo principal do seu caracter.

Das leis publicadas nos ultimos tempos do reinado anterior, a que mais reprehendêra, fôra o indulto concedido no alvará de 5 de junho de 1577 para se perdoar, em virtude do breve de Gregorio XIII, por dez annos o sequestro dos bens aos christãos novos presos pela inquisição [1].

O conselho de D. Sebastião, depois de reflectido exame, tinha-o confirmado, movido, não por instinctos de commiseração, mas pelo avultado donativo que os judeus propozeram, se os alliviassem do maior peso da perseguição.

Parecia, portanto, que o contrato, alem de consentido pelo pontifice, devia ser respeitado emquanto não expirasse o praso, por honra da palavra real empenhada.

D. Henrique não se prendeu com tão leves escrupulos.

Aos seus olhos tudo o que se praticára tinha a significação de uma traição contra a fé, e devia reputar-se sem valor, menos a apropriação das quantias offerecidas,

[1] Real archivo da Torre do Tombo, liv. I das leis de 1576 até 1612, fl. 67 v.

que a sua alma melindrosa naturalmente se não horrorisou de considerar como despojo de inimigos, porque não consta que, rompendo o pacto, cuidasse um só instante em as restituir.

Ignorâmos as rasões, que preponderaram para elle demorar a revogação do beneficio comprado pelos hebreus, mas é certo que só a publicou em 22 de dezembro de 1579, quando já sentia fugir a vida, e por dias estava para comparecer no tribunal de outro juiz, diante do qual nem a purpura cardinalicia, nem o manto real podiam desculpar os pios ardis, nem esconder as cilladas da consciencia.

O alvará de 19 de dezembro de 1579 mandou applicar de novo para o fisco os bens dos christãos novos condemnados pelo santo officio, cassando e annullando os perdões e breves obtidos em contrario [1].

Os applausos da intolerancia, e os jubilos dos inquisidores, em Castella e Portugal, saudaram como acto de fervoroso amor de Deus e de caridade catholica esta violencia despotica, que a duplicidade enegreceu ainda mais; e é de crer que a voz dos apologistas de ambos os reinos chegasse repassada de adulação aos ouvidos do soberano, e que os achasse mais sensiveis para a acolher, do que para escutar os gemidos e queixas dos desditosos, contra quem reverdeciam os antigos rigores, depois de espoliados.

Continuando com toda a vehemencia na missão de defensor da lei de Christo, e cercando-se para a fazer temer das pompas da perseguição, coherente com o fanatismo da mocidade, D. Henrique não se contentou com a quebra flagrante de um ajuste firmado pelo rei de Portugal.

[1] Vidè o alvará de 19 de dezembro de 1579, no real archivo, liv. I das leis de 1576 até 1612.

No meio das perturbações, que affligiram o seu curto reinado, sempre achou tempo para renovar a obra da intolerancia, e proximo a exhalar o ultimo suspiro, lavrou ainda em 18 de janeiro de 1580 uma lei, pela qual revogava a licença concedida por D. Sebastião aos christãos novos, permittindo-lhes sairem do reino e venderem os bens[1].

O cardeal, revalidando as atrozes disposições das providencias fulminadas contra os judeus no governo de seu sobrinho, quando Martim Gonçalves e a companhia de Jesus predominavam, allegava a sabedoria d'estes alvarás ditados ao clarão das fogueiras e no meio dos gemidos das victimas pela cubiça do santo officio, avido dos despojos dos infelizes, que sequestrava do meio dos vivos para os sepultar nos carceres, aonde os esperavam as trevas, a solidão cellular, os tratos, e por fim as agonias de supplicios affrontosos[2].

Calcando aos pés a liberdade de consciencia, que o christianismo implorára nos dias de prova e de martyrio, D. João III em tres leis successivas tinha revelado os verdadeiros fins do acrisolado zêlo pela fé, que os seus ministros citavam com tanta ostentação em Roma e nas côrtes da Europa.

A pretexto de coagir com doce violencia os hebreus portuguezes a não se desviarem do caminho do céu, embora o Deus da paz e de amor, calumniado por sacerdotes ambiciosos, não lhes apparecesse senão entre chammas e tormentos, o governo prohibia-lhes com penas asperas a expatriação, extremo e doloroso recurso invo-

[1] Vidè o alvará de 21 de maio de 1577 e a lei de 18 de janeiro de 1580.—Real archivo, liv. I das leis de 1576 até 1612.

[2] Eram as leis de 30 de junho de 1576 e de 2 de junho de 1579.

cado contra os que puniam como crime a fidelidade ao altar e ao culto de seus paes [1].

Sem permissão do rei nenhum podia ausentar-se por mar ou por terra, se por uma fiança idonea não se obrigasse a voltar. Era-lhes do mesmo modo vedado dispor dos bens. A inquisição queria salvar-lhes as almas, mas não desprezava tambem as cousas temporaes, e acautelava com prudencia a eventualidade desagradavel das riquezas dos christãos novos escaparem ás garras insaciaveis do fisco.

Ao passo que vingava a religião dos que a não conheciam, nem tinham abraçado senão constrangidos, prevalecendo-se da necessidade de conservar illesa a pureza da fé e a unidade do catholicismo, quando os rebates das herezias por tantos lados ameaçavam a Igreja, castigava como delicto nos judeus a resolução de buscarem n'outros paizes uma hospitalidade comprada á custa de ultrajes e de extorsões, mas aonde ao menos podiam respirar sem terem suspensas a todas as horas a morte e a ruina sobre a cabeça.

Alem da parte, que deve attribuir-se n'estas medidas á indole e idéas do monarcha, é de suppor que considerações de interesse tambem fossem ouvidas e recommendadas.

Os judeus tinham dado mais de duzentos mil cruzados para eximirem por dez annos a sua fortuna dos sequestros arbitrarios do tribunal da fé.

A grandeza da offerta e a pontualidade do pagamento denunciavam, que a fonte de avultados capitaes, escandalo e inveja dos bons catholicos, longe de se haver estancado, podia correr ainda mais abundante de cada vez

[1] Leis de D. João III contra os christãos novos, datadas de 14 de junho de 1532, 14 de junho de 1535, e 15 de julho de 1547.

que a vara de algum dos rabis, ou chefes tocasse o rochedo occulto. O reino achava-se exhausto com os sacrificios feitos para o armamento da expedição, e não podia com as suas despezas. A pobreza do estado e a do soberano eram taes, que D. Henrique não hesitára em confessar a D. Christovão de Moura, que não dispunha nem da somma necessaria para resgatar um captivo [1].

N'estas circumstancias parece verosimil, no meio da corrupção geral e com as idéas religiosas communs n'esta epocha a todos os que se prezavam de aptidão governativa, que os conselheiros do cardeal julgassem indispensavel apertar a rede para não deixarem escapar do reino os christãos novos.

A esperança de que os confiscos multiplicados, e as severidades opportunamente empregadas, attrahiriam aos cofres avultadas quantias, que ajudassem a remir do captiveiro de Africa os cavalleiros pobres, e a occorrer aos gastos essenciaes, que de outra fórma talvez se não podessem satisfazer, não influiu de certo pouco para decidir as opiniões a este respeito.

É provavel que em occasião similhante o fanatismo servisse de introductor ao fisco, e que as estreitezas da fazenda publica não concorressem menos, do que a exaltada devoção do soberano e dos seus accessores, para se decretar contra os hebreus portuguezes a restauração das machinas inventadas para os converter, se não ao conhecimento da verdadeira lei, pelo menos á profissão de principios de forçada liberalidade, que os verdugos nos tratos, e os catechisadores nas suas admoes-

[1] Sobre o estado de pobreza do reino n'esta epocha, vidè Salvá—*Documentos ineditos.*—Correspondencia de Filippe II e de D. Christovão de Moura, tom. VI.

tações possuiam o segredo de incutir aos menos endurecidos [1].

Seja o que for, o que não padece duvida é que os favores extorquidos pelos judeus por grossas peitas, disfarçadas com o decoroso nome de donativos, nos ultimos annos de D. Sebastião, foram annullados pelo seu successor.

A propria data do primeiro alvará, que nos revela esta phase nova da politica, longe de desmentir, confirma a hypothese.

Não foram só os ardores do enthusiasmo religioso, que moveram o principe, porque n'esse caso não esperaria até 19 de dezembro de 1579 para descarregar o golpe, nem pelas vesperas da sua morte para completar pela lei de 18 de janeiro de 1580 o systema de perseguição, calculado por elle e pelos conselheiros de seu irmão nos dois reinados antecedentes.

Houve uma cousa, que determinou mais de perto a repetição das violencias, e essa foi sem duvida a urgencia de arrancar aos judeus pela força o que os ministros de D. Sebastião tinham sabido obter por meios brandos, e com artificiosas temporisações.

Esgotado um dos methodos de espoliação, appellava-se para o outro com a mesma consciencia, e o rubor não subiu ás faces do soberano nem dos maiores fidalgos, quando faziam mentir no tumulo á sua palavra o ultimo rei, negando aos que se tinham confiado na lealdade da corôa o triste preço do seu contrato.

Duas questões graves, e de ardua solução, se offerece-

[1] Recorde-se o que se lê nos tres bellos volumes do sr. Herculano — *Tentativa historica sobre a origem e estabelecimento da inquisição em Portugal.*

ram logo a D. Henrique, apenas empunhou o sceptro: a successão do reino e o resgate dos captivos.

Entre as lastimas, que todos os dias redobravam, uma das maiores era a que, erguendo o véu de luto, que toldava a corôa, depois do sacerdote que a cingia quasi moribundo, mostrava a dominação estrangeira tão detestada, e adiantando-se á natural deducção dos acontecimentos, via já sentado no throno portuguez o vulto sombrio de Filippe II, que a essa hora, recolhido no mais secreto dos seus aposentos, enredava os fios da negociação, que lhe deu em premio a monarchia das Hespanhas, vencendo Portugal mais com o toque do oiro sobre consciencias venaes, do que pelo valor dos velhos soldados de Italia e de Flandres, e pelo grande nome do duque de Alva, cuja carreira encerrou esta ultima campanha.

A redempção de tantos fidalgos, uns chefes de poderosas familias, outros ligados pelos mais estreitos vinculos do sangue ás primeiras casas do reino, no apuro em que a jornada de Africa deixára o paiz, varridas as arcas do erario, empenhados os morgados e commendas, e antecipados os rendimentos mais pingues, parecia empreza muito superior ás forças do reino, e que devia absorver, por isso, todos os cuidados do cardeal, e dos ministros, que formavam o seu conselho.

Qualquer dos negocios, pela sua importancia, e pelos immensos interesses, que abraçava, havia de preoccupar necessariamente um soberano pouco apto para governar em tempos pacificos, e muito menos habilitado ainda para desatar o nó de taes difficuldades, fazendo prevalecer a sua vontade pelo respeito e prestigio da auctoridade real.

Emquanto occupava os primeiros momentos depois da

sua accessão ao throno em recompensar os parciaes dedicados, porque o não tinham desamparado, e em tomar estrictas contas aos validos, que ousaram supplanta-lo nos ultimos dias de D. Sebastião, a voz afflicta da nobreza e do povo não cessava de avivar aos seus ouvidos as queixas dos que gemiam em ferros, suspirando por que se lhes abrissem as prisões de Marrocos e de Fez para volverem á patria e aos braços dos que os chamavam com saudade igual á sua.

Lisboa, mesmo depois de socegados os impetos da maior dor, offerecia a quem a contemplasse um espectaculo, em que ás sinceras maguas da ausencia, da viuvez, e da orphandade, não poucas vezes se uniam scenas de hypocrisia transparente, de superstição pueril, e até de desregramentos mascarados com exterioridades religiosas [1].

Os satyricos d'esse tempo censuram com azedume o modo por que muitas damas illustres pediam a Deus a liberdade e a vida dos maridos e filhos captivos.

Se algumas, por honestas e virtuosas, se recolheram mais do que antes, e nas igrejas oravam com fervor, outras, não havia devoções defezas que não alardeassem, nem beatas que não admittissem, fingindo illudir-se com encantos e feitiços.

Juntavam-se nos templos, aonde todas se conheciam, e ahi empregavam as horas em discursos frivolos sobre as fabulas e noticias, que os crendeiros divulgavam, aventurando juizos temerarios e tecendo colloquios a que só a noite púnha termo.

Nas ruas andavam sempre acompanhadas de um sequito numeroso de mulheres embiocadas, para fazerem ostentação da tristeza.

[1] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira.* — *Bibliophilo* de agosto de 1849.

Em casa não ficava creada branca, nem escrava moura, ou preta, que não saísse com ellas em procissão, armando á curiosidade publica com tregeitos e momices de tragedia.

Estes prestitos não se julgavam completos quando faltava como accessorio um escudeiro velho e parvo, ou um menino travesso adiante, excitando mais o riso, do que a commiseração com as suas contorsões exageradas. Por fim já todos sabiam de cór estes papeis, e motejavam dos maus actores [1].

Era urgente, pois, acabar com representações theatraes, que alvoroçavam o povo, e prover de remedio aos verdadeiros males.

Nos primeiros dias aos receios e arruidos causados pelo sentimento da grande perda, que acabava de se experimentar, acresceram ameaças, e planos de vingança contra os parentes dos fidalgos moços mais estimados do soberano fallecido. Estes, vendo-se ameaçados, recorreram a um ardil para afastarem de si o perigo, e inventaram o vago rumor de que el-rei não tinha perecido, e fôra visto por alguns. Tirando-se devassa descobriu-se, que os auctores da noticia eram aquelles mesmos, que as iras populares de mais perto affrontavam com os seus desatinos; mas se os homens sisudos, informados da verdade, sorriam da credulidade que se confiava de loucas esperanças, perguntando as rasões, que havia, sendo vivo, para D. Sebastião estar no reino, e se encobrir de todos por tanto tempo, não faltaram credulos para as acreditar e darem como certas.

Tudo isto eram contrariedades para os primeiros actos do novo governo, e o cardeal, que só em satisfazer os re-

[1] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira.*—*Bibliophilo* de agosto de 1849.

sentimentos mostrava firmeza em algumas occasiões, agora hesitava, temia, e não sabia resolver-se.

O paiz inteiro fitava os olhos em Africa, aonde jazia a flor da nobreza, e aonde tantos cidadãos imploravam de mãos erguidas a generosidade de parentes e amigos para se libertarem. D. Henrique, depois de enviar a Muley Hamed D. Rodrigo de Menezes e os padres da ordem da Trindade e da companhia de Jesus, observando que a negociação se dilatava, e que o descontentamento de tantas familias attribuladas não admittia delongas, seguiu o conselho de Belchior do Amaral, decidindo-se a mandar a Marrocos D. Francisco da Costa por seu embaixador [1].

Depois da victoria o Scherif não se esqueceu de tirar todas as vantagens que pôde d'ella.

O resgate de tantos senhores, que a sorte das armas tornára seus prisioneiros, proporcionava-lhe uma mina de cabedaes, tanto mais preciosa, quanto carecia de grandes sommas para saciar a cubiça dos que o tinham ajudado a triumphar, firmando-lhe a corôa na cabeça.

O irmão de Abd-el-Melek, se lhe era inferior na elevação do espirito e no engenho militar, não lhe cedia talvez na sagacidade, com que sabia utilisar-se das occasiões.

A maneira, por que se comportou depois da derrota de Alcacer, temperando o rigor com a suavidade, e timbrando de generoso, quando a politica exigia sacrificios, mostra-nos, que elle não se devia reputar incapaz de succeder ao esforçado capitão, que a fortuna tinha saudado em tantos campos de batalha.

Avido como todos os mouros, mas abstendo-se por inclinação, ou por calculo, de crueldades inuteis, cuidou,

[1] *Chronica do cardeal D. Henrique*, cap. XXVI.—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXXIX.

sobretudo, de reunir na sua côrte os fidalgos captivos, e apenas os colheu em seu poder começou a negociar com elles as condições do resgate por intervenção de Hamed Taba, renegado, do qual se confiou para ultimar o ajuste, incumbindo-o de se avistar com os portuguezes, e de lhes extorquir o maior preço [1].

Foram oitenta os que se contrataram para pagarem quatrocentos mil cruzados pela sua liberdade; e para apressar a conclusão de parte a parte desejada com igual ardor, delegaram os fidalgos com licença de Muley Hamed a D. Duarte de Castello Branco, D. Fernando de Castro, Jorge de Menezes, D. Miguel de Noronha, e Luiz Coelho, por seus procuradores, a fim de passarem a Portugal e de juntarem as sommas necessarias.

A presença d'estes nobres, e a descripção que avivavam do captiveiro de tantos senhores, expostos de momento para momento a padecerem os ultrajes e a vingança dos barbaros, obrigaram, como dissemos, o cardeal a expedir a D. Francisco da Costa por seu enviado, entendendo que a embaixada lisonjearia o orgulho do Scherif, e que os esforços do nosso ministro abreviariam a hora de se tirarem os ferros a tantos homens principaes, que fôra vergonha ficarem esquecidos, ou desprezados, se o monarcha não se lembrasse de os soccorrer [2].

Segundo se deprehende, D. Francisco aceitou a missão com repugnancia; e D. Henrique para o persuadir a desempenha-la não poupou promessas e mercês.

A fim de tornar mais agradaveis ao rei de Marrocos as diligencias do embaixador, incumbiu-o de offerecer um valioso presente ao principe e aos alcaides mais validos;

[1] *Chronica do cardeal D. Henrique*, cap. XXVI.—Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXXIX.

[2] Ibidem.

e por isso, como alem do dinheiro destinado ao resgate dos oitenta fidalgos, o galeão em que partiu de Lisboa, levava grossas quantias de particulares, ajuntadas para o mesmo fim, resolveu-se que saísse escoltado por algumas caravellas.

Chegado a Mazagão, D. Francisco encaminhou-se para a côrte, e apesar de faltarem cento e vinte mil cruzados para se completar o preço promettido no contrato dos fidalgos, obrigando-se em nome d'elles, conseguiu que fossem soltos e voltassem a Portugal, rasgo de que depois se havia de arrepender, porque desculpando-se uns com os outros, todos olvidaram a obrigação apenas se viram tranquillos no seio das familias, e o desditoso embaixador, retido pela sua palavra, gemeu no meio dos inimigos até ao anno de 1586, sem que o cardeal, ou os governadores do reino, ou o proprio rei de Castella pagassem por elle a somma, que imprudentemente assegurára, e a que o seu captiveiro servia de penhor [1].

Esta ingratidão foi uma das grandes nodoas, que deturpou esta epocha de desventuras e corrupções.

O serviço merecia melhor premio, e no leilão, que se apregoava entre muitos nobres e Christovão de Moura, cumpria ao menos que algum dos que D. Francisco da Costa remíra da escravidão, se recordasse d'elle, contando a sua liberdade entre as mercês, ou condições, que negociavàm com a côrte de Madrid!

Emquanto occorriam estas cousas, ou principiavam algumas d'ellas, começava a avultar a questão da successão do reino, e divididos em bandos os fidalgos e o

1 *Chronica do cardeal D. Henrique*, cap. XXVI.—Fr. Bernardo da Cruz—*Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXXIX.—Citámos a chronica do cardeal e a de fr. Bernardo da Cruz, postoque o texto de ambos seja litteralmente o mesmo.

povo, semeavam-se os germens da fatal discordia, que deu em resultado a usurpação de Castella, e a união do reino á poderosa monarchia de Carlos V.

Filippe II, que nunca levantára a vista de cima da corôa por elle e por seu pae tão cubiçada, tinha contado talvez os instantes, aguardando os successos da jornada de Africa, quasi com a certeza de que, desamparado por elle, o desditoso mancebo correria direito á sua ruina.

Quando chegou a primeira voz do desastre, achava-se no mosteiro de S. Lourenço do Escurial, talvez amadurecendo os projectos, que o seu caracter dissimulado só deixava penetrar na occasião de ter de os revelar aos agentes, que escolhia para os coadjuvarem.

Era difficil ler-lhe no rosto a tristeza ou a alegria; mas não parece que a magua fosse funda, ou que julgasse necessario encobrir dos seus cortezãos, que ouvíra sem torvação a noticia, que viera confirmar as mais secretas esperanças de uma ambição, que augmentando com a idade, já a esse tempo não apontava a menor alvo, do que a realisar o sonho, tantas vezes frustrado, da monarchia universal [1].

O rei catholico, segundo affirmam os seus proprios apologistas, estava disposto a supportar sem pasmo o golpe, que prostrou nos plainos de Alcacer os ultimos brios portuguezes.

Conhecendo a indole do sobrinho previu o seu infortunio como cousa quasi certa, e por aquelle semblante immovel, aonde nem o riso, nem a dor, nunca estamparam, que os visse alguem, o menor indicio das intimas commoções da alma, é de crer, que pelo menos a occultas passasse algum clarão fugaz de sombrio jubilo.

[1] Vidè Ranke — *Osmanlis e Hespanhoes*, sobretudo nos capitulos em que descreve o caracter e a côrte de Filippe II.

Por maior, e por mais endurecido que fosse o seu coração, deixaria de ser humano, se não palpitasse com força no momento, em que a immensa catastrophe lhe offerecia todas as probabilidades de unir ao sceptro de D. Manuel o imperio dos mares [1].

Entretanto, apesar do poder, que tinha sobre si para disfarçar o primeiro sobresalto recolheu-se ao oratorio, e ordenando ao prior e aos religiosos, que velassem a noite em oração com o Sacramento exposto, partiu para a capital á toda a pressa. Ahi chamou logo o duque de Alva, e, segundo o costume, sem lhe declarar as suas intenções, e calando comsigo a resolução tomada em tão breves horas, limitou-se a encarrega-lo das providencias necessarias para as exequias do monarcha fallecido.

O duque, affeito a não disfarçar os pensamentos, observava, que melhor fôra espaçar a ceremonia para depois a celebrar em Portugal como rei no opulento mosteiro de Belem; mas Filippe, mais politico e prudente, percebendo a allusão, redarguiu-lhe: «Cedo vos convencerá o tempo de que haveria perigo em nos anteciparmos aos acontecimentos [2].

Tinha rasão.

Não estava preparado para tão grande empreza, e mesmo quando o estivesse, entrando com um exercito contra o cardeal, seu tio, jurado já a esse tempo, todo o paiz como um só homem se levantaria indignado para repellir o estrangeiro, collocando á frente das tropas, como general, o duque de Bragança, ou o prior do Crato, que acabava de quebrar o captiveiro.

D. Henrique, velho e enfermo, declinava rapidamente,

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. IX.

[2] Ibidem.

e o acto aggressivo de Castella, a louca impaciencia de não saber esperar, o que podia era proporcionar aos principes portuguezes os auxilios de forças numerosas e organisadas, de que se valeriam depois com vantagem a favor da propria causa.

Pelo contrario, divididos os animos, e excitadas as rivalidades, que separavam os diversos bandos, os direitos allegados pelo filho de Carlos V, em vez de encontrarem de rosto armada toda a monarchia, ganhando affeições, attrahindo defensores, e ajudados pelo temor em uns, pelos interesses em outros, e pela indifferença em muitos, com maior facilidade haviam de prevalecer, debellando pelas armas a resistencia parcial opposta pelos partidarios desamparados de qualquer dos pretensores, se acaso se atrevesse a appellar para os extremos lances de uma luta sem esperança [1].

A ambição previdente do soberano hespanhol não o illudiu.

A despeito de ser o mais interessado, e por isso o mais propenso a deslumbrar-se, contendo-se, e refreando o ardor inopportuno, mostrou que via de longe e friamente os precipicios.

A sciencia de escolher as occasiões, e de as aproveitar no momento dado (a que elle nem sempre obedeceu), d'esta vez assegurou-lhe o exito.

Esperando a hora apropriada, e empregando a maior vigilancia e actividade em dispor todas as cousas para tornar favoravel o desenlace, abonou a sua habilidade; e quando em volta do tumulo apenas cerrado de D. Henrique os seus emulos e adversarios duvidavam e discutiam, foi elle o unico, que soube seguir o verdadeiro caminho,

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. IX.

e que se achou prompto para o trilhar, sem receio, nem indecisões.

Fiel ao plano, que traçára, que era crear em Portugal, a preço de promessas e de mercês, um partido para servir de apoio ás suas exigencias, emquanto negociava, e para depois ser o alliado natural das suas tropas, quando a falta do cardeal desse o signal á invasão, apenas entrou em Madrid escreveu ao marquez de Santa Cruz, mandando-o saír immediatamente com as galés para soccorrer as praças portuguezas de Barberia, se os mouros ufanos com a victoria as investissem quasi certos de as conquistarem, porque alem do desalento da derrota, não existiam n'ellas guarnições, que podessem reprimir a ousadia dos infieis [1].

Despachou ao mesmo tempo o capitão Francisco de Zuniga, como agente, para de Larache passar a Fez, e visitando o Scherif da sua parte, lhe lembrar, que não se deixasse assoberbar pelos turcos, porque se não os vigiasse, haviam de assenhorear-se do reino, ao passo que aceitando a amisade da Hespanha, seguro da espada dos christãos, nada podia receiar.

Nas instrucções dictadas a Zuñiga pelo secretario da guerra, advertia-se-lhe, que no caso de Muley Hamed se conformar, e propor uma alliança com Filippe II, não se recusasse a ouvi-lo, antes procurasse persuadir-lhe, que o modo de a verificar com bons auspicios consistiria em o principe musulmano ceder Larache a Castella, abrindo por suas mãos entrada aos terços catholicos enviados para o defenderem; e que alem d'isto lhe insinuasse que a maneira facil de ser occupada a praça era de noite, quando os guardas dormissem, dando-se ao successo a côr de um

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. IX.

assalto repentino, e evitando-se assim o descontentamento dos mouros, se entendessem que se entregavam as chaves da fortaleza em virtude de um tratado [1].

Alem d'estas diligencias o agente hespanhol foi ainda encarregado de outras, que não pareciam de menor vulto. Prescrevia-se-lhe que não se poupasse a nenhum trabalho para colher noticias exactas de todas as particularidades da batalha de Alcacer, informando-se com miudeza dos que tinham perecido, e dos que haviam ficado captivos, do logar aonde se achavam, e do que os mouros contavam praticar em relação a elles.

Havia de igualmente indagar a sorte de D. João da Silva, embaixador de Hespanha em Portugal, o qual acompanhára sempre a D. Sebastião, e tratar do seu resgate apenas o encontrasse, assim como de saber se D. Antonio, prior do Crato, era morto ou vivo, para o procurar. Da mesma maneira devia empregar todo o cuidado em descobrir o duque de Barcellos, o duque de Aveiro, Luiz da Silva, D. Duarte de Menezes, o marquez de Lenster, Mr. de Tamberg, Christovão de Tavora e D. Francisco de Portugal, a fim de os visitar da parte de el-rei e de lhes offerecer o seu auxilio [2].

Foram os primeiros passos do rei catholico para se tornar bemquisto dos portuguezes e começar a grangear amigos entre elles pela gratidão dos beneficios.

As sommas, que despendesse, e o valimento, que empenhasse, para arrancar da escravidão os fidalgos principaes, deviam reputar-se poderosas armas para lhe aplanarem a estrada da conquista pacifica, e com motivo preferia estes meios suaves e generosos, em que as des-

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. IX.

[2] Ibidem.

pezas se agradeciam como rasgos de grandeza real, aos gastos mais largos, e maculados de odio, que pediria a guerra se houvesse de confiar a decisão final do pleito unicamente á espada de seus capitães, e aos rigores da occupação militar [1].

Ao mesmo tempo determinou enviar á côrte de Lisboa D. Christovão de Moura, portuguez de nascimento, porém castelhano por affeições e interesses, encarregando-o de visitar da sua parte o cardeal D. Henrique, emquanto não mandava embaixador especial.

Esta foi a missão ostensiva, mas a secreta, a verdadeira, era sondar os animos desde logo, e apurar por meio de um agente habil, conhecedor dos costumes e usos do reino, e ligado pelos vinculos do sangue ás principaes familias, as tendencias que se manifestassem, suscitar e encaminhar adhesões em favor da Hespanha, e ir dispondo de longe as vontades para aceitarem um dia com menos repugnancia o dominio de Filippe II, e a união das duas corôas [2].

Antes de despedir do seu lado a D. Christovão, o rei catholico, querendo córar com rasões pelo menos apparentes a sua pretenção ao throno de Portugal, consultou os jurisconsultos de maior nome no seu conselho, e nos claustros das universidades, e todos corresponderam, como podia esperar, declarando ser elle o unico herdeiro legitimo e habilitado para succeder a D. Henrique [3].

O contrario é que deveria maravilhar.

Vassallos seus, e dependentes, qual d'elles ousaria arriscar-se a emittir parecer contrario aos desejos do prin-

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XIII, cap. IX.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

cipe mais absoluto da Europa, e mais dissimulado e implacavel nas vinganças?

Castelhanos, qual se atreveria a contestar um direito, ou mesmo um pretexto, que assegurava á sua patria a annexação de um reino tão disputado, com possessões ultramarinas tão vastas, e cuja perda fôra sempre uma ferida aberta para o orgulho hespanhol, ferida que nunca deixára de verter sangue?

Entretanto, apesar da opinião ser commum em todos, o talento, e o valor na adulação é que não foram iguaes.

Realçou n'este certamen encomiastico, segundo apontam as memorias contemporaneas, o licenceado Alonso Ramirez do Prado. A sua allegação coroada de grandes louvores mereceu que o monarcha para o recompensar o chamasse depois a Elvas em abril de 1581, e ordenasse que a obra se traduzisse em latim para a tornar mais conhecida.

As mercês seguiram-se aos applausos. Em premio dos primores juridicos da sua penna lisonjeira, o licenceado foi nomeado para o conselho de Navarra, e antes de tomar posse obteve o cargo de fiscal da fazenda e da contadoria mór [1].

Filippe exaltando com tanta munificencia os serviços do seu letrado, quiz significar aos que o acompanhassem no mesmo caminho, naturaes, ou portuguezes, que achariam n'elle, quando se lhe mostrassem dedicados, um soberano lembrado e generoso em os remunerar, ao passo que ostentando contra os adversarios todos os rigores da severidade, procurava convence-los, de que não perdoaria as offensas e as resistencias, certo de as suffocar, e despiedoso em as punir.

N'este sentido se declarou com D. Christovão de Moura

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova —*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. IX.

antes de o despachar de Madrid para Lisboa, em 18 de agosto, não querendo que a menor demora prejudicasse os seus projectos.

Nas instrucções, de que o muniu, não se olvidou nenhum dos pontos essenciaes para o exito da empreza, commettida ao zêlo e capacidade do homem, que a côrte, apesar da dissimulação do monarcha, principiava a respeitar como um dos seus confidentes intimos e validos[1].

Por mais que apressasse a jornada, Moura, chegando a Lisboa, já achou consummados os actos mais importantes.

Entrando na capital encontrou o cardeal D. Henrique sentado no throno de D. Sebastião, as duquezas de Bragança e de Aveiro, trespassadas de magua, uma pelo captiveiro do filho, e a outra pela perda do esposo, e todas as casas illustres cobertas de luto pela falta, ou pela escravidão de algum parente proximo[2].

D. Christovão, tanto por seu pae Luiz de Moura, como por sua mãe D. Beatriz de Tavora, pertencia a uma familia de grande nobreza e de muita influencia.

Sobrinho do famoso Lourenço Pires de Tavora, e sobrinho mimoso, a protecção do velho ministro, tão valiosa por ter sido o negociador do casamento, alcançou-lhe o logar de pagem da princeza D. Joanna, filha de Carlos V e mulher do herdeiro de D. João III. Serviu-a emquanto a morte a não separou do marido, e quando inconsolavel se recolheu a Castella, acompanhou-a no logar de seu estribeiro, que alguns emulos estranharam que lhe fosse conferido, notando que para o exercer tão moço, o não abonavam nem a idade ainda juvenil,

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XII.

[2] Ibidem.

nem os merecimentos, porque ella lh'os não podia consentir.

Em todo o tempo, que durou o seu emprego ao lado da viuva do principe D. João, sobresaíu sempre Moura pela prudencia, superior aos annos, com que sabia insinuar-se, pela fidelidade, e pela dedicação que nunca desmentiu [1].

Carlos V, ao qual fôra enviado duas vezes por sua filha, uma para lhe dar os parabens da chegada a Hespanha, e outra já depois de retirado dos negocios no mosteiro de Yuste, prezava as grandes qualidades do futuro marquez de Castello Rodrigo, e mostrou-se-lhe sempre affeiçoado.

Querido igualmente do principe D. Carlos, do qual foi gentil-homem, e que lhe promettêra eleva-lo ao cargo de seu camarista, nem por isso perdeu a boa sombra, com que Filippe II começou a favorece-lo, lisonjeado da maneira por que se comportára na execução das ultimas vontades da princeza sua ama, de quem era testamenteiro [2].

Apesar de consagrar mais a existencia á carreira de cortezão, do que ao brioso officio de soldado, D. Christovão tomára parte em dois feitos de guerra tão notaveis, como foram a conquista da fortaleza do Peñon de los Veles, e o soccorro de Masalquivir; mas depressa despiu as armas para se entregar com diligencia a maiores cuidados.

A entrada, que ía alcançando no coração suspeitoso do rei, cujos segredos se abriam para elle á medida, que o animo se lhe inclinava, proporcionou-lhe o theatro vasto, que a sua ambição podia pedir para recommendar os dotes de um espirito penetrante, e de uma vontade, que

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 23 e 24.

[2] Ibidem.

os obstaculos, em vez de enfraquecerem, pareciam estimular, tornando-a cada dia mais constante.

Os laços, que o uniam em Portugal a muitos dos principaes fidalgos, inculcaram-o para ser o intermediario preferido de Filippe II em todas as questões suscitadas entre elle e D. Sebastião; e de todas as vezes, que veiu á nossa côrte, encarregado de missões delicadas, provou o acerto da escolha, concluindo-as com feliz resultado [1].

Foi por isso, que o herdeiro de Carlos V, tão reportado e previdente, se lembrou logo de Moura para o enviar a Lisboa, sem o caracter e as pompas de embaixador, deixando para mais tarde, quando a occasião o exigisse, a solemne enviatura do duque de Ossuna, designado para o representar junto do caduco monarcha, cuja auctoridade, mais ficção do que realidade, entretinha as fórmas externas da realeza nacional, tão amada dos portuguezes, e ainda mais agora pelo odio contra o dominio estrangeiro, que receiavam.

A presença de D. Christovão em tempo de tantas apprehensões sobre-excitou a curiosidade e as suspeitas do povo, que não o viu chegar sem desconfiança. Ajudado pelo seu instincto admiravel o maior numero desde logo adivinhou os secretos motivos, que tinham determinado Castella a valer-se de um ministro, que de portuguez só tinha o nome, mas que pela educação e allianças se mostrava mais hespanhol ainda, do que alguns dos conselheiros do rei catholico [2].

[1] D. Christovão veiu á côrte de Portugal duas vezes no tempo de D. Sebastião por mandado da princeza D. Joanna, sua mãe; e outras duas por ordem de Filippe II; uma para compor as dissenções entre o cardeal D. Henrique, regente do reino, e D. Antonio, prior do Crato, e a outra para ajustar as famosas vistas de Guadalupe.

[2] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira* — *Bibliophilo* de agosto de 1849.

Moura disfarçou a principio habilmente os intentos, de que era agente. Segundo affirmam testemunhos contemporaneos limitava-se a frequentar com assiduidade as casas dos fidalgos, que pela sua posição podiam auxilia-lo nos esforços, que ía emprehender para assegurar a rica herança de Portugal a seu amo.

Um satyrico da epocha pinta a D. Christovão, na côrte e na cidade, com os ouvidos afiados para escutar até os menores rumores, e com a penna sempre aparada para os referir ao soberano, que apesar do seu zêlo e destreza, lançava n'esse momento mesmo uma rede immensa de emissarios sobre Portugal, recolhendo no seu gabinete, e comparando as informações de todos, e servindo-se d'ellas para dirigir o fio da tenebrosa negociação, que por fim o recompensou com o sceptro da peninsula hispanica [1].

A primeira cousa, de que Moura tratou foi de desterrar as suspeitas do coração de D. Henrique. Conhecia-o de perto, estava senhor das fraquezas da sua indole, e para não despertar ciumes n'aquelle animo tão timido e tão facil de se offuscar com a menor paixão, era necessario unir a prudencia á firmeza, e pintar-lhe as pretenções de Castella como fundadas em direitos evidentes, e que por si mesmos se recommendassem, não carecendo de favor, e só de justiça.

Sem descobrir de todo os planos, mas de proposito não os disfarçando tanto, que não os deixasse penetrar, procurou fazer-se bemquisto do povo pela brandura e affabilidade das maneiras, ao passo que não perdia lanço de attrahir adhesões, advertindo o monarcha hespanhol e o

[1] Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — *Carta a um abbade da Beira.* — *Do governo de Hespanha,* tom. I. — Correspondencias secretas de Filippe II e seus agentes sobre a união de Portugal.

seu conselho dos passos, que adiantava, e provocando da parte d'elles as promessas e mercês, necessarias para bem os poder servir [1].

Em 8 de setembro D. Christovão entregou ao cardeal a carta de Filippe II, na qual o sobrinho o louvava pela resolução, que tomára de aceitar a corôa, aindaque os mais ardentes no partido de Castella murmuravam, que o infante a não devia cingir por ser arcebispo e principe da igreja, não faltando rasões para se lhe provar, sendo conveniente, que a usurpára a seu sobrinho o rei catholico, unico herdeiro legitimo depois da morte de D. Sebastião [2].

Esta opinião, a despeito do falso enthusiasmo que a inspirava, pareceu excessiva aos proprios hespanhoes, e o filho de Carlos V, agradecendo-a a alguns letrados portuguezes, vendidos ao seu oiro, julgou prudente não se prevalecer d'ella, deixando correr as cousas, e aproveitando a especie de interregno, que lhe offerecia o governo de um soberano moribundo e quasi sem forças e poder para engrossar o numero dos adherentes, e para ir quebrando com dadivas e promessas as resistencias, que julgasse dignas de serem desarmadas [3].

Moura no discurso, que dirigiu ao cardeal, temperando com sagacidade o que nos designios da sua côrte lhe parecia por emquanto extemporaneo, communicou-lhe que sua magestade catholica o enviára para deplorar com os portuguezes a afflicção natural por tão grande desastre, e sendo captivo D. Sebastião para pôr á disposição do reino quanto a Hespanha podesse e valesse a fim de obter a sua li-

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XII.

[2] Vidè Salvá—*Documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, passim.

[3] Ibidem.

berdade e apressar o resgate dos cavalleiros vencidos em Alcacer [1].

A estes largos e generosos offerecimentos corresponderam da parte do novo monarcha, como era de esperar, todas as demonstrações de amisade e cortezia, que tão boas palavras exigiam.

Entretanto de um e de outro lado todos occultavam as verdadeiras intenções.

D. Henrique declarou no conselho de estado as suas hesitações ácerca da successão, porém na incerteza não duvidava inclinar-se mais para a duqueza de Bragança, que de todos os pretensores lhe parecia aquella, que allegava com solidos fundamentos.

Moura temeu-se d'esta opinião. O cardeal era mais teimoso do que ousado, e costumava soffrer tão mal, que os votos, que ouvia, se não conformassem com o seu, que muitos lhe ouviram dizer de si, que tinha uma consciencia para o que desejava, e outra para o que não queria [2].

Alem d'isto a idade e o estado debil, em que subira ao throno, não concorriam pouco para aggravar as difficuldades. Os hespanhoes queixavam-se de que D. Henrique tivesse aceitado a corôa já tão entrado na velhice, que não podia com o sceptro, sendo dominado pelo confessor Leão Henriques e pelos outros accessores, que de feito governavam em seu nome. Alem d'isto o principe mal dissimulava a grande affeição, que sempre consagrára a D. Catharina de Bragança, em cujos paços residia, e que amava com extremo em memoria da ternura, com que estremecêra o infante D. Duarte, seu irmão, cuja perda, cortando-o de sincera dor, apressou para elle os estragos da ida-

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XII.

[2] Ibidem.

de, prostrando-o a magua em dois annos por fórma tal, que era visivel para todos a declinação das forças e dos sentidos, encaminhando-se com rapidez para o tumulo, aonde a esse tempo já repousavam todos os outros filhos de D. Manuel [1].

D. Christovão, cuja sagacidade prescrutára os mais reconditos segredos da côrte do monarcha portuguez, apontava como prova manifesta d'estas tendencias, o favor constante com que o cardeal não cessára de elevar a familia dos poderosos senhores de Villa Viçosa, cedendo a D. Theotonio de Lencastre, tio do duque, o arcebispado de Evora com outros beneficios ecclesiasticos. Notava ainda sempre ao seu lado a D. Manuel de Portugal, commendador mór de Christo, seu primo co-irmão, como intimo conselheiro de todos os actos do governo, nomeando-o para a embaixada de Roma, e logo depois para a de Madrid, para o não afastar tanto de si, a fim de se ajudar com o seu parecer, que, segundo affirmavam, fôra que devia el-rei sem demora convocar os estados do reino para ser jurada como rainha perante elles a princeza D. Catharina, antes que Filippe II podesse ser avisado [2].

Se esta opinião fosse adoptada, seriam outros os resultados do pleito, que então se discutia.

Moura não o encobriu a seu amo, e Filippe nada receiava tanto como uma resolução no sentido indicado pelo commendador mór.

Em verdade differente cousa era entrar em um paiz,

[1] D. Henrique, quando foi proclamado, estava de todo surdo, tinha perdido os dentes e quasi a vista, e ninguem contava, que podesse viver senão mezes.—Vidè D. Luiz Cabrera de Cordova —*Filippe II, rei de España,* liv. XII, cap. XII.

[2] D. Luiz Cabrera de Cordova —*Filippe II, rei de España,* liv. XII, cap. XII.

aonde o throno se achasse vago, com os votos divididos, e a resistencia pouco organisada, ou invadi-lo, encontrando as fronteiras defendidas, os exercitos apercebidos com um soberano coroado pela nação á testa d'elles, e todos os animos dispostos a venderem caras a liberdade e a independencia.

O rei de Castella (e tudo o demonstra, como teremos occasião de observar mais adiante) a custo se arriscaria a tentar empreza de tanto vulto, sobretudo nas criticas circumstancias, em que se achava a herança de Carlos V. Com a guerra civil a arder no seio dos proprios estados nos Paizes Baixos, e com a Europa a contraria-lo nos ousados planos, que já não escondia, adiantando-se sem disfarce, e de rosto descoberto, para a execução do ambicioso sonho de seu pae, a monarchia universal [1].

Estimulados pelas rivalidades aristocraticas, e pouco affeiçoados ao duque de Bragança, que não possuia as elevadas qualidades, que tornavam sua esposa tão digna de alcançar a corôa, muitos fidalgos preferiam beijar a mão a Filippe II, como rei, a verem-se obrigados a dobrar o joelho diante de um throno, que por soberba não podiam contemplar sem ciume, e aonde não queriam assentar um homem, que embora os excedesse pelo nascimento, não attenuava aos seus olhos a grandeza do sacrificio, que fariam, se o reconhecessem e lhe prestassem obediencia [2].

Na realidade, de todas as desgraças, que feriram o reino n'aquella epocha de desventuras, a maior foi de certo a falta de um pretensor, que pelo prestigio do nome

[1] Vidè Cabrera—*Filippe II, rei de España.*—Herrera—*Historia general del mundo.*—D. Modesto Lafuente—*Historia general de España,* tom. XIV.

[2] Vidè Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI.

e pela auctoridade da pessoa emmudecesse as invejas, e chamasse a si como D. João I todos os elementos da resistencia nacional, unindo-os e disciplinando-os contra o poder da Hespanha.

O duque de Bragança, orgulhoso, descortez, e ao mesmo tempo timido e devorado pela ambição de reinar, era incapaz de jogar a corôa ducal e os vastos dominios da sua casa n'uma partida, em que tinha por adversario o sombrio Filippe II.

Pouco generoso e vingativo, incoherente nas idéas e nos projectos, mal visto dos nobres, que o não estimavam como guerreiro, nem como politico, comprommettendo, e desamparando por fraqueza de espirito e de vontade os que se expunham para o servir, parecia o homem menos proprio para impor silencio ás paixões, captar as sympathias, e recrutar partidarios no meio da confusão, das desconfianças, dos interesses e dos terrores de periodo tão infeliz.

Dizia-se d'elle, e não sem grandes visos de verdade, que a duqueza pelos brios representava o papel de marido, e que o principe inconstante, e sempre embaraçado de receios mostrava brios inferiores aos de mulher em presença de sua esposa [1].

D. Antonio, prior do Crato, que em breve havemos de encontrar, salvo do captiveiro, e occupando a scena d'este drama com os seus enredos e inquietas pretenções, bastardo, como o mestre de Aviz, e como elle mimoso e querido do povo, não soube ser o defensor da nacionalidade ultrajada pelas armas estrangeiras.

Odiado pelo cardeal, que tinha offendido, e com o qual

[1] Todos os escriptos da epocha, ineditos e impressos, são concordes n'este juizo confirmado pelo voto dos diplomatas estrangeiros nas informações aos seus governos.

não conseguiu, ou não quiz, reconciliar-se; suspeito aos fidalgos, de que poucos, e só por aversão antiga a D. Henrique seguiram a sua bandeira; imprudente, e violento, deixou assignaladas por onde passou as provas da sua incapacidade, e foi precisa a longa expiação do infortunio e do exilio para elle resgatar os erros, e se purificar das nodoas, que mancharam por vezes o seu caracter como principe.

Esforçado, atrevido, mas leviano, foi sempre o primeiro como soldado, e o ultimo como capitão.

Filippe II e D. Christovão, se o temeram como pretensor armado, receiaram-o ainda mais depois de ausente. O prior no posto, para que não nascêra, de chefe e de monarcha popular, não os assustava tanto como á sombra do sceptro de Isabel.

Rei da plebe, a victoria nunca lhe sorriu, nem elle a soube captivar.

Para sobresaír e merecer o sceptro de D. João I em tão dolorosos momentos não bastava estender a mão com audacia para o throno vago, era necessario justificar a temeridade pelas acções, e ser digno da corôa e da victoria pela nobreza da ambição e pelos dotes de principe e de general.

D. Antonio era pequeno de mais para tão grande luta. Vencido em toda a parte, aonde pelejou pelos suppostos direitos, que invocava, foi prodigo do sangue, e heroico no soffrimento. No mais nunca se distinguiu, e por isso revezes successivos castigaram sempre as suas emprezas [1].

D. Christovão não ignorava nenhuma d'estas circumstancias, e devassando sem difficuldade por meio de seus

[1] Vidè D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XII.—Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, passim.

agentes os mais recatados segredos do gabinete de D. Henrique, entendeu, que não lhe convinha espaçar mais a declaração dos verdadeiros motivos da sua embaixada.

Para atalhar os occultos propositos do cardeal, e impedir que elle mandasse jurar a duqueza por sua herdeira, pediu uma audiencia, e fallando com a vehemencia que o negocio recommendava, sustentou as pretenções de Filippe II, certo de que o velho soberano, intimidado, não ousaria arriscar o passo decisivo, que lhe aconselhavam os amigos e alliados da casa de Bragança [1].

Não se illudiu.

Á sua voz D. Henrique perturbou-se, balbuciou, e comsigo mesmo resolveu não se antecipar aos acontecimentos, movido pelo receio das ameaças e das armas de Castella.

Não designando o successor, e deixando o throno vago, podia esperar que soasse para elle pacifica a ultima hora, sem que o ruido da guerra e os clamores dos exercitos lhe inquietassem os funeraes; e na demencia da decrepidez, trahindo o primeiro e o mais sagrado dever, trocou a independencia e a liberdade do reino, aonde nascêra, pela tranquillidade d'esses poucos dias, que ainda havia de arrastar até ao sepulchro [2].

Esquecido da antiga amisade votada á memoria do infante D. Duarte, e dominado pelo frio egoismo de uma indole insensivel, calcou aos pés os brios de principe e de portuguez, cedeu ao temor, e associou-se como cumplice revestido da auctoridade real, aos planos tenebrosos dos emissarios hespanhoes.

Moura applaudiu-se do resultado, e celebrou-o como o

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XII.

[2] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.

maior triumpho, que em tão delicadas circumstancias podia alcançar.

Pedro da Alcaçova Carneiro, ferido pelas injustas severidades do rei, suspenso dos cargos, e preso em casa, emquanto corria o processo intentado contra elle, por se vingar, ou para adorar o sol de Castella, que no meio das trevas lhe parecia o unico astro, que podia brilhar no horisonte politico, não duvidou deshonrar os cabellos brancos e a lealdade de longos serviços, travando intimas relações com D. Christovão, e valendo-se das que a passada influencia lhe conservára na côrte, para descortinar os projectos do monarcha e dos seus conselheiros, transmittindo-os ao gabinete hespanhol, que lhe prometteu a elevada recompensa, que premiou depois este vergonhoso acto, e que o ministro de D. João III se não pejou de aceitar e agradecer [1].

Pelo ex-vêdor da fazenda de D. Sebastião foi que Moura descobriu os intentos de D. Henrique em favor da duqueza, sua sobrinha, e que penetrou o secreto plano de se convocarem as côrtes para o primeiro dia de novembro. Foi elle tambem, naturalmente, quem o informou da diligencia, com que o rei encarregára os principaes letrados da côrte, e sobretudo o famoso desembargador do paço, Pedro Barbosa, de estudarem com o maior cuidado o negocio da successão, averiguando e defendendo os direitos de D. Catharina de Bragança [2].

Rasgado repentinamente o véu, que escondia os projectos do seu gabinete, o velho monarcha viu-se obrigado a moderar, se não a transtornar, a execução de propositos,

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XII.

[2] Ibidem.—Manuscripto da academia real das sciencias—*Memorias politicas do cardeal rei D. Henrique*, fol. 17 e 18.

que para se verificarem dependiam de absoluto sigillo; mas o desejo da vingança ainda se ateou mais ardente no seu animo depois da conferencia com o enviado de Filippe II.

Frustradas em parte as esperanças, que tinha concebido de sentar no throno a filha de D. Duarte, e querendo desculpar a fraqueza, com que se dobrava ás intimidações de Castella, voltou os odios contra os auctores da revelação, e não cessando de os procurar, chegou finalmente a pôr o dedo sobre as interessadas indiscrições de Pedro da Alcaçova Carneiro, ao qual não demorou o castigo, mandando-o saír de Lisboa desterrado para Figueiró dos Vinhos [1].

Passaram mezes, porém, antes que se descobrisse o culpado, e n'esse meio tempo novos motivos de perturbação e de sobresalto concorreram para exacerbar os cuidados ao soberano.

O prior do Crato, mais habil, ou mais feliz do que muitos fidalgos, como elle captivos em Alcacer, conseguira quebrar os ferros, pagando resgate quando muito igual ao que em Marrocos se exigia de qualquer cavalleiro nobre; e solto do captiveiro passára de Arzilla, aonde o levaram os mouros para receberem o preço da sua liberdade, ao territorio de Hespanha, por onde se recolhêra ao reino [2].

No começo recebeu-o o tio com os braços abertos e sin-

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XII.—Manuscripto da academia real das sciencias—*Memorias politicas do cardeal rei D. Henrique*, fol. 12 v.

[2] D. Antonio, occultando a condição e figurando-se um simples clerigo, illudiu a cubiça dos infieis, e valendo-se do judeu Abrahão Gebre negociou o seu resgate.—Real archivo da Torre do Tombo—*Padrões e doações da chancellaria de Filippe II*, liv. V, fol. 320 v. Alvará de pagamento de 2:400$000 réis a Abrahão Gebre pelo resgate do prior do Crato.

ceras demonstrações de alegria, mas depressa as converteu em rigor.

Não escapou esta nova phase a D. Christovão de Moura, que desde logo apontou no prior um obstaculo serio, inculcando-o nas suas correspondencias como um dos pretensores mais audaciosos e inquietos.

Em 1578, pouco depois de ter voltado de Africa, D. Antonio contava quarenta e sete annos.

A sua mocidade fôra tempestuosa, e o cardeal D. Henrique, que o fizera tomar ordens sacras para o habilitar a succeder-lhe nas dignidades ecclesiasticas, queixava-se de que lh'o não soubera agradecer [1].

Mesmo na idade madura provou logo que o tempo e a experiencia pouco fructo haviam produzido sobre uma condição inquieta, e incapaz de moderar as ambiciosas aspirações, que apenas chegado a Portugal principiou a declarar.

Filho do infante D. Luiz, do unico principe que sobresaíra na familia de el-rei D. Manuel, e de Violante Gomes, celebrada pela rara formosura que lhe mereceu o cognome de «pelicana», resgatava a nodoa da bastardia e os grandes defeitos do caracter pela cortezia singular das maneiras, e pela liberalidade com que sabia recompensar e attrahir [2].

Quando se applacou o primeiro ardor em D. Luiz, ou quando a sua alma por mais ascetica se converteu para a contemplação da eternidade, frios já os primeiros amores, ou talvez cortados de golpe, rompeu-se entre elle e Violante o laço illegitimo, e uma separação, cruel para ambos,

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LXXXII, pag. 334.

[2] Vida do infante D. Luiz pelo conde de Vimioso, pag. 151. D. Antonio nasceu em Lisboa no anno de 1531.

mas irrevogavel, poz termo ao extremoso affecto, que de certo não estava ainda extincto no peito da mulher, que não pôde depois achar consolação fóra do silencio da clausura, aonde offereceu a Deus, como victima voluntaria, o coração trespassado de dor pelas illusões do mundo, não querendo lembrar-se e viver senão das saudades, que eram ao mesmo tempo o seu remorso [1].

D. Antonio perdeu seu pae em 1555, e segundo expõe na sua «carta ao papa Gregorio XIII», foi creado no mosteiro da Costa, da ordem de S. Jeronymo, situado a curta distancia da antiga villa de Guimarães.

Entrava nos oito annos, quando D. Luiz lhe escolheu este severo noviciado, e logo aos doze o mandou passar para o opulento collegio de Santa Cruz de Coimbra, a fim de se lhe conferir o grau de mestre em artes, sendo muito elogiado pela elegancia, com que fallava e escrevia a lingua latina, e pela eloquencia com que compunha sobre qualquer assumpto dado [2].

Concluidos os estudos das humanidades veiu para a cidade de Evora, aonde residia o infante D. Henrique, para ouvir lições de theologia da bôca do virtuoso fr. Bartholomeu dos Martyres; porém a indole de D. Antonio repugnava ás prisões doiradas, que lhe queriam lançar, e o seu genio altivo, e incapaz de se constranger, cedo convenceu o cardeal, de que o pomposo prospecto das honras sacerdotaes, com que acenava ao sobrinho, não era sufficiente para o subjugar [3].

[1] Violante Gomes viveu recolhida no mosteiro de Almoster, aonde falleceu a 16 de julho de 1569.

[2] *Briefve et sommaire description de la mort et vie de D. Antoine, roy de Portugal*. Paris, 1629, pag. 143 a 147.

[3] *Chronica do cardeal D. Henrique*, cap. VII.—*Briefve et sommaire description de la mort et vie de D. Antoine, roy de Portugal*, pag. 147.

Emquanto reinou D. João III a memoria do pae serviu de escudo ao filho, e apesar das repugnancias, que manifestára, e que não podiam ser agradaveis ao devoto monarcha, o prior do Crato não teve senão que se louvar das largas mercês e pingues dotações, com que o soberano lhe provou a sua amisade. Fallecido, porém, o herdeiro de D. Manuel, e chamado ao governo o infante D. Henrique, renovaram-se as discussões, aggravou-se a dissidencia, e a vontade do inquisidor geral, sempre absoluta, foi publicamente desattendida por uma recusa, que elle capitulou de ingratidão, e que segundo o seu costume procurou punir, não poupando ao sobrinho severidades e dissabores.

As cousas chegaram a ponto, que soou a noticia d'ellas na côrte de Filippe II, o qual sempre disposto a interpor-se, mandou a Lisboa D. Christovão de Moura com a missão especial de reconciliar D. Antonio com o cardeal [1].

Vendo a successão do reino só pendente da meninice de D. Sebastião, passou-lhe pela mente ao prior a idéa de vir talvez um dia a obter a corôa de Portugal, e longe de annuir aos desejos do infante, arrostou sem receio as suas iras, e em habitos seculares acolheu-se a Castella, preferindo o exilio momentaneo á obediência, que o tio exigia em tom imperioso, e que se decidíra a negar-lhe inteiramente [2].

D. Henrique nunca lhe perdoou; mas D. Sebastião, assumindo as redeas do poder, e desaffrontado da tutela do regente, deu-lhe desde logo positivas provas da sua be-

[1] Manuscriptos da bibliotheca de Metz. — Negociações de D. Christovão em 1566.— Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 25.

[2] *Briefve et sommaire description de la mort et vie de D. Antoine, roy de Portugal*, pag. 46 e 47.

nevolencia, honrando-o com o tratamento de excellencia, e acrescentando-o em rendimento [1].

Durou pouco todavia este valimento. O astro brilhante de Christovão de Tavora e dos fidalgos moços, que rodearam a el-rei depois da primeira jornada de Africa, depressa o offuscou; e o prior, enviado a Tanger para governar a praça, emquanto o principe não passava em pessoa, parece não haver correspondido como capitão á confiança, que o exaltado mancebo depositára n'elle, porque até á expedição de 1578 não se deprehende que tornasse a reconquistar o favor, que no principio do reinado o distinguíra.

As contestações entre D. Antonio e Christovão de Tavora nas vesperas da partida da armada, contestações em que D. Sebastião tomou parte a favor do valido, offenderam o prior do Crato por tal fórma, que na explosão da maior cholera jurou ausentar-se do paiz, e esquecendo aggravos antigos pelo recente, procurou seu tio o cardeal no retiro de Cintra, em Penha Longa, para talvez fazer com elle causa commum contra os privados que se tinham assenhoreado do coração do monarcha [2].

Mais socegado depois d'este passo desistiu do proposito de se separar de el-rei, e acompanhou o exercito a Alcacer, aonde caíu nas mãos dos mouros, ennobrecendo as armas com bellos rasgos de valor.

A sua chegada a Lisboa, no momento em que as incertezas da successão alvoroçavam os animos, foi muito festejada; porque D. Antonio em 1578 justificava a boa opinião, que publicou depois a respeito d'elle o duque de

[1] Requerimento do duque de Aveiro a Filippe II, datado de julho de 1598.

[2] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. LII. — *Chronica do cardeal rei D. Henrique*, pag. 10.

Aveiro, affirmando que sempre o conhecêra muito cortez e popular [1].

De feito a estas qualidades é que o filho do infante D. Luiz devia o partido, que o acclamou, e que talvez prevalecesse, se as rivalidades do duque de Bragança, e as invejas e cubiças de outros senhores poderosos não enfraquecessem a resistencia, preferindo curvarem-se diante de Filippe II a repetirem unidos as proezas de Aljubarrota.

Apenas chegou a Portugal, respirando livre do captiveiro, o prior do Crato principiou logo a inquietar o cardeal, e os conselheiros, que o rodeiavam, apresentando-se como pretensor, e sustentando sem fundamento, que fundava os seus direitos no casamento de Violante Gomes com o infante D. Luiz.

Para confirmar esta versão adduzia testemunhos mais do que suspeitos, e tecia um romance, que só podia enganar os credulos pouco informados das intimidades da côrte de D. João III.

Os modos insinuantes, a affabilidade do trato, e a generosidade natural, com que distribuia todos os rendimentos, tinham-lhe ganhado a affeição do povo, e a de alguns fidalgos descontentes, que antigas offensas desviavam do monarcha.

No meio das apprehensões geraes os olhos dos populares voltavam-se para elle como para o unico principe capaz de defender a independencia e as liberdades do reino, renovando a epocha do mestre de Aviz [2].

[1] Requerimento do duque de Aveiro a Filippe II, datado de julho de 1598.

[2] Sobre esta opinião do povo vidè — *Portugal Restaurado*, tom. I. — Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, e outros.

O duque de Bragança, segundo notámos, pouco estimado da nobreza pela sua descortezia, ainda o era menos do geral dos subditos, que não soube chamar a si como D. Antonio pelas qualidades do caracter, e pela benevolencia das maneiras.

Sendo o mais poderoso e rico vassallo portuguez, e tão proximo do throno pelo sangue e allianças, os grandes estados e riquezas, de que dispunha, mais serviram para o entorpecer, do que para o ajudarem. Queria que o sceptro lhe caísse nas mãos quasi sem esforço, fiou-se na amisade de D. Henrique por sua esposa (a sobrinha que o infante mais prezava), e nunca ousou adiantar um passo decisivo, temendo provocar as iras de Filippe II, e expor a sua casa ás contingencias de uma luta com Castella [1].

Os outros pretendentes davam menos cuidado, do que estes, a D. Christovão de Moura e a seu amo, tanto pela distancia a que se achavam, como pela maior facilidade, que offerecia a refutação das allegações, em que firmavam a justiça de suas exigencias.

Nem Ranucio de Parma, apesar de ser neto do infante D. Duarte por sua mãe D. Maria, irmã mais velha da duqueza de Bragança, e da vigorosa defeza que redigiram em seu favor os doutores italianos de Padua e de Bolonha; nem o duque de Saboia, Manuel Philisberto, por sua mãe a infanta D. Beatriz, segunda filha de el-rei D. Manuel, nem Catharina de Medicis, que só citava a imaginaria descendencia de Affonso III e de Mathilde, condeça de Bolonha, que não tivera filhos d'este matrimonio, podiam em verdade oppor-se com exito á successão em presença

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de Espana*, liv. XIII, cap. XII. — João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, Restauração de Portugal* — Officina de Lourenço de Anvers, Lisboa, 1642.

dos argumentos, que invocava D. Catharina, e que depois d'ella assistiam ao rei catholico.

Os principes de Parma e Saboia, por pouco poderosos, não estavam alem d'isso em circumstancias de unirem ás instancias dos embaixadores subornos e ameaças; não admira portanto, que fossem ouvidos com indifferença e desprezados, sorrindo-se até em Roma da pretenção de algum d'elles os seus parentes mais chegados, depois de attrahidos á politica hespanhola [1].

Os jurisconsultos que n'essa epocha não estudavam outro assumpto, contestavam as rasões expostas pelo duque Ranucio, filho de Alexandre Farnesio, observando, que não sendo elle filho de irmã, mas de sobrinha do rei D. Henrique, não estava para com o cardeal em terceiro, mas em quarto grau, não lhe aproveitando por esta causa na successão da linha collateral o beneficio da representação applicavel só aos sobrinhos, filhos de irmãos da pessoa de quem se ha de herdar [2].

Notavam ácerca do duque de Saboia, que sendo menor em idade do que Filippe II, e filho da infanta D. Beatriz, mais moça do que sua irmã a imperatriz D. Isabel, mãe do rei catholico, não podia preceder o monarcha hespanhol, que por todos os motivos lhe levava decidida vantagem [3].

Sobre D. Antonio, prior do Crato, a pouca substancia das suas pretenções dispensava largos arrasoados.

[1] Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—*Carta de D. João de Zuniga* a *Filippe II*, Roma, 3 de janeiro de 1579.

[2] *Allegações de direito que se offereceram ao muito alto e muito poderoso rei D. Henrique por parte da senhora D. Catharina, sua sobrinha, filha do infante D. Duarte*, a 22 de outubro de 1579. Impressas em 1580, fol. 101 v.

[3] Ibidem, fol 103.

Para elle prevalecer era necessario que se provasse o casamento do infante D. Luiz, ao qual de certo iria a corôa, se tivesse, extincta em D. Sebastião a linha primogenita da casa real; mas as fabulas a que se recorreu para dar alguma côr de realidade ao supposto matrimonio foram por tal modo transparentes, que não comportavam exame serio [1].

Fallava-se de promessas repellidas pelo pudor de Violante Gomes, tão casta como formosa; contavam-se episodios dramaticos, em que de uma parte se retratava a viva paixão do principe, e da outra a resistencia da donzella; emfim concluia-se, esboçando uma scena quasi theatral, em que o amante, arrebatado pelo ardor dos desejos, e querendo triumphar a todo o preço, não hesitára em premiar a constancia virtuosa da dama com a mão de esposo, annuindo a destruir-lhe os escrupulos por meio de um vinculo secreto.

Mas infelizmente para o prior este edificio artificiosamente levantado carecia de base.

A historia dos amores de sua mãe com o irmão de D. João III era conhecida, e os testemunhos que citou, quasi todos de familiares e de clientes seus, desmentiram-se, confessando o perjurio, ou contradizendo a evidencia, apenas ministros commissionados pelo cardeal os inqueriram e apertaram nos interrogatorios.

D. Antonio não podia dizer-se, pois, filho de legitimo consorcio, e nem mesmo possuia o menor titulo para demonstrar que tinha sido legitimado.

Pelo contrario os seus adversarios sem difficuldade ti-

[1] *Allegações de direito, que se offereceram ao muito alto e muito poderoso rei D. Henrique por parte da senhora D. Catharina, sua sobrinha, filha do infante D. Duarte.* Illação terceira, fol. 103.

ravam contra elle dos factos legaes todas as consequencias, convencendo-o com o proprio testamento de seu pae, e com a licença impetrada de Roma para ser provido no beneficio, que desfructava [1].

N'estes termos, e excluidos assim todos os outros concorrentes, versava só a questão entre o rei de Castella, que pedia a declaração de preferencia, como filho da imperatriz D. Isabel e neto de el-rei D. Manuel, por ser mais proximo em grau, e mais privilegiado pelo sexo e idade, e D. Catharina, filha do infante D. Duarte, o qual, na falta de seus irmãos D. Luiz, D. Affonso e D. Henrique, devia succeder no throno se porventura existisse, sustentando a princeza que representava a seu pae em todos os direitos, e que no logar d'elle precedia o soberano hespanhol, que alem de estrangeiro, descendia por linha feminina, menos nobre, da dynastia portugueza, appellando D. Filippe, a fim de se melhorar contra a duqueza, para a exclusão da lei salica, quando era obvio que nunca similhante lei tivera vigor, ou auctoridade entre nós.

Os argumentos, que allegavam os defensores da duqueza de Bragança, teriam triumphado, se a questão se decidisse em presença das provas juridicas, se o reino todo se unisse para assegurar a independencia e a liberdade do seu voto em côrtes, e se o cardeal rei, trahindo na hora suprema a consciencia e os deveres de soberano e de juiz, intimidado pela espada de Castella, não desarmasse a sobrinha e o povo da força e da auctoridade, que a ambos daria uma decisão pronunciada por elle em tempos, em que o espirito publico vacillante em uns, corrompido em outros por dadivas e promessas, e em muitos acovardado pelos receios das lutas civis e da guerra estrangeira, se

[1] *Artigos de legitimidade apresentados por D. Antonio* — Bibliotheca Salazar, gav. 45.

voltava para o throno, pedindo-lhe uma palavra de verdade e de justiça, que servisse de bandeira á defeza, se a aggressão de fóra, ou a resistencia dentro, ousassem levantar a voz.

D. Henrique preferiu calar-se. Amava a infanta D. Catharina, mas ainda estimava mais a propria tranquillidade.

Dizer que a corôa pertencia á duqueza de Bragança equivalia a riscar de um traço de penna as pretenções e as esperanças de Filippe II, visinho, vingativo e armado, e esta alma frouxa, devorada de ambição senil, este velho que arrastando passos tropegos para o tumulo, cuidava firma-los ainda por alguns annos no caminho da vida e das pompas reaes, preferindo deixar o pleito em aberto, os contendores incertos e cheios de resentimentos uns contra os outros, e a monarchia exposta á sujeição detestada de Castella.

Os ministros mais intimos, que o cercavam, e aos quaes ouvia quasi exclusivamente, rendidos pelo interesse ás suggestões dos agentes hespanhoes, depois de hesitações mais affectadas que sinceras, quasi todos viraram as costas á causa da legitimidade e do paiz, e echos venaes da politica do Escurial, principiaram a servi-la, aggravando os terrores, que esmoreciam o coração pusillanime do caduco monarcha, pintando-lhe como perigósa e impossivel de sustentar a resolução em favor de D. Catharina, representando-lhe os direitos á corôa da princeza como equivocos, ou duvidosos, e exagerando-lhe as immensas vantagens de um pacto ajustado pacificamente com o filho da imperatriz D. Isabel, que não cessava de ajuntar ás allegações, aos manifestos, e aos discursos dos seus embaixadores a ultima rasão dos ricos e poderosos, o oiro e as ameaças.

Não cabe aqui a discussão extensa de tão amplo assum-

pto como foi o da successão em 1579, averiguado em volumosos tratados então e depois por jurisconsultos encanecidos no estudo, e dotados de engenho subtil.

A idéa que demos dos fundamentos, em que os diversos pretensores se estribavam para estabelecerem o direito de preferencia, postoque muito resumida, parece-nos offerecer sufficiente luz para o esclarecimento dos factos e para a apreciação do direito; e ousâmos asseverar, que se a Filippe II faltassem os meios coercitivos, como aos duques de Parma e de Saboia, e não se valesse da espada do duque de Alva lançando-a na balança, de certo as opiniões dos seus theologos e doutores, reduzidas ao valor logico, e á persuasão derivada das polemicas, não lhe conquistariam a corôa, emmudecendo no meio do tumulto das armas e pela compressão da força physica a evidencia, que militava em beneficio da filha do infante D. Duarte.

Elle tanto o entendia assim, temendo-se de um rasgo mais energico do cardeal, que nas correspondencias com D. Christovão de Moura e com os agentes de quem se confiava, nunca se cansava de instar que aplanassem as maiores difficuldades, lembrando a necessidade de convencer o duque de Bragança e o prior do Crato para que o reconhecessem, seguro de que se elles se retirassem da lide em virtude das convenções propostas, facil lhe seria empunhar o sceptro portuguez.

A D. Antonio tratou-se de o attrahir, apenas livre do captiveiro pisava as terras de Hespanha, acenando-lhe em nome do rei catholico com um despacho lucrativo, qual era a mercê dos priorados de Leão e de Castella, no caso de coadjuvar as exigencias de seu tio Filippe II, e de unir a sua fortuna á sorte d'ellas [1].

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XII, pag. 1019, anno de 1578.

Aos duques de Bragança offereceram-se desde logo tambem partidos ainda mais vantajosos se consentissem em desistir da sua pretenção. Largo em promessas o monarcha hespanhol para deslumbrar os concorrentes, de quem tanto se receiava, não punha em duvida alienar então da corôa, que pedia, o titulo e a posse do reino dos Algarves, e as terras, que tinham pertencido aos infantes, coroando a forçada e não sincera generosidade com o privilegio de permittir, que os sobrinhos podessem mandar todos os annos ás Indias uma nau carregada por sua conta [1].

Nem o bastardo de D. Luiz, nem a infanta D. Catharina cederam á tentação.

O prior, porque nutria pensamentos altivos e reputava opportuno o lance para repetir o papel de D. João I, cingindo a corôa á voz dos povos; a princeza, porque, illudida com a benevolencia obsequiosa do cardeal, e segura do seu direito, nunca imaginou que o oiro de Castella, a impopularidade do esposo, e a fraqueza de D. Henrique, podessem tanto, que, vencendo as repugnancias nacionaes, sentassem no throno, que occuparia vivo seu pae D. Duarte, o estrangeiro, filho da imperatriz D. Isabel, dando-lhe a mão para subir a elle o proprio cardeal e a maior parte da nobreza [2].

Assevera-se que possuida de nobre orgulho repellíra sempre as propostas de Castella, dizendo que melhor seria perder tudo, do que receber como favor um quinhão do que fôra seu. Entretanto, se estas eram na realidade as suas idéas deve acrescentar-se, que o duque, seu marido, por inercia e timidez, ou por não fazer valer os seus direitos,

[1] João Pinto Ribeiro—*Usurpação, retenção, e restauração de Portugal*, Lisboa, 1642, fol 2.

[2] Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.

hesitou, deixou fugir as occasiões, e pouco apto para o elevado destino, que ambicionava, concluiu por desamparar a propria causa, declarando-a perdida antes de combater, e curvando o joelho aos pés do monarcha, que jurára nas côrtes por legitimo soberano, emquanto em particular o accusava com motivo de reinar como violento usurpador [1].

Filippe II, que n'esta questão nunca se sobresaltou com os obstaculos, nem arriscou um passo mal medido, tinha creado em Madrid uma junta formada de conselheiros amestrados nos segredos e propositos da sua politica, e dedicados ao triumpho completo dos seus designios. Por ella corriam todas as correspondencias com Portugal, e apesar de repartido para tantos cuidados ao mesmo tempo, o filho de Carlos V estudava com summa vigilancia todas as informações, ponderava em notas do seu punho á margem dos papeis as vantagens e os inconvenientes dos arbitrios suggeridos, e infatigavel e sereno no centro dos enredos e rivalidades, que dividiam os ministros, via tudo pelos seus olhos, soltava, ou detinha nas mãos, segundo julgava opportuno, as confidencias importantes, e nunca largava, nem por um momento o fio das embaraçadas negociações, de que na verdade só elle era a alma, e muitas vezes o conselho [2].

Parece impossivel como um só homem podia abraçar a

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, retenção, restauração de Portugal*, Lisboa, 1642, fol. 2.

[2] Sobre esta feição do caracter de Filippe II, vidè Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI; o vol. I do *Governo de Hespanha*, da bibliotheca real da Ajuda; e a correspondencia tambem manuscripta do rei catholico com D. Christovão, Ossuna, e outros, colligida em duas partes, e copiada da bibliotheca nacional de Madrid por ordem da academia de Lisboa.

immensa variedade de tantos assumptos, e chegar para tantas occupações, cada uma das quaes hoje esgotaria as forças do estadista mais laborioso, porque o vemos ao mesmo tempo seguir as vicissitudes das guerras de Flandres, as hostilidades dissimuladas do gabinete de Isabel Tudor, as occorrencias de Italia, e as discordias dos partidos religiosos, que dilaceravam a França [1].

A junta escolhida para consultar sobre as difficuldades da successão em Portugal tinha no seu seio o cardeal Queiroga, o confessor do rei fr. Domingos de Chaves, fr. Fernando del Castillo, os presidentes do conselho de justiça e ordens, os marquezes de Aguilar e Almazã, conselheiros de estado, e os licenciados Molina, Francisco Hernandes de Lievana, Fuenmayor, Rodrigo Vasques de Arce, e Juan Thomás do conselho real [2].

Quando voltou do captiveiro de Africa o antigo embaixador castelhano D. João da Silva, Filippe II, attendendo o parecer do duque de Ossuna, já a esse tempo ao lado de D. Henrique, e não querendo remover a Christovão de Moura, cujos serviços lhe eram essenciaes, Filippe deteve-o com grandes mostras de agrado, declarou-o indispensavel pelo seu profundo conhecimento da nossa côrte, e, para o entreter e desviar, deu-lhe assento e voto na junta, logar que D. João aceitou constrangido, e que de certo estava muito longe da representação e valia, do que occupára em Lisboa, e servia durante a sua ausencia o sobrinho de Lourenço Pires de Tavora [3].

Com o mesmo tacto e prudencia, depois da escolha de

[1] Vidè Mignet — *Maria Stuard.* — Lafuente — *Historia general de España,* tom. XIV.

[2] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España,* liv. XII, cap. XVI.

[3] Ibidem.

Moura, designou para seu primeiro embaixador junto do cardeal ao duque de Ossuna D. Pedro Giron, um dos mais poderosos senhores de Hespanha por linhagem e riqueza, e pelo respeito e qualidades da pessoa, o qual já fôra vice-rei de Napoles, e que as allianças aristocraticas, que o ligavam com a casa de Aveiro pela duqueza viuva D. Magdalena Giron, deviam tornar mais aceito e estimado em Portugal, do que outro qualquer fidalgo.

O duque não apressou a jornada de accordo com o rei, pretextando ora uma, ora outra enfermidade, a fim de deixar a D. Christovão de Moura o tempo preciso para dispor as cousas opportunamente, sondar os animos, e descobrir a estrada mais segura para o bom resultado da missão.

Quando bateu a hora propria Ossuna passou lôgo da convalescença á robustez, e appareceu em Lisboa munido de todas as instrucções, desmentindo os que negavam a sua vinda, e alentando os que por despersuadidos d'ella, posto a desejassem, principiavam já a desconfiar que nunca se realisaria [1].

Entretanto Moura, sempre activo e resoluto, não levantava mão das diligencias, que encetára.

Servido por agentes officiosos, e por espiões pagos, póde dizer-se, que assistia invisivel aos conselhos mais occultos do rei, aos conciliabulos dos inimigos de Castella, e aos planos de todos os emulos e adversarios de seu amo.

A correspondencia do confidente de Filippe II n'este periodo trabalhoso prova igualmente zêlo incansavel, grande

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XIII. — Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.

perspicacia, facilidade em conceber, rara promptidão em decidir, e grande juizo em aconselhar[1].

A opinião que o douto historiador Leopoldo Ranke refere ácerca d'elle, tirada do relatorio de um dos nuncios venezianos, parece-nos menos fundada.

Quem ler a volumosa serie de documentos da sua embaixada em Portugal, desde 1578 até 1580, e considerar as delicadas e perigosas circumstancias, em que elle a exerceu, não póde confirmar o conceito de Contarini, que sem ser severo, parece pouco justo, antepondo nos merecimentos Idiaquez a Moura, como homem mais accessivel e menos aspero, mais versado no trato dos negocios externos, e só inferior no valimento a D. Christovão por não ter como elle tão facil entrada nos aposentos do monarcha, e não se achar tantas vezes na sua presença. O herdeiro de Carlos V, que não se costumava illudir muito nas apreciações dos ministros, que o ròdeavam de mais perto, e que honrava, tinha-se inclinado ao sobrinho de Lourenço Pires, não por impulsos de affeição caprichosa, pouco compativel com o seu caracter silencioso, observador, e retrahido, mas pelo convencimento da fidelidade, da aptidão e da experiencia do ministro, a quem deveu na realidade o throno de Portugal.

Nada propenso a encarar a humanidade por um aspecto sympathico e benevolo, o sombrio monarcha, diante do qual os validos mais ufanos do seu poder caíam fulminados, e cuja vista irritada era um punhal, que os feria de morte apenas lhes annunciava a quéda, até á ultima hora conservou sempre a mesma predilecção por Moura. Expirando quasi nos seus braços dizia d'elle com frequen-

[1] Salvá—*Colleccion de documentos para la historia de España*, tom. VI.—Correspondencia manuscripta da academia das sciencias de Lisboa, copiada da bibliotheca de Madrid.

cia (elogio raro na sua bôca!) «que não encontrára nunca homem mais digno da confidencia dos negocios importantes, tão respeitoso para com Deus e o seu rei, e menos sujeito á lepra da ambição e da cubiça.» [1]

Este louvor, se abona os dotes de estadista de D. Christovão, não nos parece que faça realçar muito a sua physionomia moral. Para servir em tudo, e em tempos taes a um principe como Filippe, e merecer plenamente a sua estima, era necessario ser pouco sensivel aos remorsos, e quasi surdo de consciencia. Moura não peccou de certo pela delicadeza dos escrupulos. Vivia na triste escola politica do seculo XVI, em Hespanha, e ao lado de um soberano, que não hesitára nunca sobre a escolha dos meios.

O primeiro segredo, que o embaixador hespanhol descobriu, e communicou, não sem algum sobresalto á sua côrte, foi o projecto de impetrar da santa sé a dispensa necessaria para o casamento do cardeal D. Henrique. O facto por absurdo, deveriá ser capitulado de pura invenção; porém, penetrando pelos caminhos subterraneos, que soubera cavar, e que minavam o paço, os conventos principaes, e a residencia dos personagens mais conspicuos, D. Christovão veiu a conhecer, que a lisonja, ou a aversão ao dominio castelhano, haviam inspirado este recurso extremo, e que nos conselhos celebrados na cella do confessor Leão Henriques, e nos aposentos do duque de Bragança se tramára este plano, que verificado podia vir a ser fatal ás pretenções do rei catholico [2].

Apesar de decrepito, e de tão tremulo pelos annos e

[1] Contarini — *Relatione di Spagna*, 1593, inform. XII. — Ranke — *Osmanlis e hespanhoes*, cap. II.

[2] Salvá — *Colleccion de documentos para la historia de España*, tom. VI. — D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XIII.

achaques, que muitas vezes só podia assignar de chancella, o rei de Portugal ainda se lisonjeava de assegurar a successão, mostrando-se impaciente por contrahir um enlace, que lhe recommendavam como o meio opportuno e decisivo de pôr termo á anciedade publica, prevenindo futuras perturbações civis [1].

Moura advertia que os jesuitas, que denomina os theatinos, e que descreve como activos partidarios da casa de Bragança, eram os auctores d'esta novidade, que fazendo rir a principio os incredulos pela estranheza, chegou a assustar seriamente os ministros castelhanos, que não pouparam esforços em Roma e em Lisboa para frustrarem os intentos do caduco monarcha, o qual tendo timbrado toda a sua existencia em manter illesa a reputação de casto, parecia cada vez mais enlevado na idéa de um consorcio, de que os annos, as enfermidades e o estado ecclesiastico o deveriam desenganar por inutil e escandaloso [2].

Entretanto Filippe II, receiando que o plano se verificasse, expediu apertadas instrucções ao commendador mór de Castella D. João de Zuniga, embaixador em Roma, e encarregou-o de frustrar por meio de diligencias indirectas e occultas a concessão da dispensa, que os portuguezes solicitavam com ardor, invocando a equidade e a benevolencia do santo padre.

Ao mesmo tempo enviou logo á côrte de seu tio a fr. Fernando del Castillo, da ordem de S. Domingos, vogal

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII. — Salvá — *Colleccion de documentos para la historia de España*, tom. VI.

[2] Salvá — *Colleccion de documentos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura com Filippe II. — Officios de 8, 18, 21 e 31 de janeiro, e de 7 de fevereiro de 1579.

da junta, que acabava de nomear, e muito estimado pelo saber e gravidade, incumbindo-o de dissuadir o cardeal do perigoso proposito, e de accordo com D. Christovão de suscitar todas as difficuldades á execução de uma idéa, que destruia pela base as suas esperanças, temendo que a despeito da incapacidade senil o matrimonio de D. Henrique desse ao reino o successor, que se desejava, não sendo raros os exemplos, nem pouco frequentes os artificios em casos taes, sobretudo quando se sabia que a nação inteira se havia de unir para os approvar [1].

Fr. Fernando apressou a viagem, e a 18 de janeiro de 1579 achava-se em Lisboa, aonde Moura, depois de o informar da verdadeira situação das cousas, e de apurar com elle a redacção da memoria, que devia offerecer, o apresentou a el-rei.

As rasões dictadas em Madrid ao dominicano tocavam todos os pontos, que podiam contrariar a resolução, a que D. Henrique se mostrava inclinado, e tendiam a combater o animo do rei, suscitando-lhe escrupulos e receios.

Depois de expor a novidade do facto, assegurando não haver memoria de nenhum bispo ter casado, observava que seria muito estranhado na Europa, que um soberano devoto e reverente, quebrando com os costumes e tradições da igreja catholica, arrojasse em idade tão cansada as insignias prelaticias, despisse a purpura, e apparecesse de repente, profanado o estado sacerdotal, em outros habitos e figura na presença da Europa, aonde a voz e o escarneo da heresia de certo castigariam com censuras e apodos tão insolita mudança.

Insinuava que seria mais do que duvidoso, que o papa podesse conceder a dispensa a um bispo, quando as opi-

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova —*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XIII.

niões mais seguidas dos theologos affirmavam com S. Thomás, que nem aos frades devia a auctoridade pontificia permitti-lo. Demais rogava a sua alteza, que notasse o risco de se discutir questão de tanto melindre nos claustros das universidades, arrastada a reputação de um soberano veneravel pelos motejos dos maledicentes, e contestada, não sem motivo, pelos mais severos a legitimidade dos filhos, que nascessem de similhante matrimonio [1].

Concluindo, insistia, obsecrando os sentimentos religiosos do monarcha, lembrando-lhe o que succedêra em Inglaterra por caso identico, no tempo de Henrique VIII, ardendo por esta causa cada vez mais forte o fogo da heresia, e pedindo-lhe que attendesse ao riso e ao jubilo dos sectarios de Luthero, se vissem um principe da igreja romper os vinculos espirituaes e confirmar pèlos seus actos as calumnias, que não cessavam de disparar contra a disciplina catholica. Sobre isto ajuntava ainda, que sendo o motivo de tão arriscado e imprudente passo, como se dizia, o desejo de evitar as offensas a Deus, que traziam comsigo as guerras e discordias originadas de uma successão disputada, fraco e triste remedio seria este, pois nem parecia provavel que o casamento proposto fosse abençoado com um, ou mais herdeiros, achando-se o cardeal tão adiantado em annos, e tão gasto de compleição pelas molestias e trabalhos, nem quando os tivesse, deixariam por isso de se levantar duvidas, inquietações e difficuldades por parte dos interessados, os quaes sempre haviam de negar, ou pelo menos enfraquecer o direito dos que viessem infirmar os seus, não lhe faltando infelizmente argumentos para o fazerem, se o rei, clerigo, bis-

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XIV. — *Correspondencia de Moura* em Salvá, tom. VI. — Officio de 21 de janeiro de 1579.

po, cardeal e inquisidor, persistisse em se desviar do que lhe aconselhavam a moral, os deveres canonicos, e o proprio respeito da sua reputação [1].

D. Henrique, dissimulado, mas rancoroso, ouviu sem apparencias de enfado a leitura da memoria, respondendo em termos ambiguos; porém nunca mais perdoou a Filippe II a offensa, conservando quasi até á morte vivo no peito o odio secreto, que desde aquelle dia concebêra contra elle [2].

Entretanto, por mais que encobrisse o seu desgosto, este não escapou a Moura, que não deixou de o communicar para Madrid, louvando a sisudeza com que fr. Fernando se abstivera de redarguir á pergunta, que lhe dirigíra o cardeal no fim do discurso, dizendo que se não casasse os Estados haviam de instar para que nomeasse o herdeiro da corôa, e que por isso desejava saber como tomaria o rei catholico esta solução, no caso de elle se decidir por ella?

O velho monarcha, recorrendo a esta evasiva, não ignorava os graves embaraços, em que ía collocar a côrte de Castella, á qual de certo tudo aproveitaria mais do que confundir por culpa sua a opposição ao matrimonio com a declaração do successor ao throno [3].

A prova de que se não enganava n'este conceito demorou-se pouco.

A cidade de Lisboa, avisada do que passava, e das

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Memoria de fr. Fernando de Castillo*, liv. XII, cap. XIV. — *Correspondencia de Moura com Filippe II* em Salvá, tom. VI. — Officio de 21 de janeiro de 1579.

[2] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XVI. — *Correspondencia de Moura* em Salvá, tom. VI. — Officio de 21 de janeiro de 1579.

[3] Ibidem.

diligencias de Castella, representou ao soberano, que se lembrasse dos trabalhos padecidos pelo reino em outras epochas por causa similhante, mais por negligencia dos governos, do que por erro dos acontecimentos, pedindo-lhe com encarecido zêlo, que não se descuidasse em assumpto, de que pendia o socego, a liberdade, e a independencia do reino.

Não lhe supplicava que se casasse, porque não se atrevia a ser juiz da sua consciencia e disposição, mas que, a faze-lo, não dilatasse nem um dia a execução, porque no caso de poderem mais com sua alteza escrupulos, do que rasões de estado, convinha mandar ouvir desde logo a todos os pretensores para dentro de prasos determinados allegarem os seus direitos.

Por ultimo encerrava-se a petição, rogando a D. Henrique se compadecesse dos povos, tranquillisando-os, porque nada seria mais justo do que dar-lhes a tempo conhecimento do rei, que haviam de ter, para descansarem de temores e inquietações, sendo filho da terra natal, e não o sendo, para não faltar o espaço necessario a todos a fim de se aconselharem e resolverem [1].

Esta instancia, talvez inspirada por algum dos confidentes do principe, ou pelo menos por algum dos partidarios da casa de Bragança, que era ainda muito bem vista d'elle, excitou a vigilancia de D. Christovão. Fr. Fernando de Castillo por aviso seu tornou a requerer outra audiencia, e obtendo-a em 28 de janeiro, pela segunda vez repetiu os argumentos já apresentados na primeira, reforçando-os com novas citações, e com escrupulos apropriados ao intento de dissuadir o monarcha de um proposito,

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XIV.—*Correspondencia de Moura* em Salvá.—Officio de 18 de janeiro de 1579 e outros posteriores.

que lhe pintou claramente como escandaloso para a religião catholica, indigno dos seus annos e virtudes, e funesto por todos os respeitos [1].

D. Henrique obstinado por indole, e offendido dos termos da embaixada, tanto por odio ao rei catholico, como por amor proprio, longe de ceder, ainda se confirmou mais na idéa, que não cessavam de lhe suggerir D. Duarte de Castello Branco e os jesuitas, provavelmente pela voz preponderante do confessor.

Reunindo o conselho de estado em 31 de janeiro na cella de Leão Henriques, participou-lhe que estava resolvido a aceitar o enlace, que se lhe propunha, e que para o verificar só esperava pela dispensa impetrada da santa sé, ordenando o maior segredo sobre tão importante communicação. Declarou tambem, que entendendo dever abreviar o praso da convocação das côrtes, assentára em as abrir a 10 de março, não em Almeirim, mas na propria capital. D'esta ultima decisão mandou informar os vereadores e o senado de Lisboa no mesmo dia, sabendo tudo Christovão de Moura apenas as portas da cella se fecharam sobre o ultimo conselheiro [2].

Por vaidade o cardeal, cujas horas pareciam contadas, não queria ver que os poucos dos que chamava para confidentes lhe não eram fieis. No conselho, que acabára de celebrar, a que só assistíra de novo o bispo capellão mór, e aonde se discutira a redacção da replica ás duas memorias de fr. Fernando de Castillo, estavam homens, que não se envergonharam de saírem á pressa para revelar o segredo de estado aos castelhanos, rindo-se do pobre moribundo, que vergado pela decrepidez ao peso da corôa,

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XIV, pag. 1028 a 1031, ediç. de Madrid de 1619.

[2] Ibidem.

ainda ousava sonhar com as pompas e flores de um noivado real!

No senado de Lisboa acontecia o mesmo. As portas de todos os tribunaes por discretas nunca esconderam os negocios mais intimos, quando os interesses de Hespanha lucravam em os prescrutar [1].

Dos ministros, que D. Henrique ouvíra, D. João de Mascarenhas tinha já prestado preito e menagem occultamente a Filippe II, e servia-o com a mascara de portuguez no rosto [2]; o bispo capellão mór D. Jorge de Athaide aceitára uma carta enviada de Madrid pelo rei catholico, na qual lhe agradecia a dedicação pelo seu serviço, e o prelado apenas receiava, que a correspondencia estrangeira se transviasse e fosse caír em mãos inimigas [3]; do arcebispo de Lisboa nunca Moura duvidou que seria facil seduzi-lo; e Francisco de Sá, se não se voltára ainda para o sol do Escurial é de crer que já meditasse faze-lo, como depois praticou, quando á cabeceira da monarchia quasi agonisante se lembrava mais de si e de Castella, do que do nome, que tinha, e da lealdade que devia á patria [4].

O papel, composto na cella do confessor, e mandado a Castillo com ordem de partir immediatamente, refutava as rasões oppostas pelo gabinete de Filippe II ao casamento de seu tio, invocando o temor de Deus, os devêres de principe, e o amor da paz e tranquillidade dos vassallos, como fundamentos irrespondiveis, que não só aucto-

[1] Correspondencia de Christovão de Moura com Filippe II em Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Officio de 31 de janeiro de 1579.

[2] Ibidem. — Officio de 29 de dezembro de 1578 e muitos outros posteriores.

[3] Ibidem. — Officios de 7 de fevereiro de 1579 e outros.

[4] Ibidem. — Officios diversos a Filippe II.

risavam, mas impunham ao velho monarcha, como obrigação de consciencia, a resolução de assegurar pelo seu consorcio a successão ao reino [1].

Notava, que o summo pontifice por nenhum modo podia escusar-se como vigario de Christo, de conceder a dispensa, pois se tratava do bem commum pela rasão natural e divina sempre superior á conveniencia particular; e estranhando o exagerado reparo, que se apregoava ácerca da novidade do vinculo matrimonial em um prelado e cardeal, replicava que tanto os theologos não duvidavam do poder do pontifice sobre o assumpto, que era doutrina sabida e constante, que o celibato nunca fôra essencial ás ordens sacras, e ao estado episcopal, porque procedia de constituição da igreja, na qual sempre se reputára licito dispensar, usando a sé apostolica d'esta mesma faculdade para desatar em Portugal do voto de castidade a D. João I, professo na ordem de Aviz, na qual se observava a regra de S. Bento.

Depois de varias e extensas reflexões terminava, asseverando que el-rei, obrando no interesse commum dos subditos, e em virtude dos deveres de principe, não suppunha offerecer maus exemplos, nem desculpar ruins tentações dos outros bispos, se as houvesse, porque nenhum d'elles podia prevalecer-se de motivos identicos; e se podesse, que seria mais justo attende-lo, do que dar causa a dizer-se, que a igreja preferia a ostentação do rigor disciplinar ao bem commum de tantas almas, e ao socego das nações [2].

Emquanto o gabinete de Madrid empregava estes esforços em Lisboa, e colhia d'elles a certeza, de que a nossa

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XIV, pag. 1032 a 1034.

[2] Ibidem.

côrte não queria recuar do seu empenho, e procurava antecipar-se em Roma á opposição de Castella, de que a missão de fr. Fernando a advertíra, D. João de Zuniga perante a curia, obedecendo ás insinuações recebidas, não obrava com menor actividade e destreza do que os agentes hespanhoes em Portugal. O seu primeiro officio datado de 3 de janeiro de 1579 não nos deixa a menor duvida a tal respeito, e mostra a unidade de acção da politica castelhana em todas as côrtes, a que se estendia a sua influencia [1].

Apenas transpirára o segredo, mal guardado, do casamento de D. Henrique, D. João, avisado pelo seu governo, pediu logo uma audiencia ao pontifice.

Presidia então á igreja de Deus Gregorio XIII, Hugo Buoncompagno, de Bolonha, jurisconsulto distincto, que subira ao eminente logar, que occupava, pela estima e respeito das qualidades pessoaes.

Menos austero, do que alguns de seus antecessores, jovial no trato intimo, e pouco inclinado a tomar a vida como uma serie não interrompida de mortificações e penitencias, devia dedicar-se mais a imitar os exemplos de Pio IV, do que a exagerar as severidades, que os censores da epocha inculcavam, mas que a sua indole repellia.

A um papa d'este caracter a dispensa necessaria para o matrimonio do velho cardeal não havia de parecer tão estranha, como a outro; e se lhe fosse permittido reinar como Innocencio VIII, separando-se das rigidas exigencias religiosas do seculo, de certo a teria concedido sem grandes reparos; Buoncompagno porém não decidia por si só; era obrigado a ouvir a opinião de um partido prepon-

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XIII; e Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 95 a 102.

derante, e de calar muitas vezes o proprio voto em presença d'elle.

Os jesuitas, que eram seus parciaes, e alem d'elles os Frumento, Comiglia, o intrepido prégador Francisco Toledo, e o datario Contarell, estreitamente unidos, dominavam os seus conselhos, e não permittiam facilmente innovações, que dessem rebate ás maledicencias da heresia, ou que destruissem a obra de Pio V, cujos louvores se não cansavam de celebrar, apontando-o como verdadeiro modelo pelas virtudes, e como um santo pela gloria de suas reformas [1].

Filippe II valeu-se d'estas disposições para embaraçar a annuencia da curia ás supplicas dos portuguezes.

Por sua ordem o commendador mór de Castella instou com Gregorio XIII para que negasse a licença, ponderando-lhe o escandalo, o mau exemplo, e o erro inexpiavel de a conceder.

O cardeal de Coma patrocinava os interesses do rei catholico, porém não se atrevia a responder pelo exito das suas diligencias.

O cardeal Farnesio declarava-se no mesmo sentido, e vinha denunciar a Zuniga as confidencias do embaixador de Portugal, o qual, dizia elle, exclamára com as lagrimas nos olhos, nas salas do Vaticano, cheias dos echos de Castella, que achava sua santidade mais inflexivel, do que no principio, queixando-se dos enredos de Madrid [2].

Ao mesmo tempo Henrique III, rogado, ou espontaneo, ordenava a mr. Dabain, embaixador de França em Roma,

[1] Leopoldo Ranke — *Historia do pontificado nos seculos* XVI *e* XVII, tom. II, liv. IV, § 3.º

[2] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España.* — Correspondencia de D. Juan de Zuniga — Officio de 3 de janeiro de 1579.

que ajudasse com as suas instancias, e em seu nome, as supplicas de Portugal; mas sempre irresoluto evadia-se a propor a questão da dispensa ás decisões do soberano, entendendo que não competia á faculdade conhecer dos motivos, que podiam imperar no animo do santo padre, e recommendando em todo o caso ao seu ministro, que não revelasse este facto por não convir [1].

O pontifice perplexo, receioso da responsabilidade, e combatido pelas oppostas exigencias de duas poderosas côrtes, appellou para o refugio das dilações, recurso usual da politica romana nos lances extremos, e encarregando o estudo do negocio a uma junta de cardeaes, á sombra d'ella procurou evitar o precipicio de interpor desde logo uma resolução, que por força havia de descontentar a um dos contendores [2].

D. João de Zuniga, que de certo não se esquecia de visitar os doutos purpurados, incumbidos do estudo do assumpto, assevera que todos estavam persuadidos, de que D. Henrique tinha algum filho natural, e o queria legitimar, casando com a mãe, por não poderem crer que em similhante idade concebesse esperanças de successão [3].

Christovão de Moura, ao qual seu amo communicava as correspondencias relativas aos objectos da embaixada, sorria-se da explicação forjada pela imaginação italiana, e ainda em 7 de fevereiro observava, que os theatinos traziam meio louco o cardeal com a impaciencia de casar, e

[1] Manuscripto da bibliotheca real de Paris (fonds de Colbert), cod. 355, pag. 431.

[2] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Correspondencia de D. Juan de Zuniga.—Officio de 17 de janeiro de 1579.

[3] Ibidem. — Correspondencia de Christovão de Moura. — Officio de 7 de fevereiro de 1579. — D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII.

que se a dispensa chegasse a expedir-se seria conveniente estar prevenido para tudo, porque o plano dos jesuitas era esposa-lo com a filha do duque de Bragança, contra o que aconselhavam os monges de Alcobaça, que, approvando a idéa do matrimonio, sustentavam comtudo que a preferencia devia ser dada á rainha viuva de França [1].

No meio d'estas difficuldades o papa nomeou a Antonio Sauli, incumbindo-o de uma enviatura particular em Portugal. Sauli havia de acompanhar o nuncio Frumento até Hespanha, e depois adiantar-se-lhe a fim de chegar primeiro á nossa côrte.

As instrucções, que se lhe passaram, segundo o pontifice declarou passado tempo, consistiam em persuadir ao rei de Portugal, que desistisse da dispensa; e os cardeaes que tinham assento na junta designada para dar parecer ácerca d'ella, não occultavam ao embaixador de Castella, que por nenhum modo Gregorio a havia de conceder, embora optasse pelo meio prudente e mais suave das delongas, não desejando ferir o monarcha francez e D. Henrique, nem desengana-los desde logo com uma repulsa [2].

D. João de Zuniga tinha por seguro entre tantas duvidas e segredos, que até á volta de Sauli, que saíra de Roma a 10 de janeiro de 1579, se não tornaria a tratar de tal negocio, e por isso, diz elle, deixava de recorrer ás ultimas armas, que se dispunha a empregar, calando a ameaça de oppor a immediata entrada das tropas hespanholas em Portugal, mesmo antes da morte do cardeal, ás hesitações da curia [3].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Juan de Zuniga. — Officio de 10 de janeiro de 1579.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

Outro ponto não menos curioso, tocado por incidente n'esta negociação, e que esclarece bastante o aspecto das cousas em tão complicada epocha, parece-nos ser o juizo que Zuniga e Moura formavam dos jesuitas portuguezes, por ambos reputados parciaes estrenuos da casa de Bragança.

Filippe II, que os temia, e que nunca os amára, insinuou que se obtivessem do geral em Roma ordens terminantes para os padres de Santo Antão não progredirem nas hostilidades, de que o avisavam, e que lhe eram tanto menos agradaveis, quanto podia attribuir em grande parte a Leão Henriques, confessor de seu tio, a amisade que o principe não occultava pela duqueza D. Catharina, e a má vontade provada, que tambem não escondia em relação a elle, e aos que o serviam [1].

O commendador mór não perdeu tempo.

Chamando a Gil Gonzales, castelhano, e um dos assistentes da companhia, entendeu-se com elle, e alcançou, que Eberhard Mercurianus, successor de Francisco de Borja, escrevesse aos religiosos de Portugal prohibindo-os de se ingerirem por qualquer fórma nas questões pendentes entre principes, tomando partido a favor, ou contra qualquer d'elles; mas a voz de Mercurianus não era respeitada como o fôra a de Lainez e a do duque de Gandia. Durante o seu governo as facções nascidas no seio da ordem tinham crescido e creado alentos; e em vez de as poder supplantar, ou destruir, foram ellas em muitos casos que o dominaram, substituindo a sua auctoridade á d'elle [2].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España.* — Correspondencia de D. Juan de Zuniga. — Officio de 10 de janeiro de 1579.

[2] Ranke — *Historia do pontificado nos seculos* XVI *e* XVII, tom. III, liv. VI, § 9.º

Não admira, portanto, que os jesuitas portuguezes pouco se preoccupassem com a admonitoria encommendada ao superior, e que não se abstivessem, como se ordenava, da participação politica, que lhes era estranhada.

A inutilidade das primeiras cartas foi logo accusada por Moura, que seguia todos os passos dos socios da companhia; e Gil Gonzales arguido em Roma por Zuniga, não achou melhor maneira de se lavar da culpa, senão conduzir o geral em pessoa ao palacio do embaixador, e proporcionar aos dois personagens uma conferencia decisiva.

O commendador mór entregou a Mercurianus uma carta do proprio punho de Filippe II, e este correspondeu escrevendo de sua mão a Leão Henriques e ao provincial de Portugal, prescrevendo a ambos, sob pena de censura, e aos socios do instituto, que não tornassem a figurar por um ou por outro lado nas contendas dos pretensores, e commettendo a um padre italiano, procurador da provincia do Brazil, a essa hora residente em Lisboa, a informação mais severa ácerca do exacto cumprimento d'estas ordens [1].

Tudo isto se tratou e decidiu em segredo; porém, ao que parece, os effeitos não saíram tão promptos como se esperava, porque D. Christovão continuou por vezes ainda a queixar-se dos padres, e a aponta-los nas suas correspondencias, como zelosos parciaes dos direitos da casa de Bragança.

Emquanto estas negociações corriam secretas, tanto em Roma, como em Lisboa, os diversos pretendentes prepa-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Juan de Zuniga. — Officio de 10 de janeiro de 1579.

ravam-se para sustentarem a sua causa, e não desprezavam nenhum meio, que podesse faze-la prevalecer.

O povo inquieto, pouco seguro da firmeza do soberano, e da fidelidade dos ministros, lia nos horisontes carregados futuras calamidades, mais pesadas que os infortunios presentes.

A nobreza dividida, empobrecida, e dependente dos beneficios da corôa, voltava-se em grande parte para Castella, aonde via a força, encarando sem repugnancia a probabilidade da união, e não se recusava, antes pedia uma composição, que assentasse pacificamente a Filippe II no throno, comtantoque novos privilegios e favores a indemnisassem da perda do rei natural.

D. Henrique, resentido pelo recente aggravo da missão de fr. Fernando de Castillo, vacillava entre a sua amisade á infanta D. Catharina e o seu odio á Hespanha, estremecido pelas ameaças indirectas de D. Christovão de Moura, pelas vozes e suspeitas dos populares, pelos enredos e dissidencias dos fidalgos, e mais ainda pelas rivalidades de D. Antonio, prior do Crato, com o duque de Bragança [1].

A sua côrte, composta de conselheiros velhos, acordava todos os dias sobresaltada pelo ruido das oppostas pretenções, pelas queixas dos que se julgavam preteridos, com motivo, ou sem elle, e pelos continuos receios, causados pela debilidade physica do principe. A vida do cardeal, similhante á luz de uma lampada quasi extincta, se por acaso lançava algum clarão mais forte, era para depois amortecer de repente a ponto de se cuidar muitas

[1] Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa—*Memoire du regne du roy Henry, fait par un secretaire du premier ministre de ce prince.* 1580.

vezes, que se quebrára o ultimo e tenue fio, que ainda o prendia ao mundo [1].

A fraqueza do espirito parecia maior, se é possivel, que a do corpo.

Apagados os sentidos, tremulo, tropego, e não se levantando de um assalto da molestia senão para caír com outro, nem podia acudir aos trabalhos do governo em tempos tão criticos, nem ostentar a vontade resoluta e a lucidez de juizo indispensaveis para triumphar de tantos e tão variados obstaculos [2].

Ao passo que imaginava desatar o nó das difficuldades, passando quasi moribundo do leito da dor para os braços de uma esposa na flor da juventude, excitando o riso dos ministros, de quem se confiava, e que vendiam os seus segredos, vemo-lo contar comsigo, e com os annos, como se longos dias lhe estivessem promettidos para instruir o processo da successão perante o seu tribunal, e convocar os estados, a fim de lhes intimar ordens em vez de ouvir o seu voto, arrogando-se a definitiva e ultima decisão de um pleito, do qual, por causa das dilações successivas, nem as forças, nem a saude, lhe podiam nunca deixar ver o fim, a não o illudirem as mais loucas e temerarias idéas de longevidade [3].

Estas resoluções tomadas no meio das difficulda-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura com Filippe II.

[2] Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa — *Memoire du regne du roy Henry, fait par un secretaire du premier ministre de ce prince*. 1580.

[3] Salvá — *Colleccion de documentos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia do duque de Ossuna e D. Christovão de Moura.

des, que instavam de todos os lados, e sustentadas com certa firmeza, a principio sobresaltaram o rei catholico.

Depois de repetidas conferencias com os ministros mais intimos, D. Henrique, desprezando as objecções dos agentes castelhanos, persistíra em avocar a si a decisão do pleito da successão, apressando a reunião das côrtes; e deliberados estes dois pontos como bases da politica mais apropriada, mandára notificar os pretensores estrangeiros e portuguezes, citando-os para deduzirem as rasões, em que fundavam os seus direitos.

Todos accederam sem reluctancia, menos Filippe II, que não se oppondo descobertamente, mas sempre acautelado, se escusou de qualquer passo perigoso, recorrendo ao ardil diplomatico das palavras lisonjeiras e das phrases equivocas [1].

Os embaixadores dos outros principes íam chegando, entretanto, a Lisboa, e reconhecendo a competencia do velho monarcha, principiavam a empregar as diligencias mais adequadas para fazerem prevalecer os interesses das suas côrtes.

O bispo de Palencia representava a pessoa de Rainucio Farnesio; Carlos de la Rouere a do duque de Saboya, e o bispo de Comminges, Urbano de Saint-Gelais, apesar de Catharina de Medicis não ter sido citada, concorria tambem em nome d'ella para sustentar os phantasticos titulos, que a mãe de Henrique III allegava para obter a corôa de Portugal.

D. Christovão e o duque de Ossuna, continuavam a defender a causa do filho de Carlos V, vigiando os adversa-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos para la historia de España*, tom. VI.

rios, e tentando a fidelidade dos homens de alguma valia, cuja adhesão julgavam necessaria, ou opportuna [1].

A par d'estes ministros a capital viu tambem desembarcar outros, que mais desinteressados na apparencia, vinham todavia para auxiliar, ou para hostilisar os esforços dos principes envolvidos no pleito.

Mr. de Brevres, embaixador de França, trazia por missão especial offerecer ao cardeal soccorros em armas e dinheiro, no caso da Hespanha se decidir pela invasão de Portugal, appellando para a força.

O embaixador de Veneza, do mesmo modo pouco favoravel aos intentos ambiciosos de Castella, afiançou que a republica, lembrada dos serviços, que nos devêra, estava prompta a ajudar-nos por mar e por terra contra quem se propozesse subjugar-nos.

O enviado de Florença, menos bem recebido, porque vinha advogar os direitos de Filippe II, partiu ainda mais depressa, do que o de Veneza, e com a mesma rapidez com que se despediu o de Inglaterra, que depois de prometter da parte de Isabel Tudor todos os auxilios no caso de se romper a guerra, pouco se deteve, talvez apertado da impaciencia de communicar sem demora á sua côrte as verdadeiras informações, que viera buscar sobre o estado dos negocios, e sobre a tendencia dos animos [2].

A opinião manifestada pelo ministro britannico foi desde logo, que versando a questão entre o duque de Bragança, o prior do Crato, e o rei catholico, sairia victorioso este ultimo, por ser o unico, que se achava preparado para

[1] *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas*, tom. IV, part. I.—Manuscripto da bibliotheca da academia real das sciencias de Lisboa—*Memoire secrete du regne du roy Henry*. 1580.

[2] State Papers office. Spain. Maço n.º 16.

unir á voz dos seus agentes o terror da espada e o poder das seducções [1].

Entretanto Filippe II não contemplava sem desassocego os esforços das outras potencias, e avisado pelos seus embaixadores, não disfarçava nas suas correspondencias o receio de que as propostas de França e da Gran-Bretanha estimulassem os que lhe eram contrarios em Portugal, e emprestando algum valor a D. Henrique, o animassem a arriscar o passo decisivo de proferir sentença contra elle, coroando a duqueza de Bragança.

Fernando da Silva, embaixador do cardeal, tinha entregado em Madrid, em 17 de fevereiro de 1579, a carta de citação expedida ao rei catholico, determinando-lhe o praso de dois mezes para requerer por via de procuradores o que julgasse mais opportuno em beneficio da sua causa. O gabinete hespanhol despachou logo um correio a D. Christovão para se instruir com o seu parecer antes de proceder; e Moura, acudindo á anciedade de seu amo, aconselhou-o com o acerto, que sempre caracterisou em todo o curso d'esta melindrosa negociação as suas opiniões [2].

O seu voto foi, que oppor ás impaciencias da nossa côrte o estratagema das dilações, mettendo tempo de permeio, era o que se lhe afigurava conveniente por então; e continuando inculcava entre varias evasivas para o conseguir uma, que a seu ver permittia espaçar a resposta sem escandalo e sem motivos de fundadas queixas.

Consistia em D. Filippe pedir a seu tio, que lhe com-

[1] Carta de Eduardo Wolton a sir Francis Walsingham. State Papers office. Spain. Maço n.º 16.

[2] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Carta de Filippe II ao duque de Ossuna, de 14 de fevereiro de 1579.

municasse quaes eram os pretensores, que reputava habilitados para comparecerem, porque nomeando-os o soberano portuguez custaria pouco a provar-lhe, que não havia rasão que o auctorisasse para os citar; e que se apesar d'isso elle insistisse na idéa de adiantar o processo, ainda se podia áppellar para outro recurso efficaz, observando-lhe ser indispensavel, que primeiro declarasse sua alteza a fórma de juizo, que projectava seguir, assim como os nomes e qualidades dos juizes que tencionava eleger, pois em assumptos de tanta gravidade toda a clareza devia parecer pouca.

Ao mesmo tempo Moura, sorrindo-se, notava, que adoptado este arbitrio, se alcançaria o mais que podia querer-se.

Disputava-se a competencia de D. Henrique, sem a contestar, e evitava-se o escolho de ser obrigado a admitti-la [1].

Em especial concluiu, que sendo o monarcha hespanhol tão superior pela magestade aos outros pretensores, fôra absurdo sujeitar-se á igualdade a que o cardeal o queria submetter perante o seu tribunal. Que em ultimo caso se considerasse bem se el-rei devia responder com outra carta protestando, que o praso fixado e os termos do processo de nenhum modo prejudicavam os seus direitos.

Filippe II abraçou este voto, que se conformava com a sua dissimulação usual, e D. Henrique, satisfeito por não lhe recusarem em Madrid o juizo, que intentava dictar, julgou prudente não provocar mais amplas explicações [2].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Officio de D. Christovão de Moura a Filippe II, datado de Lisboa em 25 de fevereiro de 1579. Moura recebêra a 21 a carta expedida de Madrid a 14.

[2] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia*

Mas se por esta parte diminuiam os seus cuidados, por outra acresceram serias causas de inquietação originadas pelas ruidosas tentativas do prior do Crato D. Antonio.

O cardeal, que o recebêra com agrado á sua volta de Africa, nunca lhe perdoára comtudo as desobediencias da mocidade, e a falta de respeito, com que desattendêra os seus desejos.

Do seu lado o filho do infante D. Luiz, alentado pelos fidalgos mais queixosos de D. Henrique, exaltado pelas demonstrações da plebe, que saudava n'elle as esperanças de um rei portuguez, e segundo acrescentavam os seus inimigos, occultamente influido pelos christãos novos mais opulentos, seus parentes, ou alliados, por parte de Violante Gomes, que pertencia a uma familia notada de judaismo, tinha descoberto de todo os seus designios, e apresentava-se com audacia como o unico herdeiro do throno, negando a bastardia, e afiançando que um casamento valido, mas secreto, unira sua mãe ao irmão de D. João III.

Para córar esta nova phase dada á sua existencia politica, e destruir no conceito publico as duvidas, ou as repugnancias, que os factos e o consenso unanime de tantas pessoas e de tantos annos haviam firmado, o ambicioso pretensor valeu-se de todos os tramas, que lhe podiam suggerir os conselhos dos seus adherentes e a impaciencia de cingir a corôa.

A fabula do supposto matrimonio de D. Luiz com Violante Gomes, a que já alludimos, carecia de algumas apparencias de verdade para servir de base á legitimação, que o prior tratava de alcançar; D. Antonio bem depressa as encontrou para enganar, ou attrahir um juiz credulo.

Descobriram-se testemunhas complacentes, que não he-

de España, tom. VI.—Officio de D. Christovão de Moura de 25 de fevereiro de 1579.

sitaram em depor o que se lhes ensinou, mas que interrogadas depois com severidade pelos ministros do cardeal, confessaram o perjurio, desmentindo as proprias palavras, como notámos já [1].

Um romance travado com certa habilidade nasceu d'este tecido de embustes, demasiado futil para persuadir os homens bem informados, e incapazes de serem arrastados por vozes vagas, ou illudidos por ardis transparentes.

O amor do infante e a rara belleza da «Pelicana» serviram de fundo ao quadro, aonde os partidarios de D. Antonio debuxaram com pinceis lisonjeiros as scenas do famoso drama, inventadas para disfarçar a realidade.

D. Luiz víra pela primeira vez a donzella em todo o esplendor da formosura em uma das grandes festividades da capital. Vê-la e ama-la fôra tudo obra de um momento, e ao calor do affecto seguiu-se logo o fogo ainda mais ardente dos desejos. Quiz possui-la, propoz-lhe o que podia cegar a vaidade feminil, e deslumbrar o orgulho, porém achou sempre a constancia firme da virtude, acrysolada pela paixão sincera, para repellir as seducções, desprezando os laços de uma ligação deshonrosa.

Depois de repetidos combates, em que a nova Lucrecia, e sua mãe, appareceram como modelos de abnegação, e de honestidade, o infante, desenganado, ou convencido, dobrou o joelho diante da mãe de D. Antonio, e pelo preço da sua mão obteve aos pés do altar a fé e a ternura de uma esposa [2].

N'este painel tudo se ligava e tendia para o desenlace

[1] Manuscripto da academia real de historia—Documentos da bibliotheca Salazar—*Artigos de legitimidade apresentados por D. Antonio, prior do Crato, a fim de provar os seus direitos á corôa*, gav. 45, pag. 164 a 190.

[2] Ibidem.

designado. As menores circumstancias foram exploradas, e citando-as, os advogados do prior não se esqueceram de tirar d'ellas as mais temerarias consequencias.

Parece, que D. Luiz, cedendo aos arrebatamentos de um amor impetuoso, esquecendo a gravidade e a jerarchia, não soubera esconder o seu affecto, ainda recente, dos olhos curiosos, que o espreitavam.

Mancebo e poderoso, no calor do seu enlevo, quiz vencer a todo o custo, e sem se lembrar de que assoalhava nos extremos publicos o segredo do seu coração, portou-se como verdadeiro amante. Invenções, musicas, motes, brindes, e cantigas, tudo empregou para abrandar a severidade da donzella requestada [1].

Os confidentes do prior do Crato aproveitaram-se d'estas recordações, ainda não apagadas da memoria da côrte, e fizeram d'ellas o prologo obrigado da novella, que urdiram.

A historia dos casamentos propostos ao infante e recusados, ou deferidos todos, foi igualmente invocada como argumento decisivo.

Que maior prova podia haver de um enlace legitimo, embora occulto, do que a constancia do infante em rejeitar a mão de tantas princezas, e até a corôa que alguma d'ellas lhe trazia?

De mais, conforme affirmavam, não constava a casta fidelidade, que sempre guardára o irmão de D. João III depois do figurado matrimonio, não levantando a vista para outra dama, tratando sempre a D. Antonio como filho, e instituindo-o herdeiro de todos os seus bens, o que, segundo o direito civil e canonico, bastaria para elle se reputar legitimo, se não houvesse mais do que indicios, e não con-

[1] Sentença de legitimidade de D. Antonio—*Provas da historia genealogica da casa real,* tom. II, n.º 82.

corresse para o demonstrar claramente o modo, por que sempre o honrára el-rei, seu tio, e D. Catharina de Austria, tão severa? [1]

A estas rasões juntaram-se depoimentos talvez comprados a peso de oiro, ou dictados pela affeição dos familiares da casa do infante.

Uma testemunha principal, Antonio Carlos, attestava ter ouvido D. Luiz dizer a Violante Gomes, que promettia a Deus, que nunca teria outra mulher. É verdade que outras duas, Luiz de Paiva e Sebastião Braz, se porventura haviam asseverado o mesmo, logo se retractaram, quando foram inqueridas pelos ministros de D. Henrique, e em presença d'elle [2].

Apesar de inconsistentes, e de pouco, ou de nada fundadas, as allegações do prior acharam um juiz, que as admittiu e confirmou.

Fr. Manuel de Mello, arrogando-se competencia mais do que duvidosa para julgar questão de tanta gravidade, e declarando que obrava em virtude da jurisdicção solemnemente conferida pelo capitulo provincial da ordem de S. João, de que D. Antonio era subdito, proferiu em favor do bastardo de D. Luiz uma sentença de legitimidade, que nas mãos do ambicioso pretensor, e apregoada por elle, e pelos numerosos partidarios, que o sustentavam, assustou o timido cardeal, inquietou Filippe II e os seus agentes, e augmentou os receios e a má vontade da casa de Bragança contra o prior [3].

Datada de 13 de março de 1579, no momento em que os enredos e a confusão eram maiores, vinha proporcio-

[1] Sentença de legitimidade de D. Antonio—*Provas da historia genealogica da casa real*, tom. II, n.º 82.

[2] Ibidem, n.º 83.

[3] Ibidem.

nar aos descontentes um thema na apparencia rasoavel para se queixarem das condescendencias do monarcha em favor de sua sobrinha, e aos inimigos de D. Catharina de Bragança, e de seu marido, um pretexto não menos motivado, para darem largas á murmuração, porque, legitimado D. Antonio, a elle é que pertencia o throno, como representante da linha do infante D. Luiz, o qual precedia na idade a D. Duarte, seu irmão [1].

Quem se mostrou mais inflammado contra o prior por causa d'esta ousada tentativa foi D. Henrique.

Reverdeceram no seu peito contra elle os antigos aggravos, e prevalecendo-se do mais recente para cohonestar o castigo, não o demorou, desterrando o sobrinho da côrte com applauso dos emulos do filho do infante D. Luiz, os quaes imaginaram, que separada a cabeça do corpo da parcialidade em tão apurada conjunctura, correriam as cousas mais propicias para os interesses, que defendiam [2].

O povo, que desde o principio abraçava em D. Antonio a causa da independencia nacional, ameaçada por Castella, e a seu ver trahida pelo cardeal, pelos ministros mais do seu seio, e por muitos nobres apontados como suspeitos, estranhou o acto calculado pelo odio de todas as facções reunidas contra o pretensor, que as offuscava, e vingou-se, multiplicando as vozes, as denuncias, e até as calumnias, vigiando uns e accusando outros, por modo tal, que D. Christovão de Moura se queixava nos seus officios, de ter a casa sempre rodeada de espias, e de não

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. XCVII.

[2] Salvá — *Colleccion de documentos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de Christovão de Moura com Filippe II.

arriscar fóra, ou dentro d'ella um só passo sem que este fosse logo descoberto e commentado nas praças [1].

O povo não tinha rasão desconfiando tão cedo da docilidade do velho monarcha ás intimidações da Hespanha, e attribuindo-lhe designios favoraveis á união.

N'este tempo o cardeal protegia ainda os direitos da casa de Bragança, e escutando os votos dos jesuitas e dos amigos dedicados de D. Catharina, procurava por todos os modos senta-la no throno vago pela morte de D. Sebastião [2].

Ferido pela opposição de Filippe II ao seu casamento, e pela coacção indirecta, que exerciam os agentes castelhanos na sua côrte, desejava tanto, ou mais ainda, que os exaltados adversarios do filho de Carlos V, o triumpho completo da herdeira de seu irmão D. Duarte.

O duque de Ossuna, Christovão de Moura, e os emissarios attrahidos á causa do predominio de seu amo, não o ignoravam, e eram incansaveis em informar o gabinete de Madrid, advertindo-o de tudo o que se ordenava, e da má vontade, que D. Henrique ía manifestando em todos os actos dictados, conforme julgavam, pelo confessor Leão Henriques, pelos socios da companhia unidos com elle no pensamento de repellir o jugo estrangeiro, e por alguns dos ministros, que as promessas e as dadivas não tinham convertido, tornando-os *bons christãos*, segundo a phrase applicada por Moura, talvez por ironia, aos homens de consciencia doble, que a sua eloquencia não cessava de

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura com Filippe II.

[2] Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa — *Memoire du regne du roy Henry.* — Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.

tentar para diminuir o numero dos contrarios, e na hora dada desarmar as resistencias [1].

A obra de corrupção não se interrompia entretanto, e como era de crer, trabalhando em epocha tão atribulada, todos os dias conquistava novos adeptos.

Entre os primeiros, que as correspondencias secretas nos mostram curvado diante do poder de Filippe II, sentimos ter de citar o heroico defensor de Diu, D. João de Mascarenhas.

Na idade, em que a visinhança do sepulchro devia tornar-lhe os escrupulos mais severos, e o amor da patria mais ardente, o conselheiro de tres reis, abusando do cargo, e murchando as palmas colhidas no oriente, não hesitou em negociar desde dezembro de 1578 com os hespanhoes, declarando-se pelos direitos do rei de Castella, offerecendo-se para o reconhecer, e servir, e por desgraça, servindo-o tão bem com as suas revelações, e inconfidencias, que por meio d'elle se descobriram segredos importantes debatidos na intimidade do monarcha, sob o sigillo da honra dos ministros consultados [2].

Este fatal e vergonhoso exemplo achou imitadores.

As cedulas assignadas em branco, as largas mercês ajustadas em nome do rei catholico, e o receio covarde de provocar o seu odio, a par de grosseiras peitas em dinheiro prodigalisadas a alguns com mão liberal, deram a este periodo infeliz a feição mais triste e vergonhosa, que podia envilecer uma nação, a da venalidade, que não perdoando a jerarchias nem a glorias, gangrenou em to-

1 Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Correspondencia de D. Christovão de Moura com Filippe II.

2 Ibidem.—Correspondencia de D. Christovão de Moura de 29 de dezembro de 1578, 18 de fevereiro de 1579 e outras.

das as classes os membros essenciaes á sua defeza, conservação e decoro [1].

Pedro da Alcaçova, molestado e perseguido pelas vinganças de D. Henrique, cuidou desaffrontar-se, e preparar o desaggravo, lançando-se nos braços de Moura, e punido pelos avisos communicados aos agentes castelhanos, continuava sem remorsos a representar o mesmo papel do fundo do seu desterro [2].

O bispo capellão mór, D. Jorge de Athaide, ao passo que deliberava como portuguez no conselho do cardeal, recebia as cartas de Filippe II, e reconhecendo-o tacitamente por soberano futuro, só temia que as provas da sua deslealdade caíssem em mãos inimigas [3].

Affonso de Albuquerque, cavalleiro, nobre pelo sangue e conspicuo pelos annos, não lhe subia o rubor ás faces, negociando a influencia, alcançada pela reputação de probo, e propondo-se a D. Christovão para ser o corretor officioso dos interesses hespanhoes na cidade de Lisboa [4].

O marquez de Villa Real, de uma familia distincta e poderosa, figurava render-se aos cumprimentos feitos por

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de D. Christovão de Moura, passim. — Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda. — Collecção intitulada — *Governo de Hespanha*, tom. I.

[2] D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España*, liv. XII. — Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura.

[3] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura de 7 de fevereiro de 1579, e outras de diversas datas.

[4] Ibidem. — Correspondencia de D. Christovão de Moura de 21 de janeiro de 1579, e outras do mesmo anno.

Moura em nome de seu amo, e entrando na conspiração contra a independencia do paiz offerecia-se para tudo apenas chegasse o momento de arrancar a mascara e de fallar a lingua da perfidia, que tramára nas tres conferencias secretas, em que discutíra e regulára o preço da sua adhesão [1].

Luiz da Silva implorava a protecção da Hespanha para desviar de cima da cabeça as iras de um rei caduco, e merecia pela sua linguagem, que Filippe II o recommendasse ao duque de Ossuna, e que este o protegesse [2].

D. Diogo de Castro, da mais antiga linhagem, e com quatro contos de renda, não se pejava de levantar os olhos para o sol de Madrid na esperança de ainda sobredourar com algum dos seus raios o brasão de casa tão illustre [3].

O provincial dos dominicanos, fr. Antonio de Sousa, pela posição eminente na ordem, e por meio da inquisição tinha nas mãos a chave de muitas consciencias. Guiado por seguras informações do seu caracter ductil, Filippe II concedeu-lhe a triste honra de o mandar tentar para ser um dos seus agentes.

Moura procurou-o, e, segundo parece, não achou grande difficuldade em o attrahir. Pelo contrario; o provincial, segundo se deprehende, correu adiante da seducção, não se negando a nenhum dos passos, que os interesses castelhanos exigiam da sua parte.

Dentro em pouco, tanto o rei catholico como D. Christo-

[1] Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. vi. — Correspondencia de D. Christovão de Moura de 18 de fevereiro de 1579 e diversas outras.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.—Correspondencia de Christovão de Moura de 8 de março de 1579.

vão fallavam d'elle como de um dos mais cegos e obedientes partidarios, de que podiam dispor [1].

Antonio da Gama, regedor das justiças, magistrado pouco leal ao paiz e ao soberano, que devia servir em tão arriscado lance, não hesitára em se offerecer para advogado dos direitos do filho de Carlos V, redigindo extensas memorias para os provar. N'estes papeis não corava de exceder em adulação os proprios jurisconsultos das universidades hespanholas, ao passo que, escrevendo em segredo á chancellaria de Madrid, não é provavel que lhe occultasse nenhum dos segredos, que pela indole do seu cargo facilmente podia descobrir [2].

Mas tão deploraveis exemplos, revelados pelos officios de Moura e de varios ministros, ainda acharam outros mais torpes, que se não os desculpam, pelo menos os attenuam.

Dir-se-ía que o resto dos brios e da probidade do antigo caracter portuguez tinham ficado sepultados com D. Sebastião na derrota de Alcacer. Nas classes elevadas quasi que se affirmaria a verdade, assegurando, que a venalidade foi a regra, e não a excepção.

Lopo de Almeida, ainda não contente com a traição, que ajustára, mostrava-se impaciente por se glorificar, aceitando o papel de corruptor de novos cumplices.

Apesar de encerrado nos seus aposentos, d'onde não saía, este novo instrumento de um mercado de opprobrios, em que tantos tratavam com a côrte de Castella, era um dos fervorosos operarios da obra da usurpação, e do

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España.* — Correspondencias de 7, 18 e 24 de março de 1579, tom. VI, pag. 202, 252, etc.

[2] Ibidem. — Correspondencias de 8 de janeiro e 25 de fevereiro de 1579, pag. 44 e 179.

fundo do seu forçado encêrro não desprezava os meios de se tornar util.

Offereceu-se para usar do seu influxo sobre o arcebispo de Lisboa, e sobre Francisco de Sá, confidentes do cardeal, e pelo que nos dizem as correspondencias, e nos demonstram os factos posteriores, não saiu tão mal da empreza como D. Christovão e Filippe II receiavam no começo [1].

Francisco de Sá, não só recebia em 25 de junho uma carta do rei catholico, como entrava com Moura em colloquios politicos de duvidosa innocencia, porque pouco mais de um mez depois o encontrâmos, votando no conselho em favor de Hespanha, e elogiado pela sua fidelidade á opportunidade da união.

O arcebispo de Lisboa, mais timido, ou mais cauteloso, sorria-se com as allusões indirectas de D. Christovão, o qual para lhe suscitar a ambição fallava de se lhe avivarem as côres ás vestes prelaticias com a purpura cardinalicia, mas não se declarava com tanta confiança, como D. João de Mascarenhas, e alguns dos conselheiros, que depois foram seus collegas no governo, fallecido D. Henrique.

D. João de Mascarenhas queixava-se da sua tibieza, porém não se nos afigura, que tivesse motivo rasoavel para contestar a docilidade do homem, que achâmos sempre disposto a subscrever á vontade do cardeal para desviar a D. Antonio, ou a duqueza de Bragança, e approximar do throno o monarcha estrangeiro, que o rei detestára a principio, mas que no fim dos seus dias, por uma evolução que talvez se explique pelo odio ao prior do Crato, por temor de Castella, e pelo enfraquecimento do espirito, não duvidou

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España.*—Correspondencias de 18 e 24 de março de 1578, pag. 252 e 275 a 278.

declarar occultamente seu herdeiro, colligando-se com Ossuna, Moura, e Molina, e com os mais decididos sectarios da Hespanha, a fim de extorquir dos Estados coagidos pelas ameaças um voto, que lhe serenasse a consciencia inquieta, assegurando a tranquilla posse da corôa a Filippe II.

Entretanto no meio da corrupção geral sente-se sincero jubilo em conhecer alguns homens, dignos pela resistencia honrosa, de serem notados como raros typos de firmeza e de integridade de animo.

Foram poucos, mas bastaram para se inscrever com elles um protesto memoravel contra o envilecimento dos cortezãos que, zombando, talvez os accusassem de obstinados e de myopes.

Desmentindo o conceito deshonroso, que os castelhanos deviam formar de uma nação, aonde as opiniões e as versatilidades se apreçavam em almoeda, o conde de Vimioso, Diogo Botelho, Scipião de Figueiredo, e Pedro Barbosa, não só se conservaram puros de mancha, como não consentiram, que a sombra de uma suspeita caísse sobre os seus nomes.

No momento, em que a côrte de Madrid não carecia senão de bater a alguma das portas, que pareciam mais cerradas para logo se lhe abrir, o desembargador do paço Barbosa frustrou as diligencias de D. Christovão, recusando-se a attende-lo, e convenceu o sombrio e orgulhoso pretensor castelhano, que o mandava seduzir, de que nem todos os corações portuguezes eram formados dos limos da cubiça, em que elle costumava imprimir ao primeiro aceno o cunho infamante da venalidade [1].

[1] Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Correspondencias de 26 de março e 2 de abril de 1579, pag. 290 e 314.

Desgraçadamente estes nobres vultos são quasi unicos, e elevam-se quasi sós tambem do meio da plebe dos que vemos de joelhos com as mãos estendidas para os premios, que n'esta desditosa epocha recompensavam o esquecimento dos mais sagrados deveres.

O rei catholico indicava de Madrid aos seus negociadores os jurisconsultos, os titulares, os cavalleiros, os prelados, emfim todos os que desejava ganhar, e dado o assalto, com as cedulas em branco, ou com os escudos de oiro distribuidos por D. Christovão, o monarcha, sem grande luta, achava-se com um adherente de mais, e alguma renda de menos.

Martim Correia da Silva prestava-se a saír de Lisboa para Tavira, aonde Moura o queria como agente da submissão da cidade; Francisco de Miranda propunha a entrega dos dois castellos, que possuia na fronteira; e Ruy Telles negociava para obter o maior preço pela fortaleza da villa de Moura [1]. Metade dos definidores do braço da nobreza nas côrtes de Lisboa eram parciaes de Castella, e D. Fernando de Castro e outros senhores exigiam pelos seus serviços tão subidas mercês, que Filippe II e D. Christovão que não se cansavam de prometter, chegaram a duvidar, de que Portugal chegasse para satisfazer o que podia custar a união alcançada por taes meios [2].

Para se formar exacta idéa do verdadeiro estado das cousas, só acrescentaremos, que nomeados os governadores do reino por D. Henrique, D. Christovão de Moura escrevia a seu amo, e participava-lhe que sendo elles apenas

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de 26 de março de 1579, pag. 294.

[2] Ibidem. — Correspondencias de 29 de junho e de 6 de julho de 1579.

cinco, contava com os quatro, porque tres haviam recebido cartas de promessas, e o ultimo uma peita em dinheiro.

D. João Tello era o unico exceptuado. A honra não lhe permittia trahir o juramento, que o obrigava a ser o defensor do reino, e não um dos fautores da sua ruina e servidão, por isso longe de ceder ás seducções sempre as repelliu; mas a capacidade n'elle não acompanhava o rigor dos principios.

Sentindo, que mais esta presa escapasse aos seus laços, Moura e os instrumentos de Castella advertiam, comtudo, que a má vontade do governador designado pouco influiria no resultado, sorrindo-se de antemão do humilde papel a que o apoucado engenho e a falta de conhecimentos o condemnavam entre collegas experientes, sabedores dos negocios, e tão peritos em os dirigir [1].

No decurso d'estas paginas ainda teremos occasião de correr o lapis com magua sobre as feições, hoje quasi obliteradas, de outras pessoas, que a par das que indigitámos, esboçando-lhes o retrato, concorreram para a monarchia, vendida e desarmada, caír em poder dos terços do duque de Alva.

As praças estavam minadas pelas dadivas aos alcaides e aos principaes senhores de terras; o governo tinha o seio devorado pela lepra da corrupção; e antes de dar a voz e o signal ás suas tropas, Filippe II, relendo as contas do preço, por que havia comprado tantos agentes, e julgando-o excessivo, sabia já que ellas no caminho só podiam encontrar o povo, sem armas, nem generaes, e um principe, que talvez representasse com gloria o segundo papel, mas que por infortunio seu e do paiz, des-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de 29 de junho de 1579. — D. Christovão de Moura a Filippe II.

lumbrado pela ambição, quiz por força o primeiro, faltando-lhe para a empreza os dotes de capitão, e as prendas de rei.

Os acontecimentos, entretanto, íam correndo. Depois de ouvir em repetidas conferencias os conselheiros, e de se firmar no voto dos mais intimos para se declarar juiz do pleito, apressando ao mesmo tempo em Roma as instancias para obter a dispensa para o casamento, o cardeal decidiu-se a convocar em Lisboa as côrtes, que a principio demorára com a idéa de as reunir mais tarde em Almeirim [1].

Moura, que não descansava nas diligencias, víra com desconfiança esta repentina actividade, e descobríra pelos seus agentes, não menos activos, que era devida aos esforços dos partidarios da casa de Bragança, a qual tinha por si poderosos auxiliadores nas favoraveis inclinações do monarcha [2].

Filippe II da sua parte, apesar da distancia, tambem apreciava com sisudeza as difficuldades, que se íam levantando, e para as combater não perdia o menor ensejo.

Escrevendo a D. Christovão (em 14 de fevereiro de 1579) concordava o rei catholico com elle ácerca dos perigos, que podia suscitar contra a sua causa a má vontade de D. Henrique e dos seus confidentes, recommendando-lhe, que indagasse quem seriam as pessoas influentes na eleição a fim de as attrahir, e o modo e formalidades observadas nas deliberações dos Estados em Portugal.

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Correspondencia de 11 de fevereiro de 1579. — D. Christovão de Moura a Filippe II.

[2] Ibidem. — Vidè as correspondencias datadas de janeiro, fevereiro e março.

O filho de Carlos V inculcava a Moura como os mais aptos para lhe servirem de guias na laboriosa negociação, de que o encarregára, a Francisco Cano, afiançando-o como zeloso sectario, e a Pedro da Alcaçova Carneiro, do qual se não mostrava ainda tão seguro [1].

Na mesma carta o pretensor castelhano asseverava a D. Christovão, que não eram duvidosos para elle os motivos, que haviam inspirado ao cardeal a resolução de se rodear da nobreza e do povo do reino antes de proferir a sentença sobre a successão. Receioso e previdente perguntava, depois, quaes pareciam ser, em momentos tão graves, as intenções do velho soberano e dos mais influentes deputados, disposto a não poupar nenhuma seducção das que usava, para acudir a tempo de embaraçar qualquer passo irremediavel, que o collocasse na arriscada alternativa de ceder, ou de sustentar os seus direitos, recorrendo unicamente á viva força [2].

D. Christovão não carecia de ser estimulado para tratar, como se proprio fôra, do negocio que lhe estava commettido.

A 18 de fevereiro respondia a seu amo, instruindo-o com minuciosa noticia de tudo o que occorrêra.

A eleição na capital saíra como podia deseja-la a côrte de Madrid. A mão de D. Christovão, se entrasse na urna, não extrahiria nomes mais addictos aos ambiciosos designios do filho da imperatriz.

Votaram trezentos individuos e a maioria dos suffragios recaíra em Affonso de Albuquerque, como observámos, já reconciliado pelas suggestões de Moura com a idéa de ap-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de 14 de fevereiro de 1579. — Filippe II a D. Christovão de Moura.

[2] Ibidem.

plaudir o jugo estrangeiro, e em Jorge da Cunha, ouvidor da casa da supplicação, indigitado pelos ministros hespanhoes como homem facil de chamar aos seus interesses[1].

Jorge da Cunha, mal visto do cardeal, e reputado seu inimigo pessoal; merecêra talvez por esta rasão os suffragios dos cidadãos, que, elegendo-o, imaginaram elevar um defensor dos fóros nacionaes. Dizia-se que D. Henrique offendido da escolha, e tomando-a como offensa, intentava recusar o assentimento á nomeação, caso sem exemplo em similhantes actos; mas o poder real desde D. Manuel por tal fórma havia enfraquecido os elementos mais vigorosos da antiga constituição da monarchia, e ampliado o exercicio da auctoridade absoluta, calando a voz dos que em outras eras se atreviam a conte-la, que não seria para admirar, que um rei, sacerdote e moribundo, ousasse riscar com a mão tremula o voto dos povos, dominado pelo ardor de vingar as injurias do amor proprio.

O que na epocha de D. Fernando e D. João I seria tido como o maior ultraje, e faria erguer como um só homem toda a população ultrajada, nos dias de decadencia a que assistimos, apenas excitava murmurações, ditos agudos, e quando muito alguns pasquins em verso, affixados durante o silencio da noite e á sombra do mais seguro anonymo.

D. Christovão, explicando a seu modo os successos de que era espectador, e ás vezes auctor, ou cumplice, attribuia ao rei de Portugal o pensamento de afastar claramente os que julgava hostis á casa de Bragança.

O que notava no meio das complicações, que surgiam de todos os lados, era o estado debil e precario da saude

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de 18 de fevereiro de 1579. — D. Christovão de Moura a Filippe II.

do principe tão adiantado em annos e achaques, e tão verde em projectos e esperanças, podendo affirmar, que apenas vegetava na occasião, em que se abalançava a estender o braço pesado de ameaças sobre quem não temia contraria-lo!

O sangue golphava-lhe da bôca ao menor esforço, a febre ardia-lhe nas veias, redobrando os accessos todas as tardes, e a prostração do corpo e do espirito era tal, que Moura, recolhendo-se de o visitar, assegurava a seu amo, que lhe não promettia oito dias de vida [1].

O habil ministro, despedindo-se, instava com o fundador do Escurial para que não adormecesse confiado nos rodeios diplomaticos, e não levantasse a mão dos preparativos militares, que deviam ser a ultima rasão da sua causa, se porventura chegasse ao extremo de arrancar a espada, porque em todo o caso lhe serviriam sempre de valioso auxilio pelo terror e perturbação, que o rebate dos armamentos lançaria nos conselhos de um monarcha enleiado em perpetuas hesitações, e só resoluto em satisfazer as vindictas amadurecidas no seu peito [2].

No mesmo officio ajuntava Moura, apesar de muitos fidalgos se irem inclinando a Castella, que o povo e varias pessoas distinctas ainda favoreciam o partido da duqueza de Bragança, ou o de D. Antonio, e que os planos de consorcio, com que os lisonjeiros não cessavam de embalar a demencia senil de D. Henrique, faziam sorrir os medicos mais sinceros, que não duvidavam confessar, que o leito nupcial seria o tumulo do noivo purpurado [3].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de 18 de fevereiro de 1579. — D. Christovão de Moura a Filippe II.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

O commendador-mór de Christo, fiel á elevação da casa de Bragança, escusou-se da embaixada de Roma, para a qual foi nomeado em seu logar D. Antonio de Almeida, irmão do arcebispo de Lisboa, e ao lado do velho monarcha fitava constantemente a vista na corôa, que esperava firmar na cabeça da filha de D. Duarte, obedecendo á voz do sangue, e aos estimulos do proprio interesse [1].

Filippe II não se descuidava n'este meio tempo, e preparava-se para esgrimir todas as armas, seguindo os conselhos de Moura e dos agentes, que o ajudavam.

O duque de Ossuna, cuja demora já principiava a entibiar o enthusiasmo dos mais fogosos adherentes de Hespanha, e cuja embaixada era motejada como fabulosa pelos adversarios do rei catholico, apressando a jornada, entrava a 19 de fevereiro de 1579 em Aldeia Gallega, aonde D. Christovão o foi buscar com pompa, levando duas galés e um bergantim [2].

Com a vinda do embaixador castelhano coincidiram outros indicios, não menos importantes, que não só assustaram os fautores de D. Antonio, e os de D. Catharina, mas que, sabidos pelo cardeal e pelos validos da sua intimidade tambem os confundiram, causando-lhes serios cuidados, receiando que Filippe II meditasse uma invasão em vida de seu tio.

Luiz de Acosta, e depois d'elle João Baptista Gesio, mathematico, e auctor de um discurso encomiastico sobre os direitos do rei de Castella ao throno portuguez, tinham

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de 18 de fevereiro de 1579.

[2] Ibidem. — Correspondencia de 25 de fevereiro de 1579.

sido enviados a Lisboa em segredo para examinarem as fortalezas, que defendiam a barra e a entrada do Tejo, a fim de informarem a sua côrte ácerca do verdadeiro estado d'ellas [1].

As galés de Hespanha, em numero de mais de trinta, alem das que se mandaram vir de Italia, invernavam nos portos da Andaluzia, e M. Debain, enviado de França em Roma, advertia mezes depois a Henrique III com algum sobresalto dos aprestos consideraveis, que se ordenavam em Napoles e na Sicilia, acrescentando que individuos bem informados affirmavam serem destinados á guerra de Portugal, apesar da dissimulação dos ministros castelhanos inculcar, que o poder de seu amo só ameaçava Larache, ou Argel [2].

Valendo-se da intimidação causada pelo recrutamento ordenado por seu amo, e determinado a fallar uma linguagem severa, e quasi altiva, o duque, depois de conferir com D. Christovão, foi recebido no mesmo dia, em que desembarcou, pelo rei, ao qual os conselheiros haviam persuadido, que lhe importava, quanto antes, ouvir a embaixada e despachar o embaixador.

Moura, senhor de tudo o que se resolvia na intimidade do monarcha, sorria-se dos estratagemas pueris tramados na cella do confessor Leão Henriques, e sem se alterar dispunha as cousas de fórma, que Ossuna, a pretexto de uma visita a Setubal, se ausentasse opportunamente, deixando respirar por um instante a côrte de D. Henri-

1 Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura de fevereiro e março.

2 Ibidem. — Correspondencia de 20 de fevereiro de 1579. — *Quadro Elementar*, tom. III.

que, seguro de encontrar á sua volta as vontades mais doceis e as reluctancias menos firmes [1].

Assim aconteceu.

Passados tres dias, o conde de Sortelha veiu buscar o enviado castelhano para de novo o conduzir á presença do cardeal, que o tratou com o maior agrado, disfarçando o proposito de o afastar. Da sua parte o duque, não menos artificioso, correspondeu, mostrando-se polido e obsequioso, e não soltando nem uma só palavra, que ferisse o principal assumpto da sua missão.

D. Christovão, conhecedor dos segredos do gabinete do principe, ía proseguindo n'este intervallo sem se desviar um passo do caminho, que primeiro encetára.

Dirigindo indirectamente por meio dos agentes, que seduzira, os primeiros actos das côrtes, que el-rei abrira com pompa nos paços da Ribeira, e que deliberavam separadas, reunindo-se na sé os prelados, no convento do Carmo a nobreza, e em S. Francisco os procuradores do povo, Moura tinha-se prevenido, attrahindo ao seu partido os letrados de maior fama, e compromettendo-os a favor dos direitos de Filippe II.

Os seus pareceres serviam-lhe para vencer, ou reduzir os que fingiam hesitar, invocando escrupulos, que talvez não sentissem, mas que lhes convinha ostentar para tornarem mais valiosa, e menos aviltante a adhesão, figurando-se convencidos pelas rasões dos jurisconsultos portuguezes, cujos votos provavelmente tinham sido pagos a peso de oiro [2].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de fevereiro e março de 1579.

[2] Ibidem. — Correspondencia de 8 de janeiro de 1579.

Entre os homens de consciencia facil, que o sobrinho de Lourenço Pires de Tavora soubera captar, as suas correspondencias citam-nos como notaveis pela obediencia a Castella o regedor Antonio da Gama, o qual vendêra a sua opinião ao mais poderoso, mas lançando sempre um véu pelo rosto, o letrado Costa, o doutor Cemtil, Henrique Simões e Filippe Diniz [1].

Mais persuadidos pelas promessas e dadivas de Castella, do que pela evidencia das allegações juridicas, todos empenharam sem pejo os poderes da intelligencia a fim de negarem a justiça, e de obscurecerem a verdade. Fazendo baixar a nuvem pela deusa, entregavam a palma do pleito ao opulento soberano, cuja munificencia admiravam pelos effeitos, e que apesar do seu orgulho não se desprezára de honrar a alguns d'elles com as suas famosas cartas de agradecimento, as quaes para animos delicados significariam um cartel offensivo da integridade do caracter, se as pessoas, que seduzíra, não tivessem perdido de todo os brios e a pureza dos sentimentos [2].

Ossuna, apenas chegou, e D. Christovão, depois de o instruir ácerca da verdadeira posição das cousas, concordaram, em que o velho soberano, dominado pelos jesuitas e pelos outros parciaes da casa de Bragança, só cuidava na maneira mais prompta de assegurar a corôa á duqueza sua sobrinha.

A idéa do casamento do cardeal, que a essa hora tantas preoccupações excitava em Roma, nascêra, como notámos, da mesma origem.

N'esta epocha os actos do governo emanavam do voto

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de 18 de janeiro de 1579.

[2] Ibidem. — Correspondencia dos annos de 1579 e 1580.

do confessor Leão Henriques, e eram combinados sempre em Santo Antão com Martim Gonçalves da Camara, com o commendador-mór de Christo, e com outras pessoas igualmente dedicadas á causa da infanta D. Catharina.

Pedro da Alcaçova Carneiro, ao qual o desagrado do rei não cortára, senão em parte, a influencia conquistada por tantos annos de ministerio, e D. João de Mascarenhas, que acabava de obter de Filippe II o resgate de seu filho D. Nuno, devassavam, comtudo, sem grande difficuldade os segredos e as occultas resoluções de D. Henrique, e nada escrupulosos, um por vingança, e o outro por ambição, não hesitavam em os revelar [1].

Moura, sabendo por elles e pelos agentes, que o serviam, os motivos, que dirigiam os passos do ex-inquisidor geral, apercebia-se com tempo para os contrariar, denunciando a seu amo os mais reservados pensamentos do principe, como se os estivesse vendo. Era como se assistisse invisivel ao seu conselho [2].

Não podendo conseguir que a eleição de Jorge da Cunha por Lisboa fosse annullada, como o cardeal desejava, conformou-se com ella, e cuidou com mais zêlo ainda em organisar o plano mais acommodado aos seus intentos, trabalhando para que as deliberações das côrtes não se desviassem muito das suas idéas.

O braço popular, mesmo antes de se abrirem os Estados, não apresentava uma physionomia muito propicia aos desejos do irmão de D. João III.

Á medida, que íam chegando, os procuradores das villas e cidades, reuniam-se para conferirem, e D. Christo-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias desde dezembro de 1578 até março de 1579.

[2] Ibidem.

vão, que os vigiava, talvez por meio de Affonso de Albuquerque, foi logo informado de que os eleitos pelas terras fronteiras de Hespanha quasi todos se mostravam oppostos ao rei catholico. A maioria, longe de condescender com as sympathias do velho monarcha, principiava por contestar tambem o direito, que elle se arrogára de sentenciar o pleito da successão, sustentando uns, que o conhecimento da causa pertencia ao papa, e dizendo outros, que, vago o throno, a eleição competia ao povo.

No que todos estavam comtudo conformes, sem exceptuar um só, era na base de exigir, que por nenhum modo continuasse indeciso negocio de tanto vulto, instando para que se requeresse a nomeação de governadores, que empunhassem as redeas do governo, se faltasse o soberano, e de juizes que pronunciassem o julgamento, que anciosamente se pedia [1].

Estas disposições, não ignoradas, perturbavam o animo do cardeal, tornando-o ainda mais irresoluto. Vacillante mudava de parecer em cada hora, e de incertezas em incertezas não acabava de assentar em uma opinião declarada.

Depois de ter mandado citar Filippe II pelo seu embaixador, atalhado com a resposta ambigua da chancellaria de Madrid, ou receioso de ver surgir novos obstaculos, demorou a convocação dos outros pretensores, tramando com os validos um projecto para excluir o prior do Crato, menos por convencimento da pouca rasão de suas allegações, do que movido pelos impulsos do odio,

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 25 de fevereiro de 1579.

e da vingança. Queria puni-lo das inquietações, que lhe cansava[1].

D. Antonio não era homem que se deixasse esbulhar pacificamente. Ameaçado, reagiu.

Instruido da perfidia machinada contra elle, queixou-se amargamente, e escreveu a D. Henrique duas cartas, uma violenta, e outra submissa, mas energica, permittindo ao confidente, a quem as enviou, que escolhesse a que julgasse opportuna.

Foi preferida a mais suave, e o commissario da ordem de S. Francisco, fiel partidario do filho do infante D. Luiz, encarregou-se de a entregar em mão propria ao soberano[2].

Resentiu-se este do golpe, que o desarmava. Desejando dispor com maior segurança a quéda do sobrinho, cujas pretenções tratava de ousadia, e quasi desacato contra a sua auctoridade, havia-se aproveitado das rivalidades suscitadas entre o prior e o duque de Bragança para com o pretexto de restituir o socego á sua côrte fulminar contra D. Antonio uma ordem de desterro, que, afastando-o de Lisboa, o encerrasse na sua residencia ecclesiastica do Crato.

Illudiu-se, comtudo. Mesmo a distancia o prior soube logo tudo o que urdiam os inimigos. O seu partido não era tão pequeno, nem tão insignificante, que não obrigasse o cardeal a recuar. O rei teve de ceder, e tanto mais se agastou, quanto lhe constava, que, desobedecendo-lhe abertamente, o sobrinho viera á côrte pela posta e disfarçado para de Almada, e de outros logares proximos da

[1] Salva — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 8 de março de 1579.

[2] Ibidem.

cidade, conferenciar e se corresponder com os deputados e com as pessoas, que o auxiliavam no seu proposito [1].

Foi a estes atrevidos commettimentos, e aos receios inspirados pelo seu caracter audaz, que D. Antonio deveu a victoria n'esta occasião.

Fingindo render-se ás supplicas dos que estranhavam a injustiça, o rei só transigia na realidade com os proprios temores; mas sempre vingativo não se esqueceu de insistir na condição de não admittir o sobrinho entre os pretensores, senão representado por um procurador, fechando-lhe assim as portas das côrtes, ás quaes o chamava o seu nascimento, emquanto consentia, com parcialidade manifesta, que o duque de Bragança visitasse os deputados influentes, e buscasse os fidalgos, que intentava attrahir, ou abrandar [2].

Entretanto os cuidados do rei-sacerdote mais se aggravaram ainda quando o duque de Ossuna, descobrindo-se, tirou de todo a mascara, e na audiencia, que lhe pediu, revelou positivamente as intenções do seu governo.

D. Henrique, propondo-se proteger a causa de D. Catharina de Bragança, imaginára fortificar-se com o conselho dos jurisconsultos mais distinctos, a fim de argumentar depois com elle perante a assembléa dos Estados; mas D. Christovão, prevendo o perigo, tinha-se-lhe ante-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 8 de março de 1579.

[2] *Memoire du regne du roy Henry* — Manuscripto da academia real das sciencias — fol. 88 a 90. — Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de março de 1579.

cipado, e a preço de oiro e de promessas seduzíra o maior numero dos letrados, como já notámos[1].

Quando os emissarios do cardeal os consultaram, já poucos podiam emittir o seu parecer com liberdade, achando-se compromettidos pelas memorias escriptas em defeza de Castella, e archivadas no gabinete de Filippe II. Na triste alternativa de desagradarem ao soberano, ou de verem a sua venalidade descoberta, optaram pela lealdade aos interesses do herdeiro de Carlos V, e sustentaram vigorosamente as primeiras proposições.

Este resultado abriu finalmente os olhos ao monarcha, descobrindo-lhe o extenso trama da conspiração, que Moura enleára com destreza, e que a má fé, ou a incapacidade dos ministros portuguezes havia deixado ramificar tanto[2].

Acordando tarde, e com a traição já senhora das avenidas do paço, o principe quiz ao menos remediar em parte o mal, que não soubera prevenir. Julgando que o meio mais acertado consistia em apressar a partida de Ossuna, chamou a D. Christovão, e communicou-lhe, que despacharia o duque brevemente, desculpando-se com a urgencia de ficar desapressado de assumptos diplomaticos para unicamente se occupar dos negocios submettidos á deliberação das côrtes, que íam começar[3].

Informado a tempo, Moura não se alterou com a noticia; Retirou-se com ar tranquillo, e horas depois D. Pedro Gi-

[1] Estes letrados eram, alem de outros, os doutores Cemtil, Henrique Simões, e Filippe Diniz.

[2] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de fevereiro e março de 1579.

[3] Ibidem.

ron saía de Lisboa com o pretexto de visitar no solar aonde morava, a viuva do duque de Aveiro, sua irmã.

O ardil suggerido ao ex-inquisidor, caiu portanto com esta evolução.

Durante a ausencia do embaixador os amigos e creados despejaram o palacio, aonde recebêra a hospedagem real, e mobilaram as novas casas para onde elle passava, a fim de estabelecer a sua residencia permanente.

Era uma resposta silenciosa, mas expressiva.

Ossuna, tanto não pensava em se retirar, que se mudava para habitação propria, fazendo divulgar, que apenas recolhesse de Setubal daria principio aos verdadeiros officios da sua embaixada [1].

Assim aconteceu.

Em 18 de março verificou-se a audiencia pedida pelo ministro de Filippe II.

Seguindo as instrucções, communicadas pela côrte de Madrid, D. Pedro Giron representou ao cardeal, que seu amo antes de se propor como herdeiro do throno de Portugal ouvíra os mais abalisados theologos e jurisconsultos d'este reino e de Hespanha, e que só depois de convencido pelas rasões evidentes, em que elles fundaram o voto, é que se resolvêra a entrar na sustentação dos seus direitos, seguro de que só a elle podia pertencer a corôa como herdeiro da imperatriz D. Isabel, por ser varão, e mais velho do que os outros pretensores [2].

Continuando no mesmo sentido, e repetindo quasi litte-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de fevereiro e março de 1579.

[2] Ibidem. — Carta de Filippe II ao duque de Ossuna de 8 de março de 1579. — Officio de D. Christovão de Moura a D. Filippe datado de 26 de março do mesmo anno.

ralmente o texto do papel elaborado pela chancellaria hespanhola, o duque acrescentou que o serviço de Deus, e o interesse da conservação e dilatação da fé, de que D. Filippe era o mais zeloso e estrenuo defensor, bastariam sós por si para deverem inclinar um soberano tão religioso como D. Henrique, em seu favor, quando mesmo o não advertisse o exemplo de Fernando e Isabel com el-rei D. Manuel, os quaes, por morte de seu filho o principe D. João, convidaram o principe portuguez, seu genro, para ir a Toledo, aonde fôra jurado seu herdeiro pelos reinos de Castella, assim como em Saragoça pelo reino de Aragão.

Por ultimo o embaixador, em obediencia ás ordens que executava, ponderou ao cardeal, que attendesse sua alteza aos grandes inconvenientes e perigos, de que seria causa, não declarando pacificamente por seu successor ao rei catholico, e expondo Portugal, a Hespanha, e até a christandade aos trabalhos e sobresaltos de uma luta, se acaso se confiasse ás armas a decisão [1].

O rei ouviu com serenidade e attenção a embaixada, respondeu com phrases brandas, mas equivocas a alguns pontos, e terminou, dizendo, que desejaria ver os termos d'ella por escripto.

Moura e D. Pedro Giron accederam, redigiram em commum a memoria, e no fim de tres dias voltaram ao paço com ella. D. Henrique passou-a pelos olhos, e depois de a correr, observou, affectando ingenuidade, que não entendia a analogia do exemplo de el-rei D. Manuel com as circumstancias actuaes.

D. Christovão replicou, que o direito não parecia hoje menos evidente, do que então, e que seria cousa facil

1 Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de D. Christovão de Moura de 26 de março de 1579.

convencer-se d'isso sua alteza, quando o quizesse examinar.

O velho monarcha poz termo á conversação, encerrando a audiencia, e redarguindo seccamente, que tudo veria para responder com brevidade [1].

Saíram os castelhanos pouco satisfeitos d'esta primeira experiencia, e queixando-se das más disposições do principe, attribuiram-as á sua decidida inclinação pela casa de Bragança.

Moura, comtudo, não perdeu de vista a negociação encetada.

Dotado de grande perseverança, que os obstaculos estimulavam, e nunca se desalentava, tornou duas vezes ao paço a fim de lembrar a resposta promettida, mas na realidade com o intento de sondar os animos, e de penetrar as intenções dos seus adversarios, avivando ao mesmo tempo a amisade dos adherentes.

Em uma d'estas visitas o sobrinho de Lourenço Pires de Tavora, procurando, ou encontrando-se com Francisco de Sá e D. João de Mascarenhas, aproveitou o lanço para se lastimar da falsa direcção dada ao assumpto por sua alteza, em vez de elle e os seus ministros optarem pelo meio mais prompto, que era declararem desde logo o rei catholico seu herdeiro [2].

D. João de Mascarenhas, que representava n'este drama dois papeis, ouviu-o calado para que só fallasse Francisco de Sá, que na qualidade de confidente de D. Henrique conhecia os pensamentos de seu amo.

De feito o camareiro-mór, percebendo a astucia do

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura de 26 de março de 1579.

[2] Ibidem.

agente, mas já meio abalado pelas promessas de Castella, só redarguiu que o meio inculcado não offerecia tão pequena difficuldade, como se dizia, e que a clareza do direito não era tal, que muitos a não contestassem formalmente.

Moura, acudiu, exclamando, que em Portugal e Castella não achára até então pessoa, que duvidasse da rasão, que assistia a D. Filippe, a não serem os parciaes dos pretensores, e que o cardeal podia desenganar-se d'esta verdade, quando quizesse, mandando opinar os jurisconsultos do seu conselho, e os de Lisboa.

Francisco de Sá, a não esperar o repto, devia espantar-se da temeridade de D. Christovão [1].

Mascarenhas sorriu-se de certo. Pelo menos este não ignorava, que a chave de oiro do seu amigo tinha devassado muitas consciencias, e que os escriptorios dos letrados e os bufetes dos magistrados não fechavam os segredos de estado, quando a voz de Castella lh'os perguntava.

Depois de hesitar segundo o costume, e de conferir com os validos, o cardeal mandou chamar D. Christovão e o duque doze dias depois, em 30 de março, e n'uma audiencia particular declarou-lhes em poucas palavras, que o secretario lhes entregaria a resposta da sua parte.

O documento, que Miguel de Moura apresentou logo depois aos ministros castelhanos, não os colheu despercebidos; pouco mais, ou menos, já sabiam qual seria.

Na carta ao rei, seu sobrinho, D. Henrique insistia sobre a resolução de avocar a si o julgamento da causa,

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 26 de março de 1579.

promettendo não a sentenciar senão ouvida e ponderada a defeza de todos os pretensores. O resto reduzia-se a protestações de amisade e a encarecimentos de ternura, que nada significavam, porque nada valiam [1].

Moura e D. Pedro Giron não perderam um instante. Assim que tomaram conhecimento do officio, que lhes fôra confiado, voltaram ao paço, e para darem mais vigor ás diligencias, representaram uma scena ensaiada entre ambos.

Fingiram-se admirados da resposta, justificando a estranheza com a novidade de uma decisão, que não esperavam por saír em tudo differente da que suppunham merecer.

Alludiram ao espanto provavel de Filippe II, e ao effeito que similhante acto podia causar no seu animo. Por fim, descobrindo que o rei, tão bem actor como elles em lances de dissimulação, não se alterava com as declamações calculadas, Ossuna interrompendo o discurso de repente, pediu-lhe que declarasse ao menos a fórma do juizo, que determinava seguir, e o nome e qualidade dos juizes [2].

D. Henrique tivera tempo para se preparar, e tambem desempenhava o seu papel com segurança. Explicou-lhe pois serenamente, que o juiz da causa seria elle, mas acompanhado de accessores religiosos e doutos, ajuntando que por emquanto occultava os nomes por assim o considerar opportuno, porém que a seu tempo os revelaria.

Tornou a instar o duque, observando, que não lhe parecia possivel uma sentença imparcial proferida por letra-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 2 de abril de 1579.

[2] Ibidem.

dos portuguezes, quasi todos suspeitos de má vontade contra Castella. «Entre elles el-rei catholico ha de sempre ter alguns, que lhe sejam inclinados», acudiu o principe com certa ironia. «Em que tempo, e em que tribunal se ha de instruir o processo?» redarguiu D. Pedro Giron. «Perante mim, e logoque el-rei de Hespanha mande sustentar os seus direitos» replicou o irmão de D. João III sem desmentir por um só momento a tranquillidade conservada até ao fim n'esta conferencia trabalhosa para os seus annos e para a debilidade de suas forças [1].

D. Christovão sentiu-se perplexo e perturbado.

«Se annuimos ao que exige o cardeal, e lhe reconhecemos a competencia como juiz, por mais provada que seja a justiça de vossa magestade, escrevia elle a seu amo, parece evidente que a sentença sairá contraria, sobretudo quando o proprio rei confessa, que não acha o nosso direito bem claro. Se recusâmos o juizo, e vossa magestade se nega a comparecer por seus procuradores, proporcionaremos aos inimigos a occasião, que tanto desejam, porque lhes daremos motivo para clamarem, que tão justa era a sua causa, que o rei catholico se não atreveu a combater com ella!» [2]

Para evitar os dois extremos, igualmente perigosos e fataes, Moura lembrava um recurso não menos violento, e mais escandaloso.

Devia contestar-se a legitimidade de D. Henrique como soberano, por ser bispo e sacerdote, e como tal incapaz de herdar a corôa.

Apontando este meio o ministro de Filippe II não dis-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 2 de abril de 1579.

[2] Ibidem.

farçava o que n'elle havia de aspero e repugnante; mas notava ao mesmo passo, para o suavisar, que podia negociar-se com o papa a fim de abrandar o velho monarcha. Em todo o caso, se elle persistisse na idéa de casar, e obtivesse a dispensa, não restava a D. Filippe, asseguráva elle, senão romper de viseira abertamente com todas as contemplações, começando por negar o direito com que reinava seu tio D. Henrique, e pondo depois em duvida a legitimidade do matrimonio, e portanto a legitimidade da successão, se a tivesse [1].

Emquanto os diplomatas hespanhoes esgotavam os artificios, e assestavam novas baterias com o intuito de intimidar o soberano, impedindo uma declaração opposta aos designios do gabinete de Madrid, os negocios internos íam-se complicando, aggravadas as primeiras difficuldades.

A saude do cardeal peiorava de dia para dia.

As esperanças de se alcançar em Roma a auctórisação para o seu consorcio começavam a desfallecer.

Nas côrtes que ainda não estavam abertas, os deputados divididos em bandos contrarios hesitavam, e não se entendiam.

A nobreza, com os olhos nas mercês de Castella, e abalada pelas cedulas e liberalidades de Filippe II, voltava-se para elle na maior parte, aindaque com certo receio e algum pudor [2].

Os procuradores das villas e cidades não se apressavam, caminhando vagarosamente para occuparem os seus logares.

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura ao rei catholico, de 2 de abril de 1579.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura ao rei catholico de 18 de março de 1579.

O prior do Crato, sempre vigilante, não se esquecia de si no meio da confusão geral, requerendo que lhe levantassem o desterro, para tomar assento nos estados, como lhe competia.

O duque de Bragança tambem se não mostrava indolente, procurando as pessoas, que reputava mais no caso de o servirem, humanisando-se com aquellas que tratára antes com desprezo, ou com orgulho, e ouvindo sobre todos os passos, que arriscava, o parecer dos jesuitas [1].

A capital, contemplando os horisontes annuveados, e distinguindo n'elles indicios provaveis de tempestade, premunia-se. Os abastados punham as fazendas em salvo; e os intrepidos mettiam armas em casa para a defeza, se porventura as dissenções, que ardiam entre os contendores, chegassem a inflammar-se, produzindo conflictos [2].

Entretanto D. Henrique, mais indisposto contra Filippe II depois da embaixada do duque de Ossuna, e respirando com leves melhoras do assalto da enfermidade, reanimava-se e chamava os deputados de Lisboa para lhes ordenar, que sem demora principiassem as côrtes, devendo ser o primeiro assumpto discutido n'ellas a redacção de uma carta ao santo padre, em nome do reino, pedindo-lhe a dispensa para o matrimonio do rei, porque, segundo as informações recebidas, a curia romana parecia pouco inclinada a concede-la, talvez coagida pela influencia de Castella [3].

Ao mesmo tempo, o soberano convocava em segredo Pedro Barbosa e o chanceller-mór, e encarregava-os de

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura de 18 de março de 1579.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

estudarem e defenderem os direitos da duqueza D. Catharina.

O seu pensamento era ter abertas as côrtes o menor espaço, ser confirmado por ellas na auctoridade de juiz dos pretensores, conte-las nas demasias, que ousassem, e encerra-las apenas conseguisse, que fosse approvada a idéa de se nomearem governadores [1].

D. Christovão de Moura acompanhava todos estes movimentos.

Avisado ácerca do que occorria, e prompto em oppor os seus golpes aos dos contrarios, apenas descobriu o novo projecto, procurou embaraça-lo, empregando os homens e os meios adequados.

Animados occultamente por elle alguns procuradores combateram a idéa de se apartarem sem primeiro ficar declarado e sabido o nome dos governadores.

O duque de Bragança contava nos estados dezeseis votos, sem referir os de parentes e amigos; mas apesar d'isso Moura e Ossuna não se temiam tanto d'elle, como de D. Antonio. Tinham achado modo de tornarem ambos suspeitos, ou odiosos aos deputados de Lisboa, que sem o cuidarem, coadjuvavam os hespanhoes, arrastados pela falsa probidade de Affonso de Albuquerque, que ainda não conheciam como agente dos estrangeiros [2].

Coincidindo com as audiencias, em que D. Christovão e o duque negociavam com el-rei sobre a resposta dada á sua embaixada, verificou-se finalmente a reunião das côrtes, como dissemos.

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 18 de março de 1579.

[2] Ibidem. — Correspondencia de D. Christovão de Moura com Filippe II de 18 de março de 1579.

Por ordem de D. Henrique juntaram-se duas vezes os tres braços, e desde logo se empenhou uma calorosa discussão sobre o numero dos definidores, que haviam de ser eleitos para a proposição dos negocios, querendo o cardeal que só estes continuassem na capital, e que os outros se recolhessem ás suas terras, e insistindo as cidades e as villas na opinião opposta, sustentando, que não era a epocha propria para se deliberar por meio de definidores, mas sim de todo o reino assistir unido até saber o principe, que devia jurar como soberano [1].

O rei agastado deliberou-se a cortar a resistencia pela raiz, ameaçando os mais obstinados com a dissolução immediata se não cedessem. A admoestação produziu effeito, e os procuradores, receiando que o cardeal passasse adiante, ou talvez advertidos de que buscava um pretexto para despedir o congresso, de que o pretensor protegido por elle não esperava bom acolhimento, concordaram, e submetteram-se.

Em vez de se elegerem porém só dez definidores, conforme o antigo uso, nomearam-se quarenta, numero que os confidentes do ex-inquisidor condemnavam por excessivo, mas que pareceu indispensavel aos adversarios como precaução para que as cousas não corressem de todo á revelia do povo [2].

Um facto significativo caracterisou n'este acto a physionomia dos estados.

Os procuradores, que pertenciam aos logares, de que era senhor o duque de Bragança, foram excluidos. Ne-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura ao rei catholico de 26 de março de 1579.

[2] Ibidem. — Correspondencia de D. Christovão de Moura com Filippe II de 26 de março de 1579.

nhum d'elles alcançou da urna a honrosa qualificação de definidor, golpe a que não foram estranhos de certo os enredos de Moura, porque feria igualmente o marido de D. Catharina, e o cardeal seu protector.

As côrtes não podiam expressar com maior clareza as repugnancias publicas. Em presença dos agentes do rei catholico, e apesar da aversão geral ao dominio castelhano, manifestaram que não queriam ver no representante da casa de Bragança o rei natural que a nação tanto desejava.

É provavel, que o prior do Crato, por um lado, e D. Christovão, pelo outro, fossem os verdadeiros instigadores de uma imprudencia, que serviu só para separar ainda mais os que tanto careciam de estar unidos na hora do perigo[1].

O braço da nobreza não destruiu as esperanças, que os ministros hespanhoes tinham concebido ácerca d'elle.

Escrevendo a Filippe II, Moura assegurava-lhe, que os fidalgos eleitos para definidores tinham saído o melhor que podia desejar-se, por terem ficado de fóra muitos amigos e alliados do duque de Bragança, aindaque não todos, e apesar de D. Antonio tambem se louvar de alguns, que se lhe diziam muito dedicados.

Entre os seis escolhidos para conferirem pessoalmente com o soberano, dois pertenciam ao bando de Castella, e eram D. João de Mascarenhas e D. Diogo de Castro; dois não escondiam a sua affeição ao prior do Crato, e eram D. Diogo de Sousa e D. Manuel de Portugal; e finalmente D. João Tello e Martim Gonçalves da Camara, apontados como partidarios de D. Catharina, encerravam a lista que

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 26 de março de 1579.

o ministro enviou sem demora a seu amo, depois de apurada, apenas a recebeu [1].

O inconveniente da compensação das influencias foi corregido pela destreza dos castelhanos, que não podendo vencer senão dois nomes, trataram de neutralisar o predominio dos contrarios, conseguindo, que Martim Correia da Silva, tio de D. Christovão, e homem todo dos interesses hespanhoes, merecesse a distincção de ser nomeado secretario, logar que lhe abria a todas as horas as portas do paço, como intermediario official das communicações dos estados com o rei [2].

O cardeal, e os que o aconselhavam, viam com magua, como é de crer, a má direcção das cousas. Longe de encontrarem nas côrtes o auxilio, de que precisavam para elevar ao throno uma princeza por todos os titulos digna de cingir a corôa, observaram com pezar, que a impopularidade do esposo, as invejas dos fidalgos, e os ardis dos pretensores lhe haviam alienado quasi inteiramente o coração dos que deveriam ser os primeiros a abraçar a sua causa, por ser ao mesmo tempo a causa da independencia do paiz.

Moura, que nas occasiões graves unia o arrojo á prudencia, nada omittiu para prevalecer.

Enchendo uma das folhas em branco, que reservava em seu poder, com a assignatura de Filippe II, dirigiu-se á camara de Lisboa, presidida por Antonio da Gama, com o qual talvez concertasse antes a scena.

Chegado á porta mandou pedir que o ouvissem em

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Correspondencia de D. Christovão de Moura com Filippe II de 2 de abril de 1579.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 2 de abril de 1579.

nome do rei catholico, e entrando, entregou a carta ao regedor, repetindo de viva voz, não só o que ella continha, mas o que se lhe figurou mais accommodado ao seu intento.

D'esta fórma conseguiu proclamar em pleno senado, e com a tacita annuencia dos vereadores, um verdadeiro manifesto dos direitos de seu amo [1].

Escutado com obsequiosa benevolencia retirou-se muito satisfeito do resultado, e passando logo a visitar o rei, no meio da conversação, e como por incidente, narrou-lhe com simulada indifferença o que acabára de praticar.

Offendido e sobresaltado, D. Henrique inflammou-se, estranhando o comportamento do ministro; porém Moura redarguiu serenamente, que não via o menor inconveniente em que todos conhecessem a rasão, com que D. Filippe pedia a corôa.

A tranquillidade de D. Christovão confundiu o cardeal. Ardendo em ira, o principe mandou buscar a carta, e reprehendeu o senado. Depois reuniu os confidentes, e todos censuraram a sua brandura [2].

Recolhendo-se do paço o agente hespanhol escrevia para Madrid n'este meio tempo, que o irmão de D. João III guardára o documento, não querendo que fosse visto, e que tencionava ser elle proprio quem dictasse a resposta. Applaudindo-se do passo, a que se atrevêra, o confidente de Filippe II asseverava que o resentimento da côrte era maior prova da sua importancia.

Em outra audiencia, para que o tornou a convidar, o cardeal queixou-se de novo, dizendo que sentia muito a

[1] Salvá — *Collecion de documentos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura com Filippe II de 2 de abril de 1579.

[2] Ibidem.

entrega da carta á camara, porque receiava que desse causa a alvorotos e suspeitas.

Sem se desculpar o sobrinho de Lourenço Pires acudiu logo que seria para admirar, que um monarcha tão recto estranhasse que o filho da imperatriz D. Isabel expozesse os fundamentos da sua pretenção, e offerecesse ao reino os privilegios e liberdades, que estava determinado a conceder.

Saíndo, e encontrando-se logo depois com Francisco de Sá, Moura, fiel ao papel que representava, deu largas á fingida indignação, exclamando, que desejava que o mundo inteiro soubesse o modo por que sua alteza procedia, e ajuntando que seu amo não só ao senado de Lisboa devia dirigir-se, mas ás principaes, ou a todas as terras da monarchia, e aos tres braços da nação [1].

Lançada assim a luva com arrogancia calculada, e penetrando sem custo, que o plano ajustado entre os validos do cardeal consistia em fugirem com o documento á publicidade, deixando aberto o campo aos inimigos de Castella para inventarem fabulas e ameaças com o falso cunho de copias, mandou tirar traslados exactos d'elle, e repartiu-os pelas pessoas, que suppoz mais aptas para darem a verdadeira côr a este curioso episodio [2].

De todos os concorrentes, que pleiteavam a successão do reino, o prior do Crato, como por vezes temos observado, era o que maiores cuidados causava ao rei catholico em Madrid, aquelle que os enviados de França e de Inglaterra cortejavam como o adversario mais perigoso, que

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de D. Christovão de Moura de 2 de abril de 1579.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura de 2 de abril de 1579.

podiam oppor a Filippe II, e o homem que pela affabilidade do trato, e até pelas circumstancias quasi romanescas do nascimento e da existencia aventurosa, mais lisonjeava as sympathias do povo, que estribava na sua ambição grandes esperanças de liberdade e independencia.

D. Christovão conhecia-o, avaliava as qualidades e os defeitos do seu caracter, e prophetisára desde o principio, que D. Antonio só vencido e desamparado cederia das pretenções, que sustentava.

Costumado a eliminar os obstaculos, que deveras o embaraçavam, e desejando unir a corôa de Portugal ao seu imperio sem desembainhar a espada, o filho de Carlos V, acautelado nas despezas, e quasi parcimonioso, como Isabel Tudor, julgou n'esta occasião, que a prudencia e a verdadeira economia lhe aconselhavam os meios de seducção a par da maior liberalidade. Por mais cara que a corrupção custasse, sempre havia de ser para elle muito menos onerosa, que os gastos e sacrificios exigidos por uma guerra disputada. Por outro lado não deixava de o desviar d'ella a recordação das victorias dos portuguezes no seculo XIV, e a memoria dos vultos heroicos do mestre de Aviz e de D. Nuno Alvares Pereira.

Obedecendo a estes principios, de que só a necessidade o afastou, o sombrio fundador do Escurial apontára com mão firme o caminho, que D. Christovão seguiu, excitando os odios de D. Henrique contra o prior do Crato, separando a pouco e pouco do partido d'este os fidalgos, que a propria inclinação, ou offensas do monarcha levaram a principio a abraça-lo publicamente, e finalmente aggravando cada dia mais as rivalidades que primeiro tornaram adversarios e depois inimigos declarados D. Antonio e o duque de Bragança.

Filippe II, contrapondo os pretensores portuguezes, e

enfraquecendo-os pelas mutuas dissenções, calculára, que se acaso chegasse á extremidade de entrar na lide armado, só encontraria o menos poderoso dos contendores, porque ao marido de D. Catharina, incapaz de resoluções energicas, e devorado de invejas e emulações, mais facil seria dobrar-se ao jugo hespanhol, do que ajudar a defender o throno, arriscando por interesse alheio o titulo ducal, os immensos bens da sua casa, e as idéas de dominação, que nunca deixou esmorecer, nem mesmo no momento, em que se curvava submisso como vassallo diante do usurpador dos seus direitos.

No mesmo sentido o rei de Hespanha em diversos lances, aproveitando as occasiões opportunas, tentou abalar a firmeza do prior do Crato, mostrando-se disposto a recompensa-lo generosamente, e a eleva-lo a uma posição eminente, se o quizesse reconhecer por successor do cardeal, unindo-se a Castella contra o partido da filha do infante D. Duarte.

Moura, tão pouco escrupuloso como seu amo, e não menos sagaz em tocar o lado fragil e vulneravel das consciencias, encarregou-se da negociação, e enredando por vezes com subtileza o seu trama, adiantou-a de modo que esteve a ponto de saír com a victoria.

A primeira cousa, de que se occupou, foi de attrahir o marquez de Villa Real, separando-o de D. Antonio. A seducção custou-lhe menos, do que esperava.

Trocaram-se brindes de valia e cartas entre a rainha de Hespanha e a marqueza; abriu o rei catholico os cofres, e do seu proprio punho agradeceu os serviços promettidos. Villa Real, reconhecido, ou mais exacto, cedendo ás instancias de D. Jorge de Noronha, seu primo, obrigou-se com elle em premio de uma avultada ajuda de custo, a franquear aos hespanhoes as portas das suas

villas e praças na fronteira, trahindo a patria e a honra [1].

A victima de tudo foi o prior do Crato.

Imaginando encontrar ainda no fidalgo convertido o antigo partidario, D. Antonio confiou-lhe pouco depois os documentos, em que fundava as rasões da sua pretenção, e pediu-lhe que expozesse lisamente o seu voto, a fim de perseverar se tivesse justiça, ou de desistir, se as provas parecessem insufficientes.

O marquez não se envergonhou de revelar as confidencias da amisade.

Os papeis passaram sem demora das suas mãos para as de Moura, e ajustada entre ambos a resposta, Villa Real redarguiu aconselhando ao prior, que desamparasse o pleito e seguisse o prudente arbitrio de annuir ás propostas de Madrid [2].

Referindo este acto inqualificavel com a frieza do homem costumado a ver todas as vilezas, e a não pasmar de nenhuma, o ministro de Filippe II acrescenta, que empregára serias diligencias para que de toda a parte a mesma voz soasse aos ouvidos do filho do infante D. Luiz.

Illudido pelos mais intimos parciaes, e recebendo por ultimo de um letrado conspicuo de Coimbra (peitado provavelmente), o desengano formal de que os seus direitos careciam de melhor fundamento, D. Antonio esmoreceu,

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura de 14 de março de 1579. — Carta de Filippe II de 23 de junho de 1579.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura de 26 de março de 1579. — D. Jorge, apesar de muito moço, dominava o marquez. Uma das terras, que este se obrigava a entregar era Alcoutim, fronteira á Tuy, e a outra Almeida, defronte de Ciudad Rodrigo.

hesitou, e deu idéas aos agentes castelhanos, de se achar disposto a transigir com seu tio, enviando-lhe emissarios[1].

Entretanto D. Christovão nunca acreditou na boa fé do prior, e sempre advertiu seu amo, de que o sobrinho, com dois rostos e duas palavras, não merecia confiança, porque, espreitando as occasiões, fingia approximar-se de Castella quando lhe diminuiam as esperanças, desviando-se assim que a fortuna tornava a sorrir-lhe.

Emquanto estes acontecimentos de dia para dia complicavam mais o estado dos negocios, conferenciavam as côrtes, e executava D. Henrique o plano suggerido para excluir o rei catholico e D. Antonio.

A embaixada do duque de Ossuna, e a entrega publica da carta de Filippe II ao senado de Lisboa, tinham excitado ainda mais, se é possivel, as suas antipathias.

Cada vez menos inclinado aos ambiciosos designios da Hespanha, lançou-se inteiramente nos braços do partido da duqueza de Bragança, e não poupou esforços para que ella saisse triumphante.

Mas, as côrtes, como já observámos, se concordavam com o velho monarcha na repugnancia ao dominio estrangeiro, não o acompanhavam nas suas predilecções pela filha do infante D. Duarte, mais por indisposição ao duque, do que por má vontade contra a princeza.

Desde a reunião dos estados, todo o tempo se consumia em discussões estereis, cujo resultado era saberem apenas os amigos dos pretensores os nomes dos deputados, que se declaravam por Castella, pela casa de Bragança, ou pelo prior do Crato[2].

[1] Carta de D. Christovão de Moura de 26 de março de 1579.

[2] Correspondencia de D. Christovão de Moura de 11 de abril de 1579.

O cardeal, informado da perplexidade, que prendia a assembléa, e conhecedor da opposição, que encontravam os direitos de sua sobrinha, consultou com os ministros e o confessor o modo opportuno de ladear as resistencias, não se atrevendo a combate-las. Depois de os ouvir preferiu volver com vigor á idéa de insistir pela opportunidade do seu casamento, apressando quanto possivel as resoluções da santa sé, entorpecidas pelos esforços de D. João de Zuniga e do partido hespanhol.

Para dar ao negocio decisivo impulso, chamou el-rei ao paço em separado os procuradores mais influentes, e com o maior segredo communicou a cada um d'elles a deliberação, que adoptára.

Todos accederam, e ficou approvado, para que nenhum dos pretensores fosse nomeado desde logo herdeiro, que o irmão de D. João III julgasse a causa da successão, e que a sentença não fosse publicada emquanto durasse o seu reinado[1].

Esta solução, a peior que podia dar-se ao arriscado problema, encerrava o germen de todas as discordias. Pouco se demorou depois o castigo aos imprudentes, que a applaudiram, e á nação que não soube assumir a responsabilidade na hora propria de uma escolha.

Admittido este primeiro ponto, e animado pelo exito, D. Henrique tratou de ganhar o segundo, propondo aos estados, para maior brevidade, que se empenhassem rogando ao pontifice, que attendesse ás inquietações e aos perigos, que ameaçavam o reino, e lhes pozesse termo expedindo a licença impetrada para se verificar o casamento do cardeal.

[1] Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa — *Memoires du regne du roy Henry*, fol. 62 v. — Carta de Moura de 18 de março e 11 de abril de 1579.

As côrtes adheriram tambem, mais por comprazerem ao soberano, do que persuadidas da efficacia da proposta. O braço da nobreza elegeu, pois, a D. Duarte de Castello Branco na qualidade de embaixador extraordinario, e encarregou-o de representar ao vigario de Christo o voto dos povos.

A eleição não correu, porém, tão serena e accorde, que os pareceres se não dividissem, querendo uns que os embaixadores fossem dois, estranhando outros que se não designasse pessoa mais auctorisada, e sustentando muitos, que melhor fôra enviar desde logo um correio vencendo horas, reservada para mais tarde a enviatura solemne [1].

Entretanto outros assumptos de vulto depressa vieram distrahir os animos.

A questão que logo depois se suscitou, merecia o ardor com que foi controvertida. Tratava-se de definir a fórma, por que haviam de ser nomeados os governadores incumbidos da administração do paiz, no caso de fallecer o soberano sem successor, e os juizes que deviam proferir a sentença, se D. Henrique não chegasse a pronuncia-la.

Depois de violentas contestações entre o monarcha e as côrtes optou-se por um arbitrio, que não tirando a rasão a nenhuma das partes, parecia satisfaze-las a ambas, cortando a contenda.

Os estados formaram uma lista de quinze nomes. D'estes havia de o cardeal designar cinco para desempenharem as elevadas funcções do governo na sua falta.

Esta concordia não applacou de todo as dissidencias.

[1] Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa—*Memoire du regne du roy Henry,* fol. 62 v.—Carta de D. Christovão de Moura de 11 de abril de 1579.

Por zêlo ou por desconfiança alguns deputados pediam a publicação dos nomes dos governadores, querendo que as côrtes os reconhecessem solemnemente.

Ácerca dos juizes prevaleceu o mesmo methodo. Os estados offereceram uma lista de vinte e quatro nomes, e o rei apontou os onze, que preferia [1].

Do fundo do seu palacio Filippe II vigiava os enredos, dissentimentos, e facções, que dilaceravam Portugal.

Na sua mão os estadistas e os exercitos eram instrumentos, de que usava sem escrupulo, ou de que se desfazia sem remorso, servindo-se dos primeiros sem piedade até succumbirem de fadiga, ou de desgosto, como D. João de Austria e Alexandre Farnesio, e dos segundos, como de um meio prompto, embora cruel, para realisar os planos ambiciosos.

Á medida que as difficuldades cresciam, o rei catholico, sagaz em aproveitar os homens, despachava para Lisboa alguns dos ministros, que tinha ao lado.

O primeiro, que partiu, foi fr. Fernando de Castillo, cuja missão, como vimos, findou com a embaixada sobre o consorcio do cardeal.

Vogal da junta instituida para consultar sobre os negocios de Portugal, este habil agente não perdeu de certo o tempo, e recolheu-se mais instruido, e conhecendo melhor os homens e as cousas.

Guardiola pouco se demorou atraz d'elle. Nomeado para servir de conselho ao duque de Ossuna e a D. Christovão nos pontos de direito, chegou á nossa côrte precedido de uma reputação panica.

D. Pedro Giron, o qual, segundo se deprehende, concorrêra para a escolha, depressa se arrependeu, percebendo

[1] Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa—*Memoires du regne du roy Henry*, fol. 63 v.

que o seu protegido, dotado de bondade e de boa memoria para reter os textos juridicos, fóra da sua esphera ignorava tudo.

A falta de cultura no estylo e no espirito, revelada desde logo, espantou o proprio Mecenas.

Guardiola, que o duque sonhára converter em diplomata, appareceu o que era, um causidico encanecido nas formalidades forenses. Para completar a pintura do triste accessor, que pedíra, ou que lhe enviaram, Ossuna accrescentava, escrevendo a Antonio Peres, que desconfiando de si e da sua penna, o pobre lettrado trouxera como redactor um sobrinho nescio e malicioso, o qual o acompanhava por toda a parte, zombando da sua credulidade, e arrancando-lhe sem esforço todos os segredos [1].

Avisado por esta carta, Filippe II acudiu promptamente com o remedio.

Com a dissimulação usual, e não confiando senão do ouvido do seu confidente estimado a verdadeira expressão dos pensamentos, o filho de Carlos V quiz avistar-se n'esta occasião com D. Christovão de Moura em Madrid, e expediu-lhe as ordens necessarias para não demorar a sua partida de Lisboa.

Ao mesmo tempo resolvia que Rodrigo Vasques, e o doutor Molina, tambem vogaes da junta consultiva dos negocios de Portugal, se preparassem para a jornada de Portugal, passando-lhe instrucções secretas e adequadas ao fim para que os mandava.

Moura despediu-se de Ossuna e da nossa capital em abril de 1579, e poucos dias depois informava minuciosamente em Aranjuez a seu amo do estado em que ficavam

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Carta do duque de Ossuna de 30 de maio de 1579.

os negocios, expondo-lhe o modo opportuno de superar os obstaculos, que as suas correspondencias tinham assignalado [1].

A partida do sobrinho de Lourenço Pires foi muito festejada pelos inimigos de Castella. D. Henrique, os seus ministros, e os parciaes da casa de Bragança não disfarçavam o jubilo, celebrando a ausencia do homem que mais temiam. Levianos, ou vangloriosos, attribuiram a partida de Moura a causas unicamente filhas da sua imaginação, propalando que D. Christovão decaíra do valimento por se atrever a entregar ao senado de Lisboa a carta do rei catholico sem auctorisação do cardeal. Os emboras dados pela imaginaria victoria depressa se converteram em tristeza.

A illusão durou pouco.

O herdeiro de Carlos V, como se adivinhasse de longe as loucas esperanças dos adversarios, annunciava em 18 de maio ao duque de Ossuna a esplendida recompensa, com que acabava de premiar os serviços de D. Christovão, elevando-o á dignidade de seu embaixador ordinario em Portugal, exaltando-lhe o zêlo e a capacidade, e participando a sua volta immediata para Lisboa, revestida das demonstrações de um verdadeiro triumpho. Vasques e Molina, acrescentava o soberano, pouco deviam demorar-se, tendo ordem de saír depois de Moura [2].

Nas instrucções dictadas por Filippe II ao seu confidente, o monarcha insistia sobretudo na exigencia de se instar com seu tio para que o declarasse successor do reino, mandando-o jurar, e ordenava que se lhe represen-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de 14, 15 e 21 de abril de 1579.

[2] Ibidem. — Correspondencia de 18 de maio de 1579.

tassem os perigos e inconvenientes de dilatar a decisão.

Na carta de poderes, passada ao duque de Ossuna e a D. Christovão, auctorisava-os, em seu nome, para offerecerem as graças e mercês, que julgassem necessarias, aos fidalgos e cavalleiros principaes, e ás villas e cidades, compromettendo-se a cumprir, como se elle proprio os declarasse, todos os favores, que os seus ministros afiançassem [1].

Por outro acto, tambem datado, como os precedentes, de Aranjuez em 24 de maio, o rei catholico obrigava-se solemnemente a confirmar os capitulos de liberdade e isenção jurados em beneficio do reino por D. Manuel em 1499, tentando destruir por meio d'esta amplissima e espontanea concessão os receios e repugnancias das côrtes e das pessoas indifferentes á luta dos partidos, mas desejosas de verem respirar pacifica e tranquilla a nação de tantos revezes e inquietações [2].

A seu tempo daremos succinta idéa das promessas, com que o filho da imperatriz D. Isabel procurou abrandar as antipathias contra o dominio estrangeiro. É provavel, que o novo embaixador não fosse estranho á redacção de tão importante diploma, como o não foi por certo aos grandes resultados, que produziu pouco depois de divulgado.

Saíndo de Madrid, coberto de honras e louvores, para occupar na côrte de D. Henrique o logar eminente, que

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Instrucções datadas de 24 de maio de 1579 em Aranjuez. — Pleno poder ao duque de Ossuna e D. Christovão de Moura passado na mesma data.

[2] Ibidem. — Confirmação dos capitulos de el-rei D. Manuel em 1499 por Filippe II, pag. 376.

seu amo lhe destinára, tornava ao antigo posto mais poderoso, do que o tinha deixado, ferindo em Hespanha os emulos, que viam com maus olhos a sua rapida elevação, e fulminando em Portugal os inimigos, que a retirada ensoberbecêra, e que a volta ia confundir [1].

Alem dos passos ostensivos, um apontamento confidencial inculcava-lhe as secretas diligencias, commettidas pelo soberano á sua destreza.

O ministro havia de conferenciar com o confessor Leão Henriques, com o camareiro mór, Francisco de Sá, com o arcebispo de Lisboa, e com D. João de Mascarenhas, que eram os principaes no conselho particular de D. Henrique, e ler-lhes as suas instrucções secretas no caso de conhecer, que o animo do cardeal se não demovia com a embaixada directa [2].

Havia de distribuir depois, conforme reputasse proveitoso aos interesses do rei, mais trinta cedulas em branco, podendo prometter aos fidalgos a revogação da lei mental, e aos senhores de terras o beneficio de jurisdicções analogas ás de Castella, valendo-se das armas da cubiça e da ambição para os arrastar seduzidos por estas duas mercês exorbitantes.

Tinha auctoridade para ganhar com a esperança de novos titulos as pessoas que merecessem pela sua importancia esta honrosa excepção, prevenindo porém a eventualidade de provocar invejas, ou inimisades, que não fossem compensadas.

Moura, alem d'isto, era incumbido tambem de ajustar

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencias de maio e junho de 1579.

[2] Ibidem. — *Memorial de advertencias* a D. Christovão de Moura, datado de 24 de maio de 1579.

com a duqueza de Aveiro, irmã de Ossuna, a maneira facil de predispor o castello e o porto de Setubal para seguirem a voz de Castella, se a questão se resolvesse pela espada, e de tentar para o mesmo fim a lealdade do governador da torre de S. Julião da barra [1].

Ácerca do resgate dos captivos, assumpto, que então commovia muito o paiz, pela orphandade de numerosas familias, prescrevia-se ao novo embaixador, que sendo fallecido o cardeal, promettesse em geral uma avultada somma para a redempção dos pobres, e existindo ainda o velho monarcha, subornasse com promessas de dinheiro, para tão pia applicação, os individuos capazes de retribuirem a generosidade, correspondendo com a mais sincera adhesão [2].

Ácerca do modo de persuadir a casa de Bragança a ceder dos seus direitos, tambem Filippe II não disfarçava os designios.

D. Theotonio, quinto filho do duque D. Jaime e de sua esposa D. Joanna de Mendonça, contava quarenta e nove annos de idade, e desde dezembro de 1578 occupava a cadeira archiepiscopal de Evora.

A sua vocação religiosa era ardente e verdadeira, mas o engenho pouco agudo e mal allumiado.

Movido pela eloquencia dos primeiros prégadores da companhia, trocára pela estreiteza do claustro as galas da côrte, vestindo a roupeta da sociedade de Jesus, que depois se tornou mais orgulhosa, que a purpura dos principes da igreja [3].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — *Memorial de advertencias.* — Aranjuez, 24 de maio de 1579.

[2] Ibidem.

[3] *Historia genealogica da casa real*, tom. V, liv. VI, cap. XII. 25.

Para o arrancar ao socego da vida contemplativa foi necessario, que as queixas de seu irmão D. Theodosio, e os esforços de D. João III resolvessem Ignacio de Loyola a chama-lo a Roma para o absolver do voto e o restituir ao seculo.

Mas, transpondo os umbraes da clausura, constrangido, conservou o coração sempre fiel ao instituto. Se perdeu o nome guardou a saudade da cella, e desgostoso buscava a imagem do asylo, que deixára, em Salamanca, aonde se acolheu por algum tempo, entretendo os dias com leituras e correspondencias espirituaes.

Santa Thereza, que residia então em Segovia, S. Carlos Borromeu, arcebispo de Milão, o cardeal Gabriel Paleoto, e fr. Bartholomeu dos Martyres, eram os confidentes dos seus escrupulos, das suas opiniões, e das suas obras de caridade [1].

Entretanto, apenas se adornou com as vestes prelaticias, se não se lhe entibiou o amor de Deus e o do proximo, mostrou olhar comtudo com menos displicencia para as grandezas mundanas, porque a humildade, de que dera tantas provas, não o impediu de levantar a vista para a dignidade cardinalicia, talvez instado pelas supplicas do duque, seu sobrinho [2].

O rei catholico, informado por D. João de Zuniga das diligencias empregadas para obter o barrete para D. Theotonio, aproveitou o ensejo, e emquanto por um lado mandava embaraçar em Roma a nomeação, advertia a D. Christovão de Moura pelo outro, que se valesse d'ella para aba-

[1] *Historia genealogica da casa real*, tom. v, liv. vi, cap. xii.

[2] Ibidem. — Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. vi.

lar o prelado, estimulando-lhe os desejos, e promettendo-lhe o auxilio de Castella [1].

D'esta maneira o artificioso soberano esperava render á sua devoção o novo arcebispo, e influir ao mesmo tempo no animo do velho monarcha, seu protector, e no espirito dos duques, que não podiam ser indifferentes ao exito da pretenção.

No mesmo sentido partiu D. Christovão auctorisado para alentar as altivas esperanças de D. Catharina e de seu esposo, dando impulso ás negociações encetadas para alcançar a sua annuencia á união das duas corôas, e procurando deslumbrar a casa de Bragança com a brilhante perspectiva do casamento do principe de Hespanha com uma de suas filhas [2].

Por ultimo, prevenindo a occorrencia de Moura já não encontrar o cardeal no throno, o que as noticias de Lisboa faziam receiar, dictava-lhe as providencias, que mais conviria adoptar, e os rodeios apropriados para propor aos governadores do reino os assumptos, de que ía encarregado [3].

Seguro da habilidade do seu ministro, D. Filippe não hesitou, finalmente, em lhe confiar a continuação das tenebrosas negociações, começadas para engrossar o numero de seus partidarios, commettendo-lhe a delicada missão de as ampliar e concluir.

Moura devia assegurar ao doutor Antonio da Gama a concessão de uma pensão ecclesiastica de quatrocentos ducados pedida em nome de seu filho; ao letrado Diniz Filippe outra de duzentos ducados ajustada com o mesmo

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Memorial de 24 de maio de 1579.

[2] Ibidem, pag. 390.

[3] Ibidem.

pretexto; e a Nuno Alvares Pereira igual somma tambem requerida para dotar um filho.

D. Lourença de Tavora, mulher de João de Saldanha, recebeu d'esta vez a ajuda de custo de dois mil ducados, e diversas pessoas, mais obscuras, e igualmente venaes, foram contempladas com presentes em dinheiro sob promessa tacita, ou expressa, de trahirem a patria, abrindo as portas das praças, que lhes cumpria defender, ou revelando os segredos, que deviam guardar [1].

D. Christovão munido d'estes poderes, e disposto a usar d'elles sem escrupulo, chegou a Lisboa a 30 de maio, sobresaltando com a sua presença a côrte e as parcialidades oppostas ao rei catholico.

D. Henrique parecia agonisante. A braços com a febre lenta, que o devorava, e desfallecido pelos annos e pela enfermidade, de instante para instante se temia que cerrasse para sempre os olhos.

Na vespera da vinda de Moura caíra em tal prostração, que o duque de Ossuna receiou que se despedisse com o romper do dia, e preparou-se para affrontar a crise politica promovida pela sua falta; felizmente cedeu a molestia, declararam-se, e confirmaram-se melhoras, e o velho monarcha, illudido pelas apparencias, acreditou que a sua ultima hora ainda estava distante [2].

No meio da perturbação, causada pela saude vacillante do rei, o novo embaixador, apenas repousado da jornada, não perdeu o tempo, principiando a enredar com subtileza as negociações, que se propunha seguir.

Escrevendo para Madrid, o sobrinho de Lourenço Pires

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Memorial de 24 de maio de 1579, pag. 391.

[2] Ibidem.—Correspondencia de D. Christovão de Moura de 30 de maio de 1579.

descrevia com verdade o estado das cousas, insistindo sobre a necessidade de não se demorar a partida de Vasques e de Molina, cujos serviços reputava indispensaveis.

As côrtes, pondo termo a todas as hesitações, acrescentava elle, acabavam de nomear as quinze pessoas, de entre as quaes o cardeal havia de designar os cinco governadores, e passavam a formar a lista dos individuos propostos para a escolha de juizes. D. Henrique triumphára, pois, das resistencias, que o tinham embaraçado no começo, e tudo fazia suppor, que a reunião dos estados seria encerrada dentro de poucos dias [1].

Não menos diligente e activo nos outros actos da sua missão, o confidente de Filippe II, requereu e obteve audiencia do rei para o visitar da parte de seu amo.

Segundo lhe fôra ordenado o novo embaixador n'esta primeira conferencia limitou-se a insistir sobre a opportunidade de concluirmos a paz com Marrocos. D. Henrique agradeceu friamente a intervenção de Castella, não encobrindo, porém, que a reputava pouco sincera.

De proposito, ou por lapso, denunciou nas palavras a suspeita, ou antes o receio, de que a Hespanha procurasse deter os captivos em vez de apressar para elles a hora da liberdade, valendo-se da sua miseria, e das lagrimas das familias para conquistar partidarios a preço de dadivas e promessas [2].

Moura attribuiu estas repugnancias aos padres da companhia, e tentou destrui-las.

Entretanto não podia olvidar, que fôra elle proprio quem

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura em 30 de maio de 1579.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 8 de junho de 1579.

aconselhára, que não se permittisse que Pedro Venegas, mandado a Africa, quebrasse indistinctamente os ferros a todos os prisioneiros de Alcacer. Não poucos, tinha dito o ministro, desagradecidos e oppostos aos direitos do rei catholico, viriam engrossar as fileiras dos seus adversarios, esquecendo os beneficios; e para os outros mais prudente seria fazer-lhes beijar a mão, que lhes abrisse os carceres, do que restitui-los á patria em virtude das clausulas de um resgate geral [1].

Filippe II tinha adoptado o parecer, e Venegas representava em Barberia o papel suggerido por D. Christovão.

Não admira, portanto, que o segredo transpirasse, e que os jesuitas, sempre bem informados, o penetrassem, rompendo as trevas da politica hespanhola [2].

Deixando de parte este assumpto, como secundario, Moura logo se occupou de outro mais importante para aquelle momento.

Ainda mal convalescido, o cardeal havia chamado ao paço os tres braços da nação no primeiro de junho á noite, e recebendo a lista das pessoas designadas para os cargos de governadores e de juizes, ordenára ao secretario Miguel de Moura, do seu conselho, que propozesse a causa por que os tinha convocado. Leu o secretario então um papel, no qual dizia, que para confirmar o socego e quietação do reino, se el-rei fallecesse sem descendentes, deviam obrigar-se os procuradores do povo, do clero e da nobreza, por juramento solemne, a não reconhecerem por soberano dos senhorios de Portugal senão o principe, a quem, por justiça, se deferisse a corôa, sob pena de trai-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 8 de junho de 1579.

[2] Ibidem.

ção e deslealdade, sendo reputado inimigo da patria aquelle que tomasse voz, ou bando, por outro [1].

Da mesma fórma, e perante os Santos Evangelhos, haviam de prometter tambem, que, se algum dos pretensores por força de armas, ou de qualquer modo illicito ousasse contrariar a decisão legal, lhe resistiriam com todo o seu poder até o coagirem a acatar as leis.

Por fim as côrtes haviam de jurar, igualmente, obediencia aos governadores e defensores do reino, que o cardeal nomeasse de entre os propostos por ellas, assim como obrigarem-se a respeitar a sentença, proferida pelos juizes eleitos por D. Henrique, para decidirem o pleito da successão, no caso do monarcha o não resolver em sua vida [2].

Lida a formula em alta voz pelo secretario, o estado ecclesiastico foi o primeiro que a repetiu, pondo a direita sobre o missal um depois do outro, e assignando depois o auto. Fallou em nome de todos o arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida.

Seguiu-se o estado da nobreza, e coube a D. Diogo de Castro representa-lo. No estado dos povos o velho Affonso de Albuquerque, como um dos procuradores de Lisboa, por si e pelos outros logares do reino, encerrou a ceremonia, exclamando: «Assim o jurâmos».

Assistiam como testemunhas o doutor Simão Gonçalves Preto, chanceller mór, os desembargadores Gaspar de Figueiredo, Paulo Affonso, Pedro Barbosa, e Jeronymo

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. CIII. — Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 427. — *Historia genealogica da casa real*, Provas, tom. III, pag. 421.

[2] Ibidem.

Pereira de Sá, o chanceller da supplicação Gaspar Pereira, e o chanceller da casa do civel Jorge Lopes [1].

Constrangendo as côrtes a ligarem a sua vontade á d'elle, vinculando a liberdade e o futuro ao absoluto capricho do imperante, o velho soberano julgou ter conquistado o socego dos ultimos dias.

A nação abdicava submissa nas suas mãos os fôros, que no principio tentára defender, consentindo que mesmo de dentro do tumulo, um monarcha, incapaz de opiniões elevadas e resolutas, continuasse a triste dictadura, que assumíra no meio dos infortunios publicos.

Depois da morte, a sombra de D. Henrique ainda ficava no throno, reinando pela voz de governadores e juizes da sua escolha. Por indesculpavel leviandade, ou corroidos pela lepra que invadia a epocha, os estados aceitaram estas monstruosas condições, desampararam os seus direitos, e voltando as costas ao porvir fitaram a vista no occaso, como se das trevas proximas podesse surgir para a nação, que a si propria se manietava, a radiosa aurora, que assignalou os annos de D. João I!

Os resultados de tão errado passo depressa tornaram evidente a imprudencia d'elle.

Alem das rasões inherentes ao egotismo do seu caracter, D. Henrique preferiu este caminho indirecto, exaltado pelas duas paixões, que, a par do fanatismo religioso, maior influencia exerciam sobre o seu animo.

Allucinado pelo odio contra o prior do Crato, no qual deixára de ver o filho do infante D. Luiz para temer e detestar o inimigo incansavel da sua auctoridade, e mo-

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. CIII. — Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 427. — *Historia genealogica da casa real*. Provas, tom. III, pag. 421.

vido com maior, ou igual força pela affeição, que mostrava a D. Catharina de Bragança, a quem tanto desejava n'esta epocha assegurar a corôa, o cardeal imaginou, que, prendendo as consciencias em presença de Deus pelo juramento, dictado aos estados, mais facilmente enfrearia a ambição de Filippe II, que tinha contra si a grande maioria dos povos, e a ambição impaciente de D. Antonio, que embora armasse alguns bandos da plebe em favor da sua causa, desamparado pela nobreza, pelo clero, e pelas terras principaes do reino, de certo não alcançaria supplantar a casa de Bragança, chamada ao throno por uma sentença.

Para dar á simulada imparcialidade côr mais plausivel, no dia quatro pelas oito horas da manhã convidou o duque de Bragança, para na sua presença prestar o juramento de obediencia aos futuros governadores e juizes.

Á cidade de Lisboa coube desempenhar tambem de tarde a mesma ceremonia, sendo Manuel Telles Barreto o vereador incumbido de a presidir[1].

Na mente do monarcha todos estes rodeios tendiam a desculpar a violencia, que meditava contra o prior do Crato.

Antes de o chamar queria que o exemplo de um poderoso contendor, e a submissão da capital cortassem antecipadamente todos os pretextos e evasivas.

De feito D. Antonio só constrangido podia annuir.

O golpe era calculado, sobretudo, contra elle, porque em seu tio, ou nas pessoas que este deixasse nomeadas, não via senão emulos, ou inimigos.

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. CIV. — Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la Historia de España*, tom. VI, pag. 427. — *Historia genealogica da casa real*. Provas, tom. III. pag. 425.

Cumpria-lhe obedecer, porém; uma recusa em tal momento seria funesta á sua causa.

Apertado por avisos terminantes partiu de Punhete, e ainda não se tinha bem apeado, já os emissarios do rei o buscavam para o conduzirem ao paço [1].

Dizia-se que elle exigíra primeiro, que Ossuna e D. Christovão, como procuradores de Filippe II, jurassem tambem; mas se eram essas as suas idéas, não lhe concederam tempo, nem liberdade para as manifestar.

Esperava-o um soberano aggravado e vingativo que recebendo-o com severidade, e sem admittir hesitação, o intimou para repetir a formula assignada pelo esposo da infanta D. Catharina, e pelo estado da nobreza.

Debalde se esforçou o sobrinho por suspender o auto, ao menos por alguns minutos, desejando ser ouvido; em vão tentou oppor o seu protesto á coacção; a voz do monarcha suffocou a sua, e por fim teve de ceder [2].

Mas recolhendo-se, aindaque perturbado, não deixou correr o dia sem enviar ao nuncio Alexandre Frumento um escripto, pelo qual declarava obra da intimidação o juramento prestado, queixando-se de D. Henrique, e do modo por que o forçára a prometter obediencia a juizes, que sabia de antemão que seriam escolhidos para não lhe guardarem justiça [3].

O nuncio aceitou o protesto, e o cardeal inscreveu mais esta offensa entre as mortaes injurias, de que arguia o

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. CIV.

[2] Ibidem. — D. Antonio jurou a 13 de julho de 1579. — *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 65 v. e 66.

[3] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. CIV. — Fr. Miguel dos Anjos, prior do convento da Graça, foi quem entregou o protesto ao nuncio.

prior, renovando desde logo as perseguições contra elle. Da sua parte D. Antonio tambem não lhe poupava desgostos e sobresaltos.

Os rigores do rei foram censurados, não só pelos amigos do filho do infante D. Luiz, mas até por individuos quasi indifferentes aos enredos partidarios.

A conclusão suggerida ao monarcha tambem a poucos agradára.

Transluzia d'ella muito claramente a intenção de sacrificar á duqueza de Bragança pretenções e direitos, que só uma sentença devia qualificar, para não excitar suspeitas e murmurações.

Os agentes de Filippe II hesitavam entre as vantagens e os inconvenientes do juramento imposto aos estados, e D. Christovão escrevendo a seu amo, não occultou a sua perplexidade a este respeito.

Se por um lado, dizia elle, julgava opportuno ver os vassallos ligados pelos vinculos religiosos, pelo outro reputava perigosa e terrivel a alternativa de ficar o reino sujeito á sentença de um principe, que não encobria as sympathias inspiradas por um dos pretensores, e a parcialidade manifesta com que desattendia os outros [1].

A unica circumstancia favoravel, que o embaixador apontou, reduzia-se a uma eventualidade, mais do que duvidosa.

Comprehendendo o juramento o duque de Bragança e o prior do Crato, se viesse a fallecer o rei sem nomear successor, poderiam os governadores refrear as impacien-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 8 de junho de 1579.

cias populares, obrigando os dois emulos a emudecer, e o paiz a escutar o julgamento?

Moura não o acreditava, queixando-se amargamente dos amigos, que tinha nos estados, aos quaes mostrára os precipicios, que por todos os lados ameaçavam a causa do rei catholico.

A resposta, ou antes a desculpa d'elles, não o tranquillisava tambem.

Notavam, que as dissenções levantadas no seio das côrtes haviam sido a verdadeira causa da sua repentina submissão á vontade do soberano, desconfiando uns dos outros, e revelando ao cardeal até os segredos mais bem guardados.

Em todo o caso, observaram os adherentes de Castella, era facil o remedio, e dependia só de Filippe II. Bastava que o herdeiro de Carlos V recusasse como suspeitos os juizes, que não se lhe mostrassem dedicados [1].

Os defensores de D. Antonio fallavam com igual desconfiança.

Para elles, e com rasão, os pensamentos de D. Henrique por si mesmos se denunciavam.

Entre os receios da Hespanha, que não se dobrava aos seus designios, e o desejo de abrir a estrada do throno á casa de Bragança, o cardeal só cuidava no modo de supplantar o partido do prior do Crato, tratando-o como inimigo, e não como principe e parente proximo.

Extorquindo-lhe um juramento por coacção, o irmão de D. João III contava prende-lo pela força da promessa, ou queria constrange-lo á nodoa do perjurio, se a injus-

[1] Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 8 de junho de 1579.

tiça dos juizes, ou a do monarcha, desprezasse os direitos que sustentava?

D. Christovão não adormecia no meio d'isto.

Apenas recebêra a noticia da nomeação dos juizes e governadores, Filippe II ordenára a Moura, que tentasse todos os meios de os seduzir, certo de que tudo se encaminharia no sentido mais propicio, se os homens designados para desempenharem tão elevado cargo, fossem *convencidos a tempo* pelas dadivas, de que já se valêra para quebrar as outras resistencias [1].

Moura não se demorou em responder á advertencia.

Conseguíra romper o sigillo, que D. Henrique recommendára, e antes de seu amo expedir as ultimas ordens, já elle lhe tinha enviado a lista secreta das pessoas eleitas [2].

Por mais occultos e subtis, porém, que fossem os seus passos, os adversarios de Castella não os perdiam de vista.

A suspeita, de que uma inconfidencia revelára os nomes dos juizes e governadores tomou corpo, e animada pelas indiscrições de alguns dos cumplices do gabinete de Madrid, chegou a causar verdadeira commoção.

Os ministros do cardeal foram accusados de perfidia. As côrtes mesmo, que estavam para se encerrar, não escaparam de vehementes censuras, sendo apontados como vendidos e traidores no braço da nobreza e no braço popular alguns definidores, que não se lavaram bem en-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 25 de junho de 1579.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 8 de junho de 1579.

tão da culpa, e que os documentos convencem hoje de pouco leaes ao seu mandato [1].

A cidade de Lisboa, n'esta epocha muito inclinada ao prior do Crato, determinou oppor-se com vigor aos actos dos adherentes de Castella.

Dois mestres de officios mechanicos, o sapateiro Martim Fernandes, e o oleiro Antonio Pires, em nome do povo da capital, dirigiram-se ao convento do Carmo, aonde se reuniam os fidalgos, e em termos mais rudes, que eloquentes, não duvidaram pôr o dedo sobre a asquerosa corrupção, que gangrenando as consciencias, estava pondo em almoeda a independencia do paiz e a liberdade dos cidadãos [2].

Eram fundadas as queixas, e muitos dos que as ouviam, pelo exemplo proprio, e pelo alheio, podiam affirmar, que a verdade estava com os accusadores da venalidade e da prostituição politica.

Depois de exporem, que todos conheciam as criminosas allianças de algumas pessoas principaes com os inimigos do reino, e de supplicarem ao estado da nobreza, que auxiliasse a sustentação dos direitos do paiz, os delegados da cidade acrescentaram em tom imperioso, que facil lhes seria armar dentro de duas horas na capital e nos suburbios quinze, ou vinte mil homens, para escarmento dos que tramavam contra a segurança do reino, ameaçando incendiar-lhes as casas, se persistissem na deslealdade [3].

Esta linguagem, nunca ousada por taes homens, assus-

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 66 v. e 77. — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Manuscripto da bibliotheca real de París, n.º 10,241 (fonds Saint Germain), citado por mr. Ferdinand Denis.

[3] Ibidem.

tou os que não se sentiam innocentes, e fez reflectir os outros.

Não se atrevendo a reprimir o arrojo, que o remorso dos cumplices de D. Christovão receiou ver convertido em revolução declarada, a assembléa dos fidalgos respondeu, que agradecia á cidade o zêlo, e que a acompanhava nos sentimentos patrioticos, que acabava de lhe communicar [1].

Martim Fernandes e Antonio Pires recolheram-se impunes e satisfeitos com o exito da mensagem, e os conspiradores, que principiavam a descobrir-se, tiveram de pôr de novo as mascaras, e de esconderem mais os passos.

Os ministros castelhanos, avisados do perigo, não se contentaram tambem com estas precauções.

Percebendo, que se devia alargar ainda a esphera da corrupção, incumbiram agentes habeis de inocularem o veneno nas veias dos populares, notaveis pela influencia, ou pela exaltação; e se o oiro hespanhol entre os humildes encontrou homens, cujo coração se não rendeu, nem por isso infelizmente as peitas deixaram de suffocar o falso enthusiasmo de agitadores e de mercenarios, que de proposito clamavam para serem vistos e comprados.

Não faltou quem suppozesse o prior do Crato um dos instigadores das arrogancias plebeias.

D. Henrique não cessava de lhe provar o seu resentimento, e valendo-se dos poderes conferidos pelo motu proprio de 3 de fevereiro de 1579, determinou vingar de uma vez todos os aggravos.

Intimadas ao sobrinho as severas clausulas do breve, subiu á pressa e quasi moribundo os degraus da cadeira de juiz para ouvir os depoimentos contrarios á legi-

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 67 e 69.

timidade do filho de D. Luiz, e para restringir com escandalo os prasos da defeza, encurtando-os despoticamente[1].

As impaciencias do tribunal denunciaram os odios do monarcha. Viram todos que os intentos do rei eram excluir D. Antonio da successão por uma sentença camararia, e ás murmurações dos amigos do offendido uniu-se a estranheza dos indifferentes e a censura dos imparciaes.

Filippe II e os seus confidentes applaudiram, estimulando a aversão do cardeal.

O seu interesse assim o exigia. Tudo o que tendesse a diminuir as probabilidades em favor do pretensor mais querido do povo equivalia para elles a um grande passo adiantado no caminho, que pizavam; e se D. João de Zuniga em Roma, e D. Christovão em Lisboa tinham sido estranhos á concessão do motu proprio, agora empenhavam-se em defender o modo injusto e violento, por que o velho soberano resolvêra executa-lo[2].

A má vontade do principe não se reduziu unicamente a este abuso de poder.

Invocando, como pretexto, a necessidade de julgar a causa desassombrado de qualquer coacção, chamou o chanceller mór, para em seu nome mandar saír da côrte em vinte e quatro horas o duque de Bragança e o prior do Crato, assignando-lhes a distancia de trinta leguas da côrte para residencia[3].

Ambos obedeceram, dirigindo-se o esposo de D. Catharina a Villa Viçosa, e D. Antonio a Coimbra.

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 471.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura de 21 de junho de 1579.

[3] Ibidem, tom. VI, pag. 482.

A côr dada ao desterro não illudiu ninguem.

Os conselheiros do cardeal, vendo-o debil e proximo do tumulo, suggeriam-lhe estas ordens rigorosas a fim de se aproveitarem da ausencia dos dois contendores, se elle fallecesse subitamente, como se previa, para firmarem nos primeiros dias as bases do governo interino [1].

Acrescia outra rasão não menos poderosa.

O timido soberano, a cada instante sobresaltado, assustava-se com a presença do prior, não se reputando seguro, senão julgando-o longe da populosa capital, aonde todos os dias a sua ambição excitava conflictos e inquietações.

N'esta parte os factos justificavam os seus receios.

D. Antonio acabava de conseguir, que na casa dos vinte e quatro alguns mesteres se atrevessem a propor, que a cidade representasse a el-rei, que não sentenciasse a legitimidade do sobrinho, lembrando-lhe a paixão que tinha mostrado contra elle. Custou a cohibir o desacato; mas se muitos sorriam da colera de D. Henrique, o qual a todos os momentos tremia da sombra do filho de D. Luiz, outros chegaram a acredita-lo, quando ardendo em ira ameaçou os mesteres com supplicios infamantes se ousassem perturba-lo no exercicio das vindictas, que dispunha [2].

Entretanto as hostilidades de que era alvo, e a certeza de que os seus emulos não lhe perdoariam, nem mesmo vendo-o prostrado, moveram o prior a voltar-se para o gabinete de Madrid, talvez com o pensamento reservado de se valer contra D. Henrique da sua protecção, deixando

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II em 24 de junho de 1579.

[2] Ibidem, tom. VI, pag. 484.

para mais tarde a luta, que não podia escusar com os hespanhoes, se não cedesse abertamente dos seus designios [1].

Moura, que os ardis do bastardo do infante não enganavam, sempre o descrevêra, segundo notámos, como homem pouco sisudo, e de indole inconstante.

Quando os rigores do cardeal o apertavam, D. Antonio parecia mais resignado, moderava os transportes do orgulho, e prestava-se a admittir um accordo rasoavel com o tio; mas apenas as circumstancias se lhe pintavam menos adversas, e o vento da prosperidade principiava a soprar mais favoravel, mudava repentinamente de palavras, exagerando as exigencias, oppondo dilações para não concluir a negociação, e divulgando com malicia a voz de que os ministros castelhanos não desistiam de o tentar com propostas importunas e offensivas em nome do seu rei, para o convencerem e seduzirem [2].

A duplicidade do seu comportamento não podia entreter por muito tempo as illusões. Nem os agentes de D. Filippe, nem os verdadeiros defensores da independencia do paiz confiavam já n'elle por fim. Só lhe ficou a plebe mais credula, e poucos, mas fieis amigos, uns da juventude e creação, outros, mais recentes, porém não menos firmes, lançados nos seus braços pelas injustiças do cardeal, ou pela repugnancia ao dominio castelhano.

Filippe II tambem se não deixava illaquear com as cortezias de D. Antonio.

Queria attende-lo, sendo possivel, porém as promessas vagas não o enganavam.

Emquanto por ordem sua os agentes discutiam com o

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 29 de janeiro de 1579.

[2] Ibidem, tom. VI, pag. 516.

prior o maior, ou menor preço da sua adhesão, D. Christovão procurava obter por todos os modos uma copia do testamento do infante D. Luiz, e outra do famoso processo de legitimação, resolvido a recorrer até ao roubo dos documentos, se por meios legaes não conseguisse alcançal-os [1].

O fim d'estas diligencias parece transparente.

Tratava-se de alluir pelos alicerces o edificio de impostura, que os defensores do inquieto pretensor haviam architectado para deslumbrarem os olhos mais complacentes, do que perspicazes, das multidões.

Imaginando talvez adormecer os suspeitos, D. Antonio escrevêra em 26 de junho uma carta ao rei catholico, no momento em que fôra obrigado a saír da côrte. N'essa carta assegurava-o *da verdade e pureza de animo, com que se empenhava no seu serviço,* ajuntando que Antonio de Brito, seu enviado, diria pessoalmente a sua magestado o que intentava no mesmo sentido.

Filippe consultou Moura, e aconselhado por este, respondeu em 19 de julho, dando ao prior o tratamento de primo. Oppondo dissimulação a dissimulação agradecia-lhe, como se ignorasse tudo, os seus bons officios, de que os seus ministros o haviam já informado, e para o confirmar nas boas intenções alludia ao grande premio, que decidíra conceder-lhe em compensação [2].

D'esta luta de perfidias nenhum dos dois podia saír ferido, ou desarmado. Ambos jogavam com igual má fé, e sabendo o valor, que mereciam, pesados n'uma balança justa, os embustes urdidos até sem esperança de produzirem o menor effeito!

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI, pag. 495.

[2] Ibidem, pag. 572.

Despachando a Antonio de Brito, munido de poderes para negociar em Madrid com seu tio, D. Antonio não se esqueceu de o esclarecer, dictando-lhe instrucções elaboradas com certa prudencia e conhecimento do estado das cousas.

O enviado do prior devia limitar os seus officios a expor, que assim como este se declarava disposto a servir o rei catholico, coadjuvando-o contra quem lhe negasse os seus direitos, se uma sentença os reconhecesse, da mesma fórma devia esperar que seu tio obraria com igual sinceridade, não levando a mal, que elle sustentasse, como lhe cumpria, a justiça da sua causa [1].

Este era em substancia o principal objecto da missão; mas para adoçar o que n'elle havia de mais amargo encareciam-se as mercês e favores recebidos em diversas epochas da generosa benevolencia do monarcha hespanhol, e citavam-se as pessoas e as occasiões, que o sobrinho, grato á memoria dos beneficios, quizera aproveitar para tornar notoria em Madrid a lisura dos seus sentimentos [2].

Havia quatro mezes, por exemplo, que um fidalgo da sua casa tinha sido mandado por elle a Hespanha com um recado obsequioso, e particular informação de tudo; porém no meio da jornada fôra obrigado a chama-lo, para evitar maiores inconvenientes. De outra vez estava para expedir um religioso de qualidade, e tambem de repente se suscitaram taes obstaculos, que impediram a partida [3].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 575 e 576. — Instrucções do prior do Crato a Antonio de Brito.

[2] Ibidem, tom. VI, pag. 573.

[3] Ibidem.

No meio dos dissabores causados por esta conjuração fatal dos homens e das cousas contra as intimas relações, que anciava estabelecer em Castella, D. Antonio queixava-se do cardeal e do breve de Roma, lastimando, que o odio roubasse ao primeiro a auctoridade moral essencial ao bom julgador, e que a linguagem aspera do documento pontificio accusasse claramente as ruins intenções dos que o haviam extorquido [1].

O filho de Carlos V não era soberano, que se penhorasse com phrases equivocas e demonstrações estereis.

Positivo e constante na prosecução de seus planos desconfiava até da lealdade, punindo em certos casos até a dedicação, e correspondendo em alguns lances com perfidias aos rasgos de boa fé.

Achava-se no retiro do Pardo, quando Antonio de Brito lhe entregou a carta de seu amo, envolvendo de proposito todos os discursos n'uma obscuridade calculada, medindo com estudo as palavras, e repetindo a cada instante, que temia ser escutado.

Estes recatos mysteriosos não podiam enganar por instantes o astucioso monarcha, que apenas corresse os olhos pela carta e pelo enviado devia fazer exacto juizo de ambos, percebendo, que o verdadeiro motivo da missão era sondar as suas disposições ácerca do prior, e ao mesmo tempo examinar de perto a physionomia da côrte para apreciar com segurança o grau de importancia e de actividade, que lhe merecia o negocio da successão [2].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Instrucções a Antonio de Brito, pag. 374.

[2] Ibidem, tom. VI, pag. 384. — Carta de Filippe II a Ossuna em 20 de julho de 1579. Antonio de Brito obteve audiencia no Pardo a 13 de julho.

Filippe II conferenciou com Brito por alguns minutos, apertou-o com perguntas para se confirmar no conceito, que logo formára, e terminou enviando-o a D. João da Silva, com a esperança de que o antigo embaixador em Portugal, vencendo a discrição do enviado, talvez conseguisse arrancar-lhe o segredo, que parecia resolvido a guardar [1].

Tudo saíu baldado. D. João não fôi mais feliz do que o rei.

A proposta, que Brito vinha auctorisado a offerecer, reduzia-se na sua simplicidade a tres pontos.

Que se a sentença fosse dada a favor de D. Antonio, sua magestade catholica a respeitaria, não o perturbando, ou hostilisando. Da sua parte o prior obrigava-se tambem a obedecer á sentença proferida por D. Henrique, uma vez que previamente existisse accordo entre elle e a Hespanha, e a reconhecer, sendo a causa da legitimidade decidida contra o que pretendia, que por esse facto caducavam os seus direitos ao throno.

Que dada a sentença a favor de el-rei catholico, D. Antonio o juraria por senhor natural, defendendo-o com as armas na mão dos que se lhe oppozessem.

Finalmente, que saíndo a sentença a favor do duque de Bragança, o bastardo de D. Luiz combateria pela causa de Filippe II até o monarcha entrar na pacifica posse do reino, devendo sua magestade declarar as mercês com que havia de premiar os seus serviços em tal caso! [2]

D. João da Silva depois de ver estas clausulas, em que os interesses nacionaes, e a causa da independencia eram

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Cartas de Zayas e de Filippe II, pag. 581 e 584.

[2] Manuscripto da bibliotheca nacional de Madrid, est. 71.

inteiramente sacrificados ao triumpho escandaloso da ambição de um homem, não pôde conter-se, que não perguntasse a Antonio de Brito como se entendia a offerta do prior, se antes de auxiliar os direitos do rei catholico, pedia soccorro a Castella para sustentar os seus? [1]

A replica foi tão ambigua como os termos do escripto.

Não contando, que o cardeal decidisse a favor de D. Filippe, o prior pouco, ou nada arriscava, promettendo seguir a causa de seu tio, se ella tivesse por si a condição legal da sentença, ao passo que imposta ao rei catholico a obrigação de o reconhecer no caso de ser preferido em juizo, ou de ser eleito pelo reino, esperava que pelo menos a ultima hypothese se realisasse, subindo ao throno, como desejava, em virtude da acclamação popular. Não era provavel que lhe fugissem os suffragios na occasião opportuna.

O odio ao duque de Bragança, e o completo esquecimento dos deveres patrioticos revelavam-se na promessa vergonhosa de unir a sua espada á da Hespanha se o esposo de D. Catharina levasse a palma.

Incapaz de calar a ambição diante da terra natal, queria antes beijar como vassallo a mão do estrangeiro, do que assentar-se no segundo logar ao lado de um emulo victorioso.

O duque de Bragança não foi mais generoso.

Quando o rebate da invasão acordou os que ainda se diziam portuguezes, a sua lança ficou encostada na sala das armas, e a injuria publica de lhe assaltarem, como

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Relação do que D. João da Silva passou com Antonio de Brito, pag. 576 a 580.

inimigos, os paços e os castellos, não lhe espertou nas veias o sangue entorpecido.

Para homens d'esta estatura a obra de D. João I era impossivel.

O seculo do mestre de Aviz tinha sido uma epocha de gigantes; por isso a geração de 1580 não soube entende-la, nem podia imitar-lhe os exemplos.

Em Aljubarrota, com o bastardo de el-rei D. Pedro, pelejavam os brios e os grandes espiritos de um reino orgulhoso de seus fóros.

Em Alcantara, com o prior do Crato, expiraram os ultimos e desfallecidos alentos de uma nação decadente, degenerada, e vencida antes de combater.

Antonio de Brito, propondo em nome de seu amo um mercado em que as vantagens do principe se antepunham em tudo ás do paiz, comprehendia o que havia n'elle de infamante?

Não sentiria ao menos acudir-lhe o rubor ás faces, quando D. João da Silva, encerrando a discussão por uma ironia pungente, juntou a affronta á recusa, exclamando, que um pretensor, como D. Antonio, pobre, galhardo, e querido do povo, não devia prender-se com formalidades juridicas e provas de direito, em que nem elle, nem os outros acreditavam, mas, como Cesar, fiar tudo da fortuna, levantando a plebe nas ruas de Lisboa, e deixando o resto á sorte[1]?

Depois d'este desengano o enviado recolheu-se.

O rei catholico não quiz torna-lo a receber, e mandou-o despedir com uma carta para o sobrinho, e um colar avaliado em quatrocentos ducados para elle. Assim findaram

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Relação do que D. João da Silva passou com Antonio de Brito, pag. 376 a 380.

estas deploraveis negociações, que infelizmente não foram as ultimas, nem as mais torpes [1].

Emquanto disputou a corôa dentro de Portugal, o prior foi sempre muito inferior á posição elevada a que aspirara.

Os vestigios da sua politica não lhe abonam as qualidades como chefe da resistencia nacional, como neto de reis, nem como capitão. Se nas maguas do exilio remiu depois todas as culpas pela dignidade dos derradeiros dias, e se lutando corpo a corpo com os revezes e os trabalhos soube exaltar-se pelo infortunio, é porque ha caracteres, que a grandeza e o poder offuscam, mas que a adversidade purifica.

N'este meio tempo Rodrigo Vasques, e o doutor Molina, chegados á capital a 16 de junho, tinham sido recebidos pelo rei com as honras devidas á sua qualidade de embaixadores, e unidos ao duque de Ossuna, a D. Christovão, a Guardiola, ao conde de Portalegre, e a outros fidalgos portuguezes, cumplices de Castella, compunham uma junta secreta, na qual se ponderavam as difficuldades, a que parecia necessario prover de prompto relativamente aos negocios da successão [2].

Entre os dois conselhos, de Madrid e de Lisboa, correspondendo-se com elles, e consultando-os até sobre incidentes minimos, Filippe II não deixava escapar um só dos fios, que sempre guardou na mão, da conspiração tramada pelos seus partidarios, para lhe conquistarem

[1] Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Carta de Gabriel de Zayas ao duque de Ossuna em 19 de julho de 1579.

[2] Ibidem.—Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 24 de junho de 1579.

sem maior effusão de sangue a corôa de D. Manuel e o imperio dos mares.

O fim ostensivo da missão dos jurisconsultos aggregados á embaixada de Lisboa, como sabedores em direito, era sustentarem as allegações de seu amo, refutarem as contrarias, e esclarecerem o animo do cardeal, desvanecendo-lhe os escrupulos [1].

Foi o que Rodrigo Vasques declarou ao monarcha na primeira audiencia concedida tres dias depois da sua vinda, reproduzindo quasi textualmente as palavras das instrucções passadas em 15 de abril de 1579, e fôra tambem o que se decidíra na junta convocada em Madrid, quando Moura veiu á côrte em 25 de maio passado [2].

Ahi a discussão tinha versado sobre cinco pontos capitaes, mas os votos dividiram-se.

Duvidaram muitos de que o rei catholico podesse oppor-se á idéa do cardeal ser juiz, apesar da sua manifesta parcialidade em favor da duqueza de Bragança, dizendo, que pertencendo ao principe a jurisdicção, não competia ás partes negar-lh'a, mesmo porque a lei não admittia, dada a competencia do julgador, senão a presumpção de que a sentença proferida se havia de reputar legitima e conforme em tudo com a verdade e a justiça.

D'estes principios, geralmente aceitos pelos conselheiros castelhanos, concluia a maioria d'elles, que se D. Henrique nomeasse herdeiro, excluindo a Filippe II, ou se delegasse a sua auctoridade em juizes, que elegessem o seu successor, não ficaria ao filho de Carlos V nem a som-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Discurso de D. Rodrigo Vasques ao cardeal rei.

Ibidem, tom. VI, pag. 355 e seguintes. — D. Luiz Cabrera de Cordova — *Filippe II, rei de España,* liv. XII, cap. XVII, pag. 1041.

bra de um pretexto para depois appellar para as armas[1].

Este perigo, evidente e palpavel, não se descobríra maneira de o evitar. Recusaria Filippe o soberano portuguez, dando-o por suspeito, em virtude da sua affeição conhecida á casa de Bragança, e do seu odio provado contra a nação castelhana?

Hesitavam os doutores.

Não conhecendo o rei superior, poderia ser recusado, e mesmo quando o fosse, sendo o juiz da validade da recusa, conviria indispo-lo com uma offensa inutil?[2]

Para desviar a questão dos escolhos visiveis, que a ameaçavam, concordou a junta, em que nas circumstancias actuaes o mais opportuno era não demorar a partida de Vasques e de Molina, incumbindo-os de empregarem os meios dilatorios, impedindo assim que se chegasse a sentenciar a successão. Para isto deviam valer-se dos sophismas juridiços, utilisando-os com discernimento.

D. Henrique desejava as delongas, e os ministros hespanhoes, promovendo-as, accommodavam-se ás hesitações da sua indole, obstando ao mesmo passo a que uma sentença legal quebrasse nas mãos de seu amo a espada, que podia desembainhar em todo o tempo, se o pleito continuasse, quando, existindo um successor nomeado pelo rei de Portugal, não teria por si nenhuma rasão de direito, e só obraria em virtude da violencia e do abuso da força[1].

Preferida esta insidiosa politica, tão adequada aos interèsses do soberano hespanhol, os novos embaixadores par-

[1] D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XVII.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

tiram para Lisboa, e em harmonia com os seus collegas, principiaram a desempenhar o papel, que lhes fôra confiado, esforçando-se para que D. Filippe fosse declarado herdeiro do reino, ou pelo menos para que a duqueza de Bragança não triumphasse por uma nomeação arrancada á ternura do irmão de D. Duarte.

Se D. Henrique, incapaz de resoluções varonis, de proposito se não deixasse colher no laço armado pelas delongas suggeridas de Madrid, a usurpação castelhana nunca se teria verificado. Bastava, que lembrado dos deveres de principe, e compadecido da orphandade do paiz, sacrificasse ás suas obrigações o amor da propria tranquillidade.

Entregando o sceptro á princeza, que tanto desejára fazer rainha, podia haver assegurado a paz e a independencia de Portugal, encerrando a sua longa carreira por uma acção, louvada em toda a Europa; mas enfraquecido pelos annos e pela enfermidade, só procurou esquivar-se aos dissabores, e afastar as complicações, julgando que alem do tumulo ainda seria ouvida a sua voz, e respeitada a sua vontade.

Fugiu a occasião, não se deu a sentença, e o mais poderoso dos contendores, invocando o silencio do juiz como um direito, empolgou a herança alheia, suffocando com o peso dos esquadrões invasores os brados da justiça, e as liberdades da nação, que, depois de vendida e desamparada, sujeitou ao seu dominio!

Entretanto, a despeito dos cuidados que de todas as partes o instavam, o rei sacerdote não esquecia o principal assumpto, que o occupava.

Devorado pela impaciencia de satisfazer o mais cedo possivel a sua aversão contra D. Antonio, apenas os achaques lhe consentiam algum allivio volvia de novo a instruir

o processo da legitimidade, assistindo, apesar da fadiga visivel e da debilidade progressiva ao interrogatorio das testemunhas e ao exame das provas[1].

Nomeados por elle, os juizes não podiam ser suspeitos de inclinação ao prior; eram pelo contrario pessoas conhecidas pela sua docilidade ás vontades do monarcha, ou pela reconhecida antipathia ás pretenções do filho do infante D. Luiz.

O bispo capellão mór, D. Jorge de Athaide, o bispo de Leiria, Pinheiro, o bispo de Coimbra, o arcediago de Lisboa, e os jurisconsultos Paulo Affonso, Jeronymo Pereira, Heitor de Pina, procurador do reino na causa da successão, Ruy de Matos, e Gaspar de Figueiredo, de tudo poderiam ser accusados, menos de cumplicidade com os ambiciosos designios do pretensor, que D. Henrique tinha condemnado no seu odio, e ao qual as violencias dos adversarios, por imprudentes e desasisadas, só proporcionavam pretextos rasoaveis para se queixar da parcialidade, com que era perseguido[2].

Filippe II acompanhava com vigilancia este incidente, para elle de tanta substancia, e servindo-se de D. Christovão, apressava a decisão, que todos sabiam que saíria conforme aos desejos do cardeal[3].

Moura, obedecendo com o costumado zêlo, combatia indirectamente as dilações, que o prior oppunha, não perdendo o menor lance para azedar com noticias e informa-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 585, 630 e 636.

[2] *Historia genealogica da casa real*. Provas, tom. II, liv. IV, n.º 28, pag. 524 e 526.

[3] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Cartas de Filippe II a D. Christovão de Moura de 20 de julho e de 2 de agosto de 1579.

ções os resentimentos do soberano; e este presidia com zêlo incansavel o tribunal camarario, cujas deliberações se prolongaram durante cinco, ou seis audiencias [1].

Confidencias dignas de credito affirmavam que D. Antonio recebêra das mãos do bispo de Lamego ás ordens de epistola, e das de seu tio as de Evangelho, precedendo dispensa do nuncio San Vacario. Assegurava-se tambem que o infante D. Luiz obtivera a legitima confirmação do filho por ampla concessão do papa Julio III; mas os que o diziam não citavam documentos, e era constante na côrte, que a mãe do prior nunca fôra esposa do irmão de D. João III [2].

Apesar da impaciencia do monarcha e da anciedade dos ministros castelhanos, ainda em 20 agosto não havia sido publicada a sentença, postoque um dos juizes antes d'ella lavrada, se não envergonhasse de pedir alviçaras a D. Christovão, e que Diogo Botelho, em nome de D. Antonio, e como seu procurador, propozesse suspeições contra um dos vogaes, que a tinham firmado [3].

Os rigores empregados por D. Henrique n'este processo, em que mais appareceu como parte offendida, do que como julgador, foram absurdos por inuteis.

Para demonstrar a falsidade das allegações do bastardo de D. Luiz, sobravam as provas offerecidas por elle.

Das testemunhas de defeza, duas arguidas de perjurio, confessaram terem sido subornadas, e desmentiram os depoimentos anteriores.

[1] Salva — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 636 e 636.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura de 11 de agosto de 1579.

[3] Ibidem. — Cartas de D. Christovão de Moura de 11 e 20 de agosto de 1579.

O testamento do infante, por outro lado, convencia igualmente de fabulosas as invenções tecidas depois da sua morte.

Vista portanto á luz do direito e á da verdade a pretenção a si mesma se condemnava, denunciando os motivos de interesse politico, que a haviam inspirado, e a falta de escrupulo dos auctores de um embuste, que não podia sobreviver ao exame dos factos [1].

A decisão resumiu todos estes fundamentos.

Depois de fulminar como nulla, por não se conter nos autos, a sentença pronunciada em favor do prior do Crato pelo juiz da ordem de S. João, e de arguir de manifestos os erros, em que laborava, concluiu contra a legitimidade, declarando que nunca existíra vinculo matrimonial entre D. Luiz e Violante Gomes, e que D. Antonio nunca fôra tambem por seu pae tratado senão como filho natural [2].

A certeza d'este successo encheu de jubilo os adherentes de Castella e os amigos de D. Henrique, e de tristeza os de D. Antonio.

Na primeira exaltação do regosijo, D. Christovão, communicando a noticia, quasi que dava por concluidas todas as pretenções de D. Antonio, apontando duas grandes vantagens no desenlace do processo.

Negada solemnemente a legitimidade do prior do Crato, este por força decaía no conceito do povo, que era o seu principal apoio, e o cardeal, descarregando o golpe, perdêra tambem com elle a força para chamar ao throno o duque de Bragança, cada vez mais detestado.

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 90 a 92.—Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] *Historia genealogica da casa real*. Provas, tom. II, liv. IV, n.º 42, pag. 524 e 525.

Demais, ajuntava o embaixador, D. Antonio exposto á cholera do monarcha, e desarmado pela tibieza dos proprios partidarios, tornar-se-ha mais rasoavel no preço da sua adhesão [1]!

Apesar da natural inconstancia do principe (dizia Moura) não abonar similhante rasgo de prudencia, tinha sido tão grande a quéda, que talvez o desengano o curasse da loucura ambiciosa.

Alguns dos amigos do bastardo de D. Luiz perguntavam já ao ministro castelhano se o rei catholico lhe concedêra poderes especiaes para firmar um accordo com seu amo, o qual mandára propor tambem em seu nome a renovação das negociações [2].

As novas do que occorrêra em Lisboa chegaram a Roma por dois correios, expedidos ao embaixador de Portugal, e ao nuncio, que residíra junto da nossa côrte.

Mr. Debain, escrevendo a Henrique III, participava-lhe o que na capital do orbe catholico se conjecturava a este respeito.

Dizia-se que D. Antonio estava empenhando vivas deligencias para alcançar, que a curia avocasse a si a causa a fim de a julgar definitivamente, e que, a despeito da opposição dos hespanhoes, todos suppunham que Gregorio XIII accederia, concedendo a appellação.

O prior contava ainda em Portugal, segundo o ministro francez expunha, zelosos adherentes, e as potencias estrangeiras favoreciam-o, promettendo-lhe auxilios. Informado de tudo, o papa não queria descontenta-lo, sabendo que o melhor direito, que assistia ao pretensor,

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Cartas de D. Christovão de Moura de 20 de agosto de 1579.

[2] Ibidem, pag. 647 e 648.

era a voz do povo e a espada das nações adversas á politica de Madrid [1].

Mr. Debain, explicando n'esta occasião a negligencia, com que se instava pela dispensa para o casamento do cardeal, e a indifferença com que a nossa côrte via os armamentos da Hespanha, ajuntava que parecia evidente existir algum accordo occulto entre Filippe II, o cardeal, e a casa de Bragança.

O embaixador de Portugal em Roma negava; porém mr. Debain insistia convencido de que não se illudíra.

Dias depois, em outro despacho, o diplomata, participando, que o pontifice, para não desanimar de todo a D. Antonio, resolvêra conceder-lhe a appellação da causa, tornava a repetir a mesma opinião, de que, a seu ver, era indubitavel a harmonia, antiga, ou recente, firmada entre Castella e D. Henrique. Explicando esta condescendencia do santo padre, attribuiu-a a visivel ardil dos hespanhoes, que esperavam entreter assim o prior do Crato, com a idéa de que elle, emquanto o processo corresse perante a curia, não emprehenderia facção perigosa [2].

O ministro de Henrique III não se enganava em nenhuma das conjecturas.

Não contente com a vingança tirada da desobediencia do sobrinho, o cardeal queria continuar a proceder contra elle, deliberando em uma junta constituida com os jurisconsultos, que tinham votado a primeira sentença, sobre a maneira mais opportuna de o punir.

Em logar dos bispos, que o seu caracter ecclesiastico

[1] Cartas de mr. Debain, ministro de França em Roma, de 2 de novembro de 1579.—Manuscripto da bibliotheca real de Paris (fonds Colbert) cod. 345, pag. 446 e 1122.

[2] Despachos de mr. Debain de 2 e 17 de novembro de 1579.

excluia do conhecimento das causas criminaes, foram, porém, chamadas pessoas doutas e seguras.

O resultado das conferencias do novo tribunal appareceu depois, quando se fulminaram contra D. Antonio as penas de desterro perpetuo, e da privação de todos os titulos, honras e rendimentos. D. Christovão de Moura, que nada ignorava, applaudia os rigores do rei sacerdote, asseverando que os partidarios do prior mudavam de linguagem, á medida, que viam a fortuna desviar-se do inquieto pretendente [1].

D'esta vez o temor ainda exaltava mais o odio de D. Henrique.

O principe tinha renovado a ordem, que fixava a residencia do sobrinho no priorado do Crato, com prohibição de se approximar da côrte a distancia de menos de trinta leguas.

Percebendo os motivos, que dictavam as severidades do cardeal, D. Antonio fez pouco caso da sua vontade, e principiou a visitar as terras principaes com o plano de attrahir o coração dos povos. Ao mesmo passo, sabendo que seu tio se preparava para o ferir sem piedade, declarando-o illegitimo, buscou secretamente a protecção de Alexandre Frumento, adverso á politica hespanhola, e pediu-lhe conselho. Diz-se que o nuncio fôra quem lhe insinuára o alvitre de enviar a Roma um emissario para se queixar a Sua Santidade das iniquidades de D. Henrique, e da execução dada por elle ao motu proprio, que o investíra nas funcções de juiz.

Fundado n'esta exposição, a muitos respeitos verda-

—Manuscripto da bibliotheca real de París (fonds Colbert), cod. 345, pag. 1122 e 1125.

[1] Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. —Carta de D. Christovão de Moura de 20 agosto de 1579.

deira, o agente devia pedir ao papa que avocasse a causa a Roma. Pelos officios do embaixador de França acabámos de ver, que a supplica seria escutada com benevolencia por Gregorio XIII, apesar da ostensiva hostilidade dos ministros castelhanos [1].

Em referencia a haver um accordo, tacito ou expresso, entre Filippe II e o cardeal na questão da successão, o diplomata de Henrique III tambem não aventurava conceitos temerarios. As cousas tinham mudado muito de aspecto depois da volta de D. Christovão á nossa côrte, e da chegada de Molina e de Rodrigo Vasques com as ultimas instrucções de Madrid.

Timido, por indole, e mais ainda pela debilidade dos annos e das enfermidades, o velho monarcha, entre os receios, que lhe infundiam os aprestos militares do rei catholico em Hespanha e na Italia, e o sobresalto continuo, em que vivia, tremendo das tentativas de D. Antonio, tomou de subito a resolução de se entender com o pretensor mais poderoso, talvez por ser aquelle que julgava em melhores circumstancias para o defender de um lance desesperado do prior [2].

N'este sentido sacrificou á propria segurança a consciencia dos deveres de soberano, e os sentimentos de justiça. Entendendo que o throno pertencia á duqueza de Bragança, não hesitou em pisar o direito aos pés, mandando abrir negociações secretas com o duque de Ossuna e D. Christovão, a fim de concertar com elles as condições da união das duas corôas.

Dias antes em uma audiencia particular Moura tinha-

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 113 v. e 114 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa. — Conestagio — *União de Portugal*, liv. III.

[2] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 132 e 132 v.

lhe encarecido a amisade e cortezia de Filippe II, ponderando que de seu proprio punho escrevêra as instrucções, com que tornára a envia-lo para sustentar a sua causa, não querendo que fossem vistas, nem sabidas, e exaltando a prudencia com que, para melhor salvar o decóro real do tio, chamára a Madrid um dos seus embaixadores a fim de lhe dizer de bôca, e no maior recato, o que o mandava repetir em Lisboa da sua parte [1].

A conclusão foi a do costume.

O confidente de Filippe terminou pedindo ao cardeal, que pozesse termo á anciedade do reino e dos povos catholicos, nomeando desde logo a seu amo por herdeiro e successor do throno.

D. Henrique escutou-o com bom aspecto, mas só respondeu, observando, que pozesse por escripto o que acabava de lhe expor.

Despedido D. Christovão, e recebida a memoria, reuniu-se depois o conselho, presidido pelo soberano, e deliberou sobre a resposta, que devia dar-se [2].

A corrupção empregada como meio victorioso de persuadir os endurecidos contra Castella ia produzindo entretanto os seus effeitos.

Emquanto o conselho intimo do cardeal discutia, amiudando as conferencias, Moura visitava os ministros, que o compunham, e sem se declarar de todo com elles, instava-os para que attendessem ás vantagens de uma boa decisão, e aos perigos, a que exporiam a christandade e o paiz, negando o direito ao filho da imperatriz D. Isabel.

Achou n'esta diligencia todo o acolhimento, elle mesmo

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Despacho de D. Christovão de Moura de 8 de junho de 1579.

[2] Ibidem.

o confessa, e animado, adiantou-se até onde julgou prudente arriscar-se [1].

N'este caminho, infelizmente, podia assegurar os passos com plena confiança: poucos obstaculos o haviam de deter!

Um alliado, tão util a Castella pela sua posição, como fatal á patria pela sua deslealdade, D. João Mascarenhas, foi talvez o instrumento funesto da mudança repentina operada no animo de D. Henrique.

Uma carta de Moura subjugou-o de maneira, que, procurando na rua o dispensador das mercês de Filippe II, ajustou ver-se com elle em sua casa das onze para a meia noite d'esse mesmo dia, indo D. Christovão disfarçado [2].

O embaixador demorou-se quatro horas, e viu o vencedor de Diu arrancar a mascara de vassallo portuguez e atira-la aos seus pés, como inutil, denunciando-se verdadeiro subdito da Hespanha, mesmo antes de deshonrar oitenta annos de serviços com os actos publicos, que tanto envergonham a sua memoria [3].

O discurso, que fez n'esta occasião, e que Moura reproduziu textualmente no importante officio dirigido a seu amo, pinta bem o homem, a epocha, e a desgraça dos tempos.

Reconhecendo, que se aventurava a quebrar o segredo do conselho para servir o monarcha hespanhol, revelou ao ministro, que a D. Henrique até então nunca lhe passára pela mente tratar de nenhum accordo com seu amo; e depois de explicar hypocritamente por inspiração divina

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 436.—Carta de D. Christovão de Moura de 8 de junho de 1579.

[2] Ibidem.—Despacho de D. Christovão de Moura de 8 de junho de 1579.

[3] Ibidem, pag. 437.

a subita mudança do cardeal, referiu, que o rei ordenára ao secretario Miguel de Moura, que o buscasse da sua parte para lhe perguntar em fórma de conversação, se sabia os privilegios e isenções, que Filippe II concederia a Portugal, sendo declarado herdeiro.

Mascarenhas promettia responder no sentido favoravel a Castella, e D. Christovão agradecendo-lhe com alvoroço tão decisivo passo, dizia d'elle no officio, que a sua adhesão fôra de immenso proveito, por ser habil nas obras, e firme na palavra.

Antes de se despedir, D. João tinha dado esperanças a Moura, de que não seria difficil chamar ao partido dos estrangeiros os seus collegas do conselho, e pedíra o mais profundo segredo sobre o que acabava de dizer, desejando mesmo que Ossuna o não penetrasse. N'este meio tempo o prior do Crato mandava recados aos embaixadores hespanhoes por D. Jorge de Noronha, avisando-os da sua vinda e das propostas, que intentava offerecer; e o sobrinho de Lourenço Pires de Tavora, apesar de não acreditar no exito de novas negociações com elle, receiava que desprezado se unisse ao duque de Bragança, e por isso era de opinião, que devia ser ouvido [1].

Pouco depois, na cama aonde jazia quasi sempre, D. Henrique em outra audiencia estranhou a D. Christovão os armamentos da Hespanha, imputando-os a demonstrações hostis. O embaixador desculpou-se com o estado de Portugal, e com as publicas ameaças dos partidos.

Em toda a pratica, nem uma só palavra do rei trahiu o pensamento, que D. João Mascarenhas tinha delatado; mas os ministros conheceram, que elle os não illudíra, quando Francisco de Sá e Miguel de Moura vieram

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 438.

sondar-lhes as intenções, fugindo de termos claros, e deixando adivinhar mais do que diziam [1].

A resposta foi terminante.

Em nome do rei catholico D. Christovão declarou abertamente, que uma vez reconhecido herdeiro do throno, seu amo se entregava quanto ás condições nas mãos do serenissimo rei seu tio.

Estas palavras eram acompanhadas de toques lisonjeiros para os dois emissarios; mas provavelmente em virtude das instrucções, que traziam, estes não deixaram de sustentar, que o filho de Carlos V obraria com acerto, consentindo que a successão fosse julgada, devendo cessar os motivos de suspeita, visto ser proferida a sentença por um soberano, que o amava, e em tudo lhe desejava ser agradavel.

Moura desviou o golpe com destreza.

Se o juizo dependesse unicamente do cardeal, que voto seria mais seguro para a causa de D. Filippe? acudia elle; mas D. Henrique havia de ouvir outras pessoas, e essas podiam oppor-se-lhe movidas pelas paixões politicas. De mais, o direito de seu amo era tão evidente, que não havia senão escolher-se o caminho liso, decidindo o negocio, e pondo de parte dilações e obstaculos [2].

Francisco de Sá e o secretario tornaram a instar, contestando, que não era possivel ao monarcha recuar depois de presentes as partes citadas, e de conclusos os autos.

Affectando, então, grande magnanimidade, D. Christo-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura de 14 de junho de 1579.

[2] Ibidem. — Despacho de D. Christovão de Moura de 14 de junho de 1579.

vão respondeu-lhes, que lhe occorria um meio, que talvez conciliasse tudo.

Se de Portugal se afiançasse a D. Filippe, de modo solido, que a sentença sairia a seu favor, parecia-lhe poder conseguir que a côrte de Madrid annuisse a reconhecer o julgamento [1].

Passados dias, procurando Moura o arcebispo de Lisboa, e discorrendo ambos por mais de tres horas em particular, tentou-o com uma carta do rei de Hespanha, que elle recebeu, e com largas promessas, entre as quaes sobresaíu a da sua promoção ao capello cardinalicio.

O prelado, a despeito dos melhores desejos de servir os interesses de Castella, defendeu como Francisco de Sá e o secretario, as vantagens da sentença, acrescentando, que D. Henrique nomearia juizes taes, que o exito não fosse duvidoso [2].

Não satisfeito com tantos esforços, D. Christovão, temendo, como elle dizia, que se apagasse de repente a luz d'aquella lampada, que principiava a brilhar tão favoravel para Castella, e pretextando o imperioso dever de entregar uma carta do seu rei, alcançou logo outra audiencia de D. Henrique.

Achou-o enfraquecido pela doença, porém muito humano e complacente.

Aproveitando a boa sombra, com que era acolhido, e depois de mil cumprimentos e obsequios, o embaixador, alludindo ao que Miguel de Moura havia lembrado em referencia ao negocio da successão, e tomando a mão com certa liberdade, principiou a expor extensamente os in-

[1] Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 449.

[2] Ibidem.—Carta de D. Christovão de Moura a Gabriel de Zayas de 25 de junho de 1579.

convenientes, que offerecia a sentença, e as duvidas que se levantariam ácerca da imparcialidade de quaesquer juizes eleitos para julgarem pleito de tanto vulto [1].

O cardeal ouviu-o com agrado, replicou-lhe em ar de riso, e mostrou entreter-se com a discussão.

No mesmo dia, e sem perder tempo, o zeloso ministro depositava nas mãos de Francisco de Sá uma das famosas cartas, que tinham o milagroso condão de abrandar as resistencias, e em uma conferencia intima acabou por lhe dissipar todos os escrupulos [2].

Pelo menos é o que se deprehende da rapida noticia enviada ao secretario Gabriel de Zayas.

O filho de Carlos V tambem não adormecia.

Os accessores de D. Henrique, desejando tornar mais firmes as fianças de bom governo, que exigiam para o reino, ou imaginando diminuir por este modo a repugnancia ao dominio estrangeiro, suggeriram ao velho soberano a idéa de transmittir a corôa ao infante, filho de Filippe II.

D. João Mascarenhas e Miguel de Moura foram ainda os encarregados de encarecerem esta combinação, que satisfazia o animo irresoluto do rei, que a fazia, e os escrupulos dos conselheiros, que a recommendavam [3].

D. Christovão, que adivinhava quasi sempre os pensamentos de seu amo, logo repelliu a proposta, certo de que não seria admittida; mas percebeu por ella facilmente, que á passada antipathia contra Hespanha succedêra no

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Gabriel de Zayas de 25 de junho de 1579.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem. — Carta de Filippe II a D. Christovão de Moura de 28 de junho de 1579.

gabinete sacerdotal um reviramento, mostrando-se agora seus amigos dedicados aquelles mesmos, que dias antes clamavam com os mais exaltados, deprimindo a côrte de Madrid, e o seu jugo intoleravel.

O rei catholico escrevendo a Moura, e louvando-o pela vigorosa recusa, que oppozera, declarava-se tambem decididamente contrario á nomeação do infante, e attribuia a suggestão d'ella ao artificioso intento de se querer ainda protrahir a solução do negocio.

A nova do primeiro esboço das negociações soou comtudo, de certo por calculada indiscrição; e os parciaes de Castella ensoberbecidos, e talvez insinuados, começaram a celebrar, como ponto ajustado, o que ainda se principiára a riscar a medo [1].

O cardeal sorria-se, e calava-se; o duque de Bragança não escondia a inquietação; e os partidarios de D. Antonio, acreditando mais do que existia a esse tempo, queixavam-se em altas vozes, emquanto occultamente tratavam de ajustar um accordo vantajoso com os embaixadores de Hespanha [2].

Filippe II, conforme usava, consultou com a junta, que havia creado junto da sua pessoa, e inspirado pelo seu parecer, mandou dictar a D. Christovão uma extensa e explicita instrucção, elaborada com o maior cuidado.

Tratando do que Miguel de Moura tinha passado com o embaixador, e abrindo-se com D. Christovão, dizia-lhe que o meio proposto, a eleição do infante, seu filho, equivalia a exigir-se que elle faltasse ao seu dever, se o aceitasse, e o cardeal á verdade, se insistisse, porque nada

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 499 e 500. — Carta de Filippe II a D Christovão de Moura de 28 de junho de 1579.

[2] Ibidem.

menos significava, do que uma denegação de justiça, sendo o mesmo que tirar o reino áquelle a quem pertencia de direito com prejuizo de terceiro.

D. Filippe acrescentava depois, que similhante abuso, não merecendo desculpa, nem perante Deus, nem perante os homens, alem d'isso, não offerecia as vantagens preconisadas pèlos conselheiros de D. Henrique.

Longe de cortar com uma resolução completa os inconvenientes, que se apontavam, ameaçava a Hespanha e Portugal, em um futuro proximo, de outros ainda maiores.

Ajüstado o accordo, e concedido o que se pedia, a discordia parecia inevitavel, porque o principe de Castella nunca perdoaria ao infante, seu irmão, a posse de um throno, que sempre havia de reputar usurpado.

A estes motivos, mais artificiosos do que sinceros, o filho de Carlos V juntou outras rasões politicas calculadas para moverem os animos a favor da opinião, que sustentava [1].

O rei catholico queria não só a corôa, mas a união das duas nações, e o imperio das Hespanhas; e tudo o que tendesse a conservar a monarchia portugueza separada, contrariava abertamente os seus designios.

O sceptro nas mãos de um filho, com a independencia do paiz, valia para elle e para os fins, que tinha em vista, quasi o mesmo, do que nas mãos do duque de Bragança, ou do prior do Crato, principes que tambem reinariam subordinados sempre á sua vontade, porque nunca teriam forças para se eximirem da tutela, que desde a regencia de D. Catharina de Austria opprimia o nosso governo.

Da sua parte o cardeal, e os ministros, seus confiden-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Carta de Filippe II a D. Christovão de Moura de 29 de junho de 1579.

tes, viam nas proprias repugnancias do gabinete de Madrid a prova manifesta da prudencia do arbitrio, que inculcavam.

Não ousando appellar para o voto nacional, dividido entre os pretensores, e receiando que nenhum dos principes portuguezes prevalecesse, contrariado pela emulação dos contendores, e pelas armas de tão poderoso visinho, tentavam ao menos salvar do naufragio imminente a independencia nacional, desviando a triste eventualidade da união, que era a solução mais funesta de todas.

Infelizmente a côrte sacerdotal, lutando com pouca esperança de vencer, via-se trahida em todos os esforços pela corrupção de uns, e pela incapacidade e apathia de outros.

A proposta, rejeitada com firmeza pelo filho da imperatriz D. Isabel, e defendida tibiamente por Miguel de Moura, que de certo pouco, ou nada acreditava no exito das negociações, foi desamparada por aquelles mesmos, que mais se deviam empenhar em a manter.

Não podia ser, porém, diverso o seu comportamento.

A venalidade corroia as forças da monarchia: os segredos de estado compravam-se e vendiam-se; e os homens designados para occuparem o cargo elevado de defensores do reino, eram réus convictos de lesa nacionalidade, tendo tres d'elles aceitado cartas de promessa e o quarto dinheiro, pelos serviços já prestados a Castella, e pelos que se esperava que ainda haviam de prestar! [1]

Ao mesmo tempo, emquanto discutia diplomaticamente, Filippe não se descuidava de ir dispondo as armas para subjugar as resistencias, que previa depois da morte

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 29 de junho de 1579.

de seu tio. A saude do velho soberano, sempre vacillante, nos ultimos dias de junho chegou a causar serios receios, duvidando os medicos de que elle sobrevivesse a novo assalto da enfermidade.

O proprio cardeal mostrou-se convencido, de que via proxima a hora final, quando o confessor Leão Henriques o advertiu do perigo.

Reunindo o conselho, e chamando os vereadores de Lisboa, tomou á pressa disposições, que indicavam da sua parte mais cordura e precaução, do que de ordinario inculcava nos seus actos.

Depois de ameaçar de novo com rigoroso castigo os mesteres se tornassem a ingerir-se nas questões suscitadas entre elle e D. Antonio, mandou publicar os nomes dos governadores do reino, escolhidos para regerem na sua falta.

Na sé, pelas tres horas da tarde, e em presença de numeroso concurso, abriu-se o masso, e rotos os sêllos, leu-se a nomeação. D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá, D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa, Diogo Lopes de Sousa, e D. João Tello de Menezes eram os eleitos, e o documento fôra assignado em 12 de junho de 1579[1].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 508 a 510. — Manuscripto da bibliotheca real da Ajuda — Collecção intitulada — *Governo de España e Portugal*, tom. I. — N'este tomo, importantissimo para a historia do periodo, que nos occupa, encontram-se os documentos incluidos no celebre masso, mandado guardar em virtude da resolução das côrtes de Lisboa de 1579, em um cofre de tres chaves.

Estes documentos são: o regimento que haviam de guardar os governadores do reino; a patente de nomeação dos onze juizes, que deviam julgar a causa da successão; o regimento, que

Entretanto cedeu a doença, e D. Henrique, apenas respirou, occupou-se logo de abreviar os termos do processo camarario, que tinha mandado instruir contra o prior do Crato.

Por seu lado tambem este não desistia das diligencias, em que andava empenhado, e certo da animadversão do tio, não hesitava em arriscar os passos, que lhe pareciam opportunos, desprezando as ameaças, e fazendo pouco, ou nenhum caso das iras do principe, que as suas repetidas desobediencias cada dia exacerbavam mais.

O estado do paiz era deploravel.

As colheitas tinham illudido as esperanças da lavoura, e mais de dois mil trabalhadores, desamparando os campos de Portugal, feridos pela esterilidade, buscavam a subsistencia nos de Hespanha.

Em Lisboa a peste principiára a picar, e aggravando-se lenta, mas gradualmente, unia o luto e lagrimas das familias ás inquietações do presente, e aos receios do futuro.

No mez de agosto o flagello augmentou na extensão e na intensidade a ponto, que D. Henrique, assustado, reuniu o conselho de estado e os vereadores do senado de Lisboa para os consultar sobre a opportunidade de se retirar da capital com toda a côrte.

Uns e outros se oppozeram, allegando, que a idade e a

estes eram obrigados a seguir; e finalmente a patente de nomeação dos cinco governadores do reino. Todos estes diplomas são datados de 12 de junho de 1579. Os dois regimentos ainda conservam o sêllo grande de el-rei com cêra vermelha, postoque damnificado já no dos juizes. Uma circumstancia notavel se observa n'estes documentos, e é conhecer-se nas patentes de nomeação, que ambas foram escriptas antes de se ter resolvido quaes seriam os juizes e os governadores, porque, os nomes, aindaque lançados pela mesma letra, vê-se que foram ahi introduzidos depois nos claros, que para isso se deixaram.

fraqueza do rei não permittiam a mudança, e reprovando-a mesmo, quando esta causa não existisse, por ser nociva aos interesses publicos, e funesta a todos os respeitos.

D. Christovão, homem que as apprehensões não colhiam de sobresalto, e que não cedia ao temor com facilidade, na sua correspondencia deixou-nos uma pintura do contagio, que nos faz assistir aos horrores, que assignalaram os tristes dias, em que todos os castigos, com que a ira divina afflige os povos, caíram sobre o reino.

Os habitantes desamparavam as moradas; as portas cerravam-se umas após outras; e as estradas viam-se cobertas de infelizes que, intentando salvar-se da morte proxima, íam encontra-la mais longe, extenuados pela miseria e a fadiga.

Prohibiu-se toda a communicação com o bairro da Mouraria. O embaixador, escrevendo no meio da anciedade de horas tão dolorosas, pedia, que se lhe tomassem contas das sommas confiadas á sua gerencia, porque, achando-se no fóco da enfermidade, corria o mesmo perigo, que os outros [1]!

«Em breve» dizia elle em outra carta, «a cidade ficará convertida n'uma verdadeira solidão. Todos procuram escapar-se; mais de vinte mil pessoas se evadiram já, e em saíndo el-rei, é provavel, que ninguem queira expor-se a perder a vida inutilmente.»

Sempre fiel, todavia, ao seu pensamento politico, notava, que a emigração favorecia os interesses de Castella, diminuindo o numero dos auxiliares de D. Antonio. Com sacrilega ousadia, ousando penetrar os juizos de Deus,

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura de 11 de agosto de 1579 e outras.

atrevia-se a lisonjear a ambição de Filippe II, asseverando, que não faltava quem attribuisse este novo infortunio á providencia, que por meios indirectos, embora crueis, tornava assim mais rapido e seguro o caminho da invasão ás armas hespanholas [1].

De feito parecia, que ameaçado de ruina imminente, desde o terrivel desastre de Alcacer Kibir todos os males se haviam conjurado contra o paiz, que um seculo antes se vira engrandecido por todas as prosperidades. A peste, a fome, e a corrupção moral, minavam-lhe as forças, apressando a decadencia para o entregarem depois, quasi inerme, aos primeiros golpes da guerra.

Os aduladores do rei catholico quasi que applaudiam as desgraças, que opprimiam a presa cubiçada, quebrando-lhe os brios. Olhavam-os como presagios de victoria, e como elementos de triumpho. Quanto menos homens validos e puros de coração podessem desembainhar a espada, menos inimigos contaria a conquista contra si.

As cousas não estavam ainda tão adiantadas, comtudo, como desejava o filho de Carlos V. D. Christovão não se cansava de promover com ardor a resolução, de que dependia a pacifica união das duas corôas, amiudando as visitas ao paço, e as cônferencias com os ministros; mas ás suas impaciencias continuavam a responder as delongas naturaes, ou calculadas, do soberano, e o zêlo equivoco dos conselheiros.

O cardeal, offerecendo declarar por seu successor o in-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura com Filippe II. — As noticias e reflexões do embaixador sobre os flagellos, que n'esta epocha desditosa eram o açoute da terra do seu berço, encontram-se principalmente nas cartas datadas de julho e agosto de 1579.

fante, filho de Filippe, tentava entreter o gabinete de Madrid com um subterfugio diplomatico, ou imaginava de boa fé que o monarcha hespanhol abraçaria a proposta, dando-se por convencido com as rasões, em que a firmava? Não podemos hoje acertar.

D. João Mascarenhas, que delatava todos os segredos, havia affirmado, nas suas confidencias a Moura, que o irmão de D. João III abríra esta negociação com sincera vontade de a concluir; porém dizia ao mesmo tempo, que a mudança no seu animo datava de pouco, e que tinham sido necessarios grandes esforços para elle esquecer o odio suscitado pela embaixada de fr. Fernando de Castillo contra o seu casamento.

D. Christovão achava o rei mais brando nos modos e nas palavras, conhecia-lhe maior inclinação para Hespanha, mas ainda se temia da sua parcialidade pela casa de Bragança.

Filippe II, suspeitoso e precavido, dictava as instrucções a Moura e a Ossuna como se tudo fosse um ardil do conselho secreto de seu tio, e apressava as disposições militares com certa ostentação, provavelmente na idéa de intimidar o espirito pusillanime de um soberano velho e incapaz de decisões firmes [1].

Em uma das audiencias, que alcançára do rei para lhe entregar uma carta de seu amo, na qual Filippe rejeitava o sceptro offerecido ao infante, Moura tinha insistido de novo para que o rei de Castella fosse jurado herdeiro do throno, pedindo que se pozesse inteiramente de parte a eleição de seu filho, não se poupando a diligencias para o persuadir, e para lhe arrancar uma resposta favoravel.

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura e de Filippe II de julho e agosto de 1579.

D. Henrique escutou-o com agrado, e retorquiu, lamentando, que o rei catholico e elle não se podessem entender sobre o modo de pôr termo a esta questão complicada, socegando os povos, e assegurando a tranquillidade geral.

Observou-lhe o embaixador, que seu amo não devia sacrificar os direitos proprios e os do seu successor, annuindo a que se desse a corôa, que reputava sua, ao infante. O cardeal, sempre sereno, só redarguiu, que não tinha força para compellir os portuguezes a reconhecerem com um rei estrangeiro a perda da sua independencia [1].

D. Christovão, tornou a instar, que sua alteza se enganava, porque o reino havia de obedecer sem repugnancia ao rei, que lhe designasse, salvos os seus privilegios, immunidades, e isenções; mas o cardeal desculpou-se ainda com as pretenções de D. Antonio e com o poder do seu partido, e quando o ministro lhe replicou, que não se alterasse com esse receio, porque a Hespanha se encarregava de aquietar os perturbadores, queixou-se de que todos os outros reis se oppunham á união.

Aproveitando o momento, mostrou-lhe o embaixador com certo calor, que a occulta hostilidade dos principes estrangeiros era a prova evidente da necessidade da encorporação dos dois reinos, constituindo um imperio que podesse enfrear a inveja e o odio dos estados, que sempre tinham visto com emulação os nossos progressos e a nossa estreita alliança com a Hespanha.

Percebendo que os adversarios haviam sabido incutir no espirito perplexo do rei algum remorso para não consentir que no seu tempo acabasse de todo Portugal, excla-

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 31 de julho de 1579.

mou com vehemencia, que não cuidasse sua alteza, que pela união morreria o reino de D. Manuel, porque ao contrario, havia de receber por ella vida nova e poderoso alento, ajudado por Castella.

D. Henrique, triste e confuso, mas, ao que parecia, pouco ou nada convencido, despediu a D. Christovão, mas conservou ainda calada no peito a decisão, que a essa hora talvez já meditasse [1].

Saíndo do aposento real, Moura encontrou-se com Francisco de Sá e com o secretario, que o esperavam. Repetiu-lhes o que dissera ao principe, e achou-os irresolutos como elle. Aos seus argumentos e declamações, sómente contestavam, que o direito de D. Filippe não era tão claro, que destruisse todas as duvidas. «Se não é claro para el-rei, meu amo», atalhou o confidente, «como o ha de ser para a duqueza de Bragança, que se lhe quer preferir?»

Nenhum dos dois repelliu a insinuação pungente, contentando-se com opporem as mesmas objecções que D. Henrique acabava de fazer. A conferencia terminou aqui, e D. Christovão, queixando-se do vagar e das hesitações do soberano e dos seus validos, notava, que Francisco de Sá e Miguel de Moura, não sendo desaffectos a Castella, ao menor obstaculo encolhiam os hombros e se esquivavam [2].

N'este mesmo dia, praticando em segredo com um dos seus cumplices, que não nomeia, porém que parece ser D. João Mascarenhas, o embaixador cobrou mais animo, ouvindo que D. Henrique era timido e irresoluto, e que alem d'isso lhe illaqueavam a consciencia com escrupulos, mas que por fim havia de resolver-se no sentido, que

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 31 de julho de 1579.

[2] Ibidem.

se desejava, porque no conselho já fôra discutido o assumpto, votando elle e Francisco de Sá a favor da declaração pedida pelo rei catholico [1].

Emquanto proseguiam as negociações, Filippe II apercebia-se para a guerra, posto não a julgasse ainda inevitavel.

O secretario Zayas, escrevendo a Ossuna, communicava-lhe, que os armamentos progrediam com vigor, achando-se já nomeados setenta e dois capitães e quatro mestres de campo para o exercito, que se levantava; quasi ao mesmo tempo aportava a Rosas o cardeal de Granvella com vinte e quatro galés, e mil e duzentos soldados tirados dos velhos terços hespanhoes [2].

Na Italia continuava o recrutamento; e em Castella os duques de Medina Sidonia, e de Arcos, os marquezes de Viana e de Ayamonte, com outros senhores de elevada jerarchia recebiam ordens, expedidas pelo conselho de guerra, para armarem os vassallos e a gente das suas terras, devendo participar com brevidade o numero e qualidade tanto da infanteria, como da cavallaria, que reunissem.

Ás cidades de Badajoz, Toro, Zamora, Merida, Plasencia, Ciudad Rodrigo e Jerez; ás villas e logares do commendador mór de Leão; ás dos partidos de Orpachos, Montanchos, e Alcantara; e ás terras de Valencia, sierra de Gata e Brazas enviaram-se avisos analogos, encarregando-as de armar e aperceber a milicia dos seus districtos, exigindo-se d'ellas que declarassem igualmente sem

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura de 31 de julho de 1579, pag. 609 e 610.

[2] Ibidem, pag. 550. — Zayas a Ossuna. Carta de 10 de julho de 1579.

demora as tropas com que poderiam acudir apenas fossem chamadas [1].

O rei catholico, tentando córar estas demonstrações significativas, dizia ao duque de Ossuna, e aos outros embaixadores, que se movêra a proceder assim, por lhe constarem os preparativos dos portuguezes, e as relações, que existiam entre elles e algumas potencias estrangeiras, ás quaes haviam pedido soccorro.

D. Christovão, que não encobria a verdade a Filippe, não approvou o modo, nem a occasião, e resentiu-se de não ter sido consultado.

O estrepito dos apercebimentos, notava com acerto, inutil por emquanto para decidir a questão pela força, serviria só de acordar os que estavam menos attentos, suscitando malquerenças, e desconfianças, e aggravando as difficuldades, nada pequenas, com que lutavam já os negociadores castelhanos [2].

Fiel ao proprio caracter e ás tradições usuaes da sua politica, o monarcha hespanhol ordenára a Moura, que sondasse o animo dos governadores eleitos, e que os predispozesse por meio de dadivas e promessas a favor da sua causa, reputando essencial tê-los vinculados pela memoria, ou pela esperança dos beneficios para o dia, que julgava proximo, em que o poder passasse das mãos de D. Henrique para as d'elles.

A par d'esta peita indicava outra não menos importante.

Quasi seguro de vencer pelo oiro todos os corações, mandava ao seu ministro, que alem de alliciar para o seu serviço o comitre hespanhol Contreras, que recebia soldo

[1] Salvá—*Collecçion de documentos ineditos para la historia de España,* tom. VI, pag. 552 e 559.

[2] Ibidem, pag. 556 e 595 e 596.

a bordo das galés de Portugal (ajuste que se realisou sem custo), procurasse attrahir os governadores das fortalezas de S. Julião e de Caparica. Perguntava, para o mesmo fim, quem estava na torre de Belem, e que modo haveria de conseguir em Setubal igual resultado [1].

O embaixador, sempre diligente, não se demorou em o satisfazer.

Sobre a maneira e opportunidade de seduzir os governadores, dava tres como meio rendidos, e o quarto como agente declarado de Castella. Aconselhando-se com D. João Mascarenhas, dizia que havia concordado com elle, em que seria vão e imprudente tudo o que se tentasse, emquanto vivesse o cardeal [2].

A respeito de Contreras, receiando o escandalo, D. Christovão tinha palliado para não dar rebate da corrupção, que empregára; mas aproveitou-se da peste para o mandar saír sem suspeitas para Ayamonte com toda a familia, abonando-lhe quarenta escudos para a jornada. Estas foram as arrhas da traição. O comitre tinha-se vendido para militar nas galés do marquez de Santa Cruz, e na occasião propria, senhor dos segredos navaes do reino, que servíra, voltou contra elle o conselho e as armas. Moura applaudiu-se da compra.

Contreras, maritimo muito pratico da barra de Lisboa e das costas de Portugal, dispensava as despezas avultadas, que haviam de custar outras informações, talvez menos exactas, do que as suas [3].

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de Filippe II a D. Christovão de Moura de 16 de junho de 1579.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 24 de junho de 1579.

[3] Ibidem, tom. VI, pag. 563 e 597.

Acerca da fortaleza de S. Julião ponderava, que um irmão de Salgado, provido no governo d'ella por D. Sebastião havia sido deposto; mas que provando com o titulo na mão o bom direito, que lhe assistia, fôra conservado no cargo, que exercia; servindo com elle tambem Francisco Figueira, que era aquelle que D. Henrique nomeára em seu logar.

O embaixador, apesar de perito n'estas operações, não achava facil negociar com os dois ao mesmo tempo, mas consolava-se, notando, que as galés de Hespanha não careciam de entrarem a barra para se bloquear Lisboa, e apontava Setubal, mal defendida, comó o posto onde podiam acolher-se, e d'onde podiam saír com toda a commodidade [1].

Caparica dava-lhe pouco cuidado.

O governador era um dos Tavoras, Ruy Lourenço, seu primo, e de ha muito, asseverava elle, que lhe dera a sua palavra; como porém fosse moço e inexperiente, o ministro promettia chama-lo de novo, e assegurar-se da sua deslealdade á patria, e da sua fidelidade aos interesses castelhanos.

Entendendo que devia exceder as recommendações de seu amo, o embaixador participava com prazer, que trazia entre mãos um contrato de que esperava grande proveito. Por meio da mulher do irmão de fr. Antonio de Sousa, provincial dos dominicos, e seu agente, confiava alcançar tambem a venda de Cascaes [2].

Incansavel em promover a venalidade, poucos mereceram a honra de não serem tentados, e mais raros foram ainda os que lhe resistiram nobremente.

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II em 24 de junho de 1579.

[2] Ibidem, tom. VI, pag. 598.

D. Joanna de Athaide, irmã de um frade já seduzido, e senhora de sete villas, entendia-se com o dispensador das graças de Filippe II, provavelmente para ajustar com elle a sua adhesão ao futuro governo.

Um capitão da milicia, ou ordenança de Lisboa, offerecia-se para trazer convencidos á sua presença mais dois officiaes, iguaes no posto, e a taxa da compra, a aprazimento de todos, era fixada em quatrocentos escudos repartidos pelos tres.

Nuno Alvares Pereira, medindo as exigencias pela necessidade que havia dos seus serviços, pedira que se lhe elevasse a trezentos escudos annuaes a pensão promettida a seu filho, e D. Christovão foi o protector que recommendou a pretenção. D. Guiomar de Mello requeria, que seu filho acabasse os estudos em Hespanha á custa do rei catholico, e Moura asseverava tambem, que seria opportuno conceder-lh'o [1]!

Simão Rodrigues, capitão de uma companhia de trezentos e cincoenta homens, e Domingos Nunes de Pinho, capitão de Santo Antonio do Tojal, aonde mandava oitocentos soldados, foram dos que se ajustaram primeiro, recebendo um cem ducados, e o outro duzentos [2].

Esta corrupção asquerosa, gangrenando membros importantes em todas as classes, estendia-se de dia para dia.

Os compradores não regateavam, suppondo, que o dinheiro podia produzir-lhes lucro, e os que se vendiam, temendo os competidores, tinham pressa de não serem dos ultimos, talvez com o receio de já não acharem, que respigar.

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Correspondencia de D. Christovão de Moura com o rei catholico de 24 julho de 1579.

[2] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 28 de junho de 1579.

D. Christovão, avaliando em dez, ou doze mil ducados a quantia, que suppunha necessario gastar com a alliciação dos traidores subalternos, reputava-os bem empregados.

O duque de Ossuna e Filippe II eram do mesmo parecer.

O confidente do rei catholico só observava, que estas negociações (assim as denominava!) não deixariam de ser perigosas, se o cardeal e o povo chegassem a descobri-las[1].

O que admira é o profundo silencio da seducção, e a completa incapacidade dos que deviam cohibi-la.

Uma tolerancia tão cega prova demencia, ou cumplicidade. Para não transpirar bastaria o sigillo interessado dos que juravam servir o rei estranho depois que fallecesse D. Henrique?

Em todo o caso é para espantar como sabendo o cardeal e os seus ministros todas as tentativas do prior do Crato, viviam em tanta ignorancia ácerca das que tentavam os emissarios de D. Filippe, que as suspeitas e as vozes de todos accusavam!

As apprehensões do rei catholico ácerca das relações diplomaticas de agentes nossos com as côrtes de França e de Inglaterra não eram tão infundadas como os ministros do cardeal tinham assegurado a D. Christovão. D. Antonio, por uma parte, e a casa de Bragança pela outra, não se descuidavam de promover por todos os modos protecções, que os habilitassem para combaterem as forças de Castella no dia, em que D. Filippe decidisse antepor aos meios pacificos a solução mais prompta e decisiva das armas.

Isabel Tudor não podia contemplar com indifferença os

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 643. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 31 de junho de 1579.

acontecimentos. que se preparavam na peninsula. O engrandecimento do rei catholico, do representante mais zeloso da unidade catholica, devia assusta-la ao mesmo tempo como soberana, e como cabeça de uma religião dissidente, que apesar de triumphante, encontrava ainda numerosos elementos de resistencia. A união de Portugal á Hespanha, encorporando em um só imperio estados e possessões tão vastas na Asia, na Africa e na America, assegurava o sceptro dos mares e do commercio a um monarcha, inimigo irreconciliavel das potencias protestantes, e tão perseverante, como pouco escrupuloso nos seus calculos ambiciosos.

A filha de Henrique VIII não herdára de seu pae só o throno; assimilhava-se-lhe em mais de uma feição moral do caracter imperioso.

Amestrada desde a juventude pela lição dos infortunios, aprendêra a dissimular na escola da adversidade; e por isso as apparencias levianas e os requebros mulheris eram n'ella como um véu lançado com arte sobre os seus verdadeiros sentimentos [1].

Unindo ás prendas delicadas a instrucção, o juizo, e a vontade firme de um grande homem, valia-se das graças femininas para disfarçar as qualidades viris.

Filippe II, que não parecia facil de enganar, e que tanto conhecia as cousas e as pessoas do seu tempo, só depois de advertido é que se resguardou das primeiras illusões creadas pelas confidencias e sorrisos de Isabel nos colloquios com o seu embaixador o conde de Féria.

O monarcha no começo chegára a persuadir-se de que a mão de Isabel seria para elle o penhor da indissoluvel alliança da Inglaterra com a Hespanha, e da conservação

[1] Hume—*Historia de Inglaterra*, cap. XLVI. —Mignet —*Historia de Maria Stuart*, tom. I, cap. II e appendice A.

da religião catholica nos estados, que Maria Tudor coegíra a separarem-se da nova fé imposta por seu pae. Depressa se convenceu do erro [1].

A filha de Anna de Boleyn soube sempre mandar. Cedendo ás fraquezas do sexo, e no meio dos desvanecimentos da sua formosura, que os aduladores não cessavam de exaltar para a lisonjearem, nunca deixou de ser rainha, nem admittiu senhor.

Rodeada de ministros dignos do papel que representaram em um reinado famoso, não só não deixou escapar das mãos as redeas do governo, como nenhum dos consummados estadistas, que ornaram o seu conselho, a viu abdicar, nem por momentos, a auctoridade real.

Até ao ultimo suspiro todos admiraram sempre n'ella os poderes da intelligencia realçados pelos dotes, que constituem os principes dignos de memoria; e se algum dos cortezãos, mais queridos, deslumbrado por loucas esperanças, ousou esquecer a soberana aos pés da mulher, logo teve de se arrepender avisado pelas ameaças d'aquella vista, que annunciava a morte e a rüina, como a de Henrique VIII, em um simples volver de olhos [2].

Entretanto, Isabel juntava ás qualidades eminentes, que lhe inspiraram os actos mais gloriosos, defeitos que as obscureciam e manchavam.

A uma erudição vasta, e menos pedantesca na fórma, que a de seu pae, unia talvez em grau igual o orgulho do saber, a intolerancia das opiniões, e a mesma, ou maior predilecção pelo poder despotico.

[1] Hume—*Historia de Inglaterra*, cap. XLVI.—Mignet—*Historia de Maria Stuart*, tom. I, cap. II.—Despacho do conde de Féria de 11 de março de 1579.

[2] Ibidem.—Despachos do conde de Féria de 23 de março e 11 de abril de 1579.

O sangue derramado em nome da necessidade politica, ou das dissidencias religiosas, não lhe despertava o menor remorso; a cabeça sempre subjugou o coração, e só em raros lances, as lagrimas e os gemidos, dos que a imploravam, triumpharam da sua natural insensibilidade.

Ainda hoje se hesita, sem se saber affirmar, se a belleza e o engenho da desditosa Maria Stuart concorreram mais para a arrastar ao cadafalso, do que as conspirações e o zêlo dos seus alliados e partidarios catholicos.

O amor proprio offendido, e a inveja das prendas da rainha de Escocia não foram de certo menos poderosos, que a voz da salvação da corôa, para decidirem a sua altiva rival a ordenar o assassinio juridico, que infama o seu nome [1].

Os planos de Filippe II em relação aos negocios de Portugal eram muito positivos para não chamarem a attenção do gabinete britannico.

Lord Burleigh, um dos mais esclarecidos conselheiros de Isabel, viu com sobresalto os passos já adiantados para a união das duas corôas, e informado do verdadeiro estado dos negocios pela nossa côrte, e pelos pretensores portuguezes, quiz desde logo oppor ás tentativas de Castella os esforços victoriosos da resistencia nacional, coadjuvados pelo apoio da França e da Inglaterra, estreitamente ligadas, contra a ambição da casa de Austria [2].

Dirigindo-se a sir Henry Cobham, embaixador britannico em Paris, o habil ministro procurou vencer a pusillanimidade de Henrique III, espertando o ciume politico de Catharina de Medicis, que dizendo-se interessada no litigio da successão, era a mais facil de attrahir ao seu plano.

[1] Mignet—*Historia de Maria Stuart*, tom. II, cap. XI.

[2] Museu britannico — *Bibliotheca Cotoniana*, Galba, E. VI. —Despacho de 15 de março de 1579.

Cobham devia pedir uma audiencia e representar o perigo, a que se expunham as duas nações visinhas, consentindo que o herdeiro de Carlos V, senhor de tantos estados em todas as partes do mundo, ainda se apoderasse do nosso reino.

Era indispensavel impedir por todos os modos, que o soberano hespanhol acrescentasse ao seu imperio, já tão vasto e ameaçador, novas forças e riquezas; e conhecendo, que o meio adequado de atalhar os designios de Castella consistia em favorecer a um dos principes portuguezes, mostrava-se inclinado á duqueza de Bragança, ordenando a sir Henry, que insistisse com o rei e com sua mãe para que não desprezassem esta grave complicação, prevenindo a tempo as funestas consequencias de um facto, que depois de consummado, tarde, ou nunca se remediaria [1].

Apesar da opportunidade da communicação o gabinete do Louvre vacillou, não se atrevendo a pisar o caminho apontado por lord Burleigh.

Henrique III, indeciso, roido de vicios vergonhosos, e incapaz de commettimentos nobres e arrojados, tremia n'essa epocha da sombria e fatal influencia de Filippe II, occultamente ligado com a opulenta familia de Guise, e não ousava provocar abertamente por um rasgo audaz as iras da Hespanha, já excitadas pela presença de seu irmão o duque de Anjou nos Paizes Baixos [2].

Para desculpar a recusa, allegava o monarcha que não podia confiar na activa cooperação de Isabel, cujos offerecimentos, em se tratando de guerras e de sacrificios pecuniarios, eram sempre amplos, mas sujeitos a grandes fal-

[1] Museu britannico — *Bibliotheca Cotoniana,* Galba, E. VI. — Despacho de 15 de março de 1579.

[2] Henry Martin — *Histoire de France,* liv. LVI, pag. 481 e seguintes.

tas e hesitações apenas soava a hora de se cumprirem as promessas [1].

Mas se Henrique se escusava de uma alliança declarada para contrastar com as armas na mão o poder da Hespanha, nem por isso perdia de vista os acontecimentos da peninsula, observando-os com certa vigilancia por meio dos seus agentes diplomaticos, e suscitando embaraços a Filippe II tanto em Roma, como em Lisboa, e nos Paizes Baixos.

Usando dos ardis, ministrados pela politica tenebrosa seguida n'este seculo, cobria o rosto com a mascara da amisade para melhor acertar os golpes.

Instado por Catharina de Medicis, cuja idéa constante era sentar o duque de Anjou, seu filho, em um dos thronos da Europa, o principe francez, prevalecendo-se dos suppostos direitos de sua mãe á corôa de D. Manuel, enviou á nossa côrte o bispo de Comminges com o caracter de embaixador, menos para acompanhar o processo da successão, do que para tentear os animos, estimular as antipathias contra a Hespanha, e conferir com os pretensores portuguezes, aos quaes devia entreter nas melhores esperanças, não poupando promessas de soccorro [2].

O bispo não adormeceu no desempenho do encargo.

Depois de depositar nas mãos do cardeal os documentos, que trazia para esclarecimento da causa, pretexto da sua missão, buscou o prior do Crato, e encerrando-se com elle um dia inteiro, provavelmente procurou confirma-lo nos seus pensamentos ambiciosos.

D. Christovão de Moura, referindo esta scena em um despacho, affirmava, que nas vistas do embaixador com

[1] Museu britannico—*Bibliotheca Cotoniana*, Galba, E. VI.

[2] Bibliotheca real de París, cod. 284-4 (fonds Herlay), documentos 89 e 90 (em hespanhol).

D. Antonio se tinham proferido blasfemias contra Castella, aconselhando Comminges ao prior, que se levantasse com o reino apenas fallecesse o tio, e que não duvidasse do exito, porque a França o ajudaria com tropas e dinheiro.

O ministro, despedindo-se, aceitára cartas do filho de D. Luiz para Henrique III, e um rubi de quinhentos escudos de valia para si.

Apesar d'isso (ajunta Moura), porque o julgasse opportuno, ou porque entendesse que melhor disfarçaria assim as suas negociações, antes de partir, o bispo entendeu-se tambem em segredo com o duque de Bragança, com o qual, assevera o confidente de Filippe II, só Deus sabia por então o que tinha assentado [1].

Os tratos secretos com a França não se limitavam, porém, ás diligencias d'este enviado.

Fernando da Silva, embaixador portuguez em Madrid, tornou-se muito suspeito aos castelhanos, que o accusavam de se corresponder por ordem de D. Henrique, não só com os conselheiros do ultimo Valois, mas até com as provincias insurgidas de Flandres.

D. Christovão, ao qual nada escapava, que podesse ter proxima, ou remota relação com os assumptos, que lhe estavam commettidos, tinha por seus proprios olhos verificado a verdade do que a este respeito se assegurava.

Fernando da Silva, estrenuo parcial da familia de Bragança, devia ao duque a sua conservação na embaixada, de que alguns emulos tinham desejado arreda-lo, e querendo ser util aos seus protectores não hesitava em os servir por todos os modos. De mais o cardeal, figurando-se estranho a tudo, não ignorava pelo menos o que em seu nome se ajustava e discutia, e tanto Fogaça em Lon-

[1] Bibliotheca real de Paris, cod. 284-4 (fonds Herlay), documento 89 e 90 em hespanhol.

dres, como Francisco Giraldes em París, não desobedeciam de certo ás suas ordens, promovendo obstaculos ás pretenções do soberano hespanhol [1].

Alludindo ao bispo de Comminges, Moura, que o seguia em todos os passos com extrema precaução, avisava a sua côrte, de que elle alcançára com ameaças ser admittido a offerecer as rasões, em que a rainha Catharina de Medicis se fundava para pedir a corôa.

O irmão de D. João III, sempre timido, havia cedido á linguagem resoluta do ministro, e levára a docilidade, ou a condescendencia ao ponto de nomear a Lopo Centil, um dos advogados mais distinctos, para se incumbir da defeza dos direitos da mãe de Henrique III; mas o jurisconsulto, peitado pelo oiro de Castella, e não podendo já soltar a penna livremente, recusou-se, sustentando, que na sua opinião pertencia o throno a D. Filippe [2].

Por esta segunda carta de D. Christovão, percebe-se que o embaixador francez, homem de capacidade manifesta, não conseguiu, todavia, occultar á perspicacia dos contrarios por muitos dias os occultos ajustes que havia combinado com o duque de Bragança.

A proposta feita ao esposo de D. Catharina era casar uma de suas filhas com o duque de Alençon [3], e preenchida esta condição, afiançar-lhe a amisade e os auxilios da monarchia franceza.

Emquanto o gabinete do Louvre assim atava com a

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 23 de junho de 1579.

[2] Ibidem.

[3] Francisco, duque de Anjou, de Berri e de Alençon, irmão de Henrique III. Tinha nascido em 11 de março de 1554, e falleceu a 10 de junho de 1584.

nossa côrte os fios do trama urdido contra Hespanha, mr. de Saint Goard em Madrid, e mr. Debain em Roma trabalhavam no mesmo sentido, allumiando os enredos castelhanos mais obscuros, e atalhando-os a cada instante sempre que se lhes offerecia occasião de o intentarem sem risco de compromettimento para a harmonia apparente, que subsistia, como uma hypocrisia mais, entre os dois soberanos.

Ao mesmo tempo Isabel Tudor, não menos cuidadosa, sabendo o que a politica franceza machinava, aproveitou as circumstancias para estreitar por meio de embaixada cortez os vinculos de alliança entre Portugal e a Gran-Bretanha.

O seu enviado entrou em Lisboa a 12 de julho, e foi recebido a 14 em audiencia pelo cardeal, acompanhando-o o conde de Sortelha, mestre de ceremonias.

O rei, cego pelo fanatismo, dissimulou a custo a má vontade contra um ministro protestante, e apressou quanto pôde a sua partida, talvez, receiando, que envenenasse de heresias o ar respirado na capital [1].

O diplomata britannico de certo desejava demorar-se mais para formar exacto juizo da verdadeira physionomia dos negocios, mas foi obrigado a accommodar-se á impaciencia orthodoxa do velho soberano, que estava contando com escrupulo as horas, que elle gastava em uma terra, aonde campeava a intolerancia religiosa.

D. Christovão de Moura, menos devoto, foi dos poucos personagens, que se arriscaram a visitar duas vezes o ministro inglez, naturalmente com o fim reservado de lhe apalpar as intenções.

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura á sua côrte datada de 23 de julho de 1579.

Se este era na realidade o seu objecto, o embaixador inglez apesar de moço, e de menos experiente, do que elle, não se deixou vencer.

Ao passo què advertia os portuguezes do perigo, que os ameaçava, estranhando vê-los despercebidos, e quasi desarmados em presença da invasão imminente por parte de Castella, assegurava com duplicidade ao ministro de D. Filippe, que a rainha, sua ama, de nenhuma fórma interviria na questão portugueza, lembrada das grandes obrigações, que devia á casa de Austria [1].

As diligencias empregadas por lord Burleigh para acordar o gabinete de França do seu torpor, podiam servir de eloquente commentario á sinceridade de similhante declaração.

Moura não a reputou de certo em mais do que valia, e notando, que Wolton cortejára a D. Antonio, e lhe offerecêra uns cães de raça fina, mimo enviado por Wilson, um dos secretarios de Isabel, não inculcou a principio attribuir grande importancia á missão da côrte britannica [2].

Mas, escrevendo a el-rei catholico dezenove dias depois, e tornando a alludir ás embaixadas de França e de Inglaterra, vê-se que a ultima já o preoccupava mais desde que lhe constára, que o duque de Bragança viera encontrar-se ao caminho com Eduardo Wolton, ao qual tinha brindado com alguns presentes de valor, e que o prior do Crato, provavelmente fizera o mesmo, pois se sabia, que mandára a toda a pressa comprar em Lisboa um annel de quatro

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 23 de junho de 1579.

[2] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 592.

mil ducados, os quaes pedíra emprestados a diversos individuos [1].

A maior desconfiança dos castelhanos era seguramente D. Antonio quem a excitava, e as relações atadas por elle nas côrtes estrangeiras não só provocavam apprehensões, mas serios cuidados em Madrid.

O embaixador inglez, contemplando o estado do paiz, as dissenções que o dividiam, e o desalento geral, desde logo apreciou o desenlace provavel da questão.

Recolhendo-se por Hespanha, participou a sir Francisco Walsingham, que fôra tratado com as maiores honras pelo soberano portuguez, o qual o ouvíra com summo agrado; e passando aos negocios politicos acrescentava, que nem o prior do Crato, nem o duque de Bragança, fallecendo o cardeal, poderiam lutar contra o rei de Castella, sustentando que este usurparia a corôa sem carecer de debellar longas resistencias [2].

Os factos justificaram dentro de mezes este juizo tão seguro, apesar de rapidamente concebido.

Desattendendo a opposição suscitada no seu conselho contra a saída da capital, D. Henrique deliberou-se por meiados de outubro a buscar nos ares de Almeirim, e no remanso da campina, algum allivio para os achaques do corpo, e o desejado conforto para as tribulações do espirito.

A tão curta distancia do tumulo, já aberto para o receber, as illusões ainda o acompanhavam na jornada. Passando por Salvaterra, e sentindo-se reanimado com a mudança, disparou da liteira sobre um porco montez, que os

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Carta de D. Christovão de Moura de 11 de agosto de 1579.

[2] *State Papers Office. Spain*, masso 16.º— Officio de Wolton, de Madrid, em 18 de agosto de 1579.

lisonjeiros tinham prendido de modo, que elle o julgasse solto.

Imaginando-se com o vigor de outra idade mandára tambem partir para a nova residencia lebreus e falcões, asseverando que empregaria os ocios no divertimento da caça[1].

Mas em Almeirim, aonde chegou a 15, em vez das recreações por que suspirava, novos dissabores e contrariedades o esperavam. Emquanto, cheio de incuria, quasi moribundo, e no meio de tantas complicações, ainda achava sabor nos exercicios, que nem os annos, nem a saude lhe permittiam, os ministros castelhanos, aos quaes tudo servia de pretexto, sorriam-se das suas velleidades, mas sabiam aproveita-las.

Fingindo crer no prompto restabelecimento do monarcha, instavam pela favoravel solução das pretenções de seu amo, e não cessavam de o inquietar, avisando-o dos passos e tramas de D. Antonio.

No paiz recresciam as suspeitas, azedavam-se os animos, e os partidos, antes de arrancarem da espada, antecipavam a luta, dilacerando-se em pasquins e denuncias envenenadas pelas más paixões, que as grandes crises politicas de ordinario costumam gerar.

O prior do Crato, o duque de Bragança, os amigos de Castella, e os partidarios dos governadores nomeados, rasgavam todos os dias novas feridas no seio da patria, e sobre o leito, em que agonisava o ultimo soberano portuguez, repartiam já em esperança o sceptro e a purpura, que uma sombra de rei era incapaz de fazer respeitar.

Filippe II, attento e silencioso, deixava exhalar em

[1] Officios de D. Christovão de Moura datados de 14 e 18 de outubro de 1579. — Bibliotheca real de Paris, cod. 228-4 (fonds Harlay), documento 108.

odios e ameaças impotentes o vão patriotismo dos seus emulos, continuava corrompendo os homens e as terras, de que mais podia temer-se no futuro, e valia-se da tregua concedida pelo frouxo reinado do filho de D. Manuel, a fim de ir dispondo as cousas para a occupação, que meditava.

Entretanto, por muito recatado que se mostrasse nos seus preparativos, e por mais que tentasse disfarça-los, os olhos da Europa estavam abertos, e nenhum dos gabinetes assistia indifferente á lenta, mas decisiva elaboração de um facto tão importante em si, e tão fecundo em resultados.

A Inglaterra, como vimos, foi das primeiras que despertou, e se os seus esforços não prevaleceram, a principal culpa deve imputar-se ás desastrosas circumstancias, que então atravessava a França, dividida em bandos irreconciliaveis, e exposta de hora para hora a ver rebentar em labaredas o fogo das dissenções religiosas, que lavravam por toda ella.

Em Roma Gregorio XIII tambem contemplava com receio os armamentos de Castella, reputando-os seguro indicio dos intentos, que os agentes hespanhoes ainda procuravam dissimular, inventando pretextos para encobrirem os verdadeiros fins [1].

Movido pela consciencia, ou pelos dictames de uma politica, talvez mundana nos motivos, porém justa e nobre na expressão, o vigario de Christo abalançou-se a estranhar com certa severidade os planos de Filippe, cujo poder era bastante collossal para assombrar, não só a curia, mas toda a Italia [2].

[1] Despachos do embaixador francez em Roma de 10 de agosto e 17 de novembro de 1579. — Bibliotheca real de París (fonds Colbert), cod. 345, pag. 1080 e 1129.

[2] Carta de Gregorio XIII ao nuncio bispo de Plasencia, de 10

Em uma carta ao bispo de Plasencia, nuncio em Hespanha, o papa ordenava-lhe que ponderasse ao rei catholico, que se a santa sé se não commovêra a principio com os aprestos militares, feitos em todos os reinos e estados sujeitos á sua corôa, é porque lhe suppozera o honroso proposito de os converter em destruição para os infieis; mas que, sabendo agora claramente, que as suas armas ameaçavam Portugal, o pontifice faltaria a todas as obrigações do sagrado caracter, de que se achava revestido, se não lhe demonstrasse, que seria grave offensa para Deus, e não pequeno escandalo para a christandade, o ver um principe empregar a força e a violencia na defeza de direitos, que só haviam sido reconhecidos por lettrados, subditos seus, e como taes suspeitos de pouca sinceridade[1].

O papa preseguia, depois, aconselhando a Filippe II que procedesse pacificamente, porque no caso de ter a justiça do seu lado facilmente poderia supplantar os adversarios. Antevendo a objecção mais forte, que lhe haviam de oppor, convencia-a, acrescentando, que se porventura sua magestade julgasse improprio da dignidade real o submetter-se ao juizo da nação portugueza, o nuncio ficava auctorisado para lhe declarar, que sua santidade estava na resolução de intervir, obtendo de D. Henrique a escolha de juizes rectos e incapazes de cederem a más paixões[2].

de agosto de 1579.—Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 652.

[1] Carta de Gregorio XIII ao bispo de Plasencia.—Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—D. Luiz Cabrera de Cordova—*Filippe II, rei de España*, liv. XII, cap. XIX.

[2] N'este ponto, como em outros do mesmo periodo, Cabrera mostra haver escripto a sua obra em presença das mais exactas

O documento com a usual destreza da chancellaria romana, continuava lembrando que as tropas e os navios apercebidos para uma expedição injusta serviriam com mais proveito se levassem a Argel, ou a outra terra de descrentes, a luz do Evangelho para maior gloria de Deus e serviço do monarcha.

Por ultimo Gregorio XIII rematava, offerecendo enviar pela posta um nuncio de sua confiança, se D. Filippe aceitasse o que propunha, ou conceder para mais brevidade poderes sufficientes a Alexandre Frumento, que residia em Lisboa, a fim de encaminhar as negociações no sentido indicado [1].

O soberano hespanhol, aindaque bastante contrariado pela intervenção pontificia, não precipitou, comtudo, a resposta.

Antes de se decidir enviou a nota apresentada pelo bispo de Plasencia ao duque de Ossuna, para ser contestada pela junta dos embaixadores. Conferindo entre si convieram estes em que o arbitrio mais opportuno para a occasião seria desviar a influencia da curia com evasivas cortezes, agradecendo ao papa os bons desejos, e declinando a mediação proposta com a desculpa, de que era quasi impossivel descobrir pessoas, que merecessem ao gabinete de Madrid tanta confiança que lhes entregasse a sorte de uma questão melindrosa, como era esta.

Ouvido o conselho, que, segundo parece, o não satisfez, Filippe II consultou depois a junta creada em Ma-

informações, e muitas vezes dos proprios documentos. Ácerca da carta do papa e do modo por que Filippe a recebeu e contestou, não nos resta a menor duvida, de que elle consultou os papeis do estado originaes.

[1] Salvá — *Coleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 626 a 629.

drid para os negocios de Portugal. Esta não se conformou com a opinião emittida pela de Lisboa, inculcando como preferivel o alvitre mais sagaz de compor a difficuldade, recorrendo ao meio indirecto das dilações capciosas. O rei optou pelo voto, que mais concordava com a sua indole, mandando responder em Roma, que o seu direito era tão evidente, que estava certo, de que seria respeitado pelo cardeal na decisão da causa, mas que não o sendo, e no caso da necessidade o pedir, valer-se-ía com gosto do poder e zêlo de sua santidade [1].

Removido o obstaculo sem dar pretexto ao santo padre para novas diligencias, o principe castelhano voltou a attenção com vigilancia para o modo, por que as cousas caminhavam em Portugal, dirigidas por elle e pelos seus ministros.

D. Henrique, entretanto, cada dia mais aggravado do prior do Crato, como dissemos, não se distrahia do seu odio com as occupações do governo, nem com os rebates da molestia, que lhe ameaçava a existencia.

A noticia das conferencias do sobrinho com os embaixadores estrangeiros veiu ainda estimular-lhe os receios, e um golpe, que já devia esperar, se estivesse informado dos passos adiantados na côrte pontificia pelos emissarios de D. Antonio, sobresaltando-o por caír quasi repentino, acabou de o decidir a descarregar sem misericordia a espada da vingança sobre a cabeça do pretensor, que detestava mais.

Auxiliado pelo gabinete francez, que via n'elle o unico adversario decidido, que podia oppor aos intentos da Hespanha, o filho do infante D. Luiz conseguíra alcançar de

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 626 a 629.

Gregorio XIII o breve, que avocava a Roma o julgamento da causa da sua legitimidade, annullando a sentença proferida pelo cardeal, e commettendo ao nuncio Frumento e ao arcebispo de Lisboa a instrucção do processo, devendo os autos, cerrados e sellados, serem enviados depois a Roma, porque o papa reservára para si a decisão final.

Querendo por algum modo suavisar o que esta nova phase, dada ao negocio, podia ter de offensivo para o soberano portuguez, e de desagradavel para a côrte castelhana, a curia attribuiu á malicia dos notarios a amplidão dos poderes concedidos a D. Henrique pelo motu proprio, de que fôra executor, e sustentava que para reparar a inadvertencia, ou a malevolencia da chancellaria, chamava ao seu tribunal o conhecimento de um pleito de tanta gravidade, e tão importante pelas suas consequencias [2].

Vendo quebrada nas mãos a poderosa arma, de que se tinha servido para aniquilar as esperanças de D. Antonio, o velho monarcha, resentido e irritado, não soube encobrir a magua, deixando mesmo transpirar para fóra do paço as queixas, que lhe arrancára a falta de contemplação do pontifice, e o triumpho de um homem, que já olhava, não como parente, mas como inimigo.

De feito a victoria obtida pelo prior não assustou só o o rei e os seus confidentes, aos quaes o inquieto pretensor retribuia com aversão igual á d'elles os conselhos dados ao tio, mas até os ministros hespanhoes, que não viram o successo com indifferença, porque desde logo apre-

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. CIV. — Cartas de Rodrigo Vasques e do duque de Ossuna de 9 e 14 de outubro de 1579. — Bibliotheca real de Paris, cod. 228-4 (fonds Harlay), documento 102 e 164.

ciaram o seu resultado em relação ás negeciações, em que se empenhavam [1].

Se a sentença do cardeal havia desalentado os mais intrepidos parciaes do sobrinho, a chegada do breve, expedido de França ao nuncio com diligencia e grande recommendação, de novo reanimára todos, de fórma, que Rodrigo Vasques, escrevendo a seu amo, não hesitava em lhe assegurar, que se D. Henrique fallecesse n'aquella occasião era de temer que serios tumultos perturbassem no reino, porque, alem dos amigos com que já contava o prior, provavelmente se lhe uniriam muitos outros na idéa de que elle houvesse de prevalecer por fim [2].

O velho soberano, não podendo conter-se, começou, punindo em Diogo Botelho, procurador de D. Antonio, a ousadia, com que se atrevêra a mandar-lhe intimar o breve por um notario com menos respeito, do que era devido aos annos e auctoridade do seu principe [3].

Ha muito, que o elle via com maus olhos o procurador do sobrinho, reputando-o, com motivo, não só a voz e o braço, com que o filho de D. Luiz se fazia lembrado na côrte, mas o confidente dos seus designios, e o conselheiro das diligencias, que acabavam de triumphar em Roma [4].

Pouco afortunado, porém, nos actos, em que se empenhava mais, D. Henrique passou pelo desgosto de ver geralmente condemnado o seu procedimento.

A nobreza mesmo não o levou a bem. Alguns fidalgos

[1] Carta de Rodrigo Vasques de 9 de outubro. — Bibliotheca real de París, cod. 284-4, documento 102.

[2] Ibidem.

[3] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. cx, pag. 438.

[4] Ibidem.

velhos não hesitaram em lhe dizer, que a severidade, com que obrava, não se compadecia com a justiça, porque, no fim de tudo, as culpas do cavalleiro reduziam-se a ter sido leal e activo em promover os interesses de um pretensor, ao qual o ligavam de longos annos os mais estreitos vinculos de amisade e creação.

Vencido pelas supplicas, o ex-inquisidor mitigou a pena, commutando em reclusão benigna na propria casa a prisão do Castello. No fim de tres dias Botelho saiu do carcere para se recolher á sua morada; mas, em vez de esfriar nos esforços empregados para obter a execução do breve, ainda se mostrou mais solicito em instar por ella.

Conhecendo depois d'esta experiencia, que o procurador lhe suscitava obstaculos insuperaveis, oppondo-se ás dilações, com que tentava illudir o cumprimento do diploma pontificio, o rei, invocando o poder absoluto, arriscou o ultimo golpe, e desterrou-o da côrte e do reino, comminando-lhe graves penas se voltasse [1].

Coegido pela força despotica a desamparar a causa, que defendia, o partidario do prior do Crato retirou-se a Castella para aguardar ahi em um convento da fronteira, que os acontecimentos de novo o chamassem á scena politica [2].

Comportando-se com manifesta parcialidade, D. Henrique talvez imaginasse corregir o effeito produzido pela concessão do breve contra a sua auctoridade. Illudiu-se.

A cholera de um soberano, sacerdote e idoso, revelada com estrondo, longe de roubar ao sobrinho a affeição do povo, robusteceu-a, engrossando-lhe o numero dos par-

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. CX, pag. 435.

[2] Ibidem, pag. 436.—Botelho acolheu-se ao mosteiro de Mangaretes, de frades menores em Valencia de Alcantara, na raia.

ciaes, e serviu só para apagar da consciencia dos subditos esse pouco respeito, que ainda podiam consagrar ao cardeal.

Na carreira, que encetou, os erros do irmão de D. João III foram tantos como os passos. Dir-se-ía que a ruina completa de D. Antonio era para elle uma necessidade indeclinavel.

Apenas aposentado nos paços de Almeirim, mandou sem demora o meirinho mór, D. Duarte de Castello Branco, para se apoderar da pessoa do prior do Crato, aonde o encontrasse; aconteceu, porém, o que todos esperavam. O magistrado, voltando com a noticia de o não ter achado, exacerbou os temores e a indignação do soberano.

Escapando-lhe a vingança, que sonhára tão segura, este de todo tirou a mascara e publicou a famosa carta de editos, memoravel pregão do seu odio, na qual citava a D. Antonio, ausente, por não se saber logar certo, aonde residisse, a fim de comparecer perante elle, e de se ver sentenciar sem ordem, nem fórma de juizo, sob pena do processo correr á revelia se não se apresentasse dentro de dez dias improrogaveis.

Acrescentava o monarcha n'este notavel documento, que julgaria o prior segundo em sua consciencia entendesse, que mais convinha ao serviço de Deus, ao seu, e ao bem dos povos[1].

A carta affixada nas portas das salas do palacio de Almeirim só causou estranheza aos que ainda não conheciam o rei. O sobrinho não se acovardou com ella, e determinou escrever a D. Henrique, na apparencia,

[1] Fr. Bernardo da Cruz — *Chronica de el-rei D. Sebastião*, cap. CXIII, pag. 443. — Sousa—*Historia genealogica da casa real*, provas, tom. II, pag. 525.—Conestagio—*União de Portugal*, liv. III.

a fim de o commover, mas na realidade para aproveitar com habilidade as armas, que lhe proporcionára, tornando a sua causa mais bemquista e popular.

Principiava o escripto, mostrando-se resentido de que o principe nos editos lhe negasse o nome de parente, a elle, filho de um irmão a quem Portugal tanto devêra, e do qual se recordava com saudade. Interpondo assim a sombra do infante D. Luiz entre si e a perseguição, ajuntou que por graves, que fossem as culpas, que se lhe imputavam, os merecimentos de seu pae valiam de certo mais, devendo moderar-se em attenção a elles o rigor, com que o filho era tratado. Depois, por meio de uma transição artificiosa, attribuia aos validos, que cercavam o throno, e cuja maldade exprobrava, os males que padecia, lamentando com simulada resignação, que o poder real cobrisse as vindictas de homens, que sempre conhecêra por inimigos. Em ultimo logar insistia sobre a evidente parcialidade, com que fôra desterrado da côrte na occasião, em que a sua presença parecia indispensavel para a defeza dos direitos, que allegava, coarctando-se-lhe assim os meios de os sustentar[1].

Em outra carta, redigida pouco depois, deplorando que os testemunhos de veneração da primeira não houvessem merecido resposta a el-rei, notava, que as severidades se empregavam só para o humilhar a elle, emquanto aos seus emulos se concediam favores e mercês por aquillo mesmo, que servia de pretexto para o condemnar. Alludindo ao motu proprio, obtido pelo cardeal a fim de ser juiz da sua legitimidade, observava, que mais o sentíra pelos termos pouco honrosos para a memoria de D. Luiz,

[1] *Memoire du regne du roy Hunry*, fol. 117 e 119. — Manuscripto da academia real das sciencias, cod. $^{19}/_{14}$. — Cartas de D. Antonio ao cardeal rei.

em que viera concebido, do que pelos effeitos, que podiam ser reparados pelo breve, que se acabava de expedir de Roma, e que pedíra para lavar o seu nome da nodoa de falsario estampada pela sentença do monarcha [1].

Finalmente, na terceira e ultima carta, respondendo aos editos, e fallando com ousadia, asseverava que o seu crime consistia unicamente no acolhimento, que o paço dava a todas as calumnias inventadas para o deprimir, pedindo só como graça especial, que lhe fosse concedido debellar a accusação, e que no caso de se lhe recusar este favor, tão justo, ao menos lhe fosse permittido juntar ao processo este mesmo papel, que escrevia. «Só o respeito, que devo á corôa, concluia o prior, me impediu de mandar affixar no mesmo logar, em que os editos se pregaram, esta carta, para com ella desvanecer a mancha da minha reputação [2].

A incidiosa moderação d'esta correspondencia accendeu ainda mais as iras do cardeal.

A allusão á tutela dos validos, e ao diploma recentemente alcançado em Roma, parecia de proposito afiada para castigar o orgulho do ex-inquisidor.

De mais, é de suppor que as cartas se divulgassem com calculada indiscrição, e que assumissem as proporções de verdadeiros manifestos. Quem não perceberia que uma perfidia insinuante, assignando n'ellas o papel de victima a D. Antonio, se não esquecêra da pintura das injustiças e contradicções do tio, pintura tanto mais desagradavel, quanto as cores haviam sido combinadas com estudo?

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 120 e 123.—Conestagio—*União de Portugal*, liv. III.

[2] Manuscripto da academia real das sciencias, cod. $^{19}/_{14}$, fol. 124 e 126.—*Memoire de tout ce qui s'est passé de plus sécrèt sous le regne du roy Henry*, liv. III.

A replica da côrte foi a sentença fulminada de sciencia certa, motu proprio, e poder absoluto, na qual se exauctorava a D. Antonio de todas as honras, jurisdicções, rendas, assentamentos, tenças e privilegios, concedidos por D. Henrique, ou pelos seus antecessores.

O principe era tambem desnaturado dos reinos de Portugal para não gosar, nem usar das liberdades, isenções, e franquezas, de que gosavam os outros subditos, sendo tidos como se não nascessem no paiz, não só elle, mas os vassallos que o acompanhassem, ou servissem desde a publicação da sentença, os quaes ficavam sujeitos ás mesmas penas de sequestro e desnaturalisação apenas se correspondessem com o prior, ou por qualquer fórma o ajudassem.

Alem d'isto ordenava, que D. Antonio, dentro de quinze dias, saisse dos seus reinos e senhorios por assim convir ao bem do estado, e que, não o fazendo, procederia como julgasse mais do interesse e socego dos povos [1].

Para justificar estes rigores allegava o cardeal na mesma sentença, que tendo prescripto ao prior, que voltasse para a residencia do Crato, e nunca vivesse a menos de trinta leguas da côrte, elle, em desprezo das suas ordens, não só rompêra o degredo, como ousára introduzir-se a occultas em Lisboa, e em outras villas e cidades, tratando cousas contrarias ao serviço do rei e á quietação do imperio, e offerecendo terras e mercês aos fidalgos e pessoas principaes, que o seguissem nas suas pretenções, tudo em desobediencia á deliberação das ultimas côrtes e com manifesta quebra do juramento, que tinha prestado [2].

[1] D. Antonio Caetano Sousa—*Historia genealogica da casa real, provas*, tom. II, liv. IV, pag. 526 e 527.

[2] Ibidem.

Os effeitos da sentença não satisfizeram de certo o monarcha, e os ministros, que lh'a haviam dictado.

Os dias de D. Henrique estavam contados, e D. Antonio, pelo favor popular, pelo agrado das maneiras, e pelas repugnancias do paiz ao dominio estrangeiro, era o pretensor, em que os olhos das multidões se fitavam com maior affecto.

Apesar da sentença nenhum dos amigos do filho do infante lhe voltou o rosto, ou cedeu ao receio, antes mais se esforçaram todos em o defenderem, não poupando censuras ao rei, aos seus privados, e aos agentes castelhanos.

A violencia grangeou-lhe novas sympathias, e a auctoridade real, depois da ruidosa demonstração, ainda ficou mais abatida, do que estava.

O prior do Crato, erguendo a cabeça com maior arrojo, vendo-se proscripto, repetiu as tentativas invocadas para o punir.

Se por conselho de alguns confidentes salvou as apparencias, passando a fronteira, e retirando-se a um convento em Valencia de Alcantara (talvez ao mesmo em que se achava Diogo Botelho), passados poucos dias tornou a atravessar a raia, e de asylo em asylo, sempre encoberto, e nunca trahido, continuou a alentar as esperança dos partidarios, adiantando-se na execução dos seus planos [1].

Filippe II foi logo advertido do que occorria por um dos seus fautores. As entradas do prior em Castella proporcionavam a um soberano pouco escrupuloso toda a opportunidade para um lance, que pozesse termo ás aventu-

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 129 e 130.—Manuscripto da academia real das sciencias—Conestagio—*União de Portugal*, liv. III.

ras de D. Antonio, e mais de um agente zeloso insinuava a conveniencia de não se desprezar a occasião.

Conhecem mal o herdeiro de Carlos V os que asseveram, que elle hesitou. Foi o contrario. Assim que a nova perspectiva se lhe abriu, inclinou-se para ella com a precaução usual, mas decidido a não deixar fugir a fortuna. Sobrevive uma prova de seu punho para o attestar.

Respondendo a uma carta, sem assignatura, de um dos emissarios, que trabalhavam em Portugal a favor da sua causa, mandou avisar a D. Christovão de Moura, a fim de que desse ordem de se pôr a bom recado a fortaleza de Valencia de Alcantara para o que podesse succeder, visto andar o prior em idas e voltas por aquelles sitios, ajuntando que não seria impossivel prende-lo em alguma das suas entradas ou saídas pelo territorio hespanhol [1].

[1] Manuscripto da bibliotheca real de Ajuda — Collecção intitulada — *Governo de Hespanha e Portugal,* tom. I, fol. 117. — Carta de um dos agentes de Filippe II em Portugal, contendo varias noticias sobre enredos politicos de outro emissario, Pedro Rol, e sobre cousas e pessoas da epocha. É datada de quinta feira á noite, sem mencionar o mez, nem o anno; mas pelas allusões parece referir-se a fins de novembro ou a principios de dezembro de 1579.

Á margem do papel, no rosto e no verso estão lançadas por letra de Filippe II as observações suscitadas pela leitura do documento. O papel queimado em partes pela tinta, e dilacerado, offerece algumas palavras truncadas, e outras absolutamente illegiveis.

Referindo-se a D. Antonio o rei catholico escreve o seguinte: «,... y esto creo que es lo mas seguro e mejor, y assi lo podreis «escrivir, y mejor es en carta vostra para D. Christoval; *y avi-«sadle que dexe mui buen recado en la fortaleza de Valencia por «lo que se podria offerecer, y andar por alli acá don Antonio;* la «carta vostra para el bispo está mui bien; por lo que dice el «conde de las ofertas de don Antonio, si el viene acá non ay «que decir; mas si no viniesse *no tendria yo por impossible co-*

Entretanto, querendo cumplices para se escudar com o voto d'elles, recommendava que se perguntasse ao conde de Portalegre o que entendia a este respeito, mas que desse a resposta de palavra, e não por escripto.

Desejava de certo, que a violencia parecesse espontanea, e não calculada, e para o sustentar apagava de antemão todos os vestigios, que o podessem accusar.

D. Antonio escapou á cilada, e buscou outro refugio mais seguro. É natural que algum aviso officioso lhe apontasse o precipicio, e volvendo á terra natal achou na lealdade dos parciaes mais do que a compensação das perfidias machinadas por seu tio.

Perdidas as diligencias empregadas para se assenhorear da pessoa do filho de D. Luiz, e chegando-lhe aos ouvidos as queixas, que elle soltava, o cardeal, como todos os animos pusillanimes, tremeu das consequencias do acto, que havia praticado.

Cortado de temor imaginou, que o partido de D. Antonio não reputaria completa a vingança do ultrage, senão com a sua morte; e na idéa, de que um grande attentado o ameaçava, rodeou-se de soldados, dobrando as guardas do paço, e mandando acudir novas companhias de fóra para as reforçar.

Estes receios senis causaram compaixão a uns, e indignação a outros. Não havia exemplo, de que um rei de Portugal, no seio dos vassallos, assim denunciasse a fraqueza do seu coração em publico, sem que existisse um perigo verdadeiro para desculpar o terror, manifestado[1].

«verle en alguna salida o entrada... y traelle por acá... saced «del conde lo que le pareceria, mas que diga de palavra y no por «escripto...»

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 130 e 131—Manuscripto da academia real das sciencias.

Cego pela intimidação, que parece ter-lhe sido incutida com destreza pelos embaixadores castelhanos, ajudados de alguns ministros portuguezes, D. Henrique voltou-se todo para Filippe II, e deliberado a lançar-se nos seus braços, de certo por ser o mais poderoso pretensor, ordenou aos seus confidentes, que no maior segredo continuassem as confidencias com Ossuna e D. Christovão, cedendo da proposta, com que se abriram as primeiras negociações entre elle e o rei catholico ácerca da successão [1].

Posta de parte a maior difficuldade, que era, como vimos, a exigencia de ser chamado ao throno o filho segundo do monarcha hespanhol, os termos da questão reduziram-se unicamente a assentar o modo e as condições de realisar o accordo.

Tomada esta resolução, digna da natural fraqueza do seu animo, o cardeal declarou-a aos ministros, que a haviam de executar, e depois aos embaixadores de Hespanha, em audiencia secreta, exigindo de todos o mais profundo sigillo!

Moura e Ossuna accederam com jubilo, porque viram coroados os seus esforços, ouvindo da bôca do soberano, que sem se prender com as formalidades de um julgamento, se achava disposto a nomear Filippe II, empre-

[1] Esta parece ser, pela combinação dos documentos, a epocha, em que as ultimas irresoluções de D. Henrique, vencidas pelo medo, se desvaneceram, e em que elle, arrostando com a consciencia e com a affeição á duqueza de Bragança, tudo sacrificou ao desejo de se vingar do prior do Crato, pondo-se ao abrigo do seu resentimento. É como explicâmos a sua mudança em favor do rei hespanhol, que detestava antes, e agora queria chamar ao throno, de certo para elevar um competidor, que tirasse todas as esperanças a D. Antonio.

gando todas as diligencias para que o reino o aceitasse pacificamente [1].

D'esta vez o segredo, tão recommendado, não transpirou.

Uma carta do rei catholico, datada do Escurial em 24 de agosto de 1579, serviu de pretexto ao ex-inquisidor para attenuar o que havia de contradictorio no seu procedimento, e o duque de Ossuna, que lh'a communicou em geral, de certo se absteve de repetir os termos d'ella, porque o desejo de reinar tinha arrancado ao soberano hespanhol promessas e concessões, que a reflexão devia moderar depois.

N'este despacho memoravel o filho de Carlos V pedia ao tio, que trocasse o severo officio de juiz pelo de pae, lembrando-lhe que o seu caracter ecclesiastico o obrigava, mais do que a qualquer outro principe, a prevenir a effusão de sangue entre catholicos, e a attender primeiro que tudo á paz dos vassallos e á gloria e progressos da igreja universal.

Desenvolvendo estas rasões, expunha, que a união das duas corôas era o modo unico e efficaz de se diminuirem e humilharem as forças ottomanas, ainda tão soberbas, divertindo-as com as nossas armas no oriente e na India por modo tal, que os navios turcos não volvessem a infamar, como ainda ousavam, as costas de Hespanha e de Portugal [2].

Ponderava o augmento e dilatação que podia têr a conquista de Africa, reunidas as duas nações, e louvando o

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 132 v. e 133. — Manuscripto da academia real das sciencias.

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Carta de poderes e de instrucções ao duque de Ossuna.

haver-se conservado pura da infecção heretica a fé em ambas ellas, exaltava o enlace politico, que as juntasse, como um meio victorioso de tornar irresistivel o seu poder contra os inimigos da religião apostolica, cujo amparo e protecção devia antepor-se a quaesquer fins, ou respeitos mundanos e temporaes.

Depois de encarecer o visivel engrandecimento, que a Hespanha alcançaria, se um paiz guerreiro e estimado, como Portugal, e tão poderoso no mar pelas suas conquistas e navegações, se encorporasse com ella, o rei procurava abalar no animo do cardeal as considerações patrioticas, sustentando, que ninguem sabia melhor do que elle, quanto era falsa e vã a differença entre portuguezes e castelhanos, sendo tão hespanhoes uns como os outros, e tão leves as diversidades na lingua, no trato, e nos costumes. Acrescentava, que não devia perder-se de vista em tal assumpto, que as maiores casas de Castella descendiam de Portugal por linha varonil, e que a nobreza dos dois reinos estava estreitamente ligada entre si por affinidades e parentesco, não existindo na verdade outra base para edificar similhante preconceito, senão a ignorancia popular, incapaz de escutar a rasão, e obscurecida pelas suggestões dos interesses particulares [1].

Por ultimo rematava, ordenando a Ossuna, que em seu nome supplicasse a D. Henrique, que pozesse com piedade os olhos nas desgraças, que haviam de seguir-se de elle não reconhecer os seus direitos, e que, amando-o como pae, lhe não negasse o amor devido ao filho primogenito, constrangendo-o a deixar o caminho da brandura, e da liberalidade, e a entrar em outro, doloroso para o seu

1 Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Instrucções e poderes ao duque de Ossuna em 24 de agosto de 1579.

coração, e prejudicial aos justos interesses da republica christã.

A estas reflexões, já de si tão valiosas, porque resumiam com lucidez todos os argumentos, que podiam adduzir-se em favor da idéa, que D. Filippe representava, juntou o rei catholico, para maior convencimento, a enumeração das mercês e privilegios, que resolvêra conceder ao reino, dando plenos poderes ao duque para os confirmar solemnemente, se o cardeal annuisse a declara-lo e faze-lo jurar principe herdeiro e legitimo successor do throno de Portugal [1].

Por esta promessa espontanea Filippe II obrigava-se em seu nome e no dos seus successores inviolavelmente:

A prover sómente no clero portuguez as dignidades e beneficios, que vagassem, e a nunca impetrar da santa sé graças onerosas para o estado ecclesiastico por maiores que fossem os apuros da sua fazenda, favorecendo com esmolas e beneficios os conventos e mosteiros, que tanto o mereciam, dizia elle, pela severidade, que guardavam na observancia das regras monasticas.

A conservar em beneficio da nobreza e da classe media a casa e familia real com todos os seus officios, assentamentos, moradias, fóros, e privilegios, sem alterar na mais leve cousa os usos e estylos dos reis de Portugal.

A revogar a lei mental, quanto ás restricções nas successões, permittindo que as filhas e parentes proximos herdassem os bens da corôa, segundo costume de Castella.

A qualificar as jurisdicções dos vassallos portuguezes conforme a lei castelhana, mais vantajosa para elles que á nossa.

[1] Salvá—*Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI.—Carta de Filippe II a Ossuna em 24 de agosto de 1579.

A nomear sempre os officios e empregos do governo e da justiça de Portugal unicamente em subditos filhos do paiz.

A observar o costume do reino no provimento das commendas vagas e dos officios, consultando o seu despacho com ministros portuguezes, e igualmente, achando-se ausente do reino, a ter sempre ao seu lado os conselheiros e officiaes necessarios para a prompta expedição dos negocios [1].

Alem d'estas amplas e generosas offertas apontava outras da mesma importancia, como eram: admittir os portuguezes aos officios da sua casa em harmonia com os estylos de Borgonha indistinctamente com os hespanhoes; mandar abrir os portos seccos das fronteiras em ambos os reinos para o livre transito das mercadorias; e proteger a entrada dos cereaes de Castella para tornar mais barata a subsistencia do nosso povo.

Não contente com todas estas graças, e parecendo-lhe ainda pouco para attrahir vontades, offerecia ajustar com os portuguezes as condições precisas para lhes ser permittida a navegação das Indias occidentaes, e asseverava, que no acto de ser jurado herdeiro da corôa daria trezentos mil ducados para o resgate dos captivos, sendo duzentos mil para os fidalgos, e cem mil para as pessoas pobres, as quaes a Misericordia mandaria remir, applicando tão avultada somma como julgasse opportuno [2].

Acerca da casa de Bragança não se mostrava menos conciliador, affirmando, que apesar da pretenção de D. Catharina, sua prima, ser pouco fundada, usaria para com ella da liberalidade, que pedia o amor e parentesco, que existia entre elle e a duqueza. A respeito de D. Antonio

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI, pag. 637 a 657.

[2] Ibidem.

assegurava tambem, que havia de attende-lo com as mercês, que lhe dictava a affeição, que sempre sentira por elle [1].

Finalmente, para não deixar a nenhum dos grandes interesses do paiz esquecido, afiançava que para o armamento das frotas da India e conservação das fronteiras da Africa, acudiria, se necessario fosse, com os soccorros pecuniarios dos outros reinos e estados, que lhe obedeciam, ajuntando, que não podendo obrigar-se a residir sempre entre os portuguezes, o que pedia o seu coração, mas não consentia o officio de rei, procuraria viver em Portugal o tempo, que lhe fosse possivel, e que havendo causa, que o impedisse de residir em a nossa côrte, deixaria em seu logar o principe, seu filho, para se crear entre portuguezes, e aprender desde a infancia a conhece-los e ama-los [2].

Os ministros castelhanos, principalmente D. Christovão, entenderam, que a negociação podia adiantar-se, e mesmo concluir-se sem seu amo esgotar assim o thesouro da sua munificencia em concessões geraes, as quaes previam, que seriam menos faceis de cumprir, que de prometter [3].

Ignorâmos os pormenores da discussão, porque os cobriu de espesso véu a prudencia dos negociadores; mas, por um documento descoberto em um dos archivos de Hespanha, vemos, que os pontos, em que se assentou de parte a parte variaram na fórma e na essencia das primeiras

[1] Salvá — *Colleccion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. VI. — Despacho de Filippe II a Ossuna datada de 24 de agosto de 1579.

[2] Ibidem, pag. 657 e 659. — Carta de poderes de Filippe II ao duque de Ossuna.

[3] Ibidem. — Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II *(passim)*.

e espontaneas condições, que a necessidade, ou o desejo de diminuir as resistencias, haviam dictado no Escurial a Filippe II.

Miguel de Moura, elle proprio o confessa, foi encarregado pelo cardeal com larga commissão de tratar com o duque de Ossuna e D. Christovão o concerto, que depois os dois soberanos confirmaram. As bases d'elle achavam-se definidas já em novembro de 1579; é o que nos diz no meio de tantas trevas o proprio rascunho copiado do original, e instruido com as curiosas notas, que o rei catholico lhe mandou lançar á margem por letra de Antonio Peres antes de o expedir [1].

Deprehende-se da sua redacção, que o texto fôra elaborado pelo ministro de D. Henrique, e que o velho soberano, solto de escrupulos, á imitação de muitos dos seus vassallos, só curava então de aplanar ao filho da imperatriz D. Isabel o caminho para subir ao throno [2].

O projecto de que tratâmos, visto e approvado pelos dois reis, só dependia da execução, quando falleceu D. Henrique, e para cumprir esta capitulação secreta, é que elle convocou as côrtes de Almeirim, não se atrevendo a declarar herdeiro da corôa o rei de Castella sem se escudar com a opinião dos estados, receioso de que o povo se amotinasse.

Escrevendo a Filippe II em 15 de fevereiro de 1580,

[1] *Pontos para a concordia, que ao assentar d'ella se porão em mais larga fórma, porque n'esta lembrança não se trata mais, que da substancia.*—Contém vinte e quatro bases. Bibliotheca nacional de Madrid, E. 71.—*Embaixadas de Filippe II,* tom. IV, pag. 602.

[2] Despacho de D. Christovão a Filippe II de 15 de fevereiro de 1850.—*Documentos, memorias, e correspondencia ácerca da conquista de Portugal por Filippe II, part.* I.—Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa

pouco depois da morte do cardeal, D. Christovão revela-nos os arcanos da insidiosa politica; que o egotismo e o odio contra o prior do Crato haviam inspirado ao irmão de D. João III.

O principe, depois de ratificar o pacto, que entregava á Hespanha o paiz, de que devia ser natural defensor, timido e indeciso, como sempre, tinha exigido de Moura e de Ossuna, que o não revelassem, desculpando o silencio com as difficuldades praticas da resolução tomada, se o segredo fosse descoberto, e os pretensores nacionaes percebessem, que a causa da successão, com que os entretinha, não passava de pura illusão.

A consciencia, remordendo-o, dizia a D. Henrique, o què depois clamou a voz de toda a nação trahida. Temendo os effeitos da cholera popular, desejava encobrir-se com a sombra dos acontecimentos, esperando que o tempo e a corrupção pelo menos lhe poupassem metade do triste papel de verdugo dos defensores da independencia do paiz.

Dominado por este pensamento escusou-se de firmar o tratado, não o referiu no seu testamento, e calando comsigo a perfidia, que se acabava de consummar por sua ordem, e com plena annuencia sua, deixou pesar sobre os ministros a responsabilidade official.

Entretanto, por mais cautelosamente que disfarçasse com hypocrisia a obra tenebrosa, a que dera as mãos, não pôde ajustar a mascara tão certa ao rosto, que não denunciasse a mudança e o proposito; por isso, descendo ao tumulo, em vez de lagrimas e saudades, acompanhou-o o desprezo e a aversão, castigo dos principes, que vivem só para si, e tudo sacrificam ás más paixões.

Nos capitulos da concordia (que nas côrtes de Thomar foi convertida depois em capitulação solemne entre o rei

catholico, e os novos subditos com pouco importantes alterações), o que apparece mais para notar é a omissão das condições, que nos poderes enviados a Ossuna por D. Filippe este havia reputado indispensaveis para abrandar as repugnancias dos portuguezes.

Não se mencionou, por exémplo, a revogação da lei mental, nem a concessão de igualar as jurisdicções dos fidalgos de Portugal ás dos de Castella.

Calou-se, do mesmo modo, a promessa vantajosa de se abolirem os portos seccos nos dois reinos e de se permittir ás nossas vélas a navegàção para as Indias occidèntaes.

Finalmente deixou de se incluir em favor da nobreza a condição, de que os portuguezes distinctos por sangue seriam admittidos aos officios da casa real de Hespanha, e as senhoras ao serviço de damas da rainha, assim como o avultado donativo de trezentes mil ducados para resgate dos captivos [1].

As notas, em que os artigos são todos commentados sem excepção de um só, pintam em relèvo o caracter do rei, e denunciam a duplicidade, com que em Madrid se preparavam já para quebrar com o tempo o que voluntariamente se propozera.

Todo o empenho era tornar equivocas, ou duvidosas as phrases, que de futuro podessem coarctar a auctoridade soberana, ou estorvar a lenta fusão, que os successores do rei catholico tentassem verificar.

Mesmo antes de empunhar o sceptro, o principe, applaudia-se por não ter de pagar pelo reino o elevado preço, em que o reputára, não alludindo nem uma só vez

[1] Despacho de D. Christovão de Moura a Filippe II de 15 de fevereiro de 1580. — *Documentos, memorias, e correspondencias ácerca da conquista de Portugal por Filippe II*, part. I. — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

á falta das clausulas essenciaes á prosperidade do paiz, que elle proprio offerecêra primeiro, e que os seus ministros, mais parcos, tinham conseguido supprimir, occultando-as dos nossos, ou riscando-as por mutua connivencia [1].

D. Henrique tambem as não suggeriu, e o tratado ficou assim confirmado entre ambos para ser redigido em harmonia com o estabelecido n'estas bases, devendo ser jurado depois pelos estados do reino, empreza que o cardeal tomára sobre si vencer, e em que deu os primeiros passos, interrompidos pela morte [2].

Para o conseguir sem grande abalo, depois de repetidas conferencias com os embaixadores hespanhoes, e com os seus ministros, resolveu convocar novas côrtes em Almeirim para com o voto nacional, que esperava extorquir, fortificar a nomeação, já decidida, do rei de Castella.

Entretanto, antes de manifestar publicamente a deliberação, em que tinha assentado, determinou enviar da sua parte dois emissarios a Villa Viçosa, incumbidos de representarem á duqueza de Bragança o perigo a que se expunha, contrariando as pretenções do rei catholico, persuadindo-a a aceitar em compensação da renuncia dos seus direitos as propostas de Castella. O padre Jorge Serrão, da companhia de Jesus, com o doutor Paulo Affonso, da mesa da Consciencia, foram os negociadores escolhidos para levarem á princeza a embaixada.

Lembrado da antiga affeição, e remordido pelo pun-

[1] Esta suppressão, obra prima de má fé, só podia verificar-se impunemente por ignorancia, ou traição dos nossos ministros.

[2] No ultimo artigo (o 24.º) da concordia, dizia-se, *que o trato d'ella se juraria por ambos os reis e pelos estados do reino de Portugal.*

O documento está escripto em portuguez, e foi examinado no Pardo por Filippe II em novembro de 1579.

gente espinho do acto, que ia praticar, o monarcha mandou communicar á duqueza as bases de uma concordia, que, sendo attendida, desatava o nó das maiores difficuldades.

D. Filippe promettia ao esposo de D. Catharina o Brazil com o titulo de rei, concedia-lhe perpetuamente o mestrado de Christo, e obrigava-se a ajustar o casamento do principe D. Diogo com uma das filhas da casa de Bragança [1].

O cardeal aconselhou a sobrinha a não trocar o certo pelo duvidoso, e exaltando os largos offerecimentos do soberano hespanhol, não se esqueceu de desculpar a propria pussillanimidade, fazendo uma pintura exagerada do poder dos castelhanos, e do perigo de suscitar com imprudencias as iras de tão poderoso inimigo. Concluindo, rogava-lhe, que accedesse aos vantajosos partidos, que lhe propunha, a fim de elle, solto de escrupulos, pôr termo ao desassocego geral nomeando a D. Filippe.

Parece que D. Catharina ignorava ainda os secretos ajustes, que principiavam a tomar corpo entre seu tio e os embaixadores de Hespanha; a embaixada colheu-a, pois, menos apercebida; mas, não se acovardando com a inconstancia do velho monarcha, ergueu a fronte, e confirmou com animo varonil o orgulho da sua ambição.

A resposta foi digna das elevadas esperanças, que nutria, e da isenção de uma princeza de Portugal.

Ponderando que o seu allivio em tão apertada conjunctura era considerar estas promessas como emanadas do rei catholico, e não do coração de sua alteza, repelliu com nobreza a idéa de se curvar a vergonhosos temores, appellando para o deus dos exercitos, e protestando defen-

[1] Menezes—*Portugal restaurado*, part. I, liv. I, pag. 17 a 20.

der a corôa se el-rei lh'a não arrancasse da cabeça, ferindo a justiça, que elle mesmo reconhecia.

Ácerca das propostas só ajuntou, que o modo rasoavel de se chegar a um accordo sincero era casar o duque de Barcellos com uma infanta de Hespanha, ou o principe D. Filippe dar a mão de esposo a uma de suas filhas, renunciando ella então em favor de ambos, e conservando-se a monarchia separada de Castella. Que admittida esta combinação, apesar da sua casa ficar defraudada de tão rica herança, poderia ceder com honra, obedecendo á regra que ordena, que o bem commum haja de pesar mais que o particular, na balança dos principes e dos povos [1].

Esta replica deixou as cousas em peior estado do que estavam.

Filippe II queria uma renuncia absoluta, e não um tratado, que tendendo a destruir pelos fundamentos a união dos reinos, frustrava o alvo principal da politica do gabinete de Madrid; e D. Henrique resentiu-se, porque não ficando satisfeito o herdeiro de Carlos V, continuavam, aggravadas, as eventualidades, que pela concordia procurára prevenir.

Por outro lado este passo e os outros adiantados depois no mesmo sentido, haviam despertado as apprehensões populares, e por maior que fosse a discrição dos ministros encarregados de negociarem as condições da nomeação do rei de Castella, as suspeitas começaram a transpirar, e a pouco e pouco converteram-se em certeza.

O prior do Crato deu logo o primeiro rebate, convocando os seus amigos, e advertindo-os de que se tramava a entrega do reino aos castelhanos. Ausente e foragido, os

[1] Menezes—*Portugal restaurado,* part. I, liv. I.—Carta da duqueza de Bragança ao cardeal rei, datada de Villa Viçosa em 20 de outubro de 1579.

seus parciaes ouviram-o, e reunindo-se, decidiram appellar do rei para as repugnancias do paiz [1].

O duque de Bragança, mais em circumstancias de conhecer a verdade, tambem se não mostrou resignado a annuir pacificamente á vontade do cardeal.

A despeito dos obstaculos, que encontrava, e que de dia para dia se augmentavam, o rei persistia comtudo nas intenções favoraveis ao monarcha hespanhol, insinuando aos ministros e validos, que seguissem a bandeira de Castella, e mandando amiudar as conferencias entre elles, D. Christovão, e o duque de Ossuna para definitivamente se resolverem as ultimas difficuldades, que apresentava o negocio da successão.

Entre outros arbitrios approvou-se o de attrahir o povo, adverso na sua grande maioria á união, seduzindo-o com promessas, e illudindo-o com o quadro das prosperidades, que haviam de engrandecer a nação apenas D. Filippe subisse ao throno.

Escriptores subsidiados pelo rei catholico, celebraram os seus louvores, e manifestos redigidos com artificio encareceram as venturas, que promettia o seu governo. Os discursos dos agentes hespanhoes e dos fidalgos e pessoas dedicadas ao predominio estrangeiro acompanhavam as declamações calculadas dos opusculos divulgados com profusão.

D. Henrique tinha approvado, e talvez suggerido a idéa. Foi com pleno consentimento seu, que este meio se empregou, e que o duque de Ossuna, no mesmo sentido, principiou a reunir a flor da nobreza em sua casa, attrahindo-a a pretexto de convites para serões e banquetes,

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 148 e 149 —Manuscripto da academia real das sciencias.

e não se poupando a despezas para a satisfazer e deslumbrar [1].

Votado a fazer triumphar a causa de D. Filippe, e alem d'isto coegido pelo receio, que lhe infundia a linguagem, cada vez mais ameaçadora, dos partidarios de D. Antonio, o cardeal convocou em seus aposentos os embaixadores de Hespanha, os seus confidentes, o secretario Miguel de Moura, e o famoso bispo de Leiria, Pinheiro, destinado a representar nos acontecimentos subsequentes um papel notavel.

N'esta conferencia secreta discutiu-se o plano mais facil de conseguir, que o voto das côrtes, que haviam de reunir-se com brevidade em Almeirim, não suscitasse obstaculos á nomeação do rei catholico, antes a sanccionasse pacificamente.

O velho soberano, apesar da sua extrema debilidade, expoz em poucas palavras o estado dos negocios, manifestou as suas inclinações sem subterfugios, e concluiu, asseverando, que estava na firme resolução de chamar ao throno por sua morte o herdeiro de Carlos V, pedindo a todos que o ajudassem n'este empenho, que, a seu ver, envolvia o modo unico de pôr termo ás perplexidades e complicações, que o inquietavam a elle e ao paiz [2].

Nenhum dos que o ouviram se mostrou contrario á sua vontade; pelo contrario, todos approvaram a solução pro-

[1] *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 165 e 166 — Manuscripto da academia real das sciencias.

[2] Ibidem, fol. 169 a 171. — Esta conferencia parece ter tido logar em 5 de dezembro de 1579. Assistiria a ella o padre Leão Henriques, confessor do monarcha, e, obedecendo ao geral, teriam os jesuitas desamparado a causa de D. Catharina de Bragança, ao menos ostensivamente? Não sabemos. Se alguns factos o inculcam, não faltam outros que o desmentem.

posta, louvando o zêlo do serviço de Deus e do bem dos povos, que inspirára a deliberação do principe.

Por ultimo, o conselho passando a examinar os manifestos mandados redigir pelos ministros castelhanos, demorou-se especialmente a aperfeiçoar um d'elles, apontado como o mais opportuno para decidir as classes populares em favor da mudança.

N'este papel, de certo obra prima de algum dos letrados convertidos, depois da curta e summaria refutação das rasões allegadas pelos diversos pretensores, e da demonstração dos direitos de Filippe II, a fim de desenganar os illudidos, dizia-se, entre outras cousas, que Deus, querendo dar a corôa ao rei de Castella chamára para si vinte e duas pessoas, que o precediam na ordem da successão, o que evidentemente demonstrava os designios da providencia, fundados na necessidade de elevar pela união dos dois reinos um principe assás poderoso para suffocar as heresias, e reprimir os turcos e os infieis, castigando-os com as suas armas [1].

Os outros argumentos não eram mais concludentes.

Repetiam-se com certo artificio as primeiras promessas, exaltava-se a grandeza a que subiria Portugal, combatiam-se as antipathias ao dominio estrangeiro, tratando-as de preconceitos, e insinuava-se, que a obediencia pacifica e voluntaria seria o modo unico de prevenir os grandes infortunios, que arrastaria a guerra, se houvesse de se appellar para este meio extremo e fatal [2].

Por maior destreza, que empregassem os redactores

[1] *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 171 e seguintes — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem, fol. 171 a 182. — Conestagio — *União de Portugal*, liv. IV.

do manifesto, a sua linguagem exacerbou os partidos, que sustentavam a eleição de um rei, filho do paiz, e creado n'elle.

As respostas não se demoraram, e não póde negar-se, que a muitos respeitos saíram cabaes e triumphantes. D. Henrique e os embaixadores tiveram por certo rasão de se arrependerem do passo, que haviam arriscado, vendo, que os effeitos, longe de corresponderem aos seus desejos, provocavam da parte dos adversarios replicas vehementes, e allusões a factos e a successos, que, recordados em tal occasião, serviram só para envenenarem o odio ao dominio de Castella, avivando as repugnancias.

Lançada, porém, a luva por elles já não estava na sua mão recuar.

A linguagem dos que se oppunham á união, descabellada e aggressiva em alguns opusculos, escriptos com o proposito de ateiar as paixões da plebe, tomava em outros, devidos a pennas habeis, o caracter severo de uma demonstração persuasiva dos perigos e da ruina, que esperavam o paiz no caso de D. Filippe triumphar.

Redarguindo aos manifestos dos parciaes de Hespanha, os defensores da causa do reino, invocando os textos e os exemplos da sagrada escriptura, segundo as idéas da epocha, sustentavam, que, não declarando Portugal a guerra, mas fazendo-a só para defender as suas liberdades, a espada de Deus pelejaria por elle, e os pequenos exercitos venceriam os grandes, como acontecêra em tempos dignos de memoria.

Negavam que a providencia quizesse aplanar o caminho do throno ao rei catholico, supprimindo, como obstaculos, os que deviam precede-lo na ordem da successão; e ponderavam, que o amor dos castelhanos á igreja de Roma, sempre fôra politico e apparente, como attestavam

as guerras de Carlos V na Italia e os horrores do assalto e do saque dados á capital do orbe catholico[1].

Uns insistiam pela legitimidade do prior do Crato, descrevendo-o como victima da aversão e da injustiça do cardeal, outros pelos direitos da duqueza de Bragança, concluindo todos, movidos pelas suas affeições, no sentido favoravel ao pretensor, que patrocinavam. Voltando depois os argumentos contra o monarcha visinho, estranhavam, que, abusando das armas, procurasse immudecer as leis e a voz dos juizes, e appellasse da nação, que o repellia, para a conquista militar.

Analysadas as suas promessas e offerecimentos, retorquiam, em geral, que da união proposta só males, desdouros, humilhações, e completa decadencia viriam a Portugal; porque, embora as condições fossem as mais amplas e claras, nada as afiançava.

«Vêde, diziam, o que está succedendo em Flandres e no Aragão? Olhae para os estados sujeitos ao sceptro da Hespanha, e vereis os subditos vexados por tributos pesadissimos, e as populações enfraquecidas pelos repetidos recrutamentos[2]!?

Por ultimo, na idéa de reanimarem o espirito e as esperanças, dos que, prezando a independencia do reino, por temor do poder de Filippe II aconselhavam a obediencia, acrescentavam, que os grandes capitães da guer-

[1] *Memoire de tous ce qui s'est passé sous le regne du roy Henry*, fol. 182 v. a 186—Manuscripto da academia real das sciencias. —Diogo Queipo de Soto Maior—*Descripcion de las cosas sucedidas en los reynos de Portugal* — Manuscripto da academia real das sciencias.—*Carta anonyma ao cardeal rei*, fol. 61 v. a 66 v.—*Carta ao rei catholico*, desde fol. 66 v. até fol. 71.—Conestagio—*União de Portugal*, liv. IV.

[2] Os mesmos auctores.

reira escola de Carlos V eram todos mortos, que o rei catholico estimava mais a toga que as armas, e que, observado de perto, o collosso, que tanto assustava, perdia muito das exageradas proporções.

Lembrando a heroica resistencia das provincias de Flandres concluiam, que as ameaças e os armamentos estrepitosos de Castella deviam desprezar-se, porque, unido Portugal na resolução de repellir das fronteiras os invasores, o filho da imperatriz D. Isabel não commetteria a imprudencia de se empenhar em uma luta, na qual não encontraria os portuguezes sós, e em que o mais leve revez podia tornar-se-lhe funesto, proporcionando propicio ensejo de se libertarem aos povos, que o seu jugo opprimia, e que suspiravam pela hora de o sacudirem [1].

No meio d'esta confusão, e da inquietação dos animos, que taes discussões não concorriam para applacar, a cidade de Lisboa ía-se despovoando de moradores.

A saída de D. Henrique, fugindo ao flagello da peste com a côrte, produziu os resultados, que os vereadores e os conselheiros prognosticaram, quando se tinham opposto á primeira tentativa do velho soberano, devorado da impaciencia de se evadir ao perigo.

Uns, retirando-se para escapar ao contagio, desculpavam-se com o exemplo do principe, que seguro em Almeirim contemplava d'ali com a indifferença propria da sua indole os estragos da enfermidade, e a sua capital desamparada e coberta de luto.

Outros fechavam tambem as portas, e buscavam para residir outras terras mais tranquillas, receiando ver os

[1] *Memoire de tous ce qui s'est passé sous le regne du roy Henry* — Manuscripto da academia real das sciencias. — Diogo Queipo de Soto Maior — *Descripcion de las cosas sucedidas en los reynos de Portugal*, fol. 61 a 71. —Conestagio — *União de Portugal*, liv. IV.

bens saqueados e as habitações queimadas, se el-rei fallecesse quasi de repente, como se temia, e se rebentassem nas ruas em tumultos e violencias as iras populares, implacaveis contra os que não seguiam cegamente as bandeiras arvoradas pelas facções [1].

Por toda a parte não se ouviam senão gemidos, ou clamores. Os agentes hespanhoes, animados pelas boas disposições patenteadas pelo cardeal em favor de seu amo, e alvoroçados com a certeza de que as tropas castelhanas voariam em seu auxilio ao primeiro rebate, perdendo de dia para dia o medo e o pudor, descobriam-se com audacia, e apregoavam em alta voz as suas esperanças.

A venalidade, ajudada pelas circumstancias, recrutava novas adhesões; e aquelles mesmos, que o oiro e a cubiça das honras e mercês não abalavam, pondo os olhos no vergonhoso espectaculo do leilão das consciencias, e do suicidio de uma nação incapaz de se unir para a defeza, sentiam amortecer no peito os brios, e inclinavam-se diante da vontade de Deus, presuppondo que na realidade elle era quem chamava o principe estrangeiro por ser o unico assás poderoso para refrear a anarchia imminente, levantando o paiz da immensa quéda, de que ainda jazia prostrado.

O bispo do Algarve, D. Jeronymo Osorio, é uma prova da enfermidade moral, que então accommettia os mais elevados espiritos.

Na idade de setenta e tres annos, já proximo do tumulo, vemo-lo estender a mão tremula para aquella penna, que tantas paginas admiraveis traçou na lingua propria e na de Tito Livio e de Virgilio, dedicando o seu ultimo dis-

[1] Diogo Queipo de Soto Maior—*Descripcion de las cosas sucedidas en Portugal*, fol. 79.

curso a persuadir ao povo, que recebesse como um beneficio do céu a dominação da Hespanha[1].

Duvidâmos, que nenhum dos manifestos, inspirados pelos embaixadores, fallasse mais convencido, do que escreveu o antigo partidario de D. Catharina de Austria.

A eloquencia natural e o primor da phrase não o trahiram n'este final esforço, e deplorando, que as suas derradeiras palavras fossem proferidas contra a idéa da salvação da independencia portugueza, seriamos injustos se as não attribuissemos ao verdadeiro sentimento, que as dictou.

O velho prelado, magoado pelo açoute de tantos revezes, e costumado a admirar nos reis da casa de Austria os continuadores dos designios de Carlos V, e os estrenuos mantenedores da unidade catholica, perdêra a fé no paiz e nos homens, vendo-os tão pequenos, em tudo, e tão inferiores nas obras á generosa ambição, que justifica os grandes rasgos.

Olhando em volta de si, não achava para oppor á capacidade e ao poder de Filippe II senão um reino dividido; pretensores, que antes queriam a perda da patria, do que a victoria dos emulos; uma nobrezaa rruinada e disposta a negociar com os inimigos em vez de se armar para os repellir; um povo sem crenças e sem alentos, inerte e inerme, temendo mais a guerra, que a usurpação; e por fim facções, agitadas á superficie, e bandos, cujas divisas symbolisavam mais os interesses individuaes, que o nobre principio, que nem eram dignos de invocar muitos dos

[1] *Descripcion de las cosas sucedidas en Portugal*, pelo licenceado Diogo Queipo de Soto Maior.—Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa, codice $^{27}/_{9}$. Este codice foi copiado por diligencia de Joaquim José Ferreira Gordo, de outro existente na bibliotheca nacional de Madrid. A carta, que citâmos do bispo de Silves encontra-se transcripta n'elle desde fol. 79 a 95.

que o proclamavam, nem quando o fossem, poderiam fazer prevalecer, renovando os gloriosos dias de outras eras.

Em presença da profunda degeneração, que de certo lamentava em segredo, mas que se absteve de flagellar n'este momento, não espanta, que elle considerasse a questão como decidida e terminada, desde que Filippe manifestava a resolução de cingir a corôa, e que D. Henrique, os prelados, e a maioria dos fidalgos se ligavam para lh'a entregar.

Prevendo que o paiz sem chefes poderia apenas levantar em partes uma resistencia tumultuaria e casual, resistencia vã contra os aguerridos terços hespanhoes, o erudito escriptor preferiu a obediencia espontanea do reino á capitulação imposta, e a concordia amigavel á effusão de sangue, que devia detestar como christão, e temer como politico, porque, desesperando do exito, só via na luta uma provocação inutil.

Foi impellido, provavelmente, por taes motivos, nada deshonrosos, porque até ao cabo da sua longa carreira sempre respirou longe da corrompida atmosphera, que viciava as instituições e as pessoas, que elle não duvidou acudir em defeza dos direitos do rei catholico, contestando os da duqueza de Bragança, e fulminando, como fabulosa, a supposta legitimidade, base dos do prior do Crato[1].

O quadro esboçado com mão de mestre da desproporção de forças, que existia entre Castella, ainda no seu esplendor, e senhora de tantos estados, e Portugal, desfallecido pelo recente desastre de Alcacer, quebrantado pela fome e pelos contagios, sem soldados e sem generaes, e tendo a cinco mil leguas de distancia os verdadeiros res-

[1] Diogo Queipo de Soto Maior — *Descripcion de las cosas sucedidas en Portugal*, fol. 79 a 95.

tos do seu poder, era para desanimar os animos mais crentes na victoria do paiz contra a invasão [1].

Enviando a sua carta, especie de testamento de um coração puro, mas cego pelas trevas do tempo, a todas as villas e terras para lhe dar maior publicidade, o bispo de Silves acabou talvez de quebrar nas mãos dos ultimos defensores sinceros do pensamento da independencia a espada, que poderiam arrancar, e que deixaram ociosa na bainha, abrindo as portas ao duque de Alva.

Nada é tão contagioso como o desalento. Ouvindo a voz respeitada de um homem, como aquelle, erguer-se quasi de dentro do sepulchro para lhes negar a possibilidade de conservarem a patria, o maior numero, os que não se haviam alistado nas fileiras dos pretensores, contando-se, julgaram-se poucos para tão grande empreza, e não ousaram assumir a tremenda responsabilidade de desafiarem por uma resistencia, em que não acreditavam, a cholera do vencedor e os infortunios da conquista.

Emquanto, de parte a parte, os amigos dos pretensores, esgrimindo-se, advogavam os interesses da causa, que haviam esposado, Ossuna e D. Christovão não omittiam diligencias para que a eleição dos procuradores, e a reunião dos estados coroassem os designios de seu amo.

D. Henrique, e os seus ministros, coadjuvando-os no intento, tambem não poupavam esforços para o conseguir. A idéa de que o prior do Crato, protegido pelo enthusiasmo popular, poderia elevar-se ao throno por meio de uma acclamação fortuita e sediciosa, era o estimulo empregado pelos agentes castelhanos para despertarem o soberano das hesitações e do adormecimento.

Mas a opinião e a vontade dos subditos, apesar de di-

[1] Diego Queipo de Soto Maior—*Descripcion de las cosas sucedidas en Portugal*, fol. 79 a 95.

vidos, não concordavam com as intenções, que o rei principiára a manifestar; e por mais elogiada que fosse no paço e fóra d'elle pelos validos a nomeação de Filippe II, tudo annunciava, que ella encontraria nas côrtes vigorosa opposição.

A cidade de Coimbra tinha-se declarado mezes antes a favor de D. Antonio. Convocada para escolher quem a representasse na assembléa de Almeirim, exprimiu o seu voto no mesmo sentido, designando para seu procurador a Ayres Gonçalves de Macedo, conhecido parcial do filho do infante D. Luiz, e mal visto da côrte e dos hespanhoes por haver celebrado em casa algumas conferencias politicas desfavoraveis a Castella [1].

Resentiu-se o cardeal, e deliberado a ferir um golpe, que servisse de exemplo aos que ousassem desattender a sua auctoridade, respondeu á cidade de Coimbra com uma ordem de prisão expedida contra o deputado que tinha nomeado. Ayres Gonçalves, obedecendo, recolheu-se voluntariamente ao castello com sua mulher; mas por infelicidade já estavam tão esquecidos os antigos fóros, e de tal modo se perdêra a memoria dos mais preciosos direitos, que todos inclinaram a cabeça, consentindo que a camara em logar do homem, que merecêra a sua confiança, propozesse de novo a Gaspar Fogaça, pessoa nobre e principal, mas de certo menos suspeito, e mais docil, do que o seu antecessor [2].

Em Lisboa occorrêra um facto quasi identico. Os deputados approvados tinham sido D. Manuel de Portugal e Diogo Salema, ambos notados de partidarios do prior do Crato, ou pelo menos de defensores da eleição de um rei

[1] *Memorias historicas do cardeal rei D. Henrique*, fol. 85 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem.

portuguez. Cada vez mais irritado o rei não os admittiu, e ordenou que a capital nomeasse outros [1].

Assim, o soberano era quem apontava, ou excluia os representantes das localidades, eleitos para deliberarem ácerca da futura organisação do paiz; e não occultando as antipathias pessoaes punia como delicto as crenças contrarias, convertido em chefe de uma das facções, sem reparar, que infirmava a imparcialidade das resoluções, que se adoptassem, fazendo pesar sobre os suffragios a expressão das proprias idéas.

Os motivos invocados para recusar a nomeação de Salema não podiam desculpar a violencia.

D. Henrique detestava-o, porque sendo vereador, ousára affirmar-lhe um dia, pouco antes de saír para Almeirim, que não ignorava, que a côrte intentava decidir só por si a quem pertencia o reino, a fim de dispor da successão em beneficio de principe estrangeiro; mas, que attendesse sua alteza ás consequencias a que se expunha, não ouvindo o povo sobre negocio, em que a nação era a primeira interessada.

Offendido, e sobresaltado, o cardeal redarguiu, que o povo carecia da capacidade necessaria para entender em assumptos de tanta importancia, e que ao monarcha, como senhor soberano, competia resolve-los [2].

A replica, e os modos asperos do irmão de D. João III, não intimidaram Salema. Erguendo a fronte sem se acovardar, acrescentou severamente, que melhor opinião se formava dos populares, quando el-rei subíra ao throno por acclamação d'elles!

[1] *Memoire de tous ce qui s'est passé sous le regne du roy Henry*, fol. 189 e 190 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem.

O ex-inquisidor immudeceu, mas não perdoou mais ao vereador, e chegada a occasião, vingou-se como costumava[1].

Ácerca de D. Manuel de Portugal as rasões da exclusão derivavam-se de igual origem.

A inimisade entre D. Henrique e o bispo da Guarda, D. João, fidalgo orgulhoso, da familia de Vimioso, e irmão de D. Manuel, datava de longe.

Pouco antes de empunhar o sceptro, querendo castigar-lhe a arrogancia, e satisfazer o seu resentimento, o cardeal tinha mandado tirar contra elle uma informação, na qual, segundo é de crer, se avultaram de proposito os erros e negligencias do bispo, homem de costumes pouco exemplares, e de despotica e altiva condição.

Subiu a queixa a Roma, e o prelado, citado para se defender em pessoa das culpas perante a santa sé, viu-se constrangido a deixar a sua diocese. Para a demonstração se lhe tornar ainda mais sensivel, passando por Hespanha, e pedindo audiencia a Filippe II para lhe beijar a mão, este não o quiz receber, prova de desagrado, de certo não espontanea, mas pedida[2].

Triumphante da accusação, D. João voltou ao reino, e achando o cardeal sentado no throno, ligou-se com D. Antonio e com os adversarios do monarcha e do rei catholico. A familia de Vimioso por antigos aggravos participava das suas antipathias, e acompanhava-o nos desejos de obter estrondosa reparação da affronta. Não admira por isso que saíndo eleito o irmão do bispo, o ex-inquisidor, sempre implacavel com os inimigos, aproveitasse a occasião na idéa de humilhar uma casa orgulhosa, desviando das

[1] *Memoire sur le regne du roy Henry,* fol. 189 a 191.
[2] Conestagio — *União de Portugal,* liv. IV.

côrtes um procurador, que não lhe promettia senão irreconciliavel e acintosa opposição [1].

A cidade de Lisboa, vendo recusados os seus procuradores, submetteu-se como a de Coimbra, e em logar d'elles nomeou a Phebus Moniz, e a D. Manuel de Sousa Pacheco [2].

Esta segunda eleição foi naturalmente celebrada a principio pela côrte como grande victoria, mas depressa teve justa causa de se arrepender por a haver provocado.

Se D. Manuel de Sousa não igualava Salema em brios e valor civico, Phebus Moniz, pela sua constante opposição nas côrtes á nomeação de Filippe II, provou que não era inferior a D. Manuel de Portugal no sincero amor pelas liberdades patrias, e na aversão ao dominio estrangeiro.

D. Antonio, que a sentença do cardeal afastára por pouco tempo do fóco dos enredos politicos, não descansava, entretanto, confirmando os seus parciaes no zêlo, renovando as promessas ás terras por onde passava, e atando, mesmo no seio dos estados, que iam abrir-se, negociações encaminhadas com artificio a embaraçarem, ou a frustrarem os planos dos embaixadores, e as esperanças do velho monarcha.

Ao mesmo tempo (e não era para admirar), sabida a volubilidade e a impaciencia da sua ambição, não desistia de tratar com os ministros castelhanos em Portugal, e com o rei catholico em Hespanha, versando apenas as duvidas, no accordo proposto, sobre o elevado preço, que pedia pela sua adhesão, a qual não disputaria tanto se as cousas

[1] Conestagio — *União de Portugal*, liv. IV. — *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 191.

[2] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 189 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

lhe corressem menos propicias então, ou se o gabinete de Madrid lhe não repudiasse decisivamente desde logo parte das exigencias.

Olhando sómente para a propria elevação, o principe, que se propunha para chefe da resistencia nacional, não hesitou, não desmentindo a corrupção geral, em se offerecer para cumplice do estrangeiro. Preoccupado por interesses pessoaes, só o vemos por desgraça calcular as sommas, e as graças, que poderia estorquir de D. Filippe em recompensa da abdicação das idéas, que devia symbolisar, e que facilmente esqueceria, se a exageração das suas propostas não impedisse o herdeiro de Carlos V de as attender.

Quando o meirinho mór, por ordem de D. Henrique, tornou a saír para o prender, o prior do Crato, que se achava escondido em um logar da fronteira, proximo de Cidade Rodrigo, furtando-se ao encontro, passou a refugiar-se em uma casa de campo quatro leguas distante de Lisboa, e d'ahi mandou recado a D. Christovão, rogando-lhe, em nome da causa do rei catholico, que viesse avistar-se com elle no maior segredo [1].

O embaixador partiu immediatamente, e passou a noite em companhia do filho do infante D. Luiz e de D. Jorge de Noronha.

Depois de lhe encarecer os valiosos serviços, que estava disposto a prestar, coadjuvando as pretenções de Castella, e as grandes recompensas, que pedia por elles, o prior, convidado a declarar o premio, que desejava, entre outras exigencias, que o ministro no seu officio capitula de verdadeiras loucuras, assentou que reduzia as suas

[1] Carta de D. Christovão de Moura de 19 de outubro de 1579. —Manuscripto da bibliotheca real de Paris, cod. 228-8 (fonds Harlay) documento 113.

condições, exigindo: 1.ª, que se lhe concedessem trezentos mil ducados de renda, em parte perpetuos, com a faculdade de os legar a seus filhos, porque resolvêra casar-se, segundo dizia, e esperava que D. Filippe o auxiliasse em Roma para alcançar a dispensa pontificia; 2.ª, e era a essencial, que o gabinete de Madrid, consummada a união, o nomeasse governador perpetuo de Portugal e suas conquistas!

A rasão dada para justificar esta ultima clausula parece nova e curiosa. Affectando-se desprendido de ambições, afiançou, que não cubiçava o poder senão para se vingar dos inimigos, e inculcando a propria influencia, concluiu, que tinha nas mãos a paz, ou a guerra [1].

O laço era grosseiro de mais para Moura.

A adhesão do principe por este preço não valia a pena de se obter, porque, elevado ao cargo eminente, que estipulava, e senhor da administração e da justiça do reino, o verdadeiro rei de Portugal seria elle, e só da sua vontade dependeria a escolha da hora e da occasião, em que, saccudindo o jugo da obediencia, desse o signal de uma completa restauração.

De mais, observava D. Christovão a seu amo, bom vice-rei seria este, e excellente animo revelava já, pois, mesmo antes de empunhar as redeas do estado, não sabia occultar os odios, que intentava satisfazer [2].

A discussão ainda se prolongou entre o pretensor e o ministro, o qual, a fim de lhe pôr fim, a terminou declarando, que o rei de Hespanha confiava muito na sua força e nos seus direitos para se sujeitar por nenhum caso a

[1] Despacho de D. Christovão de Moura a Filippe II em 19 de outubro de 1579. — Manuscriptos da bibliotheca real de Paris, cod. 228-8 (fonds Harlay), documento 113.

[2] Ibidem.

comprar tão caro o que era seu. «Cuidei que tinheis poderes de meu tio, acudiu D. Antonio, para ultimar este negocio.» «Os poderes, que sua magestade confere aos que o servem, redarguiu o embaixador, são para ajustar clausulas rasoaveis, e não cousas como as que apontastes.»

Um tanto confundido pela severidade da resposta, o prior encerrou a conversação dizendo, que, se as suas propostas pareciam exageradas, podia D. Christovão substituir-lhes outras. Moura absteve-se.

Segundo affirmava, viu o sobrinho do cardeal, tão soberbo e tão fóra de rasão, que não julgou prudente adiantar-se, e para cortar a difficuldade, replicou sómente, que não recebêra ordens para tratar concertos de tanta importancia, nem seu amo entendia, que o senhor D. Antonio podesse querer senão o que se conformasse com a justiça [1].

O principe era tão arrebatado, e conhecia tão mal os homens, que, no outro dia de manhã, despedindo-se de Moura, julgou possivel seduzi-lo com largos offerecimentos para o mover a decidir o rei de Castella a conceder-lhe o que pedia [2].

D. Christovão, depois d'esta conferencia, não se achou pouco enleiado, elle proprio o confessa. Não acertava com a resposta, que devia dar ao prior em presença das suas exigencias, e suppondo mais prudente dissimular, inclinava-se a entrete-lo com phrases ambiguas, que sem o desanimar, lhe não exaltassem as esperanças.

O embaixador de França em Madrid, mr. Vivonne de

[1] Officio de D. Christovão de Moura de 19 de outubro de 1579. —Manuscriptos da bibliotheca real de Paris, cod. 228-8, documento 113.

[2] Ibidem.

Saint-Goard, conseguiu ver o officio, em que D. Christovão communicava o successo á sua côrte, e enviou sem demora uma copia para Paris. Á margem escreveu, porém, uma nota, em que advertia a Henrique III, que, negociando D. Antonio com o rei catholico, era necessario grande precaução na maneira de tratar com um homem de tal caracter [1].

Mas o prior do Crato não limitou os seus esforços unicamente a avistar-se com o embaixador em Lisboa. Receiando que Moura lhe não fosse favoravel, e que se oppozesse ás vantagens, que requeria, abriu por meio de um agente seu relações directas em Madrid com os ministros de seu tio, e Filippe II, que desejava contenta-lo, mandou ouvir as suas propostas por conselheiros versados no assumpto. Fiel ao seu costume, quiz esclarecer-se com o voto d'elles antes de pronunciar a ultima decisão.

Entre os papeis compostos em obediencia ás suas ordens sobreviveu um, assignado com as iniciaes J. S., que pela letra mostra ser D. de João da Silva, e basta percorre-lo para não restar a menor duvida ácerca dos secretos meneios do filho do infante D. Luiz [2].

Deprehende-se d'elle, que a negociação com a côrte de Castella já não era recente, e datava de epocha anterior á conferencia com D. Christovão, ou de tempo muito proximo, porque o papel principia notando, que depois da sentença do cardeal contra a legitimidade do sobrinho, muito se havia alterado o estado das cousas.

Occupando-se da questão em si mesma o confidente do

[1] Officio de D. Christovão de Moura de 19 de outubro de 1579, e nota á margem d'elle por Saint-Goard.— Manuscriptos da bibliotheca real de Paris, cod. 228-8 (fonds Harlay).

[2] Manuscriptos da bibliotheca real da Ajuda, collecção intitulada « *Governo de Hespanha* », tom. I, fol. 73 a 76.

monarcha hespanhol dizia, que o secretario Matheus Vasques, para entreter o emissario de D. Antonio, deveria expor-lhe, que aindaque a sua proposta offerecesse terriveis difficuldades, a boa vontade de el-rei saberia aplanar as que podesse.

Pelo que se collige d'estas palavras e das seguintes, as propostas de D. Antonio pouco, ou nada, tinham variado.

Sobre o primeiro ponto o auctor do voto exclamava, como Moura, que o prior exigindo o governo perpetuo do reino, apenas cedia a Filippe o nome de rei e a nomeação de quatro officios; e ponderava com motivo, que tendo no paiz tantas causas de odio e de affecto pelas pretenções, que sustentava, nunca administraria com imparcialidade e desassombrado animo, alem do absurdo flagrante e nunca visto de um soberano se demittir em proveito de outrem do provimento temporal e espiritual de officios e beneficios!

Para attenuar o desgosto da repulsa, lembrava D. João da Silva, que poderia acrescentar-se, que mais reinos concedêra Deus a sua magestade com tão elevados empregos de mar e de terra que nunca se reputaram inferiores á alta jerarchia de seu proprio irmão, não dependendo por isso o remedio, ou antes o premio de D. Antonio unicamente do governo de Portugal [1].

Sobre o segundo ponto, a seducção pecuniaria, o ministro de Filippe reflectia, que não seria difficil chegar-se a um accordo se o prior quizesse moderar as outras clausulas. Na idéa, comtudo, de que mais se aproveitaria alongando, do que decidindo de prompto a negociação, suggeria um pretexto plausivel. Aconselhava, que apenas a duvida

[1] Manuscriptos da bibliotheca real da Ajuda, collecção intitulada « *Governo de Hespanha* », tom. I, fol. 74 e 75. — Carta assignada com as iniciaes J. S., de 3 de novembro de 1579.

versasse sobre as particularidades, se pedisse tempo para mandar saber que bens da corôa eram os que o pretensor designava para sua recompensa, e a sua qualidade e quantidade [1].

D. João da Silva, prevendo, que D. Antonio desejasse logo firmar o ajuste, não se oppunha a que se lhe dessem quatrocentos mil ducados, pagos em Portugal dentro de quatro annos, contados desde o dia em que Filippe II principiasse a reinar, e mais cem mil, satisfeitos quando o paiz o jurasse por herdeiro do throno, asseverando, que este lhe parecia o premio que mais convinha ao filho do infante D. Luiz, o qual poderia empregar as sommas recebidas como preferisse, e testa-las como entendesse.

Por ultimo D. João insistia, em que muito importava convencer o prior, de que perderia tudo, obstinando-se em provar, que nascêra legitimo, porque o rei catholico *não se fundava senão em ser maior na idade, sem attender a paes, como se todos os sobrinhos de el-rei D. Henrique fossem seus filhos, e elle se reputasse o promogenito d'elles* [2].

A impaciencia de D. Antonio não foi tão ardente, ao que parece, como receiava o ministro, porque mais de dois mezes depois vemos que a negociação pouco, ou nada se havia adiantado.

Costa, o agente do prior, segundo se deprehende, já começava a vacillar na fidelidade, queixando-se de não receber resposta de seu amo ao que lhe escrevia, e valendo-se d'este motivo para corar a resolução de se recolher a sua casa, abrindo mão dos assumptos, de que se occupava em Madrid.

[1] Manuscriptos da biblitheca real da Ajuda, collecção intitulada «*Governo de Hespanha*», fol. 75 v. e 76.

[2] Ibidem.

D. João da Silva, consultado sobre o incidente, foi de opinião, que se dissesse ao emissario, que demorasse a partida até chegar o correio de Portugal, que se esperava por horas, para saír da côrte de Castella mais instruido do que poderia fazer em beneficio dos negocios de D. Antonio. No caso, porém, de elle querer ausentar-se logo, e de porfiar, observava, que não havia inconveniente em o deixar fazer a sua vontade, *dando-lhe alguma cousa* [1].

D'estes documentos resulta a triste evidencia, de que D. Antonio estava prompto a cooperar para a victoria de Filippe II comtantoque fosse elle o escolhido para instrumento da dominação estrangeira! Se o seu pensamento ía mais longe, como suppomos, e se meditava trahir a confiança do monarcha hespanhol, levantando-se com o reino, que governasse em seu nome, depois de trahir o povo, que o acclamava defensor da independencia do paiz, a perfidia, por ser dupla não se tornaria menos torpe e hedionda. Nomeado vice-rei de Portugal, e na posse dos bens da corôa, que apontára, elle seria o primeiro a ajoelhar sem escrupulo aos pés do principe, que depois hostilisou, accusando-o de tyranno e usurpador!

Os embaixadores castelhanos, entretanto, não perdiam de vista os enredos, que a incansavel actividade de D. Antonio não cessava de tramar para attrahir ao seu partido as populações.

Um dos agentes d'elles, o qual parece ter bebido as suas denuncias no seio dos conciliabulos celebrados pelos parciaes do prior, escreveu tres cartas, que lançam muita luz sobre a epocha e sobre os meios empregados

[1] Manuscriptos da bibliotheca real da Ajuda, collecção intitulada «*Governo de Hespanha*», tom. I, fol. 77.—Carta de 22 de janeiro de 1580 annotada á margem por letra de D. João da Silva.

pelo filho do infante D. Luiz a fim de prevalecer contra os adversarios.

Vê-se, que o maior esforço dos amigos do pretensor consistia em quererem annullar, em virtude do ultimo breve de Roma, a sentença proferida pelo cardeal ácerca da sua illegitimidade, confiados em que o numero dos que detestavam o poder de Castella facilmente suffocaria as tentativas dos que o favoreciam protegidos por D. Henrique [1].

As queixas contra o cardeal eram repetidas em toda a parte, estranhando-se que, cego pelo odio contra um parente, trahisse o reino, e o entregasse a Castella, para vingar as offensas do amor proprio.

A natural antipathia, que existia contra os hespanhoes, estimulando o povo, leva-lo-ía a approvar tudo o que se obrasse contra um dominio detestado, e a applaudir as diligencias do prior do Crato, o qual, crescendo em animo e em poder, já se dispunha para contrariar abertamente a vontade do rei, despachando emissarios incumbidos de implorarem o auxilio das potencias estrangeiras em seu favor [2].

Estas tentativas talvez expliquem o motivo, porque o seu agente em Madrid não recebêra resposta, embora amiudasse as correspondencias. Com a duplicidade usual o filho do infante tomava o pulso ao partido, que estava organisando, sem todavia romper ainda com a côrte castelhana. Se a fortuna o ajudasse em Portugal, apoderava-se do throno em nome da independencia do paiz, que por outro lado venderia sem remorso, uma vez que o preço, por subido, lhe compensasse a magua de não cingir a corôa.

[1] *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 153 a 155 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem, fol. 156. — Conestagio — *União de Portugal*, liv. IV.

Emquanto discutia as dignidades e o oiro, que devia pagar a sua cubiçosa adhesão, percorria disfarçado as terras, e zombando da colera e das ameaças do tio, concertava com os seus partidarios o plano de uma grande sublevação popular, que havia de rebentar apenas o velho monarcha declarasse Filippe II por seu successor [1].

A eventualidade da guerra com tão poderoso visinho não assustava o principe, pouco apto para lhe apreciar o alcance e os effeitos, e incapaz de immolar a ambição ás necessidades politicas da patria.

Para arrastar comsigo os illudidos recordava-lhes as proezas do condestavel e as do mestre de Aviz, alentando-os com a esperança dos promptos soccorros, que esperava de França e de Inglaterra.

Não contente com as palavras, começou por mandar armar occultamente a muitos dos seus nas cidades e villas aonde era bemquisto; e finalmente, movido pela volubilidade da indole, ou pelas suggestões de amigos zelosos, nos ultimos tempos parece ter concebido a idéa de tornar mais igual a luta, que meditava, unindo-se com a casa de Bragança, a fim de oppor aos terços do rei catholico a vigorosa resistencia do todo o reino unido contra elle [2].

Este alvitre, o mais prudente que podia adôptar-se em taes circumstancias, porque de certo corrigiria a desproporção de forças, que os parciaes de Hespanha invocavam para aconselharem a obediencia, não chegou a realisar-se.

O filho de D. Luiz offerecia ao duque deixar a ordem

[1] *Memoire du regne du roy Henry*, fol. 156 e seguintes — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa. — Conestagio — *União de Portugal*, liv. IV.

[2] Ibidem, fol. 160 v.

de Malta, e obter em Roma dispensa dos votos para casar com uma de suas filhas [1].

Verificado o enlace, e ligados os grandes interesses, que então dividiam o paiz, é provavel, que D. Filippe recuasse com a empreza. O que sempre o animou foi a certeza, de que as suas tropas não encontrariam diante de si senão fracções insignificantes, sediciosas e turbulentas, só uteis para incutirem terror com vozerias no animo timido dos cidadãos pacificos, porém na maior parte imbelles e improprias para affrontarem os perigos de uma verdadeira guerra.

O accordo entre o prior e a familia de Bragança não se concluiu. Ignorâmos de quem seria a culpa; mas foi de ambos provavelmente.

O duque, até ao ultimo suspiro do cardeal, confiou sempre na sua ternura por D. Catharina; e D. Antonio era tão orgulhoso, inconstante e leviano, que não admira que desistisse do intento logo á primeira recusa. Assim se frustrou, apenas esboçada, a combinação unica, que poderia talvez salvar-nos do jugo castelhano. Sanccionada, como o seria, pelas côrtes n'este caso a eleição de um monarcha portuguez, e conforme o reino na resolução de repellir os invasores, no meio dos cuidados da luta com os Paizes Baixos, e dos receios inspirados por outros estados, que tambem suspiravam pela liberdade, a Hespanha difficilmente se arriscaria a emprehender uma conquista, que não pediria mezes, mas annos, e de que era para temer que a distrahissem as armas das outras nações.

No meio da confusão geral dos negocios chegou o dia

[1] *Memoire sur le regne du roy Henry,* fol. 159 a 161—Manuscriptos da academia real das sciencias de Lisboa.—Conestagio—*União de Portugal,* liv. IV.

aprasado para se abrirem as côrtes convocadas em Almeirim.

Fiel á antiga affeição consagrada á duqueza, sua sobrinha, el-rei, apesar de queixoso do marido, convidou-o para tomar assento nos estados, e recebeu-o com grandes demonstrações de estima e amisade.

Enfermo, como estava, D. Henrique assistiu em pessoa ao auto, sendo conduzido em uma liteira de mão do leito aonde jazia para a sala denominada da rainha, situada sobre o jardim, aonde ordenára que se reunissem o clero, a nobreza, e os procuradores do povo [1].

O bispo de Leiria, D. Antonio Pinheiro, que nos ultimos tempos grangeára á confiança e intimidade do soberano, foi o ministro encarregado dá oração, a qual, conforme o estylo, era costume pronunciar-se em nome do monarcha.

A abertura verificou-se a 11 de janeiro de 1580, em uma segunda feira, e o bispo na sua ostentação oratoria, não deixou fugir a occasião de manifestar a sua dedicação á causa protegida pelo cardeal, aindaque indirectamente.

O discurso de Pinheiro reduziu-se a encarecer o amor e o zêlo pelo bem dos subditos, com que sua alteza se occupára dos assumptos da successão da corôa, pondo de parte todos os outros para o attender, e a aconselhar aos deputados, que para deliberarem com mais acerto sobre a declaração, de que haviam de tomar conhecimento, se preparassem com os auxilios espirituaes, por meio de rezas e de obras de caridade, a fim de que a prudencia humana não fosse obscurecida por falsas apparencias, tão faceis em cegarem ainda os mais claros entendimentos [2].

[1] *Memorias politicas pertencentes ao cardeal rei D. Henrique*, fol. 94 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Manuscriptos da academia real das sciencias de Lisboa, codice $^{28}/_{19}$, fol. 94, e codice $^{19}/_{14}$, fol. 197.

Respondeu-lhe o doutor Manuel de Sousa Pacheco, um dos eleitos por Lisboa, e em poucas palavras exaltou as virtudes do principe, agradeceu á providencia o ter querido consolar o reino de tantos infortunios com o governo de um rei justo, e louvou o empenho com que elle desejava acudir á orphandade proxima dos povos nomeando o herdeiro do throno [1].

Esta primeira sessão, toda de cumprimentos entre a corôa e os vassallos, terminou-se placidamente ao som das trombetas e atabales. D. Henrique recolheu-se de novo aos seus aposentos, e os deputados, não achando em Almeirim accommodações para se alojarem, partiram para Santarem, elevada a pequena distancia, e principiaram no convento de S. Francisco d'aquella villa as suas reuniões, mostrando-se pouco dispostos a accederem aos desejos do soberano [2].

O primeiro rebate da resistencia nas côrtes foi dado por Phebus Moniz, procurador de Lisboa, escolhido em logar de Salema, como dissemos atraz.

Moniz era cavalleiro da ordem de Christo, camareiro de el-rei, e quando entrou nos estados contava mais de sessenta annos de idade.

Mas as cãs e a debilidade da saude não haviam quebrado n'elle a rija tempera de uma alma firme e incapaz de transigir com o que a consciencia lhe reprehendesse [3].

[1] *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 197 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem. — *Memorias politicas do cardeal rei D. Henrique*, fol. 197.

[3] *Symmicta Lusitana*, tom. LVII, pag. 73. Dispensa concedida a Phebus Moniz para usar de lacticinios nos dias prohibidos. Janeiro de 1570. Diz-se n'ella que Moniz já excedia n'esse tempo de 50 annos de idade.

Competindo-lhe presidir á assembléa dos deputados das villas e cidades, e olhado a principio pelos amigos da independencia como suspeito, soube conquistar todas as sympathias pela decisão do seu procedimento.

Erguendo a voz no recinto das deliberações, e desprezando as consequencias dos odios, que desafiava, entre o dever e a verdade não hesitou.

Apenas a primeira insinuação, tentada para mover os procuradores a votarem com o braço ecclesiastico e com os fidalgos a eleição de Filippe, lhe chegou aos ouvidos, renasceram de repente no coração do velho cavalleiro todos os brios da juventude, e queixando-se com magua na sessão de 13 de janeiro, de que para tão doloroso officio o fossem arrancar aos ocios e á tranquillidade da vida particular, em phrases vigorosas exprobrou a falta de fé em uns, e a cumplicidade em outros, lamentando que perante portuguezes se ousasse elogiar o dominio estrangeiro, sempre cruel e pesado para um paiz affeito ás liberdades conquistadas pela sua espada.

Entre outros trechos inspirados pelo sentimento do que sabia e via, dirigindo-se ao rei, Phebus exclamou: «Que foi isto, senhor? Quem vos mudou em outro? Quem vos tirou o animo de vossos antepassados, o retrato do seu esforço, e o serdes imitador de sua gloria, que pelo receio de uma guerra injusta quereis fazer tão injusto concerto?»

Depois notava com eloquencia, que sendo Filippe II christão nunca poderia mover as armas contra christãos por uma causa duvidosa, e que se as movesse faria Portu-

[1] *Memorias politicas do cardeal rei D. Henrique.*—Manuscriptos da academia real das sciencias de Lisboa, codice $^{28}/_{19}$, fol. 95 a 100.

gal o que sempre havia feito, arriscando todos a vida para conservarem os fóros da nação.

Pela energia dos conceitos a peroração não desmentiu o resto do discurso.

Obsecrando o monarcha moribundo, e invocando o antigo valor dos nossos, as lagrimas dos orphãos, o remedio da nobreza, a miseria das viuvas, privadas do amparo de um rei natural, Moniz pedia-lhe, que se compadecesse do reino, e que esquecendo os brasões e victorias dos seus antecessores, não quizesse entrega-lo em captiveiro ã um principe estranho, surdo aos clamores do povo e aos da propria consciencia [1].

Não sabemos se o cardeal ouviu esta falla, mas de certo não faltaria quem o advertisse d'ella. Phebus Moniz passou logo, pois, a ser reputado pelos embaixadores e pelos cortezãos, como um dos decididos adversarios de Castella, e é de suppor, que tanto o duque de Bragança, como D. Antonio se não poupassem a diligencias para o attrahir.

Entretanto parece, que elle não escutou as propostas dos pretensores, porque o vemos, até ao fim, solto dos vinculos de partido, defender o principio da eleição do rei pelas côrtes, e a necessidade de se responder com as armas na mão ás ameaças da Hespanha.

Em epocha minada por tão profunda corrupção, homens como Phebus Moniz, como o conde de Vimioso, como Diogo Botelho, como Scipião de Figueiredo, e outros, são raros, e por isso mesmo dignos da grande memoria, e dos bons exemplos, que deixaram de elevação do espirito, e de inteireza do caracter.

A voz do procurador de Lisboa foi como um desperta-

[1] *Memorias politicas do cardeal rei D. Henrique.*—Manuscriptos da academia real das sciencias de Lisboa, codice $^{28}/_{19}$, fol. 95 a 100.

dor, e fez levantar de subito nas côrtes os que já começavam a adormecer embalados pelas promessas e seducções de D. Christovão de Moura, do bispo Pinheiro, e dos outros ministros do cardeal.

Muitos d'elles, acordando, envergonharam-se da apathia, outros por ciume de influencia apressaram-se para que Moniz não apparecesse só, e a grande maioria confirmou-se na idéa, de que era indispensavel insistir na opinião, de que só aos povos pertencia por todas as rasões o direito de eleger o rei na falta de successor reconhecido.

O bando castelhano, e o rei, tão ligado com elle, não ignorando nenhum dos passos, que se adiantavam, attribuiram ao prior do Crato o mau aspecto apresentado pelas côrtes; e o cardeal, submisso em subscrever a tudo o que lhe inculcavam os estrangeiros, mandou lançar novo pregão pelo reino contra os que hospedassem em sua casa a D. Antonio, sob asperas penas, suscitando os termos da sentença fulminada em 23 de novembro de 1579 [1].

As suas violencias, porém, já não assustavam ninguem. A desobediencia era publica e geral, e os parciaes do sobrinho, imputando os decretos ao temor, á demencia senil, e á inimisade pessoal, desprezaram-os inteiramente.

Em Coimbra os magistrados não disfarçavam as sympathias em favor do filho do infante D. Luiz, e a efervescencia, augmentando, parecia ameaçar algum tumulto. Martim Correia da Silva, incumbido pelo monarcha de abrir devassa e de castigar os mais criminosos, não julgou prudente desempenhar a missão, e retirou-se sem executar as ordens, que levára [1].

[1] *Memorias politicas pertencentes ao cardeal rei D. Henrique.* —Manuscriptos da academia real das sciencias de Lisboa, codice $^{28}/_{19}$, fol. 101 e 102.

Ao mesmo tempo D. Henrique, quasi nos derradeiros bocejos da vida, mandava o bispo D. Antonio Pinheiro em 15 de janeiro, para em seu nome declarar aos estados, que o direito da successão sómente podia pertencer a D. Filippe, ou á duqueza de Bragança, não allegando os outros pretensoros rasões dignas de serem attendidas.

As côrtes não responderam no sentido, que elle talvez esperava, porque, se o clero e a nobreza em grande parte se encostavam a Castella, e estavam dispostos a jurar o rei catholico sem difficuldade, os deputados do braço popular cada dia se mostravam menos inclinados á união, pungidos pelos discursos de Phebus Moniz, e pelos conselhos dos confidentes do duque de Bragança e de D. Antonio.

Assim mesmo os fidalgos, apesar do vasto systema de corrupção empregado pelos agentes hespanhoes para os seduzir, não cederam tão de leve como no começo se cuidára.

No seio da assembléa não faltou quem censurasse a docilidade suspeita dos que se mostravam tão doceis em se lançarem aos pés do principe estrangeiro, ao primeiro aceno dos validos do cardeal. De vinte e oito votos, que tantos eram os procuradores da nobreza, Filippe II só triumphou por um; pequena victoria depois de tão largos e onerosos esforços, e sobretudo bem inutil, porque o exemplo não arrastou o braço do povo, antes, pelo contrario, ainda o tornou mais opposto á concordia secretamente ajustada com o filho de Carlos V [1].

N'esta perigosa extremidade, divididos entre si os estados, e começando as murmurações do povo a assumir um caracter grave, os confidentes do velho soberano dictaram-

[1] *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 200 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

lhe uma decisão, que, por menos reflectida, se não compadecia com a inquietação dos animos, e com a politica habil e suave, que as circumstancias apontavam.

D. Henrique, sentindo approximar-se a morte, e devorado pela impaciencia de cortar por uma vez todas as esperanças ao prior do Crato, enviou de novo D. Antonio Pinheiro ao congresso dos deputados das villas e cidades para lhes advertir, que a sua primeira mensagem não fôra entendida.

O bispo de Leiria aceitou gostoso a segunda missão, e em 18 de janeiro apresentou-se aos procuradores, e leu-lhes da parte de sua alteza um papel, no qual o principe asseverava, que a successão da corôa só competia a D. Filippe de Castella, porque as allegações da duqueza de Bragança não tinham fundamento.

Foi então, que Phebus Moniz, presidente da reunião, alvoroçado com a leitura, levantando-se, e rebentando-lhe as lagrimas pelos olhos fóra, collocado diante de um crucifixo, começou a soltar palavras e queixas magoadas, arrancando as barbas de desespero, por ver similhante semrasão [1].

N'essa mesma noite, Moniz, e os procuradores, que o seguiam, congregaram-se, e expediram correios para as terras, avisando-as de tudo, e instando para que não permittissem que prevalecesse a injustiça [2].

N'este apuro, e imminente um triste conflicto, o cardeal, cheio de hesitações, decidiu-se a determinar que o braço da nobreza concorresse a Almeirim para ouvir as suas ordens.

Apenas os fidalgos acabavam de entrar no paço, quando

[1] *Memorias politicas pertencentes ao cardeal rei D. Henrique*, fol. 102 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem.

o monarcha, violando a hospitalidade e os fóros da representação nacional, mandou saír da assembléa o conde de Tentugal e o commendador mór de Christo, prendendo ao mesmo tempo a D. Manuel de Portugal.

O crime dos tres era não terem querido sustentar as pretenções de Hespanha, deixando escapar algumas palavras severas [1].

Este rasgo de auctoridade fóra de tempo, e logo censurado por todos, não desalentou nenhum dos adversarios.

O duque de Bragança, que vira na violencia o claro indicio da mudança das intenções do tio, não lhe receiando as iras, obteve uma audiencia, na qual, depois de estranhar o seu comportamento com certa altivez, concluiu supplicando que lhe concedesse ao menos tres cousas se queria que elle desistisse dos seus direitos.

A primeira era que fizesse publico o testamento de D. Sebastião; a segunda, que moderasse a sentença proferida contra D. Antonio; e a terceira que o nomeasse principe portuguez.

D. Henrique sobresaltado só lhe soube perguntar: «E minha sobrinha e vossa mulher?» «Eu farei com ella que o consinta!» redarguiu o duque. O rei immudeceu [2].

A intervenção do esposo de D. Catharina em favor do prior do Crato seria sincera, e filha de alguma negociação occulta, ou era apenas um laço armado á timidez do rei para elle suppor, que os dois pretensores estavam ligados para o coegirem a ceder ás supplicas do paiz e ás obrigações do throno?

[1] *Memorias politicas pertencentes ao cardeal rei D. Henrique*, fol. 102 v. — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem.

Hoje não é possivel decidir a tanta distancia e por entre trevas tão espessas.

O filho de D. Manuel, ao que parece, acalmado o primeiro susto, e consultando os confidentes, assentou em proseguir no caminho, que encetára, e continuou a significar o seu desagrado a quantos se lhe oppunham, insistindo em proclamar herdeiro da corôa o rei de Castella.

Mas os obstaculos nasciam-lhe debaixo dos pés de momento para momento.

Os procuradores do povo em 22 de janeiro, assumindo uma physionomia mais caracteristica, vieram aggravar as perplexidades e os terrores do monarcha por meio de um acto solemne.

A ceremonia, a que recorreram, não podia deixar de o sobresaltar a elle, e de commover o reino.

Depois de commungarem publicamente juraram quasi todos, que prefeririam a morte a prestarem obediencia a Filippe II[1].

Ao mesmo tempo o duque de Bragança, resentido, não poupava ao velho soberano as mais pungentes arguições, a ponto de o obrigar uma vez a exclamar, que lhe fallava assim ousado, porque o achava desfallecido e velho. O esposo de D. Catharina, mais brando e cortez, só lhe retorquiu, porém, que tudo o que expozera fôra em serviço de Deus, de sua alteza, e do reino, terminando por lhe affirmar, que se o nomeasse principe portuguez lhe beijaria por isso a mão e juntamente os pés[2].

Imaginava o poderoso vassallo, que o titulo lhe aplanaria com mais facilidade a estrada, que suppunha pisar,

[1] *Memorias politicas pertencentes ao cardeal rei D. Henrique*, fol. 113—Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem.

e de que o afastou o receio da espada do duque de Alva, e a emulação de D. Antonio?

No congresso dos fidalgos ardia cada vez mais viva a discordia, vacillando os votos depois dos primeiros suffragios, e declarando-se com publica e escandalosa venalidade a favor de Castella homens, que na vespera se haviam mostrado resolutos campeões da opinião opposta.

As dissidencias chegaram ao extremo de arremetterem quasi uns para os outros com as armas em punho!

D. Manuel de Portugal, representante dos odios da familia de Vimioso contra D. Henrique e D. Filippe, investiu com o marquez de Villa Real, agente dos hespanhoes, e os dois tanto se maltrataram de palavras, que pouco faltou para correr o sangue de um d'elles, ou de ambos [1].

N'esse mesmo dia, pelo que se deprehende, em virtude das peitas do marquez, declarou-se por Filippe II D. Jorge de Austria, caloroso parcial ainda no dia antecedente do prior do Crato.

Esta apostasia, por cynica e repentina, fez pasmar até os que estavam mais affeitos a contemplarem os prodigios e transformações operados pela corrupção.

Perguntando-se a D. Jorge o motivo da subita mudança, não duvidou córar com uma falsidade a torpeza da acção, replicando, que passára para o partido de Castella, porque D. Antonio se unira ao duque de Bragança, seu inimigo! [2]

O filho do infante D. Luiz tambem se não mostrava ne-

[1] *Memorias politicas pertencentes ao cardeal rei D. Henrique*, fol. 104 e 104 v.—Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem.

gligente, nem remisso em promover os interesses da sua causa.

Apenas lhe constou, que a assembléa dos deputados do povo se achava constituida, enviou-lhe logo uma carta escripta no sentido das pretenções, que sustentava. A noticia da ousadia chegou depressa aos ouvidos de D. Henrique, o qual não se demorou em chamar á sua presença Phebus Moniz, esperando talvez que o respeito da auctoridade real o constrangesse a um acto de fraqueza.

O presidente do braço popular não trepidou. Recebida a ordem, passou o Tejo com alguns dos collegas, e compareceu.

O rei exigiu, que lhe entregasse a carta, porém encontrou na firmeza inflexivel do antigo cavalleiro uma resistencia, com a qual de certo não contava. «A carta, acudiu friamente Moniz, ainda está fechada e sellada; mas não me peça vossa alteza cousas contra a minha honra. Da vida e da fazenda póde dispor, como quizer, porque é senhor; porém pelos brios de homem e pela minha consciencia só eu respondo!»

O cardeal despediu-o com mostras de grande enfado, mas não se atreveu a insistir [1].

Querendo, comtudo, demonstrar, que estava disposto a fazer-se obedecer, ferindo sem piedade os que o contrariassem abertamente, mandou suspender dos officios, que exerciam na côrte, ao alferes-mór, a D. Manuel de Portugal, e a João de Castilho por saber que os tres eram os cabeças da opposição na assembléa da nobreza [2].

[1] *Memorias politicas pertencentes ao cardeal rei D. Henrique*, fol. 104 v. — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem.

O que no meio do alvoroço e perturbação d'estas agitadas scenas mais confundia os partidarios de Castella era a posição, que tinha assumido Phebus Moniz.

Vendo-o escolhido em logar de Salema tinham julgado que sujeito em tudo á vontade do soberano, seria nas suas mãos um instrumento docil; mas o discurso pronunciado na reunião dos estados, celebrada em 13 de janeiro, revelando os verdadeiros sentimentos do sumilher de corpus de D. Sebastião, veiu provar, que longe de o contarem como fautor, ou pelo menos como cumplice, deviam temer n'elle o mais decidido adversario. Moniz, apesar da idade e da compleição debil, não se deixava adormecer, e dentro em pouco soube communicar aos outros deputados o seu enthusiasmo pela defeza da independencia nacional.

Foi abalados e commovidos pela sua eloquencia, que todos deliberaram eleger definidores, e que se questionou se o direito de nomear o rei competia só a Lisboa, como capital da monarchia, ou a todo reino, resolvendo-se que pertencia ao paiz em geral.

Esta decisão assustou a côrte e os embaixadores hespanhoes.

A cidade de Lisboa, por seus procuradores, fôra a que mais instára por ella, e a que promoveu a sua discussão no seio da assembléa dos eleitos do terceiro braço.

Approvada por grande maioria, assentaram os deputados ser urgente enviar ao rei dois deputados, incumbidos de lhe significarem os direitos, que o reino julgava ter, supplicando-lhe pela sua justiça, que os admittisse a prova-los [1].

[1] Conestagio—*União de Portugal*, liv. IV.—*Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 208 —Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

D. Henrique, constrangido pela necessidade, disfarçou o desgosto, e acolheu-os com alegre semblante, e sem declarar se annuia, ou se recusava, despediu-os com palavras ambiguas, e grandes demonstrações de boa vontade. A unica resposta, que poderam arrancar-lhe, foi sómente que na manhã seguinte lhes communicaria o que houvesse resolvido.

De feito cumpriu a promessa. Apenas os dois commissarios acabavam de referir o modo por que tinham sido recebidos na audiencia da vespera, entrou na sala o bispo de Leiria, e expoz, em nome do soberano, que, sendo grande o incommodo, que padeciam os procuradores, convinha abreviarem-se o mais possivel as deliberações, pondo de parte tudo o que parecesse de menor importancia [1].

Passando depois a tocar concisamente os pontos principaes do negocio da successão, concluiu, que o cardeal, averiguadas as diversas rasões dos pretensores, conhecêra, que o rei catholico e a duqueza de Bragança eram os unicos, que allegavam fundamentos dignos de attenção; mas, que reflectira ao mesmo tempo, quão perigoso e imprudente seria sujeitar a eventualidades um pleito entre tão poderosos contendores; que, por isso, tinha decidido optar pelo accordo com Filippe II, certo de que assim melhor preveniria as desgraças, que ameaçavam o povo, provendo igualmente ao que mais importava afiançar, para que, fallecendo elle, a monarchia não arriscasse a liberdade, ou a não perdesse, suffocada pela força das armas [2].

[1] Conestagio—*União de Portugal*, liv. IV.—*Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 204 e 205—Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem.

A peroração do discurso não desmentiu o resto.

Pinheiro, valendo-se da auctoridade soberana, que representava, e não occultando os proprios sentimentos, concluiu, recommendando aos procuradores, que ouvissem a mensagem, que lhes trazia, com a serenidade de espirito requerida pela gravidade do assumpto, e que na sua deliberação, calando quaesquer paixões, só attendessem ao que pedia o bem commum e o serviço de Deus.

Exaltados como se achavam os animos, é facil imaginar qual seria o effeito das palavras do ministro.

El-rei em vez da resposta, que esperavam, sem dizer se admittia, ou não, as côrtes a elegerem o soberano no caso de vagar o throno, mandava o bispo para as informar de que havia assentado em segredo uma concordia com o principe estrangeiro, e intentava impor-lhes a sua vontade como unica e final solução em tão delicada conjunctura!

Longe de se submetterem, como provavelmente cuidava quem aconselhára este atrevido passo, os deputados, cedendo á irritação momentanea, encostaram-se ao parecer dos que sustentavam, que só um caminho havia a tomar para saír com honra d'este lance desagradavel.

Omittindo o recado do ministro, como se não o tivessem escutado, tornaram a enviar ao monarcha novos commissarios, encarregados de instarem pelo despacho promettido á petição do estado popular; mas o resultado não correspondeu aos seus desejos.

Phebus Moniz, que presidia a deputação, talvez por se exceder nas phrases, ministrou a D. Henrique um pretexto para se esquivar a este apuro. O rei aproveitando-se do erro, e affectando brandura e paciencia, que não se compadeciam com a sua indole, respondeu-lhe, sorrindo,

que de certo elle vinha mal acompanhado, pois trazia comsigo a colera, o peior sempre dos conselheiros.

O camareiro offendido, e naturalmente impetuoso, replicou, elevando a voz, «que se em alguma occasião era bem cabida a verdade, de certo o seria n'aquella, em que se via claramente que sua alteza tentava entregar o reino aos castelhanos. Que o desse a um principe portuguez, e que todos lhe beijariam a mão [1].

A conferencia findou aqui.

Depois das palavras trocadas de parte a parte o rei tinha motivo sufficiente para não a prolongar, e o cardeal não era homem, que desprezasse similhante evasiva.

Entretanto, o modo por que as cousas corriam, não só o inquietava a elle, como aos seus confidentes, e aos partidarios de Hespanha.

O rei, que se obrigára a extorquir das côrtes uma votação favoravel ao pacto negociado mezes antes com o principe castelhano, chegado o momento de cumprir a promessa, encontrava na maioria dos procuradores das villas e cidades um obstaculo quasi invencivel.

A saude do irmão de D. João III, cada dia mais debil, avisava-o de que as horas, que fugiam, o approximavam do leito do eterno descanso; e sentindo-se prostrado de forças, e sem o poder necessario para vergar pelo temor, ou pela auctoridade, a resistencia dos adversarios da união, mudava de resoluções, trepidava, e ora empregando a suavidade, ora a violencia, procurava por todos os meios apressar o desenlace do triste drama, de que a providencia o fizera protogonista [2].

[1] Conestagio — *União de Portugal*, liv. IV. — *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 206 e 207 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

[2] Ibidem, fol. 206 e 207 v.

N'esta extremidade convocou de novo a Ossuna, a D. Christovão de Moura, e aos seus ministros validos, e no seio da intimidade discreta d'estes confidentes, não duvidou revelar os receios e os embaraços, que o combatiam, pedindo, que o esclarecessem, e lhe suggerissem o arbitrio que melhor se compadecesse com a difficuldade das circumstancias.

O que o soberano desejava principalmente era que a reunião lhe apontasse o methodo mais efficaz de convencer a assembléa dos estados, persuadindo-a a acceder aos seus designios.

As opiniões divergiram. Por fim, depois de larga contestação, ponderadas as mensagens do rei ás côrtes e as respostas d'ellas, todos concordaram, em que poucas, ou nenhumas esperanças se offereciam de attrahir a maioria dos procuradores a votar em sentido favoravel, sustentando apesar d'isso os embaixadores de Castella, que o monarcha, se recuasse, ou desistisse, rojaria a corôa vergonhosamente aos pés das facções [1].

Este conselho era mais facil de enunciar, do que de pôr em execução. Se por um lado lisonjeava o orgulho do principe, pelo outro em nada attenuava as complicações, com que se via a braços. D. Henrique pelo seu caracter irresoluto e timido não queria arriscar um rasgo decisivo, nem expor-se a assumir a responsabilidade d'elle. Desejava dar o throno ao rei catholico, affirmando que não morreria tranquillo se o não deixasse por successor; mas, ao mesmo tempo por meio de contemporisações, que accusavam fraqueza, ou remorso, anhelava alcançar uma especie de desculpa, ou de perdão, cobrindo-se com o

[1] *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 208 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

apuro da sua posição, e tentando envolver o maior numero possivel de vassallos na cumplicidade do plano, que o odio e o terror lhe haviam inspirado.

Receioso de que o descontentamento produzido pelo discurso de Antonio Pinheiro provocasse no seio das côrtes alguma explosão, para o desvanecer, mandou sem demora dizer aos povos, que as suas queixas e as do duque de Bragança eram infundadas, *porque elle não ordenára, que a mensagem ultima fosse concebida nos termos, em que lhe constava, que o tinha sido* [1].

Quasi á mesma hora, em que o cardeal acudia com este recado obsequioso para acalmar os animos, respondiam os procuradores do primeiro banco á falla do bispo de Leiria, que se o monarcha deferisse á sua petição, concedendo-lhes a eleição do rei, estavam resolvidos a delegar-lhe a nomeação, uma vez que a sua escolha recaísse em principe nascido e creado no reino, e a jurarem sem repugnancia as seguranças, que sua alteza reputasse mais opportunas [2].

A opposição, como se vê, não podia ser mais formal entre o paço e o braço popular.

Estas communicações tiveram logar provavelmente em 26 de janeiro, porque no dia immediato (27) tornou D. Antonio Pinheiro a apresentar-se á junta de Santarem com terceira mensagem; e principiou dizendo, que o soberano por favorecer os seus subditos, depois de examinado o requerimento, que Phebus Moniz e seus collegas lhe haviam entregado, decidíra ouvir os procuradores, e julgar a sua petição ácerca do direito de eleição, que invoca-

[1] Real archivo da torre do tombo—*Corpo chronologico*, part. I, masso 111, documento 81.

[2] Ibidem.

vam, assignando o praso de dois dias para dentro d'elles juntarem os documentos e pareceres, que reputassem necessarios [1].

O bispo, para justificar a estreiteza do praso marcado, alem das rasões geraes de brevidade, em que insistiu, prevaleceu-se do facto anterior da cidade de Lisboa já ter pedido o mesmo, notando, que havendo-se então estudado o negocio com todo o cuidado, parecia sufficiente o tempo concedido para de novo se suscitarem os argumentos, que dissessem a bem da justiça do terceiro braço [2].

Por ultimo, alludindo em phrases vagas á resposta dada á proposição de ser o rei nomeado pelo cardeal, comtantoque fosse portuguez, concluiu asseverando, que o intento de D. Henrique nunca havia sido, nem era, declarar-se por Castella, mas unicamente significar, que julgava a questão duvidosa, comparadas as allegações dos diversos pretensores [3].

Chegadas as cousas a este estado não se podia progredir sem primeiro resolver a petição das côrtes; e subsistindo o pleito sobre a legitimidade de D. Antonio, cuja instrucção o breve de Roma commettêra de novo ao nuncio e ao arcebispo de Lisboa, qualquer decisão juridica sobre a successão dependia da sentença, que o santo padre reservára para si, movido pelas supplicas do filho do infante D. Luiz.

Os dias do soberano estavam, porém, marcados, elle proprio o conhecia; e os dissabores, repetindo-se, e aggra-

[1] Real archivo da torre do tombo — *Corpo chronologico*, part. I, masso 114, documento 81.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

vando-lhe a doença, cada vez concorriam mais para acabar de se romper o tenue fio, que ainda, e quasi por milagre, o prendia á existencia.

Na extrema prostração, em que se achava, de forças e de espiritos, não admira que a natural irresolução se lhe augmentasse, acrescentada com as recentes e maiores perplexidades, que de hora para hora devia trazer comsigo a luta com os adversarios de Castella no seio das côrtes.

Sentindo a morte proxima, e inteiramente decidido a pugnar pelos interesses do rei catholico, o cardeal, querendo envidar a derradeira tentativa, mandou chamar os procuradores dos primeiros cinco bancos (de Lisboa, Evora, Porto, Coimbra, e Santarem), e na presença de Phebus Moniz, e de todos elles, instou para que pozessem termo á resistencia, mostrando-lhes, para os persuadir, as resoluções dos braços ecclesiastico e da nobreza, os quaes se tinham pronunciado affirmativamente [1].

Phebus redarguiu «que não era possivel deliberar, quando se via que sua alteza se aconselhava com gente suspeita e inimiga da liberdade do paiz.»

«Eu só faço justiça, replicou D. Henrique mais timido, que irado, e os que vos asseguram o contrario, enganam-vos. Quero que vos determineis, e promptamente.»

Estas ultimas palavras, proferidas com severidade, não abalaram o valor de Moniz, nem o dos outros deputados.

«O que vossa alteza exige, acudiu o sumilher de corpus de D. Sebastião, respeita á consciencia e á alma, e d'essas só Deus dispõe; nunca aceitaremos senão rei portuguez.»

[1] Manuscriptos da bibliotheca real da Ajuda, collecção intitulada «*Governo de Hespanha*», tom. I, fol. 80.

«Que poder tendes para resistir á Hespanha?» tornou-lhe o monarcha, descortinando assim os secretos receios, que o tinham impellido. «O que tiveram os nossos antepassados no tempo de el-rei D. João I», observou o procurador friamente [1].

A resposta irritou o soberano já impaciente, e convencido de que em vão trabalhava por abrandar as repugnancias ao dominio estrangeiro. «Que é o que vós quereis então?» atalhou o principe. «Que vossa alteza ouça o povo, e se tiver direito de eleger, eleja rei portuguez, porque sendo castelhano não será recebido, nem obedecido.»

D. Henrique não podendo conter mais a colera, despediu-o e aos collegas, repetindo, que lhes mandava que executassem as suas ordens [2].

Estas pouco peso podiam ter quasi nos ultimos momentos da sua vida para homens decididos a repellirem o monarcha hespanhol, e a não escutarem senão a sua opposição.

Em vez de annuir ao preceito do rei, o terceiro estado, reunindo-se, declarou em junta, que só a elle pertencia a eleição.

Ao mesmo tempo o cardeal, consultando o seu conselho e alguns letrados, comprazia-se em saber, que tinham votado unanimes, que o direito allegado pelas côrtes não tinha fundamento.

Não se atrevendo, comtudo, a sentenciar em um, ou em outro sentido, contentou-se com enviar ainda o bispo de Leiria ao congresso, encarregado de lhe advertir em seu

[1] *Memorias politicas do cardeal rei*, fol. 106 e 107 — Manuscripto da academia real das sciencias.

[2] *Memoire sur le regne de roy Henry* — Manuscripto da academia real das sciencias.

nome, que resolvesse dentro de dois dias a questão proposta. Moniz recusou, dizendo, que negocios d'esta importancia não se tratavam em tão pouco tempo, e que as côrtes communicariam o seu voto a sua alteza logoque tivessem deliberado [1].

Os agentes castelhanos, sempre vigilantes, seguiam com attenção os passos dos pretensorcs e dos deputados, e de tudo informavam minuciosamente a seu amo.

Um d'elles, escrevendo para Madrid no meio dos acontecimentos, que narrámos, louvando os prelados e fidalgos, e figurando-os *mui conformes* com a vontade de D. Henrique, asseverava, que o prior do Crato era quem trazia alterados os procuradores, valendo-se para isso das exhortações dos frades, e não poupando diligencias para estorvar a nomeação de Filippe II.

Ao mesmo passo D. Antonio dizia a um francez, que tratava com elle talvez por ordem D. Henrique III, e que parece não haver sido pelo menos muito discreto com os hespanhoes, *que se a sentença do cardeal saísse a favor do rei catholico, elle seria o primeiro a ir beijar-lhe a mão*, mas que não saíndo, não queria ceder, nem aceitar nada [2].

Por outro lado os partidarios do herdeiro de Carlos V tambem não descansavam.

O meirinho-mór, D. Duarte de Castello Branco, nomeado vedor da fazenda, antes de partir de Almeirim para Lisboa, aonde no exercicio do seu cargo ía apressar o armamento das naus da India, aproveitou a ultima au-

[1] Manuscriptos da bibliotheca real da Ajuda—Collecção intitulada «*Governo de Hespanha*», tom. I, fol. 80—Carta do agente secreto de Castella, André Corso, datada de Almeirim em 27 de janeiro de 1580.

[2] Ibidem.

diencia do cardeal para lhe pedir, que não demorasse a decisão a favor de D. Filippe, e que, visto haver dito e conhecer que o direito era d'elle, não hesitasse em dar o seu a seu dono, e attendesse ao perigo imminente do reino. D. Henrique respondeu-lhe, que brevemente poria termo á inquietação geral.

Animado por esta promessa D. Duarte tornou a instar, observando que o melhor seria proclamar sua alteza o seu successor, não curando de convencer os procuradores, e deixando para depois a votação da concordia. O irmão de D. João III repetiu-lhe pela segunda vez, que de um modo, ou de outro, não tardaria a sua resolução [1].

O meirinho-mór, que não tinha sido dos primeiros a applaudir o dominio hespanhol, mas que agora queria talvez remir com este zêlo excessivo a sua falta, não só revelou aos castelhanos o que tinha passado com el-rei, como os incumbiu de insistirem da sua parte sobre a necessidade de Filippe II se approximar das fronteiras de Portugal [2].

Por ultimo as palavras asperas e as antipathias do braço popular não assustaram muito a Ossuna e a D. Christovão pelo que se deprehende da carta escripta pelo agente, de que tratâmos.

Os factos não correspondiam aos desejos dos defensores da independencia. Atraz das declamações e dos juramentos de constancia não se erguia o paiz unido e armado

[1] Manuscriptos da bibliotheca real da Ajuda — Collecção intitulada «*Governo de Hespanha*», tom. I, fol. 80 — Carta do agente secreto de Castella, André Corso, datada de Almeirim em 27 de janeiro de 1580.

[2] Ibidem.

para oppor á invasão a gloriosa espada dos capitães de outras epochas.

Não havia dinheiro, não havia decisão, nem energia; e da gente de vulto pouca estava empenhada em sustentar a resistencia.

Os discursos eloquentes e os rasgos de firmeza de alguns homens decididos a não transigirem com a exaltação de um poder, que reputavam o captiveiro da nação, não encontravam no geral dos cidadãos aquella activa e ardente cooperação, que faz com que os pequenos estados, desprezando o perigo, se levantem com uma só vontade e muitas vezes auxiliados pela fortuna consigam rechassar do seu territorio o poderoso inimigo, que os ameaça [1].

As provações do velho soberano ainda não estavam de todo esgotadas.

Facil em se indispor com as pessoas, que não se curvavam cegamente aos seus caprichos, D. Henrique, depois que D. Catharina rejeitára as propostas communicadas em Villa Viçosa por Paulo Affonso, attribuindo a repulsa ás suggestões do duque de Bragança, começou logo a desviá-lo de si.

Da indifferença passou rapidamente á desconfiança, e d'esta ao odio, logoque se persuadiu, de que o esposo da duqueza parecia inclinado a entrar em um accordo com o prior do Crato, accordo a que já alludimos, e que não se verificou [2].

Abraçar a D. Antonio, ou menos ainda, não o aggredir, era aos olhos do cardeal o maior delicto, que podia commetter-se; não espanta, por isso, que, estranhando o comportamento, se negasse a conceder ao sobrinho a menor

[1] Manuscriptos da bibliotheca real da Ajuda.—Collecção intitulada «*Governo de Hespanha*», tom. I, fol. 80.

[2] Ibidem.

mercê, e que o confundisse com os outros pretensores no profundo esquecimento em que sepultou as suas rasões e os seus direitos.

Entretanto, a duqueza avisada do desagrado do tio por seu marido, e da intima e cordeal harmonia, que reinava entre a côrte de Lisboa e a de Madrid, determinou tentar o derradeiro e supremo esforço, saíndo de Villa Viçosa para Almeirim, na esperança, de que a sua presença e a sua voz podessem avivar ainda no coração do velho monarcha a ternura, que sempre lhe mostrára, e que provavelmente a fraqueza senil, e o temor das armas de Filippe II tinham suffocado nos ultimos mezes.

Sabendo que o estado do rei peiorava de hora para hora, apressou a jornada, e partiu do seu palacio sómente acompanhada de poucos creados, porque não avisou da jornada quasi a ninguem, não se poupando a fadigas para chegar a tempo.

Alguns dos seus vassallos e partidarios, advertidos da repentina resolução, correram ao caminho para a alcançarem, e a pouco e pouco foram engrossando a comitiva, de modo que á sua entrada em Almeirim já trazia ao lado o conde de Tentugal, o commendador-mór de Christo, e o arcebispo de Evora, seguindo-a mais de trezentas pessoas de cavallo e muita gente de pé [1].

D. Catharina viajava em um coche pequeno de brocado com cravação doirada, trajando vasquinha de veludo preto, e saio de baeta forrado da mesma côr. Na cabeça,

[1] *Memorias politicas do cardeal rei*, fol. 105 — Manuscripto da academia real das sciencias. — *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 220 e 221. — Real archivo da torre do tombo — *Corpo chronologico*, part. I, masso 111, documento 81. — *Avisos do bispo D. Antonio Pinheiro*.

por enfeite, apenas trazia uma toalha e o chapéu sem forro.

Atraz d'ella vinha a sua camareira-mór, mulher do senhor das Alcaçovas, conduzida em umas andas de veludo negro, e logo após esta D. Maria de Sousa Chichorro, sua aia, em outras andas, doiradas, com uma filha da duqueza nos braços. Dois coches de veludo carmezim transportavam as damas e donas do serviço da princeza. Muitos moços de estribeira desbarretados e muitos arcabuzeiros de armas carregadas e murrões accesos rodeavam a carruagem da filha de D. Duarte, e trinta moços da camara com tochas na mão precediam o cortejo, que entrou assim vistoso no terreiro, que se abria diante do paço, no meio das bençãos e acclamações do povo, o qual se não cansava de bradar: «Venha embora a nossa rainha.» [1]

D. Catharina apeou-se de noite ao pé da escada, e acompanhada d'este lusido cortejo subiu á sala aonde a esperavam cem archeiros, e sem se demorar foi logo direita ao leito, em que jazia quasi agonisante o cardeal.

As suas maneiras insinuantes, a sua cortezia, e magestoso porte attrahiam-lhe o respeito e as saudações de todos, e junto de seu tio, que a recebeu em presença de Francisco de Sá e de Miguel de Moura, a sua vista, o imperio da antiga affeição, e talvez o remorso, arrancaram algumas lagrimas dos olhos do rei, que acabava de consummar o sacrificio, tirando-lhe a corôa para a deixar caír aos pés de Filippe II [2].

[1] *Memorias politicas do cardeal rei,* fol. 105—Manuscripto da academia real das sciencias.—*Memoire sur le regne du roy Henry* fol. 220 e 221.—Real archivo da torre do tombo—*Corpo chronologico,* part. I, masso 111, documento 81.—*Avisos do bispo D. Antonio Pinheiro.*

[2] Ibidem.

Algumas palavras meigas, prantos, e expressões de affecto, foi tudo o que a sobrinha conseguiu d'elle. Ás suas instancias, á recordação das promessas feitas, e depois mentidas, á viva pintura da antiga ternura paternal, D. Henrique ora oppunha o silencio cortado de suspiros, ora poucas e interrompidas phrases de consolação. Por fim, cedendo á commoção, ou simulando-a, despediu-a, e despediu-se d'ella, pedindo-lhe que fosse descansar.

Em segredo, e quando o ruido se desvaneceu, o monarcha deu-se por pouco satisfeito da visita, e apesar da firmeza e ousadia, com que a duqueza lhe fallára, não se manifestou resolvido a attende-la [1].

A princeza recolheu-se desgostosa, mas sem desmentir nos modos e no rosto a serenidade do seu espirito varonil.

Na breve conferencia com o tio pôde conhecer que a intenção d'elle era sacrifica-la á ambição de Castella, e acreditou, então, mas tarde, os secretos avisos, que lhe tinham sido dados n'este sentido.

De feito, o ex-inquisidor, longe de a mandar chamar, como levianamente imaginaram alguns, resentiu-se do recado expedido pelo duque a sua esposa, advertindo-a do perigo em que o rei ficava, e da necessidade de advogar em pessoa a sua causa á cabeceira do moribundo, no momento, em que elle ia comparecer perante o tribunal divino.

Se a jornada de D. Catharina não corresse tão rapida, ou se a nova da sua vinda não chegasse a Almeirim quasi

[1] *Memorias politicas do cardeal rei,* fol. 105—Manuscripto da academia real das sciencias.—*Memoire sur le regne du roy Henry,* fol. 220 e 221.—Real archivo da torre do tombo—*Corpo chronologico,* part. I, masso 111, documento 81.—*Avisos do bispo D. Antonio Pinheiro.*

ao mesmo tempo do que ella, de certo o velho soberano, para se esquivar a uma scena dolorosa, ter-lhe-ía enviado ao caminho a ordem de voltar para traz; mas não se atreveu, constando-lhe, que a sobrinha quasi estava batendo ás portas do paço de seus avós [1].

Em Santarem era onde os enredos dos pretensores se caracterisavam com mais vigor.

Desprezando abertamente as penas da sentença, que o ferira, o prior do Crato, ousou apparecer na villa, seguro da impunidade pela amisade de uns, e pela tolerancia de outros; e cada vez mais decidido não cessou de tentar o animo dos procuradores, negociando com elles a sua acclamação para quando expirasse D. Henrique.

O duque de Bragança, por sua parte, não perdia tambem o tempo, valendo-se dos amigos e partidarios para estorvar os planos do rei e os de D. Antonio, e esforçando-se por os supplantar a ambos.

O filho do infante D. Luiz obrava já com tanto arrojo, e tão despido de receios, que rompendo quasi publicamente o seu desterro, não duvidou assistir em Almeirim, no proprio recinto da côrte, á entrada da duqueza de Bragança, encaminhando-se depois a Lisboa, aonde passou para confirmar no zêlo e na confiança os seus adherentes, que na capital constituiam um bando numeroso, mas composto de pessoas humildes, capitaneadas por individuos de pouca, ou quasi nenhuma valia [2].

Os embaixadores, estimulados de longe pela perseve-

[1] Carta de D. Christovão a Filippe II de 15 de janeiro de 1580. — *Documentos, memorias, e correspondencias ácerca da conquista de Portugal por Filippe II*, fol. 24 — Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa

[2] Ibidem, fol. 145 e 146 — Carta de D. Christovão a Filippe II de 26 de janeiro de 1580.

rante vigilancia do rei catholico, e no theatro dos acontecimentos pelas phases variadas e instaveis, que os factos offereciam de momento para momento, empregavam todas as diligencias para acudirem com opportuno remedio ás maiores difficuldades.

Nos ultimos dias, porém, tinham-se desvanecido as esperanças de obter das côrtes a votação pedida, e em uma reunião secreta, celebrada nos aposentos de Francisco de Sá, até os mais cegos pelos interesses de Castella haviam reconhecido, que D. Henrique não promettia viver o tempo sufficiente para dobrar a resistencia, que os procuradores do povo oppunham á união.

Apesar d'isso D. Christovão de Moura, confiando no grande numero de partidarios creados pelas suas promessas e liberalidades, e no exito das seducções tentadas para attrahir as villas e cidades importantes, assegurou a Filippe II, que a falta do cardeal não causaria o desconcerto que se receiva [1].

Entretanto, os derradeiros dias do filho de D. Manuel estavam contados. Era já tão grande a sua debilidade, que não saía da cama, aonde despachava, e havia um anno, que, por não supportar sustento mais forte, era alimentado com leite de peito por Maria de Motta, filha de um escudeiro da casa de el-rei D. João III [2].

Os desmaios e espasmos repetiam-se, e por fim prolongaram-se tanto, que chegou a suppor-se em mais de um d'elles que para sempre cerrára os olhos.

Os cuidados das complicações que o apertavam, adian-

[1] *Documentos, memorias e correspondencias, ácerca da conquista de Portugal*, part. I—Manuscripto da academia real das sciencias.

[2] *Chronica do cardeal rei D. Henrique*, cap. XXXVIII.—Real archivo—Chancellaria de el-rei D. João IV, liv. XVI, fol. 492.

taram a enfermidade, e a chegada da duqueza de Bragança, cuja vista o commoveu, ainda lhe exacerbou mais os padecimentos.

Desde então póde affirmar-se, que, desprezados os negocios mundanos, de todo voltou o espirito para Deus, e que, despindo as paixões, que o dominaram, encarou a morte com mais serenidade e firmeza, do que era de esperar dos seus annos e caracter.

Fortificado com o viatico dos sacramentos preparou-se para morrer como christão, largando as redeas do poder aos cinco governadores eleitos para lhe succederem, os quaes por sua ordem tomaram conta da administração.

O primeiro passo, desgraçadamente, com que estes assignalaram a sua entrada, foi um rasgo de fraqueza.

Prevendo que a existencia do monarcha duraria pouco, e receiando-se, de que no primeiro impeto os parciaes dos pretensores lhes contestassem a auctoridade, D. João Mascarenhas e os seus collegas enviaram ás terras e logares proximos emissarios incumbidos de levantarem soldados para sua defeza. De Thomar e de Abrantes mandaram-lhes sem demora dois mil, que entraram em Almeirim, e acamparam debaixo de barracas, dando mais esta mostra da infelicidade dos tempos [1].

Por outro lado os embaixadores de Castella, avisados do que occorria, e sabendo que D. Henrique tinha caído em um lethargo tão profundo, que os medicos o julgavam morto, reuniram-se á pressa em casa do duque de Ossuna, e discutiram o que seria mais adequado praticar-se em occasião de tanto apuro.

[1] *Memorias politicas pertencentes ao cardeal rei D. Henrique*, fol. 107 v.— Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa, codice $^{28}/_{19}$.

Emquanto conferiam, sentinellas collocadas com precaução vigiavam o povo, que principiava a alvoroçar-se, e um d'elles assegurava ao rei, seu amo, que haviam prevenido os meios de se defenderem de qualquer assalto repentino [1].

O rebate fôra falso, todavia. O velho soberano ainda d'esta vez tornou ao uso dos sentidos; mas a enfermidade, que lhe dera esta leve tregua, depressa desenganou os que viam n'ella um annuncio de mais sensiveis melhoras. No seguinte dia as esperanças desappareceram de todo, e o cardeal, conhecendo que o seu fim estava proximo, dispoz-se para deixar o mundo com a alma tranquilla e o coração seguro.

Depois de recommendar, que o não despertassem, descansou com placido somno até perto das onze horas da noite. Acordando, então, pediu sem sobresalto a véla da agonia, e com ella na mão exhalou o ultimo suspiro, exclamando que o momento era chegado [2].

A sua perda não foi sentida, nem chorada.

Sacerdote fanatico, pouco esclarecido, e vingativo, principe devorado de insaciavel, mas esteril ambição, no throno confirmou todos os seus defeitos sem os remir por um só rasgo de virtude, ou de capacidade.

Em volta do seu leito, o ruido das discordias civis, que não soubera aplacar e que a resolução de nomear herdeiro o rei de Hespanha enfurecia, chegava-lhe aos ouvidos como o echo da reprovação geral.

1 *Documentos, memorias e correspondencias ácerca da conquista de Portugal*—Carta de D. Christovão de Moura a Filippe II de 30 de janeiro de 1580—Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

2 *Memoire sur le regne du roy Henry*, fol. 222—Manuscripto da academia real das sciencias de Lisboa.

Desamparado dos parentes, que perseguíra, ou desattendêra, no instante de comparecer perante o supremo juiz, só viu em roda de si aquelles, que a ambição, ou a necessidade, e não o affecto, obrigavam a assistir ao espectaculo da sua lenta agonia, e cuja presença pela maior parte devia ser para elle penosa como o remorso, e triste como as recordações de uma vida fecunda em erros.

Fóra do paço, com os olhos nas janellas da camara, aonde aquelle quasi cadaver ainda lutava com a morte, as diversas parcialidades aguardavam com impaciencia que o cardeal D. Henrique acabasse de encerrar a sua carreira.

O duque de Bragança, enganado, queixava-se amargamente da duplicidade do monarcha, ao qual todos davam por suspeito e apaixonado, desde que revelára o occulto pacto ajustado com D. Filippe.

O povo, excitado pelos agentes do esposo de D. Catharina, e pelos do prior do Crato, preludiava com vozerias, ultrages, e alvorotos a revolução premeditada.

As côrtes, desunidas e privadas de chefes que as dirigissem com acerto, consumiam os dias em discursos vehementes, formavam votos sem execução, amiudavam as conferencias e os suffragios, e não ousavam decidir-se por um acto vigoroso, que pozesse termo ao conflicto.

A nobreza, na maioria separada do terceiro braço, estava disposta a obedecer aos desejos do cardeal, aceitando o dominio hespanhol; e no estado ecclesiastico o bispo da Guarda era talvez o unico prelado, que manifestava em publico as suas repugnancias. Os outros annuiam silenciosos, ou trabalhavam claramente, como os bispos de Leiria e Portalegre, em favor da nomeação do rei catholico.

No paiz a inercia e o desalento, filhos da falta de crenças, correspondiam á confusão, aos enredos, e ás incertezas da côrte.

Minadas pela corrupção, ou vendidas de antemão pelos que as haviam de defender, muitas das praças fronteiras e das terras de maior valia, se não suspiravam pelo momento de abrirem as portas ao estrangeiro, não olhavam para elle tambem como para um verdadeiro inimigo, e preparavam-se para ceder á primeira intimação.

No partido do prior do Crato sustentava-se com ostentação a idéa da resistencia nacional, e ninguem ignorava que para intentar a guerra careciamos de exercito, de generaes, e até de munições.

Os cofres estavam exhaustos de dinheiro, os arsenaes de armas e petrechos, e o reino de forças.

Os campos de Alcacer tinham bebido o sangue mais puro, os ossos dos ultimos guerreiros alvejavam no theatro do nosso desastre, e todos os dias chegavam, parecidos a espectros, alguns dos captivos resgatados pelas familias, ou pelo oiro de Filippe II.

Fallava-se de arremessar a luva ao herdeiro de Carlos V, ao soberano, cuja sombra cobria quasi toda a Europa, e a nação quasi indifferente, e como adormecida, olhando, não via para travar a peleja, senão o bastardo do infante D. Luiz, e em torno d'elle bandos de plebe tumultuosa, poucos fidalgos, e raras mangas de soldados bisonhos e sem capitães.

Na séde do poder, nos cargos eminentes da marinha, da guerra, da justiça e da administração, os amigos e os cumplices de Castella occupavam os logares elevados, e encobrindo-se com a auctoridade do rei moribundo, quasi que já deixavam reinar o duque de Ossuna e Christovão de Moura em nome de seu amo.

Esta pintura, não exagerada, da decadencia a que baixára Portugal em tão pouco tempo, explica a facilidade da invasão, que lhe serviu de remate, e desculpa a muitos dos homens, que de braços cruzados viram atravessar os terços do duque de Alva no seu passeio triumphal sobre Lisboa.

D. Antonio pedia a corôa sem a merecer, e era incapaz de a ganhar.

O duque de Bragança não podia com o peso d'ella, e não tinha animo para se arriscar a disputa-la.

O rei-sacerdote, em vez de nomear successor portuguez logo nos primeiros dias do governo, perdeu o tempo em hesitações, deixou organisar por Moura e Ossuna o poderoso partido, que os ministros de Castella recrutaram na côrte e no paiz, e vencido pelo odio ao prior do Crato, e pelo temor das iras de rei de Hespanha, terminou o seu infeliz reinado pela abdicação expressa do sentimento nacional.

As côrtes, duas vezes convocadas, em nenhuma d'ellas souberam desempenhar o grande papel, que lhes cabia.

Timidas nas acções, e só vigorosas nas palavras, curvaram-se diante da realeza caduca de um soberano fraco, indolente, caprichoso, e em tudo inferior ao que pediam as circumstancias. Em vez de o constrangerem a segui-las, esperaram immoveis á porta do paço, que elle declarasse quem se havia de sentar no throno de D. João I.

Coberto assim de trevas o futuro, e cortado o presente de tão grande anciedade, não espanta, que os menos robustos de espirito, os quaes sempre constituem o maior numero, perdida a fé, e correndo a vista sem descobrirem senão ruinas, buscassem longe de si e da patria no principe castelhano o remedio dos infortunios actuaes, e o

freio seguro e prompto da anarchia, que por toda a parte principiava a surgir no meio do seu usual cortejo de violencias, vinganças e terrores.

Reduzido o reino a tal extremidade, para onde podiam ir, quem os havia de guiar, e o que tinham a esperar?

A resposta em 1580 não era facil, e quem, sem estar maculado pela lepra da venalidade, entre tantos males optou pela união á Hespanha, não deve ser confundido na censura da historia pela infamia com os mercadores politicos, cuja cubiça sem entranhas, pondo em leilão a consciencia antes e depois da morte de D. Henrique, justificou a cruel ironia da phrase attribuida a Filippe II [1].

N'este tomo deixâmos corrido o véu sobre o tumulo do ultimo filho de D. Manuel, cujo fatal destino foi assistir como actor, ou cumplice a todos os passos da rapida e dolorosa declinação do glorioso imperio de seu pae.

[1] O povo, que nos ultimos mezes via no cardeal rei um instrumento dos ambiciosos designios de Filippe II, depois de o amaldiçoar vivo, não lhe perdoou morto. Nas ruas de Santarem e de Lisboa os partidarios de D. Antonio cantavam publicamente estes versos:

Viva el-rei D. Henrique
Nos infernos muitos annos,
Pois deixou em testamento
Portugal aos castelhanos.

Filippe II, queixando-se de ter pago muito caro o preço da compra do paiz, foi, porém, aquelle, que lançou contra os homens corrompidos, que deshonraram esta epocha triste, o pregão mais ignominioso. Quem melhor do que elle podia calcular a extensão dos sacrificios, que teve de consentir para ajustar a obediencia, ou a cumplicidade dos vassallos, que se lhe offereciam?

No seguinte volume, em scena mais ampla, observaremos os derradeiros esforços da independencia portugueza, a longa oppressão dos dominadores, e as causas, que de longe predispozeram o paiz, lembrado do antigo orgulho, para em um só dia quebrar os ferros de sessenta annos, reconquistando os fóros e liberdades sepultados com D. Henrique no seu jazigo.

FIM DO TOMO PRIMEIRO.

NOTAS

NOTAS

I

Fallando do desembargador Pedro Barbosa, dissemos, a paginas 140, que este jurisconsulto, ensaiando no reinado de D. Sebastião as genuflexões, que depois o tornaram valido de Filippe II, defendêra com sophismas o estanco do trigo projectado pelos aduladores para enriquecerem o fisco a preço das lagrimas e da miseria do povo.

Em outro logar d'este volume, tratando das seducções empregadas pelos agentes castelhanos para attrahirem ao seu partido os personagens mais influentes da côrte e do paiz, observámos, fundados nas confidencias de D. Christovão de Moura a seu amo, que Pedro Barbosa, negando-se a ouvir as promessas dos ministros do rei catholico, fôra dos poucos, que attestaram pela sua recusa, que o antigo caracter portuguez ainda sobrevivia em alguns á profunda degeneração dos homens e das cousas.

Ambos os factos são exactos.

Barbosa, que no governo de D. Sebastião se prestou a representar o papel de defensor dos alvitres lembrados pelos lisonjeiros para sugarem a substancia publica, no reinado de D. Henrique nunca atraiçoou a intimidade, com que o monarcha o honrava, nem deslisou da fidelidade de um subdito discreto e leal.

É o testemunho, que dão d'elle as correspondencias citadas no texto, as quaes merecem inteiro credito pela sinceridade que respiram.

Depois de decidida a questão dynastica, Pedro Barbosa voltou-se para Castella e serviu a D. Filippe com o maior zêlo.

Não admira.

Quando o duque de Bragança inclinava a cabeça diante do throno do principe estrangeiro, raros haviam de ser os que preferissem á pacifica posse dos empregos e distincções o exilio, as estreitezas dos carceres, e a morte affrontosa no patibulo.

II

Descrevendo em diversos trechos d'este volume os progressos da corrupção, e a rapidez das conversões devidas ás promessas e ao dinheiro de Castella, poderá parecer a alguem que exagerámos o quadro.

Longe d'isso!

Se peccámos foi por suavisar a viveza das cores e a severidade do desenho.

Citâmos as fontes, aonde bebemos as informações, fontes authenticas, e insuspeitas, e quem, como nós, as consultar com desapaixonado animo, ha de convencer-se, de que a verdade talvez pedisse ainda maior aspereza nas phrases, e mais extensão no painel.

As epochas de decadencia são sempre assignaladas pela degeneração do caracter e dos costumes.

Os bons exemplos, os rasgos de brio e de firmeza, os sacrificios heroicos, quando a lepra da corrupção invadiu um imperio, tornam-se raros, e formam a excepção.

Em Portugal em 1579 e 1580 aconteceu o que succedêra a outros povos, cuja declinação, annunciada de longe, foi apressada por successos repentinos.

Ás prosperidades do reinado de D. Manuel, curto e glorioso periodo na existencia do paiz, seguiram-se lògo os annos attribulados de difficuldades, que por tantas vezes annuviâram o horisonte durante o governo do seu successor.

No meio do esplendor das guerras longiquas e das conquistas o erario lutava com a pobreza, os emprestimos repetiam-se, a usura devorava as forças vivas da nação, e as antecipações ruinosas abriam abysmos, que de mez para mez se íam alargando.

O commercio e as victorias da Asia preverteram o antigo caracter portuguez, como muitos seculos antes haviam gangrenado as robustas virtudes da republica romana.

Os primeiros navegadores e capitães tinham sido educados na guerreira e austera escola de D. João II. Foi com os homens d'essa geração, que D. Manuel, tão afortunado em todos os seus commettimentos, emprehendeu os descobrimentos e fundou o imperio collossal, que legou a seu filho.

Mortos elles ninguem os substituiu, e a pouco e pouco, amollecidos os costumes, e envenenadas as origens, em que se retemperava a indole nacional, o reino, sentindo-se adoecer no meio dos applausos e dos triumphos, cuidou que as melhoras e a convalescença lhe podiam vir da exageração dos erros, que produziam a enfermidade!

Em vez de conter a ambição, dilatou-a.

Para sustentar as armadas e as praças do oriente, aonde era mais facil grangear riquezas e renome, largou as fortalezas e as guerras de Africa, aonde a gloria se adquiria a preço de sangue, e os golpes se cruzavam sem esperança de lucro.

A frugalidade dos velhos fronteiros trocou-se pelas delicias, pelo trato luxuoso, pela sede do oiro, e pela obediencia servil, vicios asiaticos importados com as especiarias e as joias da India e da China, e propagados em assustadora progressão dentro de poucos annos.

Ao uso honroso da charrua e dos officios uteis, á população laboriosa, activa e livre, substituiu-se a ociosidade, o ardor das viagens e das aventuras, e o trabalho dos escravos.

As villas e cidades despovoadas pelas armadas e pelas guarnições dos presidios, desaprendiam na falsa ostentação de ephemeras riquezas as artes, que são o nervo dos estados, e copiavam com fatal fidelidade as pompas, de que tomavam exemplo nos regulos e nababos do oriente!

As consequencias não deviam demorar-se.

Enfraquecido nos derradeiros dias de D. João III, o paiz mais desfallecido ainda na minoridade de D. Sebastião, e guiado por pi-

lotos inhabeis, de quéda em quéda foi-se desangrando até caír de todo e acabar no grande desastre de Alcacer-Kibir.

Morto o rei sem successão, sentado no throno o cardeal D. Henrique, que não tinha de principe senão os defeitos, e disputada a herança de D. Manuel pelo duque de Bragança, e pelo prior do Crato, ambos incapazes de a ganharem, Filippe II, que unia qualidades de monarcha a um coração frio, insensivel, e dissimulado, por força havia de triumphar.

Não nos deve espantar, pois, como notámos no texto, que muitos homens importantes de boa fé se voltassem para elle e esperassem da sua mão o remedio de tantos annos de mau governo.

III

É a esta phase da vida politica do prior do Crato, D. Antonio, que nos parece referir-se o documento, que citâmos, copiado do codice E. 71 da bibliotheca nacional de Madrid pelo sr. Augusto Soromenho, socio da academia real das sciencias de Lisboa, e seu commissario para o exame e classificação dos documentos existentes nos archivos de Madrid, que dissessem respeito á historia de Portugal, e devessem ser incluidos nas duas importantes collecções dos *Monumentos historicos*, e do *Corpo diplomatico portuguez*, ordenadas pelo corpo legislativo.

O zêlo e capacidade com que o sr. Soromenho desempenhou este laborioso encargo, dispensam qualquer elogio, porque são abonados pelas suas obras.

Alem de um excellente indice de todos os documentos dignos de serem notados, o qual abrange as collecções da bibliotheca nacional de Madrid, da de Medina Cœli, e da do Escurial, assim como das bibliothecas Salazar, e dos jesuitas, o sr. Soromenho ainda se deu ao trabalho de tirar copias de alguns documentos de summo interesse para esclarecimento de uma epocha tão obscura, como a de que nos occupâmos.

Eis o documento, que ainda não viu a luz publica, e que nos dá perfeita idéa do caracter e hesitações do prior do Crato n'este periodo.

PROPUESTAS DEL SR. D. ANTONIO AL REY D. FILIPPE II

1.° La sustancia de lo que por parte del sr. D. Antonio se propone es, que si saliere sentencia en su fauor que su mag.^{de} no le perturbe ni le haga guerra; y dice que estará por la sentencia que este rey diere con tal que hade estar concertado con su mag.^{de} y entiende que la sentencia de su legitimidad es sola la que espera en este caso, por que entiende que dado por no legitimo no tiene derecho en el reyno.

2.° Que dandose sentencia por su mag.^{de} el le jurará por rey y le obedecerá como su señor natural, y por el peleará contra todos los que quisieren impedir su posesion.

3.° Que dandose sentencia por el duque de Bergança el tomará armas contra el y peleará por su mag.^{de} hasta verle en su pacifica posesion, y esto supuesto que hade declarar su mag.^{de} la merced que por ello le deve hacer (1).

IV

Pareceu-nos essencial publicar na sua integra o importante documento, que se segue, e de que devemos a copia fiel á curiosidade infatigavel do commissario da academia real das sciencias em Madrid, o sr. Augusto Soromenho.

Por elle se verá que não aventurámos a este respeito senão asserções seguras, substituindo a evidencia dos factos ás suspeitas e allusões vagas, que alguns escriptores enunciaram antes de nós, talvez firmados em tradições pouco averiguadas, ou em noticias destituidas da auctoridade, que só podia dar-lhes o depoimento irrecusavel dos factos.

(1) Bibliotheca nacional de Madrid, codice E. 71, liv. IV das embaixadas a Portugal, desde janeiro de 1580 até á entrada de Filippe II depois da invasão do duque de Alva.

PONTOS PARA A CONCORDIA QUE AO ASSENTAR D'ELLA SE PORÃO EM MAIS LARGA FORMA PORQUE N'ESTA LEMBRANÇA NÃO SE TRATA MAIS QUE DA SUBSTAÑCIA (1)

VISTOS NO PARDO EM NOVEMBRO DE 1579

1.° Primeramente que falescendo el Rey noso Senhor primeiro que el Rey seu Sobrinho, suceda na coroa destes Reynos e Senhorio de Portugal, e en caso, que o Serenisimo Rey falezca primeiro que Sua Alteza, esta concordea e translacion no averá efeito, ne aos filhos do Serenisimo Rey ficará direito algun a dita subcessão por virtude da dita translacion e concordia.

Enmendese poniendo — nuevo derecho — adonde solamente decia — derecho.

Que fue muy bien anadir — nuevo.

2.° Que si, o que Deus não permita, o Serenisimo Rey ou seus subcesores fallecesen sem filhos ou descendentes legitimos e ouver duvida entre os parentes transversaes sobre a subcessão, que os tres estados destes Reynos nomeen Juices naturaes delles, que com os de Castella determinem a duvida.

Que esto es para en caso de duda, y entiende Su Mag.de que es nombrandose personas de acá, y que está assi muy bien por que aca se da a entender que ande andar sempre juntos estos Reynos y aquellos.

3.° Que quando se ouveren de facer Cortes tocantes a estes Reynos, se fasan dentro em Portugal, e nas que se fizerem fora delles se não possa tratar nem determinar cousa algua tocante aos ditos Reynos.

Que las Cortes que se hizieren fuera no seran de Portugal, y assi lo entiende Su Mag.de sino las de otras partes donde es bien que no se trate de Portugal.

(1) As observações transcriptas em gripho são da letra do secretario de Filippe II, o famoso Antonio Peres.

4.º Que o Serenisimo Rey faça Juramento en forma de guardar todos os foros, usos e costumes e Preuilegios &.ª, concedidos pelos Reys destes Reinos &.ª

Que el S.r es bien que se quite o declare.

5.º Que havendose de pôr nestes Reynos Vesorey, ou pessoa que debaxo de qualquer outro nome os aja de gouernar seja Portugues, e que o mesmo se entenda havendose de mandar a elles Visitador ou alçada.

Enmendose donde dice — persona o personas —, asi mismo se alargo este Capitulo a que puedan gouernar hijos legitimos o hermanos delos Reyes.

Que fue muy bien y muy necesario lo que se enmendó, y parecele a Su Mag.de que el que los pudiere gouernar, los podra Visitar siendo menester.

6.º Que todos os cargos superiores e inferiores da Justicia, fazenda e do governo dos lugares se prevejam em Portugueses.

Que está asi muy bien.

7.º Que en estes Reynos hajão sempre todos os oficios que aora ha e sempre ouve, assi da Casa do Rey, como do Reyno, e que sejão delles providos Portugueses, os quaes servirão os mesmos oficios, quando o Serenisimo Rey e seus subcessores vierem a estes Reynos e não outras pessoas.

En este Capitulo se moderó quitando donde dice — y no otras personas — para que puedan servir con las de alla precediendo los Portugueses cada uno en su lugar y oficio.

Que fue muy necesario lo que se quitó, y parecele a Su Mag.de, que aun si se puede declarar mas, será bueno, porque en algunas cosas muy familiares mal podrian servir los ordinarios, y que esto es en pocas cosas, y que si esto se pudiere hacer sin declaracion, o entender assi que no sera menester que la aya, mas que si nó se pudiere hazer sin ella, que sera muy bien procuralle.

8.º Que o mesmo se entenda

Que está bien este Capitulo.

em todos os outros Cargos grandes e pequenos de qualquer calidade e nome que sejão, asi da terra como do Mar que aora ha, ou se hajão de servir nestes Reynos e senhorios delles, ou que se criarem de novo, e que as guarnições de Soldados, que ouverem de estar nas fortalesas de elles, sejão de Portugueses.

9.° Que os tratos del... e de todas as mais partes, que pertenecerem a estes Reynos, assi no descoberto, como no que ao diante se descobrir, se não tirem delles, nem haja mudança algua do que ao presente se usa, e os oficiaes e pessoas que andarem nos ditos tratos e navios delles sejão Portugueses.

Que podrá ser que conbiniese haver alguna mudança para el bien daquellos Reynos y naturales dellos, y esto haciendose como aora lo podria hacer el Rey, y con parecer dellos mismos entiende Su Mag.de que no contradice este Capitulo.

10.° Que o ouro, ou Prata que se lavrar em moeda nestes Reynos e Senhorios delles, que será todo o que vier aos mesmos Reynos e Senhorios, se lavre com os cunhos das armas de Portugal sem outra mistura.

Esto se declarará que será el oro, o plata perteneciente a estos Reynos.

Que fue bien declarado, y que todo lo que se labrare en ellos de oro y plata habra de ser asi pues será con unos mismos cunhos.

11.° Que todas as Prelacias, Abbadias, Beneficios e pensões se dem a Portugueses, e o mesmo se entenda no cargo de Inquisidor mor e nos mestrados das ordes Militares, Cargos, Comendas e pensões dellas, e no Priorato do Crato, e finalmente em todas as cousas ecclesiasticas, assim como atras fica dito nas seculares.

Su Mag.de entiende que los maestrazgos andan ya con la Corona, y es lo que mas combiene como en estes Reynos andan, y que se entienda bien como está esto, o si será menester hacerse alguna diligencia en Roma sobre ello para haverlos.

12.° Que nestes Reynos não haja terças nos bens das Igrejas

Su Mag.de entiende que no deve de haver allá aora tercias como

nem subsidios, nem para eso se empetrem Bullas.

aca las ay, y que por esto se deve de decir que no las aya, y que lo demas está bien.

13.º Que se não possam dar Cidades, Villas, nem lugares, Jurisdição, nem direitos Reaes salvo a Portugueses, e que vagando alguns bens da Coroa o Serenisimo Rey e seus subsesores os não tomarão para si, antes os daram aos Parentes daquelles por quem vagarão, ou a outros benemeritos sendo Portugueses, e isto se não entenderá nos Castelhanos e estrangeiros, que ao tempo desta Concordia vivem nestes Reynos e som criados de Su Altesa.

Esta es Moderacion de la ley Mental acordada con mucha Prudencia, y asi nos parecio que está bien para entrambas partes.

Que esto Su Mag.de no lo entiende bien pero que lo deve de estar.

14.º Que na orden de S. Tiago, nem nas outras militares destes Reynos não haja inovação algua do estado en que aora estão.

Esto nos ha parecido que está bien sin mas declaracion por aora.

No save Su Mag.de que otra declaracion pudiere haver en esto.

15.º Que os Fidalgos venção suas Moradias tanto que forem de doce annos, e que o Serenisimo Rey e seus Subcesores tomen cada anno ducentos criados Portugueses, que vencerão Moradia, e que os que não tiverem foros de Fidalgo servirão nas armadas do Reyno.

Esta es la costumbre guardada en el Reyno asi lo de las Moradias como en receber los criados, y es tam poco lo que se les dá que la costa es quasi nada, y enfin aprovecha para las armadas.

16.º Que quando o Serenisimo Rey e seus Subcesores vierem a estes Reynos se não tomem casas de aposentaduria pello modo que se usa em Castella, mas que se guarde o costume de Portugal.

Que Su Mag.de no save como se haze alla esto, que deve de ser como en la Corona de Aragon, y que está bien que se guarde su costumbre.

17.º Que quando o Serenisimo Rey e seus Subcesores estiverem fora de Portugal em qualquer parte, que seja, tragam sempre comsigo hum Prelado, ou pesoa eclesiastica, um Vedor da Fazenda, hum Secretario, hum Chaçaler mor, e dous Desembargadores do Paço, os quaes se chamarão conselho de Portugal, para por elles, e com elles se despacharem todos os negoceos do mesmo Reyno, e andarão na Corte dous escriuães de Fazenda e dous da Camara pera o que fôr necesario en seus oficios, e tudo será feito em linguagem Portuguesa; e quando o Serenisimo Rey e seus Subcesores vierem a Portugal, virão com elles o mesmo Conselho, oficiaes e escrivões alem dos outros dous mesmos que no Reyno hade hauer para o governo delle.

Que está muy bien todo lo que se dice en este Capitulo, aunque a Su Mag.de se le ofrece que podria ser que en algun destos no se compadeciesen dos juntos, como podria ser en el Chanciller mayor.

Que se mire se esto es asi, y que siendolo, lo que se debria hacer.

18.º Que todos os Coregedores e mais Carregos de Justiça semelhantes a estes, e inferiores, delles se provejão em ausença do Rey no Reyno pello modo que aora se provem, e que o mesmo modo se tenha nos Cargos de Provedores e contadores dos Contos e outros desta qualidade, que pertencem á facenda.

Su Mag.de no save como se hace aora esto, pero parecele que está bien asi.

19.º Que todas as causas e Feitos, que tocarem a Justiça e facenda de qualquer qualidade e contia se determinem final-

Que el executar en aquellos Reynos está bien, pero el determinarse las causas graves le parece a Su Mag.de que no comben-

mente e executem nestes Reynos assi como se aora faz.

dria sin consultas del Reyno, y que si esto se hubiere de hacer como aqui se dice seria poco menester el consejo, si entienden que se hade hacer sin consulta; y que será bueno dar a entender al Rey el inconveniente que seria, y procurar que se remedie si pareciere.

20.º Que as Aduanas e direitos novos, que se puserom en ambos os Reynos nas mercadurias, que entram de hum en outro, se tirem por bem dos Povos de ambos os Reynos, e nisto se fará a mais declaração que cumprir.

Que Su Mag.de no entiende si entran en esto de los Puertos secos, ni que derechos son los de alla; pero que a Su Mag.de le parece que está bien lo que aqui se dice, y que si se pudiese escusar de no poner mas declaracion seria bien.

21.º Que as tenças, Mercês, ou outras quaesquer cousas que sua Altesa der ao diante, postoque sejão con clausulas de que emquanto o over por bem e não mandar o contrario, não sejão tiradas em vida das pessoas a quem forem concedidas.

Que está bien.

22.º Que o Serenisimo Rey, nem seus Subcesores não tornem a prover, nem dar oficios nem cargos, que sua Altesa ou seus antecesores tirarão a alguas pessoas por Sentença, ou por qualquer outro modo, ou tirar ao diante.

Idem.

23.º Que a Capella de Sua Altesa, no estado e modo que oje serve, resida sempre em Lixboa, e nella se celebrem os oficios divinos continuadamente, e declarar-se-ha o mais que nisto se hade facer.

Que en esto se mire se residiendo en aquel Reyno los Reyes, como es de creer, que lo haran mucho tiempo, e iendo a otros lugares principales del, si seria bien que llevase y tuviese la Capilla consigo, y si se hace asi aora, y lo mismo los Virreyes o

24.º Que o trato desta Concordia se jure por ambos os Reys e pelos estados destes Reynos, e prometão de não pedirem relaxação de tal juramento, e neste Capitulo se poram as mais clausulas necessarias para efeito do dito contracto se cumprir, e lembrando mais alguas cousas semelhantes ás aqui apontadas se porão tambem no dito contracto.

los que governasen en su lugar estando los Reyes ausentes.

Las fuerças para la firmesa y perpetuidad deste contrato eran de muchos incombinientes, y aora quedan moderadas de manera que V. Magestad se satisfará dellas.

Que fue muy bien moderalas, y su Mag.de tiene por cierto que estaran como combiene, como lo está todo lo demas.

En el Pardo a... de Noviembro 1579.

Lo que se trató fuera deste Papel cerca del Casamento lo escrivimos a V. Magestad.

Otras cosas demas de las dichas se han apuntado en que estamos de acuerdo, y por no ser de tanta substancia como estas, ni estar puestas en fórma, no van aora quedandose para otro correo.

A paginas 306 do mesmo codice encontra-se ainda o seguinte trecho, que tem intima relação com o assumpto:

«Lo que mas podian ofrecer los Embaxadores en nombre del Rey D. Felipe conforme al poder, que del tenian, era conceder a Portugal quitarle la ley mental; y que no oviese puertos secos: y que los portugueses pudiesen navegar a las Indias occidentales; que los senores de tierras tuviesen en ellas la misma jurisdicion, que tenian los senores Castellanos en las suyas.»

Todo lo arriba dicho concedió Su Magestad y mas lo que se sigue, en Almeirin a 20 de Março 1580:

Que admitirá Su Magestad los Portugueses a los oficios de su casa conforme al uso de Borgoña indiferentemente que a los Castellanos y a los demas vasallos suios de otras naciones.

Que la Reyna mi señora tendrá asi mismo de ordinario en su servicio señoras principales Portuguesas y Damas a las quales favorecerá y hará merced, casandolas en su tierra y en Castilla.

Que mandará dar 300$000 ducados para las cosas siguientes, es a saver: 120$000 ducados para rescate de Cautivos a disposicion de la misericordia de Lixboa con que se empleen por mitad en sacar fidalgos pobres y personas comunes, que todos sean Portugueses, y 150$000 ducados para instituir y acrecentar positos en los lugares necesitados como lo hordenare la Camara de Lixboa, y los 30$000 ducados restantes a cumplimento da la dicha cantidad para remediar la necesidad, que al presente corre, destribuindose por horden del Arçobispo y camara de Lixboa.

Que por corresponder al amor que los naturales destes Reynos tienen a sus Principes quisiera mucho el Rey mi señor poderles prometer de residir ordinariamente en ellos, pero que el govierno de los otros Reynos y estados, que Dios le ha encomendado, impide el efeto de su voluntad; todavia ofrece estar en el todo el tiempo que pudiere (1).

(1) Bibliotheca Nacional de Madrid, codice E. 71, liv. IV das Embaixadas de Portugal.

INDICE

CAPITULO PRIMEIRO

PAG.

CAPITULO SEGUNDO

PAG.

NOTAS

ERRATAS E CORRECÇÕES

PAGINAS	LINHAS		LEIA-SE
32	28	de lhe dever	de esto lhe dever
86	11	que	porque o
88	5	ferido	offendido
115	11	a elle expirar	a elle a expirar
140	25	o de o	o de lhe
147	10	infamia	ufania
166	12	principalmente cavallaria	principalmente de cavallaria
223	2	que parecessem	que fossem
234	18	ouvada	louvada
235	12	succumbiam	succumbiram
236	15	desafiára	desafiava
260	20	devia	havia de
285	23	do casamento	de um casamento real
305	5	foram	eram
307	13	preferindo	preferiu
311	20	Filippe deteve-o	decidiu dete-lo
320	23	os poucos dos	que os poucos que
321	18	da monarchia	do monarcha
325	3	do soberano	da Sorbonna
344	18	tinham ficado sepultados	tinha ficado sepultado
349	16	auxiliadores	auxiliares
357	20	como o cardeal desejava	como desejava, o cardeal
386	1	tornava	Moura tornava
405	12	os suspeitas	as suspeitas
460	9	perturbassem no	perturbassem o
460	18	que o elle	que elle
461	8	commutando	commutando-a